UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

POLIANA DOS SANTOS

**O POVO E O PARAÍSO DOS ABASTADOS –
RIO DE JANEIRO, 1900/1920**
(Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio)

Versão Corrigida

São Paulo
2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

O POVO E O PARAÍSO DOS ABASTADOS – RIO DE JANEIRO, 1900/1920
(Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio)

Versão Corrigida

POLIANA DOS SANTOS

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientador: Professor Dr. Marcos Antonio da Silva

De acordo: _____

São Paulo
2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

d237p dos Santos, Poliana
O povo e o paraíso dos abastados - Rio de Janeiro, 1900/1920 (Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio) / Poliana dos Santos ; orientador Marcos Antonio da Silva. - São Paulo, 2018.
348 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. História. 2. Cultura Popular. 3. Literatura. 4. República brasileira. I. Silva, Marcos Antonio da, orient. II. Título.

Nome: SANTOS, Poliana dos

Título: O povo e o paraíso dos abastados – Rio de Janeiro, 1900/1920 (Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

Prof. Dr. _____
Instituição: _____
Julgamento: _____

A meus pais, Maria Benedita dos Santos e Napoleão José dos Santos, pelo apoio e carinho incondicional, durante todo o desenvolvimento desta pesquisa.

A minha vó Santa, mestra na arte do filé, além de lavadeira, quitandeira, benzedeira e dona de casa, pela generosidade e luta cotidiana, sendo uma fonte de inspiração e de coragem.

AGRADECIMENTOS

A Deus que sempre me acompanhou nessa jornada e foi minha força nos momentos mais difíceis.

Aos humilhados e ofendidos, aos trabalhadores, mendigos e marginalizados que foram os sujeitos desta tese, e lutam cotidianamente a procura de dignidade!

Ao professor Marcos Silva que me orientou e acreditou na realização desta pesquisa. Agradeço por compartilhar não apenas experiências da vida acadêmica, mas também pela relação de amizade e de confiança construída, por dividir alegrias e “estados de graça”, por me trazer arte e música, tornando essa longa duração em São Paulo uma “aprendizagem dos prazeres”.

Aos professores Gabriela Pellegrino Soares e Sérgio Souza pela análise cuidadosa na fase de qualificação e pela participação na banca examinadora. Ao professor Denilson Botelho e à professora Vima Lia de Rossi Martin por aceitarem prontamente o convite de também fazer parte da banca examinadora.

À Luana Tieko Omena Tamano, amiga sempre presente durante todo processo desta investigação. Obrigada por suas leituras cuidadosas, conversas, generosidade e acolhida. Luana foi uma das responsáveis pela minha vinda a São Paulo, abriu a porta de sua casa e de sua intimidade, apresentando-me igualmente o universo da USP. Sem a sua ajuda, este trabalho não teria sido iniciado.

À Paula Bettani, cuja amizade, bondade e paciência foram fundamentais durante todo decurso da tese. Sou grata pelas discussões filosóficas, por me apresentar Espinosa e pelas altas gargalhadas dadas no Café da tia Bia.

A Antonio Alexandre Isidio Cardoso, amigo e leitor perspicaz de meus textos, guardo muita gratidão, não apenas por sua leitura, mas também pelo incentivo.

Agradeço ainda a todos os amigos que de diversos modos estiveram presente na confecção desta pesquisa, em especial, Pablo José Carrizalez Nava, Carlos Fonseca, Ravena Olinda e Denise Antônia Lima.

À Edvania da Silva Santos, sou grata pela hospedagem de dois meses que passei na sua casa, no Rio de Janeiro. Obrigada pela confiança e solidariedade com que me recebeu, sem antes nunca ter me visto.

A meus pais, Napoleão José dos Santos e Maria Benedita dos Santos que se sacrificaram para realizar meu sonho acadêmico. E irmãos Raniele dos Santos, Jonatha José

dos Santos, Reidman Carnaúba e Levi de Lima Santos que torceram e ajudaram na concretização do doutorado. Sem o apoio e a doação de vocês nada seria possível.

A meu companheiro e amigo de longa data, Ednaldo dos Santos Silva, com doçura e afeto, por ter sido tão paciente e amoroso seja na distância, seja nos momentos juntos. Grata por me ouvir e amparar em situações difíceis, pelas discussões sobre meu trabalho, pelas madrugadas e tempos inteiros despendidos ao meu lado.

Aos funcionários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) pelo auxílio e a prontidão durante minhas escavações históricas na Instituição.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por apoiar financeiramente esta pesquisa, através de uma bolsa de estudo, sem a qual esta investigação teria sido dificilmente realizada.

Primavera nos dentes

Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa contra a mola que resiste

Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera.

(SECOS & MOLHADOS, 1973)

RESUMO

SANTOS, Poliana dos. *O povo e o paraíso dos abastados – Rio de Janeiro, 1900/1920 (Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio)*. 2017. 350 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta tese tem o objetivo de compreender a experiência da cultura popular nos anos iniciais da República brasileira (1900-1920), mostrando as tensões culturais e as resistências cotidianas das camadas pobres e remediadas do Rio de Janeiro, então capital do país. Pretende-se analisar as táticas e os modos alternativos de manutenção do povo, num contexto marcado por um projeto de modernização, no qual se mesclava uma trágica situação de miséria e de inflação. Nesse sentido, interroga-se quais ferramentas e recursos as pessoas comuns se dispuseram para enfrentar a carestia da vida, os elementos excludentes e a força da modernidade? A hipótese levantada é que as classes inferiorizadas não estavam completamente fora do plano de modernização incitado pelas elites cariocas, obtendo ganhos e apropriando-se de valores que atendiam aos padrões de conforto e de civilização burguesa. Foi mergulhada nos tempos modernos que a gente humilde combateu os altos preços dos alimentos, assegurando-se de vários instrumentos de sobrevivência: cartas publicadas nos jornais, cantigas de protestos apresentadas nas ruas e festas; ocupação de funções simbólicas do momento, a exemplo do chofer; venda ambulante de produtos considerados chiques, entre outros. Posto isso, esta investigação se fundamenta numa gama de documentos, em especial, nas crônicas de Lima Barreto e João do Rio, elaborando um diálogo fecundo entre história e literatura. Estes escritores são figuras importantes para se pensar e remontar a vida urbana dos pobres no Rio de Janeiro, visto que registraram em detalhe a rotina e as facetas da população carente na cidade. Outras fontes utilizadas foram posturas de infração, relatório da polícia administrativa, série de mercados, série de mendigos, série de asilo, epístolas divulgadas na imprensa, charges e artigos de periódicos. O procedimento para examinar esse material foi o método indiciário proposto por Carlo Ginzburg, além da análise literária, em que se prioriza a articulação entre a forma e o dado histórico, seguindo a tradição de estudiosos como Antonio Candido e Alfredo Bosi. A abordagem cultural da história foi, da mesma maneira, basal para compreender o sujeito central desta tese: o povo, buscando sua significação, pluralidade e complexidade nas reflexões de historiadores como Peter Burke, Natalie Zemon Davis e E. P. Thompson. Enfim, acredita-se que esta investigação é bastante significativa porque traz novas informações sobre a experiência popular no começo da República no Brasil, revelando os pobres como figuras ativas e participativas no decurso de modernização do país e na luta contra a inflação.

Palavras-chave: povo, modernização, inflação, resistência, experiência, Rio de Janeiro

ABSTRACT

SANTOS, Poliana dos. *The people and the Paradise of the weathy – Rio de Janeiro, 1900/1920 (Chronicles and other papers of Lima Barreto and João do Rio)*. 2017. 350 f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis aims to comprehend popular culture's experience during the first years of Brazilian Republic (1900-1920), unveiling cultural tensions and daily resistances of poor and intermediary sectors of the Rio de Janeiro society, capital of Brazil in such period. It intends to discuss the tactics and the alternative ways of economic maintenance of people, inside a historical context marked by a modernization project, whose merged with a tragic situation of poverty and monetary inflation. Therefore, it is important ask about tools and resources which were forged by poor and intermediary sectors of Rio to face the very expensive cost of living, questioning factors of social exclusion and the strength of modernity. The hypothesis which will be discussed is that the lower classes were not completely outside of modernization plan incited by carioca's elites, taking advantages that attended the patterns of comfort and bourgeois civilization. They were maneuvering modern times against high prices of food, forging many survival tools: letters published in the newspapers, protest songs showed in the streets and parties, occupation of symbolical functions, like of the Chauffeur or the street vending of alleged fancy products, etc. In this sense, the investigation had to focusing on many historical documents, especially in the chronicles of Lima Barreto and João do Rio, elaborating a fruitful dialogue between history and literature. Such writers are important characters who help to think and recollect the urban life of lower classes of Rio de Janeiro. They documented in their literary works details of daily life of the lower classes of the Brazilian capital. Other historical sources used were urban infringement positions, police reports, market series, homeless series, asylum series, letters publicized in the local newspapers, satirical caricatures and articles. The proceedings to discuss such materials were bases on the indicial paradigm proposed by Carlo Ginzburg, added by the literature analysis, which prioritize an articulation between form and historical clues, following the tradition of scholars like Antonio Candido and Alfredo Bosi. The cultural approach of history was, in the same way, fundamental to comprehend the central characters of this thesis: the people, investigating their meaning, plurality and complexity through the ideas of historians like Peter Burke, Natalie Zemon Davis and E. P. Thompson. Finally, it is important underline that the present investigation is significant because it brings new information about the popular experience at the beginning of the Republic in Brazil, revealing the poor people like active and participant agents who influenced in the process of modernization of the country and in the fights against the monetary inflation.

Keywords: people, modernization, inflation, resistance, experience, Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – A alimentação do povo.....	57
Figura 02 – Humanidade.....	85
Figura 03 – Os ambulantes.....	219
Figura 04 – Sabina, vendedora ambulante de frutas.....	243
Figura 05 – Vendedor de alecrim e arruda.....,	243
Figura 06 – Um Chim, vendedor de pé de moleque.....	244
Figura 07 – A turca do fósforo.....,	244
Figura 08 – Vendedor ambulante de vassouras.....	244
Figura 09 – Vendedor ambulante de brinquedo.....	244
Figura 10 – Vendedor ambulante de sorvete.....	245
Figura 11 – A mendicidade no Rio.....	245
Figura 12 – Mendigo na Rua da Assembleia.....	246
Figura 13 – Mendigos com uma das pernas amputadas.....	246
Figura 14 – Mulheres mendigando na porta da igreja.....	247
Figura 15 – Um mendigo opulento.....	247
Figura 16 – O mendigo rico.....	264
Figura 17 – Na Europa.....	264

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: OS DESVALIDOS E DESERDADOS DA REPÚBLICA.....	22
1. Cultura popular e exclusão social.....	22
2. Sob as luzes da cidade, emergem a fome e a miséria.....	39
3. Contra carestia, lutamos.....	71
CAPÍTULO 2: CIRANDA DA MODERNIZAÇÃO.....	84
1. Representações do povo em Lima Barreto e João do Rio.....	84
2. “O subúrbio civiliza-se!”.....	107
3. As pragas da República.....	128
CAPÍTULO 3: DIVERSÃO POPULAR EM TEMPOS MODERNOS.....	143
1. As trocas e influências culturais do povo.....	143
2. Romeiros em marcha: formas e sentidos da festa da Penha.....	161
3. Destemidos, teimosos e endiabrados: carnavais e outras folias.....	175
CAPÍTULO 4: DESAFIANDO A ORDEM E CAVANDO A VIDA.....	204
1. “Os heróis da utilidade”.....	204
2. Vendedores ambulantes e arte de vender nas ruas.....	210
3. O tirador de esmola e a arte de mendigar.....	236
CAPÍTULO 5: ENTRE FIOS DISPERSOS DE HISTÓRIA: A ARTE LITERÁRIA.....	267
1. História e literatura.....	267
2. História e o gênero crônica.....	274

3.	<i>Verba volant; scripta manent!</i>	289
4.	Vários mundos.....	302
CONCLUSÕES.....		326
REFERÊNCIAS.....		332

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de indivíduos anônimos, a gente comum, dos anos iniciais do Brasil República, mais especificamente entre 1900 e 1920. São pessoas que viviam nas áreas urbanas e suburbanas do Rio de Janeiro, cujo fazer histórico era tecido nas ruas da cidade, na luta diária pela sobrevivência, na resistência às intempéries sociais: carestia da vida, violência policial, abuso da medicina oficial, políticas antipopulares etc. Portanto, os sujeitos deste estudo são as classes pobres, os marginalizados, os chamados excluídos, aqueles que estão na fronteira entre a norma e a ilegalidade. Eles ocupam funções autônomas e informais, além de exercerem profissões humildes, de gerirem pequenas propriedades, ou mesmo de viverem da caridade pública. São carroceiros, comerciantes acanhados, funcionários de baixa hierarquia, vendedores ambulantes, mendigos, proprietários de padaria, feirantes, quitandeiros, lavradores e operários de fábrica.

O que todas essas pessoas têm de semelhante é uma precária base econômica, com exceção talvez do dono da padaria; e um comportamento caracterizado pelo humor e pelo sentimento paternalista. Esse tipo de conduta é expreso nas festas ou organizações carnavalescas e religiosas, geralmente, por meio de poemas, cantigas e sambas; nas solicitações para relevação de multas; e nas cartas publicadas nos jornais. Eram nesses espaços que as camadas inferiorizadas manifestavam seu protesto às regulamentações governamentais, à violência do meganha, aos excessos do poder, ao alto custo de vida. Como explana Davis, esse povo da cidade moldou, a partir das características de sua existência, as suas situações e seus objetivos, limitando ou ampliando suas alternativas. Usou os “recursos físicos, sociais e culturais” de que dispunha “no sentido de sobreviver, resistir e, às vezes, mudar as coisas”¹.

Deve-se dizer que esta pesquisa está fundamentada numa ideia de povo nada homogênea. As experiências e hábitos, compartilhados entre a gente comum, despontam-se em relações de solidariedade e de conflitos, que se revelam no cotidiano, nas comemorações e festividades, na tensão entre nacionalidades. O Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, era marcado por uma gama de estrangeiros que vivia junto a brasileiros, disputando cargos e ocupações, apropriando-se de princípios hierarquizantes, a exemplo do pressuposto da superioridade racial. O povo aqui não é igualmente as camadas proletárias, de

¹ DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 9.

organização definida e consistente. O termo tem um sentido mais amplo, inserindo todos aqueles que possuíam baixa renda ou eram indigentes. Do mesmo modo, entram nessa extensão, as vivências cotidianas, os gostos e dilemas coletivos que afetavam a vida em grupo. Nesse aspecto, o operário pode se unir ao povo num conjunto maior, uma vez que partilhavam necessidades e alegrias comuns. Em outras palavras, o conceito pode incluir a classe trabalhadora e organizada, mas dentro de uma totalidade que expressa vontades e queixas análogas com um movimento mais espontâneo. É salutar informar que a concepção não credita uma imagem exclusivamente generosa ou bondosa do que se chama povo. Neste, encontram-se figuras que subsistiam por meio de crimes e explorações, como é o caso de alguns pedintes que oprimiam e sujeitavam seus parceiros na coleta de doações².

As elites são entendidas não somente por seu nível de riqueza e de força política, mas pelos aspectos ideológicos de que tomavam parte. Com efeito, entram em tal parâmetro os grupos endinheirados, mas também profissionais liberais e intelectuais: jornalistas, literatos, advogados, médicos, grandes empresários e comerciantes, a classe política, homens de ciência. Essas figuras de poder se identificavam como categorias privilegiadas por deterem os meios de produção, a administração pública, o conhecimento científico e filosófico. Acreditavam estar num patamar superior em função de sua condição racial – se reconheciam como brancas –, e de seu saber letrado. Achavam-se propulsores do progresso e da civilização; e por tudo isso, elas procuravam distinguir-se dos sujeitos comuns, apontando estes na terceira pessoa, e atribuindo-lhes predicados como “feio”, “sujo” e “doente”. Entretanto, as elites também não se assinalavam pela harmonia. Há muitas divergências entre essas diversas ordens, sobretudo, na maneira de querer “conduzir” e “reeducar” o povo. Essas camadas, que gozavam de diversas regalias, serão observadas na medida em que entram em conflitos com os pobres e os marginalizados, impõem uma transformação ou erradicação de seus costumes, interagem com e se apropriam de suas crenças e sabedorias ancestrais.

A compreensão de cultura também é pensada a partir da pluralidade, dos usos e apropriações que a gente humilde faz dos artefatos culturais, das interações e trocas entre o mundo burguês e o universo popular. Ela se constitui não somente de valores e significados compartilhados, mas igualmente de rupturas, de influxos entre o oral e o escrito, de absorções entre o tradicional e o moderno. A cultura é um campo de elementos conflitivos, de misturas e

² O conceito de povo, tomado nesta tese, fundamenta-se principalmente nos trabalhos teóricos de Thompson e Burke, assim como nas análises específicas dos populares que viveram durante as primeiras décadas da República. Ver THOMPSON E. P. *Costumes em comuns*: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ambiguidades³. Tais imbricações e mesclas são elaboradas, como apontou Gruzinski⁴, a partir de diversos horizontes e fragmentos, tomados empréstimos da linguagem, da pintura, da fábula, de elementos estrangeiros e temporalidades longínquas. Esse é o caso, por exemplo, da tradicional festa da Penha: uma comemoração de origem portuguesa, que vai ganhando tons locais e africanizados, no Rio de Janeiro.

Posto isso, pretende-se analisar a experiência popular nos anos iniciais da República brasileira, destacando suas lutas e queixas diárias, suas celebrações e formas alternativas de sobrevivência. Para tanto, não se pode prescindir do contexto histórico que foi marcado por mudanças urbanas, pela racionalização do capitalismo, por um grande processo inflacionário, pelo decurso da modernização e o aprofundamento da miséria. Esses acontecimentos afetaram o dia a dia dos pobres, a sua sensibilidade e seu gosto, seus hábitos e tradições, suas moradias e seus deslocamentos. Deve-se perguntar: como as classes desfavorecidas da capital republicana responderam às transformações sociais e tecnológicas do período? Como vivenciaram e experimentaram uma época configurada em tantas ambiguidades e contradições? Até que ponto se realiza a sua exclusão com respeito às inovações e aos novos comportamentos aburguesados?

A hipótese geral é a de que o povo não foi posto completamente à margem dos componentes modernos, apropriando-se dos valores civilizatórios, balizados na ideia de conforto e de saúde; retomando os espaços elitizados; e cobrando para si as benesses do progresso. As reivindicações populares forçaram que as autoridades políticas atendessem a algumas demandas de cunho modernizador. Usando das táticas e ferramentas de que dispunham, os despojados e desfavorecidos participaram da e foram ativos na implantação da modernidade carioca, adaptando-se aos novos tempos, ocupando novas profissões, vendendo os novos padrões de sociabilidade burguesa, utilizando o discurso do opressor. Outra suposição é que os pobres procuravam se incluir nas relações de poder e buscavam soluções para os seus infortúnios e desejos, fazendo uso político do carnaval e da festa da Penha, por intermédio da poesia e da música. É a partir dessas chaves que a vida popular no começo do século XX será aqui investigada.

A fonte literária foi fundamental para realização desta tese, orientando todos os passos da pesquisa. Foram escolhidos dois grandes escritores para analisar o período republicano, em razão de seus interesses e ligações com a cultura popular: Lima Barreto (1881-1922) e João

³ Thompson, 1998, p. 17; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 51-52.

do Rio (1881-1921). Suas obras, de múltiplas temáticas, são testemunhos e interferências essenciais para apreender o cotidiano das classes pobres no Rio de Janeiro. Para tanto, foram examinados os romances, os contos e as crônicas dos autores, em especial estas últimas. O gênero crônica foi capital para a investigação, uma vez que se apresenta na forma de textos miúdos, voltados para o tempo presente e os fatos mais ordinários. Ele traz indícios e fragmentos da cidade e de seus habitantes, mostrando como as transformações sociais e tecnológicas afetavam a sensibilidade e a maneira de agir do povo. Esses escritos trazem também pequenos relatos de vida, que contam a história de pessoas comuns, suas lutas e alternativas de sobrevivência. Enfim, essas diminutas narrativas são cheias de dobraduras, imprescindíveis para o historiador remontar o passado.

Ao que parece, quase toda obra de Lima Barreto foi publicada em livro⁵, o que facilitou a pesquisa; afora isso, vasculhou-se o arquivo pessoal do romancista, em especial sua coleção folhetinesca. Esse acervo documental está reunido na Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro. No que tange a João do Rio, infelizmente, a maioria de sua produção textual ainda continua desconhecida para numerosos estudiosos. Muitos de seus escritos se encontram espalhados nos jornais e revistas da época. Ademais, boa parte de seus trabalhos não recebeu nova edição e se constitui em verdadeira raridade⁶. Com efeito, foi realizada uma verificação nos periódicos e semanários em que o literato colaborou, em busca de textos que aprofundassem e esclarecessem as experiências vividas por populares no começo da República. Cinquenta e duas crônicas inéditas foram selecionadas e analisadas⁷. Esse material está igualmente disponível na BN, através de rolos de microfilme e da hemeroteca digital. Já os livros antigos do ficcionista foram inquiridos no Real Gabinete Português de Leitura, também localizado no Rio de Janeiro⁸.

⁵ Recentemente foi publicada uma coletânea de crônicas inéditas do autor, organizadas por Felipe Botelho Corrêa. Ver BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões*. Organização de Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2016. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica, do livro, e o número de página.

⁶ Há pouco tempo a Fundação Biblioteca Nacional lançou três obras do escritor, que foram publicadas pela primeira vez entre os anos de 1911 e 1912. Ver RIO, João do. *Psicologia urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2015; _____. *No tempo de Wenceslau...* 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2015; e _____. *Os dias passam...* 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2015. A partir de agora, as citações dessas obras serão referenciadas com o título da crônica, do livro, e o número de página.

⁷ O catálogo dos textos do escritor, elaborado por Rodrigues, foi de extrema importância para levantamento das fontes. Ver RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: catálogo bibliográfico*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

⁸ Em 16 de agosto de 1921, após a morte de João do Rio, sua mãe Dona Florença doou a biblioteca do escritor ao Real Gabinete Português de Leitura. Sobre o processo de doação para a instituição ver AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história

Houve uma preocupação para que a literatura não fosse a única voz nesta tese, esquadrinhando outras fontes sobre a gente comum, que na sua maioria era analfabeta. Fez-se uso de diferentes artefatos documentais, a fim de efetivar o cruzamento entre diversos tipos de vestígios, expondo, de modo mais complexo e plural, as evidências sobre a vida dos pobres na capital do país. Nesse sentido, foram utilizadas várias matérias da imprensa local: artigos, charges, fotografias, correspondências, poemas e canções populares, buscando relatos e ilustrações que possibilitassem uma clara noção do povo no regime republicano; assim como demonstrassem as representações e imagens que a ele eram atribuídas. O acesso a esse material está disponível na hemeroteca digital da BN. Foram empregados igualmente cadernos de infração de posturas; séries sobre gênero alimentício, asilos, mendigos, pequenos mercados e comércios de pão e carnes; decretos legislativos; relatório da Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística; e por fim documentos avulsos. Toda essa documentação foi pesquisada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Da mesma forma, os testemunhos de viajantes foram importantes para este trabalho, uma vez que trazem uma leitura detalhada sobre a cidade e seus moradores. A narrativa de Gina Ferrero-Lombroso⁹ sobre o Rio de Janeiro, em 1908, traz aspectos significativos sobre as transformações urbanas e o dia a dia dos populares. O relato se encontra localizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em São Paulo.

Para interpretar e analisar essas distintas fontes, tomou-se como procedimento uma escala de observação pormenorizada, buscando nos detalhes, nas informações aparentemente negligenciáveis e insignificantes, revelações sobre os modos de viver e de pensar do povo, no Brasil do início do século XX. Dados ordinários, como notícias de prisões, contendas entre vendedores ambulantes, mendicantes encontrados com certa quantia de dinheiro, pequenas queixas populares sobre a falta de calçamento de uma rua, solicitações de quitandeiros e volantes para perdão de infração cometida, foram percebidos como pistas ou sinais para reconstruir a realidade e a experiência de pessoas comuns. Porém, o olhar histórico sobre o comezinho não deixou de lado os acontecimentos macroscópicos e as grandes cisões sociais, a exemplo do processo de lógica e racionalização do capitalismo no país e a Primeira Guerra

pouco conhecida. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 15, n. 3, p. 233 -249, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/13.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2017.

⁹ FERRERO-LOMBROSO, Gina. *Nell'America Meridionale* (Brasile - Uruguay - Argentina). Milano: Fratelli Treves Editori, 1908.

Mundial, em 1914. Procurou-se mostrar como esses eventos estavam conectados e comprometiam a rotina da gente humilde¹⁰.

A utilização de textos literários como documentos exigiu que eles fossem objeto de confrontação, uma vez que o seu testemunho pode guardar algumas armadilhas para o pesquisador¹¹. A ficção é um campo de fronteira, uma vez que, se por um lado, é dependente da história e do contexto no qual se produz; por outro, é condicionada pela criação e individuação do autor, além de interferir naquele contexto. Nesse sentido, procurou-se, por meio da comparação entre a literatura e os demais tipos de registros, uma delimitação dos aspectos imaginários e reais. Para tanto, fez-se essencial a análise literária, levando em consideração os elementos ficcionais como personagem, narração, espaço, discurso direto livre, alegoria, intertextualidades etc. O fictício é tomado neste estudo como uma arte fecunda e cognoscível para se pensar o conhecimento histórico¹².

Assim, esta tese não se prende aos aspectos históricos e estéticos da literatura de Lima Barreto e de João do Rio, visto que a produção escrita de ambos não é o objeto central da pesquisa. A dimensão estética e testemunhal dos seus escritos possui aqui uma finalidade não literária¹³. Não se limita apenas a compreender como os pobres eram representados em seus textos e nem se contenta em somente reconhecer, na obra de cada um, indícios históricos e temporais. Quer dizer, os registros dos escritores são fontes chaves que orientam esta investigação, mas são insuficientes, por si só, para o objetivo deste trabalho, que intenta remontar a realidade social e a temporalidade histórica dos marginalizados no início da República brasileira.

O exame do texto literário foi orientado pelas reflexões metodológicas de Antonio Candido¹⁴ e Alfredo Bosi¹⁵, críticos que analisam os elementos estéticos e a criação autoral da

¹⁰ As reflexões de Carlo Ginzburg sobre o método indiciário e os sinais foram fundamentais para esta pesquisa. Ver GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹¹ FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 77.

¹² GINZBURG, Carlo. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹³ Candido é claro sobre essa questão, afirmando que devemos evitar dogmatismos, por mais que a crítica atual esteja interessada nos aspectos formais, ela não pode menosprezar e dispensar “disciplinas independentes como a sociologia da literatura e a história literária sociologicamente orientada, bem como toda a gama de estudos aplicados à investigação de aspectos sociais das obras, - frequentemente com finalidade não literária”. Cf. CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 18.

¹⁴ O método de Antonio Candido pode ser observado com precisão na análise primorosa que fez da obra *Memórias de um Sargento de milícias*, de Manoel Antônio de Almeida. Ver CANDIDO, Antonio. *Dialética da malandragem*. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

¹⁵ BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2013.

obra sem diminuir a importância dos contextos sociais e culturais nela entranhados. Tal procedimento foi chamado pelo primeiro de *redução estrutural*, quando a mensagem social, política e ética da produção literária é reduzida a estrutura interior do texto, a “forma ordenadora”¹⁶. Esses estudiosos pensam a ficção em sua dinâmica e tensão, no modo como a organização interna e os artifícios formais da linguagem representa uma dada realidade histórica e traduzem sua ambiguidade. Ou como os processos sociais e ideológicos “enformam a vida simbólica”¹⁷. Aliás, na relação entre a literatura e a história, as resistências e os componentes contraideológicos também se conjugam à narrativa ficcional, elaborando-se quer como temas quer como ações inerentes à escrita¹⁸. Na área historiográfica, Carlo Ginzburg se destaca ao procurar, nas produções artísticas e nos acontecimentos inventados, indícios de um real mais profundo. Segundo o pesquisador “os procedimentos narrativos são como campos magnéticos: provocam indagações e atraem documentos potenciais”¹⁹.

Deve-se salientar que esta tese se mostra relevante não somente porque trata da experiência e da resistência da cultura popular, na sua feição mais diversa, mas também porque explora uma investigação que, até então, não tinha sido feita na historiografia brasileira sobre o assunto. Em outros termos, ainda não se pensou como os artefatos modernos e a ideologia civilizatória foram impressos e apropriados pela população pobre do Rio de Janeiro nos anos iniciais da República; assim como o papel que alguns segmentos populares tiveram na concretização da modernização na capital do país. No geral, a modernidade brasileira da época foi examinada somente a partir da exclusão que aprofundava nas camadas desvalidas da sociedade carioca. Efetivamente, prevaleceu a ideia de que a cidade ficou dividida entre a elite, patrocinadora do progresso e única favorecida por ele, e os totalmente excluídos, que conheceram apenas o lado perverso do avanço técnico²⁰. Não se atentou, por exemplo, que, com o processo de modernização, foram inventados novos empregos –

¹⁶ CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

¹⁷ BOSI, 2013, p. 244.

¹⁸ Id. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 118-135.

¹⁹ GINZBURG, 2002, p. 188.

²⁰ Seguem nessa linha MACHADO, Maria Cristina Texeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002; MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996; NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SALIBA, Elias Thomé. *Cultura/As apostas na República*. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (coord). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012; SEVECENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Trincheiras de sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998; _____. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995; e VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

massagista, chofer, motorneiro etc. –, que beneficiaram um contingente de pessoas despojadas; e que a remodelação urbana atingiu os bairros das classes inferiorizadas, por menor que seja. A perspectiva, adotada nesta pesquisa, reconhece que o povo foi sensível às modificações culturais e ao projeto civilizatório desenvolvido pelas elites, valendo-se das ferramentas e táticas que possuía para ter direito a um quinhão das realizações modernas. Acredita-se que os pobres não foram meramente consumidores ou espectadores da modernidade, mas também produtores e agentes dessa nova ordem. Eles não estavam entre aqueles grupos, é claro, que dirigiam a força institucional, econômica e política dos tempos modernos; suas ações se operavam na borda da história, no cotidiano, na relação miúda do poder.

Nesse aspecto, diverge-se de uma interpretação histórica cindida, que pensa a cidade carioca e os seus habitantes separados em duas zonas. Não se compreende, de forma radical, uma urbe dividida entre os pobres, de um lado, e os abastados, de outro; entre o espaço da modernidade e aquele do atraso. Ou entre o mundo da ordem, do progresso, associado à fachada; e o mundo da “exclusão, dos cortiços, dos subúrbios, do atraso, dos mulatos, dos banidos enfim”²¹. Percebe-se, de acordo com a explicação de Gruzinski, que a realidade é bem mais “mestiça” e dinâmica do que compartimentada. Ela se apresenta de maneira oscilatória, complexa e diversa, nutrindo-se de “fragmentos importados, crenças truncadas, conceitos descontextualizados e, volta e meia, mal assimilados, improvisos e ajustes nem sempre bem sucedidos”²². A sociedade do Rio de Janeiro, apesar de violentamente desigual, comporta essa mistura, existindo cruzamentos e imbricações entre o técnico e a pobreza, entre distintas classes sociais, uns apropriando e reinterpretando as práticas e representações dos outros. É expressivo que o Estado e setores elitistas buscaram controlar essas miscelâneas, ou construir segregações, seja por meio de decretos ou até mesmo repressão; mas isso não era uma tarefa fácil, pois essas influências e entrelaçamentos escapavam constantemente das ações reguladoras e repressivas.

Ao refletir sobre as conexões e a circularidade entre a cultura burguesa e a cultura popular não se pretende suavizar a luta de classe, ou tornar menos grave as diferenças entre ricos e pobres. É, importa sublinhar, em face de conflitos e de disparidades profundas que se dão essas trocas e os ganhos populares. A influência e os proveitos modernos dos humildes não devem ser vistos forçosamente como um artifício do capitalismo para aprofundar a

²¹BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 17.

²²GRUZINSKI, 2001, p. 196.

dominação. É preciso ir além..., vendo, nesses proveitos, formas e possibilidades de acesso encontradas e conquistadas pelas classes inferiorizadas. Ademais, como afirma Certeau, ainda que os marginalizados estejam submetidos e até mesmo consintam com a dominação, muitas vezes, eles fazem dos produtos consumidos ou impostos funções e usos outros, subvertendo o seu significado primeiro. O ato de consumir é também um processo de fabricação, de construção de sentidos e finalidades diversas²³. Indicativo dessa operação é o uso que os populares faziam da imprensa carioca, no começo do século XX. Enquanto os periódicos, a exemplo da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Brasil*, destacavam temas e interesses de cunho popular para atacar figuras políticas e fazer oposição ao governo federal; as pessoas comuns utilizavam o jornal para reclamar da carestia da vida e cobrar sua entrada no mundo moderno, levantando-se contra figuras de poder, tal como o açambarcador.

Este trabalho foi organizado em cinco partes. O primeiro capítulo aborda o problema e as causas da carestia da vida na República; e as várias alternativas cotidianas dos populares para lidar com a miséria. Discute o tema da exclusão social, avaliando os limites do conceito e verificando como os pobres dialogavam com os poderes públicos, em busca de justiça e de soluções para as suas mazelas. Também observa a interpretação e o ponto de vista de Lima Barreto e João do Rio sobre o alto custo dos gêneros de primeira necessidade, trazendo o depoimento desses escritores sobre o estado de calamidade vivido pelas classes marginalizadas da capital.

O segundo capítulo debate o processo de modernização e as suas nuances, expondo como se dava a realização do moderno em face da tamanha pobreza que caracterizava a cidade carioca. Nesse contexto, observam-se como os grupos desprovidos e remediados se apropriaram dos ideais de conforto e civilização; e conseguiram algumas mudanças, conforme os padrões de beleza e de higiene, propagados pelas camadas dominantes. Dá-se maior atenção à zona suburbana, considerada, na maioria das vezes, como espaço dos miseráveis e infelizes, lugar abandonado e sem infraestrutura. Tenta-se mostrar que o subúrbio não era completamente uma área de carência, havendo elementos modernizantes no local, assim como certos comportamentos que estão de acordo com os modelos de elegância das elites. Além disso, trata-se das representações literárias do povo a partir das focagens dos autores em estudo, percorrendo sobre a relação estabelecida entre “pobre” e “atrasado”. Aqui, contrapõe-se à percepção de que as pessoas comuns ocupavam a função de meras espectadoras na modernidade republicana. Enfim, estuda-se como o planejamento da saúde pública, sendo

²³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 38-39.

também um emblema do progresso, foi vivenciado pela gente humilde, e como esta resistiu ao autoritarismo sanitário.

O terceiro capítulo versa sobre as festas e os divertimentos, como o carnaval e a ida à Penha, dando ênfase aos usos políticos das comemorações. Nesta parte, são despontadas as críticas e resistências dos populares à intolerância e à violência do chefe de polícia, ao aumento dos preços dos gêneros alimentícios, ao autoritarismo de figuras políticas. Tudo isso era expresso por meio de músicas e poemas de protestos. É igualmente analisada a concepção que Lima Barreto e João do Rio tinham dos festejos carnavalescos e de outras solenidades, avaliando a memória e os registros históricos dos cronistas sobre o tema. Da mesma forma, examina-se o quanto as distrações e os lazeres cotidianos dos humildes foram modificados em razão da introdução de hábitos modernos e do surgimento de ritmos estrangeiros e acelerados. Com base nisso, investiga-se as querelas que as elites intelectuais do momento faziam em torno do par “tradição/modernidade”. Em suma, mostra-se de que maneira os eventos ordinários dos pobres são representados nas festividades e horas de lazer.

O quarto capítulo trabalha com dois grupos de marginalizados: os vendedores ambulantes e os mendigos, revelando seus modos de viver e de se organizar nas ruas da cidade. Acredita-se que se, por um lado, a fina flor do Rio de Janeiro construiu as suas fachadas, encenando uma peça moderna nos salões e bulevares da capital, que pôs em cena uma conduta apurada e gestos refinados; por outro, o povo compôs um contrateatro para sobreviver e resistir às intempéries sociais, elaborando nos logradouros e mercados uma arte de ganhar dinheiro e comover os transeuntes. Compreende-se ainda até que ponto esses segmentos populares foram excluídos e absorvidos pela modernização; tanto quanto os limites que impuseram na consolidação da modernidade, consoantes os parâmetros desejados pelas elites.

O quinto capítulo se dedica à relação entre história e literatura, a utilização das fontes ficcionais, o papel da escrita no engajamento social e político, e as inesperadas semelhanças entre Lima Barreto e João do Rio. Nesse raciocínio, apreende-se a definição do gênero crônica, e o seu significado para os literatos em questão. Pretende-se também mostrar a consciência histórica nos escritos dos autores, averiguando como se organizam em suas obras os acontecimentos reais do regime republicano. Por fim, mostra-se de que maneira a vida desses homens de letras, de personalidade e comportamentos tão distintos e controversos, estava ligada pela narrativa familiar, a formação educacional e o gosto pela literatura e pela abordagem da cultura popular.

CAPÍTULO 1:

OS DESVALIDOS E DESERDADOS DA REPÚBLICA

1. Cultura popular e exclusão social

Não era nada fácil pertencer à classe popular nas primeiras décadas do regime republicano. O povo enfrentava todo tipo de hostilidade por parte de uma poderosa minoria, que impunha obstáculos em todos os aspectos da existência dos humildes, ou seja, em sua maneira de viver e trabalhar, de se divertir e brincar, de vestir, morar e até sentir.

As camadas inferiorizadas tinham que lidar com o elevado custo dos bens essenciais à vida, e com uma economia nacional voltada prioritariamente para o interesse do café (mais outros para exportação: borracha, o cacau, o mate e o fumo²⁴) e do capital. Tinham também que confrontar-se com um mercado de trabalho insuficiente em relação à demanda populacional. A maioria dos indivíduos era obrigada a conviver com habitações escassas e os alugueis caros; e com as várias epidemias que assolavam o Rio de Janeiro, matando milhares de seres humanos anualmente. Para aprofundar esse universo de carência, ainda havia todo um discurso científico que condenava os hábitos e o corpo dos pobres como manancial de doença e contaminação. A ideologia da classe dominante era antipopular e racista, censurando o modo de ser do conjunto das pessoas pobres, condenando suas práticas religiosas, festivas e cotidianas, tomadas como selvagens e perigosas. A maioria da população vivia sitiada, e era preciso muita destreza e esperteza para escapar de um período tão asfixiante, chamado de “bela época”²⁵, ou como Marcos Antonio da Silva ironizou “bête époque”²⁶.

²⁴ PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 210.

²⁵ Alguns dos importantes estudos sobre o tema são BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2001; ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995; VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988; SEVECENKO, 2003.; NEEDELL, 1993.

²⁶ Silva aponta para a necessidade de problematizar o termo “belle époque”, a fim de “não nos tornarmos cúmplices de suas armadilhas ideológicas, para não sermos porta-vozes dos ideólogos em questão”. Cf. SILVA, Marcos. “História e Literatura, Acre e Amazônia – Sobre o romance *Coronel de barranco*”, 28 de janeiro de 2014. Disponível em: <www.substantivoplural.com.br/historia-e-literatura-acre-e-amazonia-sobre-o-romance> Acesso em: 28 de setembro de 2017.

Dois importantes escritores, ao longo desses vinte anos, testemunharam as árduas condições que o povo vivenciou. A partir de perspectivas diferentes, eles relataram a rotina das camadas despojadas do Rio de Janeiro, tornando-se ecos dos protestos e demandas populares. Foram eles, Lima Barreto e Paulo Barreto, este mais conhecido pelo pseudônimo de João do Rio. Tanto o primeiro, com um ponto de vista mais libertário; quanto o segundo, com uma posição mais conservadora, acompanharam de perto a existência política, cultural e social da capital do país. Cronistas da cidade, escreveram sobre costumes, moda, teatro, política, economia, religião, educação, conflitos urbanos, greves, guerras etc. Nada escapava da pena desses dois autores, desde os grandes eventos até os pequenos fatos, os mais diminutos, eram dignos de notas. Com uma linguagem afiada e denunciadora, registraram a situação dos pobres na República, o extremo descaso sofrido pela população nos elementos mínimos para sua existência, como comer e habitar. Mas também trataram das festas e diversões do povo, de suas lutas e resistências diárias. As suas crônicas são peças e pistas importantes para remontar a história das classes marginalizadas no Brasil do início do século XX.

Por meio da análise literária e histórica de seus textos, e com o apoio de outras fontes, podem-se levantar novas hipóteses sobre os pobres na República brasileira, tomando como focagem duas situações que marcaram o momento: a carestia e a modernização. A primeira suposição é que a exclusão social, imposta pelos grupos de poder, não desce de “goela abaixo” na vida dos humildes. Ela não é um fato em absoluto, possuindo entraves e até barragens. É necessário reformular a ideia de excluídos sociais e políticos, visto que se as elites procuraram excluir o povo dos bens e riquezas nacionais, este não se afastou dessa produção sem resistência, inserindo-se, de outros modos, no debate político, perfurando as redes da exclusão através de constantes trânsitos e movimentos, e da ação individual e cotidiana. Em outros termos, se as classes dominantes utilizaram todo um aparato institucional e opressor para açambarcar as benesses e os progressos materiais, a população carente contrapôs tal força com insistências, bloqueios e pressões diárias.

Com respeito à instância política, embora as camadas inferiorizadas estivessem separadas dos círculos e decisões de poder, elas respondiam e reagiam às esferas estatais por intermédio da música, do verso, do jogo de palavras. João do Rio estava certo quando disse que a poesia urbana do povo “é como o riso e o soluço, a chalaça e o suspiro dos sem-nomes e

dos humildes”, desfazendo “os fatos mais graves em lundus e cançonetas”²⁷. Recolhendo trovas de presos e poetas de ruas, o escritor mostrou como os acontecimentos políticos do país e do Rio de Janeiro estavam na boca do povo. Na Revolta de Canudos, por exemplo, garotos da cidade carioca cantavam a coragem de Antônio Conselheiro:

Quem será esse selvagem
Esse vulgo santarrão
Que encoberto de coragem
Fere luta no Sertão?²⁸

A Lei do Selo, de 1900, também foi tema da quadra popular. Conforme o regulamento, o recibo comercial, que superasse o valor de 29 reis, deveria ser selado, sob a pena de multa de 600\$ até 2.000\$000 reis. É com humor que o verso critica as penalizações²⁹.

Sapateiro já não pode
Bater sola sossegado
Se não selar as botinas.
Catrapuz! Está multado³⁰.

Todavia, a inserção política dos pobres não se fazia somente por meio de versos, mas igualmente de pequenas sabotagens, recusas e obstinações. Nesse sentido, contrariavam-se decretos e leis municipais e se cometiam agressões contra os guardas e policiais. Com efeito, os vendedores ambulantes e os mendigos impunham um ritmo e um movimento na cidade, contestando os poderes públicos. No primeiro caso, o comerciante volante poderia ofertar as suas mercadorias sem autorização, falsificar licenças, descumprir os horários de venda de certos produtos, transitar em áreas proibidas etc. O vendedor de renda, João Pareja, do distrito de Engenho Novo, compreende uma dessas ocorrências. Em maio de 1905, ele foi multado por um guarda, e teve seus artigos apreendidos por não estar licenciado. Recorrendo às vias legais, procurou a relevação da multa, apresentando a licença que teria esquecido. Porém, teve o seu processo indeferido, pois o número do documento não correspondia ao número de chapa³¹, o que remete ao embuste de Pareja, além de sua tentativa de enganar o Estado. Esses

²⁷ RIO, João do. A musa das ruas. In: _____. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo Companhia das Letras, 2008. p. 235. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica, do livro, e o número de página.

²⁸ Ibid., p. 245.

²⁹ *Gazeta de Notícias*, 11 de março de 1900. p. 1 (Digitalizado).

³⁰ A musa das ruas. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 247.

³¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Série Infração de Postura. Engenho Novo (1905-1907). Códice 10. 1. 29. p. 147-148. Os cadernos de infração de posturas, documento composto de vários textos breves, oferecem vestígios da mentalidade do solicitante, de sua condição material, da sua vida familiar, de suas perdas e

tipos de golpes eram comuns e são bastante significativos, porque revelam que as pessoas humildes não estavam completamente excluídas do universo político. Apesar de uma relação desigual, as classes marginalizadas entravam no jogo do poder, usando da esperteza e do diálogo para obter vantagem e discordar daquilo que lhes infringiam. Entrando em território inimigo, Pareja buscou astutamente recuperar os seus objetos de trabalho, contrapondo-se à ordem estabelecida.

O segundo caso consiste na insistência de indivíduos viverem da caridade pública, ainda que a mendicância fosse condenada no Distrito Federal, pelo decreto nº 403, de 14 de março de 1903, sob a pena de 50.000 reis de multa ou oito dias de prisão³². A despeito da lei, o que se observa é um crescimento do número de mendigos e asilados, recolhidos nas ruas, deixando as autoridades preocupadas e em estado de alarme. João do Rio, como se verá, registrou esse fato, contando os pedintes espalhados pela cidade, entrevistando os mendicantes e as suas organizações profissionais. Por escaparem da lógica de trabalho capitalista, os tiradores de esmola eram classificados como improdutivos, vagabundos e vadios. Desafiando as ordens políticas, eles perambulavam pelos logradouros, em bandos ou sozinhos, mostrando suas chagas ou fingindo alguma doença para comover os transeuntes. E tais deslocamentos, assim como o conhecimento da urbe, dificultava uma ação sistemática e eficiente do governo para controlar o avanço desse grupo social.

Destarte, a atividade política do povo, aqui tratada, não se refere àquelas manifestações diretas e coletivas, que explodem de vez em quando. Também não se alude à ação organizada e deliberativa de determinada parcela da população. O combate político se dá nos fatos miúdos, de forma espontânea e imprevista, em função das conjunturas socialmente impostas. Ele pode surgir numa roda de samba, num momento de festa, no ato do trabalho, entre outros. Como afirma Chesneaux, as intervenções e resistências das classes inferiorizadas

estratégias. Em regra, eram ditados pelo escrivão, que desempenhava um papel intermediário entre o infrator e o prefeito, geralmente o destinatário dos pedidos de relevação de multas. A maioria dos transgressores era analfabeta, e de profissão autônoma: ambulantes, quitandeiros, carroceiros, pequenos funcionários entre outros. Embora exista possibilidade do expedidor distorcer ou alterar alguma palavra do suplicante, a flexibilidade dessas pequenas queixas e petições demonstra tanto um modelo de comportamento, quanto certas singularidades no que diz respeito ao queixoso. Por tudo isso, essas fontes se fazem importantes, pois trazem aspectos cotidianos que afetam as classes pobres do Rio de Janeiro, a exemplo das dificuldades de sobrevivência, da modalidade de ocupação, da enfermidade e da morte no seio doméstico, do número de filhos e filhas vivendo em casa, da estimação pelos animais de criação etc. Essas petições não se tornam apenas espaço de protesto, mas também de desabafos dos grupos desfavorecidos. É grande a variedade de assuntos e reclamações contidos nesses pequenos documentos.

³² AGCRJ. Série Legislativo Municipal (1903). Códice 18. 3. 13. Sem paginação. Infelizmente, não se encontrou, nas séries sobre mendicância e nos relatórios da Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, nenhum indício quantitativo da proliferação dos mendigos na cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, o testemunho de João do Rio e as notícias de jornais dão conta desse crescimento, como será visto no quarto capítulo.

não se realizam somente por meio de irrupções e enfrentamentos diretos, inscrevendo-se, pois, de forma individual no cotidiano. “Por detrás do acaso das circunstâncias, desenham-se imediatamente as profundas contradições de uma sociedade, através dos incidentes de rua, das crises familiares, dos ‘acidentes’ produzidos por uma falsa fatalidade, dos ‘crimes e delitos’”³³.

Posto isso, não se acredita, como diz Menezes³⁴, que o Rio de Janeiro, com o processo de modernização, passou a ter uma face voltada para o futuro, assinalada pelos interesses de uma minoria argentária e poderosa, e outra cara direcionada para o passado, em que negros e imigrantes pobres estariam relegados à “exclusão total”. Deve-se salientar que não se nega aqui a desigualdade extrema aprofundada durante a República, mas um tipo de interpretação inflexível sobre o período. A gente comum não é apenas um receptáculo das injustiças perpetradas pelo Estado e pelas elites mandatárias, ela protesta e atua contra as disparidades econômicas e culturais, forçando negociações e desvios nos projetos e nas intenções de quem detém o poder. Aliás, o mínimo das benesses do progresso deveria ser garantido aos pobres, a fim de que o ideal civilizatório fosse legitimado e concretizado. Nessa esteira, irão se desenvolver, por exemplo, os planejamentos higiênicos e o combate às doenças tropicais que, apesar de autoritários, visavam à saúde pública.

Convém reforçar, as classes populares não ficaram para trás, induzidas à privação e ao esquecimento. Elas construíram e reinventaram o seu futuro, lançando mão de diversas ferramentas e da contingência para conseguir um quinhão dos prazeres e do conforto propagandeados pela nata republicana. Em consequência, levanta-se uma segunda hipótese: a modernização não era exclusividade das elites cariocas; e nem o povo ficou circunscrito ao caráter negativo dos avanços tecnológicos e do modelo europeu de civilização.

Uma concepção perdura em grande parte nas análises sobre a época, a de que o processo de expansão e de racionalização do capital no Brasil construiu dois mundos fixamente demarcados. De um lado, um centro comercial e econômico caracterizado pela beleza, a higiene, repleto de prédios majestosos; e ocupado por uma burguesia vestida à francesa. Do outro, a periferia, uma região insalubre, desprovida de infraestrutura, onde viviam a gente pobre e sofredora, observando por fora os benefícios do progresso³⁵.

O historiador Sevckenko, embora faça um exame perspicaz das transformações ocorridas na capital do país, também reflete historicamente a instalação da República nessa

³³ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre história e historiadores. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995. p. 154-155.

³⁴ MENEZES, 1996, p. 36.

³⁵ Ibid., p. 39.

chave. Para ele, o novo regime aprofundaria o fosso entre duas sociedades: a do luxo *versus* a da miséria. Uma marcada pela aparência e o sortilégio; outra, configurada num inferno social. A primeira era cosmopolita, apreciadora do *five o'clock*, dos palacetes, das avenidas, jardins e teatros. Era arrivista e caminhava num ritmo vertiginoso. A segunda era tradicional e estigmatizada pela supressão de seus costumes, do seu local de trabalho, do seu lar. E estava sujeita a várias doenças, à fome e à falta de moradia³⁶. Tal explicação opera numa suposta ruptura entre o atual e o antigo, imprimindo a ideia de “fachada” como eixo dessa nova ordem. Consoante o autor, “as fachadas tornam-se a preocupação permanente e ubíqua, não só na arquitetura: ‘Nestes tempos, a fachada é tudo’”. As relações sociais seriam sucedâneas da aparência urbana³⁷. Segue nesse raciocínio Needell³⁸, quando alega que a remodelação na cidade é o exemplo óbvio da fantasia dominante da elite carioca, cujo objetivo era implantar no Rio de Janeiro o modo de vida francês ou inglês. Velloso³⁹ comenta, do mesmo modo, que “a paisagem da modernidade se encontra repleta de fundos falsos, jogos de espelhos e luzes diabólica”. Resende, assim como Botelho, compreende o espaço carioca dividido entre, de um lado, o subúrbio e o morro esquecido; e de outro, a parte elegante e cinematográfica da urbe, a “cidade letrada”⁴⁰. E ainda nessa perspectiva, Saliba, no texto *Cultura/as aposta na República*⁴¹, examina as mudanças operadas no regime, enfatizando a cisão entre o moderno e o arcaico, e o caráter “falso” e imitativo da modernidade brasileira.

Crê-se que a concepção de fachada tende a ver como falso brilhante um processo histórico densamente confuso e dialético. A valorização da imagem ou o culto à exterioridade possui um sentido. São marcadores sociais, cuja finalidade exprime domínio e hierarquia. Por meio de performances, as classes abastadas e pensantes buscavam uma afirmação de si mesmas, enquanto representantes do poder e do “futuro nacional”; e tentavam transmitir uma sensação de segurança e de ordem que era essencial para atrair capitais e investimentos para o país. A aparência, desde os vestuários, hábitos e comportamentos importados até os espaços remodelados, era uma encenação necessária à implantação da “civilização”. E esse teatro era contraposto ao contrateatro dos pobres, feito nas ruas, praças e mercados⁴². Como se verá, a

³⁶ SEVCENKO, 2003, *passim*.

³⁷ *Ibid.*, p. 121.

³⁸ NEEDELL, 1996, p. 267.

³⁹ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Petrópolis: KBR Editora, 2015. p. 267.

⁴⁰ RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Unicamp, 1993. p. 103-108; BOTELHO, 2001, p. 17.

⁴¹ SALIBA, 2012, p. 257-259, 271.

⁴² Sobre teatro e contrateatro social ver THOMPSON E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizados por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2012. p. 239-240.

cultura popular, bem diferente das intenções das elites, elaborava uma teatralização em benefício de sua sobrevivência ou como forma de protesto, geralmente utilizando do humor e da rima.

Aliás, Burke comenta que não se devem condenar os grupos privilegiados por sua extravagância, pelo exagero dos seus palacetes e vestimentas preciosas, uma vez que os gastos aparentemente inúteis e excêntricos possuiriam funções reais e uma racionalidade latente. Para o historiador, esses “consumos ostentatórios” teriam a finalidade de construir uma imagem pública, que salvaguardaria não apenas a representação e o controle do eu, mas também da classe da qual o indivíduo faz parte. Para tanto, fazia-se importante cuidar e manter certa compostura (expressão, modo de andar e gestos) e consumir determinados artigos (roupas, edifícios e estátuas, dentre outros). A eficácia desses arranjos e comportamentos dependeria do artifício da “fachada”, a bem dizer, de um conjunto de elementos que remeta ao cenário e ao espetacular. Desse modo, estaria assegurada a percepção do outro sobre a imagem construída de si ou do segmento a que se pertence⁴³. É salutar frisar, contudo, que o “mundo como teatro” não era predicado somente dos endinheirados, visto que a gente mais humilde elaborava peças artísticas e acenos dramáticos. Os mendigos e vendedores ambulantes do Rio de Janeiro, por exemplo, encenaram toda uma performance nas ruas, nos começo dos anos 1920.

Além do mais, esse tipo de leitura – modernidade e fachada *versus* pobreza e tradição –, encurta uma compreensão mais imbricada e complexa do período. Isso porque a cultura popular e o tradicional não estavam e não são estagnados no tempo. Ambos interagem com as transformações sociais e os avanços técnicos trazidos pela República. Se a tradição pode resistir às inovações, ela é também modificada e cooptada pela novidade e pelas demandas culturais e políticas. Sua própria sobrevivência depende das articulações e dos diálogos travados com a modernidade. Isso não significa dizer que os contatos sejam feitos numa condição de igualdade. Eles são sempre construídos em luta, numa batalha diária, marcada por momentos de tolerância e de muita violência.

Numa dessas relações, o mais humilde toma, para conseguir o seu objetivo, a linguagem do opressor ou o seu discurso ideológico, que é o da nação avançada e refinada. Foi usando desse argumento que, em 1904, Claudio Xavier de Amaral e a sua esposa Clara Joaquina Limões do Amaral tentaram obter licença a fim de instalar uma feira livre, num terreno de propriedade dos cônjuges, localizado entre as estações de Madureira e D. Clara. A

⁴³ BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Tradução de Vanda Maria Anastácio. Lisboa: Difel, 1992. p. 152-153.

justificativa do casal, para que a Diretoria de Viação e Obra autorizasse a criação do mercado, era que esse empreendimento beneficiava a agricultura brasileira, sendo uma prática de vários “países de adiantada civilização”, a exemplo da Suíça⁴⁴. Motivo semelhante foi utilizado por Albino Pinto de Miranda, dono de uma padaria em Vila Isabel, em 1907. Para ele, a lei, que obrigava o uso de carrocinha para condução de pães, tinha alguns inconvenientes. Se o transporte era ideal nas áreas centrais da cidade, visto que estas passaram pela reforma, não era apropriado para os arrabaldes e morros, onde o alimento era levado nas portas dos fregueses. O peso das carroças e o mau calçamento poderiam dificultar o entregador, prejudicando, por sua vez, os interesses dos comerciantes. Em razão disso, Miranda sugeria que, nesses locais, o pão fosse transportado em cestos fechados, “elegantes e higiênicos”⁴⁵. Apesar de não se saber o poder aquisitivo do proprietário, nota-se que ele reage às desvantagens dos novos padrões de sofisticação social, empregando a mesma fala que legitima a ação das camadas dirigentes: a questão do embelezamento e da saúde. Em resumo, o próprio discurso e a linguagem do opressor podem servir como resistência, sendo um contraponto ao instituído.

Enfim, a gente comum não marchou na contramão da modernidade, a passos lentos. Sua participação ativa na modernização republicana se realizava igualmente na democratização do veículo público como o trem e o bonde, e na popularização do cinema e do gramofone. As classes inferiorizadas acompanharam o ritmo vertiginoso da urbe, apropriando-se de danças estrangeiras e dos compassos acelerados – *shimmy*, *foxtrot* e *maxixe*. Elas organizaram os seus clubes recreativos e esportivos à moda burguesa. Ademais, os marginalizados retomaram os espaços da remodelação urbana, seja como transeuntes, vendedores ou pedintes.

É claro que essa apropriação dos elementos modernos era feita nas bordas da história, já que a maior parte das riquezas nacionais estava concentrada nas mãos de uma minoria. No entanto, é por meio dessas bordas, e dos pequenos testemunhos guardados nelas, que se podem compreender as façanhas dos pobres. Vale salientar que a modernidade não é uma realidade que se possa controlar de forma incondicional. Os seus tentáculos ultrapassam os grupos sociais que a impulsionaram. Não obstante, a inserção dos humildes no processo de modernização se faz através de combates e reclamações. Os ganhos populares não foram ofertados como presentes, não foram migalhas que as elites deixaram cair pelo chão. Eles foram resultados de lutas.

⁴⁴ AGCRJ. Série Mercados. Códice 61. 2. 5. p. 27

⁴⁵ AGCRJ. Série Comércio de Pão. Códice 59. 1. 32. p. 26.

Disso, advém uma terceira hipótese, as comunidades carentes batalharam para se ver incluídas nas benesses do progresso, impetrado pela burguesia. A população pobre também tomou para si o ideal burguês de civilização, integrando-se na ordem estabelecida. As ruas limpas e praças ajardinadas, os calçamentos planos e alinhados, um espaço higienizado e confortável eram demandas igualmente exigidas e cobradas pela arraia-miúda. Acredita-se que isso sucede porque a ideologia do embelezamento e da higiene estava, de certo modo, interiorizada na vida das pessoas comuns. E a principal ferramenta utilizada para reclamação em prol desses serviços era o jornal. Como demonstra Eduardo Silva⁴⁶, a imprensa se torna um aparelho importante para as queixas das camadas desprovidas. Foi empregando desse artifício, portanto, que moradores da Rua Capitão Rezende, Méier, pediram que as autoridades tomassem providências contra um prédio que escoava água servida no logradouro, contribuindo para pouca limpeza do local⁴⁷. Os habitantes da Rua Angélica, localizados na mesma zona suburbana, também cobraram pela falta de calçamento do lugar, que ficava todo alagado quando chovia⁴⁸.

Enfim, é alicerçada nessas reflexões e indícios, que se pretende compreender a experiência e a crítica do povo nos anos iniciais da República brasileira, tomando como guias testemunhais os escritores Lima Barreto e João do Rio. Todavia, é preciso entender os sujeitos sociais que estão em jogo nesta pesquisa. O que se denomina por cultura popular? Quem são esses homens e mulheres empobrecidos? O que há de comum em suas vidas e no modo como enfrentam as transformações do tempo e da sociedade?

Efetivamente, apreende-se o conceito de povo como uma categoria plural, não apenas circunscrita no âmbito cultural, mas também econômico. A definição não se refere tão-somente àqueles indivíduos que estão na condição de extrema pobreza, trata-se igualmente daquelas pessoas remediadas, que ganham o suficiente para sobreviver, mas podem a qualquer momento, em razão de alguma crise financeira, ter a sua vida material prejudicada. Nesse aspecto, tal acepção abarca o vendedor ambulante, o mendigo, a quituteira, a lavadeira, o carroceiro, operário, trabalhador braçal, pequenos comerciantes e funcionários públicos. Aliás, o termo não se restringe aos brasileiros, incluindo pessoas de outros países e continentes.

A cultura popular não é uma força sedimentada. Como nota Ginzburg, ela existe em constante influxo e circularidade, apropriando-se do saber de outros grupos sociais, ao passo

⁴⁶ Ver SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

⁴⁷ *Gazeta Suburbana*, 6 de outubro de 1910. p. 3 (Digitalizado).

⁴⁸ *Gazeta Suburbana*, 19 de fevereiro de 1911. p. 2 (digitalizado).

que também lhes imprime seus símbolos e modo de ser. Partindo de um referencial próprio, as camadas inferiorizadas dialogam e trocam conhecimento, por exemplo, com as classes hegemônicas⁴⁹. Ressalta-se, ela é heterogênea, havendo, seja no campo ou na cidade, subculturas, assinaladas por regras, crenças e valores de procedências distintas, tais quais as associações de mendigos, e as minorias étnicas e profissionais⁵⁰. Todavia, se coexiste muita variedade cultural num mesmo espaço, tais diferenças podem conviver juntas, ter experiências em comum, entrar em tensão e divergências. Nesse aspecto, concorda-se com Thompson⁵¹, quando critica a generalização que o conceito “cultura popular” muitas vezes encerra. Para o historiador, esta é mais que uma partilha de significados, atitudes e formas simbólicas⁵², a cultura é “um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópoles; é uma arena de elementos conflitivos”, marcados por fraturas e contradições.

Essa diversidade pode ser evidenciada na realidade brasileira do começo do século XX. A República agregava múltiplas nacionalidades, resultantes do incentivo imigratório europeu e do contingente africano e seus descendentes, os libertos da escravidão. Para se ter uma ideia, em 1906, a população do Rio atingia o algarismo de 811. 443 indivíduos, sendo 600. 928 brasileiros e 210. 515 estrangeiros. Embora a maior parte dos imigrantes fosse de origem portuguesa, italiana e espanhola, em torno de 85% da população estrangeira, havia na capital: ingleses, alemães, franceses, turco-árabes, africanos etc. Estes últimos correspondiam a um número de 702 pessoas, advindas geralmente de Angola, Congo e do Golfo da Guiné, e concentradas principalmente nas regiões do Espírito Santo, Gamboa, Inhaúma, Méier, São Cristóvão e Lagoa. Cada distrito com 87, 86, 56, 54, 44, 43 indivíduos⁵³. Ou seja, 52,70% da população africana estavam agrupados nessas seções. Não é por acaso que esses locais serão frequentemente visitados e flanados por João do Rio, que expôs a pluralidade desses grupos: ijexá, oió, aboum, hauçá, itaqua (pertencentes aos iorubás) e cabindas (de origem banto)⁵⁴. O

⁴⁹ O conceito de circularidade é fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que pressupõe um relacionamento circular entre a “cultura das classes dominantes” e a das “classes subalternas”. Tal relação é expressa por “influências recíprocas”, que se movem de um lado para outro e vice-versa. Sobre isso, ver GINZBURG, 1987, p. 13.

⁵⁰ Sobre a variedade da cultura popular, ver BURKE, 1989, p. 56-62.

⁵¹ THOMPSON, 1998, p. 17.

⁵² Ibid., loc. cit. Thompson se refere especificamente a Burke (op. cit., p. 25), que define a cultura popular como “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais) em que eles são expressos ou encarnados”. Para o pesquisador, nesse tipo de leitura, corre-se o risco de se analisar o conjunto das pessoas de forma ultraconsensual.

⁵³ Recenseamento do Rio de Janeiro, realizado em 20 de setembro de 1906. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015. p. 128-129.

⁵⁴ Em 1904, o escritor publicou no jornal da *Gazeta de Notícias* uma série de reportagens sobre as várias religiões existentes na capital, dando ênfase aquelas de origem africana. Depois, esse trabalho foi lançado no

cronista registrou, do mesmo modo, os conflitos que encerravam essas etnias. Os povos de procedência iorubá tendiam a ver os cabindas como gente ordinária, inferior e ignorante, porque não guardavam certa pureza religiosa, copiando os ritos de outros, misturando as cantigas de seus festejos com cânticos em português⁵⁵.

Em face de tamanha composição humana, faz-se necessário interrogar sobre os laços que enredavam essas pessoas. Embora elas possam pertencer a diferentes costumes, partilhavam de experiências comuns, trocavam afetos, dividiam suas crenças, festas e espaços. Com efeito, acredita-se que dois fatores articulavam a existência desses homens e mulheres: uma base material precária e os mecanismos de resistência. Todos tinham que lidar com uma situação de miséria e de alto custo de vida. Ora, o desemprego, o aluguel caro, a escassez de habitação, a inflação exorbitante e a iminência de doenças punham esses indivíduos num destino parecido: a luta pela vida.

Destarte, quando essa gente tinha o seu modo de viver afetado, ou quando a sua forma de “ganhar pão” estava ameaçada, é que se nota a quebra das regras impostas de cima, e a burla da lei. Na realidade, era no momento em que se mexiam na alimentação e na festa dos humildes que se brotavam os protestos, as pequenas agressões e os golpes. Mas esses atos de rebeldia não punham completamente em xeque os representantes do poder. Estes ainda continuavam sendo chamados pelos mais pobres de “excelentíssimo”, “senhor”, “chefe”, “doutor”, “general” etc. As infrações de posturas e as cantigas populares do período estão cheias desses pronomes de tratamento, referidos a prefeitos, delegados e dirigentes de polícia, o que denota um certo acatamento da autoridade dessas figuras públicas, mesclado, por vezes, a riso sarcástico.

Tais formas de mencionar podem ter dois significados. De um lado, elas servem como táticas⁵⁶, pressupondo uma relação entre aquele que detém a principal força e aquele que é ausente de poder instituído. Este, ao reconhecer o domínio do outro, apela para o seu senso de justiça, sua generosidade e para sua condição de mais forte. Um apelo que exige ponderação e

livro *As religiões no Rio*, em 1907. Cf. RIO, João do. No mundo dos feitiços. In: _____. *As religiões no Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 20. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica, do livro e o número de página.

⁵⁵ Ibid., p. 39.

⁵⁶ O conceito de tática, utilizado neste trabalho, é tomado emprestado de Certeau. Para o historiador, tática seria a arte do fraco, quer dizer, um movimento do humilde no espaço controlado pelo inimigo. Seria uma ação realizada fora de um lugar determinado, e marcada pela circunstância e pela esperteza. Por isso, “ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia”. CERTEAU, 2014, p. 94-95.

amenidade no conflito. Assim, em 1912, quando o carpinteiro Antonio Gonçalves Cardoso foi multado em um conto de reis, por ter sido encontrado, às onze horas da noite, carregando meio porco, solicitou o perdão da multa, recorrendo para “Vossa Excelência”, o prefeito, “justiceiro que é”, fazer-lhe justiça. Segundo o requerente, ele não estava vendendo carne clandestina, sendo esta um presente dado por um amigo⁵⁷.

De outro lado, essas designações de comando são sintomáticas de uma ligação paternalista entre as partes. Como principais donos do poder, os membros do governo tinham que olhar para os pobres com afabilidade. Foi nesses termos que, em 1906, o carroceiro Joaquim Barbosa de Campos pediu relevação de uma pena de cem mil reis, infligida porque o peticionário estava carregando estrume fora do horário estabelecido. Conforme o disposto no artigo 5º, do decreto nº 672, de 9 de maio de 1899, a remoção de esterco deveria ser feita na estação calmosa, das duas horas da madrugada até as sete horas da manhã. O impetrante, no entanto, teve a sua carroça apreendida às sete e meia da manhã, quando transitava pela rua. É expressivo o argumento utilizado por Joaquim para conseguir absolvição da multa, visto que se defendia, recorrendo para a sua carência material e a benevolência do prefeito: “o suplicante sendo pobre e lutando com dificuldade pede a V. Ex.^a a relevação da dita multa, fiado na reta bondade e justiça de V. Ex.^a espera favorável”⁵⁸.

As duas infrações nos trazem alguns aspectos da cultura popular nos anos iniciais da República brasileira. Não era sempre através de golpes e improvisos que o povo resistia à ordem estabelecida, mas usava igualmente das vias legais. Por meio de representações populares, solicitações e pedidos, as pessoas comuns procuravam demonstrar a sua insatisfação com os poderes instituídos, o seu desacordo com as políticas e as regras fixadas. Ao cobrar justiça, afirmava, pelo reverso, que estavam sendo injustiçados e que o governo não cumpria com o seu papel de garantir a equidade. Ou seja, aceitava-se o sistema, para recusá-lo. Os poderes institucionais e os seus arranjos não são postos em dúvida enquanto representação política da sociedade. Ora, eles são reconhecidos e legitimados à medida que o homem pobre busca neles um meio para a solução do seu problema econômico. Todavia, essa busca aparece como negativa. Nunca é para elogiar o poder, mas para reparar um suposto erro, uma injustiça, a ausência de generosidade de quem administra e governa. O Estado é enfrentado na forma da teatralização, num fingimento de obediência e aceitação, cuja finalidade é tirar proveito.

⁵⁷ AGCRJ. Série Infração de Postura. São Cristóvão (1912-1913). Códice 10. 3. 1.

⁵⁸ AGCRJ. Série Infração de Posturas. Engenho Velho (1906-1907). Códice 10. 2. 3

Dessa maneira, concorda-se com Chaui, quando escreve que a cultura popular brasileira tem predicados ambíguos, podendo ser ao mesmo tempo conformista e resistente. A pesquisadora chega a tal conclusão ao estudar as práticas e ações populares durante o regime ditatorial, observando como as classes marginalizadas se erguem contra os símbolos e a força dominante sem entrar em combate aberto, quer dizer, sem os destruir⁵⁹. Mas o recurso legal, empregado pela gente humilde, revela também que esta não era “vítima passiva nem objeto da lei”. Ao contrário, demonstra a participação e atividade dos pobres no ordenamento da sociedade e no manejo da justiça. Como diz Ignatieff, os marginalizados “usavam-na para seus propósitos, quando podiam”⁶⁰.

Outra característica era que o povo recorria frequentemente a laços paternalistas para obter vantagens. Ele negociava com as classes dominantes, e buscava alcançar benefícios, apelando para os bons sentimentos dessas classes. Contudo, o paternalismo não era simplesmente uma artimanha, mas um constitutivo histórico do “velho sistema senhorial”, que sobreviveu ao Império e à implantação do regime republicano⁶¹. Com base no raciocínio de Thompson⁶², acredita-se que as camadas inferiorizadas possuíam uma identidade social até certo ponto incongruente, alternando entre a rebeldia e a obediência.

Thompson comenta que é possível perceber num indivíduo uma identidade social ambígua, que ora é deferente, ora é rebelde. É por esse ângulo que o historiador analisa a cultura popular inglesa do século XVIII, mostrando o paradoxo da plebe, dona de uma cultura conservadora e, do mesmo modo, insurreta. O conservadorismo popular resistiria comumente às inovações capitalistas, já que esta era experimentada como uma exploração, tornando-se uma espécie de conservadorismo crítico. Também seria em nome dos costumes em uso que a plebe se levantaria contra os avanços tecnológicos, buscando legitimar seus protestos por meio de normas paternalistas, escolhidas de acordo com seus interesses atuais. “Por isso a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes”. Nas palavras do autor:

⁵⁹ CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspecto da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁶⁰ IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. Tradução de Eliana Leite Meireles. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n° 14, 1987 Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3647> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

⁶¹ Conforme Holanda, a ordem administrativa brasileira, durante o Império e até mesmo na República, possuía elementos ligados ao “velho sistema senhorial”. Ou seja, os laços familiares e os quadros afetivos marcariam toda a nossa sociedade, nossa vida política, assim como as relações entre governantes e governados e as feições mais invisíveis do nosso cotidiano. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 88.

⁶² THOMPSON, 1998, p. 20.

Assim, as ‘duas consciências teóricas’ podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o *status quo*, necessária para sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado, o ‘senso comum’, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta⁶³.

Enfim, até certo ponto se pode acompanhar a lógica das duas identidades no caso em estudo, uma vez que não se observa na cultura popular brasileira nenhum ato rebelde em prol de práticas costumeiras, no sentido analisado por Thompson na Inglaterra. Além de temporalidades diferentes, estar-se-á diante de realidades culturais bem distintas. Todavia, existe a oscilação entre a obediência e a rejeição, muito marcada por traços paternalistas. A rebeldia e as cobranças paternas, no Brasil, seriam acionadas em função dos encaixes no modo de vida popular, que afetariam a base material do pobre, num contexto de extrema carestia. Ademais, a crítica do povo, durante as festas tradicionais como a ida à Penha e o carnaval, ligava-se mais ao direito de diversão do que a uma atividade festiva antiga. Era por não poder sambar ou brincar que as pessoas comuns se queixavam do governo e o enfrentava.

A suposição é que tal predicado derivaria dos componentes paternos que enredavam todos os indivíduos da sociedade brasileira. Portanto, é plausível que o povo acatasse o poder, ao mesmo tempo em que o subvertia.

Mandrou⁶⁴ também observou combinações contraditórias na cultura popular francesa dos séculos XVII e XVIII, quando buscou compreender a mentalidade das classes populares, tomando como fonte a *Biblioteca Azul*, uma série de livros variados, comercializados por vendedores ambulantes nas vilas e cidades. O historiador percebeu que duas perspectivas justapostas se apresentavam nos almanaques direcionados ao público popular: uma de inspiração cristã; outra de caráter astrológico. A primeira, tratando da vida exemplar dos santos e apregoando o medo de agentes infernais, prometia um melhoramento e aperfeiçoamento do homem. A segunda assegurava a fixidez do caráter e a exaltação dos temperamentos. Essas tendências inconciliáveis, conforme o pesquisador, revelam uma filosofia dos homens e da vida mais compreensível, podendo caber num mesmo indivíduo percepções de mundo incongruentes. Mandrou adverte que o atual profissional da história tem

⁶³ Ibid., loc. cit.

⁶⁴ Ver MANDROU, Robert. *De la Culture populaire aux 17^e et 18^e siècles: la bibliothèque bleue de Troyes*. France: Imago, 1985. p. 169.

que estar atento e admitir essas ambiguidades, a despeito de estar situado numa longa tradição escolar e racional para pesquisar e identificar as coerências de comportamento e discurso.

Vima Martin mostra como a ambiguidade das classes marginalizadas, na experiência histórica brasileira, é representada na literatura do país por meio de uma tensão entre a norma e a conduta. Diante de uma sociedade eminentemente autoritária e desigual, o comportamento indisciplinar dos pobres, em relação às regras impostas, pode expressar alternativas de “transformação de sua condição social”⁶⁵. Segundo a autora, o célebre estudo de Antonio Candido – *Dialética da malandragem*⁶⁶ –, em que analisa o romance *Memórias de um sargento de milícias*, escrito por Manuel Antônio de Almeida, lança luz sobre a realidade social e cultural do Brasil, expondo a dinâmica de figuras marginais, que operam entre os hemisférios da ordem e da desordem⁶⁷.

Outro qualitativo dessa cultura popular diz respeito ao seu fazer poético. Empregando o humor em forma de rima, os humildes protestavam contra a ordem estabelecida, a carestia da vida, o abuso policial e os fatos políticos. Cantadas, durante as festas carnavalescas e religiosas, ou em rodas de sambas, as quadras populares ganhavam as ruas e as praças, fazendo rir os transeuntes e parando uma multidão. A irreverência dos marginalizados, embora não abalasse as estruturas dominantes, era provocativa e causava incômodo. Não era à toa que muitos círculos dançantes e cantigas eram dispersos e impedidos pelos guardas dos distritos. O medo da impertinência da arraia-miúda era tanto que nos dias de carnaval ficavam proibidos alaridos e trechos de música com teor obsceno, e que atacassem a moral ou alguma personalidade pública, especificamente de figuras políticas⁶⁸.

Em suma, o povo, objeto deste estudo, constituía-se num setor bem amplo. Poderia, como operário industrial, participar de alguma organização ou movimento sindical, porém, a grande maioria não possuía uma “consciência de classe”, atuando de forma espontânea e individual ou em perspectiva coletiva que não era de classe. Mas isso não o anulava enquanto sujeito político, capaz de se contrapor a um sistema social injusto e opressor. E, em situações de desespero, como a ameaça de fome, ele se demonstrava forte o suficiente para se unir, cometendo saques nos armazéns da cidade. Na realidade, esse tipo de ação não era frequente, e quase não se encontrou relatos sobre o assunto nas fontes pesquisadas. Mas há registros de

⁶⁵ MARTIN, Vima Lia de Rossi. *Literatura e marginalidade: um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.

⁶⁶ CANDIDO, 1988.

⁶⁷ MARTIN, op. cit., p. 35.

⁶⁸ *Gazeta de Notícias*, 22 de janeiro de 2015. p. 6 (Digitalizado).

que no início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, populares tentaram saquear casas comerciais, deixando os governantes e a imprensa assustados⁶⁹.

É imprescindível enfatizar que não se considera como pré-políticas as práticas e os movimentos de resistências sociais das classes inferiorizadas, no sentido elaborado por Hobsbawm⁷⁰. Para o historiador, seriam manifestações sociais pré-políticas aquelas ações espontâneas ou organizadas pelo povo, que geralmente não possuem uma linguagem clara e ideológica capaz de expressar suas “aspirações em relação ao mundo”. Elas teriam um caráter frequentemente ambíguo, indeterminado e, muitas vezes, conservador. Em face disso, esses movimentos poderiam ser realizados “sem ideias”, com uma “ideologia rudimentar” ou ter um fundo religioso. Estaria entre as “formas primitivas e arcaicas” de agitação popular o banditismo social, sociedades secretas e rurais, movimentos revolucionários camponeses do gênero milenário, motins urbanos pré-industriais etc.

Tal concepção tende a ver como inferiores os protestos e as queixas do povo de qualidades mais impulsivas, porque estes escapariam a uma organização sistemática, marcada por um princípio condutor e um plano consciente de ação revolucionária. É preciso dizer que se discorda do autor quando afirma que os tumultos ou as agitações em razão do alto custo de vida e do desemprego sejam feitos, na maioria das vezes, “sem ideias”, apresentando-se como reações inevitáveis e praticamente instintivas em prol de um mínimo de subsistência⁷¹. Defende-se, pelo contrário, que as ações espontâneas guardam um sentido, que vai além de um ato impulsivo e desesperado causado pela fome ou pelo medo que ela se instale. Nesses movimentos, subteve-se o pensamento popular de que os limites para resistir pacificamente já foram esgotados, restando apenas como saída uma certa violência. Há também a intenção de produzir o terror e de forçar uma solução imediata. O conflito, portanto, tornar-se uma amostra da força caótica da população. Foi conforme esse raciocínio, por exemplo, que um anônimo enviou uma carta ao jornal *Gazeta de Notícias*, em 1914, no Rio de Janeiro, queixando-se da carestia da vida. Na epístola, ele ameaçava que se o encarecimento dos alimentos persistisse, a comunidade seria forçada “a atacar a ferro e a fogo tudo quanto for taverna”⁷².

⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, 7 de agosto de 1914. p. 4 (Digitalizado).

⁷⁰ HOBBSAWM, E. J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais no Século XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

⁷¹ *Ibid.*, p. 140-141.

⁷² *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1914. p. 4 (Digitalizado).

Deve-se destacar que se concorda em parte com a hipótese, levantada por Chalhoub, sobre a cultura popular urbana nos anos iniciais da República, no Rio de Janeiro. Conforme o historiador,

A cultura popular na cidade do Rio de Janeiro nestes anos de formação da classe trabalhadora carioca é de que esta cultura é resultado da dialética – antagonismo e reconciliação – entre as normas e os valores burgueses que se desejam impor às classes populares “de fora para dentro e de cima para baixo” e as normas e os valores criados pela própria classe trabalhadora na sua prática real da vida. Mais do que isso, pretende-se mostra que na época havia uma cultura popular relativamente autônoma, vigorosa e criativa na cidade e que, apesar de o projeto de sociedade das classes dominantes cariocas querer se implantar de cima para baixo independentemente da natureza da resposta social a este projeto, o fato é que na prática política real estas classes dominantes não puderam escapar as contingências imposta por uma classe trabalhadora que resistiu tenazmente à tentativa de destruição de seus valores tradicionais⁷³.

Mais adiante, o pesquisador comenta que “a tentativa de imposição de hábitos de trabalhos compatíveis com desígnios burgueses de acumulação de capital encontrou firmes obstáculos nos velhos hábitos e no modo de vida tradicional dos pobres urbanos em questão”⁷⁴. Entende-se, como esse autor, que a cultura popular, no começo de 1920, era vigorosa e criativa, guardando certa autonomia. Também se aquiesce de que essa cultura seja em parte resultado dialético entre os valores burgueses “impostos” e os valores criados ou preservados pelas camadas laboriosas. É válido, do mesmo modo, que o povo resistiu às determinações dos grupos dirigentes, quando estes experimentavam acabar com o seu fazer cotidiano e cultural. No entanto, é preciso atentar que nem tudo era imposto. Algumas práticas e símbolos tomados “de fora para dentro” e “de cima para baixo” não foram vistos pelas classes inferiorizadas como algo negativo, ou algo pelo qual elas tivessem que resistir. Como se tem defendido aqui, os novos comportamentos e gostos burgueses foram, em alguma medida, aceitos por boa parcela dos humildes. Além do mais, “os velhos hábitos” ou o “modo de vida tradicional” não eram tão velhos assim, quer dizer, elementos inalterados que permaneciam, na sociedade moderna, como força de pressão. Eles eram atualizados com as demandas temporais e sociais daquela coletividade.

⁷³ CHALHOUB, 2001, p. 255-256.

⁷⁴ Ibid., p 257.

2. Sob as luzes da cidade, emergem a fome e a miséria

Um dos grandes problemas sociais trazido pela política republicana brasileira, e que constituiu um enorme flagelo para a sobrevivência da gente humilde, foi a carestia. Durante as primeiras décadas do século XX, a economia popular no Brasil foi duramente afetada pelos altos preços dos gêneros alimentícios, pelo grave custo da moradia e do transporte. As causas para a carestia da vida eram complexas e estavam ligadas a uma série de dificuldades financeiras.

Conforme Boris Fausto, os anos entre 1905 e 1913 se caracterizaram por um reerguimento econômico, com um surto industrial de importante relevo. No entanto, houve alguns hiatos ocorridos entre 1909 e começo de 1912, resultantes de crises internacionais. Nesse período, especificamente de 1911 a meados de 1913, o país sofreria fortes pressões inflacionárias⁷⁵. Com efeito, vê-se que a maior parte das queixas e protestos populares se dá nesse momento de desequilíbrios financeiros e durante o conflito mundial. Em 1914, começo da Primeira Guerra, e época de enérgica recessão, a população pobre esteve em situação de calamidade, padecendo com falta de alimentos e com o desemprego em massa; 1917 também não seria um ano fácil, levando alguns populares ao suicídio em razão da carestia da vida. Todavia, apesar desses tempos de crises, verifica-se que a inflação existia, mesmo em ocasiões de aparente estabilidade econômica, demonstrando que o crescimento financeiro não correspondia em melhoramento para a população. Em 1905, por exemplo, a crítica ao elevado custo da existência era amiúde nos jornais do período⁷⁶.

O escritor Lima Barreto escreve que, com a proclamação da República, “a situação interna principiou a ser horrível, a vida cara, enquanto os salários eram mais ou menos os mesmos anteriores”⁷⁷. Representações populares, contra a exploração do comércio e os preços exorbitantes dos gêneros alimentícios, eram enviadas aos governantes, desde o primórdio republicano.

Desse modo, em 18 de março de 1892, uma comissão, abaixo-assinado em nome do povo, cobrava do presidente Marechal Deodoro uma série de medidas, a fim de combater a

⁷⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-19120). 3. ed. São Paulo: Difel, 1983. p. 134-135.

⁷⁶ Sevcenko (2003, p. 74) comenta que no ano de 1905 a 1906 houve também uma grande crise industrial-comercial que, aliada às transformações urbanas, provocou aumento nos preços dos alimentos e nos aluguéis, causando um duro golpe para a população.

⁷⁷ BARRETO, Lima. São Paulo e os estrangeiros I. In: _____. *Toda crônica*. Organização de Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. I. p. 289. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica e do livro, volume e o número de página.

inflação⁷⁸. Entre elas: 1) diminuir a porcentagem sobre o custo dos alimentos de primeiras necessidades; 2) estabelecer repartições fiscais, cujas atribuições eram fazer com que os gêneros de alimentação pública, vindos por mar ou por terra, não fossem expostos à venda sem chegar ao conhecimento das ditas Repartições; 3) Exigir que as alfândegas, estradas de ferro, trapiches etc. enviem dentro de 24 horas, listas dos alimentos com as seguintes explicações: origem, quantidade, qualidade, nome do importador e data de entrada; 4) proibir que as mercadorias permaneçam nos trapiches ou depósitos por prazo maior que 15 dias; e 5) regulamentar o projeto de penas elevadas aos infratores, quando for abraçado pelo governo. Tais providências apontavam os negociantes como principal inimigo do povo e do proletário. Na petição, eles eram acusados de reduzir à miséria e à fome as classes operárias, já que acastelavam os produtos alimentícios nos armazéns para encarecê-los.

O requerimento teve parecer positivo pelo intendente Júlio da Silveira Lobo, que denunciou a ganância dos açambarcadores e criticou a “teoria abusiva” da liberdade comercial, que punha o país num estado social doloso. Mas o advogado da intendência municipal, João Capistrano Bandeira de Melo, discordava das propostas sugeridas pela representação, afirmando que elas transcendiam a competência da municipalidade e feriam as leis de comércio, sendo injustas e impraticáveis⁷⁹. A divergência e os argumentos dos dois funcionários do governo são indicativos das batalhas que serão travadas em torno do problema da carestia ao longo dos anos 1920, pondo em tensão não só as camadas marginalizadas, como também os segmentos da burguesia. Em síntese, toda discussão gravitava entre, de um lado, o pensamento liberal, que pregava o comércio sem a intervenção do Estado, e, de outro, a especulação e a cobiça dos empresários, que estavam matando e desesperando os pobres.

Outra comissão popular⁸⁰, ainda em 1892, com mais de trezentas assinaturas, foi direcionada ao prefeito do Distrito Federal, criticando, em especial, a lógica do livre comércio. No texto, afirmava-se que à sombra da liberdade comercial, campeavam impunes os especuladores; e que a pretexto de respeito a tal liberdade, explorava-se com a fome todo um povo, ferindo um direito não menos sagrado: o de viver. Nesse sentido, apelava-se para a Democracia e os espíritos democráticos dos poderes públicos para solucionar o peso da

⁷⁸ AGCRJ. Série Gêneros Alimentícios. Códice 59. 2. 10. p.1.

⁷⁹ Ibid., p. 9

⁸⁰ AGCRJ. Série Gêneros Alimentícios. Códice 59. 2. 8. p. 2-7. Não foi possível descobrir as condições sociais dos representantes das duas comissões populares, no entanto, os requerimentos citam, sobretudo, a situação do operário ou funcionário público diante da elevação dos preços. Desse modo, supõe-se que seriam uma dessas categorias (ou as duas) as responsáveis pelas petições.

inflação. Tanto nesta petição quanto na anterior o temor da fome e a ameaça de atos desesperados eram destacados, buscando comover e assustar o governo.

Não obstante, a crise de alimentação era uns dos estilhaços da convulsão do Encilhamento e da nova ordem imperante, que deixou a capital do país num nível de ebulição, transformando à picaresca o Rio de Janeiro. Pode-se dizer que certas práticas econômicas, como os excessos de emissões de papel-moeda, a depreciação cambial e os aumentos de impostos, que amenizavam as perdas do lucro dos cafeicultores e as despesas governamentais, deixavam a população em estado de calamidade. O grito contra o elevado custo de vida era cotidiano e vinha de todos os lados, porém, eram nos grupos assalariados que os efeitos se faziam fortemente sentidos. Um pequeno verso publicado no *Jornal do Brasil*, em 26 de abril de 1905, nos dá uma amostra dessa situação. O poeta faz uma queixa contra a oscilação do câmbio, cujo prejuízo era infundido no pobre.

A carestia

Sobe o câmbio de repente.
Vai subindo dia a dia.
Mas o povo que se aguenta,
Pois não baixa a carestia.

(João Sampaio)

Mas, como a valorização do café prejudicava o povo? Pois bem, quando o valor do produto exportado era reduzido em face de algum desequilíbrio externo, o governo procurava solucionar a crise através da alteração da taxa de câmbio, desvalorizando o dinheiro nacional. Isso significa dizer que embora a saca de café estivesse mais barata, ela era vendida numa moeda estrangeira mais cara, diminuindo o dano para o cafeicultor.

Celso Furtado ilustra de maneira didática o processo de ajuste cambial e a gestão da economia cafeeira, que era baseada na concentração de renda e na socialização dos prejuízos. Assim,

Suponhamos que, na situação imediatamente à crise, o exportador de café estivesse vendendo a saca a 25 dólares e transformando esses dólares em duzentos cruzeiros, isto é, ao câmbio de oito cruzeiros por dólar. Desencadeada a crise, ocorreria uma redução, digamos, de quarenta por cento do preço de venda da saca de café, a qual passava a ser cotada a quinze dólares. Se a economia funcionasse num regime de estabilidade cambial, tal perda de dez dólares se traduziria, pelas razões indicadas, em uma redução equivalente dos lucros do empresário. Entretanto, como o reajustamento vinha pela taxa cambial, as consequências eram outras. Admitamos que, ao

deflagrar a crise, o valor do dólar subisse de oito para doze cruzeiros. Os quinze dólares a que nosso empresário estava vendendo agora a saca do café já não valia 120 cruzeiros, mas sim 180. Dessa forma, a perda do empresário, que em moeda estrangeira havia sido de quarenta por centos, em moeda nacional passava a ser de dez por cento⁸¹.

Essa operação acarretava um conjunto de problemas, a começar pelo aumento do preço dos gêneros essenciais, os quais eram em boa parte importados. Importava-se desde as mercadorias indispensáveis até as mais supérfluas: tecido de algodão e lã, mobílias, ladrilhos, calçados, perfumes, chapéus, fósforos, tintas, luvas, charque, massas, farinha de trigo, cerveja, biscoito, manteiga, massas, queijos (é importante dizer que esses produtos eram também fabricados nacionalmente)⁸². Era, portanto, a grande massa consumidora que tinha a sua base material comprometida, inclusive porque o custo dos bens necessários não correspondia aos baixos salários dos trabalhadores formais e a pequena renda das atividades informalizadas. O poder de compra das classes inferiorizadas era arduamente diminuído, uma vez que a moeda brasileira valia menos, o que obrigava o povo a despender mais recursos na obtenção dos artigos comerciais.

Para agravar a situação, essa desvalorização gerava uma redução no valor dos impostos, forçando o governo a lançar constantes emissões de papel para cobrir o *déficit* público, que recrudescia com os melhoramentos urbanos, políticas higienistas, expansão do transporte, investimentos com a segurança pública, incentivos industriais etc. Tudo isso levava a uma pressão inflacionária, acrescida com os aumentos de tributos que pesavam ainda mais sobre a população. Arrecadando aquém dos gastos com as despesas, o governo era impelido a elevar as tarifas, e era exatamente sobre o imposto da importação e do consumo que vinha a maior fatia da receita pública, numa média de 52, 4% e 10% respectivamente, entre os anos de 1906 e 1913⁸³.

Com efeito, as discussões em torno da carestia eram efervescentes e ocupavam várias páginas dos jornais da época. Os debates se dividiam em dois lados. Havia aqueles que acreditavam que o alto custo de vida era resultado de uma política protecionista, cujo objetivo era incentivar a indústria nacional, elevando os impostos sobre artigos importados, em

⁸¹ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 237.

⁸² Artigo *A defesa da produção nacional*, de Serzedelo Corrêa, ex-ministro da fazenda durante o governo de Floriano Peixoto. In: *Gazeta de Notícias*, 20 de maio de 1909. p. 2 (Digitalizado).

⁸³ FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O processo econômico/A economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.). *A abertura para o mundo (1889-1930)*. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3. p. 205.

detrimento da população⁸⁴. Nesse aspecto, pregava-se como remédio uma política anti-industrial por meio da redução da tarifa aduaneira. E existiam aqueles que tinham uma visão mais complexa do problema, como o político paraense Serzedelo Corrêa, que elencou os vários fatores responsáveis pela inflação. No artigo *A defesa da produção nacional*, publicado, em 20 de maio de 1909, pela *Gazeta de Notícias*, ele comentou:

Ah! Mas a carestia da vida?

Essa é consequência da situação geral do país. É consequência de nossos erros financeiros, desvalorizando a moeda, aumentando sempre a dívida externa e interna, mantendo o regime de “déficits” orçamentários, pelo aumento crescente das despesas improdutivas. Essa é consequência dos vícios e defeitos da discriminação de rendas que consagrou a Constituição, dando à União, a quem ficaram os encargos da dívida, da representação externas e da defesa nacional, quase que somente o imposto de importação. E, como as despesas têm crescido, pelas urgências do exército e da marinha, pelas necessidades da higiene e do saneamento, da polícia e da justiça, pelos melhoramentos de expansão econômica, alargamento de transporte, etc., têm também triplicado os impostos tarifários. Para se ter a explicação da carestia da vida aprecie o leitor o que exigem do contribuinte as municipalidades, e os Estados, nessa multiplicidade de taxas sobre a renda, sobre profissões, sobre propriedade, sobre gêneros de consumo, enfim, sobre as múltiplas manifestações da atividade brasileira.

Serzedelo Corrêa foi também o primeiro presidente do Centro Industrial do Brasil (CIB), em 1904, estando vinculado aos interesses da indústria nacional. Nesse sentido, posicionou-se contra a ideia de que a solução para a carestia estivesse na redução do imposto aduaneiro. Para ele, esse recurso só iria tornar maior a dívida pública, destruir a produção nacional e o emprego. Acreditava, no entanto, que a saída estaria numa revisão constitucional referente à discriminação da renda, na supressão dos impostos de consumo e interestaduais, e na valorização da moeda. Criticava a política econômica voltada principalmente para o café e a borracha; e defendia o desenvolvimento industrial e práticas protecionistas contra a produção internacional, que era mais bem equipada, com maquinarias eficientes, capitais amortizados e trabalhadores especializados.

Deve-se dizer que a indústria do país era beneficiada com as emissões e desvalorização da moeda, pois com as mercadorias importadas a preços exorbitantes, o consumidor tendia a comprar artigos brasileiros que fossem mais baratos. Mas as indústrias locais também precisavam de peças e aparatos que não eram fabricados no Brasil. E esses investimentos, por sua vez, encareciam os gêneros nacionais, tomados muitas vezes como de

⁸⁴ O protecionismo, *Gazeta de Notícias*, 31 de março de 1917. p.1 (Digitalizado).

pouca qualidade. Em suma, quer nacional quer importado, os custos dos alimentos eram sempre penosos para uma maioria carente.

Todavia, vale salientar que a necessidade de sanar as finanças por meio de um programa de empréstimos estrangeiros, de um austero ajuste fiscal, da valorização do câmbio e do arrefecimento de emissões encontrava certas dificuldades, pois isso significava uma possível ameaça à cafeicultura. Segundo Franco e Lago⁸⁵, durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), “o conflito de interesses entre o desejo de apreciação cambial e o bom andamento dos negócios cafeeiros parecia tornar a economia política da taxa de câmbio um tema particularmente delicado [...]”. A solução para essa tensão foi encontrada, em 1906, com o Convênio de Taubaté, cuja finalidade era assegurar os preços do café, a partir da compra dos estoques excedentes da exportação, e da manutenção dos mil-réis num nível muito baixo, a fim de aumentar e manter as rendas dos cafeicultores⁸⁶. Num primeiro momento, a aquisição do café foi financiada pelo Estado paulista através de créditos estrangeiros, mas depois o governo federal foi forçado a intervir para o bom êxito do acordo. As penosas consequências dessa política só serão profundamente sentidas na crise de 1929, quando milhares de sacas do produto foram queimados. Mas até então, o plano dos cafeicultores tinha funcionado, já que, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, o país viveu uma expansão econômica, com abundância cambial e de crédito, além de importação de equipamentos pela indústria⁸⁷.

Apesar disso, essa prosperidade contrastava com o cotidiano de miséria das camadas populares, com o alto grau de analfabetismo (apenas 3% da população brasileira estavam matriculadas na escola, em 1910⁸⁸), com o custo dos gêneros essenciais, e, até mesmo, a falta de alimentos. Os preços de legumes e frutas, nas zonas urbanas, eram também motivos de queixas frequentes nos periódicos. O valor de abóbora, chuchu, tomate, cebola, batata, couve, cenoura, repolho, maçãs e peras tomava grande parte da renda da gente pobre⁸⁹. Os motivos para carestia de verduras e frutas poderiam ser vários, entre eles: pouca produção, tarifas aduaneiras, impostos locais e de consumo, o frete pago no transporte e as licenças municipais. Para se ter uma ideia, entre 1902 e 1906, houve um declínio na importação da cebola em cerca de 30%. Se nesse primeiro ano era importado uma quantidade de 7.008 quilos; no último ano, a importação caiu para 4888 quilos. Com respeito ao preço, a média do quilo da cebola era de 800 réis, sendo que desse valor 38% era o imposto aduaneiro, correspondente a 300 réis; e

⁸⁵ FRANCO; LAGO, 2012, p. 195.

⁸⁶ Ibid., p. 194-195.

⁸⁷ Ibid., p. 197.

⁸⁸ Ibid., p. 199.

⁸⁹ *Gazeta de Notícias*, 12 de Janeiro de 1906. p. 3; 26 de fevereiro de 1909. p.1; 21 de abril de 1912. p. 5 (Digitalizados).

32% eram outras causas e tributos, equivalente a 257 réis. Nesse sentido, observa-se que o consumidor estava pagando 70% de impostos no custo do legume⁹⁰.

Ao observar os dados, fornecidos pela *Gazeta de Notícias*⁹¹, sobre a vida comercial do Rio de Janeiro entre 1905 e 1906, tem-se ciência da origem desses produtos. Frutas como uvas, maçãs, peras, ameixas, pêssegos vinham do Rio da Prata e da Europa, na sua maioria de países como a França, Portugal e Itália. A cebola chegava do Rio Grande Sul, mas poderia vir também de Lisboa e Genebra. Em regra, artigos como aguardente, algodão, açúcar, álcool, sal, goiabada, coco, fumo eram trazidos do Nordeste. Já o arroz, o feijão, a carne-seca, toucinho, sardinha, azeite, vinho, batata, banha, peixe eram originários do Sul do país. Esses alimentos, porém, derivavam igualmente de outras partes do mundo. A batata, por exemplo, poderia proceder de Bordéus e Liverpool. De Londres e Hamburgo, traziam-se arroz e queijo. O alto preço dos produtos de fora era compensado com o abastecimento local da zona rural e suburbana. Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, com todas as intempéries fiscais, tinham um papel importante no abastecimento da urbe. Ainda assim, a pequena lavoura e a produção local se mostravam insuficientes para abastecer uma cidade em expansão demográfica⁹².

Na realidade, eram poucos os indivíduos que ganhavam o necessário para sustentar uma família inteira, cobrindo os gastos com a alimentação, habitação, roupas, doenças, transportes e outras obrigações. No geral, praticamente todos os membros da família trabalhavam para assegurar a sobrevivência comum. A fim de diminuir as despesas, mulheres e crianças iam trabalhar fora de casa, empregando-se em atividades domésticas ou nas fábricas, sacrificando-se numa jornada de até 16 horas de trabalho, em condições deploráveis, para não morrer de fome. Maram, analisando as condições gerais do trabalhador no começo da República, observa que, no Rio de Janeiro, em 1913, um lar constituído de cinco pessoas, todos possuindo empregos fixos, ainda era insuficiente para suprir as necessidades básicas⁹³. Eulália Lobo, em seu estudo sobre a evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de

⁹⁰ *Gazeta de Notícias*, 26 de fevereiro de 1909. p. 1 (Digitalizado).

⁹¹ A análise da origem dos alimentos, entre os anos 1905 e 1906, deveu-se em razão do período se apresentar como momento de grande carestia e reclamação popular. As informações foram retiradas do jornal *Gazeta de Notícias*, num espaço denominado Parte Comercial, em que se procura registrar o movimento de mercadorias na cidade carioca.

⁹² Sevcenko (2003, p. 73) informa que o abastecimento de carnes e gêneros era precário já antes do “quadro de imigração tumultuária”, sendo “terrivelmente agravado por ele, em vista da ausência de uma adequada estrutura agrária de produção, estoque e distribuição em torno da cidade e no próprio estado do Rio de Janeiro”.

⁹³ MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro* (1890-1920). Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 120-122.

Janeiro, ressalta que, ao longo do século XX, houve uma ascensão nos valores dos gêneros alimentícios, com aumento salarial significativo apenas em 1918⁹⁴.

Com respeito à Guerra Mundial, embora esta provocasse uma alta nos preços de exportação, isso não ocasionou uma baixa nos produtos importados. Além do mais, os gêneros de consumo de importação tiveram os seus custos elevados em decorrência da “falta de transporte e das dificuldades de exportação nos países de origem. Os dos alimentos produzidos no Brasil e exportados sofreram o reflexo do aumento da demanda externa. Os produtos de consumo interno exclusive tenderam a substituir os de importação, o que afetou o seu nível de preços”. Segundo Maria Yeda Linhares e Francisco Teixeira da Silva, a exportação de alimentos nacionais acarretou um desvio crescente de gêneros, gerando aumento de preço e até mesmo o desaparecimento de certas mercadorias essenciais⁹⁵.

Em 1905, o *Jornal do Brasil (JB)* publicou uma série de artigos, com o título *Alimentação do povo e Vida e miséria*, no qual se reclamava da carestia, cobrando medidas dos poderes públicos para resolver o problema. No final de alguns comentários, o periódico anexava uma das numerosas cartas que recebia da população, em que se protestava contra o elevado custo de vida⁹⁶.

As principais reivindicações eram feitas em torno do preço das carnes e miúdos, leite, manteiga, açúcar e pão. Em regra, a missiva selecionada vinha sem identificação, e se nota a tentativa do remetente em entender as razões da carestia, ora culpando a oscilação do câmbio,

⁹⁴ Ver LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. *Revista Brasileira de economia*, v. 25, n. 4, p. 249-257. 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/67/6249>> Acesso em: 07 de julho de 2015.

⁹⁵ LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História Política do abastecimento* (1918-1974). Brasília: Binagri, 1979. p. 29-30.

⁹⁶ As cartas são textos híbridos e versáteis, servindo para diversas finalidades e objetivos. Embora possuam um formato muitas vezes espontâneo, lembrando uma conversação, esses escritos não são nada ingênuos e desinteressados. O missivista escolhe e determina sobre o que vai escrever e as palavras que vai utilizar. Ainda que seja elaborada por um indivíduo, a epístola contém uma perspectiva histórica, revelando hábitos e comportamentos compartilhados por um grupo, registrando acontecimentos e fatos que afetam a vida e a sociabilidade em comum. Ela pode descortinar o contrário da história oficial, trazendo informações ainda não ditas para o pesquisador. Além disso, a carta se manifesta como ação daquele que escreve, pondo-o numa posição de engajamento. Mas é preciso diferenciar as correspondências destinadas a uma pessoa em particular daquelas correspondências dirigidas a um jornal. Estas não tendem a uma confissão e nem a eventos da vida privada. Elas pertencem a uma comunidade e trazem notícias ou denúncias referentes a ela. As missivas publicadas na imprensa são chamadas de ostensivas, uma vez que são feitas para serem vistas por numerosos destinatários. O epistológrafo sabe que será lido por vários recebedores; e atua encenando e censurando a si próprio. O estilo de quem escreve contribui muito para esse teatro epistolar. O remetente pode variar entre uma porção de agressividade e uma dose de humildade. As cartas-queixas que serão analisadas aqui caminham nessa oscilação, ora apresentando uma linguagem dura, quando denunciam a carestia de alimento; ora se expressando de forma modesta e inferiorizada, quando pedem uma solução. Sobre a carta enquanto gênero textual e documental, ver DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções das correspondências em alguns escritores no século XIX*. Tradução de Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016; e HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

ora acusando a ganância e a exploração dos mercadores. O expedidor via igualmente a imprensa como um mediador entre o povo e o Estado, e o próprio jornal assumia essa posição, quando se afirmava fiel aos ecos das reclamações populares, publicando as cartas que lhes eram enviadas, e exigindo do governo uma providência para solucionar a inflação. Segue-se uma das epístolas, na qual o leitor se queixava do aumento dos miúdos.

Há dia, falamos sobre carestia da carne, produzida por um monopólio organizado pelas marchantes, queixando-se de denunciar um outro não menos importante, que só o prestígio do Jornal do Brasil é que com certeza poderá fazer cessar o monopólio dos miúdos.

Quando o câmbio estava 9 e 10, comprava-se nos açougues um mocotó por \$240, uma língua por 1\$, e tudo mais nessa proporção, que o pobre não sentia muito os efeitos da baixa do câmbio, pela barateza desses gêneros.

Hoje, porém, dá-se o inverso; o câmbio subiu e o preço da carne elevou-se, duplicando o preço dos miúdos.

Não sabemos verdadeiramente a causa dessa carestia, mas o Jornal do Brasil possui repórteres de confiança, sagazes e inteligentes, que com facilidade exporão ao público o que sabem a respeito e pedirão ao governo providências necessárias para mitigar os sofrimentos do povo.

Em todo caso, consta que existe um indivíduo que contratou em S. Diogo, não sabemos por quanto, todos os miúdos de boi. Esse “indivíduo ou firma” vende todos os retalhistas pelo preço que entendesse, e eis o motivo porque hoje um mocotó custa \$390 e \$600, a língua 1\$200, um rim 1\$ e assim por diante, e o pobre cada vez vive com dificuldade e cada vez mais se agrava a sua situação pela carestia de todos os gêneros⁹⁷.

Em outra carta, enviada ao jornal no mesmo ano, um anônimo protestava contra o monopólio e o abuso dos marchantes na venda da carne verde⁹⁸. A missiva comentava sobre a dificuldade do pobre em se alimentar na capital republicana; do protecionismo do governo para apoiar a indústria nacional, em prejuízo da população; e da impossibilidade das camadas desfavorecidas substituírem a sua alimentação por outros víveres, como alguns tipos peixes e camarão, considerados comidas de ricos. O estilo da epístola oscila entre uma linguagem ofensiva, chamando de miseráveis os monopolistas; e um tom respeitoso em afinidade com o funcionário do jornal. E assim como no outro bilhete, o remetente pede ao periódico, na figura

⁹⁷ *Jornal do Brasil*, 29 de abril de 1905. p. 2 (Digitalizado).

⁹⁸ Segundo Linhares, o fornecimento de carne verde nos centros urbanos era um problema não apenas do Rio de Janeiro, mas de várias cidades brasileiras. Durante mais de um século, o provimento desse gênero alimentício era motivo de queixa, em razão de sua má qualidade, carestia e insuficiência. As primeiras reclamações contra a precariedade do abastecimento da carne verde datam do século XVII, atravessando todo o século XIX, até chegar à República. Ver LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento*; uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979. p. 160-192; e LINHARES; SILVA, 1979, p. 32.

do redator, uma intervenção para forçar o Estado a solucionar a exploração dos gêneros alimentícios.

À redação do “Jornal do Brasil” – Existe entre os marchantes de carne verde, um monopólio para ser a carne vendida nos açougues a 700 réis e somente depois de certa hora é que os açougueiros, para não atirarem a carne ao lixo, é que a vendem a 600 e 500 réis.

O governo elevou os direitos do gado estrangeiro para proteger a indústria mineira, isto porém, só tem servido para enriquecer a meia dúzia de marchantes, em detrimento de uma população inteira.

Os que são menos favorecidos da fortuna já evitam comer carne e passam a café com pão.

Se por desgraça o câmbio baixasse, esses miseráveis monopolistas elevariam a carne a 1\$ e a mais, sob pretexto da baixa do câmbio.

Já existe o monopólio do bacalhau e carne seca e o pobre não sabe o que deverá fazer para se alimentar.

Já o peixe e o camarão somente os ricos é que podem comer.

Sr. Redator, em benefício do povo esperamos que v. faça o governo acabar com o monopólio⁹⁹.

Apesar de as pessoas não serem identificadas nas epístolas, percebe-se pelo conteúdo que esses anônimos são figuras remediadas e leitoras de jornais. A discussão em torno do câmbio e do protecionismo do governo, apresentada nessas mensagens, era comumente trazida na imprensa. O próprio *Jornal do Brasil*, antes da publicação da queixa, já começava relatando o caráter incompreensível da inflação, uma vez que a moeda brasileira estava valorizada. Com efeito, a leitura do câmbio, como motivação para o alto custo de vida, demonstra-se vaga e incerta nas cartas. Isso é bastante expressivo, pois revela que o expedidor traduz o que lê ou o que escuta, sem ter conhecimento claro do assunto. Portanto, quem escreve não é nenhum especialista em economia ou pertencente à esfera política. Por meio do teor do texto – a condenação do aumento da carne verde ou dos miúdos –, o escritor provavelmente deve ser alguém da classe popular, especificamente um operário ou pequeno funcionário público. Além disso, uma personagem custosa para o povo aparece nas duas mensagens. É o açambarcador, “figura historicamente odiosas às massas populares”,

⁹⁹ *Jornal do Brasil*, 25 de abril de 1905. p. 1 (Digitalizado).

conforme Boris Faustos¹⁰⁰. Nos dois escritos, ele é representado pelo marchante ou vendedor de carne, acusado de reter as mercadorias para vender mais caro.

Ademais, outra pista, que indica a procedência humilde dos remetentes, é o fato de que a missiva era nomeada, quando escrita por uma pessoa de prestígio econômico e social. Assim, algumas cartas foram enviadas ao periódico por um ex-ministro do Império, a fim de tentar explicar os motivos da carestia¹⁰¹. Um certo capitão Sr. Júlio Carmo, ex-intendente municipal, também tinha escrito para o *Jornal do Brasil*, apoiando a campanha em prol dos “desfavorecidos”, e queixando-se da falta de habitações, geradas pelos arrasamentos urbanos, com a finalidade de remodelar a cidade. Segue-se um trecho da epístola de Júlio Carmo:

Impulsionado pelo meu foro íntimo, condeno o retraimento, insurjo-me contra o desalento e, encorajado, venho colocar-me ao lado do *Jornal do Brasil*, trazendo os meus sinceros aplausos por essa campanha que já formou um belo movimento de opinião que dará ganho de causa aos que a solução do problema não permite paliativo, que trariam os mais sérios inconvenientes para a população pobre desta Capital, representada pela maioria de seus habitantes.

Os poderes constituídos, levados pelo desejo de embelezar a nossa capital, lançaram mão do indispensável arrasamento de quarteirões inteiros de diversas ruas. Os habitantes desses quarteirões, que se contam por milhares, sofrem as consequências dessa medida que não condeno, mas que também não posso aplaudir com entusiasmo, por isso que lançou em situação torturante um cem número de habitantes, em sua maioria desprovidos de haveres, com a agravante das exigências da higiene oficial que, diariamente, como o seu férreo regulamento, traz apavorado o pobre que vê, a todo o momento, o seu lar condenado, sem que lhe seja facultado o meio fácil da obtenção de um outro, ainda mesmo com o sacrifício do seu reduzido orçamento e em habitação coletiva, cruel inimigo da moral e da saúde¹⁰².

Vale salientar que tanto o ex-ministro quanto o capitão não requereram do jornal um papel de mediador, posicionando-se também como possíveis interventores ao lado da imprensa. A condição desses indivíduos não é a do pobre que sofre com o valor dos produtos alimentícios ou de outros gêneros, mas de alguém que fala a partir de um lugar de poder. Portanto, estão ali para ajudar, junto com o periódico, na cruzada contra a inflação. Já os anônimos das outras cartas estão postos numa outra posição. Eles são ausentes de poder político e institucional, por isso rogam ao jornal uma ação mediadora a fim de acabar com o

¹⁰⁰ FAUSTO, 1983, p. 201.

¹⁰¹ *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1905. p. 1; 23 de junho de 1905. p. 1 (Digitalizados).

¹⁰² *Jornal do Brasil*, 26 de junho de 1905. p. 1 (Digitalizado).

monopólio das carnes. Aqui, o leitor-escritor se põe numa posição de humildade e gratidão no que tange ao destinatário, quase sempre o redator.

É interessante refletir sobre a função da imprensa como representante do povo. Isso não ocorreu apenas durante os períodos inflacionários. As festas populares muitas vezes foram defendidas ferozmente nas crônicas jornalísticas, em nome do costume e das brincadeiras em si¹⁰³. No entanto, quando as vozes e os gritos dos grupos marginalizados ganhavam a rua, os órgãos mediáticos abandonavam logo o seu ofício de protetor dos humildes e oprimidos, chamando-os de selvagens e cobrando medidas rápidas dos chefes de polícia. Assim, essa atitude expõe as lutas e os conflitos nos jornais em torno do popular, ao mesmo tempo em que deixa entrever o papel dos jornalistas e dos cronistas como agentes e negociadores das camadas inferiorizadas.

Deve-se ressaltar, no entanto, que essa mediação não é gratuita da parte do Jornal. Lebrun-Pezarat explica que as cartas publicadas informalmente, concernente ao vivido e ao imaginário, revelam o grau de inclusão de um indivíduo ou grupo a um modo de comunicação escrita. Em outras palavras, as epístolas manifestam “o papel da imprensa no jogo social”. Ademais, a publicação de uma missiva exhibe agravos reais, tendo um efeito estimulante e ativo. Nesse sentido, a função primeira do jornal é transformada, deixando de ser somente um meio de informação coletiva, para se tornar também ponto de encontro, local de expressão de denúncias e de desejos, que permaneceriam reprimidos, caso não fossem legitimados pela exposição no periódico¹⁰⁴.

A *Gazeta de Notícias*, de caráter mais liberal, também publicou uma carta, que era assinada por uma instância coletiva: “os moradores do subúrbio”. A correspondência denuncia os altos preços das mercadorias, seguindo um esquema parecido com as epístolas divulgadas no *Jornal do Brasil*. Nela, não se comenta igualmente o nome da zona suburbana a que pertencem os queixosos. É significativo que o texto relata as consequências que a Primeira Guerra provocou no subúrbio, acentuando ainda mais a carestia dos alimentos. Do mesmo modo, ele foi publicado num momento crucial da crise, na data em que o valor dos alimentos começou a ser tabelado para impedir a elevação constante dos preços. O epistológrafo oscila entre um tom ameaçador e uma nuance subalterna, buscando no funcionário da imprensa o abrigo necessário para que as suas reclamações fossem atendidas.

¹⁰³ Sobre o papel dos cronistas como mediadores e negociadores do carnaval popular, ver COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: imprensa e Carnaval na Primeira República*: UFRJ, 2006.

¹⁰⁴ LEBRUN-PEZARAT, Pierrette. La lettré au journal: les employés des Postes comme épistoliers. In: CHARTIER, Roger et al. *la correspondance: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Paris: Fayard, 1991. p. 435-441.

A culpa do aumento dos artigos alimentícios recai, como nas outras mensagens, sobre a figura mais próxima na relação de troca mercantil – no caso, o taverneiro. O redator também é tratado como mediador entre o missivista e o dono da taverna. Segundo os indícios expostos no texto, percebe-se que o autor da postagem pode ser também um operário.

“Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1914 – Ilmo. Sr. Redator da “Gazeta de Notícias” – Vosso jornal tem sido sempre um defensor do povo e animados por isso, vimos pedir agasalho nas colunas do mesmo, para um protesto contra os grandes abusos dos taverneiros dos subúrbios.

Não pensávamos que a guerra europeia repercutisse tão fortemente, aqui nos subúrbios, onde a maioria dos seus habitantes é operária em grande parte sem trabalho, e os que trabalham ganham pequenos ordenados e têm que pagar os gêneros de primeira necessidade pelos seguintes preços:

Feijão, Kilo \$800; batatas, kilo \$800; bacalhau e carne seca, kilo 1\$800; banha, kilo 2\$500; arroz, kilo \$800; açúcar, kilo \$800; leite condensado, lata 2\$500! Onde iremos parar?

Confiamos no vosso auxílio junto aos poderes públicos, porque se assim continuar, “ver-nos-emos forçados a atacar a ferro e a fogo tudo quanto for taverna” que houver por aqui. Valei-nos Sr. Redator. – Os moradores dos subúrbios”¹⁰⁵.

Aqui, a carta não é somente a expressão de desejo e de queixa por parte do remetente. O jornal não aparece apenas como um local de encontro entre a comunidade suburbana e outros possíveis leitores. Ele se apresenta como espaço de conflito e de choque. A correspondência se torna, de modo igual, uma advertência ou um alarme. Caso o problema continue e os taverneiros sigam elevando os produtos, os moradores serão forçados a cometer saques nas tavernas. Tal foi a maneira pela qual os populares procuraram intimidar os poderes públicos. E essa ameaça foi, em certo aspecto, concretizada, deixando as autoridades assustadas, como se verá no terceiro tópico deste capítulo.

Deve-se sublinhar que não se sabe até que ponto as cartas dos populares foram alteradas, ou se elas foram escritas por um redator, caso o remetente fosse analfabeto. O anonimato das missivas, e da matéria na qual elas foram anexadas, dificulta enxergar os filtros e a seletividade que as cercam. Lebrun-Pezarat¹⁰⁶ comenta que não é fácil estabelecer a autenticidade das cartas publicadas nos jornais, porque, em sua maioria, elas são anônimas, mascaradas por pseudônimos ou apenas contêm as iniciais do nome do remetente. Além disso, os arquivos dos manuscritos de periódicos muito antigos, que garantiria alguma certeza,

¹⁰⁵ *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1914. p. 4 (Digitalizado).

¹⁰⁶ LEBRUN-PEZARAT, 1991, p. 427-436.

praticamente não existem mais. Portanto, outros critérios devem ser postos para avaliar esse tipo de documento, que estariam ligados mais a intuição do que a “prova absoluta”. Para o autor, é preciso reconhecer a dificuldade de solucionar o problema da autenticidade da missiva, aceitando certas incertezas. Geralmente quem escreve deixa rastro, a exemplo da situação profissional. Mesmo quando o epistológrafo se expressa de maneira fortemente singular, ele se refere a um grupo e exhibe queixas em suas causas coletivas. A tarefa para distinguir uma epístola fabricada daquela que é verdadeira, ou daquela que é real, mas possuem cortes nem sempre apontados, deve levar em consideração um contexto delimitado. Este se reporta a natureza e a finalidade da publicação, o tipo de relação que essa escrita pretende manter com os leitores, o grau de sensibilidade política que esses leitores possuem, assim como a sua capacidade de se comunicar com o jornal. Esses são alguns elementos que podem ajudar na compreensão desse gênero documental.

É possível entender as intenções da imprensa ao publicar essas correspondências e acreditar em sua razoável veracidade, analisando igualmente a linha editorial do periódico. No caso de *O Jornal do Brasil*, entre os anos de 1894 e 1919, ele pertenceu à firma Mendes & Cia, e teve como redator-chefe Fernando Mendes de Almeida, e o seu irmão Cândido Mendes como secretário. Durante esse tempo, a folha inicia uma nova fase, perdendo o tom enérgico e politicamente combativo de outrora, quando foi dirigido por monarquistas, e logo depois por um exímio republicano, Rui Barbosa. Visando a essa meta, o *JB* deslocou o foco para as classes desfavorecidas, configurando uma imprensa mais popular e fugindo de grandes embates políticos. Por causa do seu sucesso entre as camadas pobres, ficou conhecido como o *Popularíssimo*. Nesse aspecto, firmou posição apresentando-se como protetor dos fracos e oprimidos. Seus assuntos eram agora dedicados aos interesses da gente comum: crônicas policiais, jogo de bicho, denúncias sobre a má condição de vida do povo, desfiles carnavalescos etc¹⁰⁷.

Vale dizer que ao trazer as queixas de pessoas humildes para a cena jornalística, a imprensa acabava fazendo uma crítica indireta e velada ao governo e às figuras de poder. Trata-se, como observou Eduardo Silva, de um jornal de oposição, que encontrou um meio de realizar julgamento político, assumindo uma linha afeita ao dia a dia. Sua coluna *As queixas do povo* é a marca dessa nova direção, visto que era um espaço dedicado aos problemas e à

¹⁰⁷ Sobre o *Jornal do Brasil* ver SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 287-448. EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. v. I. p. 583-593. BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Disponível em: < https://bndigital.bn.br/artigos/?taxonomia=artigos_autor&tv=bruno-brasil > Acesso em: 13 de jan. 2016.

insatisfação da gente comum. Esta publicava gratuitamente os seus protestos, bastando ir à redação ou às agências do órgão¹⁰⁸.

Já *A Gazeta de Notícias*, desde a sua fundação, em 1874, por Ferreira de Araújo, manifestou-se a favor da abolição e da instauração da República. Era um periódico barato, liberal e popular, identificado com o governo republicano. Mas isso não o impediu de fazer duras críticas ao regime, como no caso da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola. Em razão dos ataques severos ao projeto, o governo chegou a suspender a sua circulação em 1904¹⁰⁹. O tabloide também deu extensão às reclamações populares através de suas colunas *A voz do povo* e *A pedidos*. Porém, por ele estar mais comprometido com o sistema político, sua série abria um espaço menor para os queixumes das classes inferiorizadas, além de descambar para intriga políticas pessoais¹¹⁰. Ainda que limitado, o lugar que a imprensa reservou aos anseios populares foi reconhecido e legitimado por meio das pequenas publicações, das críticas e exigências expostas, dos desejos e angústias coletivamente expressados. O povo se sentia representado por esse tipo de comunicação. Isso pode ser notado numa quadra carnavalesca, escrita pelo grupo *Coração de ouro*, em 1907.

Nós somos pobrezinhos
Mas também temos justiça
Feita pelo redator
Da *Gazeta de Notícias*¹¹¹.

Posto isso, constata-se que o povo, como agente político, não era passivo e alheio aos problemas econômicos e sociais que se sucediam no começo da República, manifestando a sua insatisfação de diversas maneiras. Reclamavam por meio de cartas, mas também através de versos. A dificuldade econômica se tornava igualmente um bom argumento para as pessoas se livrarem de multas, utilizando-se de instrumentos legais e institucionais para resistir. Procuravam a imprensa, como se viu, e iam até as agências distritais para solicitar relevação de penas ou questionar certos procedimentos fiscais, que impunham uma existência mais cara e afetavam diretamente a sua sobrevivência. Em 1911, na agência do distrito de Engenho Novo, esse mecanismo foi usado por Ladislau Pereira, estabelecido com negócios de quitanda. Ele havia sido multado por comercializar no domingo, depois de meio dia. Para se livrar da infração, o quitandeiro ponderou que a atual crise da vida o impossibilitava de pagar

¹⁰⁸ SILVA, 1988, p. 47.

¹⁰⁹ SODRÉ, op. cit., p. 224 et seq.

¹¹⁰ SILVA, 1998, p. 49-50.

¹¹¹ *Gazeta de Notícias*, 15 de janeiro de 1907, p. 4 (Digitalizado).

a taxa, somando o fato de ter perdido duas pessoas da família, o que o deixou ainda mais sobrecarregado. Tal justificativa funcionou, pois Ladislau teve sua multa reconsiderada, “somente em atenção às condições precárias” que o atingiam¹¹².

Da mesma maneira, em 1903, José Gomes de Oliveira procurou relevação da multa por construir uma obra, sem licença, no fundo de seu terreno em Andaraí. Para ser absolvido, afirmou que era pobre e pai de sete crianças¹¹³. Em 1912, Antonio Moreira Machado também usou de vários subterfúgios para se livrar de uma pena de 200\$000 reis, por ter estrumado alguns canteiros na sua chácara de planta. Alegou o fato de “ser muito pobre” e possuir uma “numerosa família”, culpou o seu empregado pelo ocorrido, pois no dia da autuação estava entregando verduras a diversos fregueses da cidade, e apelou para o “generoso coração” do prefeito¹¹⁴. As petições para perdão da infração se tornam um campo variado para as camadas inferiorizadas se expressarem. Nesse espaço, reclamavam da situação de miséria, tentavam ficar isentos de taxas, exteriorizavam os seus sentimentos pessoais, falando das perdas familiares, do cansaço e das preocupações vividas. Por tudo isso, esse tipo de documento se converte igualmente em desabafo.

O que se nota é uma vigilância rigorosa da rua, caracterizada por uma ditadura da licença. A população e o comércio ambulante, em específico, estavam sujeitos a todo tipo de emolumentos, caso não estivesse licenciada. Assim, era necessária a devida autorização para construção ou reforma de qualquer prédio ou estabelecimento. Uma pintura, um calçamento, uma parede levantada, uma casa erguida, fachada reformada, uma placa estabelecida, enfim, toda modificação sem alvará poderia acarretar penalização. Bem assim, acontecia em casos de soltura de fogos de artifícios e da venda volante de alimentos, objetos de armarinho e outros.

Pequenas transgressões eram cometidas diariamente na capital republicana pelos populares, principalmente por aqueles que viviam na rua, e tiravam dela os meios para se sustentar. Quitandeiros, vendedores volantes, carroceiros e pedintes burlavam a lei e os decretos municipais, demonstrando a sua insatisfação e rejeição às normas impostas em nome da civilização. Conforme o relatório da polícia administrativa¹¹⁵, os mendigos e pequenos vendedores de bilhetes de loteria eram tomados como verdadeiras pragas que infestavam a cidade, criando um aspecto deprimente e de taboagem. Esses modos de viver eram vistos como hábitos arraigados na população, e não alternativas encontradas para driblar a pobreza. Com esse tipo de percepção, acreditava-se que só uma repressão enérgica e pertinaz era capaz

¹¹² AGCRJ. Série Infração de Postura. Engenho Novo (1908-1911). Códice 10. 2. 22. p. 108.

¹¹³ AGCRJ. Série Infração de Postura. Engenho Novo (1903). Códice 10. 3. 5. p. 237.

¹¹⁴ AGCRJ. Série Infração de Posturas. Andaraí (1912-1913). Códice 10. 3. 3 (sem paginação).

¹¹⁵ AGCRJ. Série Relatórios (1900-1910). Códice 38. 1. 58. p. 13.

de fazer desaparecer essas categorias marginalizadas. A coerção e a vigília constante de fiscais e agentes de polícia forçavam a esses pequenos profissionais de rua a cometerem certos delitos, fugindo das redes do poder. Mas quando eram pegos, e obrigados a pagar multas, buscavam as instituições fiscalizadoras para encenar o seu contrateatro e ludibriar os poderosos ou seus representantes.

Essa tática das classes populares incita a reflexão sobre aquilo que Foucault chamou de “instituições completas e austeras”. Estas seriam órgãos do poder, que procurariam vigiar e regulamentar “os detalhes mais finos da existência” dos indivíduos: asilos, escolas, prisões, casas de trabalho, a justiça e o seu código de lei, hospitais e manicômios. Através dos dispositivos disciplinares e de uma vigilância cerrada, esses aparelhos controlariam o comportamento cotidiano das pessoas, examinando, observando, adentrando em todos os aspectos do seu ser. O Estado, por intermédio de seus agentes, da técnica disciplinar, da documentação e de relatórios, se apresentaria como uma força que tudo vê, e a qual ninguém escapa. O modelo exemplar dessa nova inspeção seria a penitenciária panóptica, idealizada e planejada por Bentham, no século XIX¹¹⁶. O problema dessa interpretação, conforme notou Ignatieff, é que se compreendem os pobres e as classes trabalhadoras como figuras passivas e tolerantes diante das “instituições totais”; e o Estado como uma empresa central na reprodução da ordem. Os primeiros seriam sempre a bigorna, enquanto o segundo seria o martelo, batendo em “seu ritmo inexorável”. Essa leitura, porém, negligenciaria o papel significativo que as camadas operárias e marginais desempenhariam “nas suas próprias sujeições, mas também, e crucialmente, na criação de novas formas de poder de Estado para satisfazer às suas próprias exigências”¹¹⁷. Desmereceria igualmente as resistências, os dribles, os rachas com a lei, empregados pelos grupos inferiorizados, a partir de pequenos delitos e dos silêncios mantidos pelas testemunhas¹¹⁸.

É preciso enfatizar que o descontentamento e a infração contra o governo republicano surgem quando os populares são impedidos de trabalhar. É, primeiramente, quando os meios de subsistências são afetados pelos regulamentos estatais que os humildes começam a resistir e a intervir. Nesse momento, procura-se quebrar os muros do sistema, perfurando os seus tijolos, seja através de mecanismos legais, seja por lances e golpes. Num contexto de carestia

¹¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 199; e BENTHAM, Jeremy. *Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões*. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.199-229. 1987. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3648> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

¹¹⁷ IGNATIEFF, 1987, p. 192-193.

¹¹⁸ Ibid., p. 190.

e altamente repressivo como se configurou a República, o protesto e a resistência significavam a própria sobrevivência do indivíduo, eram atos pela vida. A astúcia, a dissimulação, as pequenas agressões, as rasteiras se tornavam essenciais para colocar o pão na mesa.

Aliás, a maioria das pessoas buscava compreender o que estava acontecendo, e expressava o seu desagrado numa poesia popular de protesto, geralmente cantada em tempos de festa, como a Ida à Penha e o Carnaval. Assim, em 1917, no subúrbio Engenho Novo, um bloco carnavalesco, chamado clube da Carestia, manifestou de modo irreverente uma crítica às difíceis condições de vida. Saindo em desfile, num grosso fandango, o grupo foliônico trazia à frente uma personagem denominada “Carestia-mor”, carregando uma sacola e cantarolando a seguinte marcha:

Nesta crise petulante
Andamos com a Folia
– O’ povo mirabolante
Palma, palma à carestia¹¹⁹.

A sociedade carnavalesca Tenente dos Diabos, por exemplo, em 1915, compõe também uma crítica sobre o alto preço do feijão, do bacalhau e do café. As diminutas quadrinhas expõem num tom galhofeiro como a sociedade, de forma geral, era atingida pela crise nos alimentos.

Feijão é prato de rico
E por isso que encareceu...
Mas do próprio grão de bico
O preço também cresceu

Hoje em dia tudo é caro
Do bacalhau ao café...
Lamuria-se o avaro
Mas caro paga o rapé¹²⁰.

Deve-se dizer que esse clube carnavalesco não era formado pelas classes pobres do Rio, mas sim por comerciantes e pessoas abastadas da sociedade carioca, o que mostra como o elevado custo de vida atingia a todos, tornando-se um problema de caráter nacional. Assim, os operários, as camadas médias e o resto da população estavam sofrendo conjuntamente. No

¹¹⁹ *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1917. p. 10 (Digitalizado).

¹²⁰ *Gazetas de Notícias*, 17 de fevereiro de 1915. p. 2 (Digitalizado).

entanto, é claro que o grau de sofrimento variava, alcançando proporções drásticas entre os mais humildes.

Ainda em 1905, o *Jornal do Brasil* publica uma charge de Zé Povo, feita pelo caricaturista Bambino. Nela se criticava a inflação da carne verde. No desenho, denominado *A alimentação do povo*, a personagem segura uma tocha revoltado, ameaçando queimar o gênero, caso o seu preço não diminuísse. É significativo prestar atenção no tipo físico da caricatura. Zé Povo não é representado como era mais habituado¹²¹: pobre esfarrapado, moribundo, de pés grandes e descalços, cabelos assanhados e ar faminto, analfabeto. A imagem, bem diferente disso, usa terno e chapéu, aparentando bem aprumado e até rechonchudo, embora mantenha uma fisionomia assustada por causa do valor do produto.

1. *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1905, p. 1.

¹²¹ Sobre os vários significados e características da personagem Zé Povo durante a República, ver SILVA, Marcos. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

Pode-se perguntar por que essa figura, tão marcada pela carência, apresenta-se no jornal de modo apessoado? A charge desejava passar a ideia de que o problema da vida cara não se restringia apenas aos miseráveis e indigentes, mas atingia o homem remediado e até o pequeno burguês, entre eles advogados, médicos, jornalistas, comerciantes, escritores etc. Como esses grupos também estavam sendo afetados pelos altos preços das mercadorias, era preciso construir uma identidade do Zé distinta do pobretão, ampliando o seu arquétipo para outros segmentos. Num tempo de carestia, a figura deixa de sintetizar, na percepção de Bambino, o homem desempregado, despenteado e sem asseio, para também ser pintado como representante da classe média, ou talvez um funcionário público ou assalariado. Todos estariam pagando pelo disparo nos preços dos artigos de primeira necessidade.

Posto isso, o tipo de quadra poética, abordada aqui, era bastante comum nas ocasiões festivas. Como se verá no capítulo 3, o povo aproveitava o tempo de folia não somente para falar de amores e diversões, mas também para contestar os poderes públicos, criticar a violência policial e as proibições culturais, assim como mostrar o seu aborrecimento com o elevado custo de vida. Destarte, a festa se tornava um momento de resistência e de cobrança de promessas não cumpridas. Porém, havia outras formas de lutar contra a inflação, que era por meio de atividades e profissões informais: mendicância, jogo de bicho, comércio ambulante etc. Essas são as alternativas de todos os dias, não esperando datas comemorativas para acontecer. São ações, muitas vezes condenadas, mas insistentemente cometidas para se ganhar o pão diário. E existia, por fim, a manifestação de rua, quando os trabalhadores se reuniam de modo organizado para fazer comícios contra o aumento exorbitante dos gêneros de primeiras necessidades. Esses eventos eram bem mais raros, acontecendo quando as condições sociais já atingiram uma situação insuportável para classe laboriosa.

De maneira contundente, o protesto coletivo e consciente¹²² aconteceu em 1917, quando a Federação Operária do Rio de Janeiro fez várias reuniões e *meetings* populares contra a carestia na cidade, convidando todas as classes sociais e trabalhadoras para comparecer em massa aos atos. Os locais dos encontros eram feitos principalmente em bairros populares, e onde havia fábricas: Madureira, estação do Engenho de Dentro, estação Bangu e Ramos, Vila Isabel, Gávea, praia do Caju, Praça do Mercado e Largo Barreto, este localizado em Niterói¹²³. A praça, nesse contexto, torna-se um palco de luta, espaço simbólico e real de

¹²² Compreende um movimento consciente, no sentido clássico da definição, quando determinados grupos se juntam e se organizam para alcançar objetivos e fins definidos.

¹²³ *Gazeta de Notícias*, 28 de janeiro de 1917. p 1 (Digitalizado).

resistência, na qual milhares de pessoas se reuniam para dar um basta às condições de miséria e injustiça.

Deve-se notar que durante a Primeira Guerra, embora existisse um crescimento na indústria brasileira, a política econômica permaneceu igual, no sentido de que ainda era o café que dominava o centro das exportações. E para compensar as quedas nos preços do produto, a prática financeira continuou sendo a depreciação dos mil-réis. Com a diminuição das importações por causa do conflito, houve uma redução na arrecadação dos tributos sobre artigos importados, que foi, no entanto, reparada com a ampliação da produção interna sujeita ao imposto de consumo. Apesar disso, a emissão de moedas era, da mesma maneira, um método comum para financiar a compra das colheitas de café e expandir as atividades do Banco do Brasil. Nesse contexto, o ano de 1917 foi emblemático, com um estoque de 6 milhões de sacas, que acarretou mais emissões de nota, desvalorização da moeda nacional, aumento de impostos sobre o consumo e, por fim, mais carestia. Diante dessa situação, começaram a surgir várias manifestações operárias e a primeira onda de greve em diversas partes do país, em especial Rio de Janeiro e São Paulo¹²⁴.

Segundo Gomes¹²⁵, esse período de conflito mundial assinalou no Brasil o momento em que a questão social se tornou um debate mais definido e sistemático, surgindo um conjunto de ideias que procurava desenvolver e/ou evitar a elaboração de uma legislação no campo do trabalho. Até então não existia nenhuma lei que protegesse o trabalhador, e a constituição de 1891 apenas assegurava a liberdade de exercer qualquer profissão e a inviolabilidade dos direitos de propriedade.

Vargas, no livro *O trabalho na ordem liberal*, faz uma crítica à literatura clássica sobre o assunto, que, em geral, afirma não haver uma legislação social do trabalho até 1919, quando é aprovada a lei de acidentes durante o exercício da profissão. De maneira contrária, o pesquisador mostra as tentativas do Estado de regulamentar certas ocupações, como criação de matrícula para empregados domésticos, o funcionamento de casas comerciais nos dias dominicais, o estabelecimento de uma jornada de oito horas para operários da prefeitura, normas para os horários do comércio de padarias e confeitarias etc. Vários são os decretos e leis analisados pelo autor visando à regulamentação da profissão. Efetivamente, não se pode creditar numa ausência completa de regras trabalhistas no período, no entanto, a literatura clássica não está errada ao dizer que não existia uma legislação social do trabalho. As normas

¹²⁴FRANCO; LAGO, 2012, p. 209.

¹²⁵ GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 56-57.

existentes, apontadas por Vargas, atendiam a ocupações e segmentos bem específicos, ligando-se, em especial, a questões em torno do direito de repouso. Não havia uma lei, até então, que abarcasse todo trabalhador, independente dos seus cargos¹²⁶.

No entanto, através do Decreto n° 979, de 06 de janeiro de 1903, os profissionais da agricultura e da indústria rural podiam se organizar em associações para defesa de seus interesses; e também por intermédio do Decreto n° 1.637, de 05 de janeiro de 1907, era permitida a criação de sindicatos e sociedades cooperativas. Ainda conforme Gomes, a discussão em torno da questão social estava dentro de um contexto, em que os sindicatos de trabalhadores podiam se estabelecer legalmente e pressionar por melhores condições de vida. Nesse sentido, o período de 1914 até 1919 é bastante nevrálgico, uma vez que todo esse debate ocorria numa conjuntura de guerra mundial, e num quadro nacional, marcado pela expansão do comércio e da indústria, mas também pelo agravamento da pobreza e pela escassez de gêneros no mercado interno. Progresso econômico, tecnologia e miséria eram os imperiosos e incongruentes fatores que caracterizavam essa época¹²⁷.

Com efeito, o elevado preço dos alimentos essenciais, os baixos salários, as moradias caras e insuficientes levaram a um nível de desespero sem tamanho, fazendo com que alguns populares tentassem cometer suicídio. Há vários casos registrados nos jornais, como o do operário Augusto Pinto, de 28 anos de idade, que morava na rua de Botafogo, na estação do Encantado. Alegando como causa a carestia da vida, ele ingeriu lisol, uma espécie de desinfetante e antisséptico, mas foi logo levado ao posto central da Assistência, onde recebeu curativos, retornando depois para sua casa¹²⁸. Outro trabalhador, que tentou se matar, foi Alfredo Rodrigues Tosta, de 22 anos, homem branco e solteiro, que residia na Piedade. Estando há muito tempo desempregado e não suportando mais a miséria também ingeriu lisol, sendo internado na Santa Casa¹²⁹. Um terceiro caso foi o do maquinista eletricitista naval, Argemiro Pereira da Fonseca, que se matou com um tiro no ouvido, deixando esposa e três filhos. O motivo suspeito era a extrema pobreza¹³⁰.

As ocorrências de suicídios, consoante a *Gazeta de Notícias*, tornaram-se eventos comuns na “cidade modernizadora” de Pereira Passos. As pessoas se suicidavam, no geral, usando armas de fogo ou tomando veneno ou desinfetantes, a exemplo da creolina, do iodo, da tinta verde-paris e do próprio lisol. Mas havia tentativas mais drásticas, como a do

¹²⁶ Ver VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. São Paulo: UNICAMP/CMU, 2004. p. 34-52.

¹²⁷ Ibid., p. 60.

¹²⁸ *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1917. p. 6 (Digitalizado).

¹²⁹ *Gazeta de Notícias*, 10 de agosto de 1917. p. 3 (Digitalizado).

¹³⁰ *Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1917. p. 5 (Digitalizado).

cavouqueiro Francisco Moreira, português de 38 anos, casado com a lavadeira e também portuguesa Candida Augusta. Desempregado e com o aluguel da casa atrasado, o cavouqueiro decidiu acabar com a própria vida jogando-se na frente de um bonde. O operário conseguiu ser salvo por um policial que o levou para a delegacia¹³¹. Entre as várias causas possíveis do suicídio, como o tema passional, estava a fome, as privações e o “atraso de vida”¹³². Esses relatos mostram que, infelizmente, nem sempre os indivíduos de origem pobre conseguiam achar uma saída para resolver o problema do custo de vida, entrando numa depressão profunda, que os levavam a causar a própria morte.

A aflição era tanta que se multiplicaram no Rio de Janeiro a prática da agiotagem e as casas de penhores. Este tipo de comércio, dedicado anteriormente a objetos de luxos, como piano, relógios e móveis antigos, tornou-se uma saída para o pobre angariar algum dinheiro. Tudo começou a ser comercializado e leiloado. A população humilde, para sobreviver, empenhava roupas de dormir, ternos, camisas, calças, chapéus, sapatos, tesouras, fronhas, toalhas, guarda-chuvas, cama etc. O leilão era anunciado num cartaz aberrante, afixado à porta da loja de penhores. Quando o salão estava repleto de gente, o leiloeiro, subindo num lugar alto, iniciava a venda com um sinal de 5%, devendo o restante de o valor ser pago na entrega da mercadoria¹³³.

À medida que o tempo passava, e o governo não encontrava uma solução para sanar as dificuldades financeiras dos mais pobres, os discursos dos operários se tornavam mais combativos, com incitamento para a realização de uma greve geral e até a luta armada contra os “capitalistas e burgueses”. O movimento dos trabalhadores, aos poucos, foi construindo um programa que ia além de questões da carestia, exigindo dignidade no trabalho e o fim da exploração. Entre as reivindicações estavam: a) jornada de oito horas, aumento de salário e fixação do salário mínimo; b) abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas para menores de 14 anos; c) equiparação do salário entre o homem e a mulher; d) responsabilidade dos patrões nos acidentes de trabalho; e) higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padaria e em todos os departamentos do trabalho; f) diminuição de 30% nos alugueis das casas; g) criação de escolas racionalistas; h) diminuição dos preços nos meios de locomoção fluvial e terrestre; i) diminuição imediata nos preços dos gêneros de

¹³¹ *Gazeta de Notícias*, 10 de agosto de 1917. p. 3 (Digitalizado).

¹³² MAGALHÃES, Raimundo. Tragédia e farsa. *Gazeta de Notícias*, 24 de janeiro de 1917. p. 2 (Digitalizado).

¹³³ *Gazeta de Notícias*, 17 de junho de 1917. p. 3 (Digitalizado).

primeira necessidade; j) pagamento pontual nas oficinas, nas fábricas, e em todos os departamentos de trabalho; k) combater o álcool¹³⁴.

Nota-se que tais exigências iam além das questões eminentemente operárias, abrangendo um problema econômico e social que atingia toda a população. Os itens, que tratam da redução do valor dos aluguéis, da diminuição dos preços dos alimentos e dos meios de transportes, expõem demandas sociais que ultrapassavam os interesses trabalhistas do proletariado, estendendo-se à sociedade como um todo. É significativo observar que o tópico de combate ao álcool deixa entrever uma certa conduta moral e sanitária. Sob a clara influência do anarquismo, a classe trabalhadora procurava igualmente regular seu comportamento e seus hábitos cotidianos, condenando o excesso de bebidas alcoólicas, incentivando uma alimentação vegetariana e censurando as danças e bailes. Até mesmo o jogo de futebol foi alvo de crítica, visto como uma prática esportiva de ociosos e elemento de perturbação familiar¹³⁵. Vale salientar, porém, que apesar da oposição anarquista aos bailes e ao futebol, estes estavam incorporados na “forma-espetáculo assumida pelas grandes festas operárias”¹³⁶.

Em 1º de maio, dia do trabalhador, aconteceu um amplo comício dos operários, com bandeiras vermelhas, que traziam as seguintes inscrições: “Abaixo a carestia da vida, queremos pão e trabalho”, “Salve a internacional dos trabalhadores”. Esse encontro foi realizado no terreno onde ficava o antigo morro do Senado. Depois de intensos discursos e de ardorosas críticas à entrada do Brasil na guerra, os operários seguiram numa longa passeata até à Praça Tiradentes, onde ficava a sede da Federação Operária. Durante toda a reunião e a marcha, a polícia esteve presente através das forças de cavalaria e infantaria, e de vários guardas civis e delegados. É expressivo ressaltar que a partir desse momento, o tom da imprensa muda em relação aos protestos dos proletários. Se anteriormente os jornais tratavam o movimento como uma atividade legítima em resposta ao sofrimento e à fome do povo, agora a revolta da classe trabalhadora era tomada como subversiva, ou vista como uma organização de desordeiros e anarquistas¹³⁷.

¹³⁴ Essa lista de reivindicação se encontra na *Gazeta de Notícias*, 21 de abril de 1917. p. 5 (Digitalizado).

¹³⁵ Sobre o movimento operário brasileiro e suas várias correntes ideológicas: anarquismo e suas ramificações, socialismo, e o chamado trabalhismo carioca, ver FAUSTO, 1983, p. 85- 89.

¹³⁶ Sobre as festas operárias e a conduta moral das classes assalariadas no Brasil, ver HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2002. p. 54.

¹³⁷ Maram (1979, p. 61-65) faz uma breve análise sobre a posição e a ambiguidade que vários jornais no Rio de Janeiro e em São Paulo tinham com respeito à greve e aos anarquistas. Ver também *Gazeta de Notícias*, 02 de maio de 1917. p. 1; 17 de junho de 1917. p. 3 (Digitalizados).

Nesse sentido, o mês de julho de 1917 se mostra emblemático, ocorrendo uma série de agitações e paralisações em vários ramos da indústria. Entraram em greve marceneiros, operários da construção civil, proletários da fábrica de calçados e do setor têxtil, assim como trabalhadores do cais do porto, na parte de carga e descarga de mercadorias. A Federação Operária foi fechada, os encontros em praça pública tornaram-se proibidos e vários dirigentes do movimento operário foram presos. Por trás dessa repressão estava a autoridade de Aurelino Leal¹³⁸, que ora atuava com truculência à agitação proletária, ora assumia o papel de mediador entre os empresários e a classe trabalhadora¹³⁹.

Mas os operários, e o povo num sentido amplo, reagiam como podiam numa luta desigual, lançando mão de paus e de pedras, como ocorreu no mês de maio, numa passeata que ia em direção à fábrica de tecidos Corcovado, na Gávea. A polícia tinha recebido o povo à espada e à pata de cavalo¹⁴⁰. Outro recurso era promover ataques súbitos a oficinas e até ao transporte de mercadoria ferroviário. Em 27 de julho, numerosos grevistas assaltaram, na Ponta do Caju, um vagão conduzindo sal de propriedade da Companhia de Navegação Costeira. E no cais do porto um grupo de operários invadiram um armazém para impedir que os outros companheiros continuassem no serviço e furassem a greve¹⁴¹.

O momento entre 1917 e 1920 foi marcado por intensa atividade sindical, com greves constantes em diversos setores da economia brasileira. A conjuntura de guerra, as péssimas condições de trabalho, e a contínua inflação e carestia da vida provocaram intensos protestos e paradas operárias, deixando o governo e os empresários assustados. Nesse campo de força, o empresariado foi também uma voz ativa, procurando influenciar os políticos para impedir a aprovação de uma legislação trabalhista; apoiando a intervenção do Estado como órgão repressor e mediador de conflitos; e enfrentando os discursos contra a política protecionista governamental. Além disso, a burguesia industrial e comercial, por meio de sua associação – Centro de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro –, buscou realizar assembleias, em caráter de urgência, para enfrentar os grevistas, reunindo-se com outras agremiações empresariais, e

¹³⁸ Nascido na Bahia, Aurelino Leal foi advogado, jornalista, professor e deputado federal, assumindo a chefia da polícia do Rio de Janeiro, no governo do presidente Venceslau Braz, em 1914. Iniciou a sua administração perseguindo o jogo de bicho e os locais de meretrícios, recebendo duras críticas pela maneira truculenta e espetacular com que invadia as casas de *rendez-vous*. Lima Barreto descreve o chefe de polícia como uma pessoa boemia, que gostava de namoricos e de fazer versos em vários pontos da cidade. E lamentava que uma figura tão eminente e esclarecida tivesse se tornado um “inquisidor” e cerceador de “liberdade do pensamento e o direito de reunião”. Da minha cela. In: _____. *Toda crônica*, v. I. p. 402.

¹³⁹ O periódico *O Paiz*, em 27 de julho de 1917, fez numerosos elogios a Aurelino Leal por sua atuação diante da greve, louvando sua ação enérgica; e o seu importante papel na “conciliação” dos interesses proletários e patronais.

¹⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1917. p. 1-2 (Digitalizado).

¹⁴¹ *Gazeta de Notícias*, 27 de julho de 1907. p. 1 (Digitalizado).

até pedindo ajuda e conselhos de outros órgãos internacionais. Visitas a ministros de Estado, a comissões da Câmara dos deputados e aos chefes de polícia eram feitas por representantes das associações, a fim de pressionar o governo e demarcar posições¹⁴².

A classe industrial agia intensamente para retardar a regulamentação sistemática do trabalho, e para aprovar leis que não ferissem diretamente os seus interesses. Ademais, via os direitos sociais não como resultado da conquista e da luta dos trabalhadores, mas como consequência de sua generosidade, e um meio de garantir a harmonia social, prevenindo-se contra a perturbação da ordem. O patronato buscava igualmente tirar vantagens da situação, tentando garantir, ao lado dos ganhos trabalhistas, a manutenção e proteção das tarifas alfandegárias. Mas, apesar da oposição empresarial e da opressão estatal, as reivindicações operárias deram resultados, conquistando pautas como aumento de salários e jornada de 8 horas de trabalho. Aliás, o símbolo dessa batalha entre a classe trabalhadora e a burguesia industrial foi a aprovação da Lei de Acidentes do Trabalho, em 1919, primeira lei no campo da legislação sobre o trabalho¹⁴³.

Deve-se dizer que, somada a violência policial e a pressão do patronato, o proletariado tinha que lidar com outro fator que limitava a sua força no combate por melhores condições de vida. Era, então, o problema da procura por e da para oprimir a massa operária, assegurando salários baixos, e promovendo ameaça de demissões àqueles que reclamassem oferta de trabalho. No caso de São Paulo, o excesso de trabalhadores era provocado pela leva constante de imigrantes que chegavam ao Estado. No que tange ao Rio de Janeiro, a mão de obra abundante era implicação da grande migração interna, que se acentuou depois da abolição, e da entrada de estrangeiros, em especial portugueses. A existência desse exército industrial de reserva foi importante para o desenvolvimento da indústria e das más qualidades de trabalho¹⁴⁴. Devido a tal excedente, ficava fácil para os donos de fábricas substituir seus empregados, ou encontrar fura-greves que mantivessem o funcionamento de seus negócios. Maram ilustra bem o fato, comentando que durante a greve de 1920, a Companhia Docas de Santos demitiu 2.100 grevistas, substituindo, em pouco mais de um mês, a totalidade de seus funcionários¹⁴⁵. Para completar esse quadro, eram frequentes as disputas e competições entre

¹⁴² GOMES, 1979, p. 131.

¹⁴³ Ibid., p. 58.

¹⁴⁴ FAUSTO, 1983, p. 23-37.

¹⁴⁵ MARAM, 1979, p. 38.

estrangeiros e nacionais para conseguir um emprego, o que limitava de algum modo a organização da classe operária¹⁴⁶.

É expressiva a opinião de João do Rio sobre esse período, defendendo, juntamente com parte da imprensa e dos políticos, a ideia de que a greve seria resultado de um grupo de anarquistas imigrantes, que cobravam direitos alheios à realidade do país. No texto *A propósito da greve*¹⁴⁷, o cronista afirmava que a razão dos grevistas era legítima – o problema da carestia –, mas se colocava contra o movimento, caracterizando as paralizações como desordenadas e “fantasias infantis”. Culpava alguns empresários e comerciantes pelo elevado custo de vida, pois estes açambarcavam o mercado de gêneros de primeiras necessidades, acumulando grandes fortunas; e também criticava a falta de intervenção estatal para impedir a exploração. Em consequência, exigia que o governo regulasse os preços dos alimentos que não paravam de aumentar há mais de três anos. Para o escritor, não havia motivo para a agitação operária, porque a inflação era um mal que atingia todas as classes e famílias, considerando o conflito inútil e desnecessário. Além disso, para condenar a paralização, utilizava o argumento de a indústria brasileira ser exígua, estando ainda por se desenvolver, funcionando “ao sabor da generosidade de cada um”, o que tornava inviável as demandas dos grevistas.

Nesse texto, o cronista deixa entrever como são construídos os vínculos entre o patrão e o empregado, num tempo em que não existia um conjunto de leis que garantisse os direitos do proletariado como um todo. Era, em boa medida, “ao sabor da generosidade” do patronato que o operário obtinha certos benefícios e serviços sociais. Nesse sentido, a questão da justiça era vista como um presente, uma amostra da boa vontade do empregador. Este é quem iria julgar se o funcionário mereceria ser recompensado ou indenizado. Em outras palavras, eram em grande parte, as relações paternalistas que regulamentavam e normatizavam o funcionamento e as práticas nas fábricas brasileiras nas primeiras décadas do século XX.

João do Rio acreditava que as paradas dos operários eram um reflexo de perigosos e agitadores estrangeiros e do “excesso de liberdade”, que o Brasil lhes concedia. Os imigrantes, aderentes a um pensamento libertário, eram tomados como “criminosos” e

¹⁴⁶ É sabido que grande parte dos empregados que ocupava as fábricas, no começo da República, era estrangeira. Em São Paulo, a população imigrante era maioria na indústria; e no Rio de Janeiro, embora o percentual fosse menor, os estrangeiros era ainda uma parcela significativa. Sobre isso ver FAUSTO, op. cit., p. 30-31. Um livro interessante e já tratado aqui, que mostra as disputas e conflitos étnicos entre trabalhadores, no cotidiano da *belle époque* carioca, é o do historiador Sidney Chalhoub, denominado *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro* (2001). O autor procura construir, através de processos criminais, as tensões e os dramas diários do proletariado na primeira década de 1920, analisando o controle social que se impunha na rotina do trabalhador.

¹⁴⁷ RIO, João do. A propósito da greve. *O Paiz*, 28 de julho de 1917. p. 1 (Digitalizado).

“indesejáveis”, pois entravam no país, pregando ações revolucionárias e não eram expulsos. Num pequeno artigo de 1917, sem título, e sob o pseudônimo de José Antônio José, o escritor defende a adaptação e a modificação de leis no senado para acelerar o processo de deportação. Dizia que a expulsão dos “elementos de desordem” seria um meio de defesa, uma medida necessária para que a nação não ficasse entregue a sediciosos¹⁴⁸.

Na crônica *A origem das greves*, referindo-se às paradas operárias de 1918, o autor argumenta que o conflito no mundo do trabalho tinha procedência europeia, e não brasileira. Assim, a greve na Europa teria um sentido de ser, mas no Brasil seria um absurdo. Seu raciocínio ainda era a de que as interrupções proletárias vinham de condições externas e injustificáveis. Os imigrantes e as suas ideias seriam os verdadeiros culpados, pois chegavam ao Brasil, cujo clima e ambiente era o oposto do seu, procurando instalar uma sociedade segundo os moldes de seus países de origem, pensando à francesa, à portuguesa, à espanhola. Portanto, o anarquismo e o socialismo seriam apenas uma imitação de fora. As lutas de classes e pelos direitos trabalhistas só existiriam porque os brasileiros não pensavam por sua própria conta, copiando e se organizando consoante a moda estrangeira. Em função disso, a polícia precisava coibir a desordem que a greve representava¹⁴⁹.

Esse tipo de argumento era comum nas falas dos políticos e dos grandes periódicos da época. As manifestações da classe trabalhadora eram frequentemente vistas como agitações estrangeiras que pretendiam promover o caos e o radicalismo europeu no país. Essa acusação advinha do fato de que o movimento operário era organizado, em grande parte, por imigrantes de tendência anarquista. Além disso, tal discurso afirmava que o Brasil era uma nação nova, sem uma ordem capitalista poderosa, isento de questões sociais graves. Nesse caso, Rodrigues Alves, quando presidente do Estado de São Paulo, em 1912, dizia não haver motivo para distúrbios operários, porque éramos ausentes de classes sociais, e o trabalhador encontrava na lei as garantias necessárias para sua existência¹⁵⁰. De acordo com essa lógica, eram os estrangeiros que enganavam a boa fé do proletário brasileiro, agenciando o conflito e a confusão com teorias e doutrinas falsas. A grande imprensa carioca do período, a exemplo da *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Comércio* e *Correio da manhã*, bradava pelas deportações dos “agitadores” e pela formulação de novas leis contra a ameaça anarquista.

¹⁴⁸ Id. Sem título. *O Paiz*, 26 de setembro de 1917. p. 2 (Digitalizado).

¹⁴⁹ Id. A origem da greve. *O Paiz*, 6 de abril de 1918. p. 1 (Digitalizado).

¹⁵⁰ Maram, 1979, p. 60.

Essa atmosfera de temor, de acordo com a mesma linha argumentativa, foi acentuada ainda mais com o bolchevismo, a Revolução de 1917 e os levantes proletários na Europa¹⁵¹.

Em 1919, João do Rio estava em Paris, e acompanhou as discussões e eventos que ocorreram durante a Conferência de Paz, publicando vários artigos sobre o movimento bolchevista. Ele testemunhou a prisão de jovens militantes socialistas e o tumulto entre trabalhadores e a polícia francesa, nos protestos de 1º de maio. O cronista era um crítico ferrenho da Revolução Russa e dos bolcheviques. Dizia que Lenin tinha um furioso desejo de desorganizar o mundo, sendo um homem interesseiro e vulgar, um “desgraçado” e “megalomaniaco” que havia se vendido à Alemanha¹⁵².

É preciso fazer uma ressalva sobre o cronista. Nem sempre ele se posicionou contra a greve, reconhecendo, em algumas ocasiões, a sua necessidade. Mas até mesmo esse reconhecimento é carregado de um tanto de ambiguidade. Em regra, achava legítimos os motivos dos protestos – a luta por direitos sociais e o estado de miséria vigente –, mas não concordava com os meios utilizados para alcançá-los. Nesse sentido, em 1909, emite duas opiniões contraditórias a propósito da greve do gás, que deixou a cidade às escuras, durante vários dias. A primeira, em *Os humildes*, artigo publicado no livro *Cinematógrafo*¹⁵³, solidarizou-se com a paralização dos operários da empresa *Light*, que cuidavam da iluminação da capital. Num tom de revolta, expôs a extrema pobreza e as terríveis condições de trabalho da população, as mortes diárias e o esquecimento a que os mais pobres estavam relegados. Para o escritor, somente quando havia greve, e as bases produtivas da cidade paravam, é que esses indivíduos marginalizados eram notados. No entanto, contra eles, e a interrupção do trabalho, pesavam “o terror dos companheiros, a vigilância da polícia, o conservadorismo dos jornais, a hostilidade da massa”; forças estas que eram tecidas pelo patrão, para esmagar o operário¹⁵⁴. No final da crônica, o autor sintetiza com agudeza a exploração dos trabalhadores do gás, perscrutando o seu íntimo, identificando-se com eles.

Naquele inferno do gás, velho e atroz, em que os homens são como os pistons de uma enorme máquina saindo de uma temperatura de ar livre, à chuva com frio ou com calor, quase nus, para entrar numa temperatura de caldeira e de novo sair e tornar a entrar, sem parar, durante horas e horas; *naquele horror em que as fornalhas lembram olhos de ciclopes fantásticos*

¹⁵¹ Ibid., p. 64.

¹⁵² RIO, João do. Fim de pesadelo. *O Paiz*, 1 de julho de 1919. p. 3 (Digitalizado).

¹⁵³ Id. *Os humildes*. In _____. *Cinematógrafos: crônicas cariocas*. Rio de Janeiro: ALB, 2009. p. 139-144. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/antigo/media/Cinematografo%20-%20Joao%20do%20Rio%20-%20PARA%20INTERNET.pdf>> Acesso em: 7 de maio de 2015. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica e do livro, volume e o número de página.

¹⁵⁴ Ibid., p. 143.

numa fixação de hipnose – quantas vezes terá aparecido o revolucionário, quantas vezes terá aparecido já o desejoso de melhorar a vida daquela pobre gente? Muitas decerto... A timidez da humildade, porém, a timidez dos simples, que os faz eternamente explorados, extinguiu os generosos sob o bridão insolente das exigências da Companhia. E ninguém sabia que ali, num trabalho que vos dá a impressão de um delírio permanente, de um círculo infernal esquecido pelo Dante, havia homens, homens como nós, a penar, a morrer, para escassamente comer e gentilmente nos dar, com lucros para todos, menos para eles, o bico de gás civilizado. Foi preciso a greve, para que se ouvisse um protesto de trevas, um protesto mudo a soluçar nos combustores semiapagados, um enorme espasmo de sombra cobrindo a cidade inteira a indicar que eles existiam...¹⁵⁵.

Em outro artigo sobre a mesma paralização, denominado *Reflexões na treva*, e publicado no periódico *A Notícia*, em 27 de junho de 1909¹⁵⁶, o cronista manifesta uma segunda opinião. Nesta, a greve é tomada como uma espécie de guerrilha civil, espalhada por todos os países latinos, cujos agentes eram principalmente imigrantes espanhóis. O operariado sem inteligência e cultura se deixava levar por esses agitadores, trazendo graves problemas para nações como o Brasil e a Argentina. Seu pensamento repete o discurso dominante, vendo no movimento grevista brasileiro uma anormalidade. O seu argumento era de que as paradas proletárias tinham surgidos por aqui muito cedo, visto que ainda não tínhamos atingindo um grau de civilização profundo. Com efeito, afirma que em países como o Brasil e a Argentina, “tão grandes, com tanto espaço, tanto dinheiro, tanta liberdade e tamanha igualdade social”, era impossível prever tais perturbadores. E após refletir sobre a origem das greves, e os seus efeitos na América Latina, o autor condena as interrupções proletárias na fábrica de gás, caracterizando-as como fúteis, excessivas, mal organizadas e contraproducentes.

Embora pareça incongruente a posição do escritor, podem-se observar certos indícios, quando se comparam os dois artigos, sobre a real apreciação de João do Rio. Em *Os humildes*, apesar de haver solidariedade e uma identificação com o padecimento do operário do gás, o narrador faz uma divagação que corrobora a ideia de que as paralizações são uma aberração. “A greve! A greve é ainda uma anomalia entre nós, quando a exploração do capital é um fato tão negro como na Europa”¹⁵⁷. Além disso, qualifica o desejo de “emancipação do operariado” como coisas “graves, solenes e vazias”. Portanto, ainda que reconheça e se revolte com a situação dos pobres, e veja no protesto dos trabalhadores um modo de se alcançar direitos sociais, o autor via as greves como ilegais. Às vezes necessárias, mas ilegais.

¹⁵⁵ Ibid., p. 144, grifo nosso.

¹⁵⁶ Id. *Reflexões na treva*, *Gazeta de Notícias*, 27 de junho de 1909, p. 3 (Digitalizado).

¹⁵⁷ Os humildes. In: *Cinematógrafo*, p. 144.

Outra pista que pode clarear os motivos para as diferentes opiniões do cronista é dada por ele próprio, quando afirma que contra o trabalhador em greve pesava o conservadorismo dos jornais. Este poderia sobrecarregar até João do Rio na publicação de seus artigos. A percepção mais crítica e empática do autor sobre a situação dos grevistas foi publicada em livro, no texto *Os humildes*, como foi indicado. Nesse tipo de formatação, o escritor se apresenta mais livre para expor sua opinião sobre determinados acontecimentos ou visão de mundo, porque ele não está comprometido com a linha editorial de nenhum periódico. Isso explica o fato de que essa mesma crônica aparece modificada e reduzida numa versão anterior, divulgada na coluna Cinematógrafo, da *Gazeta de Notícias*, em 23 de maio de 1909¹⁵⁸. Nela, não existe uma referência sobre a paralização dos trabalhadores do gás, e a atuação de grevistas é tratada de maneira leve, geral e sem grande destaque. O silêncio do cronista sobre o assunto é cortado na segunda crônica mencionada, *Reflexões na treva*, divulgada por outro periódico, *A Notícia*. Aí, João do Rio lança um julgamento mais conservador e intolerante. Tudo isso evidencia que as distintas divagações do jornalista eram emitidas de acordo com os interesses dos jornais para os quais ele trabalhava. E que uma apreciação, aparentemente mais sincera, era expressa no formato de livros, quando o autor teria maior liberdade.

Bem diferente, ou mais coerente, é a opinião de Lima Barreto no que tange à greve, ao anarquismo e à Revolução Russa. O autor não condenava o movimento grevista. Na crônica *Sobre a Carestia*¹⁵⁹, ele afirma que, em face da dolorosa situação social e da ganância dos capitalistas, “toda e qualquer violência, sobre eles e as suas propriedades, é justa e legítima”. Somente com a violência, “os oprimidos têm podido se libertar de uma minoria opressora, ávida e cínica”. Em *São Paulo e os estrangeiros I*¹⁶⁰, o autor faz duras críticas à defesa do café, e aos paliativos governamentais para evitar as quedas dos preços do produto, enquanto a vida se tornava mais cara e as condições internas do país pioravam. Examina igualmente a dupla posição do governo em relação aos estrangeiros. Ou seja, nas circunstâncias da agitação operária, o Estado procurou expulsar os imigrantes, acusando-os de desordeiros e inimigos da ordem social, quando antes havia proclamado e incentivado a sua vinda como o baluarte do progresso, da civilização e da elegância.

¹⁵⁸ Id. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 23 de maio de 1909, p. 1 (Digitalizado).

¹⁵⁹ Sobre a carestia. In: *Toda crônica*, v. I. p. 286-287.

¹⁶⁰ São Paulo e os estrangeiros I. In: *Toda crônica*, v. I. p. 289-290.

Em *Carta aberta*¹⁶¹, o escritor denuncia o chefe de polícia Aurelino Leal por prender de forma autoritária e sem comprovação qualquer pessoa suspeita de atividade anarquista, atirando-a nos cárceres da ilha Fernando de Noronha. Ademais, assevera que o anarquismo não é crime, mas um modo de pensar. E, sendo assim, a República deveria admitir a plena liberdade de pensamento. Em mais de um artigo, o cronista defende as ideias libertárias e a questão social. Para o autor, esta última não era uma reivindicação por maior ou menor salário, possuindo um sentido mais amplo, que seria o direito que todos têm à dignidade humana, a encontrar felicidade e satisfação na terra. Nesse sentido, “os anarquistas falam da humanidade para a humanidade, do gênero humano para o gênero humano, e não em nome de pequenas competências de personalidades políticas”¹⁶².

O cronista afirma que todo mal está no capitalismo e na “insensibilidade moral da burguesia”, na exploração e ambição perversa pelo dinheiro; e, portanto, cabe aos homens apelar para “convulsão violenta” a fim de destronar “a camada podre” dos governos. O anarquismo teria esse objetivo, soltando os homens, deixando-os livres, “sem leis, nem regulamentos, ou peias legais quaisquer”, para que, pela ação da vontade individual e pela solidariedade “se obtenha naturalmente o equilíbrio de todas as forças e atividades humanas”¹⁶³. Vale salientar que o escritor chegou a colaborar, com alguns artigos, em jornais anarquistas, a exemplo de *A voz do trabalhador* e *Lanterna*. Lima Barreto era, do mesmo modo, simpático à Revolução Russa, desejando um movimento semelhante no Brasil. Para ele, nem Lenin e nem os outros revolucionários eram loucos ou bandidos. O apanágio da loucura seria apenas uma forma de amesquinhar os participantes do levante. Os bolcheviques, pelo contrário, tiveram um importante papel no mundo, atingindo os alicerces da civilização, e se caracterizando por uma profunda feição social, de amplitude universal¹⁶⁴.

Em resumo, o que se observa nas primeiras décadas do século XX, com respeito às bases econômicas e materiais da gente humilde, é uma situação caracterizada por fome, o desemprego e a repressão. Mas também foi um momento marcado por várias formas de resistências diretas e indiretas. Ideias de liberdade e igualdade tocaram fundo na vida de parte da população¹⁶⁵. Operários de fábricas ou braçais, vendedores ambulantes e carroceiros,

¹⁶¹ Carta Aberta. In: *Toda Crônica*, v. I. p. 412-418.

¹⁶² Palavras de um *snoob* anarquista. In: *Toda crônica*, v. I. p. 113.

¹⁶³ Sobre maximalismo. In: *Toda crônica*, v. I. p. 461.

¹⁶⁴ Vera Zassulitch. In: *Toda crônica*, v. I. p. 364.

¹⁶⁵ O anarquismo não esteve somente presente no mundo do trabalho ou movimento operário, difundindo-se igualmente para outros âmbitos como os desempregados e até os chamados “vadios”. Além do mais, as ideias anarquistas não estavam restritas aos trabalhadores de fábricas, expandindo-se para várias ocupações: carpinteiro, trabalhador braçal, padeiro, barbeiro etc. Sobre isso, ver MENEZES, 1996, p. 105-106.

funcionários de baixa patente, lavadeiras, quitandeiros, pequenos lavradores e criadores de animais estavam unidos, sob as mais diversas formas, no combate ao elevado custo de vida.

Ao longo desse período João do Rio e Lima Barreto dedicaram várias crônicas a respeito da carestia, testemunhando a aflição do povo e os seus modos de sobrevivência. Com percepções tão diferentes, registraram as profissões populares e denunciaram a precária condição de trabalho. Relataram a solidariedade entre os vizinhos e amigos em situação de apertos financeiros e na hora da doença. E narraram a esperteza popular para se esquivar da fome. Dialogaram com os humildes, criticando os políticos, denunciando a miséria, e, em alguns momentos, fazendo de sua escrita uma ferramenta de luta. Por isso, é de grande importância analisar os seus textos referentes ao elevado custo de vida, entender os pontos de vistas de cada um sobre o problema, e apreender o que eles viram e escreveram a propósito das camadas inferiorizadas.

3. Contra carestia, lutamos...

O escritor e jornalista Lima Barreto sempre se posicionou contra o *modus operandi* da República brasileira. O olhar maduro do homem de letras, sobre os acontecimentos perpetrados pelo regime, era marcado pelas recordações de infância: “mas da tal história da proclamação da República só me lembro que as patrulhas andavam, nas ruas, armadas de carabinas e meu pai foi, alguns dias depois, demitido do lugar que tinha”¹⁶⁶. O pai do autor, o tipógrafo João Henrique de Lima Barreto, trabalhava na Imprensa Nacional como mestre de composição, por influência de Afonso Celso, o visconde de Ouro Preto e ministro da Fazenda no período monárquico. Logo no início do governo republicano, por estar ligado a membros ilustres do império, o tipógrafo foi ameaçado de perder o emprego, pois havia uma grande pressão contra os monarquistas nas repartições públicas. Antes, porém, que a demissão sucedesse, João Henrique redigiu um requerimento pedindo demissão¹⁶⁷. Essas lembranças tocaram fundo na alma do escritor, permanecendo na memória o sentimento de medo e injustiça que advieram com o novo sistema político. “Nascendo, como nasceu, com esse

¹⁶⁶ São Paulo e os estrangeiros I. In: *Toda crônica*, V. I. p. 288.

¹⁶⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

aspecto de terror, de violência, ela [República] vai aos poucos acentuando as feições que já trazia no berço”¹⁶⁸.

Para o literato, a história republicana brasileira é uma história de corrupção e brutalidade, de massacre aos pequenos e humildes. O regime, administrado por uma minoria sedenta e gananciosa, teria alimentado a cupidez e o arrivismo, a especulação desenfreada, a falsidade doutoral. Além disso, o governo articulado com uma burguesia inepta, interessada apenas em ganhar dinheiro, seria um óbice ao desenvolvimento da população, visto que o burguês só conheceria duas formas de equilibrar o orçamento: aumentar os impostos, principalmente no que se refere aos gêneros de primeira necessidade; e cortar os lugares dos pequenos funcionários públicos. Esse tipo de ajuste recairia sobre os brasileiros mais necessitados, apunhalando os pobres, e arranhando apenas os ricos.

Num artigo *No ajuste de contas...*, de 1918, inspirado na Revolução Russa, o escritor sugere quatro medidas radicais para transformação da sociedade brasileira. A primeira questiona o direito de propriedade, recomendando que cada indivíduo deveria possuir somente o indispensável para o sustento próprio e de seus familiares; a segunda implica no confisco dos bens de determinadas ordens religiosas; a terceira busca refrear a riqueza da burguesia, cessando o direito de herança. Nesse sentido, a fortuna da pessoa, após a sua morte, deveria voltar para o Estado. E a quarta corresponde à liberdade amorosa, e o livre divórcio, seja por qualquer motivo, até o amor a terceiros. A “revolução social” brasileira deveria, no entanto, ser implantada com vagar, logo depois do fim da guerra. Tais medidas seriam apenas o começo da mudança. A crônica termina com uma aclamação sediciosa – “ave Rússia!”¹⁶⁹.

Já a visão de João do Rio sobre a República é bastante idealizada e cristalizada entre boa parte das elites da época. O regime é o símbolo do progresso e da civilização, propulsionando a modificação dos costumes antigos e indesejáveis. A ideologia republicana é contraposta à mentalidade do Império, tomado como velho e atrasado, ainda colonial e limitado. A política republicana trouxe o conforto, o automóvel, a luz elétrica, o *five o'clock*, as viagens à Europa, o hábito dos chás e dos passeios, os brilhos dos teatros e dos salões dançantes. Em outras palavras, com a República floresceu todo um universo mundano tão apreciado pelo escritor¹⁷⁰. Nessa atmosfera, surge um novo homem, o *snob*. Conforme João do Rio, essa figura se expressava numa linguagem cheia de estrangeirismos, e falava com

¹⁶⁸ São Paulo e os estrangeiros I. In: *Toda crônica*, v. I. p. 288.

¹⁶⁹ No ajuste de contas... In: *Toda crônica*, v. I. p. 336-343.

¹⁷⁰ RIO, João do. O bem das viagens. In: _____. *Vida vertiginosa*. São Paulo: Martins, 2006. p. 141-154. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica, do livro e o número de página.

grande ciência da Europa. É um tipo que se vestia bem e se mostrava amável, cumprindo várias tarefas sociais, como ir a todos *five o'clocks*, jogar *bridge* com as damas e *pocker* com os homens. O *snob* era um sujeito que gostava de fama e de ser visto, tendo em grande conta o alfaiate e a modista¹⁷¹.

No entanto, apesar dessa imagem dourada do regime, que era também uma idealização de sua contemporaneidade (*Belle époque*), o escritor não economizou crítica ao governo e a vários políticos republicanos, expondo a exploração e a pobreza social do período em que viveu, e o descaso público em relação às classes desfavorecidas. Se, em muitos casos, ele dedicou diversas crônicas à vida mundana, registrando a ostentação e a superficialidades da “fina flor” carioca, narrando os enormes chapéus que ornavam as cabeças das senhoras ricas, e os bailes particulares que eram oferecidos à “nata” da capital do país; ao mesmo tempo, relatou um mundo negado, existindo à sombra do brilhantismo republicano. Para isso, adentrou nos lugares de extrema miséria, onde as pessoas viviam em condições subumanas, dormindo amontoadas em ambientes sem um mínimo de estrutura, e comendo mal ou quase nada. Mergulhou fundo em bibocas e labirintos da cidade, anotando e gravando na linguagem os rostos e corpos que via pelo caminho, a fisionomia e as ações de uma multidão de deserdados e famintos. Desse modo, ele nos deu uma visão ampla da época, configurando, em sua escrita, as diversas classes sociais, suas diferenças econômicas e os seus gostos. Em suma, apresentou um mundo de luxo, aparência, modernização, mas também de escassez e pendências, levando em consideração os múltiplos canais e circuitos de comunicação¹⁷².

Em 1903, o autor escreveu um artigo em que afirmava que o Rio de Janeiro estava vivendo uma “série vermelha”, assinalada por assassinatos, suicídios e desastres. E o espanto da imprensa, diante desses casos que pululavam na capital, era incompreensível, porquanto se tratava de acontecimentos cotidianos. Nesse contexto, relatava um evento que chocou os jornais da época, o drama de duas pessoas que residiam no bairro da Saúde, “morando numa fuma em que decentemente só poderiam morar cachorros ou bácoros, e alimentando-se com causas inomináveis, como verdadeiros animais inferiores”¹⁷³. O cronista comenta que o assombro, perante essa realidade, só seria possível para quem nunca saiu da Rua do Ouvidor, pois nos morros que cercam a cidade, nos casebres e estalagem onde vive a gente miserável

¹⁷¹ Id. Ser *snob*. In: _____. *Pall-Mall Rio*. Rio de Janeiro: Vilas-Boas, 1917. p. 202-204. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título da crônica, do livro e o número de página.

¹⁷² Sobre o olhar burguês para os pobres, ver BRESCIANI. Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

¹⁷³ RIO, João do. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 19 de novembro de 1903. p. 2 (Digitalizado).

reinava uma crise terrível. Com efeito, tece uma crítica à exclusiva atenção dada ao centro urbano, em detrimento dos espaços onde habitavam os mais pobres.

E é interessante (para não dizer revoltante) que só nos mostremos impressionados pelos aspectos da nossa vida essencialmente urbana, e preocupados com o saneamento do centro da cidade – quando o grande mal, o mal terrível, o mal hediondo está nessas furnas, nessas bibocas, nessas betesgas imundas da nossa Whitechapel¹⁷⁴ –, onde ninguém sabe ler, e onde ninguém toma banho.

Em 1911, João do Rio procurou entender a crescente miséria que assolava a capital do país. Baseando-se em dados de um economista da época, ele informa que numa população total de 811. 443 pessoas (tomando como parâmetro o censo de 1906), 393.914 eram paupérrimos, 141. 494 eram pobres; 249.338 eram indivíduos com bem-estar, 26. 697 representavam as classes médias e dirigentes. Embora não se possa confirmar a veracidade desses números, importa saber o que eles significavam para o cronista e a que aludiam de fato. Ou seja, que a maioria do povo vivia em situação de carência; e somente uns poucos gozavam das benesses econômicas. Indagando a amigos e operários como a população poderia viver diante dos graves problemas financeiros, o escritor reconhecia que, embora todos os membros de uma família proletária pudessem trabalhar, mesmo assim o conjunto do dinheiro arrecadado seria insuficiente para pagar todas as despesas de uma casa.

Na crônica *Contra carestia gritamos*¹⁷⁵, da mesma época, o cronista protesta contra a alta inflação dos produtos alimentícios. Dizia que, além de caros, os alimentos não eram de boa qualidade, sendo transportados em carros sujos e passando por entrepostos poucos higiênicos. Gêneros como arroz, feijão, banha, carne seca e peixe estavam caríssimos; e até a alface e as frutas nacionais se tornaram consumo de luxo. O pão, alimento corriqueiro nos cafés da manhã dos mais humildes, também encarecia e sua oferta diminuía drasticamente. Houve inclusive ameaça de não haver mais pão. Após oito anos, a situação ainda era semelhante. Em 1918, na crônica *Vera Zassulitch*, Lima Barreto se revoltava contra a elevação dos preços, dizendo que os tiranos burgueses queriam matar o povo de fome. A carestia ainda pesava sobre aqueles mesmos produtos: feijão, arroz, carne, sal, café, açúcar, pano¹⁷⁶. Em seu livro póstumo, *Os bruzundangas*, publicado em 1922, o escritor satiriza a

¹⁷⁴ Withe Chapel era um bairro operário, localizado a leste da Torre de Londres. Por volta de 1840, ficou conhecido como um mundo à parte e diferente, mesmo estando dentro da cidade. Era tomado como um lugar chocante e diabólico, sendo caracterizado pelo emaranhado de cortiços, a fome e a violência. Os seus habitantes eram descritos como selvagens, doentes e imundos. Ver BRESCIANI, op. cit., p. 25-28.

¹⁷⁵ RIO, João do. *Contra a carestia gritamos*. *Gazeta de Notícias*, 13 de outubro de 1911. p. 1(Digitalizado).

¹⁷⁶ Vera Zassulitch. In: *Toda crônica*, v. I. p, 364.

política e a administração republicana através da personagem deputado Felixhimino Bem Karpatoso, que procurava salvaguardar as finanças do país, aumentando os gêneros essenciais e massacrando o povo.

Três dias após, ele tinha as ideias salvadoras: aumentava o triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene, a carne seca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; do dobro, os tecidos de algodão, os sapatos, os chapéus, os fósforos, o leite condensado, a taxa das latrinas, a água, a lenha, o carvão, o espírito de vinho; criava um imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o veludo, o *champagne*, etc., de qualquer imposto. Calculando tudo, ele obtinha trinta mil contos.

[...]

Um objetou:

– Vossa Excelência quer matar de fome o povo da Bruzundanga.

– Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente.

Um outro observou:

– Vossa Excelência vai obrigar o povo a andar nu¹⁷⁷.

O romance ainda faz crítica ao monopólio e à retenção de mercadoria indispensável para o sustento da população. Também faz referência mordaz a personalidades políticas como o ministro da agricultura José Rufino Bezerra Cavalcanti, e o empresário Pereira Lima. Apesar de não citar nomes, o autor agrega fatos nos seres ficcionais que correspondem a essas figuras públicas. O primeiro estando associado a usineiros e à exploração do açúcar; e o segundo, à atitude paradoxal de ser um açambarcador, ao passo que era membro da comissão contra a carestia¹⁷⁸. Como se verá adiante, Lima Barreto dedicaria outros textos críticos a esses homens públicos, sempre os acusando de agravar a miséria dos pobres.

O período mais problemático foi durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, que é o mesmo das ondas de greves que assolaram a República. Para piorar a situação, num contexto de conflitos tão graves, marcado pela escassez de alimentos e pelo alto custo de vida, multiplicaram-se a especulação e o abuso em torno dos alimentos essenciais. O feijão era vendido a 800 réis o quilo, as batatas custavam 800 réis o quilo, o preço do bacalhau e da carne seca era 1.800 réis, o quilo da banha era 2.500, o do arroz e do açúcar atingia 800, e a lata de leite condensado alcançava 2.500. A carestia do pão era igualmente objeto de

¹⁷⁷ BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 52.

¹⁷⁸ Ibid., p. 27-28.

reclamação, custando o quilo 400 réis. Os proprietários de padarias geralmente acusavam como culpados os fabricantes de farinha, que aumentavam o preço do produto. Um dono de padaria da estação de Olaria escreve para a *Gazeta de Notícias* se queixando do moinho Inglês que tinha elevado a barrica de farinha a 40.000 réis, quando esta era vendida anteriormente a 20.000. E esse aumento faria dobrar o custo do pão¹⁷⁹.

A fim de reprimir os abusos na venda de gêneros alimentícios, o prefeito do Distrito Federal, o General Bento Ribeiro, reuniu-se em seu gabinete com todos os agentes municipais, os diretores dos moinhos Inglês, Fluminense e Santa Cruz, e com o presidente da Associação Comercial. Dessa conferência resultou o decreto n. 979, de 6 de agosto de 1914, que estabelecia uma tabela de preços para venda de gêneros de primeira necessidade. Os agentes da prefeitura ficariam responsáveis pela fiscalização de casas de negócios e retalhistas, fazendo cumprir a lei. Segue a tabela 1:

Tabela de preço dos alimentos (1914)¹⁸⁰	
Arroz nacional, especial.....	\$640
Idem superior.....	\$560
Idem bom.....	\$460
Açúcar de 1 ^a	\$460
Idem de 2 ^a	\$400
Idem de 3 ^a	\$360
Batatas nacionais.....	\$400
Banha.....	1\$400
Bacalhau.....	1\$600
Farinha de 1 ^a	\$360
Idem de 2 ^a	\$260
Feijão preto.....	\$500
Carne seca.....	1\$500
Idem de 2 ^a	1\$300
Farinha de trigo.....	\$400
Kerozene, lata.....	5\$600
Pão, Kilo.....	\$400
Toucinho.....	1\$400

¹⁷⁹ *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1914. p. 4 (Digitalizado).

¹⁸⁰ Fonte retirada da *Gazeta de Notícias*, 7 de agosto de 1914. p. 4 (Digitalizado).

Tais medidas governamentais não são apenas provocadas pelos excessos cometidos nos preços dos produtos alimentícios, mas também respondiam à agitação popular que pairava no Rio de Janeiro. Um dia antes do decreto, grupos de populares tentaram atacar casas comerciais em certos pontos da cidade. Em Niterói, o valor do pão estava custando 900 réis, e os populares iniciaram um protesto com comícios na Praça Martim Afonso. O chefe de polícia apelava para que a “população ordeira e laboriosa” da capital se conservasse “em atitude de calma, aguardando confiante a ação do governo”, pois não toleraria que em nome da carestia se cometessem violências contra as pessoas e a propriedade¹⁸¹. João do Rio escreve uma crônica comentando o susto que o burburinho do povo causou nos governantes e na imprensa conservadora, tal como o *Jornal do Comércio*. O cronista foi solidário com a revolta popular e teceu crítica à tabela de preços governamental, explicando que a lista não solucionava o problema, porque os artigos ainda eram vendidos mais caros do que antes.

O “jornal” pede ordem! Sim. Ordem! E o bom senso. Mas também acho que o Povo deve mostrar aos governantes que está mesmo menos farto (sic.). Se assim não fosse, e sem o intuito de revoltas – talvez o governo ainda não soubesse o que certos exploradores têm feito. E a prova é que, enquanto o chefe de polícia Valadares, energicamente, pôs a algema do aviso nas mãos surripantes dos negociastas, o Sr. Bento Monteiro – só ontem, à tarde, nos deu a tabela de preços dos gêneros de primeira necessidade.

E sabem o que é essa tabela? É a tabela que aumenta o preço do feijão para mais do que os vendedores vendiam antes delas! É a tabela que aumenta o preço da carne seca para mais do que nós compramos ontem!¹⁸².

Uma existência de fome e de privações é descortinada pelo cronista. Flanando em torno de 1 hora da manhã pela cidade, ele narra o ajuntamento que viu numa casa de pasto. Eram homens, mulheres e crianças famintos e em frangalhos, esperando que algum funcionário do restaurante despejasse restos de comidas nos latões sujos. A mesma cena se repetia nas casas de petisqueiras da Rua da Conceição, onde uma multidão com fome era patrulhada pela cavalaria¹⁸³. Tal situação era apresentada como uma verdadeira desgraça e tragédia que tinha tomado o Rio de Janeiro. As crianças maltrapilhas, em bando, corriam a pedir esmolas, as pessoas sem emprego dormiam sobre os bancos¹⁸⁴. João do Rio observou que, diante dessa calamidade, imediatamente surgiram versos sobre a carestia, ao mesmo

¹⁸¹ Ibid., p. 4.

¹⁸² RIO, João do. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 7 de agosto de 1914. p. 2 (Digitalizado).

¹⁸³ Id. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 8 de novembro de 1914. p. 5 (Digitalizado).

¹⁸⁴ Id. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 10 de novembro de 1914. p. 1 (Digitalizado).

tempo em que aparecia a música “Cabocla de Caxangá”, uma embolada lançada por Catulo da Paixão Cearense em 1913, e sucesso do carnaval carioca até o ano de 1914¹⁸⁵.

Na crônica *Contra a miséria, a luz do bem*, de 1915, o autor mostra o horror e a condição catastrófica que uma parte do povo estava vivendo. Um retrato de injustiça e sofrimento é tirado. Já não se tratava de mendigos ou moradores de ruas, mas de uma população desempregada, sem casa e comida. Eram estrangeiros, brasileiros, migrantes de outros Estados, pessoas de todas as idades, brancos, negros, mulatos.

[...] a miséria soltando a Fome e o Desamparo sobre uma cidade iluminada. Não há mais mendigos – há bandos e bandos de criaturas sem pão, sem teto. São operários com as fábricas fechadas, são empregados no comércio – é a grande massa anônima dos humildes, o exército dos deserdados. Há brasileiros às centenas, vindos de todos os Estados, há imigrantes de todas as nacionalidades e a Fome assustadora nivela posições: simples trabalhadores e rapazes inteligentes, com preparo, servidores e criaturas que deveriam mandar.

Não há trabalho, não há dinheiro. Há fome. Indaguem vocês nos consulados, nos centros estaduais. Mas basta a observação externa: a rua. Oh! A rua! Vejam os caprichos de Goya que são as portas das casas de comida, a uma da manhã, o batalhão de criaturas que nunca pediram, nunca sofreram, e lá estão à espera dos restos imundos, a face pálida, o estomago em câimbras, sujos, trôpegos, sem arrimo. Vejam os rapazes que pedem, os homens que suplicam, os velhos que quase exigem – e a noite, nos bancos das praças e das avenidas, nos jardins, o trágico nivelamento do sono ao ar livre, velados pela fome...¹⁸⁶.

A cidade iluminada, de tão largas avenidas, era um vasto campo de fome e miséria. As duas faces de Janus pesavam sobre os homens, numa desigualdade galopante. Para agravar esse quadro, nesse clima de guerra, a gripe espanhola fazia as suas primeiras vítimas, ceifando parte da população do Rio de Janeiro. Em setembro de 1918, a cidade contava com 910.710 habitantes, sendo 697.543 na zona urbana e 213.167 nos subúrbios e área rural. Nessa época foram registradas 48 mortes pela *influenza*. No mês de outubro, o número de falecimentos provocados pela moléstia foi catastrófico, 930 mortes num total de 1.073 óbitos. A gripe espanhola tirou a vida de 15 mil pessoas na capital, e deixou de cama 600 mil cariocas, isto é,

¹⁸⁵ Botelho (2001, p. 118) registrou em sua tese uma dessas cantigas, intitulada *Carestia*. Era uma cançoneta humorística, de autoria desconhecida e gravada em 1914 por Aristarcho Dias. “Na estrofe inicial, o cantor avisa: ‘Maricota não podemos casar mais, oh não!’, para em seguida explicar que ‘os feijões subiram tanto e ainda mais o pirão’. Enfim, ‘Subiu tudo, carne seca, carnes e feijões / Subiu tudo, tudo há de subir / Carne fresca, amado meu, já custa dez tostões’. Diante de tamanha carestia, o refrão revela a única solução percebida pelo letrista: ‘Esperar a crise passar / é melhor para o nosso amor / que desgraça, nunca vi / eu senti, eu senti’”. Ver também SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza homem de. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras: 1901-1957*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. I. p. 37-38; e *Gazeta de Notícias*, 10 de setembro de 1914.

¹⁸⁶ RIO, João do. *Contra a miséria, a luz do bem*. *Gazeta de Notícias*, 09 de maio de 1915. p. 6 (Digitalizado).

cerca de 66% da população local¹⁸⁷. Além da falta de preparo e de estrutura para lidar com a doença, “faltavam alimentos, remédios, médicos, hospitais que recolhessem os doentes mais graves”. A Diretoria Geral de Saúde Pública ainda tinha que batalhar contra o superfaturamento de comida e medicamento. A cidade já não sustinha seus mortos, pois careciam coveiros para enterrar os corpos¹⁸⁸.

No artigo *Carestia artificial*, publicado em 1920, no jornal *O Paiz*, João do Rio comenta que a carestia se propagava como a gripe espanhola, trazendo tanto mal quanto a doença. Novamente reclama do absurdo dos preços das frutas e da cupidez dos negociantes, encarecendo artificialmente os produtos. Lima Barreto, na crônica *País rico*¹⁸⁹, escrita no mesmo ano, alude à moléstia, censurando o despreparo do governo. “Surtem epidemias pasmosas, a matar e enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes. Pede-se construção de outros bem-situados; e o governo responde que não pode fazer porque não tem verba, não tem dinheiro”. Na crônica *Simples reparo*¹⁹⁰, publicada também em 1920, ele protestava contra o encarecimento da vida, sem que os salários e ordenados subissem proporcionalmente. Culpava igualmente os grandes empresários e patrões, que açambarcavam o valor das mercadorias e pleiteavam o aumento dos impostos aduaneiros para afastar a concorrência estrangeira. Ironizava que, no meio da miséria geral, o feijão com a carne seca virou prato de luxo, iguaria de potestade.

Lima Barreto atacou ferozmente a República pela situação social, explicando que, em trinta anos, o regime só evidenciou a sua incapacidade para assegurar o bem-estar do povo brasileiro, levando a pobreza e a mendicância milhares de pessoas. A administração política republicana, voltada para o Leblon e Copacabana, favoreceria apenas os ricos, cobrindo a gente pobre de injustiça. Assim, a construção de obras suntuosas na cidade, custando o quádruplo do seu valor, fazia crescer os desfalques dos cofres públicos e a especulação desenfreada. O protecionismo que o governo garantia às indústrias, sob as elevadas taxas alfandegárias, encarecia tudo. Sobre essa conjuntura, o cronista acrescenta:

O mal-estar da população cresce sempre, a especulação de alto a baixo prolifera, os agiotas e bancos de agiotagem, católicos, protestantes, sionistas, distribuem pasmosos dividendos em relação ao valor das ações. Maravilhoso sintoma!

¹⁸⁷ GOULART, A. da C.. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, jan.-abr., 2005. p. 105..

¹⁸⁸ Ibid., p. 108.

¹⁸⁹ País rico. In: *Toda crônica*, v. II. p. 181.

¹⁹⁰ Simples reparo. In: *Toda crônica*, v. II. p. 127.

Não há carne na capital da República dias seguidos e a parte da população que pode, apela para as aves domésticas, conservas, para a carne de porco e o peixe que custam caríssimo.

A outra parte, a maioria, a mais pobre, não tem para onde apelar, pois a carne seca é hoje alimento de luxo, tendo deixado de figurar nos *menus* dos encarcerados de toda a natureza.

Nesta cidade, já há fome e não tardará muito a verificar-se criminosos que assim se fizeram, para ter sustento à custa do Estado; entretanto, projeta-se a criação de uma universidade no Rio de Janeiro¹⁹¹.

No texto *O nacionalismo*, de 1920, o autor comenta, de um ângulo macroeconômico, que “o mal-estar da nossa vida” não resultava da massa geral de estrangeiros, tão necessitado quanto os brasileiros. O incômodo vinha da “injustiça das relações econômicas entre pobres e ricos”. E afirma que, diante da ambição dos grandes financistas, todo o nacionalismo é ridículo e inútil:

A bem dizer, a carestia atual entre nós é fabricada por aquela gente que de há muito se pôs além e acima do ideal de pátria, é a gente da finança que vai até as funestas guerras para ganhar dinheiro e todo o nosso nacionalismo contra ela é vão e ridículo. Para derrubá-la é preciso abalar e modificar ideias e sentimentos; e é coisa que nunca foi obtida por clubes de meninotes mais ou menos eloquentes e elegantes¹⁹².

Lima Barreto e João do Rio demonstraram que a carestia na República era um problema crônico, afetando as classes inferiorizadas em todos os aspectos de sua existência. Não era só a carência de comida ou um momento de dificuldade, era igualmente o desemprego, a falta de moradia, o risco de doenças, a humilhação social diária. Não era, pois, uma circunstância, mas um problema de longa duração. A carestia nas primeiras décadas do século XX era sistêmica. Em *A túnica de Néssus das leis*, de 1922, Lima Barreto explica como a gente pobre era afetada por esse estado de adversidade.

O pobre-diabo já come mal; agora, não podendo suportar o aumento do aluguel, muda-se para um casebre sem ar, sem luz, acanhado, onde ele vai viver num monte com a mulher e os filhos. Que acontece? Chegam-lhe as moléstias: a tuberculose, a bexiga, etc., etc. O governo então o acode na pessoa de um doutor solene. É um homem grave, limpinho, muito empertigado com um anelão de pedra verde no indicador da mão direita, que chega com uma porção de sujeitos mal-ajambrados num sujo fardamento de

¹⁹¹ A nossa situação. In: *Toda crônica*, v. II. p. 257.

¹⁹² O Nacionalismo. In: *Sátira e outras subversões*, p. 415.

brim, tendo na cabeça um boné cuja pala dentada tem aspecto de beiral do telhado de casa em ruínas; e todos eles o doutor e os sujeitos de boné levam a família para o hospital, num carro fechado, que mais parecem um cárcere que um veículo¹⁹³.

Lima Barreto e João do Rio argumentavam que o problema dos altos custos dos gêneros de primeiras necessidades era causado pela ambição de alguns empresários e pelos *trusts*. Para eles, os negociantes aproveitavam o momento de comoção econômica e social a fim de inflacionarem o preço artificialmente. Tais práticas realmente aconteciam. Não somente o produto era encarecido, ele era comumente retido em armazéns para que, na hora propícia, pudesse ser vendido mais caro¹⁹⁴. Do mesmo modo, havia o fato de que certas mercadorias eram vendidas mais baratas no estrangeiro, quando custavam quase o dobro dentro do país. E isso causava revolta. Esse era o caso do açúcar, por exemplo. Conforme o primeiro autor, no ano de 1917, esse artigo era comercializado internacionalmente por 6\$000 réis a arroba, e negociado nacionalmente aos retalhistas acima de 10\$000¹⁹⁵.

Lima Barreto fazia duras críticas aos representantes do governo, como o ministro da agricultura José Rufino Bezerra Cavalcanti, nascido em Pernambuco e ligado à produção açucareira. O escritor acusava o ministro de agiotagem e especulação, pois estaria beneficiando os produtores de açúcar para empobrecer o povo. Tais reprimendas eram, da mesma forma, direcionadas ao grande industrial Matarazzo, no caso do feijão; e ao político e empresário Antônio Prado, referente à carne seca. Outras censuras eram dirigidas à Associação Comercial do Rio de Janeiro, apontada como um “ninho de malvados açambarcadores”; e ao presidente da agremiação, o comerciante Pereira Lima, também membro de uma comissão organizada para acabar com os males da carestia.

Em 1917, a *Gazeta de Notícias* dedicou uma matéria, denominada *Abnegação de um açambarcador*, criticando a ambiguidade do dirigente da associação. O periódico denunciava a exportação de 20.000 toneladas de açúcar, que estava sendo retida a fim de ser vendida ao estrangeiro por um preço baixo, ao passo que o produto era elevado internamente. E essa transação teria o apoio do empresário Pereira Lima. O lucro dos negociantes era evidente, exportando em seis meses 59.324 toneladas da mercadoria. O preço médio do açúcar, vendido

¹⁹³ A túnica de Néssus das leis. In: *Toda crônica*, v. II. p. 399-400.

¹⁹⁴ Linhares e Silva (1979, p. 36-42), analisando o período entre 1918 e 1926, apontaram que, além das emissões de papel-moeda, outros fatores da carestia eram a exportação de alimentos antes exclusivos do consumo interno, o controle do comércio a retalho nas mãos dos estrangeiros, e o monopólio dos gêneros alimentícios, que gerava a retenção do produto para encarecê-lo. Amplos estoques de carne, feijão, arroz e farinha eram deixados nos depósitos e armazéns a espera da alta dos preços. No caso, da carne verde a situação era bem pior, visto que apenas quatro ou cinco açambarcadores controlavam a mercadoria.

¹⁹⁵ Carta fechada – Meu maravilhoso Senhor Zé Rufino. In: *Toda crônica*. v. I. p. 272.

externamente, era de 412 réis por quilo; enquanto nos mercados brasileiros, ele estava sendo distribuído entre 640 e 660 réis¹⁹⁶.

O jornal fez uma fervorosa campanha em oposição aos especuladores, tomada como uma “guerra santa contra os açambarcadores”. Nessa batalha, foi descoberto que alguns mercadores guardavam imobilizados nos trapiches, armazéns e entrepostos grandes quantidades de alimentos primordiais na mesa do brasileiro. Reportagens, ilustradas com fotografias, revelavam o interior desses depósitos, cheios de estoques de comida. A imprensa, além de cobrar dos poderes públicos, apoiava medidas que refreassem os exploradores, a exemplo de um projeto em discussão no Conselho Municipal, que sugeria várias providências: 1) criação pelo prefeito de armazéns nos distritos municipais para fornecimentos de alimentos, com preços tabelados. Esses provimentos seriam adquiridos diretamente dos produtores e lavradores, sendo negociados aos consumidores sem lucro para a municipalidade; 2) os empórios da capital não poderiam ter armazenado, por mais de 30 dias, produtos como feijão, farinha de mandioca, arroz, milho, sal, açúcar e charque; 3) multas de um conto de réis seriam estabelecidas aos infratores. E caso a pena pecuniária não fosse cumprida, o governo faria a apreensão das mercadorias para os depósitos municipais¹⁹⁷. Esse tipo de regulamentação era, no entanto, difícil de ser aprovado, pois havia o forte argumento de que tais medidas feriam a liberdade do comércio.

A criação do Comissariado de Alimentação Pública, em 1918, também foi uma tentativa do Estado de intervir na economia, regulando e tabelando os preços e os estoques. O estabelecimento desse órgão promoveu uma intensa briga entre políticos, comerciantes e proprietários agrícolas, que acusavam o governo de intervir na liberdade de comércio. As maiores críticas vinham de usineiros, charqueadores e plantadores que não desejavam ver os seus produtos tabelados. Todavia, a atuação da entidade foi bastante precária, uma vez que não tocava no cerne dos problemas. Nesse sentido, procurava ajustar os preços do comércio varejistas sem mexer no atacadista; a fiscalização não era eficiente, levando o consumidor a pagar um valor mais alto do que aquele estabelecido na tabela; e eram constantes as fraudes nos pesos dos alimentos. Ainda assim, era um órgão que incomodava a burguesia comercial, pois buscava exercer um controle sobre a exportação, a requisição de gêneros e os preços. Em face disso, uma campanha para extinção do comissariado foi executada, levando a sua substituição pela Superintendência do Abastecimento, em 1926. Esta, atendendo aos

¹⁹⁶ *Gazeta de Notícias*, 16 de agosto de 1917. p. 1 (Digitalizado).

¹⁹⁷ *Gazeta de Notícias*, 23 de agosto de 1917. p. 1 (Digitalizado).

interesses dos comerciantes e proprietários, acabou com a fiscalização das exportações e o tabelamento dos preços¹⁹⁸.

O fracasso desse projeto pode ser evidenciado pelas reportagens diárias sobre a opressão que o povo estava vivendo. O grosso da população, composta do proletariado, cujos salários variavam entre 3000 a 6000 réis por dia, não podia suportar uma carga inflacionária de 200% sobre o produto. E a fome não era a única ameaça aberta; a maioria das pessoas também se via afrontada pela tuberculose¹⁹⁹. A questão do monopólio correspondia apenas a um dos problemas que geravam a carestia. Como se viu, as razões eram muito complexas, e foram intensificadas no período de guerra. Os motivos dos elevados valores de artigos indispensáveis à vida humana, como um todo, estavam ligados a um processo econômico que buscava valorizar os produtores de café, principal exportação nacional, e outros gêneros destinados à mesma finalidade. Por isso, o dilema da inflação era profundo e duradouro.

¹⁹⁸ Ver LINHARES; SILVA, 1979, 43-54.

¹⁹⁹ *Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1918. p. 1 (Digitalizado).

CAPÍTULO 2:

CIRANDA DA MODERNIZAÇÃO

1. Representações do povo em Lima Barreto e João do Rio

O *Jornal do Brasil*, em 20 de junho de 1905, publicou uma charge de Raul Pederneiras, que sintetiza com humor e ironia a situação do pobre no Rio de Janeiro. Nesse desenho, chamado *Humanidade...*, embora a figura masculina não seja identificada, assemelha-se muito ao tipo físico de Zé Povo.

Na caricatura, o homem tem uma fisionomia desfalecida e sofredora: pés grandes e descalços, braços cruzados guardando certa resignação, chapéu e roupas em frangalhos. E sua imagem é acompanhada da seguinte digressão: “– Pobretão, sem teto, sem família quando me lembro que, depois de morto, tenho de servir de pasto à ciência, sinto gana de apanhar a sorte grande...” A personagem, caracterizada pela carência e pelo não-poder, é ao mesmo tempo consciente de sua condição e conformado²⁰⁰. Mas esta conformação é carregada de negação. O tom irônico da fala expõe uma série de adversidade sofrida, contrapondo-se à ideia de possível bem-aventurança. Para Zé não há alívio nem nesta vida, e nem na outra. Até mesmo depois de morto, não tem descanso. Nota-se que o desenho possui uma aparência bem diferente daquele observado no primeiro capítulo.

A representação não deixa de corresponder à parte da realidade vivida na República. Além da pobreza, da falta de emprego, do problema da moradia, a população era também objeto de estudos científicos. Estes procuravam confirmar o “já dito” ou a crença de alguns setores elitistas da época, que acreditavam que o povo era dotado de uma natureza ociosa, lasciva e racialmente inferior. As pessoas pobres, ou que cometeram algum delito, eram muitas vezes testadas e examinadas com instrumentos antropométricos, para avaliar seu grau de inteligência, de sanidade, sua propensão para o crime e degeneração²⁰¹.

²⁰⁰ SILVA, 1990.

²⁰¹ Sobre as teorias raciais e suas instituições de fomento no Brasil, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfose na interpretação do Brasil: tensões no paradigma racial* (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Viana). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; e TAMANO, Luana Tieko Omena. *Arthur Ramos e a mestiçagem no Brasil*. Maceió: Edufal, 2013.

2. *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1905, p. 1.

Lima Barreto foi um grande crítico das teorias raciais, e o conjunto de sua obra é um combate veemente ao pensamento racista de seu tempo. No seu pequeno conto *As teorias do dr. Caruru*²⁰², o autor reforça o sentido da charge – um indivíduo da classe popular é também apresentado como vítima da ciência, servindo de “pasto” aos arroubos científicos. A narrativa, carregada de traços humorísticos e irônicos, relata um exame antropométrico feito pelo médico Caruru da Fonseca, uma sumidade em psiquiatria e criminologia, e que ocupa vários cargos no Distrito Federal: lente da Escola de Medicina, chefe do Gabinete Médico da Polícia, subdiretor do Manicômio Nacional e inspetor da Higiene Pública. O exercício de tantos empregos, que abrangem ensino superior, universo policial e espaço de reclusão para loucos (diferentes esferas de poder), é uma troça barretiana à pompa do doutor, figura alardeada na

²⁰² BARRETO, Lima. *As teorias do dr. Caruru*. In: _____. *Contos completos*. Organização de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 413-415. A partir de agora, as citações dessa obra serão referenciadas com o título do conto e do livro, e o número de página.

República. Já a personagem examinada é o pintor e boêmio Francisco Murga, que tinha falecido de um mal súbito em plena Avenida Central. Ao saber da notícia pelo jornal, o sábio homem corre para o necrotério, armado de vários estudantes e de “uma bateria de compassos graduados, de uma porção de réguas”, a fim de analisar o cadáver. Seu objetivo era comprovar que o pintor, “bêbado incorrigível”, “vagabundo” e “incapaz de afeições”, era um caso típico de degenerado, tal qual dizia o médico e criminalista Cesare Lombroso²⁰³. E a verificação do seu corpo, nomeadamente os pés, confirmaria o seu atavismo.

A certeza da degeneração de Francisco estaria no fato de que o seu pé direito era um centímetro maior que o esquerdo. No entanto, o detalhe assimétrico, tomado como comprovação da inferioridade do pintor, é questionado por uma outra personagem, presente no momento do exame. Era o servente, amigo do morto. Aos prantos, essa figura explica que Francisco não tinha nascido assim, e que a diferença de tamanho era causada por um tumor que o falecido teve no pé direito. De modo chistoso, Lima Barreto procura desmontar os preceitos científicos da sua época, expondo a sua fragilidade. Ele próprio conta com desgosto que foi medido e classificado como braquicéfalo, quando esteve internado no hospital com o braço fraturado. Seu receio era de que, a partir desse resultado, fosse apontado como tipo inferior por seus opositores, que poderiam usar a avaliação médica para desvalidar as suas críticas no plano político²⁰⁴.

Com base em Lamarck, o literato refuta a ideia de raça, tomando o conceito como uma “abstração” e uma “criação lógica”. Assim, a natureza não teria formado nem classe, nem ordem ou espécie alguma, mas apenas indivíduos. Essas classificações só teriam o objetivo de fazer um inventário dos seres vivos – homens, animais e plantas. Porém, saindo do campo da história natural, elas perderiam a razão de ser. Portanto, o escritor acreditava que o espaço científico não era o lugar das verdades últimas, mas uma representação carregada de incertezas; e, devido a isto, não se deveria levantar nenhum julgamento ou juízo de valor biológico. “Ela [ciência] não é uma deusa que possa gerar inquisidores de escalpelo e microscópio, pois devemos sempre julgá-la com a cartesiana dúvida permanente. Não podemos oprimir em seu nome”²⁰⁵.

Em 1919, no artigo *Considerações oportunas*²⁰⁶, o escritor condena veementemente os assassinatos de armênios na Turquia, de judeus na Rússia, e de negros nos Estados Unidos por

²⁰³ Ver LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone Editora, 2007.

²⁰⁴ Da minha cela. In: *Toda crônica*, v. I. p. 401.

²⁰⁵ Tenho esperança que... In: *Toda crônica*, v. I. p. 357.

²⁰⁶ Considerações oportunas. In: *Toda crônica*, v. I. p. 582-587.

causa de ideais racistas. Comenta que a ciência se transformou em arma de guerra, constituindo uma época de violência e embrutecimento. Ataca também o método científico baseado na raça, argumentando que tal critério não é fixo de um autor para o outro. Os cientistas modificavam os dados e os índices ao sabor de sua paixão, criavam um emaranhado de divisões e subdivisões, segundo determinada característica que desejavam encontrar, abandonando e ocultando outras. Destarte, as pesquisas dos especialistas e antropossociólogos não passariam de falsas generalizações, tomadas como artigo de fé para propugnar massacres e conflitos, a exemplo dos Estados Unidos que linchavam negros, e produziam espaços separados para pretos e brancos.

A censura de Lima Barreto é a um tipo de ciência que deixou de ser hipótese e análise, tornando-se um poder quase religioso. E no púlpito científico, os modelos evolucionistas e darwinistas se apresentavam como uma verdade sagrada, de caráter inquestionável.

Desde o final do século XIX, as teorias raciais ganharam força no Brasil, tornando-se um paradigma para noção de povo, progresso e civilização²⁰⁷. Nesse sentido, a população brasileira, caracteristicamente negra e mestiça, era apresentada ainda como naturalmente atrasada, mas em vias de aperfeiçoamento pelo processo de branqueamento e práticas eugênicas²⁰⁸. Somente quando o ideal de mestiçagem fosse atingido, e o “homem novo” – o brasileiro de tez branca – surgisse do amálgama racial, é que o país estaria capacitado para o seu pleno desenvolvimento social e cultural²⁰⁹. Porém, enquanto esse dia não chegava, o povo era classificado como fisicamente degenerado e moralmente libidinoso, e os pobres reputados como classe propensa ao vício e ao contágio. Tal contaminação não se dava somente no campo da doença. Ou seja, as camadas inferiorizadas não poderiam apenas transmitir

²⁰⁷ Bechelli (2009, *passim*) explica como as ideias raciais eram utilizadas por grandes intelectuais brasileiros para entender a formação nacional e a história do Brasil. A raça, em síntese a figura do mestiço, tornou-se parâmetro para pensar a identidade e as práticas do povo, seja sua capacidade para o trabalho e o progresso, seja a “evolução” dos costumes, hábitos e comportamentos. Autores como Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha procuravam investigar a cultura popular e o “caráter coletivo” dos brasileiros a partir da mistura racial, tomando duas vias de interpretação: a mestiçagem como um elemento de decadência para o país (Nina Rodrigues) e a mestiçagem como um motor para o fortalecimento da nação, criando indivíduos biologicamente e culturalmente adaptados e com maior teor cognitivo (Sílvia Romero). O mais significativo é que Bechelli mostra os pontos de tensão no pensamento desses autores, quer dizer, quando o representativo racial do povo, qualificado como inferior, entrava em choque com a realidade social. Em outras palavras: esses intelectuais eram surpreendidos nos seus estudos no momento em que se deparavam com uma cultura popular rica, complexa e diversificada, surgindo um impasse nos seus textos. Nestes, aliás, pode-se observar um deslocamento de ideia – quando as teorias raciais não bastavam para explicar os motivos de determinado acontecimento, era na situação de miséria e de injustiça social que se buscava encontrar as causas do evento.

²⁰⁸ Sobre as políticas eugênicas como instrumento para aperfeiçoar a raça e viabilizar o futuro do Brasil, ver TAMANO, 2013, p. 93-120.

²⁰⁹ Essa percepção, por exemplo, era compartilhada por Sílvia Romero, que acreditava na criação de um brasileiro genuíno, a partir de uma política orientada numa mistura racial controlada. Cf. BECHELLI, op. cit., p. 96-97.

moléstias, mas também difundir sua degradação mental, levando a loucura e a corrupção para certos membros das famílias burguesas e argentárias. Nesse sentido, o povo enquanto aglomerado ou ajuntamento era considerado um perigo. Era como se a gente comum reunida potencializasse toda a sua crida concupiscência e primitividade.

É essa concepção, por exemplo, que impera em João do Rio, quando trata das classes populares, a respeito das visitas que faz aos seus centros religiosos, das perambulações por bairros e espaços empobrecidos, das idas às festas e comemorações do povo. É com espanto que observa as senhoras de alta posição, de “mãos enluvadas”, irem à sessão de candomblé a fim de curar qualquer enfermidade, de conseguir um marido ou algum amor. “Tremi romanticamente por aquela ingenuidade que se perdia nos poços do crime à procura do amor...”²¹⁰. Imagens de delírio, alienação e animalidade associada à pobreza, ao negro e ao mestiço são recorrentes em sua obra. Homens e mulheres são caracterizados com traços símios, dentes afiados, de moral duvidosa e acentuada volúpia. O ambiente das pessoas humildes é representado pelo cheiro forte e nauseabundo, pela sujeira, a desordem e o crime. É significativo o que o cronista escreve da famosa tia Ciata²¹¹, vista como “uma negra baixa, fula e presunçosa” que enlouqueceu a uma senhora distinta, dando-lhe beberagens para curar uma doença no útero²¹².

Toda a perspectiva de João do Rio sobre a gente pobre e mestiça é assinalada pela inferiorização, a animalização e por elementos sensuais. As personagens negras que criou em seus contos, e os indivíduos reais dessa cor que retratou nas suas crônicas, são caracterizados principalmente pelo físico. O corpo negro é superdimensionado. Em passagem rápida por Salvador, em 1909, ele observa o movimento de pessoas nas ruas, que seria constituído por

²¹⁰ No mundo dos feitiços. In: *As religiões no Rio*, p. 61.

²¹¹ Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como tia Ciata, nasceu em Salvador em 1854, indo morar no Rio de Janeiro, aos 22 anos de idade, em 1876. Na capital da República, passou grande parte da sua vida ligada à comunidade baiana, localizada na Cidade Nova. Exerceu forte influência entre os seus pares, devido a sua personalidade ativa, ao papel de liderança que desempenhava no grupo baiano, a seus conhecimentos religiosos e seus trabalhos culinários e carnavalescos. Do mesmo modo, desfrutava de prestígio entre a alta sociedade carioca, que a procurava, quando desiludida pela medicina oficial, para se curar de seus males. Tia Ciata cumpria uma função cultural importante em seu espaço de convivência, pondo em circulação saberes, afetos, arte e solidariedade. Em sua residência, reuniam-se conhecidas figuras da música carioca: Pixinguinha, Donga, João da Baiana e Heitor dos Prazeres. Pode-se dizer que a sua casa era um reduto do samba e local de resistência. Lá se dançavam rodas de batuques e samba raiado com batidas de pandeiros, tamborins e agogôs. Conforme Moura, a habitação de Hilária era a capital da Pequena África no Rio de Janeiro, permitindo encontros entre africanos e baianos, reforçando valores do grupo, o passado cultural do negro e a luta contra o preconceito e a exclusão. Sobre o assunto, ver MOURA, Roberto. *A Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995.

²¹² Ibid., p. 64.

“negros feitos de músculos de ébano, mulatinhas adolescentes com a carnação das mangas maduras, rapazes desempenados, velhas africanas, mulatos sacudidos...”²¹³.

O povo e a multidão são avaliados pelo aspecto degenerado, sendo constantemente associados ao excesso e ao dionisíaco²¹⁴. Para o autor, o alcoolismo, a sexualização aflorada, a vagabundagem, criminalidade, loucura, morbidez, ociosidade passam a ser o qualitativo das classes pobres e negras do Rio de Janeiro. Vale dizer que há, nesses atributos, uma mescla de fascínio e rejeição, prazer e culpa. O cronista acreditava estar diante de um mundo selvagem e atávico, que sobrevivia na incipiente civilização carioca, ameaçando as largas avenidas e o projeto de embelezamento da cidade. Nesse sentido, o ambiente e a intimidade da gente humilde eram representados como um espaço da desordem, asfixiante, mal cheiroso, corpóreo, excitante e contagioso. Em seus textos, onde houvesse ajuntamento de miseráveis e não brancos imperaria uma atmosfera nauseabunda, carregada de fluidos, suores e lascívia.

O escritor pensou o povo e a sociedade brasileira, de modo geral, através de teorias evolucionistas, da ideia de inferioridade racial, destacando uma perspectiva voltada para a antropologia criminal lombrosiana, que acreditava que alguns indivíduos eram herdeiros de algum gene primitivo e, por isso, inclinados ao crime, à luxúria, vadiagem, insanidade, preguiça etc. E essas características corruptoras, com toques de prazer, poderiam ser identificadas nos traços e formatos do corpo. Pesava sobre os humildes um passado remoto, ainda vivo, manifestado em seu comportamento psicológico e em sua estrutura física. A influência de Cesare Lombroso nos escritos de João do Rio pode ser evidenciada nas análises de suas personagens fictícias; nas distinções que fez de figuras da classe popular, visualizadas nas ruas ou nas prisões; nas citações que faz ao médico em alguns de seus comentários; e numa crônica específica, de inspiração claramente lombrosiana, denominada *Os tatuadores*²¹⁵.

Esta crônica, de 1904, é claramente inspirada no trabalho de Lombroso, intitulado *Tatuagens nos delinquentes*²¹⁶. Nos dois textos, a insígnia corporal é tomada em seu aspecto biológico e mental, configurando-se numa prática antiga e de homens selvagens. No mundo civilizado, ela estaria ligada às classes pobres: operários, prostitutas, viciados, soldados e marinheiros de pequena patente. Tanto para o cientista quanto para o literato, a tatuagem era um terreno cheio para o estudo social, podendo ser reconstruída, a partir dela, a vida amorosa, religiosa, política e profissional de indivíduos e grupos. João do Rio alude ao artigo do

²¹³ RIO, João do. S. Salvador à noite. *A Notícia*, 1 de janeiro de 1909. p. 3 (Digitalizado).

²¹⁴ Sobre a associação entre a cultura popular e o dionisíaco, ver VELLOSO, 1988, p. 22.

²¹⁵ Os tatuadores. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 62-69.

²¹⁶ LOMBROSO, 2007, p. 29-45.

famoso médico e criminalista quando elenca as causas das marcações físicas: religião, imitação, ócio, vingança, vaidade, paixões eróticas e o atavismo. No entanto, ele acrescenta algumas informações particulares com base nas observações que fez na capital republicana brasileira.

Uma primeira singularidade foi a adição de outro antecedente no uso da tatuagem: a sugestão do ambiente. O meio forçaria ou condicionaria o “indivíduo superior” a incrustar na pele os ferretes simbólicos. Num espaço social corrompido, exemplificado nas camadas economicamente excluídas, a “raça pura” se decomporia, estendendo o seu braço sem mancha para ser tatuado. Consoante o escritor, esse elemento puro era o português vindo da aldeia, o “único quase incontaminado da baixa classe do Rio”²¹⁷.

Uma segunda distinção está na identificação de três casos de desenhos corporais na cidade carioca: nos negros, nos turcos e nos outros segmentos populares. Estes incluíam meretrizes, rufiões e criminosos. Nos negros, a tatuagem tinha um sentido religioso, expresso nas representações dos santos e orixás. Assim, o literato observou nos peitos, costas e braços de mulatos os emblemas da crucificação, as armas de Xangô e de Oxum. Percebeu também insígnia da coroa imperial, que interpretou como um servilismo inconsciente e secular da raça. Nos turcos, que englobaria maronitas, mulçumanos e judeus, o ferrete é tomado como amuletos, com iniciais, corações e paramentos sagrados. Já nas classes inferiorizadas, as razões para a marcação eram mais numerosas: esperteza, amor, posse, desprezo, talismã, opiniões patrióticas, crenças etc. Algumas mulheres, por exemplo, tinham os nomes dos companheiros ornados nos pés ou calcanhares, a fim de tê-los sempre sob o controle. Um de seus entrevistados, o marinheiro Joaquim, pôs um Senhor crucificado no peito e uma cruz negra nas costas, para amedrontar os guardiões na hora em que sofresse castigo. Boa parte dessas pessoas tinha incrustada na pele a coroa imperial, o que revelaria certa inclinação ou admiração pelo regime monarquista.

É salutar dizer que essas demarcações etnológicas não são seguras. O significado religioso e preventivo estava em todas as categorias levantadas pelo cronista, não sendo exclusivo de um grupo. No entanto, essa divisão pretendia passar a ideia de uma pesquisa séria e minuciosa, por isso, ele dava os nomes e endereços dos tatuados, apontava os lugares e os significados das áreas marcadas, tratava dos vários tipos de desenhos, as maneiras de tatuar, e os preços de cada tatuagem. Além disso, buscou fundamentar teoricamente a sua análise e encontrar novas causas que justificassem a prática das tinturas corporais.

²¹⁷ Os tatuadores. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 68.

Aliás, o procedimento de contar os detalhes e a identidade dos entrevistados assumia a feição de denúncia, pondo em risco os seus interlocutores. A série que João do Rio escreveu sobre as várias crenças espalhadas no Rio de Janeiro, na *Gazeta de Notícias* em 1904, deixou os praticantes do candomblé apavorados. Não era sem razão, pois os seus nomes, segredos e cerimônias estavam sendo revelados, o que poderia acarretar a repressão policial. Em face dessa ameaça, as lideranças religiosas fizeram uma reunião, na casa do africano e babalaô Emanuel Ojô, para tentar descobrir quem estava informando o cronista, e levando-o para os cultos²¹⁸. Nas reportagens, o informante era chamado de Antônio, e guiava o escritor em troca de bebida e dinheiro. Mas essa figura aparece nas crônicas muito ficcionalizada, caracterizada como um negro inteligente e interesseiro, sabedor da religião, leitor de Shakespeare e Renan. Provavelmente, essa personificação era intencional, com objetivo de manter em mistério o delator.

O sucesso dessas reportagens foi tanto, que o periódico divulgou imagens de alguns sacerdotes africanos citados: Emanuel Ojô, Abubaca Caolho e Zebinda. Os negros apareciam de perfil e de frente, apresentavam escarificações nos rostos, usavam colares e estavam bem vestidos, o que conferia certa ascensão social. As fotos vinham também acompanhadas de uma pequena biografia, em que as pessoas eram caracterizadas, no geral, como feiticeiras, malandras, preguiçosas, festeiras e criminosas²¹⁹.

Em 1907, esse conjunto de crônicas foi publicado no livro *As Religiões no Rio*, tornando-se um recorde de vendas com dez mil exemplares. Um verdadeiro *best-seller*. Outras crenças estão presentes na obra, a exemplo da Igreja Positivista, o movimento evangélico, o exorcismo, o satanismo, o culto ao mar e o Espiritismo etc. Com efeito, o escritor procurou mostrar a cidade carioca como uma Babel religiosa, em que se cruzavam diferentes manifestações de fé. Buscou relatar uma vida dupla, um segundo mundo que escapava do controle oficial do catolicismo. E uma grande parte desse estudo é dedicada ao culto do Candomblé e dos *alufás*, chefes mulçumanos da etnia de *hauçás* e *ioruba*. O jornalista assistiu a e narrou o ritual de iniciação das *iaôs*, filhas de santos; e o cerimonial do Egungum, celebração dos ancestrais das pessoas falecidas. Ele conheceu “feiticeiros” e aprendeu diversos “feitiços” de amor e de morte. Tomou nota de vários orixás, suas funções, seus alimentos e animais preferidos.

²¹⁸ *Gazeta de Notícias*, 13 de março de 1904. p. 2 (Digitalizado).

²¹⁹ A influência de Lombroso nas obras de João do Rio também pode ser vista em FARIAS, Júlia Barreto. João do Rio e os africanos: raça e ciência nas crônicas da *belle époque* carioca. *Revista de História*, São Paulo, nº 162, p. 245-270, 1º semestre, 2010.

Elysio de Carvalho, escritor contemporâneo de João do Rio, fez alguns comentários sobre a obra, destacando não apenas a pesquisa, a observação e a vivência do literato no meio das práticas religiosas, mas também a “imaginação sedutora” submersa na sua escrita. Conhecimento e fantasia se fundem no texto. “João do Rio é, sobretudo, um homem de fantasia, e mete-a em alta dose em muitas páginas do seu livro, que, se as tornam mais interessantes ao leitor comum, diminui o caráter de autenticidade que devia ter o seu trabalho”. E continua: “[...] um livro que, com o ser uma preciosa fonte de informações para o estudo da nossa psicologia popular, se destaca ainda nas nossas letras contemporâneas por qualidades não vulgares de fatura, observação e expressão”²²⁰.

Posto isso, vale dizer que a teoria lombrosiana, além de assegurar um argumento de autoridade científica para as reflexões do autor, fundamentava o seu gosto estético por um clima ficcional soturno e pesado, assinalado pelo mistério, o sensualismo e o absurdo. No texto *Mulheres detentas*, é com termos animalescos que descreve sobre figuras femininas negras e mestiças. Seus predicados estão ligados à desordem e à imundície, geralmente metaforizadas pelo adjetivo “oleoso”:

A maioria das detentas, mulatas ou negras, fúfias da última classe, são reincidentes, alcoólicas e desordeiras. Olho as duas salas com as portas de par em par abertas e fico aterrado. Há caras vivas de mulatinhas com olhos libidinosos de macacos, há olhos amortecidos de bode em faces balofas de aguardente, há perfis esqueléticos de antigas belezas de calçadas, sorrisos estúpidos navalhando bocas desdentadas, rostos brancos de medo, beijos trêmulos, e no meio dessa caricatura do abismo as cabeças oleosas das negras, os narizes chatos, as carapinhas imundas das negras alcóolicas²²¹.

Como destaca Corbin, “o burguês projeta no pobre aquilo que ele tenta recalcar”²²². A imagem que a burguesia atribui ao povo se concentra em torno da imundície e do excremento. A fetidez se constitui num paradigma para se pensar a gente comum. Nesse aspecto, o ar em volta do pobre e da miséria se torna contagioso e ameaçador. E o forte odor bloqueia a respiração, aumentando o risco da infecção. O mau cheiro e a falta de ar se transformam em pistas ou indícios da presença das classes laboriosas em determinados lugares. São sinais de seus amontoamentos. Além do mais, o “fedor” dos humildes está associado ao sexo, à

²²⁰ CARVALHO, Elysio de. *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1907. p. 128.

²²¹ *Mulheres detentas*. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 227.

²²² CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 185.

prostituição e ao desejo carnal²²³. Portanto, pelo cheiro se demarca uma diferença entre ricos e pobres, tomando o problema social como algo natural, que emana e exala de dentro para fora. Esse sistema de imagens aparece literariamente na obra de João do Rio. Na crônica *Sono Calmo*, o espaço do povo é apresentado como um ambiente subterrâneo, macabro, um círculo infernal. Não se vê terra plana na morada da arraia-miúda, apenas descida e subidas. E o efeito estético de luz e sombra, dado pelo narrador, cria um clima de tensão e horror.

– Subamos! – murmurou.

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas e antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil.

[...]

Havia com efeito mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saia enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mas um pavimento e arrebentariamos. Parecia que todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza. Em cima, então era a vertigem. A sala estava cheia. Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar nos cais os batelões que a levasse ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos²²⁴.

O ambiente da pobreza é descrito como um submundo, onde ninguém “de fora” (como o cronista) pode entrar sem tampar o nariz. O escritor reuniu todas as representações do pobre apenas nesse fragmento. Nesse círculo infernal, que é a moradia do trabalhador, gente em trapos se ajuntava no chão e degraus, mulheres aparecem em tom de suspeita, homens são comparados a gados, corpos estão espalhados por todos os lados. Na casa, reina a desordem e a ruína, com o assoalho carcomido, a sala cheia e sem separações. E o fedor insuportável toma conta do lugar, partindo de todos os pontos da habitação: das paredes, das escadas, do teto, do pavimento, dos corpos humanos. O odor se mostra doentio e infeccioso, ele envenena e

²²³ Ibid., p. 186-197.

²²⁴ Sono calmo. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 177, 178-179.

contamina todos os cantos e objetos do domicílio, ele contagia o próprio narrador, impregnando-se em suas mãos. O mau cheiro não é somente humano, mas também animal, pois corriam sobre as camas e lençóis percevejos, insetos conhecidos por expelir aromas desagradáveis.

Deve-se dizer que o retrato da habitação popular não é uma mera invenção de João do Rio. Eram nessas paragens – antigos e arruinados sobrados imperiais – que os trabalhadores e as classes inferiorizadas iam morar, principalmente, depois das perseguições aos cortiços, da demolição de numerosos prédios e da expulsão dos pobres nas áreas centrais da cidade. Tais ações, procedentes das reformas urbanas, geraram uma grave crise habitacional, afetando tragicamente os grupos sociais de baixa renda. Uma boa parte das camadas populares vivia em lugares sem mínimas condições higiênicas, sendo forçada a compartilhar quartos com estranhos, a dormir em esteiras ou amontoados uns sobre os outros.

Lia de Aquino Carvalho expõe bem as condições de moradia da classe trabalhadora do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, confirmando o relato de João do Rio. A autora mostra que lavadeiras, costureiras e operários viviam em velhos casarões de muitos andares, repletos de subdivisões feitas de madeiras ou de saco de aniagem, com banheiros e cozinhas insuficientes. Nesses locais, aglomeravam-se diversas famílias, assim como mulheres e homens solteiros de várias idades²²⁵.

Porém, percebe-se que João do Rio também ficcionaliza a moradia do pobre, a fim de avultar o seu estado de miséria. O cronista pinta a hospedaria coletiva remetendo à imagem do inferno de Dante, que é composto de nove círculos infernais²²⁶.

O inferno dantesco forneceu recurso estilístico para o escritor elaborar a desordem e a situação subumana que a classe trabalhadora vivenciava na capital. N'A *Divina Comédia*, a região infernal tem o formato de um cone invertido, cuja base se localiza na superfície da terra, e a parte mais afinada alcança o centro terrestre. Essa espécie de funil se distribui por nove anéis, onde os espíritos pecadores se espalham, conforme o delito cometido. O tamanho do círculo corresponde à gravidade do pecado. Quanto menor for o lugar, mais pútrido e enfermigo ele se apresenta, e mais aflições e castigos sofrem as almas. Assim, à medida que Dante desce ao inferno, acompanhado da sombra do poeta Virgílio, ele começa a sentir o ar

²²⁵ Cf. CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares: Rio de Janeiro 1866-1906*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

²²⁶ Os círculos infernais, de acordo com cada pecado, são: 1) pagãos e sem batismo; 2) Luxuriosos; 3) Intemperança; 4) Avaros e pródigos; 5) iracundos; 6) Heréticos; 7) Homicidas, suicidas, blasfemos e perversos sexuais; 8) fraudulentos, bajuladores, sedutores, rufião; 9) Traidores. Cf. ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia: inferno*. Tradução de Cristiano Martins. 6. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991. v. I.

mais tolhido, a produção de miasmas e emanção de pestilências vindas de locais recônditos, a impregnação de óleo fétido e de triste odor, que aborrecia o nariz e a vista.

Tal representação servirá como modelo para João do Rio interpretar as casas de cômodos do Rio de Janeiro²²⁷. A referência é direta. O delegado, que convida o escritor para visitar o recinto da miséria, é comparado a Virgílio – a Alta Poesia que guiava Dante foi metamorfoseada em poder policial... Assim como o poeta, o comissário guia o cronista “através de uns tantos círculos de pavor”²²⁸. A habitação coletiva é também caracterizada como “círculo infernal”, destacando as suas três divisões: rés do chão, primeiro e segundo andar. À proporção que o narrador vai subindo os pavimentos superiores, bem mais perigoso e assustador se transforma o ambiente, dificultando a locomoção e a respiração. O ar se torna rareado e a atmosfera mais contaminadora. No fundo da hospedaria dormiam os mendigos de favor. A maneira como eles são descritos lembram as almas pecadoras de Dante: “cheio de trapos e de lama”, “faces escaveiradas e sujas”. São configurados como verdadeiras sombras e o “último grau da miséria”: “E de tal forma a treva se ligava a esses espectros da vida que o quadro parecia formar um todo homogêneo e irreal”²²⁹.

Buscando se afastar desse mundo “apertado”, “malcheiroso” e “sufocante” dos marginalizados, as elites constroem uma arquitetura higiênica, erguendo avenidas, palacetes e jardins. Em contraponto as vielas e as ruas estreitas, a preferência é pelos locais cada vez mais amplos, onde o ar circule livremente. Contra o mau cheiro, a cultura burguesa impõe a hierarquia do perfume, das roupas limpas e aromáticas. No entanto, esse afastamento ou a divisão entre as camadas argentária e o povo não é completo/a. Apesar de ser visto como ameaçador e asfixiante, o mundo dos miseráveis também é tomado como atraente, curioso e sedutor. Ele é compreendido com curativo, carregado de esperança e de amores futuros. Por isso, o homem burguês sempre retorna em busca de prazeres, as mulheres frequentemente procuram voltar para descobrir o seu destino amoroso, o intelectual lá vai para esquadrihar o modo de ser e viver dos humildes. E todos retornam a fim de curar suas feridas e doenças já desenganadas pela Medicina Legal²³⁰.

²²⁷ Soares observou essa imagem infernal e dantesca em outras crônicas de João do Rio, como “A galeria superior” e “No jardim do crime”, em que o escritor compara a casa de detenção com os círculos infernais. Ver SOARES, Marcos Vinicius Nogueira. João do Rio e a nova esfera da crônica no século XX. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (orgs.). *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. Rio de Janeiro: LABELLE; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016.

²²⁸ Sono calmo. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 174.

²²⁹ Ibid., p. 179.

²³⁰ É conhecido o caso do presidente Wenceslau Brás, que buscou a ajuda de tia Ciata para ficar sarado de um eczema na perna, quando já havia sido desenganado pelo médico. A cura do político por meio de ervas e orações garantiu ao marido da baiana um lugar no gabinete do chefe de polícia. Cf. MOURA, 1995, p. 96-97.

No imaginário das elites, a fetidez da miséria é acompanhada pelas exalações que certas raças naturalmente segregariam. A despeito dos cuidados com a limpeza ou com a alimentação, o negro, por exemplo, teria uma fedentina particular, característica de sua raça²³¹. João do Rio reforça igualmente essa imagem, quando visita os locais das camadas inferiorizadas e da cultura negra. Os componentes literários utilizados pelo autor para anunciar o cheiro racial do indivíduo são o suor e a oleosidade. A transpiração e a gordura dos corpos são um artifício ficcional para qualificar o negro como um ser corrupto por natureza, e associá-lo, portanto, à sujeira. É desse modo que o cronista observa as pessoas nos cordões carnavalescos: “negralhão todo de penas, com a face lustrosa como piche, a gotejar suor, estendia o braço musculoso e nu sustentando o tacape de ferro”²³² – “braço musculoso” e “tacape de ferro” evidenciam certa atração fálica, todavia. É dessa maneira que o seu olfato percebe os presidiários na cela: “um cheiro especial, misto de fartum de negros e de perfumes baratos, de suores de mulheres e de roupa suja”²³³. De maneira semelhante, relata o ritual das iaôs:

Quando chegamos, a sala estava enfeitada. Em derredor sentavam-se muitos negros e negras mastigando olobó, ou cola amargosa, com as roupas lavadas e as faces reluzentes. A um canto, os músicos, fisionomias estranhas, faziam soar, com sacolejos compassados, o xequê, os atabaques e ubatás, com movimentos de braços desvairadamente regulares. Não se respirava bem²³⁴.

Ou seja, embora homens e mulheres negras estivessem com as roupas limpas, os seus rostos continuavam reluzentes, e na sala enfeitada “não se respirava bem”. Independentemente de seus asseios, eles permaneceriam com o mesmo cheiro. É necessário comentar que o efeito da oleosidade e do suor pode ter outra conotação. A figura do óleo pode aludir igualmente ao trabalho braçal. O suor gotejante e a face lustrada se referem, da mesma forma, aos esforços físicos que eram operados pelas classes operárias e marginalizadas. Os músculos fortalecidos e desenvolvidos também remetem às tarefas penosas. Esse sentido pode ser notado na crônica *Trabalhadores de estiva*²³⁵, na qual a maioria dos trabalhadores é caracterizada pela força titânica que exercia, horas a fio, para transportar sacos pesados de cereais, algodão e outras mercadorias. Imagens de corpos nus, musculosos e suarentos são

²³¹ CORBIN, 1995, p. 346.

²³² Cordões. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 142.

²³³ O dia de visitas. In: *A alma encantadora das ruas*, p.209.

²³⁴ No mundo dos feitiços. In: *As religiões no Rio*, p. 44.

²³⁵ Os trabalhadores de estiva. In: *A alma encantadora das ruas*, p.164.

várias vezes trazidas para o texto, alternando com as representações de cansaço, dor e angústia, expressas pelo adjetivo pálido.

À beira desse cais, saveiros enormes esperavam mercadorias; e em cima, formando um círculo ininterrupto, homens de braços nus saíam a correr de dentro da casa, atiravam o saco no saveiro, davam a volta à disparada, tornavam a sair a galope com outro saco, sem cessar, contínuos como a correia de uma grande máquina. Eram sessenta, oitenta, cem, talvez duzentos. Não os podia contar. A cara escorrendo de suor. Os pobres surgiam dos armazéns como flechas, como flechas voltavam.

Vale salientar que o tom narrativo e decadente perde sua força ou deixa de existir, quando o cronista analisa outras crenças, formadas por homens abastados e eruditos, como a Igreja Positivista. Nesta, o estilo deixa de ser exagerado e adquire um acento mais respeitoso e jornalístico. Aliás, a percepção diferenciada entre as práticas religiosas dos pobres e dos ricos fica mais evidente na leitura que faz do Espiritismo. Haveria um Espiritismo sincero, constituído de políticos e homens cultos; e existiria o baixo Espiritismo, aquele da “populaça”, visto como fraudulento, pernicioso, local de meretrício e de patifes²³⁶. Em outras palavras, os componentes formais do escritor estão carregados de significação ideológica.

Mas é preciso reconhecer, como afirma Bosi, que a “ideologia está na obra de arte como a sombra das nuvens recobrimdo ou encobrimdo o azul do céu”. Ela não é um elemento intruso e estranho à obra literária. Portanto, “[...] a ideologia quanto costura de representações de valores, integra a escrita, queiramos ou não acolher a sua presença...”²³⁷. Os sistemas de ideias das camadas dominantes, no geral uniformizantes e reducionistas, estariam presentes de modo difuso no texto fictício, uma vez que o autor “não poderia subtrair-se, enquanto homem do seu tempo, aos discursos de classe ou de grupo social que pretende explicar o funcionamento da sociedade, os seus valores ou, mais ambiciosamente, o sentido da vida”²³⁸. Porém, os aspectos ideológicos não se apresentam na linguagem literária como força hegemônica, no sentido absoluto. A hegemonia é sempre posta dentro de um campo de tensão, no qual valores contraideológicos e contra-hegemônicos impõem resistências e negociações²³⁹.

Prado já tinha observado uma distinção no arranjo escrito de João do Rio, no que diz respeito à classe dominante e à classe inferiorizada. A vileza e o universo degradado da

²³⁶ A igreja positivista; Os fisiólatras. In: *As religiões no Rio*, p. 89-100; p. 111-130.

²³⁷ BOSI, 2013, p. 249-250.

²³⁸ Ibid., p. 245.

²³⁹ Sobre a problemática da hegemonia cultural e suas fissuras ver BURKE, 1989, p. 19.

primeira eram mais afeitos ao *gran finale*, e sempre objetos de ficção; enquanto o aviltamento do oprimido, “banalizado como motivo livre”, era tema para reportagem. Mas a objetividade desse último gênero é atravessada pelo compromisso estético do autor, dando um peso documental diferente. O registro do miserável vai se diluindo “na memória estética”, em que se rebotam as multidões e as explosões dos instintos primários, aproximando o pobre do monstro. Para o crítico literário, a ficcionalização das camadas marginalizadas aproxima o burguês do mendigo, uma vez que a degradação de um e de outro é exibida com a mesma crueza, revelando um mundo em ruína. Porém, esse ângulo preconceituoso de quem vê o Brasil não desvalida os relatos do autor, comenta Prado, pois ele teve a destreza de “recortar por dentro a violência com que o primeiro surto de industrialização arrebanhou a classe operária e reduziu à miséria grandes contingentes da mão de obra local desbancada pelo imigrante”.²⁴⁰

Dançando no escuro de todas essas representações do povo está novamente Lima Barreto. Impera em seu fazer artístico os elementos contraideológicos e de resistência. Como afirma Resende, ele não era um escritor-proletário, mas estava profundamente ligado aos pobres e aos empobrecidos, por sua produção literária e jornalística, sua história de vida e opção ideológica. Daí viria o uso de uma linguagem sem rebuscamentos, e a valorização da cultura popular, apresentada na ficção através da modinha, da dança, do cafezinho e do parati, das reuniões e festas sociais²⁴¹. Walnice Galvão também atesta no escritor um paladino das camadas populares, avançando muito com respeito aos predecessores do romance social, e sendo pioneiro na resistência ao artificialismo parnasiano e simbolista. Nisso anteciparia a tomada modernista da Semana de Arte de 1922²⁴².

Já na crônica *Iaiá das Marimbas*²⁴³, o escritor faz uma crítica à perseguição policial contra a religião de origem africana, afirmando ser frequentador e tentado aos “candomblés, canjerês, mambembes”. Para ele, a Igreja Católica não satisfazia às classes inferiorizadas, pois se apresentava abstrata e teórica demais. Através dos transes, os feiticeiros, macumbeiros e médiuns recebiam as almas e espíritos, aproximando homens e deuses de maneira mais

²⁴⁰ PRADO, Antonio Arnoni. Mutilados da *belle-époque*: Notas sobre as reportagens de João do Rio. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 70.

²⁴¹ RESENDE, Beatriz. Lima Barreto: a opção pela marginalia. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 74-75.

²⁴² GALVÃO, Walnice Nogueira. A pena afiada de Lima Barreto. *Valor econômico*. Eu & fim de semana, São Paulo, n. 25 e 26, janeiro 2014. p. 34-35. Disponível em: <<http://www.substantivoplural.com.br/a-pena-afiada-de-lima-barreto/>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

²⁴³ Iaiá das Marimbas. In: *Toda crônica*, v. II. p. 525.

intensa. Além disso, o poder de cura e os milagres promovidos por esses religiosos supriam a lacuna do médico, geralmente de uma postura arrogante e invasiva com relação aos pobres²⁴⁴.

Nesse contexto, as suas personagens negras são desprovidas dos traços eróticos, animalizantes e dos excessos, que são conferidos à raça e à pobreza por outros escritores. Elas são adjetivadas, por sua vez, pela seriedade, honestidade e a luta diária para sustentar os filhos e viver com dignidade. Em suas histórias, as mulheres são, em regra, donas de casa e independentes; criam as suas crianças sozinhas; e sobrevivem do trabalho doméstico e dos pequenos negócios, como comerciantes volantes. Por uma postura literária militante, o autor procurou compor seres fictícios mais próximos do que ele entendia como realidade, sem a pecha racial que definiria seus atos e comportamentos.

No conto *O moleque*²⁴⁵, de 1920, Lima Barreto narrou o cotidiano de resistência das comunidades carentes do Rio de Janeiro, e a construção de uma rede de solidariedade em torno da mulher negra. É a vida de figuras femininas empobrecidas e sem cônjuge que costura a trama. O enredo se passa no subúrbio de Inhaúma, formado por pessoas simples e despojadas de grandes bens materiais.

A personagem Baiana, por exemplo, ganhava a vida vendendo angu, presteza que lhe possibilitou comprar uma casa, feita de tijolo, e cuidar da filha adotiva, uma menina branca que achou embrulhada numa calçada. Mulher negra, “enérgica e animosa”, tinha marido “enquanto lhe servia; e, quando ele vinha aborrecê-la mandava-o embora, mesmo a cabo de vassoura”. Já Antônia morava num barraco composto de taipa, e era o extremo da miséria. Com dois filhos pequenos, e vinte poucos anos de idade, a moça às vezes se prostituía para comprar comida, necessitando sempre da ajuda dos vizinhos. Por fim, tem-se Dona Felismina, que habitava num casebre de tábuas e telhado de zinco, na Rua Maricá, logradouro estreito de Inhaúma. Era uma senhora mulata, de meia-idade, que trabalhava como lavadeira, e ainda vivia da pensão do marido, falecido como guarda-freio num acidente de trabalho. No subúrbio, ela tinha um papel central, um tipo de líder da comunidade, sendo respeitada por todos e estando próxima de toda gente. Os moradores a procuravam para pedir conselhos e remédios, pois também exercia a função de curandeira na região. “Ninguém como ela sabia dar um chá conveniente, nem aconselhar em casos de dissídias domésticas. [...] Além de chás e tisanas, ela aconselhava àquela gente os medicamentos homeopáticos. A beladona, o acônito, a briônia, o sulfú [..]”²⁴⁶.

²⁴⁴ O moleque. In: *Contos completos*, p. 143.

²⁴⁵ Ibid., p. 141-151.

²⁴⁶ Ibid., p. 145-146.

Essas personagens – femininas, autônomas e batalhadoras –, são correlatas de uma realidade brasileira, naqueles extratos mais humildes e marcados pela escravidão. Segundo Velloso, no começo da República, as negras baianas incorporaram grande parte de um poder informal, baseados em funções improvisadas, que permitiram construir uma forte rede de sociabilidade. No longo processo da escravidão, essas mulheres estiveram impossibilitadas de constituir relações familiares sólidas, já que eram constantemente separadas de seus companheiros. Em razão disso, recaiu sobre elas toda a responsabilidade na educação e sustentação das crianças. Com a abolição e o regime republicano, a situação não mudou muito, pois os negros não conseguiram arrumar empregos com facilidade, em decorrência do preconceito racial e do crido “vício da escravidão”. Nesse contexto, as mulheres estavam em melhores condições do que os homens, obtendo mais chances de trabalhos, mormente em casas de famílias, por meio da culinária e outros afazeres domésticos. Havia igualmente atividades corporativas, desenvolvidas em torno do comércio de doces e salgados, costuras e alugueis de roupas carnavalescas²⁴⁷.

Deve-se ressaltar que, em tais aspectos, o modelo burguês de família não correspondia aos arquétipos familiares de parte da população. Aquela mulher submissa ao marido, restrita ao espaço da casa e à dedicação aos filhos, e que demandava poder ao homem, não condizia com a experiência das negras e baianas que moravam na cidade carioca. Ademais, o convívio, a solidariedade e a partilha cultural entre o povo negro permitiram ampliar os laços afetivos, além das ligações consanguíneas. As avós, tias e madrinhas possuíam um papel de coesão, nessas comunidades afro-baianas, estabelecendo uma intimidade e alianças maternas que se estendiam para a vizinhança. Aliás, para africanos e descendentes, a filiação étnica era mais intensa que a procedência biológica. Os costumes e a religiosidade são modelares, unindo um grande grupo em volta de rituais comuns, de ritmos e festividades, ou de um mesmo orixá²⁴⁸.

Retornando agora ao conto, pode-se dizer que dona Feslimina e as outras mulheres faziam parte dessas corajosas figuras femininas. Mas era, especialmente, em torno da personagem Felismina que se concentrava o poder informal e uma aberta rede de sociabilidade. Seu ar bondoso, sua prudência e tranquilidade, sua capacidade de curar reuniam, ao redor de si, os moradores do subúrbio. Sem marido para apoiá-la nos momentos de aflição, cuidava sozinha do seu único filho, Zeca, e de todas as pessoas da cercania.

²⁴⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos* 6 – *Cultura e Povo*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990, p. 211.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 214-215.

Embora Lima Barreto buscasse confeccionar uma literatura mais justa com os negros e os pobres, tentando estetizar as suas existências e seus pensamentos, seus entrelaçamentos e problemas, seus locais de convívio, nem sempre ele conseguiu escapar da lógica e da tessitura dominantes de seu tempo. Por mais que relutasse, em alguns momentos apropriava-se, talvez de modo inconsciente, dos discursos científicos e das teorias raciais da época. É possível notar em sua ficção esses “atos falhos”. Expressiva, nesse caso, é a esquematização interna da personagem Zeca. As suas características são de uma criança “pretinha”, de “pele de veludo”, usando sempre roupas limpas e bem penteado. Até aí, o narrador procurou construir uma imagem sem os paradigmas raciais tão corriqueiros do período. Mas logo em seguida faz uma digressão sobre o menino que corrobora as representações sedimentadas e racistas sobre o negro: “tinha todos os traços de sua raça, os bons e os maus”, sendo um garoto “doce, resignado e obediente”²⁴⁹. Na crônica *O nosso Caboclisto*, o autor escreve que o tupi era a raça mais atrasada na origem do país, dando a impressão de que acreditaria numa certa hierarquia racial²⁵⁰. Do mesmo modo, o conto incompleto *Babá* é composto desse modelo racial. A narrativa conta a história da velha Quirina, africana de Moçambique, que viera ainda jovem ao Brasil para trabalhar como escrava, e morrera abandonada num hospital. A lógica interna da personagem carrega os traços da docilidade e da submissão, qualidades que eram apresentadas como naturais na idosa: “estranho destino o daquela mulher. A raça lhe dava a doentia resignação para morrer miserável, na mesma terra que o sangue dera o que havia de requerer para amar e de humildade para obedecer e trabalhar”²⁵¹.

Essa suposta contradição não é motivo para condenar o escritor e julgá-lo como alguém que, no âmago, guardava preconceito, apesar de sua militância e de sua luta contra o racismo. Na realidade, a conduta do literato revela o quanto o seu pensamento é complexo, operando-se por conflitos e dramas subjetivos, por medos e dúvidas, levando a uma reflexão nada linear sobre os homens e a vida, quer no âmbito nacional, quer na esfera humana. Por mais que Lima Barreto avançasse sobre determinadas percepções sociais e culturais, havia amarras temporais das quais ele não podia ou não conseguia se soltar. Ele manteve certas visões conservadoras e ideias preconcebidas, mas isso não desvalida toda uma carreira literária de engajamento e de busca por justiça. Seu ponto de vista sobre a mulher é modelar nessa questão. Ainda que defendesse o divórcio e o amor livre, censurando veementemente os cônjuges que matavam as suas esposas por ciúme, afirmava que a mulher não tinha

²⁴⁹ O moleque. In: *Contos completos*, p. 146-147.

²⁵⁰ O nosso caboclisto. In: *Toda crônica*, v. II, p. 32.

²⁵¹ Babá. In: *Contos completos*, p. 564.

capacidade de invenção e criação, estando apta apenas para repetir e reter o conhecimento de maneira estática. Por essa razão, cria que o sexo feminino seria péssimo quando exercesse a função de chefe²⁵².

Mais do que contradições, essas incongruências expressam as tensões e batalhas ideológicas e contraideológicas presente nos escritos de Lima Barreto. E essas imprecisões também fazem parte da produção intelectual e ficcional de João do Rio. Sua perspectiva sobre os pobres e os negros provoca no leitor contemporâneo um tanto de antipatia. Os floreios mundanos de sua literatura, seus laços e conivências com as elites cariocas imprimem em seu caráter um tom de superficialismo e de mercado. No entanto, condenar o escritor por sua focagem reacionária, ou por demais florida, pode ser muito perigoso para qualquer historiador, resultando em grave anacronismo. É preciso tomar o pensamento como um sistema não harmônico, e marcados por interferências. Ele não é uma linha reta em que se possa confiar. Nesse aspecto, João do Rio foi igualmente um literato ativo, defendendo a regulamentação da jornada de trabalho, descortinando a extrema exploração que os mineradores viviam na Ilha da Conceição, criticando a “escravidão social” da mulher, acusando as condições desumanas das habitações coletivas. Candido explica, em *Radicais de ocasião*²⁵³, que apesar de superficial, o escritor era brilhante, revelando-se um surpreendente observador da miséria, denunciando as desigualdades sociais com um “senso de justiça e uma coragem lúcida que não encontramos nos que se diziam adeptos ou simpatizantes do socialismo e anarquismo”.

Deve-se ressaltar que, em alguns momentos, o autor foi sensível ao culto do Candomblé, tentando enxergá-lo sem preconceito e buscando compreender o seu significado. Na crônica *O Natal dos africanos*²⁵⁴, o jornalista comentou que a religião de origem afro tinha a mesma finalidade que o Cristianismo e as demais devoções, qual seja o desejo de felicidade e da paz humana; e acrescentou que os sentidos dados por negros e africanos à festa cristã eram tão legítimos quanto os motivos dos católicos.

Tanto João do Rio quanto Lima Barreto são intelectuais e romancistas importantes para entender os anos iniciais da República brasileira, visto que produziram um material rico em variedade e quantidade sobre o cotidiano e a vida popular. Essa riqueza se alarga ainda mais, porque ambos assumiram pontos de vista diferentes, como se tem visto. Todavia não foram homens acima de seu tempo. Eles se lançaram ao futuro a partir de seu presente, de sua

²⁵² A Poliantéia das burocráticas. In: *Toda crônica*, v. II. p. 422.

²⁵³ CANDIDO, Antonio. *Radicais de ocasião*. In: _____. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007. p 82.

²⁵⁴ RIO, João do. O natal dos africanos. *Kosmos*, dezembro de 1904 (sem paginação).

condição econômica e cultural, das leituras pessoais que desenvolveram. Seus dilemas são tensões e debates da época. As críticas e as ideias progressistas que levantaram são respostas e reações às práticas e discursos do momento. E se, por um lado, eles estiveram frequentemente em situações opostas; por outro, elaboraram também uma escrita de resistência em favor dos humilhados e oprimidos, assim como compartilharam algumas visões de mundo.

Ambos acreditavam, por exemplo, no viés de que a civilização traz no cerne a miséria. Ou seja, à medida que uma sociedade atingia seu maior grau de desenvolvimento, ela também ia aprofundando as suas mazelas. Imagem de progresso e decadência permeia as suas obras, tal qual uma ciranda da modernização. Com base nesse preceito, analisaram o popular e as suas manifestações culturais, vendo com desalento as mudanças que os costumes estavam sofrendo. A confecção literária desses escritores traz o testemunho da gente empobrecida do Rio de Janeiro, sendo um representativo histórico do momento. Entretanto, tal composição se funda, antes de tudo, no imaginário, na invenção, na arte, apresentando-se como uma visão particular da sociedade e do tempo.

Deve-se lembrar que a crônica, à qual esses autores tanto se dedicaram a escrever, é um texto híbrido, ora jornalístico ora literário. Linguagem solta e aparentemente à toa, sua organização é costurada pelo o humor e pela ironia. Seu objeto é frequentemente o fato miúdo e circunstancial, e está situado no presente e no cotidiano. Por meio do comezinho, o gênero revela uma dimensão profunda da vida e das relações humanas. Sob a perspectiva do cronista, podem-se observar os gostos e as atitudes de determinados segmentos sociais: os sujeitos políticos e intelectuais de um período, as camadas populares, médias e abastadas que formam a estrutura social, além dos acontecimentos que abalizam o tempo. Pode-se ainda, entrever as ferramentas ideológicas de certas sociedades, suas teorias científicas, suas instituições religiosas e educacionais, suas influências políticas e geográficas, e seus ideários nacionais. Mas tudo isso só pode ser elaborado através de vários elementos formais, que se revestem na maneira de um diálogo, no traço narrativo como num conto, no relato ensaístico ou até numa paródia etc²⁵⁵.

²⁵⁵ Sobre a crônica como fonte de estudo para o historiador, ver SANTOS, Poliana dos. O historiador e o cronista: um diálogo sobre o tempo e o cotidiano. In: PICCOLO, Monica; OMRAN, Muna (orgs.). *Imprensa, cinema e história: novos objetos e métodos da investigação histórica*. São Luís: Eduema, 2015. p. 28-29; CHALHOUB, Sidney et al (org.). *Histórias em cousas miúdas*. São Paulo: Unicamp, 2005; MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994; CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992; SÁ, Jorge de. *A crônica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987; ARRIGUCCI, Junior Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

O historiador tem que atentar para esses aspectos criativos da ficção, a fim de evitar confusões entre o real e o imaginado. Compreender e avaliar os efeitos estéticos das fontes fictícias, não se prendendo apenas ao seu caráter de testemunho ou conteúdo, é fundamental, porque os artifícios formais são passíveis de cognição²⁵⁶. As personagens criadas por João do Rio e Lima Barreto, as suas esquematizações físicas e psicológicas são intencionais e possuem objetivos definidos²⁵⁷.

No caso de João do Rio, a visão social dos negros e miseráveis é posta numa linguagem artística que reforça e eleva o fundo racista. E essa forma é o decadentismo. Aliás, como mostra André Silva, a perspectivação e o tom da obra do escritor estão situados no diagnóstico de decadência do Ocidente, que atravessa as últimas décadas do século XIX e adentra o século XX²⁵⁸. A literatura decadente se interessava pelos aspectos degradantes e sombrios dos homens, por seus desejos escondidos e perversos, pelo decaimento moral. E isso independentemente da cor ou de condições econômicas.

Conforme Amaral, o surgimento do decadentismo no Brasil está ligado ao nome de Medeiros e Albuquerque. Este era um intelectual pernambucano que trouxe, de suas viagens e conhecimentos de Paris, obras de Verlaine, Mallarmé e Moréas. A Estética decadente seria uma tendência, assinalada pela insatisfação e decepção com respeito à fé avassaladora na ciência e no progresso. “Sua ênfase de evasão encaminha-se para uma busca do exótico, do misterioso, das sensações exageradas e requintadas. Daí suas inclinações mórbidas, seu sadismo sexual e seu interesse pelas ciências ocultas e pelo satanismo. O bizarro e o misterioso são suas palavras de ordem [...]”²⁵⁹.

Elysio de Carvalho, já em 1907, anotava a preferência artística de João do Rio pelo o estranho e o bizarro:

Os seus livros exprimem com entusiasmo a sedução do maravilhoso. Neles, há um sensitivo absorvente. As vidas turbadas, as almas enfermas, os caracteres violentos e as grandes paixões atraem a esse analista minucioso de pequenas grandezas. João do Rio se compraz em encarar a face perturbada e perturbadora do desconhecido, em considerar a alma da perversidade que sabe corromper alterando, em evocar a luxúria ferosa do pavor, a galanteria macabra e ignóbil²⁶⁰.

²⁵⁶ Sobre a força cognitiva da narrativa ficcional para compreensão da sociedade, ver GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; GINZBURG, 2002.

²⁵⁷ O último capítulo deste trabalho pretende estudar de modo mais detalhado a relação entre história e literatura.

²⁵⁸ SILVA, André Luiz Barros da. Positivar a decadência – João do Rio e a Belle Époque transtornada. In: NEGREIROS; OLIVEIRA; GENS (orgs.), 2016, p. 106.

²⁵⁹ Ver AMARAL, Glória Carneiro do. *Aclimatando Baudelaire*. São Paulo: Annablume, 1996.

²⁶⁰ CARVALHO, 1997, p. 131.

Nesse caso, muitos dos contos do escritor são constituídos por personagens ricas e até nobiliárquicas, com características maléficas e pervertidas, a exemplo do barão Belfort, um boêmio e libertino que aparece em várias narrativas do autor. Contudo, é nos ambientes das classes marginalizadas da capital que o arquétipo decadentista é condensado. É lá onde ocorrem os crimes, mostrando-se um terreno fértil para malandragem e a torpeza humana. A estética do feio e do estranho enforma o tema do pobre.

Em Lima Barreto, os seres fictícios negros e carentes perdem o tom exagerado, a linguagem superlativa que desenhava os corpos e as mentes. Não se destacam os músculos e nem os cheiros das figuras literárias, mas a sua honestidade, seu sofrimento, trabalho e limpeza pessoal. Contestando as imagens de personagem mulatas de ares lascivos, atitudes violentas e insanas, exalando a álcool, Lima Barreto constrói um outro tipo, a do homem generoso, dócil e disciplinar. Mas essa afabilidade e certa indiferença serão igualmente atribuídas à raça. Na tentativa de desmontar uma natureza animalizada e feroz do negro, o autor contrapõe outra, assinalada por uma índole mansa e subalterna. Ao fazer isso, ele acaba, mesmo sem intenção, por reforçar, pelo lado inverso, os estigmas raciais da época.

No caso de Lucrécio Barba-de-Bode, personagem do romance *Numa e a Ninfa*²⁶¹, é preciso sublinhar algumas ressalvas. Mulato, pobre e capanga de políticos, Lucrécio é caracterizado como uma figura irascível, animalizada e destituída de fala. Pondo a sua força e a sua violência a serviço de poderosos; e no limiar da subsistência, ele é relegado ao mundo inferior, como notou Silva²⁶². Até o modo como é designado – “Barba-de-Bode” – alude à sua condição animalesca. Não obstante, tal situação degradante não é atribuída a uma natureza de caráter biológico, mas a posição social ou marginalizada da personagem. Lucrécio não nasceu assim, foi se tornando “meio homem” e “meio bicho” em razão de sua pobreza, do preconceito racial que lhe impede a ascensão econômica, e de uma revolta pessoal contra a desigualdade de que é vítima, num contexto de relações com o mundo de brancos e ricos.

Posto isso, a representação do povo como ser doente, malcheiroso e inferior coaduna com o predicado do atraso. A população pobre, mestiça e analfabeta era apresentada como um entrave ao progresso, um freio que emperrava o aceleração das forças produtivas do país. O aspecto mental da gente pobre era comumente tomado como colonial e arcaico. As práticas e

²⁶¹ BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

²⁶² SILVA, Marcos. Detrito Federal: o vômito e o silenciamento de Lucrécio Barba-de-Bode. *História & perspectiva*, Uberlândia, v. 1, n. 40, p.184-186, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19212>> Acesso em 16 de junho de 2015. Publicado também em: SILVA, Armando Malheiro da, CARNEIRO, Maria Luiza Tucci e SALMI, Stefano (Coord.). *República, republicanismo e republicanos – Brasil/Portugal/Itália*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

manifestações populares eram tidas como tradições em decadência, que já não condiziam com a inocência de outrora. A violência, a barbárie e a selvageria seriam os seus principais componentes. Em razão disso, era preciso abolir de vez tais costumes antigos, ou remodelá-los conforme os moldes da civilização ideal. Assim, de um lado, estava a tradição e o retrocesso sintetizado na figura do povo; e do outro, estava a modernidade e o desenvolvimento, resumo do que as classes endinheiradas e pensantes achavam de si próprias.

Essa imagem do retardamento pode ser notada também na caricatura de Zé Povo, publicada pela revista *Fon-Fon!*, em 1913. A charge é acompanhada de uma crônica, cuja composição é feita em diálogo entre o chofer, figura símbolo da revista, e o Zé Povo. Marcos Silva, analisando essa representação caricatural, mostra a relação que o desenho constrói entre o atraso e as práticas modernas. O sentimento e a posição de Zé são de tristeza pelo desaparecimento das tradições, como “as conferências da Glória”, “os foguetes”, “papagaio” e “os desembarques no Cais do Pharoux”. Um hiato é posto entre o povo e a “civilização”. Assim, quando interrogado sobre as benesses do progresso com suas avenidas e admiráveis jardins, Zé responde com outra pergunta? “– E tu achas que isto basta para modificar a índole de um povo?” E arremata, afirmando que essas transformações “são boas para gente chic”, não incumbindo para pessoas como ele²⁶³. Destarte, dois discursos se articulavam em torno do pobre. O primeiro aludia a que a natureza ou a alma popular era avessa à modernização; e o segundo apontava para a exclusão das regalias propulsionadas pela civilização. Aos Zés, restava a condição de expectador, de quem olha do lado de fora, através das grades. Esse ponto de vista é sublinhado na crônica por meio da ironia do chofer ou *Fon-Fon!*

– Foste ao *garden party*?

Ele rolou sobre mim uns olhos cheios de piedade e respondeu:

– Fui.

– Ah!

– Fui... do lado de fora, espiando pelas grades do parque. E depois com a sua grande filosofia experimentada, acrescentou:

– Estás caçoando comigo, *Fon-Fon*?

Deve-se dizer que essa concepção que separa as práticas modernas das tradições populares era uma fala recorrente nos círculos intelectuais e periodistas da época. Mas até que ponto essa percepção é verdadeira? Além disso, o desejo de abolir os hábitos religiosos e comemorativos do povo era uma aclamação rotineira nos jornais. Mas não era uma voz única. Tensões partiam de todos os lugares, uns defendendo praticamente o fim da cultura popular;

²⁶³ Cf. SILVA, 1990, p. 61-62; *Fon-Fon!* 13 de agosto de 1910 (sem paginação).

outros exigindo a sua reeducação. No discurso, punha-se a necessidade de civilizar os costumes.

É preciso, pois, fazer alguns questionamentos. Até que ponto os elementos modernos estão ausentes dos hábitos e gostos das classes pobres? Será que a modernização republicana, apesar de não ter a gente humilde como centro de projeção, não adentrou em sua vida e no seu cotidiano? As transformações e remodelação da cidade não interferiram nas e alteraram as atividades e diversões dos excluídos? Haveria como modernizar o país, ou construir a imagem de uma nação civilizada, sem nada ser feito para melhorar as condições mínimas dos espoliados, sem lhes assegurar uma porção das benesses do progresso? Será que a população desfavorecida era inapta às inovações? Essas questões serão respondidas, dando ênfase a um lugar em especial, os subúrbios.

2. “O subúrbio civiliza-se!”

As práticas culturais da população não permaneceram engessadas diante das modificações realizadas na capital da República, seja no plano espacial, seja no âmbito dos costumes. Aliás, adaptar-se às transformações do tempo e ao seu aparato técnico era uma tática importante para sobrevivência dos usos e folganças das pessoas marginalizadas. Como disse Velloso, as invenções como telefone, cinematógrafo, automóvel, fotografia mudam radicalmente a percepção e sensibilidade urbanas²⁶⁴. Portanto, vê-se não um alheamento do povo com relação à produção tecnológica e às inovações trazidas de fora, mas uma apropriação desses novos elementos e significados. É claro que o acesso a produtos como o automóvel, elencado símbolo da velocidade e da modernização, era praticamente impossível. Esse tipo de transporte era para bem poucos. O pomposo Teatro Municipal também era inacessível para os pobres, sendo destinados às elites de fraque e *décolleté*. Lima Barreto relata, em mais de uma crônica, a inviabilidade dessa casa dramática para educação e prazer do pobre. Ele explana que a edificação do grandioso Teatro Municipal, cheio de mármore e luxo, impossibilitou o ingresso dos humildes. Exigindo dos expectadores altos *toilettes*, casacas, penteados e diademas (além de transporte particular, para retorno ao lar depois de sessões noturnas...), somente pessoas que ganhavam “entre seiscentos mil-réis mensais e

²⁶⁴ VELLOSO, 2015, p. 36.

cento e pouco” poderiam pagar, isto é, um médico da higiene, um engenheiro da prefeitura ou chefe de seção²⁶⁵. Na crônica *Um do povo*, o escritor toca novamente na questão, narrando a história de Felismino Xubregas, um músico, ex-militar e construtor de fossa, que gostaria de assistir à orquestra vienense, em cartaz no teatro. Todavia, chegando ao local do espetáculo, espanta-se com o preço da entrada, e volta para casa²⁶⁶. O que estava em jogo, nesse exemplo, era o conflito entre interesse pela Alta Cultura e falta de recursos para pagar seus custos!

Contudo, outros meios eram abertos às classes inferiorizadas. Os grandes e exultados logradouros, a exemplo da Avenida Central, não estavam murados e não possuíam nenhuma placa proibitiva. As elites tinham que conviver e chocar-se com os pobres ou mendigos, que ganhavam a vida na larga avenida e também faziam os seus passeios, dando novos significados e sentidos a esse tipo de ambiente.

O cinematógrafo foi igualmente um aparelho acessível à população remediada, espalhando-se por vários cantos da cidade carioca, inclusive os subúrbios. O crescimento desse aparelho moderno pode ser notado, quando se compara os anos entre 1908 e 1911. No primeiro marco, havia no Rio de Janeiro um total de 32 casas de cinema, 29 nas áreas urbanas e três nos subúrbios, localizadas precisamente em Inhaúma, Irajá e Ilhas. Na última data, contava-se com 58 cinematógrafos, 46 na zona urbana e 12 situados nos subúrbios. Ou seja, enquanto o número de écrans teve um pequeno aumento nas partes centrais da cidade, a quantidade de casas quadruplicou pelos arrabaldes. Lugares de concentração popular como Méier e Inhaúma possuíam, ainda em 1911, cinco e seis cinemas respectivamente. A tabela 2, a seguir, elaborada pela *Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística* do Distrito Federal, nos dá uma noção das telas espalhadas na capital do país²⁶⁷.

Deve-se sublinhar que o quadro não incluiu os 13 cinematógrafos que funcionaram, em 1908, no ambiente da Exposição Nacional; e aqueles de caráter temporários, instalados nos teatros de S. José, Lírico, S. Pedro de Alcântara, *Moulin Rouge*, Parque Fluminense, Pavilhão Internacional, *Maison Moderne*. Nota-se que, em 1907, não se contabilizaram casas de cinema na zona suburbana, havendo somente 25 concentradas nas áreas urbanas. Em quatro anos, esse número mais que dobrou, chegando a um total de 58 dessas inovações, que agora começavam a se expandir pelos subúrbios. Em 1911, as adjacências cariocas já contavam aproximadamente com 20% dos cinematógrafos espalhados no Rio de Janeiro. Isso

²⁶⁵ Uma coisa puxa a outra...II. In: *Toda crônica*, v. I, p. 71. Ver também *Qualquer coisa*, v. I. p. 88-89.

²⁶⁶ Um do povo. In: *Toda crônica*, v. II. p. 547-548.

²⁶⁷ AGCRJ. *Série Relatórios*. Março e Agosto de 1912. Códice 38. 1. 62. p. 178.

é bastante significativo, pois mostra a popularidade que essas invenções tecnológicas vinham recebendo de todo o público²⁶⁸.

Tabela II: Número de cinematógrafos licenciados no Distrito Federal de 1907 a 1911						
Distritos Municipais		Anos				
		1907	1908	1909	1910	1911
Zona Urbana	1 Candelária	1	1	1	1	1
	2 Santa Rita	-	-	-	2	1
	3 Sacramento	5	4	5	8	8
	4 S. José	7	7	3	3	5
	5 Santo Antônio	2	4	4	4	3
	6 Santa Tereza	-	1	-	-	-
	7 Glória	-	-	5	2	1
	8 Lagoa	1	2	3	3	4
	9 Gávea	1	1	-	1	1
	10 Sant'Ana	2	2	2	2	2
	11 Gamboa	-	-	-	-	-
	12 Espírito Santo	1	1	1	3	4
	13 S. Cristóvão	1	2	2	4	2
	14 Engenho Velho	1	2	3	3	5
	15 Andaraí	1	1	4	4	2
	16 Tijuca	-	-	-	-	-
	17 Engenho Novo	1	-	-	1	2
	18 Méier	1	1	6	5	5
Total		25	29	39	46	46
Zona Suburbana	19 Inhaúma	-	-	2	5	6
	20 Irajá	-	1	2	2	2
	21 Jacarepaguá	-	-	-	-	-
	22 Campo Grande	-	-	-	2	2
	23 Guaratiba	-	-	-	-	-
	24 Santa Cruz	-	1	1	1	1
	25 Ilhas	-	1	1	1	1
Total		-	3	6	11	12
Total Geral		25	32	45	57	58

Bem mais expressivo é saber a influência que os filmes exerceram na vida do cidadão carioca. Na crônica *A revolução dos filmes*, de 1909, João do Rio já vinha observando as mudanças que a tecnologia e, especificamente, o cinema estavam operando nos hábitos

²⁶⁸ Conforme Araújo, a partir de 1907, o cinema se tornava tão popular, no Rio de Janeiro, que alguns bares e confeitarias ofereciam sessões gratuitas aos seus clientes. Além disso, havia ainda apresentações de cinematógrafo ao ar livre, possibilitando que um público mais carente tivesse acesso ao aparelho. Ver ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 217-220.

populares. Ele narra como o festejo da Semana Santa tinha ganhado novo contorno com a propagação da indústria cinematográfica. Durante a celebração, inúmeros fiéis corriam às igrejas, apertando uns aos outros, para assistir à missa. Com a popularização dos cinematográficos, as idas aos templos católicos foram diminuindo. As casas de cinema tinham se tornados o santuário de adoração, onde uma multidão saía comovida e com sua religiosidade satisfeita. No Lírico, nos salões do Largo do Rocio, na Avenida Central, as pessoas se empilhavam nas portas dos cinematógrafos, num empurra-empurra, para ver os filmes sobre a Paixão de Cristo. As imagens de sofrimento, injustiça e a agonia sofrida pelo Filho de Deus ocasionavam um efeito catártico mais convincente do que as pregações dos padres.

Então, tristemente começamos a peregrinação pelos novos templos, onde agora se fazia a Paixão. A maioria anunciava quase toda a história de Cristo, com fitas que levavam mais de uma hora. Outros ainda davam na mesma sessão o “Beijo de Judas”. Na Avenida, era impossível entrar em qualquer casa-cinema. Havia uma multidão suarenta e febril até ao meio da rua disputando lugar e avançando lentamente contra uma onda de gente feliz que saía. O movimento era de tal sugestão, que quem passava, olhava e incorporava-se ao exército invasor, limpando a cara lustrosa de suor, dando empurrões, querendo entrar, querendo ver. Outrora era assim nas igrejas, nas de São Francisco, na Catedral, às 9 da noite da quinta-feira...²⁶⁹

Olavo Bilac foi outro cronista que confirmou a concorrência que a igreja sofria com os dramas da paixão exibidos nos filmes. Ele comentou sobre a imensa quantidade de gente que via nas portas das salas de cinema, esperando ansiosa a sua vez de entrar. Segundo o autor, em vinte minutos, a invenção moderna retratava toda a vida de Jesus, impressionando a multidão com as suas “mutações rápidas de cenários e de ação”. Assim, a força e a intensidade da imagem cinematográfica valiam mais do que o sermão católico eclesial, pois condensariam a pompa das missas, a encenação das cerimônias e os rituais religiosos²⁷⁰. O literato acreditava também que o cinematógrafo era um corruptor cultural, afirmando que esta “mania moderna” estava “contribuindo poderosamente para viciar e apodrecer a pobre língua portuguesa”, visto que os empresários mandavam fazer dísticos em português misturando outros idiomas. Para ele, o assassinato da língua já se iniciava quando se exibia na fita o título

²⁶⁹ RIO, João do. A Revolução dos filmes. *Gazeta de Notícias*, 10 de abril de 1909. p. 1(Digitalizado).

²⁷⁰ Ver BILAC, Olavo. *Bilac, o jornalista: crônicas*. Organizado por Antonio Dimas. São Paulo: Unicamp, 2006. v. II. p. 159-160.

da história, a exemplo da “Bela adormecida no bosque”, que era legendado como a “A bela ao bosque dormiente!”²⁷¹.

Araújo salienta que os filmes sacros sobre a vida de Jesus Cristo eram apreciadíssimos, e a sua rápida proliferação na cidade gerou também muitos inimigos. Entre estes, estava o padre Júlio Maria que fazia célebres sermões, como *O pecado e o cinematográfico*²⁷².

Da mesma maneira, os trens e bondes eram utilizados por uma boa parte dos indivíduos, desde os mais simples operários até os altos burocratas oficiais. O'Donnell comenta que os bondes sintetizavam não apenas os signos da urbanização, mas também um ideal de modernidade, remetendo à perspectiva da mobilidade e da velocidade. Mas esse transporte, além de atender as demandas de civilidade, deixava evidente a contradição de uma sociedade desigual, que ainda estranhava a “igualdade liberal da carta republicana”. Isso estaria claro, por exemplo, quando um grupo senhoras, de certos setores da elite, condenaram a mistura de “gente do povo” com “pessoas de hábitos educados” no espaço do bonde²⁷³.

Esse meio de transporte era empregado por todas as classes para ir ao trabalho ou ao centro da cidade; para ir a alguma excursão com a família, ou festejar datas comemorativas, em especial festas de santos, localizadas longe dos locais de moradia. Lima Barreto, numa de suas viagens domingueiras de bondes, observou os passageiros que se serviam do transporte. Havia gente de todas as esferas: mulatas, caboclas, “napolitanas baixas com seus vestidos de rodas”, “portuguesas coradas e fortes”, mães envelhecidas com a maternidade a carregar os seus filhos, mocinhas do povo com fitas cor-de-rosa nos cabelos. Segundo o cronista, era dessas pessoas que enchia o veículo em “direção aos jardins, aos teatros em matiné, aos arrabaldes e às praias”²⁷⁴.

O espaço suburbano alterou igualmente o seu feitio, com o surgimento dos cinematógrafos, da estação ferroviária, das linhas de bondes, das lojas com nomes afrancesados, da remodelação de certas praças e calçadas, e construção de pequenos teatros. Essa mudança na configuração dos subúrbios demonstra a expansão e as demandas temporais apanhadas por essas regiões.

Para a população carioca, o subúrbio, do início do século XX, correspondia aos bairros cortados pelas ferrovias, e ocupados, principalmente, por gente das classes médias e dos

²⁷¹ Ibid., p. 155.

²⁷² ARAÚJO, 1976, p. 246.

²⁷³ Ver O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 22.

²⁷⁴ O domingo. In: *Contos completos*, p. 589.

setores populares. A área estava vulgarmente associada aos espaços das classes proletárias e desfavorecidas da capital. Por isso, ao longo dos anos de 1920 foi ganhando um sentido depreciativo, como um ambiente triste, violento e esquecido pelo interesse público. Vale salientar que essa concepção surgiu com a remodelação urbana, encabeçada pelo prefeito Pereira Passos, que concentrou investimentos nos pontos centrais da urbe, distribuindo de maneira desigual os recursos e obras citadinas.

Nelson da Nóbrega Fernandes analisa a dimensão ideológica e histórica que se construiu em torno da concepção de subúrbio, mostrando a diferença de sentido entre a definição dos séculos XIX e XX. No primeiro período, a zona suburbana era um lugar valorizado pelas elites cariocas, identificado como parte nobre da cidade, tal como Catumbi, Botafogo e Catete. Era o tempo áureo das chácaras e exuberantes palmeiras, e recanto preferido da família imperial. No segundo momento, com o advento da República e as reformas urbanas, houve uma transformação no significado, e o subúrbio passou a denotar um espaço de classes pobres, tendo o trem como meio de transporte. Fernandes defende que foi no contexto das reformas de Pereira Passos, que se deu o rapto ideológico da categoria subúrbio, isto é, quando o termo sofre uma mudança brusca de conceito, perdendo seu sentido original. Assim, um imaginário geográfico é elaborado, em função do crescimento de uma massa operária nessa região²⁷⁵.

Consoante o censo de 1906, a população suburbana era demograficamente significativa. Em 1890, o Rio de Janeiro contava com 522. 651 pessoas; e, dessa totalidade, 92. 906 moravam nos subúrbios. Já em 1906, num conjunto de 811. 433 indivíduos, a zona suburbana alcançou um número de 183. 402 habitantes²⁷⁶. Isso revela um intenso deslocamento demográfico, caracterizado pela facilidade de moradia e transporte, e pelo crescimento comercial e industrial dessas adjacências.

Entre 1905 e começo de 1907, a *Gazeta de Notícias* reservou em seu espaço uma coluna, *Os subúrbios*, com o intuito de fazer reportagens sobre as várias cercanias do Rio de Janeiro. O objetivo era acompanhar as transformações dessas regiões, traçando um perfil local. Desse modo, buscava-se caracterizar os seus moradores, as suas formas de lazer, os

²⁷⁵ Ver FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

²⁷⁶ Recenseamento do Rio de Janeiro, realizado em 20 de setembro de 1906. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015. Deve-se advertir que o conceito de subúrbios empregado pelo censo difere da concepção carioca da região, isto é, bairros ferroviários e populares. O levantamento usava uma definição tradicional de subúrbios, compreendendo-os como zonas que se localizavam fora dos limites da cidade. Desse modo, excluía áreas consideradas suburbanas pela população, como o Méier. É, principalmente, sob o ponto de vista popular que se trabalha aqui o conceito de subúrbio.

crimes ocorridos nas redondezas, as inaugurações de obras públicas, as fábricas existentes, os finais de semana e feriados etc. Procurava-se também fazer uma espécie de denúncia dos descasos e desinteresses políticos que ocorriam nas áreas suburbanas, entrevistando os habitantes, inquirindo-lhes sobre os seus desejos, cobrando ações das autoridades públicas. Entre as reclamações registradas pelo periódico estavam a falta de água, a má iluminação, o policiamento precário, o mau estado das ruas, e a carestia da carne verde etc²⁷⁷.

O que se percebe nos subúrbios, a partir dessa coluna, é uma síntese do projeto republicano de modernização, numa escala de investimento muito menor no que tange aos recursos destinados às áreas centrais da cidade e aos bairros chiques. Síntese, pois, no modo como foram conduzidas as mudanças, ajeitando aqui e acolá, sem um plano de organização que visasse o todo. Na realidade, enquanto alguns subúrbios eram alvos de uma maior remodelação, a exemplo do Méier; outros recebiam ínfimos recursos, tais quais Todos os Santos e Bom Sucesso, este último ainda sem iluminação a gás, vivia na escuridão, em 1905²⁷⁸. Nesse sentido, elementos modernos e antigos conviviam e se entrecruzavam.

Estudos recentes têm demonstrado que o subúrbio não era apenas reduto da pobreza e da marginalização, pondo em discussão a interpretação de que o Rio de Janeiro estava dividido em duas cidades: a do pobre e a do abastado. Fernandes mostrou como o imaginário geográfico suburbano foi sendo criado no começo do século. E Schwarcz, na recente biografia que escreveu sobre Lima Barreto, comenta sobre um espaço carioca ambíguo e misturado. Ela diz:

Havia bolsões de miséria em todos os bairros [suburbanos], assim como áreas mais ricas se mesclavam a regiões onde habitavam trabalhadores sem recursos. No entanto, no imaginário social foi se construindo a noção de que a provisoriedade estava mais concentrada nos subúrbios do que no centro do Rio; o que não era verdade²⁷⁹.

O jornal se exultava com o fato de que alguns bairros ferroviários e arrabaldes já tivessem atingindo um elevado grau de desenvolvimento material e intelectual, haja vista as encenações dramáticas que lá surgiam, os clubes dançantes, o calçamento de uma rua, entre outros. No entanto, a ausência de pequenos mercados de gêneros necessários impedia uma condição mais cômoda à população, fazendo esta depender constantemente dos vendedores ambulantes. Outra observação era a grande quantidade de animais, criados soltos na rua.

²⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 28 de abril de 1905. p. 2 (Digitalização).

²⁷⁸ *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1905. p. 2 (Digitalizado).

²⁷⁹ Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 166; e FERNANDES, 2011.

Encontravam-se perambulando pelos logradouros cães, galinhas, bois e vacas. Notou-se também a carência de escolas noturnas, oficinas de aprendizagem e outros centros de instrução a fim de combater o analfabetismo, e um dos males considerados da época, a “vagabundagem”. Esta era tomada como um aspecto corriqueiro no ambiente suburbano. Já o espaço de diversão predileto ficava por conta da estação ferroviária, aonde depois de uma longa jornada de trabalho, os rapazes e as famílias iam para espairecer e jogar conversa fora. O inconveniente desse recreio, conforme o periódico, era os acidentes e desastres que alguns populares sofriam nas plataformas dos trens²⁸⁰.

Com efeito, os subúrbios são comumente representados como zonas do crime, da delinquência e vadiagem. Embora não houvesse nessas regiões somente pessoas em estado de pobreza, os locais onde se concentravam a gente de baixa renda eram vistos como perigosos e ameaçadores. O próprio João do Rio alude a essa imagem, quando escreve uma crônica, com o título de *O bairro rubro*²⁸¹, sobre uma excursão noturna que fez à Gamboa e à Saúde. Acompanhado de um amigo fictício, Sertorio de Azambuja, o narrador passeia pelos bairros populares, descrevendo os logradouros e os seus habitantes. A atmosfera criada é de suspeita e medo.

O bairro onde o assassinato é natural abraça a Rua da Saúde, com todos os becos, vielas e pequenos cais que dela partem, a Rua da Harmonia, a do Propósito, a do Conselheiro Zacarias, que são paralelas à da Gamboa, a do Santo Cristo, a do Livramento e a atual Rua do Acre. Naturalmente as ruas que as limitam ou que nelas terminam – São Jorge, Conceição, Costa, Senador Pompeu, América, Vidal Negreiros e Praia do Saco – participam do estado de alma dominante.

Toda essa parte da cidade, uma das mais antigas, ainda cheia de recordações coloniais, tem, a cada passo, um traço de história lúgubre. A Rua da Gamboa é escura, cheia de pó, com um cemitério entre a casaria; a da Harmonia já se chamou do Cemitério, por ter aí existido a necrópole dos escravos vindos da costa da África; a da Saúde, cheia de trapiches, irradiando ruelas e becos, trepando morro acima os seus tentáculos, é o caminho do desespero; a da Prainha, mesmo hoje aberta, com prédios novos, causa, à noite, uma impressão de susto.

Como dizia o meu guia, estávamos num novo mundo...²⁸²

²⁸⁰ *Gazeta de Notícias*, 31 de março de 1905. p. 1-2 (Digitalizado).

²⁸¹ RIO, João do. O bairro rubro. *Gazeta de Notícias*, 11 de junho de 1906. Esta crônica depois foi publicada no livro *Cinematógrafo* (2009, p. 28) com o nome *As crianças que matam*.

²⁸² As crianças que matam. In: *Cinematógrafo*, p. 30-31.

Os moradores dessas ruas são caracterizados, em sua maioria, como trabalhadores em mangas de camisa e chapéu, carroceiros e carregadores, fumando “mata-ratos”, e bebendo cachaça. O ambiente é figurado num aspecto de decadência e vulgaridade, e de proporções babélicas, compondo-se de rapazes brancos, mulatos, africanos e outros estrangeiros. Aí, as línguas são também diversas, podendo-se ouvir termos e frases em português, francês e inglês. Para o cronista, as crianças, nascidas no lugar, filhos de pais trabalhadores, estariam destinadas a apanhar ou a bater, futuros criminosos dos bairros rubros²⁸³. Em suma, o lugar do pobre é configurado como uma terra desconhecida, “um novo mundo”, marcado pela degenerescência urbana e o vício. O autor se situa como um viajante, procurando elaborar uma narrativa de viagem sob a perspectiva do estranho e do exótico. Essa representação não deixa de concordar com a imagem que a coluna *O subúrbio* produzia das áreas compostas por operários e indivíduos de origens humildes. Aliás, tanto as crônicas de João do Rio quanto a coluna faziam parte do mesmo jornal. No entanto, vale dizer que ao lado dessa imagem, uma outra estava se desenhando, a do ambiente suburbano como idôneo ao progresso e à modernização.

Retornando a essa coluna, a *Gazeta de Notícias* deu especial cobertura jornalística ao Méier, justificando sua importância pela vastidão de seu território e da população, pelo crescimento do comércio e dos edifícios modernos. Depois de uma série de reportagens sobre essa zona, procurou-se relatar o dia a dia dos demais subúrbios cariocas, registrando brevemente os pequenos fatos, nos quais se sobressaíam àqueles referentes a delitos ou crimes.

Em 1905, o Méier, além da estrada de ferro, possuía várias linhas de bondes, dentre elas estavam a de Caxamby, a de José Bonifácio (vinda de Todos os Santos) e a de São Francisco (via Engenho Novo). Nas cercanias da estrada de ferro, um belo prédio chamava a atenção, sendo ocupado por lojas de fazendas, alfaiate e o clube recreativo. Alastravam-se igualmente na região da estação de trem, numerosos negócios: armazéns, restaurantes, botequins, padarias, farmácias, açougues, confeitarias e uma casa especial de leite. Os logradouros também passavam por remodelação. Foi registrado que, em meio às ruas lamacentas e sem calçamentos, havia alamedas de mais de um quilômetro de extensão, quase todas calçadas e repletas de edificações modernas, segundo os melhores preceitos higiênicos. Era o caso da Rua Dias da Cruz²⁸⁴.

²⁸³ Ibid., p. 30.

²⁸⁴ *Gazeta de Notícias*, 2 de abril de 1905. p. 3 (Digitalizado).

No campo educacional, existiam nesse subúrbio quatro escolas, duas localizadas no *boulevard* Ferreira Nobre, funcionando num enorme prédio chamado de “Palacete Pires Ferreira”; e as outras duas situadas na Rua Imperial e na Rua Archias Cordeiros. Já o entretenimento dos suburbanos era assegurado pelo Casino do Méier, que proporcionava aos seus sócios e convidados concertos e partidas dançantes. Outros grêmios recreativos se destacavam: o Grupo das Phalenas, uma sociedade de senhoras; o Clube do Méier, associação exclusiva de danças; o Clube Dramático Caxamby, que oferecia espetáculos mensais e saraus dançantes para os seus convidados; e o Clube dos Destemidos do Méier, uma sociedade carnavalesca e de dança²⁸⁵. Não faltavam, da mesma maneira, estabelecimentos afamados, de nomes estrangeirados, a exemplo do restaurante *Maison Moderne*, localizada próximo da estação²⁸⁶.

As transformações sociais do começo da República, visando ao progresso e aos hábitos modernos, afetaram o gosto da população. Aliás, esse padrão de sociabilidade é resultante dos novos tempos, dos valores propagados pelas elites. E o povo esteve presente nesse projeto de civilização, seja por uma pauta mínima ou insuficiente. Está claro que a República, marcada por princípios de desigualdade - ideologia racial, positivista e liberal -, massacrou o pobre em todos os âmbitos da sua vida. Mas o regime não tinha como deixar completamente de fora as camadas inferiorizadas do plano de modernização. E o povo não ficou passivo às modificações e aos avanços técnicos, tais homens e mulheres não foram meros espectadores. Nesse sentido, pediram às autoridades, por intermédios de jornais, o melhoramento de suas ruas, o policiamento e a iluminação de certas regiões, e também exigiram a visita de agentes da saúde, para solucionar algum caso de doença ou inspecionar determinado local. A coluna *Os Subúrbios* está cheia dessas reclamações e requisições. Pode-se dizer que os humildes cobravam igualmente o seu direito à civilização, ao conforto e à segurança.

É preciso enfatizar que a modernização, valorizada pela ideologia dominante, é um mecanismo aberto e com grande poder de circulação, penetrando na vida cotidiana de todos os indivíduos, apesar de sua condição social e econômica. Embora o processo de modernização brasileira na República tenha sido encabeçado por parcela das elites culturais e da burguesia, esta não consegue (nem mesmo, em alguns casos, quer) deter as forças, muitas vezes,

²⁸⁵ Sobre o surgimento e a importância dos clubes recreativos nas atividades festivas da população pobre do Rio de Janeiro, ver PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. E o Rio dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaio de história social da cultura*. São Paulo: Unicamp, 2002. p. 419-444.

²⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 5 de abril de 1905. p.1; 6 de abril de 1905. p. 2 (Digitalizado).

incontroláveis que movem tal processo. As marcas dessas forças são sempre a mudança e o desejo insaciável, são as trocas, negociações e aberturas intensas, são as doses de imprevisibilidade, e seu alto poder de criação e também de destruição. Marshall Berman recorre a Marx²⁸⁷ para retratar essa problemática da modernidade, comparando a “moderna sociedade burguesa” com a “feiticeira”, que é incapaz de controlar as energias ocultas inerentes ao seu próprio feitiço.

Nesse sentido, embora o progresso e o avanço técnico implantados no começo do regime republicano fossem orientados em favor de uma classe argentária, pode-se perguntar como deter os impulsos e a atração que eles exercem em todos os homens? Como construir uma redoma que excluíssem os pobres e os desvalidos completamente do acesso aos elementos modernos? Pelo próprio caráter da modernidade e por sua capacidade de adentrar fundo na subjetividade e no desejo humano, isso se mostra impossível.

Aliás, a vida moderna entra também no universo popular através de seu aparato de dominação, particularmente, em campos disciplinares – Saúde, Justiça, Corpo, Educação. Como explica Foucault²⁸⁸, por meio da técnica disciplinar, do poder da vigilância e da minúcia do regulamento, procurou-se esmiuçar e controlar “mínimas parcelas” da existência e do corpo dos indivíduos, encarcerando, em locais fechados e compartimentados, escolares, doentes, idosos, “delinquentes” e os considerados vagabundos e miseráveis. Na República brasileira, do começo do século XX, nota-se o acirramento da inspeção, expresso nas agências de fiscalização e do policiamento das ruas; no controle sanitário da cidade; na caçada aos mendigos e “vadios”; na criação de asilo para a mendicidade, conforme a arquitetura panóptica; na revista das casas populares; no regulamento do espaço doméstico, entre outros. Vale salientar, no entanto, que não se atribui à disciplina a fabricação de corpos submissos, dóceis e adestrados, como pensa Foucault²⁸⁹. Seguindo o raciocínio de Ignatieff²⁹⁰, as camadas desfavorecidas e marginalizadas não são passivas com relação às instituições de controle e da ordem; elas entram em acordo e desacordo com esses órgãos, selecionando, exigindo, impondo, coadunando ou não com as suas prescrições. E quando havia uma racha entre a lei e a moralidade/necessidade popular a ilegalidade se apresentava como alternativa de resistência.

²⁸⁷ Marx apud BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 115.

²⁸⁸ FOUCAULT, 1987, p. 119-122.

²⁸⁹ Ibid., p. 119.

²⁹⁰ IGNATIEFF, 1987, p. 188-190.

Todavia, é imprescindível pensar os pobres além dos contatos com os aparelhos de controle e as suas formas de resistências. Eles não estavam sempre posicionados à margem da lei; ou confinados ao mundo da justiça. Foram participantes da modernização e buscaram incluir-se nos seus preceitos. Essa necessidade de inclusão pode ser observada, por exemplo, nas pequenas informações que a população pobre do Rio de Janeiro publicava na imprensa, com o interesse de que seus locais de habitação também fizessem parte da reforma urbana da capital. Assim, em Madureira, os habitantes se queixaram da falta de luz na plataforma de sua estação. Em Cascadura, os moradores solicitaram das autoridades policiais providências urgentes contra o abandono daquele subúrbio. Em Dr. Frontin, os residentes denunciaram o estado de imundice em que se encontrava a Rua Prudente de Moraes; a população desse local pediu, do mesmo modo, que os inspetores da higiene fossem analisar uma epidemia de febre tifoide, que estavam vitimando as crianças das adjacências. No Méier, os moradores fizeram um abaixo-assinado, dirigido ao prefeito, solicitando o ajardinamento de uma praça, situada de frente à estação. Em São Francisco Xavier, inquilinos protestaram contra as péssimas condições do calçamento de uma alameda de mesmo nome. E assim por diante...

No que diz respeito à falta de água, esta era uma reclamação geral nos subúrbios, visto que as cacimbas nem sempre eram providas de água potável; e as poucas bicas existentes estavam amiúde secas.

Essas reclamações populares, apresentadas na coluna *O subúrbio*, são bem parecidas com as reivindicações que Eduardo Silva analisou na coluna as *Queixas do Povo*, do *Jornal do Brasil*. Essa publicação periódica foi pioneira no registro de variadas críticas populares, e se manteve durante longos anos. O autor buscou, de modo geral, relatar os problemas urbanos e diários da gente comum, que estavam ligados principalmente à segurança e aos serviços básicos. Numerosos foram os queixumes contra a arbitrariedade da polícia e a falta de policiamento nas ruas, que dava vazão para furtos e conflitos cotidianos. Numerosas também foram as reclamações com respeito à ausência de iluminação, água, saneamento, limpeza pública, habitação e transporte²⁹¹.

Destarte, se os subúrbios não podem ser vistos como espaços de homogeneidade e apenas pobreza, do puro desinteresse estatal, também não se pode exagerar nesse seu ingresso aos elementos modernizantes, uma vez que nem todos foram alvos de injunções modernas. Como se viu, algumas localidades receberam mais atenção que outras, a exemplo do Méier, considerado centro do universo suburbano.

²⁹¹ *Gazeta de Notícias*, 8 de junho de 1905. p. 3; 18 de junho de 1905. p. 7; 26 de julho de 1905. p. 3; 27 de julho de 1905. p. 3; 19 de dezembro de 1905. p. 3 (Digitalizados). Ver SILVA, 1988.

Enfim, o que se observa é que as demandas exigidas pela população suburbana correspondiam às instâncias civilizatórias exaltadas pelas elites. A cobrança para melhoramento de uma rua, pelo ajardinamento de uma praça, por iluminação em certas áreas, pela capinagem e limpeza de determinados locais, pela segurança sanitária não são apenas queixas contra as faltas e os descasos governamentais. Cada exemplo é também uma reivindicação de acesso e de inclusão ao processo de modernização encabeçado pelas elites. Tudo isso confirma a hipótese defendida aqui, a de que o povo não somente apreendeu o progresso, como igualmente exigiu a sua parte nos ganhos da civilização, reinventou faces da modernidade para si.

João do Rio, escrevendo sobre a implantação de uma praça no Méier, reforça essa suposição. O cronista, em 1914, comenta que, até o quadriênio de governo do prefeito Pereira Passos, o subúrbio era um lugar desprezado pela vontade política. Porém, depois das transformações urbanas, essa zona da cidade entraria na preocupação geral, tornando-se uma bandeira para outros mandatos, como o do prefeito Serzedelo Corrêa, entre 1909 e 1910. Apesar de reconhecer que muitas mudanças ainda precisavam ser feitas para melhorar a região, o escritor parabeniza a população do local pelas conquistas obtidas.

Ainda falta muito porém. Os moradores dos subúrbios insistem, interessam-se, falam aos jornais e vão conseguindo, aos poucos, alguns melhoramentos da prudente administração do atual prefeito. A campanha é tão forte, que não é possível deixar de bater palmas quando se registra uma vitória como a da futura praça do Méier²⁹².

Aliás, como bem notou Berman, “a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável de sua miséria e ansiedade intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar”²⁹³. Lima Barreto e João do Rio sabiam disso. Para eles, o progresso trazia infortúnio, mas também fabricava necessidade, criava trabalho e profissões. E as camadas laboriosas ganhavam com isso. A vida agitada da cidade e os novos hábitos inventaram o chofer, as massagistas, pedicures, manicures, engraxates, costureiras, motoneiros, tripeiros, mecânicos etc. Essas novas ocupações foram importantes, visto que aumentaram a possibilidade de trabalho para os pobres. Nos termos barretianos, seriam profissões da miséria²⁹⁴, uma vez que são ofícios mal pagos e

²⁹² RIO, João do. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 18 de abril de 1914. p. 2.

²⁹³ BERMAN, 1986, p. 162.

²⁹⁴ BARRETO, Lima. Até Mirassol II. In: *Toda crônica*, v. II. p. 355; Rio, João do. Massagistas e *chauffeurs*. *Gazeta de Notícias*, 24 de dezembro de 1906. p. 2 (Digitalizado).

desvalorizados. A remuneração dessas atividades era insuficiente para atender as provisões de uma família, mas tais empregos se tornavam uma alternativa útil para ajudar a compor a renda doméstica e assegurar a sobrevivência, assim como punham em funcionamento a cidade.

Com efeito, o elemento moderno se tornou igualmente parâmetro para as classes inferiorizadas. Lima Barreto retrata bem esse fato numa crônica intitulada *Os outros*, em que duas senhoras conversam num trem sobre a falta de iluminação no subúrbio de Jacarepaguá. A ausência de luz é tomada como um defeito que desqualifica o ambiente, criando diferenciação entre bom e ruim.

Uma senhora dizia à outra, no trem:
 – Jacarepaguá é muito bom. Gosto muito.
 – Mas tem um defeito.
 – Qual é?
 – Não tem iluminação à noite.
 – Você disse bem que é só à noite, pois de dia tem o sol.
 As duas riram-se e, como nenhuma delas tivesse pretensões intelectuais, não houve zanga de alguma entre elas²⁹⁵.

Outro componente significativo no texto é o trem. O registro desse transporte é representativo da modernidade. Ele, como explica Piglia²⁹⁶, mimetiza o “progresso, a indústria, a máquina; ele abre caminho para a velocidade, as distâncias e a geografia”. As viagens de trem e de bondes, a multidão de passageiros, e as relações sociais engendradas no veículo, como as conversas e os namoricos, são indícios frequentes do moderno em Lima Barreto.

Deve-se dizer, além disso, que a gente pobre e remediada procurava se apropriar do mundo burguês, criando seus clubes e sociedades, designando seus estabelecimentos comerciais com nome afrancesados, organizando seus carnavais conforme o padrão elitizado. Todavia, essa reprodução do anseio e comportamento da classe argentária e pensante do país não é uma cópia pura e simples. Houve uma adaptação em função dos gostos e dos interesses dos mais pobres, bem como de suas possibilidades materiais. É o caso do maxixe, uma dança que misturou o ritmo da polca com o compasso de origem africana.

E, em algumas ocasiões, essa reformulação foi necessária para evitar a repressão, para que as licenças de eventos ou celebrações fossem autorizadas. Portanto, usava-se a linguagem

²⁹⁵ Os outros. In: *Toda crônica*, v. I. p. 254.

²⁹⁶ PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 133.

dos dominantes para conseguir benefícios, como também para participar daquilo que era visto como o “melhor viver”.

A pesquisa de O'Donnell²⁹⁷ sobre a invenção de Copacabana como um bairro chique, e ao mesmo tempo bucólico, oferece algumas pistas que fortalecem ainda mais a hipótese deste trabalho. Procurou-se construir um arrabalde marcado com todas as insígnias do moderno, da elegância e da salubridade. Um lugar deserto onde se podia edificar a melhor das civilizações, cujas características eram o estilo de vida luxuoso, desportista e saudável. Os passeios, o banho na praia, os piqueniques, o frescor e a circulação do ar eram representados como os pontos máximos do prazer e do conforto. Não obstante, esse vazio espacial era algo fabricado. Como nota a historiadora, já havia uma comunidade e um movimento de pessoas nessa zona atlântica. Lá viviam pescadores, romeiros que visitavam a capela de N. S. de Copacabana, vendedores ambulantes, donos de pensão etc. Com efeito, se palacetes e edifícios modernos começavam a ser erguidos, observavam-se também a existência de cortiços, pequenos botequins e choupanas²⁹⁸.

O significativo é que esses grupos populares começaram a aderir a esse modo de vida praiano, apropriando-se dos paradigmas de progresso e de civilidade burguesa à beira mar. Nesse sentido, os pequenos trabalhadores e operários abraçaram a ideia do arrabalde como local de lazer e descanso. Os suburbanos, por exemplo, pagando apenas uma passagem de bonde, podiam fazer piqueniques, contemplar a paisagem paradisíaca e banhar-se. A gente comum que já morava no lugar, saía de casa com seus trajes de banhistas indo em direção ao mar. Indivíduos de todas as classes, desde a mais alta até a extremamente pobre, compartilhavam da experiência marítima e de sua pretensão civilizadora²⁹⁹.

Em suma, os pobres e remediados não são figuras passivas, olhando do lado de fora as mudanças técnicas e culturais de sua época. Não se evidencia, portanto, uma modernidade, como afirma Figueiredo, que “alcança o subúrbio e as almas dos homens comuns, transformando-os em consumidores e espectadores”. Ou ainda quando diz que: “o luxo das vitrines carrega o traço melancólico do subúrbio, nos olhares de desejo sobre os vidros e as transparências”³⁰⁰. As pessoas comuns, como se tem visto nos indícios aqui analisados, foram igualmente produtoras de elementos modernos e vivenciaram por dentro o momento

²⁹⁷ O'DONNELL, 2013.

²⁹⁸ Sobre Copacabana como símbolo da modernidade à beira mar, ver também ROCHA, 1995, p. 35-36.

²⁹⁹ O'DONNELL, 2013, p. 58-61.

³⁰⁰ FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiro de. Leitura crítica: crise do romance, crise do sujeito, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. In: FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiro de; FERREIRA, Ceila Maria (orgs.). *Lima Barreto, Caminhos de criação: Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Edusp, 2017. p. 18.

vertiginoso da “bela época”. O subúrbio não se manteve triste, desejando o que estava por trás dos vidros. Os suburbanos criaram suas próprias vitrines e trajes de galas. As classes pobres puseram para funcionar a indústria moderna, conduzindo automóveis como chofer, alimentando os gostos e prazeres da ocasião, ao proporcionar serviços de massagens e estética. Enfim, exigiram para si e seus ambientes a expansão da modernização.

Posto isso, o mundo do subúrbio no Rio de Janeiro não pode ser pensado sem levar em consideração a produção literária de Lima Barreto. Como enfatiza Schwarcz³⁰¹, a zona suburbana foi escolhida pelo escritor como espaço ficcional de preferência, estando presente tanto em seus romances quanto nas crônicas. Ademais, ele morava na adjacência de Todos os Santos, perscrutando, vivendo e testemunhando as necessidades e ordenações desse perímetro. A literatura barretiana faz uma radiografia dos subúrbios, registrando as suas características humanas, sociais e geográficas. Em sua obra, podem-se evidenciar aspectos reais e imaginários dessa região, configurando-se como representação histórica e artística.

No livro *Clara dos Anjos*³⁰², Lima Barreto definiu o subúrbio como “uma longa faixa de terra que se alonga, desde o Rocha ou São Francisco Xavier, até Sapopemba, tendo para eixo a linha férrea da Central”. Vários retratos foram tirados dessa área, mostrando no conjunto um ambiente caracterizado pela pluralidade e pela desigualdade. Nessa escrita fotográfica se observam imagens que pintam aspectos rurais, compostos de árvores e casebres toscos, delineados por campos, colinas e montanhas. Um recinto que se evidencia pela criação de animais, que perambulam à toa pelos logradouros: galinhas, cabritos, perus, patos e cachorros; e por recantos que parecem desertos. Notam-se também imagens labirínticas de um espaço marcado de ruas estreitas, bibocas, travessas, morros, trilhos e grotas. Imagens de abandono e carência, assinalados por um lugar onde se falta de tudo, não há água e esgoto, não há médicos e farmácias. Imagens de modernização e folgança, em que moças e rapazes vão ao cinema; e prazerosas conversas são travadas nos armazéns e botequins, nas estações, nos bailes realizados em casa para família e amigos.

A gente que vivia no subúrbio foi igualmente fotografada pelo escritor, revelando sua diversidade humana e subjetiva. No romance, essa variedade de pessoas é desenhada pelas múltiplas personagens que povoam o enredo, muitas de nacionalidades distintas: brancos e mulatos brasileiros, alemães e portugueses. Nesse ambiente, inúmeras profissões são desvendadas: poetas, carteiros, dentistas, médicos, contínuo de ministérios, guardas de obras

³⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução – Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil República. In: BARRETO, *Contos Completos*, p. 16.

³⁰² BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Scipione, 2005. p. 97.

públicas, militares, burocratas, advogados, caixeiros, empregadas domésticas etc. Esse é o mundo que envolve Joaquim dos Anjos, pai da protagonista Clara dos Anjos. Mas a zona suburbana é composta igualmente por indivíduos indesejados. São os malandros, os vagabundos, os enganadores, sedutores, ladrões de galinha ou furtadores de pequenos objetos nas estações de trem. Essas figuras são representadas pelo “modinheiro” Cassi Jones e seus amigos – Ataliba do Timbó, Zezé Mateus, Franco Souza e Arnaldo. Esses dois universos não estão separados, eles se entrecruzam constantemente, constituindo-se um campo de tensão e apoio. Os locais de entrecruzamento se dão na rua, mas também por meio do armazém de Seu Nascimento, e dos bailes e modinhas organizados na residência de Joaquim, onde se reuniam a vizinhança e os seresteiros.

Em face de tamanha diversidade social e econômica, Lima Barreto distinguiu uma aristocracia suburbana, formada por elementos médios da cidade: “funcionários de pequena categoria, chefes de oficina, pequenos militares, médicos de fracos rendimentos, advogados sem causa, etc.”³⁰³ Essa camada não contrastava apenas com embusteiros e vigaristas, mas também com pessoas mais humildes, que moravam em barracões nos morros, e que trabalhavam como lavadeiras, quituteiras ou viviam do meretrício. No conto *O moleque*³⁰⁴, como foi analisado, são essas classes inferiorizadas que ganham destaques através das personagens dona Felismina, que lavava roupa de ganho; da pobre Antônia, que se prostituía para sustentar seus dois filhos; e da vendedora de angu Baiana. No cenário da história, em Inhaúma, o narrador sublinha os barracões e as ruas cortadas pelo trilho. É significativa a descrição que o romancista faz das habitações suburbanas. Por meio de sua arquitetura e do material de fabricação, constrói-se uma hierarquia social. Uma pessoa mais afortunada morava numa casa de tijolo e telha; os mais pobres residiam em barracões. Havia duas espécies desse gênero: aqueles feitos de tábuas ou de pedaços de caixões, cobertos de zinco ou telha; e aqueles mais modestos, cujas paredes eram compostas de taipa, lembrando um aspecto roceiro.

Essa divisão social ainda poderia ser observada na forma como os trens suburbanos eram organizados. Havia os de primeira classe, utilizado por burocratas, doutores, escrivães, secretários, moças da escola Normal e da Música. O vestuário dessa turma era mais elegante, com indivíduos apumados e de terno. E existiam igualmente os de segunda classe, ocupados por operários, serventes de secretaria, guardas-civis, entre outros. A indumentária desse pessoal variava, notando-se homens em mangas de camisa, uniforme de cáqui de diversas

³⁰³ Esta minha letra. In: *Toda crônica*, v. I. p. 92.

³⁰⁴ O moleque. In: *Contos Completos*, p. 144-146.

corporações, mulatas vestidas de branco, alguns com jaquetão exótico etc. Os trens da “segunda”, como eram chamados, eram, em regra, desconfortáveis, arranjados com bancos duros, feitos de madeiras³⁰⁵. O cronista apresenta um Rio de Janeiro fortemente hierarquizado entre a própria gente comum. Essa imagem categorizada da cidade e dos pobres ainda pode ser vista hoje, em pleno século XXI. Para isso, basta o leitor tomar o ônibus em algum ponto da urbe. Como explica Chesneaux³⁰⁶, o passado tem uma relação ativa com o presente, estando mergulhado em toda esfera da vida social. Essa forte disposição persiste nos tempos atuais, configurando-se por meios de novos recursos e condições históricas. Assim, um morador do subúrbio de Jacarepaguá, que deseja ir para o centro da cidade, pode utilizar três modalidades de condução de acordo com a sua renda financeira. Há o ônibus comum, usado pela maioria, que custa 3.40 reais. São quase sempre lotados e sem muito conforto. Existe igualmente o veículo coletivo no valor de 5.70 reais. Este é mais cômodo, com ar condicionado. E, por fim, há o ônibus tipo executivo, também apelidado de “frescão”, porque são climatizados e possuem bancos bem acolchoados. O preço desse transporte custa em torno de 13.00³⁰⁷.

Voltando para a temporalidade em estudo, pode-se dizer que nesse espaço tão matizado não faltavam conflitos cotidianos. As contendas mais comuns eram, conforme Lima Barreto, pequenas rixas, provocadas por vizinhos em torno da posse de algum bicho, como os patos, os marrecos, as galinhas e os seus ovos. Havia também desentendimentos velados, diante de uma vizinha que vivia melhor, de um marido que ganhava mais que outro, ou do sentimento de superioridade por se ter a pele branca ou mais clara. Todavia, essas brigas não eram duradouras, existindo muita solidariedade entre a vizinhança, especialmente quando o filho de algum morador das redondezas caía doente³⁰⁸. A zona suburbana era uma rede emblemática de afetos e sociabilidades nem sempre precisos, onde se misturavam elementos distintos e, comumente, contraditórios. Numa sociedade desigual e carente como o Rio de Janeiro do começo do século XX, o cronista perscrutou, numa escala pormenorizada, a vida do pobre na cidade, mostrando como as ideias de hierarquia racial e econômica estavam enraizadas nos fatos miúdos da gente comum.

Como se viu anteriormente, a estação era um local de negócios e de entretenimento. O escritor confirma tal imagem, explicando que essa paragem era o centro da vida dos

³⁰⁵ Ver as crônicas O trem de subúrbio e Na segunda classe. In: *Toda crônica*, v. II. p. 467-471; 559-560.

³⁰⁶ CHESNEAUX, 1995, p. 22.

³⁰⁷ Essa informação é resultado da experiência da pesquisadora, que esteve no Rio de Janeiro entre final de setembro e final de novembro de 2015, locomovendo-se constantemente no circuito que vai de Jacarepaguá ao centro da cidade, e vice-versa.

³⁰⁸ BARRETO, 2005, p. 99.

subúrbios. Na crônica *A estação*³⁰⁹, de 1921, ele registrou as alterações que os arrabaldes cariocas estavam experimentando com o decurso da modernização. Comentou sobre a importância da estrada de ferro como eixo da vida suburbana, sendo o lugar predileto para os passeios domingueiros de moças e rapazes casadouros, ponto de lazer, encontro e conversas. Além disso, era também em torno da estação que afluíam as casas de cinema, lojas comerciais, armarinhos, açougues e farmácias. O “progresso” e as suas aspirações iam chegando de forma desigual nas adjacências da capital, e as tabuletas dos magazines, com suas denominações estrangeiras, dão um indicativo dessa vontade de ascensão. O Méier, por exemplo, possuía lojas com nomes afrancesados, padarias, “casas de jogos patenteadas e garantidas pela virtude”, dois cinemas, circo-teatro, confeitarias, entre outros³¹⁰.

O cinema do Méier e do Engenho de Dentro, com seus grandes cartazes e anúncios, era um bom atrativo para rapazes e moças. As casas cinematográficas estão presentes em vários textos ficcionais do autor. Zeca, por exemplo, personagem central do conto *O moleque*, era fascinado pelo écran.

O seu sonho era o Engenho de Dentro e o seu cinema. Ter dinheiro, para ir sempre a ele, ver-lhe instantemente as “fitas” que os grandes cartazes anunciavam e o tímpano a soar continuamente insistia no convite de vê-las. Quando sua mãe permitia, aos domingos, com outra criança ajuizada da vizinhança, ia até a estação, até lá, defronte do fascinante cinema. Encostava-se, então, à grade da estrada de ferro e ficava a olhar, no alto, minutos a fio, aqueles grandes painéis, cheios de grandes figuras, deslumbrantes na sua cercadura de lâmpadas elétricas, como se tudo aquilo fosse uma promessa de felicidade³¹¹.

Esse trecho é bastante revelador por conter vários componentes modernizantes: a estrada de ferro, o cinema, os grandes painéis, a lâmpada elétrica. Nesse sentido, o subúrbio abandonado, de ruas enlameadas e cheias de capim, é também o subúrbio intimamente articulado com a tecnologia do seu tempo. Às vezes onde se terminava uma alameda sem calçamento, começava-se uma outra, configurada de prédios contemporâneos e melhor estruturada. Mas a citação ainda diz mais, pois o olhar de Zeca é o olhar da criança diante do espetáculo da modernidade, visão enfeitiçada e sonhadora de quem também deseja estar em frente à tela, imersos em suas luzes e “promessa de felicidade”. Lima Barreto explora o moderno de modo muito profundo nesse conto, mostrando não apenas as transformações

³⁰⁹ A Estação. In: *Toda crônica*, v. II. p. 439.

³¹⁰ A estação. In: *Toda crônica*, v. II. p. 439.

³¹¹ O moleque. In: *Contos Completos*, p. 148.

urbanas e tecnológicas, mas o caráter mágico e contraditório da modernidade, sua capacidade de incutir no subjetivo estado de alegria e insaciabilidade, que joga para o futuro uma ideia de felicidade nunca realizável. Dessa forma, esta é sempre uma promessa. E a personagem menino traz todos esses elementos internos. Ele possui desejo e ânsia, está presente e ausente nos meandros da modernização. E a sua pobreza aumenta ainda mais esse fosso.

Ainda no romance *Clara dos Anjos*, é sublinhada uma fronteira bem demarcada entre zona urbana e zona suburbana. E Lima Barreto explora isso com maestria nas passagens em que a personagem Cassi Jones flana pelas áreas centrais da capital. Assim, dois contrastes são compostos no livro: entre o suburbano e o citadino; e entre os próprios espaços do centro da cidade.

No primeiro caso, a personagem, ao pegar o trem e desembarcar no Campo de Santana, que pertencia ao centro do Rio de Janeiro, deparava-se com outro mundo, uma existência a que não estava acostumado. Era um estrangeiro. Cassi Jones não compreendia os luxos dos transeuntes, com suas “bengalas, anéis e pulseiras de relógio”, cheios de poses e passos calculados. Se no subúrbio era uma figura conhecida, um “modinheiro” famoso, na cidade era um desconhecido, e sua rusticidade e ignorância ficavam expostas. Ele não entendia as conversas e pilhérias dos rapazes, as bebidas diversas e esquisitas que eram pedidas pelos fregueses, as livrarias repletas de livros, a polidez e urbanidade daqueles anônimos. Ficava embasbacado vendo as senhoras e moças que “lhe pareciam rainhas e princesas”, admirando as vitrines com joias valiosas e vestuários elegantes no Largo do Rossio, Rua Sete de Setembro e Rua do Ouvidor³¹².

No segundo caso, toda essa atmosfera de riqueza e esbanjamento é desfeita quando o cantador de modinha se desloca para as bandas do Largo de São Francisco, adentrando em becos sujos e velhos “que se originam da Rua da Misericórdia e vão morrer na Rua Dom Manuel e Largo do Moura”. Essa parte do centro é caracterizada por seus botequins, lôbregas hospedarias e tavernas abjetas. Tal cenário era também constituído de altos sobrados coloniais, mal iluminados e pouco limpos. Os moradores e frequentadores do lugar eram homens e mulheres pobres, alguns com profissão estabelecida: soldados, marinheiros, carregadores, entre outros³¹³.

Vale salientar que a sensação de estranhamento, experimentada por Cassi Jones em torno dos principais pontos da cidade, corresponde a mais um efeito estético do que uma

³¹² BARRETO, 2005, p. 148-150.

³¹³ Ibid., p. 151.

realidade de fato³¹⁴. A divisão entre zona urbana e suburbana não era tão veemente assim. Não existe uma separação clara e bem definida entre os lugares da modernização e os lugares da pobreza dentro da urbe. E a gente humilde estava sempre em trânsito, infiltrando-se nos espaços arquitetados para as elites, construindo, através de seus deslocamentos, redes e articulações. O que se vê, e o próprio Lima Barreto registrou, é uma sociedade hierarquizada e desigual, absorvendo um alto nível tecnológico atrelado à imensa miséria e barbárie³¹⁵.

No que tange ainda à cidade carioca, é preciso destacar que os logradouros e avenidas não são locais isolados, estando dentro de um conjunto ou organização. Uma rua faz parte de um bairro, sendo entrecortada e ligada a outros espaços e alamedas. Portanto, é equivocado qualificar alguns ambientes como totalmente excluídos do processo de modernização em face de certos locais ou parte da urbe sem infraestrutura mínima. Nesse sentido, faz-se necessário observar os contrastes e incongruências existentes na cidade. O centro da capital do país, onde houve maior investimento na área urbana, ainda possuía vias enlameadas e com sobrados antigos, tal qual a Rua da Alfandega, ou a Rua da Misericórdia, como notou o romancista. Os subúrbios, apresentados como regiões esquecidas e empobrecidas, são igualmente compostos de componentes modernizantes, como cinema, iluminação, ferrovias, prédios modernos etc. O romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*³¹⁶, publicado em 1919 pelo escritor, elabora outra fotografia da área suburbana. Esta não era apenas o lugar abandonado, dos que perderam o emprego ou dos que não possuem fortunas. Era um local bem mais complexo, uma simbiose entre o moderno e o antigo³¹⁷.

O arruamento do subúrbio é delirante. Uma rua começa larga, ampla, reta; vamos-lhe seguindo o alinhamento, satisfeitos, a imaginar os grandes palácios que a bordarão daqui a anos, de repente estrangula-se, bifurcar-se, subdivide-se num feixe de travessas, que se vão perder em outras muitas que se multiplicam e oferecem os mais transtornados aspectos. Há o capinzal, o arremedo de pomar, alguns canteiros de horta; há a casinha acaçapada, saudosa da toca troglodita; há a velha casa senhorial de fazenda com as suas colunas heterodoxas; há as novas edificações burguesas, com ornatos de

³¹⁴ Schwarcz (2017, p. 187) chama igualmente a atenção para o aspecto imaginário do subúrbio na obra barretiana. A autora comenta que, se, por um lado, os textos do escritor são bons testemunhos, parecendo muitas vezes com uma “etnografia fina”; por outro, “não deixam de ser narrativa de alto teor ficcional”.

³¹⁵ Schwarcz (ibid., loc. cit.), semelhante ao raciocínio histórico desenvolvido nesta pesquisa, escreve que “as histórias que ele [Lima Barreto] tanto gosta de contar acerca dos subúrbios são não apenas recorrentes como cheias de ambivalências que lembram bem o processo de modernidade brasileiro: com avanços e recuos, ganhos e muitos sinais de decadência”.

³¹⁶ BARRETO, Lima. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³¹⁷ Nesse sentido, discorda-se da interpretação maniqueísta que trata o Rio de Janeiro como duas cidades. A cidade suburbana, tomada como espaço desorganizado e ameaçador, zona esquecida e desatenta; e a cidade ideal, local das letras, da elegância e direcionada para os cidadãos ilustres. A capital da República não era bipartida, mas compostas de vários fragmentos. Essa leitura de uma cidade da ordem e outra da desordem pode ser vista em Resende (1993, p. 103).

gesso, cimalha e compoteiras, varanda ao lado e gradil de ferro em roda. Tudo isso se baralha, confunde-se, mistura-se, e bem não se colhe logo como a população via se irradiando da via férrea. As épocas se misturam; os anos não são marcados pelas coisas mais duradouras e perceptíveis. Depois de um velho “pouso” dos tempos das cangalhas, depois de bamboeantes casas roceiras, andam-se cem, duzentos metros e vamos encontrar um palacete estilo Botafogo³¹⁸.

Portanto, embora Lima Barreto, em algumas ocasiões, pretenda delimitar a zona suburbana como morada ou refúgios dos infelizes e paragem abandonada, ele deixa também entrever em sua literatura muito mais, revelando o Rio de Janeiro como uma geografia em cruzamentos, disparidades, conflitos e contenções. Como o próprio escritor expressou em sua crônica *A derrubada*³¹⁹, “o machado impiedoso do construtor de avenidas” passou ceifando velhas e frondosas árvores, plantadas há séculos nos subúrbios.

3. As pragas da República

A República brasileira, no início do século XX, era uma terra fendida pela assolação de várias doenças e epidemias: peste bubônica, varíola, malária, febre amarela e tuberculose. As moléstias dizimavam boa parte da população e punham em risco a imagem civilizada do país, que tanto as elites buscaram a elaborar. Apesar de a temática sobre os surtos epidêmicos no regime republicano brasileiro ser assaz debatida³²⁰, é preciso voltar à questão, a fim de melhor compreender a experiência do povo durante o período; e como os cronistas em questão pensaram o problema. Aliás, no processo de modernização urbana é imprescindível deixar de pensar as transformações que ocorreram na área da saúde. Como apontou Lima Barreto, eram nos recintos suburbanos, em especial nos recantos mais pobres e sem infraestrutura, que as pessoas humildes estavam sujeitas a ameaças de enfermidades, principalmente a varíola, tomada como um “verdadeiro flagelo”³²¹. Vale perguntar o que o estado fez para melhorar essa situação? As classes inferiorizadas foram completamente excluídas dos avanços e inovações no campo da saúde? Como elas politicamente reagiram aos surtos epidêmicos e a regulamentação médica?

³¹⁸ BARRETO, op. cit., p. 114.

³¹⁹ BARRETO, Lima. *A derrubada*. In: _____. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 87.

³²⁰ BENCHIMOL, Jaime L. *Manguinho, do sonho à vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1990;

³²¹ BARRETO, 2005, p. 98.

Tanto o governo federal quanto os cientistas atuaram no combate às doenças que castigavam a população. Sabe-se que muito do interesse pela saúde pública estava ligada à imagem do país no estrangeiro, ao interesse de atrair capital e à realização de grandes obras, como a construção de ferrovias e hidrelétricas. Não obstante, apesar da instância econômica, percebe-se um empenho por um desenvolvimento científico autônomo da produção europeia, e a necessidade de curar doenças que atacavam o povo. Nem todo “homem de ciência” ficou preso ao discurso teórico e retórico, condenando ou não a população pela questão racial ou da mestiçagem. E a criação do Instituto Manguinhos, em 1899, é uma evidência disso. Esse órgão, que teve como fundador Oswaldo Cruz, constitui, conforme Benchimol³²², “um dos trunfos a ideologia do progresso e da civilização ao lado dos monumentos e avenidas da capital cosmopolita que emergira dos escombros da cidade colonial, reformada pelo prefeito Pereira Passos”.

Manguinhos, cujo modelo foi baseado no *Instituto Pasteur de Paris*, caracterizou-se pela pesquisa, fabricação científica e pelo ensino. Agindo de maneira original no campo biomédico, produziu soros e vacinas em escala industrial para enfermidades que agrediam os homens e os animais, atendendo a várias partes do Brasil. Embora muitos de seus estudos estivessem voltados para doenças que obstaculizava o investimento do capital estrangeiro, tal qual a febre amarela, malária, a varíola e a peste bubônica, outras pesquisas relevantes foram realizadas, como a análise da febre tifoide e paratifoide, da tuberculose e da sífilis. Ademais, seu corpo de cientistas, que incluía Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Arthur Neiva, Rocha Lima, Alcides Godoy, Astrogildo Machado, não mediu esforço para descobrir enfermidades que acometiam a população nacional, viajando de norte a sul do país: região amazônica, os vales de São Francisco e Tocantins, Estados como Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, o interior de São Paulo e Minas Gerais etc. O resultado dessa empreitada científica deu alguns louros ao instituto, como a produção do tártaro emético, desenvolvido pelo patologista Gaspar Viana. Usado no tratamento da leishmaniose, o produto terapêutico foi empregado no Brasil e em diversos países da África e da Ásia. Outro triunfo foi a descoberta, em 1909, por Carlos Chagas, da doença causada pelo tripanosoma, inoculado no ser humano por um besouro conhecido como barbeiro³²³. Enfim, não resta dúvida sobre a importância que Maguinhos representou no avanço científico para o Brasil e a população brasileira.

Todavia, a República, caracteristicamente autoritária, abusou de seu poder para sanar as moléstias que assaltavam a capital e os pobres. A campanha que Oswaldo Cruz, então

³²² BENCHIMOL, 1990, p. 5.

³²³ Ibid., *passim*.

diretor geral da Saúde Pública, iniciou para combater a peste bubônica, a febre amarela, e depois a varíola, em 1904, provocou revolta na população. Até mesmo quando as inspeções republicanas pretendiam o bem público, as classes pobres eram invadidas e desrespeitadas em seus espaços, sua casa, seu corpo.

Lima Barreto, no texto *Os médicos e o espírita*, comenta sobre a truculência de médicos e doutores com relação aos grupos desfavorecidos, criando medidas draconianas que só vexavam e humilhavam o povo. O autor ainda acusa os médicos de tentarem implantar uma ditadura médica ou “medicocracia”, arrogando-se no “direito de dirigir os engenheiros encarregados de obras de saneamento, de dirigir políticos no governo dos povos, de substituir as mães no acalantar os filhos, de vetar o amor dos sexos com o auxílio da duvidosa reação de Wasserman, etc, etc”³²⁴.

Em *Problema vital*, publicado em fevereiro de 1919 na *Revista Contemporânea*, o cronista reconhecia a importância dos trabalhos de Artur Neiva, Carlos Chagas e Belisário Penna nas descobertas das doenças epidêmicas, que castigavam as regiões roceiras e urbanas. Porém, não concordava com a solução indicada pelos médicos, que se restringia somente em assegurar um saneamento sistemático nesses locais. Acreditava que havia outros elementos em torno da questão como o regime alimentar, a higiene domiciliar, a exploração do trabalhador pelo latifundiário. E sugeria uma proposta radical para acabar com a miséria e os seus males, isto é, “combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava e planta”³²⁵. No artigo, o escritor também comenta que o Rio de Janeiro era uma cidade em febre, sendo ele mesmo vítima da maleita, quando menino.

Os identificadores de tais endemias julgavam ser necessário um trabalho sistemático para o saneamento dessas regiões afastadas e não só estas. Aqui, mesmo, nos arredores do Rio de Janeiro, o doutor Belisário Pena achou 250 mil habitantes atacados de maleitas, etc. Residi, durante a minha meninice e adolescência, na Ilha do Governador, onde meu pai era administrador das Colônias de Alienados. Pelo meu testemunho, julgo que o doutor Pena tem razão. Lá todos sofriam de febres e logo que fomos para lá, creio que em 1890 ou 1891, não havia dia em que não houvesse, na nossa casa, um de cama, tremendo com a sezão e delirando de febre. A mim, foram precisas até injeções de quinino³²⁶.

³²⁴ Os médicos e os espíritas. In: *Toda crônica*, v. II, p. 334.

³²⁵ Problema Vital. In: *Toda crônica*, v. I. p. 458.

³²⁶ Ibid., p. 457.

Da mesma maneira, João do Rio retrata em suas crônicas as ações preventivas e o medo que as epidemias estavam provocando na cidade. “O terror da peste está obrigando a cidade a lavar-se. Pintam-se as fachadas das casas, esfregam-se os assoalhos e as paredes, – e sente-se por toda a parte o cheiro acre dos desinfetantes”³²⁷. Mas para ele não bastava apenas extinguir os ratos e mosquitos para acabar com a peste bubônica e a febre amarela. Era preciso igualmente a destruição “dos porões infectos, das bibocas sujas, dos monturos imundos e das ciscarias medonhas”, que seriam os locais de origem das criaturas pestilentas³²⁸. Assim como Bilac, o cronista acreditava que a salvação da capital estaria na remodelação urbana, nas picaretas redentoras. O que se observa é que a ideia de limpeza e saúde estava arraigada ao projeto de modernidade. Não era possível modernizar sem assear a zona urbana, expurgar seus pontos de contágios. Portanto, implementar uma medida sanitária eficaz era fundamental para executar o padrão de civilidade burguês.

[...] O Rio de Janeiro há de ser um ninho de febres e de pestes, enquanto não submetermos a uma derrocada e a uma barrela completa! O homem, que há de salvar esta cidade, não há de vir armado de uma seringa de formol, nem de uma lata de enxofre, nem de uma pasta de mata-ratos: há de vir armado de uma picareta, bem grande e sólida³²⁹.

O escritor registrou uma cantiga popular sobre a peste bubônica, revelando o modo galhofeiro e crítico das pessoas em face da doença e dos culpados. O verso curto e cômico é uma característica da cultura popular, criado para questionar diversos eventos e movimentos cotidianos, seja a crise nos preços dos alimentos, seja conflitos na área da saúde, e seus efeitos sociais. O povo quase sempre recorre à poesia para expressar sua visão política sobre os fatos:

Os ratos fazem qui, qui, qui,
 Qui, qui, qui, qui, qui
 As pulgas pulam daqui
 Pra ali, dali praqui, daqui prali
 Os gatos fazem miau
 Miau, miau, miau
 Quem inventou a peste bubônica
 Merece muito Pau³³⁰.

No geral, a culpa não recai sobre os ratos ou mosquitos, mas sobre aqueles indivíduos de autoridade, que estavam mais próximos dos humildes, como os fiscais da saúde, e a

³²⁷ RIO, João do. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 10 de outubro de 1903. p. 2 (Digitalizado).

³²⁸ Id. *Gazeta de Notícias*, 20 de setembro de 1903. p. 2 (Digitalizado).

³²⁹ Ibid., loc. cit.

³³⁰ A musa das ruas. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 247.

polícia. Todavia, Oswaldo Cruz era tão enérgico e imperioso no combate às enfermidades, que se tornou uma figura conhecida entre os populares. Era sobre ele que incidia a maior responsabilidade. Tanto assim, que um presidiário da Casa de Detenção, José Domingos Cidade, compõe um poema sobre a revolta da vacina, acusando o famoso médico pelos desesperos das mães durante a refrega. Novamente, é João do Rio que anota a quadrinha.

Dia quinze de novembro.
Antes de nascer o sol
Vi toda a cavalaria
De clavinote a tiracolo

As pobres mães choravam
E gritavam por Jesus;
O culpado disso tudo
É o dr. Oswaldo Cruz!

O autor desta modinha
É um pobre sem dinheiro
Já não declaro-lhe o nome,
Sou patriota brasileiro³³¹.

É preciso atentar para alguns elementos formais dos poemas populares, uma vez que eles serão utilizados ao longo deste estudo. No geral, os versos são curtos, ordenados em quadras e rimados. O recurso da redondilha maior, como na trova acima, é bem característico da literatura popular, estando presente em cantigas de roda e desafios³³². Ele é o tipo de metro mais comum nas quadrinhas analisadas aqui, mas também foi registrado verso de cinco sílabas (redondilha menor).

Deve-se observar que o uso da rima e da redondilha no poema permite uma cadência mais rápida e torna mais fácil a memorização, visto que a maior parte desses versos era feito para ser cantado. Isso explica o sucesso que tais canções tinham durante as festas carnavalescas e outras folias. Desse modo, a cantiga popular não era arranjada para ser escrita, mas para ser comunicada nas ruas, ao redor de alguma multidão. Sua força está na oralidade. Em face disso, levantam-se certas dúvidas sobre essa modalidade de fonte. Não se sabe até que ponto ela é fielmente transposta para o jornal ou livro. Ou, se o cronista, bem como o jornalista, modificou algum termo para caber no periódico. Esses casos ocorrem comumente quando as quadrinhas são confeccionadas com palavrões. Não obstante, se essa alteração pode existir, o historiador, geralmente, só tem conhecimento desse documento porque ele foi

³³¹ Versos de preso. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 217.

³³² CAVALCANTI PROENÇA, M. *Ritmo e poesia*. Rio de Janeiro: Simões, 1955.

publicado. Ademais, crê-se que essas variações não influem no sentido geral da poesia popular, que era a crítica social. É preciso notar, como observou Darnton³³³, que esses poemas-canção poderiam passar por várias alterações em função de sua força oral e de sua improvisação. A cantiga impressa no jornal poderia ser apenas uma das versões cantadas na rua.

Efetivamente, não se deve esquecer que nos períodos festeiros, momento no qual as cantigas eram apregoadas com frequência na imprensa, existia um grupo entusiasta que desejava ser visto nos jornais: os próprios membros da cultura popular. É sabido que os integrantes de ranchos e clubes carnavalescos procuravam repórteres ou iam aos locais das folhas a fim de serem prestigiados; de verem seus nomes estampados nos periódicos; de terem, por meio de influência, a licença do préstito liberada.

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa tinha uma postura dúbia em relação à cultura popular carnavalesca, ora apoiando as atividades festivas das classes inferiorizadas, ora condenando suas práticas e representações. Todavia, o interesse foliônico, desprendido pelos jornais, possuíam objetivos específicos: 1. Um era pedagógico, estimulando através de premiação um comportamento festivo com base no “luxo” e no “bom gosto”; e 2. O outro era tornar o festejo objeto de erudição e folclorização, dando-lhe um caráter pitoresco. A resposta dos clubes e grupos populares à postura periodista era simpática e bem-vinda. As pessoas não somente iam às redações para receber o prestígio e a notoriedade desejada, como também buscavam o jornal para fazer queixa da polícia e conseguir o alvará. Uma estratégia utilizada pelos humildes, para atingir esses objetivos, era sair em passeata, homenageando algum jornal ou cronista através de versos e marchinhas. João do Rio foi um desses homenageados, além de ter participado do “curso de cordões”, como jurado, realizado pela *Gazeta de Notícias*, em 1906. O clube carnavalesco Rosa Branca dedicou um verso ao escritor e outros jornalistas. “Abram alas meus senhores/ Nos deem passagem franca/ Palmas, palmas, louvores/ A mimosa Rosa Branca/ Aos Srs. Henrique Chaves/ Luiz de Castro e João do Rio/ Se apresenta a Rosa Branca/ Ao torneio em desafio//”³³⁴.

Para ser agradável a esse público e fazer uma cobertura completa e detalhada do carnaval, os jornais premiavam o desfile mais bonito conforme o julgamento, e divulgavam os componentes dos grêmios carnavalescos: secretários, presidentes, porta-bandeiras, tesoureiros

³³³ DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: rede de comunicação na Paris do século XVIII*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia da Letras, 2014. p. 73-81.

³³⁴ *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1906, p. 1 (Digitalizado). Sobre o assunto ver também CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 195-208.

etc. Falavam igualmente de seus temas, músicas e fantasias. Esse registro e exibição não eram privilégios apenas das grandes sociedades ou empresas foliônicas, mas também da criação artística e festiva da gente humilde. Portanto, não interessava para a imprensa a deturpação indiscriminada da poesia popular. É provável que algum dos integrantes dessas agremiações comprasse o jornal, que noticiava as atividades do grupo, e lesse em voz alta, e para a comunidade, o registro de sua produção artística. E isso era motivo de orgulho e *status*, uma vez que as associações e clubes carnavalescos competiam entre si. Nesse caso, era preciso que o periódico assegurasse certa inteireza da criação popular em suas páginas a fim de se ver legitimado por esse tipo de público.

Esses versos cantados discorriam, da mesma maneira, sobre temáticas que afetavam o cotidiano, rompendo a atividade diária das pessoas, ou tocando na sua base material já por demais carente. Nesse aspecto, as canções populares se desenvolviam também no protesto à agressão e arbitrariedade policial e aos projetos sanitários do governo, que se mostravam demasiadamente invasivos. Estes motes estavam enredados na rotina das classes inferiorizadas do Rio de Janeiro.

É significativo dizer que a ditadura sanitária não era uma característica exclusiva do Brasil. Na cidade do Porto, em Portugal, as camadas humildes também sofriam com os abusos de médicos e de higienistas. E a tática dos marginalizados para criticar o governo era bem parecida com aquela feita na capital brasileira: baladas de protestos eram cantadas, de porta em porta, durante as festas de Natal e de Reis. Os grupos populares saíam em coro, batendo em latas velhas e ridicularizando as autoridades, a exemplo do médico portuense Ricardo de Almeida Jorge, que ficou conhecido pelas medidas draconianas de combate à peste bubônica, em 1899³³⁵. As ações profiláticas empregadas por ele, quando responsável pelo Laboratório Municipal de Bacteriologia no Porto, iam desde o isolamento e a desinfecção de domicílios até a evacuação de casas. Tais procedimentos levaram a muita comoção popular. Uma grande versalhada sobre a peste bubônica foi composta, durante a festividade natalina, por um rancho portuense, sendo transcrito n’*O Paiz* em 20 de fevereiro de 1900. A cantiga deixa entrever a percepção popular sobre a doença. E, como na quadra brasileira, não era sobre os ratos que recaía a culpa da moléstia, mas sobre as medidas de saneamento e a atitude atrapalhada do governo. Seguem algumas estrofes da poesia.

³³⁵ ALVES, Jorge Fernandes. Ricardo Jorge e a saúde pública em Portugal: um “Apostulado Sanitário”. *Arquivos de medicina*, Porto, vol. 22, nº 2/3, 2008. Disponível: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/am/v22n2-3/22n2-3a08.pdf>> Acesso em: 05 de setembro de 2017.

Mrs o Ricardo Jorge;
Disse que cheirava mal.
É preciso levar isto
Ao laboratório Municipal.

Eu como nada sabia
Fiquei todo atarantado.
Mas mais maluco fiquei:
Quando me vi isolado
.....
Mas pretendo fazer crer
Que o mal que a tal peste encerra
Não passa de influência
Das coisas da nossa terra
.....

Já morreram também de peste
Um gato de estimação:
Deram a <<esticar>> três ratos
Que estavam em <<aberração>>

O Governo atrapalhado
Proclama mil medidas,
Largas, altas ou estreitas
Curtas, baixas ou compridas.

Fez emperrar os comboios,
Suspende as romarias,
Só permite ajuntamento
Na paga as recebedorias.
.....

Eu agora vou dizer,
Mas isto não é meu invento,
Que a peste foi inventada
Por causa do saneamento³³⁶.

A quadra mostra, de modo humorístico, a interpretação que os pobres, da cidade do Porto, tinham sobre o plano governamental no que concerne à saúde pública. As regulamentações estatais, com relação à doença, são tomadas como confusas e inábeis. Nos versos, é apontado que várias ações são adotadas, de longo e curto prazo, sem esperança que o problema seja solucionado. É compreendido que o governo não é apenas atrapalhado, mas também autoritário. O Estado agiria de forma violenta e sem saber exatamente o que fazer. Por isso, emperrava a vida das pessoas, rompendo suas atividades religiosas, como as romarias, e isolando os indivíduos suspeitos da enfermidade. Assim como Oswaldo Cruz, o médico Ricardo Jorge é responsabilizado pelo sofrimento e encarceramento do cidadão

³³⁶ *O Paiz*, 20 de fevereiro de 1900, p. 2 (digitalizado).

comum. Nota-se que as classes inferiorizadas viam na moléstia mais um dado artificial do que real, olhando com suspeita as operações sanitárias do Estado. Tanto em Portugal quanto no Brasil, as cantigas expõem que alguns populares tomavam o mal como uma invenção causada pelo saneamento ou por alguém, com a finalidade de prejudicar os menos favorecidos. O governo e suas propostas sociais são frequentemente vistos pelos pobres com desconfiança.

Com respeito à febre amarela no Rio de Janeiro, sua prevenção tomou características militares. A cidade carioca foi dividida em dez distritos sanitários; e o médico, responsável por uma das jurisdições, ficava encarregado de receber as notificações, aplicar as vacinas, “multar e intimar os proprietários de imóveis insalubres e reformá-los ou demoli-los etc.” As brigadas de mata-mosquito do serviço de profilaxia percorriam o Rio de Janeiro petrolizando ralos e bueiros, limpando caixas d’água e telhados, aonde pudesse encontrar larvas dos insetos. “A seção de isolamento e expurgo, por sua vez, desinfetava pela queima de enxofre e piretro as casas situadas na zona dos focos, providenciando, também, o isolamento domiciliar dos doentes” ou os removendo para o Hospital São Sebastião³³⁷.

Já a lei da vacina obrigatória contra a varíola causou verdadeiro alvoroço na República. Em nome da moralidade e da liberdade individual, deputados e senadores acusavam o governo de truculento e tirânico, pois aprovava uma regulamentação que feria todos os direitos do cidadão, e incitava a obscenidade. A lei procurava cercar os indivíduos de todos os modos, ameaçando com multas e demissões sumárias quem fosse contrário à vacinação. O atestado da vacina era exigido nos diversos âmbitos da vida cotidiana: para matrícula na escola, para conseguir um trabalho, nas hospedagens em hotéis ou casas de cômodo. Até mesmo para poder casar ou votar era pedido o certificado médico. Diante do autoritarismo em torno da saúde pública e das disputas políticas em volta da questão, a população se armou contra o projeto de vacinação: operários, comerciantes, estudantes, militares etc. Mas foram as classes trabalhadoras e as camadas pobres do Rio de Janeiro que impulsionaram o enfrentamento. Nos vários dias que se seguiram à revolta, bondes e lâmpadas da rede pública foram destruídos, barricadas foram erguidas, linhas telefônicas e telegráficas foram arrasadas, os calçamentos das ruas foram arrancados e utilizados como armas, e autoridades políticas, como ministro da Justiça e o chefe de polícia foram insultados e vaiados³³⁸.

³³⁷ BENCHIMOL, 1990, p. 25-26.

³³⁸ Sobre as diversas interpretações da Revolta da Vacina, ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SEVECENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Lima Barreto, em seu *Diário íntimo*³³⁹, comenta sobre o Estado de Sítio durante o motim, contando o que viu e ouviu. Os cidadãos eram revistados pela polícia, que prendia a torto e a direito as pessoas que encontrava na rua. Indivíduos, sem nenhum tipo de prova ou de delito, eram surrados e levados à ilha das Cobras.

No romance *Recordações do escrivo Isaías Caminha*³⁴⁰, publicado pela primeira vez em 1909, o autor parodia esse momento de modo cômico, ao reinventar a revolta com outros motivos: o projeto dos sapatos obrigatórios. Na ficção, uma regulamentação do Conselho Municipal forçaria todos os transeuntes da cidade a saírem calçados nas ruas. Não obstante, a população pobre se rebela e se nega a se calçar, mesmo a ponta de espada. Os jornais opositores do Estado, aproveitando-se do clima de tensão, espalham que o governo iria operar homens e mulheres com pés grandes, como “os chinas”. (Aqui, o autor ironiza os boatos apregoados pela imprensa e os discursos vociferados pelos políticos durante os protestos populares contra a vacinação). Desse modo, opondo-se aos sapatos obrigatórios, um motim se ergue, deixando a cidade em pânico, revirando bondes e queimando-os com querosene, destruindo combustores de luz, vaiando as tropas que passavam, fazendo barricadas e recebendo a balas os policiais.

O romancista também está troçando do projeto lei, nº 82, do intendente Tertuliano Coelho, de 1906, que proibia, a partir de janeiro de 1907, que as pessoas transitassem em camisa, e descalço pela parte urbana do Distrito Federal, sob a pena de multa de 5000 réis e o dobro na reincidência³⁴¹. Segundo os defensores do projeto, era uma vergonha para uma cidade civilizada, como o Rio de Janeiro, o hábito de não se usar paletó e andar de pés descalços, uma vez que esse costume não era visto na Europa, além de não ser nada apresentável³⁴². Em 1914, o intendente Eduardo Raboeira tentou aprovar um outro projeto substituto. Tal qual a regulamentação antiga, o plano vedava os indivíduos que andavam descalços nos perímetros da cidade, com a diferença de que em vez de uma multa dobrada, em caso de reincidência, a pessoa deveria ser presa³⁴³.

³³⁹BARRETO, Lima. *Diário íntimo* (1900-1921). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000066.pdf>> Acesso em: 23 de junho de 2015.

³⁴⁰BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaías Caminha*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010. p. 222-268, *passim*.

³⁴¹*Gazeta de Notícias*, 13 de setembro de 1906. p. 1 (Digitalizado).

³⁴²Schwarz (2017, p. 226) sustenta um outro sentido sobre a “revolta dos sapatos obrigatórios”, além da alusão à Revolta da Vacina. Conforme a historiadora, Lima Barreto também estaria se referindo “a uma interdição antiga e imposta pela lógica do costume que impedia escravizados de usar sapatos. Estes ganharam tal valor simbólico que, logo após a abolição, vários libertos correram para às lojas para comprar calçados, transformados em metáfora de liberdade”.

³⁴³*Gazeta de Notícias*, 28 de março de 1914. p. 2 (Digitalizado).

João do Rio também registrou em crônica a questão dos “pés-descalços”, sob o pseudônimo de Joe. O cronista não apenas apoiou o projeto, como louvou a ideia de Eduardo Raboeira, de multar aquelas pessoas descalças, que precisassem de licença da prefeitura³⁴⁴. A lei recaía, especificamente, para funcionários da prefeitura, os mercadores ambulantes e vendedores de jornais, operários de prédios em construção, carregadores, carroceiros, *chauffeurs*, cocheiros, engraxates, moços de recado, entregadores de leite e pão etc. Os tripulantes de barcos e navios também não poderiam se apresentar em mangas de camisa ou sem uniforme, sob a pena de cassação de suas carteiras ou alvarás³⁴⁵.

Como bem satirizou Lima Barreto, a questão dos sapatos obrigatórios foi resultante de uma “crise de elegância, que de quando em quando, nos visita”. A imagem da cidade limpa, higienizada e bem vestida era importante não somente para atender a padrões de beleza, mas igualmente para se faturar por meio de especulações³⁴⁶. Todavia, não bastava só reformar as zonas centrais da capital, era preciso, do mesmo jeito, reformar o povo em suas práticas e modos de ser.

[...] Os Haussmanns pululavam, projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas *squares*, delineavam-se palácios, e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas louras, de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Foi esse estado de espírito que ditou o famoso projeto dos sapatos³⁴⁷.

Como se tem visto, a busca por uma civilização nos moldes europeus provocou uma série de mudanças no dia a dia da gente humilde. Não houve apenas um aumento da vigilância e da repressão sobre a festa ou os corpos dos pobres, existiu igualmente a tentativa de acabar com a intimidade que o povo tinha da rua. A lei que proibia o trânsito de pessoas com os pés descalços pelas vias públicas é apenas indicativa disso. Nesse sentido, foram lançados vários decretos municipais, cujo objetivo era retirar o feitiço doméstico que a urbe aparentava, resguardando os seus trajes, perseguindo os seus animais de estimação e condenando os seus pregões. A privacidade do povo não era algo limitado ao interior da casa, estendendo-se para fora. Ela era exposta às portas e janelas, na conversa dos vizinhos e nos namoricos de rua, na criação dos bichos domésticos que vagavam livres pelas avenidas, na exibição das vestimentas e dos tecidos lavados nas fachadas das residências. Tudo isso quebrava com a

³⁴⁴ RIO, João do. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 16 de abril de 1914. p. 1 (Digitalizado).

³⁴⁵ *Gazeta de Notícias*, 09 de abril de 1914. p. 1 (Digitalizado).

³⁴⁶ SEVCENKO, 2003, *Passim*.

³⁴⁷ BARRETO, 2010, p. 224.

representação que as elites queriam construir da cidade e da população, como modelo de elegância e de higiene.

Para tanto, o governo abonou o decreto nº 420, de sete de maio de 1903, que coibia a permanência de cães nos logradouros, e a posse desses animais, caso eles não estivessem devidamente matriculados. Além da matrícula, os caninos estavam sujeitos a impostos de dez mil réis anuais. A falta de registro acarretava para o dono do cão uma multa de 20 mil réis³⁴⁸. Lima Barreto relatou em crônica esse momento, explicando que quando a carrocinha de cachorros aparecia nas avenidas toda a gente se agitava, avisando aos vizinhos para prender os seus animais. As mulheres pobres eram as mais ativas na defesa de seus bichos, enfrentando as praças de polícia e os guardas municipais³⁴⁹. Porém, se o animal fosse pego, era preciso recorrer às agências distritais para retomar a posse do cão. Foi o que Firmino Costa e Souza fez, quando o seu cachorro, de nome “Fejor”, foi apreendido na porta de sua casa, no Distrito da Glória em 1905. Para tê-lo de volta, e conseguir relevação da pena, o suplicante apelou para “benignidade” do prefeito, exibindo o talão de matrícula do cão, e afirmando que por um descuido ele havia sido desprendido³⁵⁰.

A prefeitura aprovou igualmente o decreto nº 422, de 15 de maio de 1903, que proibia que os passageiros de transporte cuspissem nos veículos; e obrigava o uso de escarradeiras nos estabelecimentos públicos. A pena era de dez mil réis pela primeira vez da infração, e o dobro na repetição do delito³⁵¹. Do mesmo modo, sancionava o decreto nº 822, de nove de outubro de 1901, em que ficava proibido aos municípios, localizados na zona urbana, exporem, mesmo de forma transitória, roupas, colchões, tapetes e outros objetos de uso domésticos nas portas, janelas, pátios, varandas, terraços, muros, platibanda, telhados e mais dependências, que tenham a face na via pública. Estava também condenada a colocação de vasos, moringas e quaisquer objetos nesses pontos, que pudessem ameaçar cair nas alamedas. Os infratores da presente lei estavam sujeitos à multa de 50\$000, e o dobro na reincidência³⁵².

A cidade higiênica era antes de qualquer caso a cidade “bonita”. Saúde e beleza eram lemas que estavam articulados. E essa última faceta passava por uma ideia de ordem. Não bastava a gente humilde ser vacinada ou imunizada contra as doenças, era preciso que estivesse, da mesma forma, disciplinada e padronizada. Na mentalidade burguesa carioca, as avenidas largas, bem dispostas e asfaltadas exigiam do homem comum sapatos e paletós,

³⁴⁸ AGCRJ. Série Legislativo Municipal (1903). Código 18. 3. 13 (sem paginação).

³⁴⁹ A carroça dos cachorros. In: *Toda crônica*, v. II. p. 20.

³⁵⁰ AGCRJ. Série Infração de Postura. Glória (1905-1912). Código 10. 1. 33. p. 51

³⁵¹ AGCRJ. Série Legislativo Municipal (1903). Código 18. 3. 13 (sem paginação).

³⁵² AGCRJ. Série Legislativo Municipal (1901). Código 18. 3. 9 (sem paginação).

determinavam que a intimidade ficasse restrita porta adentro. O ideal de higiene era também estético e imperativo, e desejava uma população sã e elegante, como bem notou Lima Barreto, mesmo que para alcançar tal proeza fossem necessárias demolições, multas e prisões.

Posto isso, deve-se enfatizar que o povo sofria com a violência das medidas de profilaxias e com as mortandades provocadas pelas epidemias. O problema sanitário na capital republicana era grave, e despontava desde a segunda metade do século XIX. Logo no começo da República brasileira, em 1891, a febre amarela matou 4.450 pessoas; o surto de varíola causou 3.944 vítimas; a malária fez 2.235 óbitos; e a tuberculose causou 2.373 mortes³⁵³.

Esta última foi a que menos teve atenção do governo, apesar do esforço de Oswaldo Cruz. Por meio de um plano draconiano, o diretor geral da Saúde Pública pretendia organizar uma campanha, liderando uma ofensiva contra as vacas que forneciam leite ao povo, sujeitando o animal ao teste de Koch. Embora necessária para evitar o consumo de leite contaminado, a obrigatoriedade da vacinação nesses animais atingia arduamente o pequeno comerciante, que estava sujeito à multa, caso não cumprisse a lei. Em 1906, Joaquim Vieira Lourenço, por exemplo, que era proprietário de um estábulo com nove vacas, no distrito de Engenho Novo, foi multado numa quantia de 50\$000 réis por não ter requerido as vacinas para os seus animais, pedindo a absolvição da pena. Nesses termos, o suplicante apelava para a bondade e a generosidade do prefeito em relação aos infelizes³⁵⁴. Seguindo a lógica de outras petições, o requerente procura por intermédios dos laços paternais e da sua condição de “infeliz” comover a figura estatal para se livrar da multa. A tentativa de se safar, sem prejuízo, da punição era uma questão de sobrevivência. A situação econômica de Joaquim Vieira, tal qual a dos outros infratores citados, poderia piorar muito com essas taxas. Num contexto de carestia dos alimentos de primeira necessidade e dos aumentos nos alugueis, as multas eram um peso a mais na vida do trabalhador ou pequeno proprietário, como no caso apontado.

O médico Oswaldo Cruz também procurou, com a ajuda do chefe de polícia, atuar contra hospedarias e habitações suspeitas, despejando os moradores da Favela e de Santo Antônio. Os tuberculosos deveriam ficar afastados de escolas, repartições públicas e fábricas, permanecendo segregados em enfermarias especiais. Além disso, o comércio de alimentos, a indústria de laticínio e os matadouros deveriam ser fiscalizados; e os hotéis, restaurantes e bares teriam que ser desinfetados. No entanto, nenhuma dessas medidas foi realizada, porque as classes dominantes (especialmente aquela empresarial e política) defendiam que a

³⁵³ BENCHIMOL, 1990, p. 179.

³⁵⁴ AGCRJ. *Série Infração de Posturas*. Engenho Novo (1905-1907). Códice 10. 1. 29. p. 168.

intervenção do governo deveria se restringir ao doente crônico e sem recursos. Assim, pensava-se que a regulamentação para combater a moléstia só era necessária em caso de calamidade pública³⁵⁵. Ademais, o fracasso da empreitada se dava igualmente porque feria os interesses de industriais e comerciantes urbanos.

A importância de ações profiláticas no combate à tuberculose ainda podia ser notada em 1914, quando o jornal *Gazeta de Notícias* dava um alerta para o número de falecimentos provocados pela enfermidade. Nos três primeiros meses desse ano, num total de 4.487 óbitos, a tuberculose foi responsável por 953 mortes.

Com efeito, as duas primeiras décadas do século XX foram bastante árduas para a população da capital republicana. Doenças, fome, desemprego, violência eram os flagelos cotidianos enfrentados pelo povo. Esse universo de carência e exclusão ocorreu num momento de profundas transformações sociais e culturais, no qual se implantava toda uma política de modernização no Rio de Janeiro. As pessoas comuns tiveram que lidar não apenas com as dificuldades e carestias da vida, mas igualmente com as mudanças que a cidade estava vivenciando por meio da incorporação de novas técnicas, da organização espacial e do surgimento de diferentes hábitos. Tudo isso afetou a cultura popular, que precisou elaborar novas formas de existência e de lutas na esfera econômica e social; que encontrou prazer e diversão no advento de costumes modernos; aprendeu novas profissões; bebeu na ideia de conforto e refinamento da camada burguesa, desejando ter também os seus jardins e as suas sociedades recreativas.

Assim, se, por um lado, o povo criticava as políticas de saúde pública, porque eram executadas através da violência e da repressão; por outro, ele consentia em alguns planos médicos, que estavam de acordo não somente com os padrões de higiene, mas igualmente com os valores modernos. Como se viu, certa parcela da população de bairros pobres, residente em ruas sem infraestrutura, ou habitantes de subúrbios com construções urbanas desiguais, iam aos jornais pedir a limpeza de determinadas áreas, a visita de sanitaristas a fim de combater possíveis doenças que assolavam a região e acometiam vizinhos, a capinagem e a retirada de lixo dos logradouros para evitar o aparecimento de moléstias, o calçamento de uma alameda para acabar com o lamaçal. Essas demandas mostram que as propostas dos higienistas para cidade não foram alvo só de resistência e negação por parte dos grupos populares. Houve um reconhecimento de que certas medidas eram necessárias para assegurar a salubridade do local e a saúde de seus moradores.

³⁵⁵ Cf. BENCHIMOL, op. cit., p.46-51.

Pois bem, o que se está querendo dizer é que o povo, assim como o homem burguês, vivia na modernidade e compartilhava das suas contradições, estava dentro do turbilhão moderno. Por mais excluídas que as pessoas fossem, elas jamais poderiam estar completamente fora dos processos modernizantes da sociedade, das suas invenções, influências e trocas culturais, nacionais ou internacionais.

A representação do povo como atrasados, inferiores, ou como seres alheios e inadaptados aos avanços técnicos, era a justificativa dos grupos dominantes para manter seus privilégios e suas distinções hierárquicas. Para erguer uma imagem de apuro, limpeza e comportamento refinado, era necessário construir uma figura oposta, a do incivilizado, projetando no outro aquilo que não se deseja ser. O teatro das classes dirigentes exigia confeccionar inimigos e diferenciações. Somente rebaixando o povo, a cultura burguesa podia se sentir elevada. E ela acreditava em sua própria encenação. Mas essa caricatura, que toma os populares como meros espectadores, desfaz-se, quando se observa numa escala pormenorizada o cotidiano das pessoas pobres no Rio de Janeiro.

As pegadas traçadas pelos cronistas e registradas nas infrações de posturas mostram que os marginalizados não ficaram subjugados aos ditames das elites. As camadas inferiorizadas fizeram a sua própria história, infiltrando-se nas teias do poder, vivendo e sobrevivendo à modernização.

CAPÍTULO 3:

DIVERSÃO POPULAR EM TEMPOS MODERNOS

1. As trocas e influências culturais do povo

A diversão popular nas décadas iniciais do século XX era alvo de muita vigilância e de suspeita, apresentando-se enquanto um campo de pressão e enervamento de diferentes pontos de vista. Considerada por boa parte do governo e das elites republicanas como práticas bárbaras, viciosas e de forte apelo sexual, as brincadeiras das camadas inferiorizadas eram constantemente alvos de leis proibitivas, incursões policiais e discursos virulentos. Ao mesmo tempo, havia uma parcela da intelectualidade, entre memorialistas, literatos e jornalistas, que tomava os folguedos populares na condição de símbolo de nossa nacionalidade ou aquilo que de mais genuíno existia no país.

Isso pode ser notado nas várias matérias que a imprensa da época dedicou aos festejos populares e carnavalescos. Muitos desses textos serão analisados ao longo desse capítulo. A historiadora Martha Abreu já tinha observado que as festas populares eram um importante campo de luta intelectual em torno da questão nacional, no final do século XIX e no início do XX. No espaço da festa circulavam e disputavam interpretações ufanistas e saudosistas sobre as antigas tradições e identidades que constituíam a cidade. Essa tendência estaria representada em figuras como Viera Fazenda, Noronha Santos, Luiz Edmundo e Moraes Filho³⁵⁶.

Outros intelectuais acreditavam que as práticas festivas do povo eram, muitas vezes, expressões já mortas do tempo ou prestes a findar, pertencendo à esfera do ontem. De acordo com esse grupo, a tradição vivia num estágio de decadência, engolida pelo progresso³⁵⁷.

Mas o que pensava a gente humilde? Para esta, as festas e comemorações possuíam outros sentidos e valores. Um trabalhador braçal ou remediado, depois de um dia inteiro de labuta, poderia perceber a festa como um momento de distração, folga e repouso para passar junto com a família. Um indivíduo mais fervoroso poderia tomá-la como manifestação da sua

³⁵⁶ Ver ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 141.

³⁵⁷ Essa leitura pode ser vista, por exemplo, em João do Rio. Na sua crônica “A morte das serestas” (*Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1907. p. 1. Digitalizado), o escritor associa o fim da serenata ao surgimento dos tempos modernos, assinalado pela luz elétrica e os automóveis. A discussão em torno da relação entre o fim da tradição e a modernidade será analisada mais adiante.

fé e da sua crença religiosa. Havia também aqueles que entendiam a situação festiva como espaço de disputas e rixas, aproveitando-se da ocasião para impor a sua autoridade sobre os demais concorrentes. E outros que se apropriavam das datas comemorativas para protestar e criticar contra a opressão e a miséria.

Enfim, o divertimento apreende um terreno conflituoso de ideias e ações, assinalado por lutas e resistências que articulam diferentes segmentos sociais. Não é possível analisar a folia sem levar em consideração os seus vários significados e as tensões que envolvem os atos dos populares em sua interação com a cultura burguesa.

A classe dominante, dita civilizada, ao mesmo tempo em que negava as tradições das classes inferiorizadas, participava de seus festejos, feiras, bailes e de suas expressões religiosas. A esse respeito, podem-se mencionar as modinhas, o maxixe, o candomblé, o carnaval etc. No aspecto musical, o violão e os seresteiros com seus versos românticos, tão perseguidos pela polícia de costumes, entraram nos salões burgueses por intermédio da Catulo da Paixão Cearense, quando este se apresentou, em 1906, na casa de Mello Moraes Filho³⁵⁸. Vestido de casaca e se mostrando todo garboso nos lugares elegantes, ele compunha e ressignificava a modinha ao gosto “refinado” da nata carioca, exibindo em suas letras um palavreado extenso e rebuscado. Já o maxixe, exposto pelas elites como uma dança lasciva e selvagem, foi aos poucos ganhando espaço nas rodas chiques da capital através dos bailes promovidos pelas sociedades carnavalescas e dos quadros de canto e dança do teatro de revista. O gênero, que teria surgido na Cidade Nova, no final do século XIX, era uma adaptação popular da polca aos requebrados e volteios dos batuques dos negros e mestiços:

Tão presa ainda ao ritmo dos batuques que os negros cultivariam ali, em terrenos baldios, ao lado dos lundus dançados com umbigadas por mestiços e brancos, a gente da Cidade Nova seria levada a adaptar o miudinho dos sapateados daquelas danças de roda à rígida marcação dos três passos básicos da polca. Ora, esse sapateado, acompanhado de negaças, de tiradas de corpo para o lado e de volteios com os braços erguidos, ajudava – o caso das mulheres – a acentuar o tremor de quadris que se estendia por alguns segundos, como uma espécie de provocação de fêmea, e de repente se desarmava num movimento mais amplo de requebrado³⁵⁹.

³⁵⁸ Sobre Catulo da Paixão, ver FERLIN, Uliana Dias Campos. *A polifonia das modinhas*. Diversidades e tensões musicais no Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX. 2006. p. 115. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

³⁵⁹ Para saber mais sobre os gêneros populares da música brasileira, ver TINHORÃO, José Ramo. *Pequena história da música popular: segundo os seus gêneros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013. p. 76.

A Cidade Nova era um bairro, próximo ao canal do Mangue, que surgiu depois do aterramento de uma extensa área pantanosa. Foi o ambiente selecionado por Lima Barreto, para compor o cenário de origem da personagem Lucrecio Barba-de-Bode, no romance *Numa e a Ninfa*³⁶⁰. O escritor faz uma descrição de imenso valor histórico do desenvolvimento do lugar e da sua população, mostrando uma composição humana diversificada. Segundo ele, o bairro se localizava quase no “coração da cidade”, sendo passagem obrigatória para a Tijuca, S. Cristóvão e subúrbios. A maioria das pessoas que residiam na região era pobre, vivendo de pequenos empregos: vendedores de jornais e hortaliças, peixeiros, tipógrafos, contínuos e serventes de repartições etc³⁶¹.

A gente humilde era atraída para a Cidade Nova, principalmente, por causa das habitações baratas e da proximidade com o local de trabalho. A maior parte dos habitantes era negra, mas também havia brancos, especialmente imigrantes italianos. O escritor também fala das festas e bailes do bairro, revelando a sua pluralidade cultural. Dançava-se o samba, o batuque, a modinha, assim como a polca e a valsa. E diferentemente do que as elites pensavam das brincadeiras populares, Lima Barreto demonstra o aspecto respeitável e familiar desses ambientes: “não é na verdade como fazem crer os panurgianos de ‘revista’ e folhetins ‘surrenés’, que os seus bailes sejam coisas licenciosas. Há neles até exageros de vigilância materna ou paterna, de preceitos, de regras costumeiras de grupo social inferior que realiza a criação ou invenção”³⁶².

O escritor fortalece a suposição de que o povo não via apenas como resistência os comportamentos e valores burgueses, impostos “de cima para baixo”. Ele afirmava que as pessoas desfavorecidas se “apropriam e imitam os ademanes, a linguagem, o vestuário, as concepções de honra e família dos superiores”. E sobre essas trocas, acrescenta: “a Cidade Nova dança à francesa ou à americana e ao som do piano”, “o que vem a demonstrar que o ‘cateretê’ não é bem do que a Cidade Nova gosta”³⁶³.

Voltando ao maxixe, o ritmo também foi sendo estilizado à medida que era absorvido pelas camadas elevadas. Os compositores Ernesto Nazareth e Chiquinha Gonzaga, por exemplo, adaptaram o compasso para o piano. Enquanto o primeiro estava preocupado em compor canções requintadas e com esmero técnico, elaborando uma música peculiar, situada entre o popular e o erudito; a compositora arranjava um maxixe mais próximo da origem

³⁶⁰ BARRETO, 1956.

³⁶¹ Ibid., p. 84.

³⁶² Ibid., p. 85. Marcos Silva (2009, p. 183-184) já havia notado o testemunho de Lima Barreto sobre o caráter familiar e privativo dos bailes populares.

³⁶³ Ibid., p. 86.

popular, tocando em bailes públicos e acessíveis ao povo³⁶⁴. A produção festiva da gente comum passava por um processo de filtragem para que pudesse ser administrada e consumida pelas figuras alinhadas e etiquetadas do Rio de Janeiro. Maquiando os componentes eróticos dos manejos corporais, padronizando os passos e condenando os improvisos, as elites poderiam entregar-se a atração pela dança sem culpa e sem ferir os padrões de civilidade que havia adotado.

Nesse sentido, impõe-se uma divisão social e hierarquizada: o bom e o mau maxixe, aquele apresentado nas casas dançantes e reformulado por uma lógica burguesa; e aquele executado nos subúrbios e bairros pobres, de traços africanos bem mais visíveis. Assim, pode-se afirmar que a captura da cultura popular pelas classes argentárias e letradas experimenta uma ação disciplinar, perdendo os seus elementos insurgentes. Essa conformidade aconteceu igualmente com a folia carnavalesca, quando as batidas estridentes do zé-pereira foram sendo introduzidas nos desfiles das grandes sociedades foliônicas dos anos 1920.

Da mesma forma, as classes inferiorizadas se apropriavam dos gostos e das diversões das elites, dando o seu próprio tom e significado. O carnaval dos humildes também sofreu a influência da momice abastada e intelectualizada, adotando a ideia dos carros alegóricos, das fantasias temáticas e da harmonia musical. O futebol foi outra atividade assimilada pelo povo. O esporte, que antes era restrito apenas aos clubes elegantes, formados por estudantes, bacharéis, altos funcionários do comércio e do serviço público, foi ganhando os espaços populares. Surgiram várias agremiações nos arrabaldes da cidade, que tinham nos laços de vizinhança um forte elemento de identidade e cooperação. Em 1920, na estação de Olaria, por exemplo, a associação *Maria Angu Foot-Ball Club* tinha como membros, além de alguns negociantes e proprietários, diversos trabalhadores: tamanqueiros, pedreiros, pescadores, bombeiros, fiscais de bonde, caixeiro, etc. Ao cobrar mensalidades e ingressos baratos para os jogadores associados e admiradores do esporte, esse grupo abria um espaço democrático e interativo para a população de baixa-renda. Em 1915, os sócios do Municipal FC, constituídos por trabalhadores da Gamboa, definiam em seu estatuto, que o *club* seria integrado por um número ilimitado de pessoas, sem diferenças de cor e de nacionalidade³⁶⁵.

Assim, o popular no início do governo republicano se constituiu numa densa rede, feita de trocas e influxos que se expressa em contatos de forças desiguais. É preciso explicar

³⁶⁴ TINHORÃO, 2013, p. 88-89.

³⁶⁵ Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 230-233.

também que essa pluralidade cultural possuía áreas limítrofes, culminando em distinções entre crenças e valores.

Pode-se até mesmo acenar para diferentes culturas na cidade carioca por meio de sua ordem geográfica: uma localizada em pontos centrais, mais uma referente à vida nos subúrbios e ainda outra fixada nas regiões pesqueiras, quer dizer, nas praias e nas ilhas próxima da urbe. Com efeito, embora essas zonas possuíssem certas especificidades, elas tinham, contudo, contatos recíprocos, reportavam-se a uma mesma sociedade, compartilhando hábitos conjuntamente.

Desse modo, na baía da Guanabara, as colônias de pescadores de Santa Luzia e de Santo Cristo formavam um corpo à parte, uma vez que estavam atreladas ao mundo marítimo, ligadas pelo culto ao mar, possuindo as suas festas e deuses particulares. Nessas comunidades viviam brasileiros, portugueses e italianos. Ainda que fossem em sua maioria católicos, devotos de Nossa Senhora e São Pedro, os moradores dessa parte litorânea festejavam e adoravam a Mãe d'Água, sacrificando animais e ofertando presentes à divindade. Em outra colônia, situada em Sepetiba, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, havia, além do culto a essa figura feminina, o cerimonial do Arco-íris. Nos dias de celebrações, os pescadores vestiam roupas brancas ou claras, e se divertiam, dançando o cateretê, um ritmo de procedência africana. À noite, barcos eram levados ao mar em direção ao norte, carregando despacho e prendas para o Arco-íris e a Mãe d'Água³⁶⁶.

Esses cultos eram notadamente sincréticos, mesclando crenças europeias, cristãs e africanas. A Mãe d'água, por exemplo, era uma mistura da sereia portuguesa e do orixá das águas salgadas, Iemanjá.

A lenda em torno da Mãe d'água é complexa, justapondo-se, muitas vezes, outras crenças como a do boto, da sereia, da cobra-grande, do ipupiara (homens d'água) e da moura encantada. Como afirma Câmara Cascudo, o mito é antigo, pertencendo ao ciclo atlântico, anterior à poesia de Homero, cujas sereias seriam, na verdade, aves, e não peixes. No Brasil, a crença indígena associava a Mãe d'água a uma cobra gigante ou serpente. Foi apenas com os portugueses que a lenda tomou o sentido atual, ou seja, da mulher-peixe que, através de canções, enfeitiça e seduz os homens. O mito possui múltiplas versões, como as *ressalças* eslavas e as *nixes* do Reno. Na África sudanesa, existe a deusa marinha Iemanjá, mãe dos peixes; e entre os bantos angolanos, havia duas *water-genius*, Kianda em Luanda, e Kiximbi em Mbaka. Os dois orixás recebiam oferendas de alimentos. Consoante a descrição de João

³⁶⁶ Culto ao mar. In: *As religiões do rio*, p. 255-265.

do Rio, acredita-se que a Mãe d'água das zonas pesqueiras do Rio de Janeiro seria uma mistura da crença portuguesa com o culto africano. A deusa do mar, que cantava, também exigia, para aplacar a sua fúria, prendas e sacrifícios. Esse vínculo entre cultura africana e europeia é reforçado pelo cronista, ao registrar o fato de que nessas colônias de pescadores viviam muitos portugueses, assim como brasileiros e negros³⁶⁷.

Essa aparição feminina, conforme relato apanhado por João do Rio, apresentava-se aos pescadores nas canoas, vestida de branco, ora gritando ora cantando. De repente, as luzes das barcas se apagavam, e a deusa do mar afastava os peixes. Para aplacar a sereia era feito o sacrifício de um carneiro à beira do mar; e os pedaços do animal eram levados para o fundo da baía, com orações. Despachos também eram realizados para acalmar a santa, sendo ofertados “talheres de prata, copos bonitos, toalha alva e galinha sem cabeça” para a entidade comer. Já a devoção ao Arco-íris, em Sepetiba, era gerida por uma portuguesa, de nome Maria Matos da Silva.

O Arco-íris também é cultuado universalmente, estando ligado a imagens serpentinhas, de uma cobra que desce do céu para tomar água na terra. Para o Candomblé, o Arco-íris é Oxumaré, deus do movimento e da rotação, que controla as chuvas e as secas. O santo é igualmente simbolizado por uma grande cobra que visita a terra através do arco solar e amedronta seus inimigos. Tanto o Arco-íris quanto a Mãe d'água são orixás de fenômenos vinculados à água, por isso os pescadores e as suas famílias buscam constantemente a sua proteção. Embora João do Rio não associe o culto do Arco-íris a Oxumaré, percebe-se claramente o vínculo que tal crença possui com os ritos africanos, no preparo do *ebó* e no sacrifício dos animais³⁶⁸. João do Rio compreendeu bem os cruzamentos culturais que envolvem essas crenças religiosas, afirmando que:

Esses mistérios são de uma beleza delicada e antiga, de uma beleza de rapsodos que relembra as fantasias escandinavas e helenas, um montão de lendas e ritos enervantes. Há nas práticas e nas ideias trechos de Hesíodo, de Cristo e dos pretos-minas, e a gente afunda, quando os quer guardar, num banho de cristal batido pelo sol³⁶⁹.

³⁶⁷ Ver CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. p. 370; _____. *A geografia dos mitos brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. p. 167-190; RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 306-333.

³⁶⁸ Ver PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 224-229. CASCUDO, 1954, p. 60-61; e RAMOS, 1940, p. 306.

³⁶⁹ Culto ao mar. In: *As religiões do rio*, p. 258.

Os subúrbios e os bairros próximos ao centro, como Estácio e Cidade Nova, são outras demarcações geográficas e culturais. João do Rio, na crônica *Os bairros: impressões de viagens*, observou uma diferente configuração espacial, que se afastava da lógica e do padrão de urbanização dos promotores do progresso. Para ele, os passeios feitos nessas regiões eram uma verdadeira viagem à velha alma do Rio, porque se podia ainda testemunhar um tempo passado, em que as mulheres sentavam nas portas de casa para conversar, os namoricos das janelas eram frequentes, as procissões e os *Te-Deums* podiam ser mesmo vistos e ouvidos. Homens sem tanto vinco de ambição, com ar amigo e de chinelas tagarelavam e punham o assunto em dia nas tabernas e botequins. E os vendedores ambulantes com seus pregões, expulsos do centro da cidade, podiam caminhar pelos logradouros tranquilamente, anunciando os seus produtos.

Então, começam a surgir, como num ressurgimento fabuloso para nós homens perdidos da cidade, os tipos já quase apagados da nossa moradia, os vendedores ambulantes com os seus pregões, os pregões que ninguém deixa, há muitos séculos, de achar nostálgicos... Passam os quitandeiros com os hábitos atulhados de legumes e frutas – *eh quitandeiros! Eh banana!* Tão parecidos uns com outros que parecem sempre o mesmo; passa o vidraceiro metido num quadrilátero cheio de copos, vidros, lampiões – *vidraceiro eh! Vidraceiro*, passa o turco das fazendas batendo a clássica matraca, passa o carvoeiro, passa o homem das galinhas, de vagar, melancolicamente mugindo como um boi ao longe – *eh vai galinha boa, freguês!* E o homem dos ovos frescos, e o homem da caixa de doces a cantar³⁷⁰.

Nas excursões noturnas, era possível ver bandos de jovens passeando pelas calçadas, crianças brincando nas ruas e fazendo pilhéria com o acendedor de gás. Esse ambiente familiar, segundo o escritor, foi se perdendo com a remodelação urbana, os avanços tecnológicos e a formação de novos hábitos. As avenidas, a eletricidade, as companhias estrangeiras, a moda e o automóvel teriam transformado a face da cidade³⁷¹.

Vale salientar que a imagem desses bairros como um lugar outro, onde se refugiaram restos de um passado idílico, não é inteiramente apropriada. Nem os subúrbios seriam um local absolutamente afastado, espécie de salvaguarda de uma época perdida; nem as zonas centrais estavam completamente mudadas a ponto de se tornarem irreconhecíveis. Como se viu no capítulo 2, muitas das regiões suburbanas tiveram os seus hábitos e os seus espaços transformados pela modernização e a tecnologia. E os lugares de população pobre estavam igualmente abertos a diferentes modas e culturas, como bem testemunhou Lima Barreto na

³⁷⁰ RIO, João do. Os bairros: impressões de viagens, *Gazeta de Notícias*, 11 de maio de 1906. p. 2 (Digitalizado).

³⁷¹ Ibid., loc., cit.

Cidade Nova. Porém, não se deve negar que havia características específicas nessas localidades. Nas adjacências que se iam afastando dos badalados pontos comerciais, por exemplo, perdurava um forte valor da comunidade, pautado ainda na solidariedade e no laço de vizinhança.

No que tange ao centro da cidade, esta parte era uma demarcação espacial caracterizada pelo consumo e por uma vida mundana. Local agitado, no qual se reuniam boêmios, intelectuais, senhoras elegantes, homens de negócios e políticos. Era o cartão postal do Rio de Janeiro, com seus restaurantes, cafés, confeitarias e vitrines chiques. Todavia, essa área central, que passou por grandes reformas e alargamentos, concentrando prédios modernos e palacetes, como o Teatro Municipal, a Escola Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional, escondia ainda logradouros com sobrados e casas antigas. A Rua da Misericórdia e a Rua da Alfândega são modelos disso, onde uma população pobre e excluída lá vivia.

Ademais, a tradição não deve ser tratada como um valor fixo ou intocável, pois também faz parte de condições históricas, reorganizando-se em função das demandas sociais, das lutas culturais e das forças motoras que regem a sociedade³⁷². No período em questão, ela deve ser pensada a partir do processo de transformação capitalista que se operou no começo do século XX, a fim de promover a racionalização e expansão comercial nos países em desenvolvimento. Deve-se perguntar, portanto, que tipo de alterações a tradição sofreu diante da nova ordem financeira, que novo significado adquiriu, e quais resistências desenvolveu para se manter viva.

No entanto, é necessário atentar que quando João do Rio escreveu *Os bairros: impressões de viagens*, em 1906, a execução da remodelação do Rio de Janeiro estava apenas começando e todos os holofotes se concentravam nos locais de interesse da especulação imobiliária e do capital. O povo foi sendo empurrado e deslocado para os morros e subúrbios, levando consigo seus costumes e modos de sobrevivência. O fato de tais ambientes não serem alvos principais do anseio civilizatório permitiu que a vigilância policial fosse menos efetiva, fazendo com que quitandeiros e moradores praticassem suas atividades cotidianas sossegadamente. Mas essa configuração foi mudando ao longo do tempo, com a expansão dos trens e dos bondes nas regiões suburbanas, possibilitando uma maior locomoção da população, e com o aparecimento de novos hábitos e o incremento de novas diversões como o cinematógrafo.

³⁷² HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

Em *Bailes e divertimentos suburbanos*, de 1922, Lima Barreto relatou as modificações que ocorreram nas brincadeiras da gente humilde e remediada. No texto, são tratados dois momentos: as festas domésticas à moda antiga, narradas com certo saudosismo; e os novos costumes festeiros, apresentados como degeneração social. Com relação às primeiras, o cronista explicou que até a escolha das casas era pensada em função da sala de visitas, local onde se realizavam as coreografias durante as celebrações familiares. A sala teria que ser espaçosa para permitir os passos e o fluxo de pessoas. Nesse ambiente de intimidade e de contato eram oferecidos bailes, em que se tocavam choros, polcas e valsas. Os amigos e vizinhos se reuniam até o clarear do dia ao som do violão, do terno de flauta e do cavaquinho. E alguns desconhecidos se aproximavam da festa para espiar e beliscar a ceia modesta, de doces e assados. As danças eram, muitas vezes, acompanhadas sob o compasso de um gramofone e todos participavam³⁷³.

No que tange aos novos movimentos dançantes, o que predominava, segundo a concepção de Barreto, era um ritmo violentamente sincopado, lascivo e imoral. As cadências do momento eram agora o *foxtrot*, o *ragtime*, o *shimmy* e o *one-step*, de procedência norte-americana. E é claro, o inebriante maxixe.

Era com desencanto que o autor observava o aparecimento desses passatempos modernos. O maxixe e a influência da música americana eram vistos por ele como consequência do fim dos divertimentos tradicionais: os bailes cariocas e as modinhas, o teatrinho de amadores e o recreio familiar. Estes elementos teriam sido absorvidos pelas animações técnicas, como o cinematógrafo, e pela carestia da vida, que forçou as pessoas a viverem em cubículos, onde não se podia mais bailar ao modo antigo. O futebol, com os seus vários clubes espalhados por toda cidade, seria outro flagelo da moda, pululando nos terrenos baldios do subúrbio, provocando acidentes e agressões de jogadores e torcedores. O cronista chega a dizer que o esporte seria o responsável pela intensificação das danças licenciosas estadunidenses. E por esses hábitos atuais, os suburbanos não se divertiam mais, porque estavam embriagados não apenas com álcool, mas também com as estrangeiras e luxuriosas agitações corporais³⁷⁴.

Disso, nota-se que o escritor estabeleceu uma separação entre o verdadeiro divertimento, associados aos componentes do passado; e uma falsa diversão, em que os indivíduos se inebriavam e se requebravam intensamente, a fim de esquecerem as suas dores e a sua pobreza. Nesse caso, as danças modernas não seriam autênticas, pois serviriam mais

³⁷³ Bailes e divertimentos suburbanos. In: *Toda crônica*, v. II, p. 499-504.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 503.

para aliviar os problemas sociais enfrentados pelas pessoas do que para distraí-las. Elas seriam válvulas de escape para o sofrimento diário. Essa visão, que restringe os gostos e as diversões populares a descargas de tensões, foi compartilhada por diversos intelectuais desde a segunda metade do século XIX. A festa da Penha e a permissividade do carnaval, por exemplo, foram tratadas como consolo que suspendiam as aflições cotidianas, evitando a revolta popular. A folia teria uma função, a de controladora das massas.

Lima Barreto não considerou que as frementes distrações eram resultados de um novo comportamento e uma nova mentalidade, advindos do processo de modernização, que se energizou ainda mais depois da Primeira Guerra Mundial. Embora consciente de que as transformações no campo da recreação fossem signos dos tempos modernos, ele as via como degenerescência e modismo republicano, sem perceber a força das demandas sociais da atual ordem internacional. E esta tinha como eixo privilegiado a ação.

Sevcenko³⁷⁵, analisando a sociedade paulistana nos anos 20, explica que as bases de uma cultura de referências permanentes se esvaneceram, devido ao aparecimento das grandes metrópoles com seus ritmos desconexos e desorientadores. E a destruição provocada pela guerra promoveu o abalo das certezas que ergueram o pensamento e os valores do século XIX. O conflito bélico desabrochou e expandiu as fibras mentais que a ocasião histórica estava gradualmente desencadeando, isto é, uma sociedade pautada na velocidade, na ideia do homem máquina e na exaltação do corpo e da ação como fator de produtividade econômica. O estilo de vida e o caráter do sujeito passaram a ser marcados pela atividade física, pela excitação muscular e pelos estímulos dos sentidos. A tendência que predominava era o de manter um espírito jovem e desportista, saber dançar e se vestir à moda do tempo. Essa situação condenou antigos costumes, a exemplo do ato de descansar nos finais de semana.

Em suma, a guerra dispôs a mente sob os ditames do corpo, consolidando e reinventando distintas condutas civilizatórias. Destarte, as indumentárias se tornavam mais leves e ajustadas ao físico; os rapazes raspavam as barbas e os bigodes; os cabelos eram penteados com gel fixador; o relógio de bolso foi substituído pelo de pulso e o *pince-nez* foi trocado pelos óculos de aro. O consumo de estimulantes se tornava frequente, visando a aperfeiçoar o reflexo, a rapidez e a concentração. Aumentaram também os clubes desportivos e de futebol, além das sociedades dançantes e dos *music-halls*. Ademais, a indústria fonográfica e cinematográfica, principalmente norte-americana, ganhou o gosto popular como

³⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

formas de lazer³⁷⁶. Assim, a produção artística e os gestos coletivos acompanhavam o desenvolvimento tecnológico e industrial da base material. Tudo que conduzisse à concepção de uma vida prática era cultuado. É ainda Sevcenko que chama a atenção para esse fato:

Nas economias dominantes, o afluxo dos produtos exóticos, basicamente estimulantes ou energéticos (chás, cafés, açúcar, cacau, tabaco), combinava o caráter com o modo de vida implantado pelas novas tecnologias, elas próprias constituindo aportes recentes e extravagantes. A principal afinidade entre os aparatos tecnológicos e os produtos coloniais consistia no seu efeito de aceleração. Aceleração da produção, aceleração dos transportes, aceleração dos movimentos físicos, aceleração da diversão e do prazer. Nesse sentido, uma outra importação exótica, calorosamente recebida, são as danças de forte base rítmica: ciganas, eslavas, hispânicas, mas sobretudo após a Guerra, principalmente negras. A rigor, e significativamente, a dança se torna a arte do momento em praticamente todos os níveis sociais³⁷⁷.

João do Rio percebeu de maneira perspicaz esse universo turbulento, na crônica *O cinema e os novos costumes*³⁷⁸, de 1920. No texto, o escritor elabora um diálogo fictício com um norte-americano, *Mr. Peter Peterson*, agente de uma empresa cinematográfica, *Massachusetts Illusion Film Corporation*. Por meio de uma conversa privada num gabinete, o cronista vai mostrando como o novo padrão de civilização e o homem de ação eram um produto estadunidense, que teriam como maior fonte de propaganda as salas de cinema. Estas seriam as instrutoras mais eficazes das massas, pois tinham objetivos que iam além da diversão, isto é, possuíam finalidades pedagógicas. Mas para João do Rio seria uma pedagogia pelo avesso, porque provocaria a degeneração, assim como geraria valores e gostos estrangeiros pautados na riqueza fácil e no desregramento. O atual estilo de vida é descrito como um pesadelo, pois a crônica é o registro de um sonho que o narrador teve. E nesse universo onírico, a transformação ou o fim da tradição se apresentavam como uma tragédia dos tempos modernos. Era travada uma guerra de temporalidades, em que o passado genuíno e pitoresco saía derrotado. Entretanto, esse novo modo de ser vencedor geraria a obsessão do luxo e das negociatas, a precocidade das crianças, a lubricidade exagerada e o exibicionismo dos endinheirados. Esse “rocambole frenético” não veria diferenças de classes, imperando com brutalidade, impulsionando uma corrida pelo dólar e excitando a imitação nos trajes e a corrupção das almas. É com um tom zombeteiro que a personagem *Mr. Peterson* discorre sobre os novos tempos.

³⁷⁶ Ibid., p. 49.

³⁷⁷ Ibid., p. 160.

³⁷⁸ RIO, João do. O cinema e os novos costumes, *O Paiz*, 24 de fevereiro de 1920. p. 3 (Digitalizado).

[...] Falam da modificação dos costumes, da imoralidade, da nevrose das negociatas. Enganam-se. Trata-se apenas da instantânea, da irresistível influência americana. Vocês acreditam existir. Existem geograficamente só, pois bastou um tranco da onipotente América, para moral e intelectualmente darem todos para nos imitar. O carnaval de vocês é todos os dias. Estão a culpar as meninas porque andam seminuas, namoram, falam ao telefone, saem em companhia dos preferidos na idade em que deviam ter a companhia da governante apenas. É a nossa influência. Ficam espantados com os processos de chantagem, de negociatas, de ladroeira. É o nosso exemplo. Pasmam da precocidade das crianças e do frenesi dos velhos para pândega. Ainda nós, sempre nós. A insinceridade inútil, a manhã tomada do tigre e da cascavel, a ilusão de uma sensualidade excessiva, a mania exibidora dos ricos novos, dos falsos ricos, dos pobres ricos [...]. Imita-nos³⁷⁹.

O momento presente do cronista é anunciado como um retrato de decadência, advindo de uma nação que já atingiu o seu maior grau de civilidade e de força. Há uma certa ironia no modo como fala o agente, pois ele conclama a desordem como glória, o decaimento moral como resultante da grandeza “americana”. É pela elevação da queda que se critica a sociedade que se está delineando. E Mr. Peterson seria a personificação dessa nova civilização, que foi imposta sem violência ou sem diligência militar, apenas com o fascínio do écran.

Imagine V. dentro de dez anos, com o serviço de “films” pelo Brasil inteiro! Todos estarão dizendo América *the best of world*. Porque já hoje, aonde não chega um livro, chega o cinema, e a educação das crianças, desde os cinco anos, é feita pela contemplação dos desengonços da Theda Bara, dos saltos (noventa e nove vezes sobre cem inúteis) do Georges Walsh, e dos “films” por série...³⁸⁰

Posto isso, essa imagem de queda, não somente dos hábitos antigos, mas da sociedade de um modo geral, e que tanto João do Rio como Lima Barreto experimentaram, tem um grande significado temporal e social. Eles conviveram com dois tipos de ritmos distintos e com duas formas de civilização cultural hegemônica. Na primeira década do século XX, o cotidiano não era radicalmente marcado com passos rápidos, além disso, a atividade mental e o pensamento eram mais valorizados que o esforço dos músculos. O exercício nas áreas das artes e do conhecimento, como o título de doutor e de bacharelado, era sinônimo de enorme prestígio e vantagens. O homem de ação, que ganhava dinheiro pelas horas gasta do tempo, estava ainda se redesenhando. A etiqueta, a saudação e o comportamento eram predominantemente franceses. Com a eclosão do conflito mundial, o choque cultural se constituiu, emergindo outra temporalidade, expressa no culto à velocidade e a certa

³⁷⁹ Ibid., p. 3.

³⁸⁰ Ibid., loc. cit.

agressividade, tendo como modelo agora os Estados Unidos. O jogo financeiro, a concorrência e o arrivismo passaram a ser a mola que impelia o comportamento dos indivíduos. Isso não quer dizer que esses elementos não existissem anteriormente, porém, eles se tornaram dominantes.

Vale salientar que não foi fácil para esses escritores se adaptarem à emergente maneira de pensar e agir, uma vez que foram criados e educados com base no primeiro parâmetro. Toda a sua ferramenta cultural estava associada ao fim do Império e começo da República. Por isso, representaram com ambiguidade o agitado processo de modernização do Rio de Janeiro, vendo com desalento a transformação dos valores e das práticas populares nos quais estavam inseridos. Destarte, a ideia de progresso, acompanhada da sensação de decadência, foi sentida de distintas formas pelos autores ao longo dos anos 1920 (João do Rio morreu em 1921, Lima Barreto faleceu no ano seguinte). E essa percepção era mais aguda quando eles se deparavam com a esfera da vida popular, alvo frequente dos ataques e da força avassaladora da modernização.

Na realidade, havia duas apreensões de decadência no período, atreladas à ideia dos avanços civilizatórios. Na primeira, acreditava-se que se estava vivendo uma caducidade moral, na qual o custo ético e a generosidade humana estavam condicionados ao dinheiro. Entraria nesse âmbito, um abatimento dos componentes espirituais, levando a excessos sexuais e a um estado de vícios. A outra espécie de declínio corresponde ao desaparecimento ou à modificação de toda uma tradição que era compartilhada entre os mais diversos públicos. Tal concepção pôde ser vista tanto em Lima Barreto, quanto em João do Rio.

O fim dessas práticas antigas, porém, nem sempre era visto como negativo, sendo em alguns casos aclamado e buscado, pois elas eram tomadas como atrasadas e primitivas. Geralmente de cunho popular, tais práticas eram ora aceitas e reconhecidas, ora condenadas e oprimidas, às vezes por um mesmo indivíduo, criando uma tensão e ambiguidade intelectual. Isto porque se, por um lado, os velhos hábitos eram vistos como retrocessos; por outro, constituíam aquilo que existia de mais singular na cultura do país. Entre os intelectuais que se regozijavam com o apagamento dos velhos costumes, o mais representativo foi Olavo Bilac, que tomou a picareta como o instrumento que trazia a reabilitação e a modernização da sociedade. A picareta simbolizava o progresso, porquanto continha as duas forças motrizes – destruição e construção, demolição e regeneração.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas, as picaretas regeneradoras! E como as almas do que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!³⁸¹

A vitória da higiene e da arte significava a demolição das atividades e aspirações artísticas do povo. O bom gosto defendido era antipopular e a sua construção passava de forma atroz por cima da produção histórica das camadas pobres. O preço do progresso era caro e gerava dubiedade e confusão na percepção de alguns intelectuais. Nesse caso, João do Rio, embora fosse preconceituoso com respeito à cultura de origem africana e visse como bárbaros os gostos populares, lamentava que, devido a uma moralidade urbana e ao anseio de uma civilização alheia, a cidade do Rio perdesse tudo o que tinha de mais original. Assim, ele anunciava, em 1907, a morte das serenatas e dos seresteiros, perseguidos pela polícia. O cronista delineia um tempo áureo, lembrando-se das grandes serenatas realizadas em piqueniques noturnos, onde eram servidos carne assada, queijo, pão e cachaça. Recorda também dos boêmios famosos, que marchavam para o Leme, arranhando o cavaquinho e o violão: Manduca Catumbi, o marinheiro Salomão, Quincas Laranjeiras, o charuteiro Bibi, Mario Cavaquinho e Candinho³⁸².

Em 1914, o escritor, escrevendo na coluna *A margem do dia*, sob o pseudônimo de Joe, queixava-se da perda do caráter próprio das festividades cariocas, desejando o regresso dos velhos Natais, quando eram alegrados com presepes e ranchos, e a ceia era provida de rabanada e castanha. Para ele, as viagens e a Avenida fizeram com que as pessoas desprezassem as tradições. Em suas crônicas, os avanços técnicos, embora esperados e considerados necessários, possuem um potencial nocivo para os costumes. Por isso, os componentes modernos – automóveis, cinematógrafo, eletricidade –, estão em permanente tensão com a cultura popular. Os seresteiros, por exemplo, já não cantavam sob o luar, porque havia luz elétrica em todos os cantos. O Ano Novo também tinha perdido a sua cor local, ganhado um rosto parisiense. No restaurante Assyrio, “suprassumo da elegância”, observou, num tom consternado, que os *réveillons* eram celebrados com músicas de Montmartre e do

³⁸¹ BILAC, 2006, v. II. p. 337.

³⁸² RIO, João do. A morte das serenatas, *Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1907. p. 1 (Digitalizado).

Café de Paris, os homens usavam casacas e as damas vestiam em *décolleté*. E todos bebiam *champagne*³⁸³.

Deve-se ressaltar que João do Rio está examinando a comemoração das classes abastadas e seus atuais comportamentos e veleidades. Mas essa nova atitude não pertenceria a todo mundo, nem mesmo a todos os integrantes das rodas catitas da cidade. Uma parcela tanto da elite quanto das classes inferiorizadas continuou a comemorar o fim de ano de maneira costumeira, com o comparecimento à Missa do Galo, uma ceia em casa oferecida aos parentes próximos, e a realização de bailes animados. Ainda era possível em 1916, apesar do desânimo do cronista, encontrar presepes e pastoris espalhados pela cidade, construídos pelas igrejas ou particulares, como os da Lapa do Desterro, organizados pela Irmandade do Divino Espírito Santo; e os de propriedade de Nicácio Baez³⁸⁴.

Além disso, as festas de final de ano insistiam em manter uma certa característica carnavalesca. Assim sendo, o *Jornal do Brasil* deu uma outra visão do fim de ano ocorrido em 1914, com a Avenida Central, logradouro e praça repleta de gente e grande animação. Houve batalhas de confetes, grupos tocando Zé-Pereira e passeatas dos foliões. No subúrbio – Méier, Engenho de Dentro, Piedade, Cascadura e Madureira –, o movimento de pessoas foi, do mesmo modo, intenso, com moças, rapazes e muitas famílias desfilando, cantando e dançando. As sociedades carnavalescas suburbanas compareceram à confraternização, como o Clube de Cascadura atraindo a multidão para a rua³⁸⁵. O ano de 1917 foi igualmente recebido com muita alegria, lança-perfume, serpentina e fantasia. Os clubes carnavalescos – Tenentes do Diabo, Democrático, Fenianos, Ameno Resedá – desfilaram pelas ruas e ofereceram bailes de máscaras. O rancho Pastorinha do Castelo fez passeata na cidade, acompanhado de orquestra³⁸⁶.

Aliás, outros Natais mantiveram as suas distinções e seu caráter particular, a despeito de serem duramente perseguidos e raramente referidos nos jornais. Trata-se das comemorações natalinas feitas pelas religiões de origem africana. Os adeptos do candomblé festejavam o momento, reverenciando o conjunto de seus santos, com despachos e cerimônias que duravam quase um mês. A festa começava no dia 15 de dezembro e terminava em 13 de janeiro com a apoteose do Senhor do Bonfim. Em *O natal nos candomblés*³⁸⁷, João do Rio, agora sob o pseudônimo de X, escreve que negros, brancos e mestiços comemoravam, no

³⁸³ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 26 de dezembro de 1914. p. 2 (Digitalizado).

³⁸⁴ *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1916. p. 2 (Digitalizado).

³⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 1 de janeiro de 1914. p. 7 (Digitalizado).

³⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 1 de janeiro de 1917. p. 4 (Digitalizado).

³⁸⁷ RIO, João do. O natal nos candomblés, *Gazeta de Notícias*, 25 de dezembro de 1909. p. 23-24 (Digitalizado).

festejo, as suas numerosas divindades, celebrando principalmente o casamento de Xangô com Oxum. Dessa relação teria nascido a chuva benéfica. Conforme a narrativa mítica, depois de tantas peripécias, lutas e perseguições, o deus trovão encontra-se com a mãe d'água e, no instante dessa união, “uma nuvem tremenda enchia os céus, as árvores partiram-se e ao clamor dos trovões, toda a terra se embebeu sequiosa no temporal...”³⁸⁸

O cronista narra o ritual dos candomblecistas de um ponto de vista preconcebido, tomando o cerimonial pelo aspecto do inconsciente, da loucura, da selvageria e do erotismo: “a cachaça rola de boca em boca, tornando-os inconscientes, as negras em roda batem com as varas, suando, as vestes desfeitas, enquanto os ‘ogans’ sacodem os instrumentos selvagens [...]”³⁸⁹. Não obstante essa percepção, ele procura compreender a importância e o significado da cerimônia para o candomblé, a partir de seu lugar de procedência, dando legitimidade ao rito:

[...] como para os homens brancos a vinda de Jesus foi o supremo bem e o balsamo divino, para os negros, queimados de sol, a chuva aplacadora, nascida do fogo e da água, foi quem sabe? o seu maior bem. E nada mais natural do que essa comemoração do trovão benéfico no dia em que nasceu para os brancos a luz salvadora...³⁹⁰

Posto isso, pode-se afirmar que as festas e as recreações do povo, muitas advindas do período colonial, sobreviveram num movimento de longa duração. Todavia, elas não se mantiveram estáticas, pois se modificaram, foram estilizadas ou ganharam novos significados. Os acossamentos também impulsionaram novos parâmetros e limites para as solenidades. O carnaval e o préstito à Penha podem ser considerados exemplos dessas mudanças. Outras expressões da arte popular não conseguiram resistir às pressões, como os cucumbis³⁹¹ e os entrudos, porém, não se perderam de todo, deixando os seus rastros nas folias carnavalescas. E os autores em questão testemunharam, padeceram e sinalizaram tais tensões nas crônicas e ficções que produziram.

Portanto, é compreensível que os sentimentos de Lima Barreto, assim como os de João do Rio estivessem ligados a uma determinada visão de declínio. E essa sensibilidade não era

³⁸⁸ Sobre a lenda de *Xangô*, ver PRANDI, 2001, p. 287-291.

³⁸⁹ RIO, João do. O natal nos candomblés, *Gazeta de Notícias*, 25 de dezembro de 1909. p. 23-24.

³⁹⁰ Ibid., loc. cit.

³⁹¹ Os cucumbis eram um grupo carnavalesco, cuja performance dramática estava associada à tradição africana. O cortejo contava a história “de príncipes, princesas, feiticeiros, embaixadores de outras nações africanas e o povo, levando para o rei do Congo seu filho recém-circuncidado. A morte do príncipe, atacado por tribo inimiga que se veste de penas, como os índios do Brasil, dá origem a uma série de peripécias, encerrada pela ressurreição do jovem por intermédio da mágica do feiticeiro”. Cf. CUNHA, 2001, p. 41-42.

exclusividade deles, mas uma angústia do tempo, das transformações e efervescências culturais pelas quais o país estava passando. Outros jornalistas registraram nos periódicos a mesma impressão.

A *Gazeta de Notícias* publicou uma matéria sobre o enfraquecimento do Natal e do Ano Bom.

As festas populares e as tradições do Brasil vão pouco a pouco decaindo e perdendo o antigo fulgor dos tempos d'antanho". "Já se não veem, nos últimos dias de cada ano, as celebrações alegres do Natal, do Ano Bom, dos Reis, que, '*in illo tempore*', constituíam os dias em que todas as almas se enfeitavam de novas esperanças e de novos sonhos e em que estas datas tradicionais eram comemoradas com usanças bizarras, com descantes, serenatas e ranchos de moços e velhos, irmanados todos por esse grande amor dos hábitos e costumes que passam de geração a geração, perpetuando o espírito e os sentimentos dos homens³⁹².

O discurso sobre a romaria da Penha, como se verá, também gravitava em torno da ideia de que o progresso estava acabando com os símbolos nacionais, o que promoveu debates fervorosos e conflitantes em torno das manifestações populares.

Num contexto mais amplo, deve-se comentar que a ideia de decadência foi um fantasma que pairou nas cabeças pensantes do mundo europeu, desde a segunda metade do século XIX até à primeira metade do XX. Consoante Herman, a reflexão sobre o decaimento de uma sociedade é, antes de tudo, uma ponderação sobre o "significado e a natureza do tempo". Assim, toda teoria do progresso compreenderia uma proposição sobre a decadência, pois as leis históricas que levariam inevitavelmente ao avanço social, também poderiam fazer recuar tal avanço. A lógica da degeneração social possuiria várias imbricações e origens, que se desdobram numa leitura biológica ou racial, cultural ou técnico-industrial. Os países, como França, Inglaterra e Alemanha, buscaram métodos, muitas vezes, radicais para impedir o seu futuro nebuloso, pregando técnicas como aborto, eutanásia, infanticídio e esterilização. Por trás desses métodos estava o fundamento eugênico³⁹³.

Com respeito à decomposição civilizatória pela raça, o teórico por excelência foi Arthur de Gobineau, que viu na mistura racial o germe que deitaria abaixo todo o refinamento cultural alcançado na Europa. Os cruzamentos entre as raças teriam acabado com o vitalismo e a força dos grandes homens, produzindo uma geração de indivíduos inferiores e

³⁹² A *Gazeta de Notícias*, 31 de dezembro de 1916. p. 2. (Digitalizado).

³⁹³ HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

preguiçosos, incapazes de dar continuidade a obras majestosas. Sob esse ponto de vista, o fim já estava dado. Outra corrente, influenciada pelo darwinismo social, cria que havia em todo homem um ser primitivo, já que ele descendia do macaco. E esse lado atávico e selvagem poderia se manifestar nas sociedades modernas, ameaçando as conquistas institucionais e intelectuais do coletivo. O médico e criminalista Cesare Lombroso era o defensor desse pensamento, aplicando diversas técnicas e procedimentos estatísticos para evitar o mal inato³⁹⁴.

No campo sociológico e antropológico, acreditava-se que certas culturas, após um desenvolvimento acelerado, chegariam ao seu ponto máximo de crescimento, partindo então para uma fase de queda. A riqueza e o luxo das nações produziriam a ganância, a corrupção e a indolência moral. A convulsada vida urbana, com seus focos insalubres, somado ao potencial criminoso da multidão encortçada, promoveria a temível regressão. A imagem que João do Rio construiu dos Estados Unidos caminha nessa direção. Uma civilização moderna extremamente materialista e imoral, insensível aos valores humanos. No entanto, a tragédia ainda era maior, porque a ciência e a tecnologia teriam uma função importante na destruição coletiva, propagando a ruína para os demais cantos do planeta, como fariam os filmes americanos. O cinema estadunidense espalharia a degenerescência para os outros povos. Nesse sentido, a influência norte-americana e o desenvolvimento tecnológico estavam acabando com a tradição nacional e, portanto, os brasileiros se mostravam em processo de arruinamento.

Deve-se sublinhar que João do Rio não seguiu nenhuma corrente de pensamento específica, mas usou e misturou várias teorias da degeneração, vigentes na época, para embasar suas crônicas. Atribuiu um caráter corruptível ao povo, dando a este uma interpretação ora de cunho racial ora social. A raça, a multidão e a pobreza seriam causadoras de corrupção moral e física. Já Lima Barreto bateu de frente contra todas as concepções racialistas e degenerativas, ironizando a ciência do período e denunciando o preconceito racial. Construiu uma literatura de militância, acusando políticos, intelectuais e todo um pensamento antipopular. Entretanto, a sua figura e os seus textos não estavam isentos de contradições, que ficavam expostas quando ele refletia sobre o carnaval, ou, até mesmo, quando atribuíam certas características naturais ao negro, como a “resignação da raça”. Bosi explica que a ambiguidade do escritor veio de sua condição social de pequena classe média suburbana³⁹⁵. Mas se pode afirmar que tal ambiguidade resultou também de sua posição como

³⁹⁴ Ibid., p. 125-141.

³⁹⁵ BOSI, Alfredo. *O pré-modernismo*. Literatura Brasileira. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1969. v. 5. p. 94.

intelectual de formação burguesa, enfrentando inúmeras barreiras para se afirmar entre os seus pares.

2. Romeiros em marcha: formas e sentidos da festa da Penha

Nem Lima Barreto e nem João do Rio comentaram sobre a tão popular festa da Penha, somente este último fez uma menção na crônica *Barraquinhas de Santana*, na qual indagava o possível retorno de “solenidades bárbaras” no Rio de Janeiro.

Barraquinhas! O Rio voltará a esse violento apetite de vício, que já dera as cenas turbulentas de há vinte anos no campo de Santana, o Rio voltará à feira, à festa da Penha, permanentemente, e no centro da cidade! Arrastei o meu amigo socialista, que com prudência abotoara o casaco, e mergulhamos na massa popular³⁹⁶.

A festa da Penha está ligada a uma lenda de origem portuguesa e remonta ao Brasil colônia. Seu clímax, porém, deu-se nos fins do século XIX e começo da República³⁹⁷. A fábula conta a história de um caçador que surpreendido por uma cobra gigante, e com medo da morte, exclamou aterrorizado o nome de Nossa Senhora da Penha. Naquele instante, um lagarto saltou de uma pedra, afastando a serpente. Em gratidão à santa, o aventureiro ergueu uma capelinha num rochedo próximo do acontecido. E todos os anos ele ia com uma comitiva para ofertar presentes e louvores à entidade sagrada³⁹⁸.

Nos primórdios, a característica do festejo era predominantemente portuguesa, com instrumentos e danças típicas: a rabeca, o fado, a chamarrita e o vai de roda. Havia igualmente abundância de vinho, frutas e petisqueiras. Os séquitos vestiam roupas brancas e muitos usavam chapéu de palha desabado e fitas flamejantes. As peregrinações eram feitas no geral por trabalhadores e humildes portugueses. Com o tempo, o elemento brasileiro e, em especial, os negros foram tomando conta do folguedo, influenciando nas músicas, nos compassos, nas comidas, bebidas e no aspecto religioso. A cachaça, o samba, o pandeiro foram ganhando cada vez mais realce, e a cerimônia adquiriu um novo colorido. Mas essas articulações e

³⁹⁶ RIO, João do. As barraquinhas de Santana, *Gazeta de Notícias*, em 10 de junho de 1905. p. 3 (Digitalizado).

³⁹⁷ Sobre a festa da Penha, ver SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudo sobre o carnaval carioca da Belle Époque* ao tempo de Vargas. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2008; _____. Festa da Penha: resistência e interpretação cultural. In: CUNHA, 2002, p. 341-366.

³⁹⁸ MORAES FILHO, 1999, p. 101.

influxos não aconteceram sem conflito, existindo desentendimentos violentos entre brasileiros e portugueses, que envolviam vários motivos como nacionalidade, concorrência no trabalho, discurso racial, rivalidade amorosa etc.³⁹⁹ Muitas vezes os jornais da época trataram dessas brigas sem entender as suas razões latentes, acusando-as de frívolas. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, publicou uma nota sobre a agressão sofrida por Bento Joaquim Tavares, português de 47 anos de idade, que se encontrava na estação Francisco Xavier, quando levou uma rasteira de um capoeira que voltava da romaria. O agressor conseguiu fugir, e Tavares foi levado para o Hospital da Misericórdia com o pé deslocado⁴⁰⁰. O periódico desconhece os motivos da agressão, apenas se ocupando em descrever os fatos, elaborando um julgamento prévio, o de que o português era um homem pacato e tranquilo, e o atacante era capoeira e criminoso.

Os negros se tornaram uma presença corriqueira na festa, transformando o seu aspecto e lhe conferindo novos rituais. Eles promoveriam uma espécie de africanização da Penha, apropriando-se do local nas mais diversas categorias. No campo da música, por exemplo, os compositores, como Donga, Caninha e Pixinguinha, destacavam-se no acampamento, lançando canções que depois fariam sucesso em toda a cidade. Foi, em 1916, na quitanda das tias baianas, Ciata e Pequenina, chamada “O Macaco é outro”, que supostamente surgiu a primeira versão do samba *Pelo Telefone*. As tendas eram lugar de encontro e identidade cultural, atraindo vários segmentos sociais. A culinária, as rodas de samba, a capoeira e as danças promoveram enorme circularidade e um espaço de sociabilidade e influência. Segundo Moura, os baianos que iam ao arraial, integrados à Tia Ciata, formavam um grupo distinto, não apenas por sua cor e pelas suas vestimentas, mas também pelo significado particular que davam à cerimônia cristã, subordinando-a ao culto do candomblé. Era nos fundos do terreno onde ficavam as barracas, que se reverenciavam os orixás, para logo depois iniciar os preparativos da folgança⁴⁰¹.

A solenidade era tratada como uma das últimas tradições populares sobreviventes no Rio, em alusão à folia do Divino Espírito Santo, à festa da Glória e ao dia de Reis, que foram deixando de ser praticados ou sendo enfraquecidos. A romaria era apresentada, pela imprensa, como derradeiro símbolo de uma familiaridade que não existia mais⁴⁰². Por isso, no período

³⁹⁹ Chalhoub mostra, através de processos criminais, que as lutas e contradições entre as classes trabalhadoras do Rio de Janeiro, no início dos anos 1920, não eram provocadas por motivos fortuitos como geralmente apregoava a imprensa, mas por numerosos conflitos em torno da nacionalidade, de disputa no mercado de trabalho e por rivalidade de raça. C. f. CHALHOUB, 2001, p. 61; SOIHET, 2002, p. 347.

⁴⁰⁰ *Jornal do Brasil*, 4 de novembro de 1901. p. 2 (Digitalizado).

⁴⁰¹ MOURA, 1995, p. 155-166; VELLOSO, 1990, p. 222.

⁴⁰² *Gazeta de Notícias*, 4 de outubro de 1903. p.1 (Digitalizado).

de celebração, todos os domingos do mês de outubro, os jornalistas frequentemente guardavam um espaço no periódico para comentar sobre o que estava ocorrendo no local das festividades. Em nome do costume antigo, a imprensa acusava repetidas vezes que a truculência da polícia no outeiro era um dos motivos principais para o esmorecimento dos fiéis e a languidez da festa.

Durante muitos anos, o transporte para a Penha, que ficava nas freguesias de Irajá e Inhaúma, foi realizado por carros de bois e cavalos. Mas existiam pessoas que preferiam ir a pé. Além disso, a excursão podia ser feita por mar, com os devotos desembarcando no porto de Maria Angu. “Os pescadores amarravam à praia as suas canoas e faluas; os lanchões e os barcos a vapor”, seguindo o caminho por carroças ou montados em burros. Da capital, algumas famílias continuavam a procissão em carruagens enfeitadas de folhagens verdejantes e animais cobertos de rosas de pano e de papel⁴⁰³. Com o surgimento das estradas de ferros, a condução dos romeiros também passou a ser efetivada por trens, que se organizavam especialmente para transportar os devotos. As linhas de ferro Leopoldina e Rio do Ouro forneciam o maior número de trens em viagens extraordinárias para o arraial, saindo das estações de S. Francisco de Xavier e Ponta do Caju. Não obstante, quem desejasse ou carecesse ir de barcas, a Companhia Cantareira disponibilizava os seus serviços a partir da ponte Ferry até à Fazenda Grande⁴⁰⁴. O trajeto era bastante policiado, havendo patrulhamento em todas as estações.

Um turbilhão de gente subia à capela da Penha, numa escadaria de 365 degraus. Na encosta, mulheres e homens, de chapéus coloridos e trajes adornados, rezavam e pagavam promessas de joelhos ou descalços. Os fiéis levavam círios ardendo e quilos de ceras em forma de mãos, pés, cabeça e peito, que representavam a parte do corpo que tinha sido curada. No caminho, viam-se devotos bebendo parati e vinho em longos chifres e garrafões. Outros grupos iam cantando, dançando, tocando pandeiros, batuques e violões. A romaria parecia uma feira universal com indivíduos de todas as classes e nacionalidades: italianos, sírios, portugueses, diversas etnias africanas etc. Uma variedade de sons e culturas, que causavam estranhamento e grande dose de preconceito por parte de alguns repórteres responsáveis por cobrir a festa.

⁴⁰³ MORAES FILHO, 1999, p. 105

⁴⁰⁴ *Gazeta de Notícias*, 3 de outubro de 1902. p. 3 (Digitalizado).

Haveria por ali talvez umas 25 mil pessoas, de todas as classes, de todos os matizes, como uma vasta feira internacional e bizarra, onde não se estranha ouvir a música de mil idiomas diversos, qual deles mais esquisito, qual deles mais incompreensível.

Mas, ao contrário do que sucederia numa feira cosmopolita, ali, na Penha, ninguém se dividia, ninguém se selecionava⁴⁰⁵.

No arraial decorado com bandeirolas e folhagens, as barracas de pinho, composta de metim de cores gritantes, arrumadas em balcões e letreiros engraçados, anunciavam as suas iguarias e o belo verde, um tipo de bebida alcoólica. Entre as barraquinhas mais conhecidas e chistosas, estavam as do “Macaco”, da “Onça”, “Rebola e Bola”, “Cabana do Pai Tomaz”, “Filhos dos Teimosos”, “Destemido”, “Flor da Cidade Nova” e “Barraca que as moças não pagam”. Havia aquelas que sinalizavam para as remodelações urbanas, como “Avenida Passos” e “Avenida Central”⁴⁰⁶. Nelas, vendiam-se bolos, roscas açucaradas, fatias de presunto com pão e doces, que faziam a alegria dos romeiros. Algumas tendas comercializavam vinho e aguardente. Mas havia quitandas que ofereciam caldo de cana gelado, sucos e cafés para quem não quisesse ingerir bebidas alcoólicas. Aliás, nesse ambiente animado e popular não poderiam faltar as barracas de prendas e joias oferecidas à Nossa Senhora.

Os vendedores ambulantes faziam conjuntamente a folia ao ar livre, indo atrás dos peregrinos para ofertar flores artificiais, rosários de balas cobertos em papel de diferentes cores, medalhinhas de alumínio, velas, charutos, imagens coloridas, cornetas de barro, refresco e guloseimas. E nas calçadas numerosos mendigos aproveitavam a celebração religiosa, para pedirem esmolas e comoverem os fiéis com as suas chagas.

Na igreja florida, durante toda manhã, as missas eram sempre celebradas com uma orquestra de professores. Havia batizados de crianças, distribuição de imagens e medalhas douradas com a efígie da Virgem. O culto era anunciado com estouros de foguetes e o repicar dos sinos. Após a cerimônia, os fervorosos merendavam ou faziam piqueniques, sentados na relva ou abancados em mesas rústicas, que ficavam espalhadas por todo o acampamento. A irmandade responsável pela organização do festejo também preparava banquetes para os convidados especiais, em regra jornalistas, cantores, oficiantes e chefes de polícia. A comida era feita num grande fogão de dois metros: “presuntos apetitosos, capoeiras d’aves, quarto de

⁴⁰⁵ *Gazeta de Notícias*, 21 de outubro de 1907. p. 2 (Digitalizado).

⁴⁰⁶ *Gazeta de Notícias*, 3 de outubro de 1904. p. 2 (Digitalizado).

carne sangrando”⁴⁰⁷. E nos coretos próximos, apresentavam-se as bandas de música do Exército.

Em 1917, outras diversões na Festa da Penha podiam ser evidenciadas. Um *playground*, administrado pelo empresário Paschoal Segreto, ocupava todo o lado esquerdo da rua da Estação, que ficava próxima do arraial. Para o contentamento dos fiéis e da criançada, o parque possuía carrossel, bicicletas, jogos de argola, museu ceroplástico, balanços e até montanha russa⁴⁰⁸.

No entanto, eram as rodas de sambas, as modinhas, as batucadas, as descantes, os cavaquinhos, violas e violões que divertiam o povo, formando bailes ao ar livre. Ranchos e cordões carnavalescos perpetravam a alegria ao som de pandeiros, aplausos, canções e coro de vozes. Os portugueses se entretinham igualmente com os arrasta-pés e os reco-recos brasileiros. Desse modo, o vira e o fado, passos típicos de Portugal, foram sendo gradualmente destronados. Em 19 de outubro de 1914, a *Gazeta de Notícias* registrou outra cadência na festa. Era o maxixe requebrado da Cidade Nova, que fazia o sucesso do arraial. Mas a imprensa via com preconceito, intolerância e ironia a dança no acampamento, afirmando que “havia o maxixe dos clubs carnavalescos, o ‘maxixe’ de salão e até o ‘maxixe’ da... Favela, com pares também provenientes do tão celebrado morro desta capital...”

Vale salientar que a folgança da Penha era constantemente comparada com a alegria gerada pelo carnaval. Depois dessa folia, a ida ao outeiro era a pândega mais concorrida, chegando a aglomerar em torno de oitenta mil pessoas⁴⁰⁹. Não era à toa que algumas sociedades carnavalescas, cordões e ranchos eram presenças notáveis na festa, exibindo espetáculos de danças e desafios cantados. Mas não era somente o contentamento dos romeiros que trazia as lembranças do carnaval. A abundância de comidas e bebidas, as brincadeiras, as fantasias e os acessórios constituíam partes fundamentais das duas festas. Até as brigas e confusões de uma e de outra eram cotejadas.

Durante o folguedo, muitos delitos e acidentes podiam ser evidenciados, fazendo com que um punhado de romeiros fosse preso; e outro fosse levado ao posto médico instalado no acampamento. Os tumultos eram provocados principalmente por pequenos furtos, rivalidades e disputas amorosas, lesões físicas por quedas e desavenças. Havia também muitos casos de gastralgia, devido a excesso alimentar, e numerosas ocorrências de embriaguez. Em outras palavras, o préstito religioso tem um caráter eminentemente carnavalesco, uma vez que

⁴⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, 4 de outubro de 1903. p.1 (Digitalizado).

⁴⁰⁸ *O Paiz*, 15 de outubro de 1917. p. 3 (Digitalizado).

⁴⁰⁹ *Gazeta de Notícias*, 22 de outubro de 1917. p. 2 (Digitalizado).

expressa toda a diversidade e riqueza proveniente da cultura popular. Ele é heterogêneo, libertador e, ao mesmo tempo, promove um contato familiar e íntimo⁴¹⁰.

O séquito é heterogêneo porque é composto por diferentes camadas sociais e reúne componentes de outras folias populares, tal como o próprio carnaval e as brincadeiras de prendas. É familiar, visto que permite uma relação mais próxima entre indivíduos e grupos marcados por distinções econômicas e étnicas. Contudo, não é exata a afirmação do jornalista da *Gazeta de Notícias* que foi citada anteriormente: “na Penha, ninguém se dividia, ninguém se selecionava”. A concepção de que nesse tipo de festa havia uma suspensão das hierarquias fazia parte do imaginário de certos intelectuais. A divisão e a seleção eram manifestadas na repressão que os romeiros padeciam em razão de suas práticas e ritos não comungarem com a imagem civilizada das elites.

Já a libertação se dá por duas vias. De um lado, há uma emancipação religiosa com os devotos pagando promessas pelos infortúnios solucionados e pelas as enfermidades curadas. Portanto, a dívida com a santa estava quitada e o beato estava isento do compromisso com o sagrado, podendo até renovar os seus votos e a sua fé. De outro lado, o cortejo acarretava uma libertação da ordem vigorante, permitindo ao povo experimentar uma segunda vida, baseada na alegria, no riso e na satisfação. Isso não significa dizer que a vigilância e os poderes estatais não impunham seus regulamentos por intermédio de proibições e violências. Muitas vezes a festa era prejudicada com as disposições governamentais. Contudo, a população mantinha a brincadeira, em detrimento de ações repressoras, tornando o arraial um verdadeiro campo de luta e de resistência.

As atividades artísticas do festejo eram duramente perseguidas. O policiamento exacerbado vedava frequentemente qualquer espécie de jogos, descantes, danças e batuques. Numerosos violeiros e sambistas eram presos e tinham os seus instrumentos musicais confiscados. Em algumas épocas de peregrinação, a segurança no acampamento lembrava um intenso estado de guerra, formado por praças de infantaria de polícia e de cavalaria, forças de bombeiros e do exército, além de fuzileiros navais e guardas civis. No ano de 1907, no primeiro domingo da solenidade, os cariocas ficaram atemorizados em ir ao outeiro, pois o chefe de polícia já anunciava, momentos antes, as coibições às tocatas. Logo na manhã de festa havia um movimento veemente de agentes policiais e toques de clarins a todo instante. Essa ação extrema provocou uma diminuição acentuada de fiéis na celebração, e recebeu

⁴¹⁰ BAKHTIN, 2003, p. 82.

ferrenhas críticas da imprensa que acusou as autoridades de quererem acabar com as tradições da cidade.

[...] Mas uma coisa é prevenir, uma coisa é tomar medidas de prevenção contra as perturbações da ordem, e, outra, muito diferente, muito outra, é dar a uma enorme multidão de gente pacífica na sua grande maioria o espetáculo de uma praça de guerra, com toque de clarins de minuto a minuto, com armas ensarilhadas, com repetidas evoluções, como se toda aquela gente que ali estava devesse ser de um momento para outro espingardeada.

Externando esse nosso modo de ver, estamos certos de que o Sr. Dr. Chefe de polícia nos atenderá e, medindo as consequências do que ontem foi feito, altere as suas providências de modo que, prevenindo os crimes, poupe os romeiros da Penha a coação em que eles ontem se sentiam. Só assim os outros domingos de festa poderão ser gozados sem susto pela totalidade dos fieis da Virgem, respeitando hábitos que nos vêm de gerações passadas⁴¹¹.

Com efeito, depois da pressão da imprensa e do esfriamento da romaria, a atuação da polícia se mostrou mais branda, implicando no retorno da massa de crentes à Penha. Os bailes ao ar livre e as musicatas passaram novamente a ser permitidos: “a festa retomou assim o seu aspecto antigo, a sua feição inteiramente popular, pois a polícia chegou à concessão, e plausível concessão, de deixar zingarear as violas e os violões, de deixar os descantes em liberdade...”⁴¹²

É significativo notar que o *Jornal do Brasil* defendia as cadências e cantigas dos romeiros, porque acreditava que tais diversões eram uma válvula de escape. As folias distraíam os crentes que, ao se entregarem aos batuques, evitavam os excessos de álcool, a desordem e o crime. Proibir os arrasta-pés era impossibilitar as pessoas de se divertirem livremente e de esquecer as “aguras de sua vida e opressão dos potentados”⁴¹³.

Deve-se enfatizar que os populares agradeciam as autoridades, quando tinham seus bailados tolerados. Mas esse gesto não deve ser interpretado como uma simples subordinação do povo. Pode-se afirmar que a gratidão dos fieis compunha-se de uma relação paternalista; e visava a assegurar um tratado de paz com os aparelhos de fiscalização e segurança. Por meio do laço paternal eram cobrados benefícios. O reconhecimento da autoridade era um artifício, no qual os vendedores, as organizações religiosas e os próprios séquitos estavam envolvidos, a fim de que a festa mantivesse todo o seu esplendor. Por isso, as irmandades ofereciam almoços especiais para os jornalistas e os chefes de polícias, construindo um vínculo

⁴¹¹ *Gazeta de Notícias*, 6 de outubro de 1907. p.1(Digitalizado).

⁴¹² *Gazeta de Notícias*, 14 de outubro de 1907. p. 1 (Digitalizado).

⁴¹³ *Jornal do Brasil*, 7 de outubro de 1918. p. 8 (Digitalizado).

doméstico com os órgãos do poder. Era também por isso que os sambistas exclamavam “vivas” aos representantes da ordem, como no samba do folião “macaco sabe-sabe”, em que o chefe de polícia Aurelino Leal, o delegado do 22º distrito, Magalhães Calvet e o presidente Venceslau Brás foram aplaudidos:

O Doutor Chefe de Polícia
Mandou me chamar
Só para me dizer
Que já se pode sambar
Samba, minha gente
Aqui neste arraial
Vamos dar o nosso viva
Ao Dr. Aurelino Leal

Quem tiver disposição
Comigo sambar venha
Porque cá tenho afilhado
De Nossa Senhora da Penha.

O seu Chefe da Polícia
Mandou me chamar
Cheguei lá ele me disse:
– Meu moreno vai sambar.

Viva o Chefe de Polícia
Que é homem bom e de paz
Viva o seu doutor Calvet
E o doutor Venceslau Brás⁴¹⁴.

Essa relação de tolerância e consentimento regou o cortejo religioso durante todo o século XX. Ora as autoridades faziam vistas grossas, permitindo a execução dos folguedos, ora dissolviam os grupos de samba que se formavam no acampamento, tendo como justificativa evitar a desordem. Essa atitude oscilante das forças de vigilância revela a dificuldade de se implantar com incisão o ideal civilizatório no país. Expõe a tensão e a divisão ideológica existente entre a própria intelectualidade e a classe política. E explica, da mesma maneira, a energia e a vontade da gente comum em manter vivas as suas práticas e os seus ritos. Isso desponta igualmente para o caráter combativo da cultura popular.

Um episódio noticiado pelo jornal *Gazeta de Notícias*, em 1908, nos dá um modelo dessa combatividade. Um rapaz chamado de Copacabana, figurado como homem valente e destemido, tinha ido à Penha com um grupo de amigos. Num botequim, o bando começou a brincar e a sambar. Não obstante, um anspeçada (antiga patente militar), avistando a cena,

⁴¹⁴ *Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1916. p. 6 (Digitalizado).

aproximou-se e advertiu que o samba estava proibido. A confusão estava armada. O aguerrido Copacabana tomou a frente do policial, pressionando para que ele voltasse para a rua, caso contrário “apanharia com revólver, sabre e tudo”. O anspeçada reagiu detonando tiros para o ar, o que não intimidou o rapaz que chamou os companheiros para a desforra. Nisso, o soldado atirou novamente, atingindo a mão e a coxa direita de Laerte Ribeiro Jesus da Conceição, participante da batucada. A polícia do 7º distrito compareceu ao local, prendendo o oficial. O ferido foi levado para a Assistência Municipal e Copacabana e os outros parceiros conseguiram fugir⁴¹⁵.

Outra amostra do aspecto irreverente e corajoso das manifestações populares está no imprevisto, na invenção repentina de gestos e atos contrários ao código estabelecido. Isso também pode ser verificado na peregrinação. Diante da apreensão dos pandeiros, feita por pracinhas na entrada do arraial, os peregrinos encontraram uma forma de prosseguir o samba, recolhendo garrafas do chão, e batendo nelas com um pedaço de pau⁴¹⁶.

Um terceiro elemento do atributo insurreto da população se expressa na linguagem, na ousadia de cantos e versos rimados, que brincam e debocham das autoridades e situações opressoras. Essas composições eram marcadas igualmente pela astúcia e a improvisação. Assim, uma quadra de 1908, cujos versos são compostos em redondilha menor, zomba do delegado do 4º distrito, Mello Tamborim, que chefiava o policiamento na festividade.

Já estou zangado,
Não sei pra que vim,
Estou amolado
Com o “seu” Tamborim...⁴¹⁷

Em 1916, o português João José, um jovem de 24 anos, foi preso, depois de subir alcoolizado numa árvore e cantar a seguinte quadra, em que zombava de uma praça e do delegado do 23º distrito, Abelardo Luz:

Eu subi como gambá,
Com pernas de avestruz...
Soldado não me prenda
Olha, o Ablardo (sic) Luz!...⁴¹⁸

⁴¹⁵ *Gazeta de Notícias*, 5 de outubro de 1908. p. 1 (Digitalizado).

⁴¹⁶ *O Paiz*, 5 de outubro de 1908. p. 2 (Digitalizado); SOIHET, 2002, p. 357.

⁴¹⁷ *Ibid.*, 1908.

⁴¹⁸ *O Paiz*, 2 de outubro de 1916. p. 3 (Digitalizado).

Outras queixas ainda são feitas durante a solenidade, a exemplo da perseguição ao jogo de bicho. Os grupos de folião Lelé e Caninha Doce, acompanhando uma brigada de cavaquinho, violões e flautas, fizeram o maior sucesso com a cançoneta:

Senhor chefe de polícia,
Por favor não faça isso,
Me deixe jogar no bicho
Pra saldar meu compromisso.

Senhor Chefe de Polícia,
Vou fazer a minha fé,
Vou jogar três cinco nove
Que a centena é jacaré

Senhor Chefe de Polícia,
Dê um basta em seu capricho,
Dê uma folga na negrada,
Não queira matar o bicho⁴¹⁹.

O chefe de polícia é aquele quem manda (“O chefe de polícia/ Mandou me chamar” ou o “Senhor chefe de polícia”), mas também é uma figura caprichosa, cuja ordem é dada por meio de um tratamento doméstico (“Meu moreno vai sambar”); enquanto o poeta pede “por favor” e agradece a suposta generosidade. Em outras palavras, o contato entre a autoridade policial e as classes marginalizadas era assinalado por uma combinação de abuso de poder, relações afetivas e consentimentos. Numa sociedade tão desigual e violenta como aquela instalada no começo da República brasileira, o paternalismo parece surgir como um canal possível para o diálogo. As relações de força eram atravessadas pela intimidade, e esta pendia para os dois lados, servindo a dominadores e a dominados. Assim, era construído um campo de tensão e elasticidade em torno da privacidade, uma vez que laços de camaradagem e sentimentais podiam ser usados para impor a ordem e a truculência, ao mesmo tempo em que eram utilizados para conter os excessos e tirar vantagens. O sistema paternalista não operava numa posição única de subserviência entre senhor e dependente. No cotidiano, o povo soube inverter quando possível a lógica da dominação. Aliás, a inversão da ordem era uma tática de sobrevivência popular.

Voltando à marchinha enquanto expressão de resistência, em 1918, uma quadra era entoada pelo grupo carnavalesco Cavatina Gentil, que criticava a carestia dos gêneros de primeira necessidade. Apesar da vigilância da polícia no acampamento religioso, a canção era aclamada por todos na roda:

⁴¹⁹ *Jornal do Brasil*, 29 de outubro de 1917. p. 6 (Digitalizado).

Tudo sobe, tudo sobe
 Tudo sobe e subirá
 Sobe a carne, sobe o pão
 E o carvão subindo está

Com a subida sem descida
 O pobre doido ficará
 Pois não há mesma quem decida
 Esta crise como está.

Ai, tia Chica
 Tudo isto não se explica
 A gente fica
 Ranzinza e tiririca⁴²⁰

Enfim, as queixas do povo eram muitas e as formas de resistência também eram plurais: na música, no verso, no improviso, na insistência, na brincadeira e até no incitamento de desavenças entre as ordens policiais. Soihet mostra que a maioria das brigas e conflitos no outeiro resultava da rivalidade e dos excessos que as forças armadas cometiam com a população. Eram inúmeras as provocações que as pessoas sofriam, gerando grandes tumultos. Mas em determinadas situações, os devotos se aproveitavam das rixas entre as próprias diligências militares, pondo umas contra as outras, e apoiando em regra os membros do exército, já que a polícia civil era o órgão repressor mais cotidiano⁴²¹.

Em resumo, o espaço da festa é um lugar de batalha, de tréguas e negociações, onde uma variedade de pensamentos e ações está em jogo, e no qual as concepções de tempo também se apresentam em conflito. Assim, o passado e o seu valor de antiguidade são acionados para dar legitimidade à romaria. E o fim do cortejo é apregoado em função de um futuro teleológico, no qual a barbárie e o atraso seriam vencidos pelas normas de civilidade e pelo progresso. Deve-se enfatizar que essa tensão não se restringe à esfera da diversão, abrange todos os aspectos das atividades e dos gostos populares.

É preciso destacar, da mesma maneira, a diferença entre a visão que a elite tinha do festejo e a percepção dele pelo povo. Este defendia a romaria sem aquela intenção de preservar uma tradição caracteristicamente nacional, que, na realidade, era uma idealização e invenção das elites pensantes. As pessoas propugnavam por seu direito à diversão, a desfrutar o seu momento de lazer, bebendo, comendo e dançando os seus bamboleios. A maioria dos indivíduos estava pensando em cumprir as suas obrigações religiosas e depois festejar.

⁴²⁰ *Jornal do Brasil*, 7 de outubro de 1918. p. 8 (Digitalizado).

⁴²¹ SOIHET, 2008. p. 36.

Com respeito à elite carioca, é forçoso dizer que nem todos tinham a mesma opinião sobre o préstito, havendo três segmentos destoantes. Um primeiro grupo argumentava a favor da manutenção da folgança em nome de sua qualidade absolutamente popular e histórica, na medida em que a celebração, embora de procedência portuguesa, já tinha criado raízes brasileiras. Esses intelectuais eram aqueles que exultavam as tocatas e os dançados, apregoavam a força da fé e a alegria dos fiéis contra a extrema diligência militar.

Uma segunda parcela se comprazia com a festividade desde que ela passasse por reformas instrutivas, alterando a sua forma e se tornando mais polida. Nesse sentido, em 3 de outubro de 1915, o periódico *A Rua*⁴²² dizia que, graças ao progresso e à vigilância da polícia, a festa da Penha tinha perdido o seu cunho carnavalesco. Destarte, com a Estrada de Ferro Leopoldina, conduzindo a ida à procissão, o trânsito se tornava mais rápido e organizado. A multidão não precisaria congestionar as avenidas com suas carroças enfeitadas. Nessa nova Penha, não existiria lugar para as marchinhas e os excessos. São sintomáticos igualmente os comentários feitos no jornal *O Paiz*, sublinhando o aspecto “civilizatório” que a solenidade ia tomando:

A Penha civiliza-se... dizemos, parodiando o Figueiredo, do “Binóculo”. Já não tem o mesmo aspecto selvagem de outros tempos, já não entra no noticiário rubro dos jornais com os célebres conflitos de desordeiros, soldados de polícia ou de bêbedos, sem contudo diminuir a fé e o poderio que a excelsa Virgem da Penha tem em todos os corações⁴²³.

O terceiro e último grupo pregava a extinguir a comemoração, alegando que uma cidade moderna e avançada, como o Rio de Janeiro, não poderia conviver com hábitos coloniais e atrasados. Nessa perspectiva, o cortejo era apresentado como ridículo, grotesco, barulhento e potencialmente criminoso. Os romeiros eram caracterizados como sujeitos deploráveis e bizarros; e até os rosários de roscas, que ornavam os pescoços dos crentes, eram apontados como nocivos à saúde. Toda a procissão era vista como um espetáculo contristador e repugnante. Ademais, afirmava-se que a religião era uma desculpa para a aquiescência de loucuras próprias do carnaval e das antigas bacanais. Como bem notou Velloso, o popular era comumente associado ao deus Dionísio e às saturnais romanas, atribuindo-lhe qualidades instintivas, tais como os desregramentos de sentido, os descomedimentos, as paixões e as

⁴²² *A Rua*, 3 de outubro de 1915. p. 1 (Digitalizado).

⁴²³ *O Paiz*, 20 outubro de 1913. p. 3 (Digitalizado).

orgias. E tudo isso se contraporia aos ideais de ordem, equilíbrio e beleza pretendidos para a urbe⁴²⁴. Nesse contexto, o jornal *O Paiz* relata, em 30 de outubro de 1911, que:

A grande, a verdadeira festa é cá em baixo no arraial e na encosta, em torno das barracas e sob a sombra do arvoredor. São as libações, os batuques, os sambas, os “pic-nics”, o exercício de capoeiragem dos vagabundos e desordeiros. São os desaguisados, os conflitos, os escândalos e as cenas de sangue entre a gente baixa, marafonas e desocupados, os melhores e mais “devotos” frequentadores da Festa da Penha.

O escritor Olavo Bilac era também um crítico ferrenho da festa, pregando a sua demolição. Ele ficava espantado com o fato de que, em pleno século XX, ainda houvesse um folguedo que lembrava a folia báquica da Grécia e dos jogos de circo de Roma. O séquito seria, na verdade, um carnaval disfarçado, em que imperavam a fúria, a bebedeira e a sanha assassina. Assim, toda a consagração do momento festivo se tornava vergonhosa: os carros e carroções coloridos, os chapéus de chifres, as roscas açucaradas, o peito cheio de medalhas de papel, o ato de beijar a efígie da santa etc. E o que mais incomodava o cronista, era o fato de os romeiros exibirem a sua devoção e alegria em plena Avenida Central, entre as exuberantes fachadas dos prédios altos e os automóveis⁴²⁵.

Essa imagem do choque, quer dizer, do moderno com o antigo, da carroça com o automóvel, mexia com sentimentos e desejos de Bilac, por isso o desconforto. A esperança da cidade civilizada, pautada na regeneração urbana e na importação de novos hábitos, era ameaçada quando o povo entrava em cena, uma vez que reincidia sobre as massas a pecha do atraso, da lascívia, da doença, da feiura e da barbárie. A presença da grande maioria nos espaços modernizados gerava o medo de que aquilo, que nunca foi, retornasse, ou seja, o passado colonial.

O cronista demonstrou igualmente outros receios em relação ao popular, queixando-se inclusive dos festejos juninos, caracterizados como barulhentos, selvagens e incendiários⁴²⁶. O carnaval era, do mesmo modo, alvo de sua escrita feroz, referido como algo libidinoso e como expressão de nossa alma retrógrada. Aliás, o escritor chegou a participar da campanha de reabilitação das bandas militares, desde que um soldado alemão pediu para que a orquestra de um batalhão tocasse o samba “Vem cá, mulata”, de Arquimedes de Oliveira e Basto Tigre. Para Bilac, os repertórios das fanfarras do exército seriam formados quase inteiramente com

⁴²⁴ VELLOSO, 1988, p. 22.

⁴²⁵ BILAC, 2006, v. II. p. 370.

⁴²⁶ Id. *Kosmos*, junho de 1907. Sem paginação (Digitalizado).

melodias sensuais e cacofônicas, o que provocaria uma profanação até mesmo dos instrumentos musicais: as trompas, os clarins, os tambores e os oboés.

[...] O adido militar da Alemanha não pediria que lhe deliciassem os ouvidos com os compassos voluptuosos do “Vem cá, mulata”, se não conhecesse, por tradição, o apuro e o esmero, aos quais, por uma longa prática, chegaram as nossas fanfarras de guerra na execução dos lundus e dos jongos, dos chorados e dos fandangos, das caxuxas e dos catopés, dos fados e das gaturdas, que ficam sendo, por desgraça nossa a expressão distintiva da música nacional⁴²⁷.

Todavia, não se pode tomar o escritor como um inimigo do povo, ressaltando apenas os aspectos em que ele condenou a cultura popular. Não se compreende o texto bilaquiano sem levar em conta uma visão histórica de sua obra. O conjunto de suas crônicas é imensamente complexa. Ao mesmo tempo em que Bilac atacava as tradições, ele também fazia críticas severas aos abusos de poder: recriminava a polícia por coibir cartomantes e curandeiros, invadindo o âmbito da crença; censurava os elevados preços de alugueis, que castigavam os pobres; e combatia a exploração infantil por empresários. Em 1903, quatro anos antes do virulento comentário sobre a festa da Penha, o autor tinha narrado, com tolerância e bom humor, a alegria e as atrações do evento: o pagode, o pandeiro, o vinho, os carros desmantelados e os romeiros adornados⁴²⁸.

Essa mudança de mentalidade é indicativa das imbricações do período, marcado por um processo de modernização desigual e ideologicamente hierarquizado. O modo como sucedeu a transição de um regime para o outro impossibilitavam uma transformação radical das estruturas sociais. Até a concepção dos intelectuais sobre o que era o povo brasileiro emanava, em boa parte, do Império. O ideal de uma sociedade polida, nos moldes de além-mar, caía por terra quando se deparava com o vivido. O Brasil foi descrito sob a perspectiva do distante, tomando como ponto de partida o horizonte europeu. Nesse sentido, inventou-se um paraíso do lado de fora em contraste com a criação de um inferno do lado de dentro. E o povo era visto como um dos vértices dessa desordem. Todavia, não se podia negar a diversidade, a riqueza e a legitimidade das manifestações populares. E essa batalha mental, significativamente incongruente, era atributo de toda uma época, atingindo escritores como Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio, defensores figadais da civilização, e até os mais rebeldes dos literatos, como Lima Barreto.

⁴²⁷ Id. Vem cá, mulata! *Correio Paulistano*, 3 de setembro de 1907. p. 1 (Digitalizado).

⁴²⁸ Id, 2006, v. I. p. 598.

3. Destemidos, teimosos e endiabrados: carnavais e outras folias

Dois contos, *O bebê de tarlatana rosa*, de João do Rio, e *O moleque*, de Lima Barreto, irão nos guiar nas patuscadas carnavalescas das primeiras décadas da República, revelando detalhes e indícios da folia dos populares, que, somados ali e acolá, podem ajudar na elaboração de uma visão complexa e ampliada do carnaval. Além desse aspecto, as ficções são sintomáticas da imagem que as elites infundiam na época sobre o folguedo. Deve-se ressaltar que, embora o carnaval do começo do século XX já tenha merecido a atenção de muitos estudiosos⁴²⁹, procura-se aqui explorar a dimensão foliônica pela perspectiva dos cronistas e da experiência popular, em especial, cantada em versos. Desse modo, além da fortuna crítica que trata do tema, utilizam-se crônicas inéditas e várias poesias dos populares, nas quais eles dão testemunhos de suas vivências carnavalescas.

O objetivo deste capítulo é tentar mostrar como a vida festiva estava vinculada ao cotidiano da população, deixando entrever certos valores, que escapavam à mera diversão. Na festa, ficam evidentes como os laços paternalistas marcavam as relações entre os indivíduos nos três dias de carnaval, determinando o modo de comunicação e as negociações no âmbito da pândega. Além disso, fica claro igualmente a crítica social dos humildes contra a ordem estabelecida. E o protesto vinha por meio da ridicularização de figuras de poder, em especial, daqueles que estão mais próximos do povo: policiais, delegados e chefes de polícias. A reclamação carnavalesca das classes inferiorizadas remetia, do mesmo modo, à vida econômica inflacionada, referindo-se principalmente aos produtos alimentícios. Enfim, espera-se apontar para outras dimensões da folia, para além de sua forma e organização. Procura-se expor como o riso e a brincadeira popular tematizavam o sério, falavam das angústias e necessidades do momento⁴³⁰.

O bebê de tarlatana rosa foi divulgado por João do Rio, em 16 de março de 1908, na *Gazeta de Notícias*. O narrador, Heitor de Alencar, um homem boêmio e libertino, relata uma

⁴²⁹SOIHET, 2008; FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Unicamp, 2004. CUNHA, 2001.

⁴³⁰O texto de Natalie Zemon Davis, *Razões do desgoverno*, é modelar para refletir sobre as várias dimensões da festa. No artigo, a historiadora tenta mostrar como a festividade, na França do século XVI, escapava da visão da mera válvula de escape, podendo assegurar certos valores da comunidade e fazer a crítica da ordem social. Nesse sentido, ela explica como a vida real estava associada profundamente a diversão carnavalesca, em que as pessoas usavam de “sociedades alegres” e *charivaris* para ridicularizar e condenar comportamentos cotidianos e autoridades políticas e religiosas. Ver DAVIS, 1990, p. 87-106.

aventura macabra que protagonizou no carnaval do Rio de Janeiro. Num gabinete elegante, entre cigarros, bebidas e o piano, ele trava conversas com alguns amigos – o barão Belfort, Anatolio de Azambuja e Maria de Flor –, dando ensejo à intriga. Munido da concordância de todos, Heitor discorre sobre os excessos da folgança, afirmando que, nesse período, o desejo doentio é incutido e infiltrado pelo ambiente festivo, levando a um tempo de paranoia e luxúria, em que tudo é possível.

A peripécia se passa nas áreas centrais e marginalizadas da cidade, desdobrando-se nos três dias de diversão. As regiões remodeladas e os lugares periféricos são articulados pelo narrador através de peregrinações, que vão mostrando o entrecruzamento dos pontos chiques e pobres do Rio. Assim, no sábado, o primeiro dia, o protagonista passeou de automóvel com alguns companheiros e atrizes fantasiadas, parando em clubes de jogos, em “bailes e maxixes mais ordinários”.

Em meio à agitação e a bebedeiras, o grupo decide ir ao baile público do Recreio, cujos habitantes eram formados, na opinião de uma personagem, por “gente ordinária, marinheiros à paisana, fúfias dos pedaços mais esconsos da Rua de S. Jorge”. Chegando ao salão de dança, a atmosfera era de promiscuidade, com “pretas beijudas e desdentadas esparrimando belbutinas fedorentas pelo estrado da banda militar, todo o pessoal de azeiteiros das ruelas lóbregas e essas estranhas figuras de larvas diabólicas, de incubos em frascos d’álcool, que têm as perdidinhas de certas ruas”. Foi nesse recinto de prazeres e provocações, que Heitor sentiu um bebê de tarlatana rosa lhe roçando. Um gordinho e apetecível bebê, que tinha um rostinho atrevido, olhos perversos e uma boca polpuda. A criatura tinha também um nariz postiço que, de tão bem feito, parecia de verdade. Embora curioso e interessado na figura enigmática, o libertino voltou para o automóvel com os seus amigos, indo jantar num clube chique da cidade.

No domingo, na tumultuosa Avenida Central, o narrador e o bebê se depararam novamente, para logo se perderem na multidão. Somente na terça-feira gorda, no último e mais buliçoso dia de carnaval, foi que aconteceu o encontro. Heitor tinha se desligado de seu grupo, e caído na depravação. Ele flanava pela larga artéria e pelas praças à caça de deleites sexuais, embarafustando pelo S. Pedro, metendo-se em danças, friccionando naquela “gente em geral pouco limpa”. Às três horas da manhã, quando o movimento da rua tinha se abrandado, e viam-se carros levando mascarados, o protagonista começou a perambular pelo o Largo do Rocio, quando avistou a figura misteriosa. Ele e o bebê iniciaram um excitante passeio em direção ao edifício de *Belas Artes*, estancando finalmente “em baixo das sombras espessas do Conservatório de Música”, onde se entregaram a uma paixão desenfreada.

No entanto, o falso nariz era um objeto frio no corpo quente da mascarada. E o desejo do narrador foi dando lugar ao incômodo, a ponto de Heitor não resistir e arrancar o disfarce de papelão, enquanto beijava a desconhecida. Nesse instante a surpresa, pois o bebê de tarlatana rosa não tinha narina: “presa dos meus lábios, com dois olhos que a cólera e o pavor pareciam fundir, eu tinha uma cabeça estranha, uma cabeça sem nariz com dois buracos sangrentos atulhados de algodão, uma cabeça que era alucinante – uma caveira com carne...”

Feito esse resumo, esse conto indica uma imagem cristalizada do carnaval, na qual a extravagância, a lubricidade e a loucura estariam à solta, suspendendo a racionalidade e a ordem cotidiana. Tudo seria possível, a perversão, o crime, o desejo e o absurdo. E nada era o que aparentava ser. Os abastados, as classes medianas e miseráveis do país deixariam de lado as obrigações, o pudor e a sanidade para comemorar os três dias do rei Momo. Na coluna *Cinematógrafo*, João do Rio comenta que, durante essa época de pândega, o preconceito, a vergonha e a seriedade seriam postos de lado, dando lugar à insanidade e ao prazer canalha. O brasileiro era tomado como um povo triste, tendo na comemoração o seu instante de felicidade. Para o escritor, o carnaval era um período que estava à revelia da ordem, quebrando a rotina da família: os maridos desapareciam, os homens graves andavam de casaco de pijama, as senhoras queriam ver o *High-Life* e as meninas fantasiadas iam olhar os maxixes do teatro S. Pedro⁴³¹.

Lima Barreto também aderiu a essa concepção, afirmando que a pândega espancava a tristeza que havia em nossa alma. O zabumbar nos arrancaria das graves preocupações da árdua vida. E a disciplina ficava pendente. Via-se a transformação de uma pessoa ajuizada numa figura galhofa, chamada pelo autor de “Morcego”. Este era um tipo de herói momesco, um homem sério e burocrático, que, quando começava a patuscada, esquecia-se da pátria, dos parentes e da humanidade. Durante os dias de alegria, ele dizia pilhérias, mostrando-se sempre novo e cantante⁴³². Vale salientar que o ponto de vista dos dois cronistas era um senso comum da imprensa carioca na época. Mas essa acepção da festa é um legado que os escritores herdaram de intelectuais e romancistas ainda da segunda metade do século XIX.

Literatos como Valentim Magalhães, José de Alencar, Gastão Bousquet e Raul Pompeia acreditavam que o espírito carnavalesco nivelava todas as classes, sendo uma brincadeira de todos e para todos. Era um momento de completo desvario e permissividade, no qual o impulso, retido pelas conveniências e regras sociais, seria em fim liberado. Em outras palavras, o festejo era visto como um tempo invertido, assinalado pela oposição à

⁴³¹ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1910. p. 1 (Digitalizado).

⁴³² O morcego. In: *Toda crônica*, v. I, p. 137.

rotina e ao trabalho duro do dia-a-dia. Nesse aspecto, era construído sob o folgado um sentido que estava além da alegria. Ele adquiria um papel de descarga das tensões e conflitos corriqueiros. Uma válvula de escape para o sofrimento e a injustiça que a população padecia. Portanto, o carnaval se tornava um evento importante no controle e disciplina das camadas pobres e “perigosas” do Rio de Janeiro.

Mas essa representação da festividade não correspondia à realidade. De fato, o que acontecia era uma vigilância e uma atenção redobrada contra indivíduos e grupos que saíam da oficialidade carnavalesca. Até os préstitos dos foliões só eram permitidos com um pedido de licença. Os chefes de polícia, muitas vezes, proibiam os desfiles de alguns carros de críticas das Grandes Sociedades. E o uso de máscaras chegou a ser vedados, inclusive em bailes elegantes⁴³³.

As manifestações populares eram frequentemente alvo de coibição, porque não atendiam ao modelo dito civilizado de carnaval. As diversões como os limões de cera, cucumbis, fantasia de diabinho, zé-pereira e cordões, eram acoissadas, pois elas expressavam na lógica das elites uma “cultura primitiva e bárbara”. Uma nódoa no juízo de progresso que se tinha para o Brasil. O mascarado era comumente associado a um possível suspeito ou criminoso, principalmente quando o seu disfarce era improvisado, feito de materiais grosseiros: papelão, arame, sacos de aniagens e panos de má qualidade – coisa de pobre...

O jogo do entrudo, prática de arremessar água perfumada, ovos, lamas, piche e até urina nos outros, foi bastante combatido por jornais e a polícia. Recipientes como limões e laranjinhas de ceras ou borrachas, bisnagas, baldes e seringas, que comportavam os vários tipos de líquido, eram apreendidos pelas autoridades. As casas comerciais, licenciadas para vender artigos para o entrudo, sofriam truculenta ação policial, com a invasão do recinto e destruição de alguns apetrechos carnavalescos. É salutar informar que, embora a molhadela fosse generalizada, eram sobretudo as brincadeiras das classes inferiorizadas que incomodavam, sendo consideradas como selvagens e anárquicas, já que os senhores de cartola e casaca poderiam ser atacados desprevenidamente pelo populacho⁴³⁴.

As medidas e os editais condenando a brincadeira datam de 1838, quando o código de postura procurava restringir as manifestações de força popular, a exemplo de tocatas, vozerias e ajuntamento do povo em barracas. Assim, jogos de bilhar e o entrudo foram proibidos em qualquer espaço público, residências ou torres de igreja. Também foi cerceada a existência de

⁴³³ PEREIRA, 2004, p. 174-193.

⁴³⁴ CUNHA, 2001, *passim*.

casas, onde se praticassem dança de negro, cantorias e batuques⁴³⁵. Com o tempo, as interdições se tornaram mais acentuadas, fixando multas e até gorjetas para quem levasse à polícia um escravo que vendesse projétil d'água. Em 1890, não só o entrudo, mas igualmente outros divertimentos foram censurados, como o porte de máscaras, legendas e letreiros que aludiam a personalidades conhecidas, pilhérias e atitudes que danificassem chapéus e roupas dos transeuntes⁴³⁶.

Mais de setenta anos após a primeira postura que obstruía o entrudo, podem-se observar ainda precauções contra o jogo, o que revela a insistência e a resistência do costume popular. Embora fosse considerado no período como uma atividade morta, seu confisco era invariavelmente lembrado nos dias do festejo. Desse modo, em 1915, o inspetor geral da guarda civil, Laurentino Pinto filho, taxou várias instruções que deveriam ser seguidas nos folguedos carnavalescos. Entre elas: proibir o uso de máscaras aos condutores de veículos; deter as máscaras referentes a qualquer autoridade política; reter os foliões que ofendessem a moral, cantando trechos obscenos ou fazendo “vozeria em lugares de aglomeração”; impedir as vaias, gritos de morra e fora, ou assobios a qualquer sociedade; vedar “o uso de leques de papelão, reco-reco, escovas de pão, chicote e outros semelhantes”. A última instrução era fazer cumprir a postura municipal de 1891, que estabelecia a proibição do entrudo, com multa de cinco a doze mil réis para quem descumprisse o código. E na falta de dinheiro, o indivíduo poderia sofrer de dois a oito dias de prisão⁴³⁷.

Em Petrópolis, no ano de 1912, ainda se podia ver a molhadela pelas ruas, tomando parte “cavalheiros, senhoras e moças, da mais alta distinção social, diplomatas e toda a sociedade elegante enfim”. Em algumas avenidas da cidade, os limões de cera teriam imperado de um modo assombroso, apesar do edital da polícia⁴³⁸. Desde o Império, tanto pobres quanto ricos eram adeptos dessa batalha lúdica, sendo assim compartilhada pelas várias camadas sociais. Através dos arremessos d'água, construía-se uma viva sociabilidade, levando a laços matrimoniais e mesmo à contribuição de transações financeiras. Todavia, as famílias nobiliárquicas ou burguesas brincavam em casa, entre os seus pares, usando geralmente líquidos perfumados; o povo se divertia na rua de maneira mais escrachada, sujando-se com polvilho, pó de barro, água de chafarizes e de sarjetas⁴³⁹.

⁴³⁵ ABREU, 1999, p. 196-197.

⁴³⁶ CUNHA, 2001, p. 73.

⁴³⁷ *Gazeta de Notícias*, 22 de janeiro de 2015. p. 6 (Digitalizado).

⁴³⁸ *A Notícias*, 22 de fevereiro de 1912. p. 7 (Digitalizado).

⁴³⁹ FERREIRA, 2005, p. 30.

Segundo Bakhtin⁴⁴⁰, o modo como a gente comum se diverte corresponde a uma cultura cômica, específica das classes populares, cuja estética ele denominou de *realismo grotesco*. A paródia, a obscenidade, o palavrão, o escárnio, a gritaria, a abundância do comer e do beber, o riso, o lançamento de fluido mal cheiroso e de urina têm relações com o componente material e corporal, sobretudo no plano erótico. A vida e o corpo são um princípio positivo, apresentados como um todo complexo e incongruente. Nesse sentido, a região do baixo ventre, que constitui os órgãos genitais e também intestinais, tem um duplo significado. Ao mesmo tempo em que simboliza a fecundidade, a renovação, o crescimento, representa igualmente a decomposição e a morte. Ao fazer uso da grosseria, de materiais excretados ou já servidos, as pessoas traziam, para o âmbito da folia, os elementos vitais da existência humana, elementos esses que a sociedade burguesa sempre rejeitou e procurou esconder⁴⁴¹.

Em 1916, João do Rio descreve a solenidade momesca como um “vendaval dos sentidos”. Uma “crise de igualdade” em que “todas as classes se confundem no mesmo riso, no mesmo desejo, e no mesmo ato, na mesma pândega [...]. O espasmo da fera na civilização”. E essa democratização carnavalesca teria sido uma conquista do progresso cultural e social do Rio de Janeiro, que acabou com os cordões selvagens, os conflitos sangrentos e com o entrudo de limões, ovos, baldes e bisnagas de lama. Para o cronista, anteriormente a celebração era separada, havendo o carnaval de rua e aquele organizado pelas famílias argentárias, que participavam da folia do alto das sacadas ou arranjando bailes particulares⁴⁴². Mas agora seria diferente. Todos tomavam parte na pândega, porque esta teria sido disciplinada. Em vez de combate com molhadelas, eram feitas batalhas de flores e de confetes na Avenida. E os bárbaros cordões tinham sido substituídos por ranchos, estandartes, orquestras e maestros.

Observa-se que essa visão idílica e letrada da folgança se alicerça na discriminação dos saberes e das brincadeiras da gente humilde. A universalização da diversão só se torna possível com o fim e a repressão do elemento popular. Aliás, a cultura do povo não era exibida apenas como atrasada, ela também fazia mal à saúde. Os rosários de roscas açucaradas da Penha, o entrudo, o zé-pereira, entre outros eram vistos como um perigo para o corpo e a salubridade da cidade. Em 1886, a Inspetoria de Higiene acusava, por exemplo, que os banhos d’água nas ruas poderiam provocar mortes e doenças, como a tísica e a febre

⁴⁴⁰ BAKHTIN, 2003, p. 17.

⁴⁴¹ CORBIN, 1995.

⁴⁴² RIO, João do. Carnaval, *Revista da Semana*, 4 de março de 1916. Sem paginação (Digitalizado).

amarela⁴⁴³. Em 1904, o prefeito Pereira Passos reforçou o contratempo da brincadeira, afirmando que o jogo era incompatível com os costumes civilizados, provocando desordem social e prejuízo à saúde⁴⁴⁴.

Deve-se ressaltar que os bailes de máscaras, existentes desde a década de 1840, tinham o objetivo de civilizar as patuscadas carnavalescas. O intuito era controlar e regularizar a multidão alegre, conforme a ordem e a disciplina burguesa. De origem francesa, essas reuniões dançantes buscavam substituir o entrudo, oferecendo ao populacho um novo jeito de comemorar o festejo. Esses encontros se realizavam, em geral, nos teatros, como São Januário, São Pedro, São Francisco etc. Numerosas regras eram impostas para corrigir os abusos nos bailes à fantasia. Eram proibidos a famigerada molhadela, gritos e assobios; e era preciso a permissão para que os homens andassem mascarados. Entretanto, os eventos abertos, por congregarem vários segmentos sociais e não terem a sofisticação dos salões privados, foram sendo tomados como desordeiros e acanalhados. Em razão disso, as classes privilegiadas procuraram ainda mais se isolar em suas festas particulares e associações, deixando o espetáculo público na posse dos boêmios e da população⁴⁴⁵.

O bebê de tarlatana rosa retrata bem esse quadro. O espaço do absurdo, do grotesco, da enfermidade e do crime é configurado num ambiente de características populares. O teatro do Recreio, um dos cenários do conto, era conhecido pelos bailes públicos de carnaval e pelos requebros do maxixe que noticiava. Era também um lugar das classes inferiorizadas, da boemia e do meretrício. Luís Edmundo relatou que o teatro, com pretensões a *jardin-d'été*, lembrava uma estalagem sem flores e sem plantas, havendo até crianças descalças jogando o “tempo-será”. Ele informou que a casa de espetáculo era o local preferido pelo que se chamou “alto-madamismo”. Ou seja, durante o intervalo dos primeiros atos, certas atrizes (“madamas”) exerciam a prostituição, algumas delas possuíam apelidos sugestivos como Mariquinha Quinhentos-Réis, Alice Cavalo-de-Pau, Adelaide Chove-não-Molha, Augusta Mulata, Berta Chuchadeira etc. O memorialista ainda registrou que no jardim do teatro existia uma bica onde populares iam matar a sede⁴⁴⁶.

No conto, embora a corrupção esteja diluída por todas as direções, devido ao carnaval, é nas áreas de evidência popular que ela está centralizada – Teatro do Recreio, Rua de S. Jorge e Largo do Rocio, este último, zona famosa de meretrício. É significativa a

⁴⁴³ PEREIRA, 2004, p. 73.

⁴⁴⁴ CUNHA, 2001, p. 78.

⁴⁴⁵ FERREIRA, 2005, p. 40-55.

⁴⁴⁶ EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 267.

representação dos integrantes e dançarinos no salão dramático, apontando para desordem moral e física. As figuras fictícias são “pretas beijudas e desdentadas”. A morbidez e a sexualidade são expressas nas moças que tinham os “traços como amassados e todas pálidas”. São imagens de juventude, decadência e exotismo, que estão associadas claramente à raça negra e a mestiçagem. Nesse ambiente, o povo é pintado em estado natural, como se brotasse de forma espontânea, animalizado e inferiorizado por uma condição rastejante: “todo pessoal de azeiteiros das ruelas lóbregas e essas estranhas figuras de larvas diabólicas, de íncubos em frasco d’álcool, que têm as perdas de certas ruas”. Acrescenta-se nessa configuração a percepção dos pobres como entes demoníacos e enodados, principalmente o gênero feminino, pois *íncubos* eram demônios que assumiam a forma masculina para ter relações sexuais com as mulheres.

É preciso fazer um contraponto sobre essa imagem literária dos pobres. Ao mesmo tempo em que essas pessoas são percebidas como decaídas por sua cor e a sua pobreza, elas são igualmente apresentadas como seres de desejo e prazer, uma vez que o narrador sente uma atração incontrolável por elas. Elementos de atração e repulsa compõem a visão do popular. É como se a libido fosse própria a esse mundo que se apresenta como animalizado – odores, partes do corpo (lábios, quadris, músculos) muito volumosas, como se fossem paralelas à ereção. Assim, tal qual mostra André Silva, a decadência, como fascínio e desejo, é percebida por João do Rio em “positividade tensa”⁴⁴⁷.

Nesse aspecto, o *bebê de tarlatana rosa* é uma personagem alegórica, mimetizando o que seriam as classes pobres na compreensão das elites. Não era uma representação correlata ao povo, mas correspondente a uma ideia de povo. Primeiro, o ser fictício é uma criatura sensual, promíscua e andrógina. Mesmo sendo definida posteriormente como uma mulher, a sua sexualidade é um tanto nebulosa e posta em dúvida. Seu corpo, “gordinho e apetecível”, é indicativo do excesso e da libidinagem. Segundo, a sua condição social é simbolizada pelos acessórios ordinários que utiliza. O disfarce de bebê, além de ser um apetrecho dos mais populares na época, era feito de tarlatana, um tecido transparente e grosseiro; e a máscara era composta de papelão. As pessoas que usavam esse tipo de material, como já se destacou, eram geralmente perseguidas pela polícia, identificadas como suspeitas. Terceiro, o bebê, ainda que fisicamente atraente, era uma figura doentia e ameaçadora.

⁴⁴⁷ SILVA, 2016, p. 112-113.

É preciso apontar para o significado do nariz ou para ausência dele. No *Dicionário de símbolos*⁴⁴⁸, Chevalier e Gheerbrant registram que a narina é um símbolo de clarividência e perspicácia, ligada mais ao intuitivo do que a razão. Órgão do faro, seu atilamento está atrelado ao desejo. Corbin, em *Saberes e Odores*⁴⁴⁹, discorre sobre o estereótipo da olfação sob essa mesma perspectiva. O historiador comenta que, apesar de o olfato ser configurado como o sentido do instinto e do apetite, trazendo em si o carimbo da animalidade; ele também é o comportamento sensorial da conservação. O nariz seria a vanguarda do paladar, avisando sobre o veneno, detectando os perigos que o ambiente oculta, analisando a qualidade do ar. Por ser um órgão dos afetos e mistérios, ele estaria mergulhado profundamente na vida. No conto, a mulher caracterizada de bebê, enquanto estava com a narina postiça, figurava intenso desejo e sensualismo, mas revelada a verdadeira face, o monstruoso se impõe. Ela tinha perdido todo o encanto e algo de sua dimensão humana. Era um ser meio morto reduzido à caveira.

Há um jogo de contraste na personagem bastante significativo. Ela é um ser disforme e doentio, mas que abriga e atrai desejo, enquanto não se descobre a sua condição de saúde. Nesse sentido, possui atributos bons e ruins, provoca empatia e recusa. Em outras palavras, a moça fantasiada detém as qualidades que são ideologicamente conferidas à população e a suas práticas festivas: a lascívia, o alcoolismo, o exagero, o anômalo e a moléstia. Tudo isso exibido em porções irrefletidas na noite de carnaval. É bom frisar, contudo, que esse quadro tem muito do artifício e da criação literária de João do Rio, adepto que era de uma estética decadentista. O autor gostava de criar em seus contos e crônicas uma história carregada de mistério, sensualidade e corrupção.

O contraponto literário de João do Rio é o conto *O moleque*, escrito por Lima Barreto, em 1920. O texto teve origem a partir de um manuscrito do literato, denominado *A vingança (História de Carnaval)*⁴⁵⁰. A narrativa é bem diferente em sua lógica interna, pois a gente comum não é percebida como seres exóticos, pitorescos e com um potencial criminoso ou doentio. A história, que já se analisou em outra ocasião, conta muito mais do que um dia de fantasias e patuscadas, ela trata do cotidiano e das resistências das comunidades carentes do Rio de Janeiro. Agora estudar-se-á outra faceta do conto.

⁴⁴⁸ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

⁴⁴⁹ CORBIN, 1995, p. 13-14.

⁴⁵⁰ Ver conto e manuscrito, BARRETO, *Contos completos*, 2010.

O protagonista da história é Zeca, um garoto pobre e negro, de nove anos de idade, que mora no subúrbio de Inhaúma com sua mãe, d. Felismina, uma senhora de meia idade que sobrevive como lavadeira. O menino sempre auxiliava sua mãe nos serviços de casa e de ganho, levando e trazendo as roupas dos fregueses. Mas Zeca tem características psicológicas ambíguas, sendo ao mesmo tempo resignado e imperioso, doce e insistente. Essa ambiguidade ajuda a compor uma personagem em tensão, que, apesar de estar numa condição social inferiorizada e de obediência, possui gestos de resistência e de negação. A narrativa do conto é simples. Durante o período carnavalesco, o garoto foi entregar as roupas para um cliente de d. Felismina, o coronel e fazendeiro Castro. No caminho, foi abordado por algumas crianças, que zombavam dele com expressões “Ó moleque!”, “Ó negro!”, “Ó gibi”. Gozação claramente de teor racial. Ao chegar à fazenda, o menino contou ao coronel o que tinha acontecido. E este para abrandar a tristeza do rapaz lhe prometeu uma fantasia de diabinho.

Com efeito, a vestimenta de diabinho se torna uma oportunidade para o garoto se vingar da grosseria. E a pândega momesca seria a situação ideal para se pregar uma peça. A especificidade da fantasia revela a intenção pueril do protagonista, que era provocar susto e medo nos meninos trocistas: um traje vermelho de ganga rala, com uma “máscara apavorante de olhos esbugalhados, língua retorcida e chifres agressivos”. Porém, Dona Felismina, ao ver a fantasia, não compreendia a sua utilidade, achando uma bobagem o presente e duvidando da importância que o apetrecho tinha para o filho.

No manuscrito de Lima Barreto acontecem algumas alterações na história. Os epítetos atribuídos a Zeca eram diferentes, mas com o mesmo conteúdo racista: “mouco” e “macaco”. A máscara mefistofélica tinha sido dada por outro personagem, de nome Chico, e o resto dos acessórios foram comprados pelo próprio garoto. A conformação e a incompreensão da mãe, com relação à alegoria e à vingança do jovem, apresentam-se no texto de modo mais intensificado. O narrador chama a atenção para os gestos e o ato da senhora que, enquanto conversava com o pequeno, lavava e arrumava resignadamente “a roupa de várias famílias conceituadas”.

Lima Barreto elabora duas representações através da vestimenta. Uma torna-se objeto de protesto e de combate; a outra sinaliza para uma atitude de submissão. De um lado, a roupa de diabinho e a figura do protagonista revelam as agressões e os sofrimentos de que também as crianças negras eram vítimas. E demonstram a não aceitação do preconceito, as batalhas travadas contra as humilhações e o racismo presentes no universo infantil. Já a indumentária, que Dona Felismina asseava, é indicativa dos rebaixamentos a que a população pobre e negra ainda estava sujeita na República. Portanto, eram as roupas de “famílias conceituadas”, como

a do fazendeiro Castro, que a boa mulher limpava e arrumava, assim como o escravo antes fazia na casa-grande para o seu dono. E a postura da velha, resignada e paciente, deslocava para o garoto a esperança e o campo de luta.

A vestimenta demoníaca é bem simbólica no conto, pois o diabo não é apenas um ser ardiloso, é igualmente um anjo rebelde, que enfrentou a maior potestade dos céus. Além disso, é um espírito galhofeiro, representando todas as forças que perturbam e enfraquecem a consciência⁴⁵¹. O acessório carnavalesco também alude a elementos particulares da história brasileira. Lima Barreto, com perspicácia, traz para o conto uma das fantasias mais antigas do carnaval carioca: o diabinho, considerado por sua popularidade um tipo ou uma entidade carnavalesca, presente desde a segunda metade do século XIX. Os trajes encarnados, os longos chifres e a enorme cauda eram os utensílios preferidos das classes pobres do Rio de Janeiro. As vestes confeccionadas com tecido de ganga ou metim de cor vermelha eram o sucesso e o temor da criançada. Quando surgiam na rua os diabretes aos saltos, guinchando, rodopiando e distribuindo rabanadas a torto e a direito, todos corriam e fugiam.

Embora o disfarce fosse apreciado por todos os públicos, inclusive por aqueles afortunados, a imprensa frequentemente associava a camuflagem diabólica e as diabruras aos negros capoeiras⁴⁵², exigindo que se proibisse o uso da temível máscara. A popularização desse vestuário momesco era vista como negativa pelo jornal e pela polícia. Na concepção elitista, a apropriação e o gosto do povo pela fantasia fazia com que esta se tornasse bárbara, sinônimo de crime e perversão. E por esse motivo o indumento mefistofélico foi perseguido e coibido. Um cronista da revista *Fon-Fon!*⁴⁵³ que assinava por Dip., expõe essa imagem:

Não houve capoeira, moleque de maus bofes, rebotalho de bodegas e cortiços, que se não fantasiasse de *diabinho* para exercer suas façanhas cruéis. Alguns, no exagero bruto de suas imaginações de bárbaro, complicavam os trajes, adicionavam-lhe outras cores, outros objetos e ornamentos: tais como mantéus capuzes, tridentes, bastões, etc. [...] As mascaradas passaram a ser horrendamente estúpidas, algumas mediam um metro, metro e pouco de tamanho! E eram adornadas de cobras, lagartos, sapos, corujas. Pesavam tanto que lhe era difícil trazê-las por alguns minutos sobre o rosto, carregavam-nas às costas, ou aos ombros!

⁴⁵¹ CHEVALIER; GHEERBRANT, 1995, p. 337-338.

⁴⁵² A figura do diabo já se fazia presente nas procissões e festas religiosas do tempo colonial, a exemplo das celebrações de São Jorge, de Corpus Christi e do sábado de Aleluia. No ritual de Judas, o diabo era responsável pelo enforcamento do discípulo traidor, mas foi no carnaval oitocentista que essa representação tomou novos significados e grande popularidade. A fantasia carnavalesca adquiriu um teor fortemente racial, sendo associados a capoeiras e às pessoas negras do Rio de Janeiro. Sobre a história do diabinho, ver NEPOMUCENO, Eric Brasil. Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

⁴⁵³ *Fon-Fon!* 24 de fevereiro de 1911. Sem paginação (Digitalizado).

Era, então, que se lhes percebiam as visagens duras, mas, de assassinos amadores, negralhões e mulataços de maltas, gentalha de eleições que a política protegia, embrutecidos dos vícios e hospedes de calabouços, uma horda de bandidos, donde saíram mais tarde os célebres cordões, que se digladiavam a navalha e a revólver. E tanto e tais crimes praticavam esses foliões da sangueira, navalhistas e tombos-certos, que a polícia teve a necessidade de proibir a fantasia de *diabinho* a quem fosse maior de 12 anos. A fantasia, porém, estava *desmoralizada*, o crime aviltara o disfarce, e ela, desde 1885, entrou a decair [...].

Nas primeiras décadas do século XX era raro ver alguém com esse tipo de traje na rua. O diabinho se tornou uma ameaça e um perigo à ordem dominante, sendo combatido de modo inexorável. Quem estava por trás da fantasia, segundo a percepção do cronista, eram “negralhões”, “mulataço”, “rebotinho de bodegas e cortiço”, qualificados como “assassinos amadores”, “gentalha de eleições”, “embrutecidos dos vícios”, “horda de bandidos” e “hospedes de calabouços”. Embora o texto procure condenar a vestimenta alegórica pelo uso que alguns capoeiras fazem dela, é a gente pobre e mestiça que está sendo o tempo todo atacada e apontada como perigosa e ameaçadora. Tanto assim, que não é somente a fantasia em si que está sendo condenada; os célebres cordões carnavalescos, eminentemente uma manifestação da cultura popular, são pensados sob a mesma perspectiva: “foliões da sangueira” e “navalhista”. Conforme Cunha, com a proibição de máscaras avulsas, em 1890, a alegoria só era permitida nos bailes e cortejos das sociedades carnavalescas. A historiadora comenta que a repressão às figuras endiabradas encontrou “seu ponto culminante numa estranha prática exorcista adotada pela polícia da corte em 1883”, quando os diabos, na freguesia de Santana, foram revistados e tiveram as suas caudas cortadas⁴⁵⁴.

Acredita-se que não haja nessa ação policial nenhum ritual para expulsar o diabo, e Dip. dá uma pista para o verdadeiro sentido do procedimento policiesco. O cronista relata que o grande rabo, outrora preenchido inofensivamente com algodão e estopa desfiada, tinha se transformado em arma, numa “máquina de guerra”. Isso porque as caudas passaram também a ser revestidas com areia, e algumas eram cobertas de pontas de pregos. O rabo deixou de ser um simples ornamento e brincadeira, adquirindo outras funções, instrumento de provocação, combate ou contenda. E nem os comerciantes e as “negras quitandeiras” escapavam de levar umas esbordoadas de vez em quando. O cronista J. B. ratificou o fato no artigo *O carnaval de outrora, o carnaval de hoje*, na *Gazeta de Notícias*, em 3 de março de 1919. Ele explicou igualmente que a extremidade do rabo era aberta com a finalidade de ferir o adversário

⁴⁵⁴ CUNHA, 2001, p. 39.

indistintamente, ainda mais, quando havia encontros entre facções de capoeiras⁴⁵⁵. Além disso, alguns acessórios da fantasia eram utilizados para esconder armas, como a navalha, que ficava oculta num canudo de papelão, representando a enorme língua da carantonha.

Decerto, o carnaval se mostra um campo de tensão e de luta pelo uso do espaço festivo, ainda mais energizado com o preceito de diversão elaborado pelas elites. A fantasia mefistofélica não faria parte do parâmetro civilizatório, tornando-se uma simbologia carnavalesca de oposição à nação projetada. A indumentária, enquanto representação, está repleta de códigos que podem indicar o estado e o grupo social de uma pessoa, sinalizar para certas recordações e imagens de batalhas. Como explica Stallybrass, a roupa é “ricamente absorvente de significados simbólicos”, um tipo de material no qual as “memórias e as relações sociais são literalmente corporificadas”. Assim, pensar sobre vestes consiste em refletir também sobre poder e posse, sobre como os valores assumem a forma de roupa⁴⁵⁶.

Na crônica *Máscara de todo ano*⁴⁵⁷, João do Rio percebe com agudeza o significado das roupas como marca identitária. Para o cronista, a vestimenta seria uma expressão da personalidade, sendo elucidativa das relações e imbricações sociais. Em época de folia, a indumentária ou a fantasia poderia ser reveladora de um desvio ou variação psicológica. Assim, a máscara que esconde o rosto também o revela. Se o carnaval é uma crise de loucura e de identidade, cada um vestiria a fantasia que melhor lhe cabe, expressando seu eu mais interior. Seguindo tal lógica, João do Rio delineia para cada grupo social um tipo de mascarada.

No máscara isolado há todo um tratado de patopsicologia. Um homem que trabalha o ano inteiro para se vestir de “princez” ou de “rei de diabos”, e que sai por aí convencido na fatiota multicolor, não pode ser muito certo, e um pobre rapaz, capaz de se fantasiar de “Pai João” e de tentar fazer espírito não é um prodígio de sensatez. Alguém mesmo já descobriu que a fantasia corresponde quase sempre a pequena racha que o tipo tem na mioleira (sic) ou a qualidade predominante da sua alma, contando os dominós pela hipocrisia, os princezes pelo efeminamento, os reis dos diabos pelo desvairamento delirante, os palhaços pela gente sem personalidade complacente. E esse alguém não deixa de me dizer

⁴⁵⁵ Nepomuceno (2011, p. 145) também confirma o fato, analisando uma crônica de J. Verin, em 1886, publicada na *Revista Ilustrada*. No texto, o cronista informava que na “longa cauda satânica” se escondia às vezes uma navalha.

⁴⁵⁶ STALLYBRASS, Peter. A vida social das coisas: roupa, memória, dor. In: _____. *O casaco de Marx: roupa, memória, dor*. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 12-16.

⁴⁵⁷ RIO, João do. O máscara de todo ano. *A Notícia*, 27 fev. 1908, p. 3, microfilmado. Ver Rolo PR –SPR 2515 1908/ jan. à mar./vol. XV/ n° 1 à 78.

- não há um rei dos diabos que não seja capoeira valentíssimo, um princez sem languores femininos, e repara no grande número de mulheres alegres usando as roupas de palhaço que elas dominam de *clovis*...

Para o escritor, repetindo as imagens dos outros cronistas, a roupa de diabo tinha a marca valente do capoeira. No que tange a Lima Barreto, mais do que um valor identitário, a roupa é expressão política e reivindicatória, uma vez que se busca por meio da fantasia assegurar a dignidade e erguer um campo de batalha. O autor trouxe para a ficção, através das diabruras de um menino negro, vítima do preconceito racial, os feitios polissêmicos da vestimenta, desvelando o aspecto marginal, o entretenimento e o conflito social, tudo imbuído no apetrecho alegórico. Portanto, a fantasia do diabo e o tecido na qual ela é confeccionada remetem a uma história do carnaval popular, marcada por opressões e resistências que ultrapassavam os dias de festa. A roupa de diabinho compreendia, de fato, um poder de luta.

Mas nem sempre o escritor foi compreensivo com a pândega carnavalesca, especialmente com a sua poesia. Em 1920, ele demonstra aborrecimento com a patuscada momesca, devido a uma suposta pobreza intelectual dos cariocas. Não era a folia em si que criticava, mas os versos da gente humilde que lhe pareciam sem sentido e nem nexos. O autor comenta que os fados, sambas e cantigas não expunham, naquele ano, a inteligência e o bom senso do povo, elencando algumas trovas populares, a exemplo do famoso samba *fala meu louro*, lançado por Sinhô. A irreverência e as canções carnavalescas das pessoas comuns não comportavam a racionalização e a estetização que o cronista creditava à composição roceira e à modinha, vista como uma “verdadeira poesia”. Nesse caso, Catulo da Paixão era o seu modelo de compositor, sendo aquele que dignificou a modinha, chamando a atenção dos intelectuais e encantando os saraus burgueses⁴⁵⁸.

Entretanto, a momice de 1920 não cantou apenas sobre o amor e a folia, mas usou do humor para criticar o governo, a carestia da vida, as transformações da cidade e a aflição do povo. Destarte, o folião suburbano *Inhacas do Méier* fez uma passeata, cantando a seguinte cançoneta:

O governo prometeu, pois é
Da vida baratear, pois é
Cada vez tudo mais caro, pois é
Sem meios de melhorar, assim que é

⁴⁵⁸ Sobre o carnaval; Bailes e divertimentos suburbanos. In: *Toda crônica*, v. II, p. 137; 503.

Tanta menina bonita, pois é
 Eu tão pobre sem tostão, pois é
 Faço das tripas coração, assim que é ⁴⁵⁹

A crítica àquilo que foi falsamente prometido pelas autoridades é confirmada no jogo entre a expressão “pois é”, que assegura o discurso do governo, e “assim que é”, que corresponde à realidade de fato, o que não foi feito. A rima não apenas denuncia o alto custo de vida que o Estado garantiu solucionar, como também expõe o malabarismo popular para sobreviver sem dinheiro, fazendo “das tripas coração”. A preocupação do poeta é transposta para outra instância, revelando como a carestia não afetava somente o modo de subsistência, mas igualmente as relações amorosas.

Criado em 1920, o clube carnavalesco *Que vida! Hein, meu nego?* já sinalizava através de seu nome os obstáculos que os pobres sofriam no Rio de Janeiro. Na designação, subjaz a queixa de que a desigualdade social recaia com destaque sobre um grupo racial –, sofriam por serem negros e por serem marginalizados. Com muito humor e ironia, a diretoria do clube se nomeava com tratamento de nobreza, acompanhado muitas vezes de expressões que demonstravam o tom de protesto dos integrantes. Assim era constituída a associação: o presidente, Miguel, *lord* Que vida!, vice-presidente, Ademar, *lord* Hein? Meu nego!; 1º secretário, Antonio, *lord* Quem me dera!; 2º secretário, Edgard, *lord* Tua vida; 1º tesoureiro Gonçalo, *lord* Vida sopa; segundo tesoureiro, Albino, *lord* Vida triste; diretor, Luiz, *lord* Vida nobre, e mestre, Tomaz, *lord* Vida chic. A marchinha, que o grupo entoava no carnaval, chamada “O nosso atraso”, revela os apertos sentidos pelas pessoas comuns.

Há criaturas na vida
 Que ativos bem se mostram
 Esquecendo por momentos
 O peso que traz nas costas

Vou comprar ervas
 Para me lavar
 Vou vê se o peso
 Assim quer nos deixar.

Carne seca a dois mil réis
 Bacalhau dois e quinhentos
 Os pesados desta vez
 Passarão a comer ventos.

⁴⁵⁹ *O Paiz*, 14 de fevereiro de 1920. p. 6 (Digitalizado).

Roendo portal de igreja
 Eu vi a D. Chiteria
 Que me disse peso
 Fim de ano está em férias

Esta não é das piores
 Passando eu não sei aonde
 Vi o amigo Gregório
 Roendo trilho de bonde.

Eu andava tão pesado
 Que o suicídio era certo
 Me ensinaram o “mafuá”
 Do Padre João Gualberto.

Cheguei lá, que patuscada,
 Orei a um tal pai bobô
 Mas passados uns momentos
 Não é que o peso dobrou?

Vim de lá desanimado
 Recorri aos barbadinhos
 Me benzeram sexta-feira
 Botaram mais uns pesinhos.⁴⁶⁰

A quadra deixa vislumbrar, de maneira galhofeira, algumas alternativas que as camadas despojadas encontravam para reverter a sua miserabilidade no cotidiano. Uma delas era por meio da fé, de orações e benzedadeiras. Diversos versos, registrados nos periódicos nos dias de momo, tomavam a religiosidade como instrumento para afastar o mal, para seduzir “as mulatas” e “morenas”, e para evitar a fome. Outra opção era a mendicidade, organizada ou não, nas portas das igrejas, estações ferroviárias, períodos de festas, trilhos dos bondes e calçadas. E por fim, o mafuá, feira de leilão, onde o povo ia tirar a sorte. As três últimas estrofes corroboram a pluralidade e a riqueza que o comércio de prendas apresentava. Embora fosse um empreendimento católico para arrecadação de verbas, percebe-se que era também uma grande patuscada com forte presença da religião afro-brasileira. O trovador, no entanto, deixa entrever certa desilusão, pois a cada tentativa de solucionar suas dificuldades, via aumentar os pesinhos nas costas.

O grupo dos Trouxas compôs o samba *Malandro não estrila*, no qual censurou o projeto civilizatório de remodelação da capital. É interessante atentar para o nome do clube, cuja anunciação supera o próprio significado. A indicação de ingenuidade e de engano, trazida

⁴⁶⁰ *Gazeta de Notícia*, 1 de fevereiro de 1920. p. 7 (Digitalizado).

na designação, é contradita com o reconhecimento do que está acontecendo. A canção trata dos custos sociais pagos pela população em face dos abusos políticos.

Fez-se ruas e avenidas.
 Não faltando arquitetura.
 Com “fitinhas coloridas”
 Por conta da prefeitura...
 Vai daí muda o governo,
 Aparece outro prefeito.
 Que pôs termo aquele inferno
 Dando tudo por desfeito!

Seu Sá Freire
 Está na “dependura”,
 Porque “seu” Frontin
 “A neném”
 Deixou a Prefeitura...
 E o Zé-povinho,
 Pra gritar não cochila,
 Vai pagando o “pato”
 De fato:
 “Malando não estrila”⁴⁶¹

Através dessas cantigas carnavalescas, pode-se entrever dimensões de uma visão popular da sociedade e da política brasileira, e reconstruir os modos de sentir e pensar do povo, seus sentimentos, brincadeiras, resistências, críticas e bom humor. O amor, o desencanto e a rivalidade são frequentemente aludidos nessas marchas. Toda uma sociabilidade pode ser historicamente reelaborada a partir de rimas e versos entoados pela gente comum. A irreverência popular pode ser observada também numa canção do bloco Traz-colher, registrada no *O Paiz*⁴⁶², em 16 de janeiro de 1920. Nessa cantiga, o protesto contra a patroa está na inversão e na ousadia do subalterno, que transgride os limites da autoridade, ao vestir a roupa de seu superior.

Eu já vi uma crioula
 Esta fez da boa
 Foi a “gafieira”
 Com o vestido da patroa

É significativo que numerosos clubes foliônicos dos bairros pobres e dos subúrbios manifestaram, por meio do nome, o seu lugar de origem, suas inquietações, seus desafios e

⁴⁶¹ *O Paiz*, 1 de janeiro de 1920. p. 10 (Digitalizado). Parte dessa cantiga foi publicada e analisada por Soihet (2008, p. 113).

⁴⁶² *O Paiz*, 16 de janeiro de 1920. p. 6 (Digitalizado).

críticas. Vários exemplos podem ser dados: Grupos Teimosos Carnavalescos, com sede na Rua Barão de S. Felix; Teimosos da Gamboa, Teimosos da Saúde, Carestia da Saúde, Caprichosos do Engenho de Dentro, Flor dos Operários, Marinheiros Aliados, estabelecidos na Rua da Alfândega; Endiabrados de Ramos, do subúrbio de Leopoldina; Miséria e Fome, fundado em Santa Luzia. Algumas agremiações apontavam para etnias e origens africanas: Nicolau Mikimba, Mina de Ouro, Benguelas, Nação Angola etc.⁴⁶³

Estes blocos não eram homogêneos, podendo se organizar em cordões, ranchos e clubes⁴⁶⁴. A imprensa, contudo, frequentemente tratou essas organizações de forma igual, sem observar minuciosamente os seus matizes. Deve-se dizer que não era fácil demarcar as balizas entre essas instâncias, uma vez que elas tinham relações profundas com a cultura africana e procuravam se adaptar aos paradigmas das grandes sociedades momescas a fim de serem aceitas.

A maioria dessas agremiações tinha como ponto de concentração a Praça Onze, considerada a sede do carnaval popular e do samba. O local pertencia à Cidade Nova, região constituída por negros, mestiços e brancos pobres. Boa parte dessa gente tinha sido expulsa das áreas centrais do Rio de Janeiro devido à remodelação urbana. Eram os antigos moradores da Gamboa, da Saúde e de Santo Cristo. Com esse deslocamento, a praça se tornou um veemente espaço recreativo, reunindo capoeiras, operários, quituteiros, músicos, dançarinos e diversos grupos carnavalescos. Lá se encontravam pessoas ligadas ao candomblé ou ao culto islâmico dos baianos, além de portugueses, italianos e espanhóis. Era para lá que intelectuais, artistas e boêmios se endereçavam, atraídos por batucadas, maxixes e a alegria dos foliões, a exemplo de Villa-Lobos e Mário Lago⁴⁶⁵. Arthur Ramos tem razão quando define a Praça Onze como uma “fronteira sem limites precisos”, em que se interpenetram a cultura negra e a branco-europeia⁴⁶⁶. E tal qual uma fronteira, esse lugar é assinalado pelas disputas e trocas intensas, mas também por uma sólida rede de solidariedade. O músico Heitor dos Prazeres conta que a praça era um palco de aprendizagem, onde se aprendiam várias ocupações⁴⁶⁷. Em suma, espaço aberto e aglutinador, a Praça Onze condensou toda a riqueza e produção cultural da população, avultando os contatos e entrecruzamentos étnicos. Não era à toa que ranchos e

⁴⁶³ CUNHA, 2001, p. 171.

⁴⁶⁴ Os clubes carnavalescos e dançantes estavam espalhados por toda a cidade e bairros cariocas, tornando-se uma das principais recreações das classes populares. Além de bailes e festas, essas associações construíam toda uma rede de sociabilidade, promovendo *pic-nics*, passeatas e jogos autorizados pela polícia. Momento de lazer, essas reuniões também não deixavam de ser igualmente um ponto de encontro de identidades, tensões e disputas. Sobre isso ver, PEREIRA, 2002, p. 421, 427, 441.

⁴⁶⁵ MOURA, 1995, p. 58; e SOIHET, 2008, p. 71.

⁴⁶⁶ RAMOS, Arthur. *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*. 3. ed. São Paulo: 2007. p. 230.

⁴⁶⁷ MOURA, op. cit., p. 69.

cordões organizavam seus passeios em torno desse local público, pluralizando e redimensionando o carnaval.

Os cordões eram um préstito de origem africana que datam do final do século XIX. Pode-se afirmar que os cordões, assim como os Cucumbis e Afoxés, trazem uma relação profunda com as festas negras brasileiras, denominada congados, que representavam a coroação do rei de Congo por meio de cortejos e cantos⁴⁶⁸.

Nos cordões, a comitiva era caracterizada por várias fantasias e máscaras avulsas – palhaços, velhos, diabos, índios, caveiras e morcegos –, acompanhada de dança, percussão e uma cantoria conduzida por um mestre. Os instrumentos de acompanhamento eram vários: violão, cavaquinho, reco-reco, cuíca e adufes. Alguns membros ficavam responsáveis para carregar os archotes, os fogos de bengala e as lâmpadas de querosene, em geral, as pessoas que não tinham fantasias. Os integrantes do desfile levavam também animais: cobras sem dentes, lagartos e jabutis. Esses bichos tinham um valor religioso para o candomblé. Não estavam ali como meros acessórios. A tartaruga, por exemplo, era um animal que possuía múltiplas funções. Ela significava felicidade, era alimento de Xangô, e a sua casca servia para compor o opelê, um tipo de rosário utilizado na cerimônia de adivinhação.

Na organização dessas associações, existiam presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretários e fiscais de segurança. Na dança, o grupo se dividia em mestres-salas, mestre de canto, porta-machados e porta-estandarte. Além da excursão pelos bairros e pelo centro da cidade, eram realizados bailados e cantigas, acompanhados de orquestra, em que se dançavam o choro e o samba. Esse momento festeiro era regado com um bom jantar, no qual não faltava o parati e se podia saborear “sardinha frita, sanduiche de pão de milho e queijo de Minas”⁴⁶⁹.

Num texto bastante conhecido, denominado *Cordões*, João do Rio analisa com detalhes essa folia momesca, tratando minuciosamente do séquito e aludindo ao seu caráter religioso. O escritor pinta essas associações como um “bem do povo, bem da terra, bem da alma encantadora e bárbara do Rio”⁴⁷⁰. É com um misto de sedução e horror que a marcha é descrita.

⁴⁶⁸ Esse festejo, porém, demonstra algumas variedades, dependendo do local em que eram executados. Câmara Cascudo explica que as congadas eram “autos brasileiros de assuntos africanos, especialmente reminiscência da rainha Njinga Mbandi de Angola, falecida em 17 de dezembro de 1663. O tema essencial é a embaixada da rainha Ginga a um potentado negro, às vezes Henrique, rei Cariongo, circunscrição de Luanda [...]. O enredo referir-se-ia a uma luta entre a guerreira Ginga e um soba de Cariongo, transformado em rei. Duelos, bailados, coroação, préstitos e cantigas compunham a festa. É auto popular em todo o Brasil, tendo variantes onde desaparece a rainha, e surge a figura de um seu embaixador, que luta e vence o rei local. Noutras regiões, o príncipe vencido e morto é ressuscitado pelos feiticeiros, e tudo acaba em dança e canto”. Ver CASCUDO, 1954.

⁴⁶⁹ EDMUNDO, 2003, p. 498.

⁴⁷⁰ Cordões. In: *A alma encantadora das ruas*. p. 143.

O cordão vinha assustador. À frente, um grupo desenfreado de quatro ou cinco caboclos adolescentes com os sapatos desfeitos e grandes arcos pontudos corria abrindo as bocas em berros roucos. Depois um negralhão todo de penas, com a face lustrosa como piche, a gotejar suor, estendia o braço musculoso e nu sustentando o tacape de ferro. Em seguida gargolejava o grupo vestido de vermelho e amarelo com lantejoulas d'ouro a chispar no dorso das casacas e grandes cabeleiras de coche, que se confundia com a epiderme num empastamento nauseabundo. Ladeando o bolo, homens em tamancos ou de pés nus iam por ali, tropeçando, erguendo archotes, carregando serpentes vivas sem os dentes, lagartos enfeitados, jabutis aterradores com grandes gritos roufenhos⁴⁷¹.

Novamente, imagens sensuais e primitivas são associadas à cultura popular e afro-brasileira: “negralhão” com braços musculosos e nus expõe a face lustrosa. “Preta bêbada, desconjuntando nas tarlatanas amarfanhadas os quadris largos, recorda o delírio das procissões em Biblos”⁴⁷². O tecido de tarlatana e o álcool aparecem outra vez na significação do pobre. É impresso uma atmosfera de sufoco, de “sentimentos tendidos”, ameaçadora. O suor gotejante remete ao olfato, ao cheiro, indicando para um espaço de desejo, impulso e animalidade. Ou seja, elabora-se um jogo de imagens, cujos elementos tanto repelem quanto atraem, são bons e ruins. Os marginalizados são vistos de novo como corruptíveis e decadentes, tal qual o conto *O bebê de tarlatana rosa*.

Mas havia quem defendesse o préstito como a representação mais viva e divertida do carnaval carioca. E é ainda João do Rio quem expõe, em sua crônica *Cordões*, os diversos discursos sobre o carnaval popular. O cronista constrói um diálogo imaginário com um amigo, em que é possível notar as distintas interpretações que planavam na época sobre o folguedo. É elaborada uma conversa divergente sobre a pândega, na qual uma personagem condenava a passeata como atrasada, e a outra glorificava e reconhecia nela um aspecto pitoresco e tradicional. Qual seria a verdadeira apreciação de João do Rio? Talvez ele fosse uma e outra personagem. Ao se personificar, o autor esconde a sua figura autoral, dissolvendo a sua opinião na ficção, confundindo o leitor sobre o que realmente pensava. Pode-se questionar até quem era de fato João do Rio, já que este era uma personagem inventada, pseudônimo de Paulo Barreto, mulato vestido como branco de elite, mascarando na fotografia seu rosto e traços negros. Contudo, isso torna os textos do cronista mais complexos, revelando as possíveis leituras que se construíram sobre as manifestações culturais dos mais humildes.

⁴⁷¹ Ibid., p. 142.

⁴⁷² Ibid., loc., cit.

Entre aqueles que criticavam de forma virulenta o cordão estava Bilac, condenando a indumentária de índio e a realização do desfile na grandiosa e fina Avenida. Chamando essas agremiações de selvagens, ele sugeria que as “famílias do Rio tomassem conta do carnaval, fazendo dele uma festa civilizada e decente”. Assim, a beleza venceria a fealdade, reinando a elegância e a distinção. Em 1908, Bilac escreve:

Há ainda os cordões, os famosos cordões de índios, cuja barbaridade ofende os olhos e a alma do mais tolerante dos homens. Ainda este ano o espetáculo foi horrendo! De pés nus, patinhando na lama, com saiotes, cocares e perneiras de velhas penas de galo, empunhando arcos e tocando maracás, rugindo como animais ferozes, recrutados nas alfurjas da Gamboa e da Saúde, sujavam com a sua presença a Avenida. Alguns deles traziam enormes serpentes vivas (!) enrolava no corpo. Um vi eu, que trazia consigo um grande e asqueroso lagarto vivo, e beijava-o, mordida-o, fingindo querer comê-lo. Era horrível⁴⁷³.

Outro cronista, que assinava como Carioca, dizia que os índios, as cobras vivas e os batuques faziam retroceder a dezenas de anos o país, abrindo uma “grande pausa a nossa proclamada civilização”. Numa leitura atávica da festividade, explicava que a alegria do brasileiro tinha um fundo primitivo, “como a rememoração do passado”. E essa ancestralidade era de raízes africanas. Em face dessa constatação, ele exclamava que o júbilo do carnaval seria delicioso “se lhe tirassem essa expressão externa de folia do interior da África!”⁴⁷⁴.

Para alegria de Bilac e Carioca, em 1909, o chefe de polícia Alfredo Pinto proibiu as vestimentas de índios, com o pretexto de que punhais e navalhas eram escondidos por baixo das penas e dos cocares. A perseguição aos cordões era intensa. A polícia ordenava que os estandartes fossem registrados na delegacia para que a licença recebesse autorização. Antes de sair às ruas, o delegado revistava o préstito e visitava até os locais dos grupos carnavalescos, prendendo armas, caso as encontrassem, e autuando as pessoas. Entre os motivos, que emperravam a liberação do alvará, estavam a exploração dos jogos de azar nas sedes, brigas em anos anteriores, pessoas suspeitas e cobrança de ingresso nos bailes⁴⁷⁵. Como assinala Soihet⁴⁷⁶, o rigor e a insensibilidade policialesca não foram suficientes para destruir as expressões e formas populares. Muitos cordões, como uma tática de sobrevivência, passaram

⁴⁷³ BILAC, 2006, p. 131.

⁴⁷⁴ *Fon-Fon!* 7 de março de 1908. Sem paginação (Digitalizado).

⁴⁷⁵ CUNHA, 2001, p. 196-204.

⁴⁷⁶ SOIHET, 2008, p. 107.

a se chamar clubes e blocos, adotando alguns preceitos das grandes empresas carnavalescas, a fim de serem reconhecidos e liberados⁴⁷⁷.

No caso dos ranchos, estes eram organizações carnavalescas mais aceitas e aclamadas pelas elites, tomados como uma pândega civilizada e menos perigosa. O cortejo estava ligado às brincadeiras de pastoril de procedência portuguesa, à influência ameríndia e às práticas religiosas de origem africana, resultando numa mistura que caracterizou os festejos populares do ciclo do Natal. Na Bahia, havia dois tipos de pastoris: Os ternos, que possuíam um caráter aristocrático, com os participantes vestidos de brancos, dispostos de dois em dois. As pastoras conduziam pandeiros enfeitados com fitas e os pastores levavam uma flecha, que tinha “na extremidade uma lanterna de papel acesa”⁴⁷⁸. O séquito ia precedido de dois músicos, visitando as casas de conhecidos e cantando quadrinhas. O segundo modelo de pastoril era os ranchos no sentido próprio. Eles se distinguiram pela multiplicidade de roupas, carregadas de lantejoulas e pelos variados instrumentos de acompanhamento: violão, viola, cavaquinho, ganzá e flautas. Os préstitos saíam pelas ruas com vestimentas de diferentes cores, conforme os animais e as plantas que os pastores levaram até à Lapinha. No começo, os bichos eram apenas a burrinha e o boi; depois, a bicharada foi aumentando para o cavalo, barata, serpente, galo, peixe, veado. As danças do desfile consistiam num lundu sapateado, no qual alguns personagens entravam em luta com a figura principal da comitiva, que podia ser um caçador, um pescador, entre outros⁴⁷⁹.

No Rio de Janeiro, os ranchos natalinos se concentravam na chamada Pequena África, onde se localizava grande parte de migrantes baianos. Tia Bebiana era uma das figuras centrais na organização do folguedo, guardando em sua casa a Lapinha, aonde a procissão ia

⁴⁷⁷ A memória do carnaval popular do começo do século XX está presente no romance *Tenda dos milagres*, publicado por Jorge Amado, em 1969. Imagens vivas e de grande força histórica são tecidas na obra, expondo as tensões que giram em volta das festividades carnavalescas. Isso é bastante significativo, pois revela o quanto as lutas culturais persistem não apenas na reminiscência ficcional, mas no imaginário do escritor. Nesse sentido, emergem da narrativa amadiana, como expressão máxima da cultura do povo e dos mais humildes, um mundo festivo, assinalado por cordões, zé-pereira, mandus, caretas e máscaras, zabumbas, assovios, vaías, fantasias e afoxés. Levantam-se igualmente do enredo batalhas foliônicas entre uma festa que se pretende branca e europeia; e outra marcadamente africana e mestiça. São os combates entre as Grandes Sociedades, com os “seus temas da corte da França” e seus carros alegóricos, e o afoxé dos Filhos da Bahia, da Embaixada Africana, dos Pândegos da África, entre outros. Jorge Amado faz uma aposta literária, registrando os conflitos, disputas e discursos reais que aconteceram nas primeiras décadas do século XX, na Bahia, em torno do carnaval. O autor revela que as repressões à folia, em nome da civilização e da ordem burguesa, não se restringiam à capital do país, irradiando-se para outros espaços e Estados. Assim, *Tenda dos milagres* é narração tecida de camadas de memórias, e de um ponto de vista que compreende a brincadeira popular e de origem negra como símbolo de resistência e solidariedade, manifestação de afeto e companheirismo. AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; Ver também SILVA, Marcos. Milagres da Literatura – Uma leitura histórica de *Tenda dos milagres*. In: PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). *Escritas da História – Ver, sentir, narrar*. São Paulo: HUCITEC, 2014. p 224-259.

⁴⁷⁸ RAMOS, 2007, p. 63.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 64.

prestar homenagens no Dia de Reis⁴⁸⁰. Foi o Hilário Jovino, também conhecido como Lalau de Ouro, nascido em Pernambuco e criado em Salvador, que deslocou essas representações dramáticas para o período de carnaval, quando chegou à capital do país. Segundo Cunha, essa mudança evitava a forte repressão às folganças dos negros nos dias dos santos, já que nas ocasiões momescas a cultura popular era mais tolerada⁴⁸¹. Jovino seria o responsável pela fundação de vários ranchos, e por apagar o seu caráter religioso, buscando enquadrá-los nos gostos civilizados das camadas pujantes. Ao criar o Rei de Ouro, primeiro cortejo a sair na folia carnavalesca, procurou logo fazer um pastoril bem organizado e licenciado pela polícia. Com um enredo fixo e intensa presença feminina, essas marchas harmonizavam suas cantigas, proporcionando uma cadência mais leve. Havia porta-bandeira, porta-machado, pastorinhas e três mestres: mestre de harmonia, responsável pela orquestra, o mestre de canto que assumia o coro e o mestre-sala que cuidava da coreografia⁴⁸².

João do Rio descreveu, na crônica *Afoxé*, uma visita que fez à sede do rancho *Rosa Branca*, comentando sobre a grande animação que ocorria durante as duas horas de ensaios da associação. As mulheres ficavam de um lado e os homens de outro, enquanto o mestre-sala, ao som de pandeiros e atabaques, cantava e ensaiava as cantigas. No recinto, o cronista observou alguns avisos de advertências, tais como proibido fumar, conversar com as damas e beber, o que revela a seriedade e a disciplina da organização. Caso esses preceitos fossem desrespeitados, o infrator poderia pagar uma multa entre dois e cinco mil réis. Depois de terminados os preparatórios, as pessoas podiam sambar nos fundos do local de reunião, ou participar dos bailes na frente da casa. Essa disposição desviava a atenção da polícia sobre o samba, considerado pelo autor como um exercício de capoeiragem.

Perdem-se na escuridão do *guidibó* os primeiros vagidos da cabeçada, a instituição nacional por excelência. O samba é, por consequência, antes uma aula de capoeiragem que um divertimento. No começo tira-se a chula, depois a fúria das caneladas, das *bandas*, das rasteiras, dos *aús* empolga por inteiro os negros e os mulatos. Alguns saem desse bárbaro exercício com as tíbias escorrendo sangue. O baile, o sarau como eles dizem, é muito mais suave. Dança-se de vagar, ao som de um flautim e de um cavaquinho, e quer as damas quer os cavalheiros colam os lábios num beijo seco e prolongado. Essa maneira lúbrica enerva tanto os dançarinos da frente como inebria ao fundo o sangue a escorrer das pernas dos sambeiros. O resultado é a orgia, a orgia feroz e sanguinária, ao lado da qual as bacantes de Eurípedes são rondas de luxúria decadentes⁴⁸³.

⁴⁸⁰ MOURA, 1995, p. 89.

⁴⁸¹ CUNHA, 2001, p. 211.

⁴⁸² SOIHET, 2008, p. 117.

⁴⁸³ RIO, João do. *Afoxé*, *Gazeta de Notícias*, 2 de março de 1905. p. 1 (Digitalizado).

O escritor registrou igualmente a forma como esses grupos se organizavam, seus cargos e funções. O *Rosa Branca* tinha dois fiscais, encarregados de fornecerem água aos membros da equipe; dois mestres-salas, que tinham o papel de marcar os passos da quadrilha e um mestre de canto. Existia igualmente porta-machados, constituídos de meninos que abriam caminho para o séquito; e um *achinagú* ou homem de frente, caracterizado por uma rica roupa de veludo, sedas e lantejoulas. O cronista fez uma anotação significativa, revelando que as incumbências mais importantes dos ranchos eram ocupadas por pessoas ligadas ao candomblé, tais como *ogans* e auxiliares de feitiçaria. Isso mostra o laço profundo entre essas patuscadas e a religião afro-brasileira.

Tem-se visto o quanto as práticas e as representações populares no Rio de Janeiro estão envolvidas com a cultura de origem africana. Seus ritos e cerimônias estão presentes na maior parte das festas e atividades lúdicas da população. Portanto, não se pode estudar a cultura popular brasileira sem verificar e analisar essa produção multiétnica. Até a invenção das folias elitizadas deve ser pensada nesse contexto plural e de constituição fortemente negra, porque a tentativa de ocultamento ou a negação desses valores étnicos desponta para uma batalha entre os ideais das comemorações burguesas e as celebrações da gente pobre. As grandes sociedades momescas procuraram, sem sucesso, desafricanizar o carnaval, buscando um sentido europeu para a pândega.

Vale dizer que as brigas internas entre essas agremiações eram motivadas por questões religiosas e também afetivas. Cada rancho possuía um bloco de *sujos*, um préstito irreverente que criticava e debochava das outras organizações carnavalescas e de seus líderes, geralmente um chefe religioso. Assim, quando um grupo entrava em tensão com outro, aquele saía à rua com vestes em farrapos, fazendo um tamanho escárnio próximo à sede do bloco rival. João do Rio comenta sobre um conflito envolvendo a *Rosa Branca* e o *Botão de Rosa*.

A crítica é quase sempre um estandarte sujo com tripas, cisco, legumes murchos e dizeres irônicos. *Rosa Branca*, quando inimigo do *Botão de Rosa* – quase a guerra das duas *Rosas*! – arranjou, segunda-feira de carnaval, um cordão de esfarrapados com um grande estandarte de estopa coberto de notas verdadeiras, emprestadas pelo capitão Barros, ex-empregado da Intendência. O estandarte tinha os seguintes dizeres: – Bem de conta e mal com o alfaiate! Ao chegar a sede do Botão, arriaram os molambos à porta e foram-se. Disso resultou um conflito medonho⁴⁸⁴.

Há na explicação certa confusão. Na realidade, foi o grupo *Rosa Branca*, organizado por tia Ciata, que recebeu a crítica do sujo *Bem de Conta*, de Hilário Jovino. A razão do

⁴⁸⁴ Ibid., 1905.

ultraje foi porque o rancho tinha comprado umas fantasias, mas não tinha liquidado a compra: “bem te conta e mal com o alfaiate!”. No entanto, a rivalidade entre os dois carnavalescos era antiga. Eles foram grandes colegas, convivendo no mesmo círculo de amizade e partilhando dos mesmos canais religiosos, a casa de candomblé de João Alabá. Suas relações giravam em torno de Miguel Pequeno e a sua esposa Amélia Kitundi. Estes acolhiam em casa os baianos que aportavam na capital, em busca de ajuda e identidade cultural. Logo quando pisaram no Rio de Janeiro, tanto Jovino quanto Ciata se hospedaram na residência do casal, construindo laços de solidariedade e companheirismo. A concórdia entre os amigos foi quebrada, quando Jovino fugiu com Amélia. Ciata não perdoaria a traição do último, desdobrando uma rixa que ganharia cores e bastantes risadas no carnaval⁴⁸⁵.

A famosa tia também tinha o seu sujo, *O macaco é outro*, um bloco que saía pelos logradouros sem o luxo e o brilhantismo das vestimentas carnavalescas, apenas com roupas marrons ou de veludo vermelho. Deve-se dizer que esse sujo ultrapassava o motivo da mera patuscada, adquirindo um tom de protesto contra o preconceito racial da época. Em 1916, na Festa da Penha, o grupo, com muita alegria e galhofa, afirmava: “nós somos gente”, proferindo depois o grito de guerra – “O macaco é outro!”⁴⁸⁶. No carnaval de 1909, o grupo saía com essa cantiga:

Faz muito bem, faz muito bem
Dizia alguém
Sabe por quem

Foi dito isto e aquilo outro
Um, um, um, um,
Macaco é outro, macaco é outro,

Eu ouço. Nos estão chamando,
Nós que temos as pernas curtas
Tratemos de ir caminhando⁴⁸⁷.

A representação do negro como macaco é refutada pelas próprias classes inferiorizadas, que reconhecem a existência de um discurso – *Foi dito isto e aquilo outro* –, com o qual não se concorda – *Macaco é outro*. Os dois últimos versos da última estrofe contêm uma beleza singular, revelando a consciência aguçada dos marginalizados sobre a realidade que os encerra. *Nós que temos as pernas curtas/ Tratemos de ir caminhando*. Era

⁴⁸⁵ CUNHA, 2001, p. 215-216;

⁴⁸⁶ Ibid., p. 238-239.

⁴⁸⁷ *O Paiz*, 23 de fevereiro de 1909, p. 2 (Digitalizado).

preciso caminhar apesar dos limites sociais que encurtavam os passos. Era preciso encontrar alternativas de sobrevivência e continuar apesar do “isto” e “aquilo” que emperrava a passeata. Ter as pernas curtas impunha uma falta. Denotava, portanto, que era preciso apressar a marcha, fazer-se andar, porque a caminhada se tornava mais longa. A chamada à vida e à festa não podia deixar de ser ouvida.

A frase “Macaco é outro” ganhou o gosto popular, adquirindo novos significados. O uso da expressão também estava vinculado à ideia de que “ninguém me engana”, “não me faça de besta”. Esse era o sentido utilizado por Joaquin Martinho dos Santos, um velho conhecido da polícia carioca. Toda vez que se sentia enganado ou achava que alguém estava mentindo, ele pronunciava de imediato o dito. E nem os policiais escapavam de sua língua afiada. Mas nem sempre o adágio era motivo de graça. Uma vez no botequim de seu Libório, na Rua Luiz de Camões, Joaquim soltou a afamada frase para um companheiro, gerando um conflito medonho. “Em dado momento, um marinheiro perguntou-lhe qualquer coisa, a que ele respondeu: ‘Macaco é outro’, não vou nisso...” “O marinheiro enraivecido pela resposta, deu-lhe tremenda bofetada que lhe esborrachou o nariz, pondo-lhe ao fresco, em seguida”⁴⁸⁸.

O ditado expandiu o seu espaço e sentido para além da festa, sendo apropriado e ressignificado de diferentes formas. Porém, ele não perdeu o seu caráter irreverente e crítico. Isso demonstra como a força da ideia pode gerar uma circularidade cultural, que escapa o seu lugar de origem e significado primeiro. A sentença não fez sucesso somente entre as classes pobres, as camadas letradas tomaram igualmente para si a expressão, utilizando-a até mesmo nos textos jornalísticos. O cronista J. Brito escreveu uma matéria, na qual fez várias reclamações sobre a falta de água na cidade, a desculpa política para o descaso, e a ineficiência da *Light* para atender à população, especialmente em tempos de chuva. Para tanto, ele se apropriou do famoso jargão, reproduzindo-o em diversos momentos de seu texto. Duas significações foram evidenciadas. A primeira, a expressão representava uma mudança de assunto ou do problema tratado; a segunda apontava para aquela definição usada por Joaquim: de não se deixar ludibriar⁴⁸⁹.

Como afirma Darnton, uma canção, ou no caso aqui tratado uma sentença popular, pode mover-se “para cima e para baixo na escala social”, atravessando fronteiras e infiltrando-se “em locais inesperados”. Ela pode chegar a fazer tanto sucesso que preencheria “o ar de toda a cidade”, sendo adaptada “a qualquer assunto” que se possa imaginar⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ *Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 2010. p. 4 (Digitalizado).

⁴⁸⁹ *A Notícia*, 20 de fevereiro de 1911. p. 3 (Digitalizado).

⁴⁹⁰ DARNTON, 2014, p. 94.

Os ranchos, peça das classes pobres, estenderam-se para lugares do poder institucional. Em 1911, o grupo Ameno Resedá chegou a ser recebido pelo Presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) nos jardins do Palácio Guanabara. A proximidade que o presidente teve com a cultura popular se deu a partir de seu casamento com Nair de Teffé, em 1913. Nascida no seio da aristocracia imperial, e filha do Barão de Teffé, a primeira-dama se destacou por sua ousadia, elegância e vários talentos. Era caricaturista, cantora, atriz, e ainda tocava piano e violão, este último considerado um instrumento de desordeiros e vagabundos. A jovem de 27 anos gostava de frequentar saraus e as rodas de artista e intelectuais, inclusive bares e restaurantes boêmios, acompanhada de seu pai. Com a sua chegada ao Catete, as recepções presidenciais tomaram um novo caráter, gerando até algumas polêmicas. Nair de Teffé, como apreciadora da música brasileira, marcadamente de origem africana, realizou alguns recitais no palácio, convidando figuras populares; o que repercutiu negativamente entre os opositores de Hermes da Fonseca. Numa dessas reuniões, em maio de 1914, a caricaturista tinha convidado Catulo da Paixão Cearense para um recital de modinha. A festividade provocou várias críticas, visto que era inconcebível, para a elite da época, a entrada de um violão no Catete. No mesmo ano, outra sessão musical, organizada pela primeira-dama, gerou polêmica, quando Chiquinha Gonzaga tocou o “corta-jaca”, tomada como canção grosseira. Rui Barbosa, oposto ao governo, aproveitou a situação para atacar o presidente⁴⁹¹.

Com sede no Catete, o grupo Ameno Resedá se apresentava bastante heterogêneo, constituindo-se por carpinteiro, cocheiro, operário do Arsenal de Marinha, jornalistas, comerciantes, músicos independentes, dentista, alfaiates, guarda civil etc. A agremiação se tornou um dos ranchos mais célebres da capital, adotando carros de crítica e temáticas que, muitas vezes, não correspondiam à realidade de seus integrantes. Em 1917, o enredo do préstito tratava das divindades das florestas e bosques, e de deuses rústicos: Pã, Atlas, Minerva e Diana. Esse tipo de desfile comprazia aos adeptos de uma “pândega apurada”, entre eles, Coelho Neto, que percebia o folguedo numa visão patriótica do que seria o verdadeiro carnaval e o costume nacional⁴⁹².

Essa nova aparência do rancho estava ligada ao papel que as grandes sociedades carnavalescas assumiram no carnaval, ou seja, uma função pedagógica ou civilizatória. Tais empreendimentos foliônicos pretendiam promover uma reforma na festa, defendendo uma

⁴⁹¹ CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. *Rian: a primeira caricaturista brasileira* (primeira fase artística: 1901-1926), 1990. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

⁴⁹² SOIHET, 2008, p. 79-123; CUNHA, 2001, p. 150-239.

patuscada polida, carregada de signos europeus e do culto à tradição helênica. Uma das mudanças almejadas era o fim do aqui-inimigo entrudo, cuja proibição era pré-requisito para que esses clubes maiores decidissem sair à rua. Destarte, o Congresso das Sumidades Carnavalescas, pioneiro nessa forma de organização, era composto por homens das letras, que saudavam o progresso e a ciência: José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Pinheiro Guimarães, entre outros⁴⁹³. Com seus carros monumentais, flores e fantasias imponentes, as sociedades carnavalescas procuravam chamar a atenção da população para realização de uma folia “bonita”, “limpa” e “civilizada”, servindo de incentivo e modelo para o carnaval popular. A notoriedade dessas agremiações atravessou o século XX, captando amplos setores sociais e espaciais. Nos subúrbios e bairros distantes, começou a proliferar essa fórmula momesca em seus variados matizes, o que indica, na visão de Cunha, o sucesso do esforço pedagógico das grandes sociedades⁴⁹⁴.

Vale salientar que embora essas grandes empresas foliônicas provocassem um enorme deslumbramento no conjunto das pessoas, a folia popular não ficou simplesmente subordinada ao gosto das elites. As pessoas humildes procuraram táticas e negociações que permitissem alianças e oportunidades, envolvendo uma ampla teia de intelectuais, artistas e políticos. Às vezes, era necessário unir-se ao opressor, usar de sua linguagem para manter ativas as práticas e os símbolos do povo. Além do mais, a apropriação não era exclusividade dos pobres, já que os clubes de maior porte também incorporaram as experiências festivas da maioria. As trocas e mediações foram recíprocas, e movidas por uma força criativa capaz de reelaborar formas e sentidos em função da percepção de mundo e da realidade de cada grupo social.

O zé-pereira é modelar nesse caso. Brincadeira de procedência portuguesa, consistia numa passeata carnavalesca, marcada pelas batidas de tambores, caixa de rufos ou bombos. Quando passava pelas ruas da capital arrastava uma multidão, num barulho ensurdecedor. Negros, brancos e mulatos se entregavam ao vozerio e às pancadarias dos instrumentos. Consoante Edmundo, a marcha foi implantada, em 1852, pelo sapateiro José de Azevedo Paredes, nascido no Porto. Foi do hábito de bater solas que lhe teria surgido à ideia de zabumbar. O êxito foi tanto que, em pouco tempo, todos os blocos foliônicos aderiram ao rufar das baquetas. As grandes sociedades, por exemplo, punham o zé-pereira na frente de seus desfiles⁴⁹⁵. Em 11 de fevereiro de 1904, na *Gazeta de Notícias*, João do Rio reitera essas informações, apontando para o caráter tentacular do ritmo frenético.

⁴⁹³ Ibid., *passim*.

⁴⁹⁴ Cunha, op. cit., p. 118.

⁴⁹⁵ EDMUNDO, 2003, 476-478.

O Zé-Pereira é o senhor absoluto da *urbs*: no centro e nos arrabaldes, em todos os bairros fidalgos ou populares, as ruas se enchem à noite do estrépito ensurdecedor desse zabumbar frenético, que é capaz, pela sua violência, de perturbar o sono dos mortos nos cemitérios. De fato, quase não há rua que não possua o seu clube carnavalesco, - sede de um cordão, de foliões, que, quinze dias antes do Carnaval, já começam a ensaiar os músculos dos braços no extenuante manejo das maçanetas dos bombos e das baquetas das caixas de rufo: e o que me espanta é que, nos três dias de folia, ainda os foliões tenham alguma energia nesses músculos, tão duramente experimentados pelos excessos do ensaio⁴⁹⁶.

O cronista chega a fazer um apelo em defesa do entretenimento, explicando que a “matinada infernal dá vida e alegria à cidade”. E apesar do ruído arrebentar os ouvidos, não acionaria a polícia para tomar medidas que interditassem a marcha estrondosa. O autor se refere às perseguições aplicadas às batidas sonoras, frequentemente, adjetivadas como atrasadas e bárbaras. O zé-pereira continuou resistindo ao longo da década de 1920, como demonstra a revista *Careta*, relatando que a zabumbada não passou despercebida no carnaval de 1921, pois teve a força antiga e infernal para animar as ruas e alavancar a multidão⁴⁹⁷.

⁴⁹⁶ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1904. p. 2 (Digitalizado).

⁴⁹⁷ *Careta*, 12 de fevereiro de 1921. Sem paginação (Digitalizado).

CAPÍTULO 4:

DESAFIANDO A ORDEM E CAVANDO A VIDA

1. “Os heróis da utilidade”

[...] a rua é agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte (João do Rio, *A alma encantadora das ruas*, 2008. p. 29).

A luta pela sobrevivência da população pobre, no começo do regime republicano brasileiro, tem como marca fundamental o movimento e o deslocamento. Esse ir e vir não somente assegura a manutenção da existência, mas sugere um constante ato de invenção, desvio, improviso e encenação. Essa destreza para lidar com a vida faz com que os modos de subsistência tomem novos sentidos e sejam abertos, extrapolando sua razão primeira, que é a necessidade material de conservação. Assim, as modalidades de trabalho populares não possuem um valor fechado em si mesmo, sendo um processo no qual interagem diversas atividades, representações e sentimentos, como relações paternalistas, competição, inveja, solidariedade, esperteza, humor, arte e revolta.

O ambulante, como segmento da classe popular, por exemplo, elabora toda uma criação artística e performática para convencer os potenciais fregueses que aparecem à rua. Os pregões e as quadrinhas são as atuações prediletas dos vendedores errantes a fim de chamarem a atenção para os seus produtos. E geralmente, essa cantoria vem acompanhada de buzinas e apitos que, ao longe, prenunciam a passagem desses comerciantes. Do mesmo modo, os mendigos construíam um espetáculo da miséria, expondo as suas chagas e as suas dores às madames católicas e caridosas, num cantarolar manso e choroso, como registrou João do Rio numa feira religiosa em Minas Gerais:

Pelo Senhor do Monte
Pelo Senhor do Monte
Deste arraialsinho!
Dai uma esmolinha
Ao pobrezinho...⁴⁹⁸

⁴⁹⁸ RIO, João do. Os mendigos, *Gazeta de Notícias*, 22 de setembro de 1907. p. 5 (Digitalizado).

Deve-se enfatizar que remontar a experiência do povo no regime republicano e as suas condições de existência implica observar os vários nexos sociais que costuram a economia popular. Em face disso, as modalidades de trabalho, que serão analisadas neste capítulo, não são vistas somente como formas de ganhar a vida ou arranjar dinheiro, agregando outras sociabilidades e significados. Portanto, não se tratará apenas de profissão e de ofícios, mas igualmente de medos, inseguranças, alegrias, encontros, negociações, brigas, chantagens, galhofas, esperteza e invenção. Em suma, é preciso estar atento para o teatro do povo⁴⁹⁹, cujo cenário é a rua, a praça, o mercado, os outeiros da fé, ou seja, os territórios livres e os seus influxos.

Com efeito, enquanto as elites argentárias e intelectuais procuravam representar por meio da roupa e de novos hábitos os ideais de civilização e elegância; as camadas pobres figuravam nas avenidas e logradouros com desenvoltura, podendo recorrer à brincadeira e à ameaça. As classes abastadas e de letras buscavam se vestir com o que estavam em moda na Europa. O homem para demonstrar requinte usava sempre um terno, acompanhado de chapéu de palha e um guarda-chuva ou bengala. Tudo conforme o *taille*. O charuto também era signo de apuro, assim como a utilização de expressões francesas. Era o *snob* de quem falou João do Rio. E as mulheres, além de um vestido enfeitado de renda, em que se destacava a cintura fina, portavam frequentemente um chapéu exuberante, leques, botas e colares compridos. Já as classes inferiorizadas constroem um teatro de sobrevivência, articulado não somente a tipos de profissão, mas aos contingentes da rua. Nessa perspectiva, importava mais os gestos e a fala do que os trajes. Ademais, uma parcela dos humildes trabalhava brincando, e brincava trabalhando. Isso não quer afirmar a inexistência de conflitos de classes, rixas e até mortes por questões de trabalho. A afirmação não pretende igualmente diminuir o sofrimento e a luta do povo, a dureza de seu trabalho, mas sim reconhecer que o humor era parte essencial das virações populares na cidade, em especial daqueles empregos que se faziam em trânsito, como o comércio ambulante.

No século XIX e começo do XX, o espaço público era vital para os pobres, e até mais importante do que a moradia. Segundo Pechman, ele seria o “lugar das relações, sejam sociais, culturais, econômicas, de luta, de resistência, etc, que davam suporte à reprodução da

⁴⁹⁹O conceito de teatro social do pobre pode ser visto em Thompson. Para o historiador, existe na sociedade um duplo fundamental, que é controle político e o protesto. Cada componente constrói para si uma encenação e uma imagem de força, autoridade e mentalidade. Nesse sentido, “os donos de poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime” e “os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo”. THOMPSON, 2012, p. 239-241.

existência desses grupos”⁵⁰⁰. Os locais abertos eram constituídos por diversas redes e interações que tornavam tênues uma definição entre o privado e o público. A cidade, com seus vários contatos e possibilidades, transformava-se para a gente humilde num campo de intimidade, sustento e conquistas, congregando diferentes forças e contradições. Eram estas incongruências, por sua vez, que permitiam os múltiplos movimentos, escapes e desvios no momento da ameaça. Nas frinchas e pontos citadinos poderia surgir uma conversa, uma fofoca, um esconderijo, uma briga, um amor, uma vítima, um cliente. Pode-se afirmar que o urbano era, portanto, um local de aprendizagem. E era o povo que impunha à urbe o seu aspecto nômade e fortalecia seu poder de circulação.

João do Rio escreve sobre as várias facetas da rua, narrando as distintas conexões que gravitam em torno desses lugares de passagens. A rua não é tomada apenas como a zona do crime, da miséria e do delírio, ela é também a acolhedora dos infelizes, dos marginalizados, dos artistas, dos sem eira nem beira, da arraia-miúda. Ela os protege com suas bibocas e vielas, com suas portas de saída. Além do mais, um logradouro, no geral, é desdobrável, abrindo-se e terminando em outros logradouros. Eles são pontos de encontros e linhas de fuga que comumente se cruzam. “A rua é generosa” diz o cronista. E a sua gramática se difere da língua normativa, pois ela tem a capacidade de subverter todas as regras, “matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicos futuros”⁵⁰¹. O narrador percebe as vias públicas como um organismo vivo, com alma, personalidade e fonte de mobilidade e de mudança. Ele nota todos os diferentes nexos sociais e econômicos do espaço público. “Nela (rua) se fazem negócios, nela se fala mal do próximo, nela mudam as ideias e convicções, nela surgem as dores e desgostos, nela sente o homem a maior emoção”⁵⁰².

O cronista ainda descreve como as transformações urbanas e higiênicas alteravam as alamedas, construía desejos e necessidades conforme as novas demandas, a moda, a ferramenta científica e tecnológica do tempo, e os ideais de civilização e cultura. Ele explica como um determinado lugar vai enchendo-se de vida, trabalho, iluminação, modernidade, conflitos e sentimentos. Mas é preciso dizer que são os homens que fazem a rua, são eles que impõem as suas forças e veleidades, são eles que mobilizam o espaço e alteram a sua fisionomia, cobrando a sua inclusão com o resto da cidade, defendendo o seu direito e a democratização do ambiente.

⁵⁰⁰ PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 29.

⁵⁰¹ A Rua. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 29.

⁵⁰² Ibid., p. 44.

A princípio capim, um braço a ligar duas artérias. Percorre-o sem pensar meia dúzia de criaturas. Um dia cercam à beira um lote de terreno. Surgem em seguida os alicerces de uma casa. Depois de outra e mais outra. Um combustor tremeluz indicando que ela já não se deita com as primeiras sombras. Três ou quatro habitantes proclamam a sua salubridade e o seu sossego. Os vendedores ambulantes entram por ali como por terreno novo a conquistar. Aparece a primeira reclamação nos jornais contra a lama ou o capim. É o batismo. As notas policiais contam que os gatunos deram num dos seus quintais. É a estreia na celebridade, que exige o calçamento ou o prolongamento da linha de bondes⁵⁰³.

O sumário do cronista é bem significativo, porque demonstra as peculiaridades das modificações urbanas no Rio de Janeiro, no começo de 1920. Por meio da análise da rua, o narrador relata o processo de modernização vigente, com o aparecimento do bonde, do combustor de luz e a remodelação das calçadas. Expõe o discurso sanitário sobre a cidade, que condenava ou absorvia um lugar de acordo com o padrão médico de salubridade e a definição de vício. A ideia da urbe como um organismo vivo remete a zonas saudáveis e enfermias. Estas últimas eram caracterizadas pelos possíveis delitos, pelo lamaçal, o capim, a condição do ar circulante.

Nesse sentido, as transformações na cidade surgem como um elemento disciplinador. Era preciso capinar e pavimentar as vias públicas. Era necessário igualmente modernizá-las. E isso não corresponde somente às áreas prestigiadas pelas elites, mas também às regiões populares e sem tanto apelo comercial. A reclamação nos jornais contra a lama ou o crescimento do capim, como João do Rio reforça, era uma exigência pela organização do espaço, e vinha tanto das elites quanto dos pobres. O progresso passava pelo ideal de limpeza. E todos queriam fazer parte dele. No entanto, a nova ordem urbana tendia para o afastamento e a repressão de uma população indesejada, pois limpar a cidade não significava remover simplesmente a sujeira, coletar o lixo, reformar os prédios, construir calçamento, padronizar as avenidas etc. O asseio expressava, da mesma maneira, a condenação das casas populares, a reforma de seus costumes, o expurgo dos mendigos e dos trabalhadores de rua. Era preciso tirar o pobre de circuito. A caça aos pedintes se tornou uma rotina no Rio de Janeiro, louvada pela imprensa e pelos grupos argentários. Os fornecimentos de licença para o mercado volante e as cobranças de multas se mostraram mais rigorosos, e a vigilância policial se apresentou mais assídua e violenta. O abuso de poder empregado nas alamedas, nas praças e nos parques era uma iminência constante para o trabalhador. Mas a própria mudança da capital, o seu

⁵⁰³ Ibid., p 34.

torvelinho modernizador, dava ferramenta para os humildes se defenderem e lutarem contra os numerosos encalços.

Deve-se dizer que o povo encontrou alternativas de sobrevivência na própria lógica burguesa, subvertendo a sua ordem e os seus ditames. João do Rio estava certo quando afirmou que os miseráveis na República “são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver”⁵⁰⁴. O escritor observou várias profissões delituosas, aparentemente ignoradas e negligenciadas pelas autoridades, mas que eram importantes para a economia dos humildes. Esses ofícios escusos se aprofundaram com o advento e o aceleração da modernização, representando oportunas táticas de sobrevivência, e expressando uma inteligente capacidade de improvisação. Vale salientar que algumas infrações da época, a exemplo do roubo, vadiagem e mendicância, eram práticas antigas; porém, como afirma Menezes, tais crimes conheceram um espantoso aumento nas primeiras décadas do sistema republicano. Outras transgressões eram mais recentes, como o comércio de entorpecentes, ou foram criminalizadas logo após o regime, tal qual o lenocínio⁵⁰⁵.

Entre as ocupações ilícitas computadas pelo cronista estão as dos caçadores de gatos, que vendiam o animal morto, e sem pele, para os restaurantes, como se fossem coelhos. Cada felino custaria em torno de dez tostões. Outro serviço suspeito seria a dos selistas, homens que viviam à cata de selos de cigarros ou charutos para vender a falsificadores⁵⁰⁶. As bebidas estrangeiras eram também alvo de fraude. O vendedor ambulante Solubi Lilo, por exemplo, foi preso, porque estava vendendo vinhos e licores com títulos falsos, da marca Maria Brisart & C. Submetido a interrogatório, o comerciante declarou que o produto vinha de uma fábrica localizada na Rua Silva Manuel, número 115. A polícia investigou o local, prendendo os proprietários e empregados da indústria, e confiscando todas as bebidas falsificadas⁵⁰⁷.

No entanto, a profissão mais inusitada, registrada pelo autor, era a dos ratoeiros ou agente de ratos. Essa função era um efeito do decurso “civilizatório” que as elites cariocas estavam tentando implantar. Ela apareceu na República com as atividades e planejamentos higiênicos, que tinham como fim extirpar a peste bubônica. Entre 1903 e 1907, com a intenção de erradicar a doença, a diretoria de Saúde, chefiada por Oswaldo Cruz, passou a comprar cada rato que as pessoas pudessem capturar. Os grupos marginalizados viram na ação do Estado uma maneira de aumentar a renda, criando e negociando o animal. Nesse sentido, o ratoeiro era aquele indivíduo que saía às ruas, adentrando nos cortiços, bibocas,

⁵⁰⁴ Pequenas profissões. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 56.

⁵⁰⁵ MENEZES, 1996, p. 131.

⁵⁰⁶ Pequenas profissões. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 57-58.

⁵⁰⁷ *Gazeta de Notícias*, 21 de janeiro de 1916. p. 3 (Digitalizado).

subúrbios ou bairros populares, como a Cidade Nova e Gamboa, tocando uma corneta com a lata na mão, para comprar os ratos que a comunidade conseguia apanhar ou juntar.

Essas virações e informalidades mostram o quanto a população pobre do Rio de Janeiro era astuta em face das transformações e das intempéries do tempo. Falsificando marca de vinhos e charutos, ela enganava e iludia as elites com os seus parâmetros de elegâncias e de civilização. De forma inteligente, o povo se aproveitava das próprias ações estatais, invertendo a sua lógica, acatando a regra sem cumpri-la, ou buscando nessas regras o seu avesso, ou alguma brecha para corrompê-la. E desse modo, ia sobrevivendo, cavando a vida numa época marcada por uma carestia crônica e por forte repressão de classe. As camadas inferiorizadas iam nadando contra a corrente modernizadora, articulando-se a ela, deixando-se enfeitiçar-se por suas luzes e écran, sem, no entanto, perder o seu grau de rebeldia e resistência. Mas nem sempre a esperteza funcionava, levando, muitas vezes, ao enfretamento direto, à agressão física ou à fuga.

O censo de 1906 oferece uma visão ampla dessa população com ofícios variados e desconhecidos. Vale salientar que o recenseamento classificou as profissões da época em quatro categorias: a primeira abrange pessoas que trabalhavam na produção da matéria-prima; a segunda se refere a indivíduos que se ocupavam no emprego e na transformação do produto natural; a terceira correspondia a trabalhadores liberais ou pertencentes à administração pública; e a quarta abarcava a diversos misteres: serviços domésticos, jornaleiros, trabalhadores braçais, profissões desconhecidas ou mal declaradas e classes improdutivas. Esta camada representava 540.014 da população carioca, sendo 222.395 do sexo masculino e 317.619 do sexo feminino. Desse conjunto, 292.202 não declararam a sua profissão. Além do mais, os estrangeiros correspondiam a um número de 97. 934 indivíduos⁵⁰⁸. Ou seja, num total de 811.443 pessoas que viviam no Rio de Janeiro, mais da metade trabalhavam em pequenos ofícios ou em empregos ignorados, aproximadamente 66%. O grosso das pessoas vivia lutando diariamente nas ruas, inventando trabalho, driblando a fome e esquivando-se da polícia.

Este capítulo focar-se-á nos segmentos laboriosos que correspondem à última categoria, a de diversos misteres. Todavia, a escala de observação será micro-histórica, uma vez que se dedicará apenas a duas classes desse conjunto: os vendedores ambulantes e os mendigos. Esses dois grupos, além de serem andarilhos da cidade e apresentarem uma forma alternativa de sobrevivência, eram vistos pela lógica burguesa republicana como elementos

⁵⁰⁸Recenseamento de 1906, p. 104-106.

indesejáveis, pragas sociais. Foram figuras frequentes nos jornais e nas crônicas de Lima Barreto e João do Rio. Pela perspectiva desses marginalizados, pode-se elaborar uma imagem da capital da República e suas transformações. Pode-se evidenciar também como as leis direcionadas aos pobres eram recebidas e apropriadas por estes, como a cidade era um campo de tensão e solidariedade.

2. Vendedores ambulantes e arte de vender nas ruas

Os vendedores ambulantes ou volantes eram um grupo que viviam no limbo republicano. Eles compreendiam uma camada social quase sempre autônoma; era um tipo alternativo de profissão, principalmente, para aqueles que estavam fora do mercado do trabalho formal. Ao mesmo tempo em que eram combatidos pelo governo, continuavam importantes para aumentar a receita pública do Estado através de licenças, impostos, multas e apreensões. Desprezados, mas necessários, eles desafiavam as leis municipais, e tinham uma mobilidade geográfica, que permitia um conhecimento pormenorizado dos lugares e passagens. Eram os domadores das ruas e sabiam de seus perigos e de suas colhidas. Rebeldes e barulhentos, eles se multiplicavam como uma “hidra de muitas cabeças”⁵⁰⁹, apesar do controle que o governo tentava lhes impor.

Enfim, os setores populares que serão focados aqui não faziam parte de nenhuma agitação revolucionária. Eles não derrubaram governos, não fizeram nenhuma revolução, não se organizaram coletivamente para constituir uma parede de resistência contra a opressão de uma minoria. Atuaram de forma particular, agindo individualmente contra os decretos-leis, os (des)mandos de guardas e policiais; e os comerciantes fixos que viam no mercado ambulante uma ameaça aos seus negócios, a exemplo dos açougueiros. No entanto, aborreceram a imprensa e as elites, visto que obstaculizavam a implantação da cidade moderna nos moldes europeus, quer dizer, limpa de gente, de povo e de zunido.

⁵⁰⁹ Os historiadores Linebaugh e Rediker, ao analisarem a circulação, as relações e as resistências transatlânticas entre Europa e América do Norte, mostraram a força revolucionária que marcou o nascimento do capitalismo no período entre 1760 e 1770. Os grupos que impunham essa resistência – soldados, marinheiros, plebeus, operários, piratas, delinquente etc. –, eram chamados de hidras, que tentavam emperrar o trabalho hercúleo do desenvolvimento ou da expansão econômica. Os autores expuseram que, apesar do terror e da tortura empregadas para conter esses grupos, eles resistiam e se multiplicavam, construindo uma relação de solidariedade e de luta contra as molas imperiosas do Estado e do capital. Cf. LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Os vendedores ambulantes eram um grupo etnicamente variado, integrando brasileiros, italianos, portugueses, árabes, polacos, russos, franceses etc. Em movimento e cruzamentos pelas avenidas, praças e vielas, essas múltiplas nacionalidades entravam em contato, construindo relações, muitas vezes, de tensão e concorrência, que chegavam a agressões físicas. Desse modo, um vendedor de fazendas, o russo Jayme Grinborg foi agredido com murros, numa barbearia, por seu compatriota e também negociante de fazendas, Bernardo de Tal. O ferido foi levado para Assistência, e o agressor conseguiu escapar da ação policial⁵¹⁰. Embora as causas do ataque não tenham sido explicadas, pode-se conjecturar que elas estejam ligadas à disputa em torno do trabalho, visto que negociavam com o mesmo produto e eram de igual nacionalidade. Essas brigas se davam também entre o comércio volante e aqueles fixos. Por exemplo, o árabe Alfredo David Lucide, dono de um armário, na Rua do Engenho de Dentro n. 10B, provocou o seu patrício Miliao Antônio, que era vendedor ambulante, quando este passava na porta de sua loja. O motivo da contenda foi porque o primeiro se achava numa condição superior por ser um negociante matriculado e com estabelecimento. A confusão foi interrompida pela polícia, que prendeu o lojista ao ferir a cabeça do volante com um “cacete”⁵¹¹.

Richard Graham, analisando o comércio volante na Bahia, entre 1780 e 1860, diz que esta categoria construía uma “comunidade que cobria a cidade inteira”, elaborando redes de solidariedades com alguns e hostilidade contra outros. As conexões que esse tipo de negócio estabelecia com “as famílias, amigos, bairros e pontos de encontro” permitiam o desenvolvimento de uma vida social, marcada por significados emocionais. Além disso, tal modalidade de ocupação exigia um conhecimento e tino comercial, capacidade e disposição para lidar com certos riscos, com o outro desconhecido⁵¹². Essas características do mercado em trânsito também se notam no Rio de Janeiro do começo do século XX. Mas vale informar que os laços, que o vendedor fazia nas ruas, eram, em sua maioria, transitórios e instantâneos, inclusive pela especificidade da profissão. Caminhando de um lado para o outro, tornava-se difícil o desdobramento de vínculos mais sólidos. Em regra, as relações consistentes ocorriam quando o ambulante já conhecia a casa do freguês; tinha um roteiro da cidade, sabendo mais ou menos os caminhos que deveria traçar, onde estariam os clientes mais assíduos; ou quando procurava se estabelecer em determinados locais, alternando os dias.

⁵¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1917, p. 6 (Digitalizado).

⁵¹¹ *Gazeta de Notícias*, 03 de fevereiro de 1905, p. 2 (Digitalizado).

⁵¹² GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: dos vendedores de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 48-91.

A rede de afeto e amizade entre o vendedor e o comprador se tornava claramente visível quando a mercadoria era vendida a crédito, isto é, o famoso fiado. No momento em que o cliente não pagava, ou o mascate não queria vender o artigo sem o dinheiro, a confiança era quebrada, surgindo o conflito. O jornal *Gazeta de Notícias* está repleto dessas desavenças nos registros policiais, como no caso do menor Luiz Pinto da Silva, caixeiro de uma taverna, que agrediu a pedrada o comerciante italiano de verduras e frutas, Nicolau Russo, porque este não lhe fiou um abacaxi⁵¹³. Outro episódio parecido aconteceu com o turco José Faria, que vendeu a créditos vários objetos a uma família. Indo receber o seu dinheiro na residência dos devedores, foi recebido com ameaças pelo dono da casa, o tenente Camargo, que sacou o revólver. O negociante conseguiu fugir às carreiras, partindo para delegacia onde fez queixa⁵¹⁴. Do mesmo modo, José Arrieta, volante de verdura, foi espancando na estação de Madureira por Manuel de Tal, porque tinha cobrado do último um pagamento na quantia de 2\$300⁵¹⁵. A situação mais grave ocorreu entre o operário Antonio da Silva e o vendedor de doces Armando Corrêa. Este, passando pela Rua Visconde de Abaeté, encontrou o operário, e decidiu cobrar-lhe uma dívida antiga de 1\$200. O resultado foi que os dois iniciaram uma luta, durante a qual cada um puxou uma faca. O doceiro golpeou Antonio no queixo, no braço esquerdo e na perna direita, ao passo que foi ferido na orelha e na mão direita. Depois de medicados pela Assistência foram levados presos⁵¹⁶.

A questão do fiado estava ligada também a uma necessidade. Era uma providência para os pobres. Em tempos de carestia, a compra a crédito se tornava uma saída para obter produtos essenciais à vida. Estabelecer uma relação de confiança e amizade com o vendedor era importante para a própria sobrevivência. O comércio volante era igualmente uma alternativa marginalizada de abastecimento da cidade. Como esclarece Dias⁵¹⁷, as pequenas quitandas e a venda ambulante eram um meio de se conseguir mercadorias e alimentos mais baratos, sendo uma opção em face dos preços exorbitantes dos gêneros de primeiras necessidades, que eram sobrecarregados de impostos excessivos, especulação ou se

⁵¹³ *Gazeta de Notícias*, 18 de janeiro de 1912. p. 4 (Digitalizado).

⁵¹⁴ *Gazeta de Notícias*, 20 de agosto de 1911. p. 8 (Digitalizado).

⁵¹⁵ *Gazeta de Notícias*, 26 de julho de 1900. p. 2 (Digitalizado).

⁵¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 20 de março de 1918. p. 6 (Digitalizado).

⁵¹⁷ Diverge-se de Figueiredo (2017, p. 45), quando este afirma que os vendedores ambulantes circulavam na rua como “ruínas dispersas da escravidão”. Como mostra Dias, o mercado volante era necessário para o abastecimento da cidade, para sobrevivência e resistência dos marginalizados, e um meio de se alcançar a liberdade. Para gente pobre ou não mais escrava, esse trabalho era a solução para as dificuldades econômicas. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 53-76.

encontravam em falta na zona urbana. Essas atividades informais vinham desde o período colonial, sendo desempenhados por indivíduos desprovidos de bens e escravos.

A vida desse grupo profissional não passou despercebida pelos escritores Lima Barreto e João do Rio. Tanto um quanto o outro dedicaram algumas crônicas a essa camada social, esmiuçando a sua rotina e angústias peculiares. Por meio de suas ficções, eles deram voz a esses indivíduos, tirando-os do anonimato, expondo ao público do jornal da época, e ao leitor da posteridade, a existência e as incertezas experimentadas por esses marginalizados. Os autores através de suas escritas construíram uma mediação entre o mundo letrado e burguês e as classes inferiorizadas. No imaginário literário deles, são testemunhados os diálogos, as frustrações, miséria e sentimentos dessa parcela carente da população.

No texto *O muambeiro*⁵¹⁸, de 1915, Lima Barreto escreve sobre a relação de confiança e amizade que mantém com a gente sem posses: “não sei por que os humildes e os pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades”. E entre as tantas histórias que lhe chegou, uma foi contada com destaque – a desdita de um vendedor ambulante de laranja. Este era operário, mas estava desempregado. Morando pelas bandas do Timbó, era dono de um pequeno sítio, onde cultivava laranjeiras, tangerineiras e bananeiras. Sem emprego e expectativa de achar um trabalho formal, o homem teve a ideia de comprar um cesto e vender os frutos pela rua, apurando uma quantia de dois mil-réis. No entanto, ao chegar a Todos os Santos, o negociante foi abordado por um guarda municipal que lhe exigiu a licença. Sem esta, foi forçado a entregar o cesto, as laranjas e o dinheiro. Narrando esse episódio, o cronista ironizava a falta de incentivo e as agruras que a pequena produção alimentar recebia: “eis aí como se protege a pomicultura”⁵¹⁹.

Na crônica *As esquinas*⁵²⁰, do mesmo período, Lima Barreto tece uma crítica à venda ambulante de jornais, apoiando a regulamentação dessa categoria pelo Conselho Municipal. Segundo ele, as folhas volantes eram um artigo como outro qualquer, auferindo às vezes lucros fabulosos, como no caso dos distribuidores. Em face disso, protestava contra o fato de que certa classe de mercantes gozasse de privilégios. Entretanto, o mais significativo no argumento do escritor, para condenar esse tipo de negociante de rua, foi a afirmação de que “a exposição dos jornais” nas vias públicas, “tomando os passeios”, depunha “muito francamente para o nosso adiantamento”. Nesse sentido, os logradouros estariam limitados, tornando-se

⁵¹⁸ O “muambeiro”. In: *Toda crônica*, v. I. p. 274.

⁵¹⁹ Ibid., p. 225.

⁵²⁰ As esquinas. In: *Toda crônica*, v. I, p. 144.

um desagradável mostruário cotidiano, e se transformando em propriedades de alguns⁵²¹. Embora Lima Barreto esteja, na realidade, censurando os grandes empresários que lucram com o pequeno comércio errante, soma-se a esse raciocínio o ideário da civilização, que também parece interiorizado no autor. Os jornaleiros das esquinas e alamedas atrapalhariam o progresso ou “o nosso adiantamento”, como disse. Para o cronista, a solução talvez estivesse em quiosques especiais, como já tinham observados “os homens viajados e passeados pelo mundo”⁵²². Vale salientar que o discurso contra os vendedores ambulantes, de modo geral, passava pela opinião de que eles representavam uma obstrução à implantação da moderna sociedade brasileira.

No conto *A barganha*⁵²³, o escritor narra as peripécias do turco Miguel José, volante de imagens de santos. A personagem passa por vários entraves para vender os seus objetos no subúrbio. Ele caminha num sol quente, sobe e desce ruas sem estruturas, tolera as piadas das crianças, sofre constrangimento de anônimos, e não consegue negociar nada. Já cansado e entristecido, o mercador senta debaixo de uma mangueira para almoçar, quando se aproxima um ambulante de sardinha, o português Manuel da Silva. Depois de travarem uma conversa, o mascate de peixe, de olho nos possíveis lucros que os desenhos de santos poderiam garantir, sugere a troca dos gêneros. Aceitando o escambo, o turco começa a percorrer os mesmos lugares aonde caminhou, vendendo toda a sardinha com sucesso, enquanto o ganancioso português não obteve nenhum dinheiro com as estampas religiosas.

Com efeito, a vivência e os dilemas cotidianos dessa camada da população foram registrados com agudeza por Lima Barreto, seja na crônica seja em seus romance e contos: o sufoco do dia a dia, a fiscalização rigorosa, o perigo da rua, os prejuízos econômicos, a competição, a falta de auxílio governamental e o preconceito social. Enfim, tudo isso se inscreve na tessitura de sua escrita como representativo histórico do povo.

João do Rio também traz essa experiência popular em seus textos, e até de maneira mais detalhada que o primeiro escritor. Em busca de assunto para o seu folhetim, ele vai perscrutando a vida do pobre no Rio de Janeiro, entrando em sua geografia, explorando e sondando o seu lar, fotografando as suas roupas, suas aspirações, os enfeites de sua casa, as resistências etc. O jornalista dedicou textos sobre vendedores de orações, de livros, garrafas vazias, pintores de calçada, músicos ambulantes, negociante de trapos, ciganos etc.

⁵²¹ Ibid., loc. cit.

⁵²² Ibid., loc. cit.

⁵²³ *A barganha*. In: *Contos completos*, p. 260-266.

João do Rio tinha consciência da crônica como força imagética, por isso afirmou que o gênero tinha evoluído para cinematografia – “um cinematógrafo de letras, o romance da vida do operador no labirinto dos fatos, da vida alheia e da fantasia”⁵²⁴. Seus textos, feitos curtos, contam relatos apressados de pessoas comumente em deslocamento, gravando como em *flash* rostos, gestos e pequenos diálogos. A operar tudo isso estaria o narrador, elaborando breves comentários e reflexões em torno desses instantes. Foi nessa perspectiva que o escritor registrou um garoto, magro, de pescoço comprido, vendendo nas esquinas rezas de santos, a fim de curar doenças, proteger o corpo, almejar vingança, obter emprego e alimento⁵²⁵. Foi, da mesma maneira, que observou, num canto do teatro S. Pedro, o italiano Arcanjo que, apesar de analfabeto, mercadejava livros e jornais havia dez anos. Conforme o cronista, “os vendedores de livros são uma chusma incontável que todas as manhãs se espalham pela cidade, entra nas casas comerciais, sobe aos morros, percorre os subúrbios, estaciona nos lugares de movimento”. Os volantes mais atilados e incansáveis seriam os comerciantes de bíblias protestantes, “com os bolsos das velhas sobrecasacas ajoujados de brochuras edificantes”⁵²⁶. João do Rio também informa que no fundo das livrarias ambulantes, as obras que se destacavam eram *Princesa Magalona*, *Donzela Teodora*, *História de Carlos Magno*, *Despedida de João Brandão* e *Conversação do Pai Manuel com o Pai José*⁵²⁷. Segundo o autor, essas histórias seriam populares nos casebres humildes e nas casas de detenção.

Nessas imagens-movimentos, o cronista também captou os sons e as vozes da rua – os músicos e trovadores ambulantes, que se apresentavam nas calçadas, nos botequins, nos hotéis baratos, nas baiucas, entre outros. Eram bandas formadas por homens cegos, tercetos, tocadores de sete instrumentos, musicista de violão ou violino, flautistas e sanfonistas. Os realejos compunham igualmente esse cenário urbano, com seus bonecos mecânicos e pianos de manivela, encantando a garotada e até os mais velhos. Havia nessa ocupação, italianos, portugueses e brasileiros, vivendo praticamente das gorjetas recebidas e acumuladas⁵²⁸. Nessas condições, era difícil para o trabalhador pagar a licença devida. No caso do realejo a taxa era de 50\$000; e dos músicos errantes, de cafés e outros estabelecimentos o tributo era de 10\$000⁵²⁹. Em face das carências que constituíam o próprio trabalho, a ilegalidade era a saída possível para esses cantadores.

⁵²⁴ Introdução. In: *Cinematógrafo*, p. 6.

⁵²⁵ Orações. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 70-79.

⁵²⁶ Os mercados de livros e a leitura das ruas. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 85-86.

⁵²⁷ Ibid., p. 87.

⁵²⁸ Músicos ambulantes. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 111-117.

⁵²⁹ Esses dados podem ser observados na tabela III, na página 232.

Em 1916, a revista *Careta*⁵³⁰ publicou um breve comentário sobre as músicas de mendigos cegos, tomando-as como uma ameaça aterradora e um dos suplícios mais intoleráveis do Rio de Janeiro. Em frente às portas de casa ou nas alamedas, esses cantadores impingiam o seu vozear, juntando uma multidão ao seu redor. Para os apreciadores de ópera e teatro, esse grupo tinha uma voz de “taquara rachada”, e enfeava a imagem da cidade, obstruindo a extensão de suas avenidas. Vale destacar que esses músicos, assim como outros gêneros de ambulantes, eram absorvidos e aceitos pelo próprio Estado, na medida em que lhes eram cobrados impostos. De certa maneira, o governo assegurava a existência e a proliferação desses indivíduos, alimentando uma representação não querida da capital, isto é, de uma grande feira a céu aberto e nada moderna. Isso pode parecer muito incongruente para o historiador e pesquisador atual, pois, como afirma O'Donnell⁵³¹, a agenda republicana dava grande prestígio e atenção à ocupação e aos usos do espaço público.

Nota-se que o Rio de Janeiro era uma cidade fervilhada pelas atividades e manifestações das classes pobres. Suas músicas, seus alimentos, passos, barulhos, versos, carnavais e misérias tomavam conta dos cantos e recantos da urbe, sejam centrais ou adjacentes. Nessa capital tão viva e caótica, os vendedores de garrafas vazias construíram o seu mundo⁵³².

Os garrafeiros, em sua maioria de origem portuguesa, perambulavam pelos logradouros, fábricas de cerveja, empresas de água e farmácias, vendendo todo o tipo de garrafas e frascos. Andavam com um cesto à cabeça e bolsa a tiracolo apregoando “eh! Vai garrafa vazia!”. Eram recipientes transparentes, que ainda conservavam os rótulos intactos, com o dístico de Fernet, de Bock-Ale, de Burgogne, Sauterne, Chianti etc. Eram intérminos vidros de medicamentos, azuis, amarelos, brancos, verdes, cor de absinto, cor de pérola etc. Tudo isso era recolhido e levado para um depósito, denominado por João do Rio de país de vidro. Esse local era composto por dois barracões de 150 metros de comprimento sobre cinco de largura. O narrador descreveu que se andava “trezentos metros de paredes de vidro, vidros de todas as cores, garrafas de todos os feitios, desde o branco ao negro, desde o litro ao pequeno frasco de conta-gotas da cor caldas das ameixas”⁵³³. Nesse espaço, podiam-se ver homens em mangas de camisa, mulheres e crianças descalças. Todos morando no galpão, onde havia pequenos quartos que custavam 10\$000. Além disso, o escritor narra o cotidiano dos volantes e trabalhadores nesse ambiente:

⁵³⁰ *Careta*, 30 de setembro de 1916. Sem paginação (Digitalizado).

⁵³¹ O'DONNELL, 2013, p. 20.

⁵³² RIO, João do. No país de vidro. *Gazeta de Notícias*, 18 de fevereiro de 1907. p. 1 (Digitalizado).

⁵³³ *Ibid.*, loc. cit.

Entre um e outro barracão um espaço de 10 metros renova-nos por minuto a sensação do ar livre, com escampo do céu ao alto e as vegetações verdejantes dos morros. Nesse espaço uma carroça de cervejaria enchia-se de caixas com garrafas lavadas. Carros de mão erguiam os braços de ferro, cheios de cestos de vidros; pilhas de botijas subiam pelos muros; e bem ao centro o tanque onde se faz a lavagem desaparecia sob as rumas de vidro ainda por limpar, caixões vazios e enormes barricas de metro e meio de diâmetro nas quais vêm acondicionadas as garrafas cujo líquido alimentou o prazer do Amazonas, do Pará, do Rio Grande, da Bahia, dos grandes portos do Brasil⁵³⁴.

Por fim, o cronista conta as resistências dos garrafeiros contra a arbitrariedade da polícia. Quando alguns guardas e meganhas tentaram entrar no recinto para prender um companheiro de ofício, os vendedores começaram a atirar garrafas, num combate que durou três dias e três noites⁵³⁵.

Essas histórias narradas pelos literatos, com as suas tantas facetas, são as matérias reais de que a escrita e o imaginário se alimentam. São também matérias negligenciadas, tomadas como insignificantes, uma vez que são enredos que passam despercebidos no tempo, sem fazer grandes abalos estruturais. Mas os volantes têm a sua importância na história da capital republicana, pois eles foram a pedra no sapato da modernização, ao mesmo tempo em que foram responsáveis em parte pelo abastecimento da cidade. Essas figuras marginais, com suas atividades, “representa um papel essencial na economia urbana”⁵³⁶. São, antes de tudo, homens que inventaram e fizeram seu processo histórico em função das determinações sociais. Compreender como eles vivenciaram a República e os papéis que desempenharam no regime é de extrema relevância para entender como a vida do pobre foi afetada no período, e quais os jeitos encontrados para continuar vivendo.

Examinando as petições populares e as infrações de postura do começo da República, percebe-se que a maioria dos alimentos e animais negociados nas ruas advinha de pequenos lavradores e criadores dos subúrbios, além de quitandeiros, e donos de pequenas hortas cultivadas em chácaras. Em 1890, um comício popular, realizado em Madureira, criticava as posturas municipais que recaiam sobre atravessadores de frutas, peixes e legumes. A representação, encaminhada por José Ricardo Pires de Almeida, delegado do comício, justificava que as fortes penas contra os intermediários eram um atentado contra a liberdade

⁵³⁴ Ibid., loc. cit.

⁵³⁵ Ibid., loc. cit.

⁵³⁶ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 268.

de comércio e de indústria. Dizia ainda que isso prejudicava os roceiros suburbanos, já que estes não tinham quem lhe fossem à porta comprar os produtos, e nem sempre possuíam carroças para transportar os alimentos de sua diminuta lavoura. Um dado expressivo, comentado pelo suplicante, é que o produtor podia ser, com frequência, uma pobre mulher sozinha ou viúva, com filhos, cujo fazer doméstico a impedia de circular nas avenidas e alamedas oferecendo as suas colheitas⁵³⁷.

Na representação, buscou-se o discurso burguês e liberal para legitimar os interesses da pequena lavoura e condenar as posturas municipais. Ou seja, como se tem dito, as pessoas em condição de desigualdade apreendem a linguagem e a lógica do opressor como uma armadura contra as disposições desse mesmo opressor. Nota-se, igualmente, a zona suburbana como uma fonte de abastecimento da cidade, que era efetivada, em parte, por mulheres autônomas, solteiras ou viúvas, geralmente com crianças.

As solicitações de licenças para o estabelecimento de feiras e hortas dão também conta da produção alimentar do subúrbio. Nesse sentido, lavradores residentes em Bangú pedem, em 1901, autorização para constituírem um mercado no Largo da Olaria a fim de venderem os artigos de sua pequena lavoura⁵³⁸. No distrito de Engenho Velho, em 1906, o quitandeiro Francisco Caltado foi multado em 100\$000 por possuir uma horta num pequeno terreno à Rua de São Cristóvão. Requerendo perdão da multa, alegou que não vendia os seus negócios pelas ruas, tendo licença para comercializar em sua quitanda aquilo que cultivava⁵³⁹. No entanto, o alvará deste estabelecimento não isentava da licença obrigatória o plantio de hortaliças. Eram necessárias duas autorizações, uma para o cultivo, outra para o comércio. A petição de Francisco traz uma informação interessante, pois mostra a competição entre os donos de pequenos estabelecimentos e os vendedores ambulantes. O fato de mencionar que possuía uma casa comercial, não negociando nas vias públicas, dava-lhe um ar de superioridade, conferindo-lhe um certo *status*. A concorrência e as provocações entre o mercado fixo e errante deveriam ser tensas, como ironiza a charge feita por Raul Pederneira:

⁵³⁷ AGCRJ. *Série Representações*. Códice 49. 4. 50. p. 1.

⁵³⁸ AGCRJ. *Série Mercados*. Códice 61. 1. 24. p. 43.

⁵³⁹ AGCRJ. *Série Infração de Posturas*. Códice 10. 2. 3. p. 75.

OS AMBULANTES

— Larga este officio, Chico, larga este officio que é concurrencia desleal às confeitarias da cidade. Olha, eu dei o exemplo: deixei a minha carrocinha de moer canna e realejo para não prejudicar o Conservatorio de Musica...

3. *Revista da Semana*, 10 de novembro de 1901, p. 3 (Digitalizado).

Essas tensões poderiam ser vistas igualmente em torno do volante de carnes e miúdos e os açougueiros. Um abaixo-assinado, dirigido ao prefeito, e arranjado por açougueiros da capital, mostra os conflitos existente entre essas categorias. Na petição, repreendia-se o grande número de licenças expedidas para os comerciantes de carne verde, que percorriam toda a cidade, de casa em casa, oferecendo o produto. Para os donos de açougues, isso abria uma desvantagem para o mercado fixo, levando ao seu aniquilamento. Argumentava-se que os estabelecimentos estavam sujeitos a grandes despesas e responsabilidades, em especial, com relação às exigências da Higiene Municipal, indispensáveis para garantir o funcionamento do local. Enquanto eles sofreriam esses encargos, o vendedor ambulante conduziria suas carnes em tabuleiros descobertos, expondo-as ao sol e ao pó, e abastecendo a zona urbana com alimentos de procedência suspeita, prejudicando seriamente a saúde pública. Diante disso, os suplicantes exigiam medidas para garantir a sanidade da capital e os privilégios dos açougueiros, postos como contribuintes certos para os cofres da municipalidade⁵⁴⁰. Embora, o documento não esteja datado, acredita-se que o requerimento seja anterior ao ano de 1903, período no qual se institui o Decreto nº. 371, de 9 de janeiro, que proíbe a venda ambulante de miúdo de rezes⁵⁴¹. A partir daí, a fiscalização e a expedição de licenças se tornaram mais restritas e rigorosas.

⁵⁴⁰ AGCRJ. *Série Comércio de Carnes e Matadouro*. Códice 53. 4. 12. p. 97.

⁵⁴¹ AGCRJ. *Série Legislativo Municipal*. Códice 18. 3. 10. Sem paginação.

Em suma, a zona suburbana era uma região importante para o cultivo de alimento e abastecimento da capital, não apenas com respeito à diminuta agricultura, mas também com relação à produção de laticínios. Havia nessas localidades pequenos estábulos que agregavam cerca de duas a doze vacas, destinadas em especial à produção de leite. Nessa modalidade de comércio, o proprietário teria que pagar licença para os seus animais, era obrigado a vaciná-los, e teria que obter autorização para negociar o leite na cidade. Em 1904, João Cabral Torres, possuidor de um estábulo na Freguesia de Inhaúma, após gastar 185\$200 com o licenciamento de nove vacas, e o imposto volante, foi taxado em 100\$000 por não ter o alvará de duas vitelas em proximidade de darem leite. O suplicante acreditava que as duas bezerras não precisavam de liberalização, pois ainda não estariam em sua fase de produção⁵⁴². Alegando ser pobre e analfabeto, João requeria a isenção da taxa. De modo semelhante, em 1906, Joaquim Vieira Lourenço, dono de um estábulo no distrito de Engenho Novo, foi multado em 50\$000, visto que ignorava a obrigação da vacinação para as suas vacas. Apelando para “a bondade e a generosidade para com os infelizes”, pedia a relevação da multa⁵⁴³. Além de estar sujeito a todo esse emolumento, esse tipo de negócio possuía outras restrições, imputadas pelo decreto nº 370, de 9 de janeiro de 1903, que proibia que os mercadores ambulantes de leite conduzissem seus animais pelas alamedas⁵⁴⁴; e pelo decreto nº 376, de 17 de janeiro de 1903, no qual se penalizava o indivíduo que comercializasse o gênero adulterado, ou em condição viscosa, amarga ou acidulada⁵⁴⁵.

Nota-se que os proprietários de estábulo citados eram pessoas remediadas, e alegavam pobreza e infelicidade para se livrarem da dívida. Embora não estivessem numa situação de extrema miséria, esse fato não os privava das dificuldades e ruínas financeiras nem dos prejuízos econômicos que uma multa poderia trazer, ainda mais num contexto de inflação que parecia inexaurível. Esses acanhados comerciantes compartilhavam com vendedores ambulantes, mendigos, carroceiros etc., uma vida material oscilante e custosa, que poderiam pôr em risco os elementos indispensáveis para o sustento do indivíduo e da família.

Outro fator a observar é o viés paternalista que caracteriza essas petições, buscando nos laços afetivos, como se viu no capítulo 1, o livramento de encargos. Sergio Buarque de Holanda já comentava sobre esse fundo emotivo como representante da vida brasileira, quando tratou das classes dirigentes que governaram o Brasil durante o Império e a República,

⁵⁴² AGCRJ. *Série Infração de Postura*. Inhaúma, 1904. Códice 10. 1. 12. p. 23.

⁵⁴³ AGCRJ. *Série Infração de Posturas*. Engenho Novo, 1905-1907. Códice 10. 1. 29. p. 168.

⁵⁴⁴ AGCRJ. *Série Legislativo Municipal* (1901-1903). Códice 18. 3. 10. Sem paginação.

⁵⁴⁵ Ibid., loc. cit.

ou até mesmo onde se assentavam as instituições democráticas⁵⁴⁶. As classes pobres e a sua cultura estavam igualmente enredadas nesse vinco doméstico, procurando se apoiar nele para se proteger e alcançar certas benesses. Os cadernos de infrações de posturas, com suas numerosas e curtas petições, são uma fonte significativa para examinar esses laços. Apesar de serem escritos pelo escrivão, eles trazem particularidades e noções do impetrante, que falava de sua família e dos percalços que eventualmente estavam sofrendo, na expectativa de comover a autoridade responsável pela isenção das taxas – o prefeito.

Enfatizado isso, as dificuldades do volante eram agravadas pelo fato de suas mercadorias estarem constantemente ameaçadas de apreensão, podendo ser até leiloadas. Os leilões, geralmente publicados nos jornais, revelam o tipo de objetos, alimentos e animais que circulavam no Rio de Janeiro através das mãos e dos pregões desses negociantes. Por exemplo, o agente fiscal do distrito de S. Cristóvão tornou público que seriam leiloados 30 garrafas vazias e seis pequenos frangos, encontrados abandonados na rua. Muitas vezes, para não serem multados ou pegos, os vendedores, impossibilitados de carregar os seus artigos, deixavam-nos pelo caminho e fugiam. No distrito do Andaraí, seria vendida pelo agente fiscal uma cabra vermelha com malhas brancas, que tinha sido apreendida por infração de posturas⁵⁴⁷. Muares também podiam ser negociados em hasta pública, como ocorreu no distrito de Lagoa⁵⁴⁸, assim como patos, vendidos na esquadra de Espírito Santo⁵⁴⁹. Peças de armarinhos eram igualmente apreendidas e vendidas com frequência. Na Glória, foram postos à venda por infração: cinco grampos, 4 papeis de agulhas, um carretel de linha de cor, quatro dúzias de botões pretos, dois ganchos de gravatas, sete dúzia e meia de botões brancos e seis dúzias de colchetes⁵⁵⁰.

Da mesma maneira, os autos de apreensão trazem registros do que se vendia nos logradouros. Na seção de Santana, a vendedora volante Maria Josefa teve seus produtos apreendidos por falta de licença. O prejuízo sofrido pela comerciante pode ser notado em face da quantidade e da variedade de material recolhido. Eram oito retalhos de fitas de diversas cores, nove ditos de pontos russos, dois ditos de tiras bordadas, cinco ditos de rendas, seis peças de cadarço preto, um dito de veludo preto, quatro retalhos de cadarço para cama, oito alfinetes para fraldas, diversos botões e colchetes avulsos, três pares de meias para crianças, seis agulhas de colchetes, dez maços de grampos para cabelos, dois e meio metros de lã azul.

⁵⁴⁶ HOLANDA, 1995, p. 141-151.

⁵⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, 4 de janeiro de 1905. p. 4 (Digitalizado).

⁵⁴⁸ *Gazeta de Notícias*, 14 de fevereiro de 1905. p. 3 (Digitalizado).

⁵⁴⁹ *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1905. p. 3 (Digitalizado).

⁵⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 14 de fevereiro de 1905. p. 4 (Digitalizado).

Para requerer os objetos de volta, Maria teria que pagar uma multa de 200\$000, em três dias. Passado o prazo, o auto era remetido à Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal, onde se instauraria um processo, e os produtos poderiam ser levados a leilão⁵⁵¹. Diante do elevado custo da pena e do pequeno limite de tempo para pagá-la, era provável que a vendedora, assim como tanto outros, perdesse o principal meio de sustento. As dificuldades poderiam ser ainda maiores, pois tais mercadorias talvez não pertencessem ao ambulante, ou fossem conseguidas a crédito, para serem pagas à medida que fossem vendidas, ou quando o lucro fosse garantido. Muitos mercadores andantes trabalhavam para casas comerciais e armazéns.

Um caso parecido aconteceu, em 1905, no distrito da Glória. Maria Dias, negociante volante de ovos, havia sido multada por estar sem licença. Depois de pago o encargo, ela buscou a restituição da pena, explicando que o seu modesto negócio era o único sustento de sua casa, já que o seu marido, com 80 anos de idade, estava entevado. Além disso, teria arranjado os artigos através de empréstimo, e a devolução da multa seria de suma importância para honrar seus compromissos e evitar que os ovos fossem devolvidos⁵⁵². Tudo isso revela o quanto era difícil ser um comerciante de rua, porque afora estar sujeito a forte concorrência, os riscos de prejuízo financeiro poderiam ser enormes, principalmente em face da carestia e da miséria geral. A vigilância era contínua. Eram tomadas caixas de doces e balas, estufas de empadas, carroças, balança de peso, carrocinha de sorvete, papagaios, frutas e verduras, fazendas, perfumes, bilhetes de loterias, joias e bijuterias, vassouras etc. Entre os motivos da usurpação estavam a falta de alvará, a exposição do alimento à poeira, o atravancamento das vias públicas, e o abuso policial.

Conforme o decreto 1063, de 30 de dezembro de 1905, no ato de apreensão lavrar-se-á um auto, no qual será declarado tudo quanto for apreendido. Os artigos suscetíveis de deterioração rápida, a exemplo de verduras, peixes, frutas, doces, refrescos, sorvetes, entre outros, seriam vendidos em hasta pública dentro do prazo de 24 horas da apreensão. Para tanto, o proprietário e representantes seriam verbalmente intimados. Com relação à tomada de bilhetes de loterias premiados, a metade do benefício seria revertida para casa de São José e do Instituto Profissional, e a outra parcela seria dividida em parte igual entre o Montepio dos Empregados Municipais e o agente apreensor, devendo este conceder 30% ao guarda que auxiliou na apreensão. Isso é bastante revelador, pois o apoderamento de objetos poderia ser um negócio vantajoso para policiais e guardas. Nesse caso, a falta de licença poderia ser um pretexto para explorar e subornar o pequeno negociante.

⁵⁵¹ AGCRJ. *Série Autos* (1902-1903). Código 39. 4. 56. p. 13-14.

⁵⁵² AGCRJ. *Série Infração de Postura*. Glória (1905-1912). Código 10. 1. 33. p. 59.

Embora guardas e policiais recebessem ordem para vigiar as ruas, apreender e multar os vendedores ambulantes, alguns deles atuavam comumente por conta própria. Usavam de humilhação, suborno e violência; às vezes de maneira gratuita, outras visando a alguma vantagem.

Vargas observou a relativa autonomia da polícia durante as greves ocorridas nos primeiros anos da República. Os policiais subalternos, muitas vezes, agiam por conta própria, utilizando os instrumentos de força para reprimir o movimento operário, comportando-se fora das normas e sem autorização e o aval do chefe de polícia. Nesse caso, unia-se com patrões e empresários, e recebiam propinas, o que implicava um padrão de comportamento que ia além de uma suposta política do Estado. Essa atitude, contudo, pode não apenas ser notada em acontecimentos curtos, mas também no cotidiano, nas manifestações rotineiras de rua, entre um trabalhador e um guarda⁵⁵³.

Em 1916, o comerciante de doces, José Augusto Moutinho, empregado de um estabelecimento na Rua Senador Euzébio, foi intimado por um guarda de nº 384 a pagar uma gorjeta, a fim de se livrar de uma multa. O doceiro não aceitou pagar o suborno, alegando que a sua fêria não passava de 3\$000; e que os seus patrões notariam caso retirasse qualquer quantia⁵⁵⁴. Atos como esses deveriam ser comuns no cotidiano do trabalhador ambulante, nas relações que se arranjavam pelo asfalto. O comportamento agressivo e abusivo pôde ser visto também por parte do guarda municipal João Pedro Xavier, que empurrou e autuou aos berros o volante de doces Manoel José Rodrigues, porque este arriou por um momento o seu tabuleiro no Passeio Público. Manoel pediu desculpas e suplicou ao meganha que não o levasse à agência, pois ficaria sem o seu ganha-pão. Resistindo à pressão do policial, o ambulante foi agredido e esmurrado, ferindo a cabeça. O conflito terminou quando os dois homens foram presos⁵⁵⁵. Outro contato excessivo se deu na Praça Tiradentes, em 1900, quando um guarda comprou empadas de um vendedor de rua e não quis pagar o quitute, sendo preso por outros policiais que estavam no local⁵⁵⁶.

As resistências aos insultos e aos excessos da polícia eram manifestadas através de fugas e de ação direta. Numerosos são os casos em que comerciantes reagem com violência à presença da polícia, arriscando-se a tudo. Em face da perda dos meios de sustento, o desespero e o assalto eram os últimos atos de recusa à opressão do Estado, à coação policial.

⁵⁵³ VARGAS, 2004, p. 102.

⁵⁵⁴ *Gazeta de Notícias*, 27 de janeiro de 1916. p. 3 (Digitalizado).

⁵⁵⁵ *Gazeta de Notícias*, 29 de março de 1916. p. 4 (Digitalizado).

⁵⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, 17 de janeiro de 1900. p. 1 (Digitalizado).

Destarte, foi o que aconteceu com o negociante de frutas Antonio Luca, advertido por um anseçada por estar parado na Praça Onze de Junho. Em resposta à intimidação, o trabalhador agrediu o soldado, machucando-lhe a cabeça⁵⁵⁷. Outro episódio ocorreu com Tereza Afonso, vendedora de empadas na mesma praça. Na ocasião em que o guarda levava a sua estufa de salgado, um indivíduo de nome Antonio Joaquim Ferreira tentou assaltar a carrocinha. Falhado o intento, o homem procurou atacar a sentinela com um facão, mas foi impedido pelo auxílio da vizinhança e de outros guardas. Não se sabe que tipo de relação existia entre Tereza e Antonio, mas a defesa e a coragem deste em desafiar a ordem, tentando retomar o objeto, faz-nos acreditar que sejam próximos⁵⁵⁸. Do mesmo modo, o guarda Modestino de Oliveira Maia, de Jacarepaguá, foi agredido pelo ambulante José Elias, de origem turca, ao exigir o alvará. Diante da insistência e da perseguição do funcionário, o vendedor reagiu a dentadas, mordendo dois dedos da mão direita do agente. O empregado municipal foi socorrido e o agressor foi preso⁵⁵⁹. Por fim, outro fato ocorreu com o comerciante de aves, o italiano Vicente Tallarino. Passando pelo largo da Glória, com o seu pregão – “vai galinha vai frango...” –, foi abordado pelo fiscal para exhibir licença. Sem a documentação, ele ameaçou o agente, indo preso “por ter virado bicho”⁵⁶⁰.

Pode-se notar que existia uma forte rede de solidariedade em torno dessa ocupação, como no caso de Tereza e Antonio. Na rua, podiam-se ver pessoas anônimas se compadecendo da dor alheia, unindo-se momentaneamente contra um inimigo comum. Ademais, amizades e outros vínculos afetivos poderiam ser elaborados a partir de uma relação de vaivém que o negociante estabelecia. Resistir é também se solidarizar. Nesse sentido, um vendedor ambulante, de procedência árabe, negociando na Rua de S. João, foi obrigado a mostrar a sua licença para o empregado da Prefeitura Francisco Alves Martins. No momento do auto, o volante recebeu a ajuda de dois desconhecidos, talvez fregueses, que começaram a insultar e a agredir o funcionário. Os dois indivíduos acabaram sendo encarcerados por quatro praças, mas logo foram soltos⁵⁶¹.

Esses fatos miúdos são alguns dos exemplos e dos percalços a que as pessoas, dedicadas ao comércio móvel, poderiam estar sujeitas. Mas os perigos não acabavam por aí! Essas figuras errantes estavam suscetíveis a assaltos, corriam o risco de serem atropeladas por

⁵⁵⁷ *Gazeta de Notícias*, 21 de março de 1905. p. 3 (Digitalizado).

⁵⁵⁸ O desfecho dessa história não pôde ser observado, pois o documento apresenta rasura. Ver AGCRJ. *Série Infração de Posturas* (1906). Códice 10. 2. 1. p. 1.

⁵⁵⁹ *Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1919. p. 3 (Digitalizado).

⁵⁶⁰ *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1915. p. 4 (Digitalizado).

⁵⁶¹ O jornal não informa os nomes dos envolvidos. Cf. *Gazeta de Notícias*, 18 de setembro de 1904. p. 2 (Digitalizado).

um bonde, automóvel ou carroça; eram assassinadas ou cometiam suicídio por “atraso de vida”. Acidentes ou situações como essas eram diariamente estampados na imprensa. O contratempo poderia ocorrer até mesmo nos órgãos fiscalizadores, como as agências distritais, onde as mercadorias apreendidas seriam levadas e guardadas supostamente em segurança. Em 1906, o comerciante ambulante de roupas, Escandar Feris, teve um grande prejuízo, quando os seus artigos foram apreendidos pela agência do distrito de Engenho Novo por negociar sem licença. Seus objetos desapareceram dentro da instituição: 14 saias de chita, 12 lenços, 13 toucas e 2 toalhas. Suplicando à prefeitura que lhe pagasse o dano, o agente negou a responsabilidade pelo ocorrido, alegando que o estabelecimento tinha sido assaltado por gatunos, que roubaram diversos artefatos, sendo também prejudicado⁵⁶².

Com tantas intempéries e coerções, como essa classe profissional poderia sobreviver na rua, já que o ato de circular com liberdade na cidade era basilar para o bom funcionamento de seus negócios. Se a rua agasalhava a miséria, conforme João do Rio escreveu, ela também deixava a nu muitos de seus filhos e filhas. Ela tinha os seus vigias e malfeitores. Além do mais, recaíam sobre essa categoria comercial tantos decretos-leis e restrições que os circuitos e caminhos se tornavam amiúde temíveis. Numerosos desses vendedores não tinham outra opção senão trabalhar na ilegalidade. Os custos para conseguir autorização e os impostos a que algumas mercadorias estavam submetidas eram muito altos para o bolso desse setor. Tudo tinha que ser feito com destreza e astúcia, no limiar da ilegalidade ou em seu território mesmo.

A vigilância e a fiscalização eram rigorosas, buscando classificar cada tipo de produto vendido, cobrando licença conforme o gênero específico. O decreto nº. 830, de 31 de outubro de 1901, definia as disposições gerais que recaíam sobre esses profissionais.

Art. 1 Do próximo ano em diante inclusive, os mascates (vendedores ambulantes) legalmente licenciados, ficam sujeitos ao regime da seguinte lei:

Art. 2 A classificação aos mascates (vendedores ambulantes) será feita de acordo com o disposto na lei orçamentária, correspondendo cada uma das diferentes classificações a exigência de uma licença distinta, de modo a não poder o mascate de uma mercadoria, negociar em outra sem pagar integralmente os necessários impostos de cada mercadoria.

⁵⁶² AGCRJ. *Série Infração de Posturas*. Códice 10. 3. 5. p. 252-254.

Art. 3 A licença do mascate protegerá exclusivamente a pessoa que conduzir as mercadorias de venda licenciada; se essas mercadorias forem conduzidas por mais de um indivíduo, far-se-ão indispensáveis tantas licenças quantos estes forem.

Art. 4 Fica absolutamente proibida a localização desses mascates dentro da zona urbana do Distrito Federal.

Art. 5 O condutor das mercadorias é obrigado a trazer junto a esta o original da respectiva licença, de modo a prontamente apresentá-las onde e quando lhe for exigida pelo agente do fisco.

§ único – A licença acima tratada deverá ser trazida bem exposta às vistas do público, sempre que pela espécie do processo do transporte da mercadoria isso seja possível.

Art. 6 O mascate vendedor ambulante que, sob qualquer fundamento requerer certidão ou segunda via da licença, pagará por essa, a título de multa, tanto quanto teria de pagar se fosse licença nova.

§ único – Se essa licença exceder de 200\$, esta quantia constituirá o máximo a ser cobrado por cada uma das necessárias certidões ou segundas vias.

Art. 7 Os infratores da presente lei sofrerão a multa de 200\$000, e, nas reincidências, sofrerão novas multas de igual quantia.

Art. 8 Revogam-se as disposições em contrário⁵⁶³.

O decreto 1063, de 30 de dezembro de 1905, do artigo 21º, já explicitado no texto, determinava que ninguém poderia comercializar sem o pagamento do respectivo imposto de alvará de licença, seja “por atacado ou varejo, estabelecido ou ambulante, fábrica ou oficina, depósito de qualquer espécie, escritório, consultório, tendas e barracas, exposições, diversões e espetáculos públicos, veículos terrestre e marítimo, particulares ou a frete, quiosque, tabuletas, toldos, placas, letreiros, lampiões, bandeiras e postes para anúncio, etc”⁵⁶⁴. Tal lei buscava monitorar o fazer viver do povo e todas as suas facetas para se manter da rua. Também seria uma forma bastante lucrativa de arrecadar dinheiro para as finanças públicas⁵⁶⁵.

O artigo 22º do mesmo decreto traz uma tabela de alimentos e objetos que poderiam ou seriam negociados nos logradouros do Rio de Janeiro. Na lista, os artigos vinham acompanhados com o valor de sua liberalização. Por meio dessa classificação, pode-se

⁵⁶³ AGCRJ. *Série Legislativo Municipal* (1901). Códice 18. 3. 9. Sem paginação.

⁵⁶⁴ AGCRJ. *Série Legislativo Municipal*. Códice 18. 3.8. Sem paginação.

⁵⁶⁵ Graham já tinha feito essa observação com relação às vendedoras de rua em Salvador. As multas aplicadas a mulheres negociantes por trabalharem sem alvará, cobrarem acima do valor do produto, ou não cumprirem outros regulamentos representariam de 10% a 15% da receita municipal. Cf. GRAHAM, 2013, p. 271.

observar a variedade do mercado ambulante, a inspeção em torno dessa ocupação e a tentativa de dar conta das diversas trocas comerciais dos humildes⁵⁶⁶.

Além da diversidade de produtos e os custos do alvará, a tabela traz informações reveladoras sobre a experiência do vendedor ambulante no começo do século XX. Pode-se ver que os gêneros mais penosos para se comercializar eram aqueles de armarinho, fazendas, tintas, charutos, cigarros e fósforos, louças de porcelana, lampiões, vidros, copos; perfumaria e óleos finos, sabonetes, entre outros. Ou seja, as mercadorias mais caras de se negociar estariam ligadas à esfera de higiene e beleza. Já os artigos mais baratos correspondiam, no geral, ao setor de alimentos populares, a exemplo do pão, angu, canjica, caruru, mingau, leite, melado, rapadura etc.

Outro registro importante é a distinção nos preços entre o comércio de um mesmo objeto, que é negociado dentro e fora da cidade. As vendas ambulantes em áreas afastadas das partes centrais da urbe possuíam licenças bem mais ordinárias. Desse modo, a autorização para vender carvão na cidade custava 30\$000; fora dela, apenas 10\$000. Isso também acontecia com a comercialização do café feito e moído, no qual o alvará custava 30\$000 dentro da zona urbana, e fora dela 20\$000. Nota-se igualmente a diferença entre os vendedores que estavam uniformizados e calçados e aqueles que não se encontravam padronizados. O baleiro que usava uniforme e andava calçado pagava uma licença de 30\$000, enquanto aquele que perambulava sem fardamento e descalço pagava 80\$000. O ganhador ou carregador estava em igual condição. Uniformizado pagava 20\$000, sem uniforme, o valor era de 80\$000.

Uma última questão pode ser observada na tabela, mostrando-se como uma exceção no conjunto do quadro. A autorização da venda volante de flores naturais nos teatros era obtida conforme a diferença de gênero masculino e feminino. A mulher pagava um encargo menor, 20\$000, enquanto os homens teriam que despender um valor de 60\$000. Não se sabe qual seria o motivo dessa distinção ou se ela poderia alcançar outros tipos de mercadorias, visto que até então nenhuma demarcação entre os sexos tinha sido feita ou encontrada. Segue a tabela III⁵⁶⁷:

⁵⁶⁶ Ver Tabela em AGCRJ. *Série Legislativo Municipal*. Códice 18. 3.8. Sem paginação.

⁵⁶⁷ Ibid., loc. cit.

Tabela III: pagamento de licenças de volante	
Gênero negociado	Valor da licença
Amolador	40\$000
Armarinho	300\$000
Aves	40\$000
Azeite	30\$000
Areia	30\$000
Aves de luxo ou pássaros	50\$000
Anúncio ou reclame, por um	50\$000
Angu	10\$000
Agentes comerciais ou vendedores por amostra	50\$000
Animais roedores e de pequeno porte	20\$000
Baleiro na cidade, uniformizado e calçado	30\$000
Baleiro, não uniformizado e calçado	80\$000
Baleiro, fora da cidade	10\$000
Biscoito e doces	50\$000
Bonets	40\$000
Brinquedos	50\$000
Banda de música	50\$000
Bengalas	40\$000
Calçado	100\$000
Calçado (consertador de)	30\$000
Canjica e caruru	10\$000
Carimbos e sinetes	30\$000
Cartões postais	30\$000
Carvão, na cidade (em carroça ou não)	30\$000
Carvão, fora da cidade (em carroça)	10\$000
Chapéu de sol	80\$000
Chapéu de cabeça	100\$000
Chapéu de palha do país	30\$000
Charutos, cigarros e fósforos na cidade	200\$000
Charutos, cigarros e fósforos, fora da cidade	50\$000
Cebolas	30\$000
Caldo de cana	30\$000
Cana	30\$000
Café moído, na cidade	30\$000
Café moído, fora da cidade	20\$000
Café, feito na cidade	30\$000

Café feito, fora da cidade	20\$000
Charutaria	20\$000
Chumbo, metal e cobre	30\$000
Confeti e artigos para carnaval	100\$000
Confeti e artigo para carnaval*	30\$000
Coroas fúnebres e mais artigos para finados*	30\$000
Empadas	50\$000
Engraxador	50\$000
Espelhos e quadros	50\$000
Estampas, revista e livros (vendedor de)	25\$000
Fazendas	300\$000
Figuras de gesso, barro, etc.	40\$000
Flores artificiais	30\$000
Flores naturais (vendedora, podendo vender nos teatros)	20\$000
Flores naturais (vendedor, idem, idem)	60\$000
Folhas de Flandres, seus artefatos e esmaltados	50\$000
Frutas nacionais e estrangeiras	50\$000
Frutas nacionais e estrangeiras, em carroça de um ou mais animais	30\$000
Ganhador ou carregador, uniformizado, calçado e numerado	20\$000
Ganhador ou carregador, não uniformizado e descalço	80\$000
Gaiola e objetos de arame	50\$000
Garrafas	40\$000
Ervas e preparados medicinais	20\$000
Joias de ouro, prata e outros metais	50\$000
Lenha na cidade (em carroça ou não)	30\$000
Lenha, fora da cidade	20\$000
Leite	20\$000
Livros	25\$000
Louças de porcelana	200\$000
Louça de pó de pedra	60\$000
Idem de barro do país	25\$000
Leitões	30\$000
Lampiões, vidros, copos, etc	200\$000
Mingau	10\$000
Melado, rapadura, etc.	20\$000
Músicos ambulantes ou em botequins, restaurantes, café (cada um)	10\$000
Miúdo de rezes, na cidade	50\$000
Miúdo de rezes, fora da cidade	40\$000
Mesa e cadeiras pequenas, objetos de madeira ou vimes	50\$000

* Licença especial para venda destas mercadorias durante a época desse divertimento, a vigorar exclusivamente do domingo imediatamente anterior até a terça-feira do carnaval, inclusive.

* Licença especial para a venda destes artigos durante quatro dias seguidos, inclusive o dia de finados.

Objetos de escritório	150\$000
Objetos para fumantes	50\$000
Oleados	30\$000
Ovos	40\$000
Pão (cesto ou carrocinha) cada um	5\$000
Perfumaria e óleos finos	200\$000
Peixe	30\$000
Peneiras e cestos	10\$000
Photógrafos	50\$000
Plantas	30\$000
Phonographos	100\$000
Phosphoro	80\$000
Preparados químicos para lavagens e outras aplicações	30\$000
Queijos	30\$000
Quinquilharia, objetos para várias aplicações, etc.	30\$000
Realejo	50\$000
Refrescos	30\$000
Rendas	100\$000
Roupas feitas	200\$000
Sabão	30\$000
Sacos	30\$000
Sabonetes	150\$000
Sorvetes	30\$000
Sementes	20\$000
Tintas	250\$000
Tintureiro	40\$000
Tamancos	25\$000
Verduras e frutas nacionais, na cidade	30\$000
Idem, idem, fora da cidade	20\$000
Vidraceiro	20\$000
Vassoura, espanadores e objetos de vime	60\$000

Posto isso, pode-se fazer algumas reflexões gerais sobre as informações contidas na lista. Em primeiro lugar, buscava-se arrancar dinheiro do trabalhador de rua de toda a forma. Aquilo, que não estava claramente computado, poderia estar enquadrado no item “quinquilharia, objetos para várias aplicações, etc”. Então, tudo o que poderia ser instrumento de troca estaria submetido à licença. Como se tem dito, embora a profissão de volante fosse indesejada, e apresentada como baixo comércio, ela era necessária e lucrativa para os cofres públicos. Isso pode ser analisado pelo quadro de movimentos de volantes entre 1904 e 1913.

Tabela IV: Movimento de volantes entre os anos 1904 e 1913		
Ano	Volantes licenciados	Renda anual arrecadada
1904	5.663	328:957\$000
1905	-	-
1906	-	-
1907	5.274	486:012\$400
1908	5.870	390:528\$900
1909	6.216	405:770\$100
1910	5.956	423:395\$300
1911	6.503	434:097\$200
1912	6.663	450:576\$600
1913	7.021	510:367\$000

Esse quadro foi composto a partir das análises dos Relatórios da Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, entre os períodos de 1904 a 1913. Nos anos de 1905 e 1906 não foram encontrados nenhum registro do movimento de volantes. As outras informações, embora apareçam muitas vezes dispersas e confusas nos relatórios, possuem uma constância, pois se repetia resumidamente nos relatórios posteriores, junto com os novos dados anuais. No balanço de 1914 não se encontraram mais informações sobre a venda ambulante, e os demais resumos existentes fogem do corte temporal desse estudo, que vai até 1920⁵⁶⁸.

No quadro, verifica-se que o número de licenciados entre 1904 e 1913 só cresceu, aumentando assim a renda da municipalidade. Conforme o relatório de março de 1914, essa arrecadação era uma fonte avultada para a receita municipal, ascendendo a cada ano, em razão do aumento da população e do comércio do Distrito Federal⁵⁶⁹. Deve-se destacar que nem sempre a quantidade de pessoas licenciadas significava um maior acúmulo de dinheiro. Por exemplo, em 1907, o total de volantes autorizados era de 5.274, arrecadando-se um valor de 486:012\$400. Já em 1912, o algarismo de comerciantes registrados era bem maior, de 6.663 indivíduos, coletando uma quantia inferior de 450:576\$600. A explicação para isso talvez esteja no fato do custo diferenciado de cada licença. No entanto, as lacunas e a falta de detalhes dos documentos analisados impedem de saber qual o tipo de objeto ou gênero alimentício era mais negociado nas ruas do Rio de Janeiro. Devido às tarifas de certas mercadorias terem um preço exorbitante, como a de artigos de armarinho e fazendas, supõe-se

⁵⁶⁸ Ver AGCRJ. *Série Relatórios*. Códices 37. 4. 92; 38. 1. 56; 38. 1. 57; 38. 1. 58; 38. 1. 62; 38. 1. 66; 38. 1. 69; 39. 1. 51.

⁵⁶⁹ AGCRJ. *Série Relatórios*. Códice 38. 1. 69. p. 59-60.

que a maioria dos vendedores volantes poderia ser levada a comercializar com produtos cuja autorização fosse mais barata. Mas os dados não tratam disso.

As fontes também não trazem informações sobre os ganhos governamentais com as multas por infração de postura, autos de apreensão e leilões. Em alguns casos os relatórios mostram indícios, ou estatísticas nada consolidadas e que não possuem uma continuidade. O balanço de 1909 aponta que no primeiro semestre desse período, foram lavrados pelos agentes 1.150 autos de apreensão de animais e objetos diversos; e que por falta do pagamento da pena, esses utensílios e mercancias foram vendidos em 489 leilões públicos, o que havia produzido uma renda de 3:348\$600⁵⁷⁰. Embora os dados sejam esparsos, pode-se ter uma ideia da produção de riqueza que o trabalho ambulante significava para a municipalidade, visto que se arrecadavam com alvarás, multas, impostos, taxas sanitárias, tomadas dos gêneros negociados e venda em hasta pública. Portanto, os volantes se tornavam um mal necessário para o governo. E, nesse sentido, o que se buscava era remediar ou disciplinar aquilo que se via como impertinente.

Schmitt, ao analisar os pobres na sociedade feudal, mostra o papel que alguns marginalizados representaram na criação das cidades: comerciantes que perambulavam pelas estradas, fugitivos, estrangeiros, açougueiros, limpadores de fossa etc. Todos eles eram partes importantes para o funcionamento da urbe e o seu desenvolvimento econômico. O historiador também revela que existiam diferentes níveis no conceito de marginalidade. O marginal não é apenas aquele que se nega ao trabalho (mendigo ou vadio), mas inclui indivíduos, cujos ofícios são considerados desonestos, e até mesmo pessoas que optam de forma consciente por uma vida à margem da lei. Além disso, o estudioso rompe com a imagem de que os marginais são figuras improdutivas, explicando que alguns têm uma função indispensável para manutenção das condições urbanas⁵⁷¹. São marginais... *ma non tropo!*

Assim, Benchimol comenta que Pereira Passos usou a máquina repressiva e fiscal, com todo o rigor, a fim de descarregar o ônus da remodelação da cidade nos segmentos mais vulneráveis: os pequenos ofícios e o comércio ambulante. O pagamento de licenças ou multas representava um “encargo insustentável” para essa parcela de trabalhadores autônomos. E nesse período, a infração de postura quase triplicou⁵⁷².

⁵⁷⁰ AGCRJ. Série Relatórios. Códice 38. 1. 56. p. 10.

⁵⁷¹ SCHMITT, 1990, p. 268 et seq.

⁵⁷² BENCHIMOL, 1992, p. 258, 281.

Vale salientar que, a despeito de perseguições e perigos que os negociantes andarilhos sofriam, quer do Estado quer dos anônimos, houve um crescimento dessa ocupação ao longo do século XX (ver tabela IV). E somavam-se aos vários licenciados aqueles que operavam na clandestinidade, que não foram numerados e computados. Pode-se creditar que o motivo desse aumento se deva à expansão da população e do comércio, mas também não é possível deixar de lado as múltiplas resistências que essa classe laboriosa praticou para assegurar a sua sobrevivência, num contexto inflacionário como foi a “bela época”. Aliás, como afirma Perrot, “um dos meios de conseguir recursos para as pessoas do povo é se fazer camelô”⁵⁷³.

Mas vale perguntar por que esses profissionais e bufarinheiros eram tomados como inoportunos pela elite política e cultural da capital republicana? A partir daí, surge um segundo elemento expresso na tabela III. É preciso compreender que os comerciantes volantes estavam dentro do processo e da lógica de modernização, apresentando-se como antítese à ideia da civilização burguesa e europeia. Nesse aspecto, já que não se podia eliminar o negociante sem destruir também a renda que ele gerava, era necessário controlá-lo e regularizá-lo. Era igualmente forçoso tirá-lo de circulação ou diminuir o seu fluxo em áreas “postais” (fotogênicas...) da urbe.

A tabela de pagamento de licenças expõe prontamente esse controle à medida que estipula um valor diferenciado entre quem mercadeja na cidade e fora dela, cobrando mais barato deste último. Outra tentativa de disciplinar o ambulante era procurar padronizá-lo por meio de uniformes e sapatos, como se mostrou anteriormente. Para tanto, concedia-se como incentivo a diminuição do custo do alvará. Tudo isso tinha o objetivo de atender às demandas do espaço moderno e “civilizado”, que exigia avenidas etiquetadas, “limpas” de mendigos e trabalhadores de ruas, “limpas” da evidência da pobreza e da luta.

Os mendicantes e os comerciantes davam um ritmo peculiar à cidade; vivo e barulhento, triste também. As chagas e a carência do pedinte expunham os limites e as desigualdades da tão sonhada civilização. O vozerio e os pregões atrapalhavam os passeios dos senhores e das damas burguesas, interrompendo as suas conversas; obstruindo os seus passos, ao oferecer insistentemente os seus produtos; embaraçando aqueles momentos de lazer, nos quais homens e mulheres refinados paravam numa confeitaria ou restaurante para tomar o seu chá, refresco ou café.

⁵⁷³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 216.

Mas não era apenas na via pública que os negociantes tiravam o sossego do burguês. Eles iam às suas casas, batiam em sua porta e tocavam a campainha. Essa capital ruidosa e confusa era criticada e atacada na imprensa, que temia uma percepção negativa do viajante que chegava ao país.

[...] Não há, talvez, nesse mundo sublunar uma cidade tão ruidosa, que dê aos viajantes uma tal impressão de fragor intenso, como a nossa barulhenta Sebastianópolis.

Cada vendedor ambulante aqui tem o seu modo ruidoso de anunciar a sua mercadoria: é a gaita do doceiro, a corneta do tintureiro, o batuque do vendedor de plantas, o berro do vendedor de abacaxi, o grito do negociante de laranjas, a melopeia cacete do vassoureiro, a sineta do leiteiro, o pregão estridente do vendedor de ovos, o vozear boçal do negociante de galinhas, a grita insuportável do sorveteiro, toda essa berraria, essa grita, esse rumor, que começa pela madrugada e se prolonga pela noite adentro, enervante, aborrecido, insuportável.

Mas essa não é a única tortura do carioca. Em casa mesmo ele não tem sossego. A cada hora, a cada momento, batem palmas, tocam a campainha. É o vendedor de fazendas, o turco que vende barato, o vendedor de meias, de roupa feita, de casimira, de contrabando, de colchões, costureiras e peanhas a prestação, o diabo enfim⁵⁷⁴.

O decreto 1063, de 30 de dezembro de 1905, procurava controlar esse barulho. No parágrafo 8º, do artigo 107º da lei, dizia-se que “os volantes que fizessem anunciar por meio de buzinas, campainhas, cornetas e outros meios ruidosos, pagarão mais 20% sobre o imposto da respectiva licença, sujeitos os infratores a multa de 20\$000”⁵⁷⁵. Ou seja, buscava-se sobrepujar as ações e os teatros dos pobres através de pesada usurpação financeira.

A ladainha do jornal, contra os pequenos comerciantes, era longa. Em 1910, a *Gazeta de Notícias*⁵⁷⁶ criticava o consentimento demasiado das licenças para esses profissionais, recordando o tempo em que as autorizações eram inteiramente caçadas na administração de Pereira Passos. O periódico reclamava que, durante o governo de Serzedelo Correia, não havia limites para os negociantes, que tomava todos os pontos da cidade, atravancando os locais de maior trânsito com caixinhas de doces, estufas de empadas, carrocinhas de sorvete e vendedores de fósforos com charutaria armada ao ar livre. E eles estavam no Largo da Carioca, Largo do Rocio, nas paradas de bondes, na Praça Tiradentes etc. Além disso, tal presença incômoda causaria uma impressão “feíssima” para o estrangeiro.

⁵⁷⁴ *Gazeta de Notícias*, 24 de abril de 1917. p. 2 (Digitalizado).

⁵⁷⁵ AGCRJ. *Série Legislativo Municipal*. Código 18. 3. 8. Sem paginação.

⁵⁷⁶ *Gazeta de Notícias*, 21 de abril de 1910. p. 6 (Digitalizado).

Destarte, o trabalhador itinerante fazia parte de uma categoria social que impunha resistência aos modelos de progresso e de civilidade republicanos; ao passo que também estava inserido neles. Embora a situação de pobreza desses ambulantes pudesse limitá-los no acesso aos elementos modernos, e houvesse tentativas de excluí-los dos espaços símbolos da modernidade, eles estavam constantemente perfurando essas exclusões, impondo-se como presença indesejada, ludibriando as leis que buscavam contê-los. Sobrevivendo... Aliás, eram condicionados ao moderno, quando eram obrigados ao uso de uniformes e de calçados.

Defende-se a hipótese de que os volantes participavam igualmente da modernização como operadores desse processo, expandindo para as classes inferiorizadas os gostos, os padrões e os valores burgueses. Isso acontecia principalmente por meio de suas mercadorias. E a tabela de licença dá indício dessa operação. Tais pessoas viviam das trocas e dos lucros comerciais, e para vender bem era preciso estar atento às necessidades do tempo, perscrutar o que estava em moda, seja no vestir-se ou no comportar-se. Nesse aspecto, os vendedores de fazendas, roupas, perfumes, rendas, calçados, joias, óleos finos, chapéus, cigarros e charutos estavam numa condição de destaque, uma vez que deveriam ofertar aos clientes os produtos que se encontravam em evidência e que constituíam uma nova rede de sociabilidade, marcada pela ideia de conforto, beleza, saúde e elegância.

O uso da bengala, o ato de fumar e portar um chapéu de palha, por exemplo, eram hábitos masculinos correntes da época, podendo ser um negócio promissor para o mercador andante. Mas o abastecimento desses artigos na zona urbana do Rio de Janeiro, por volantes, atendia a uma camada determinada – a gente humilde, que não comprava nas lojas e vitrines da Rua do Ouvidor. Assim, os pobres buscavam se vestir no mesmo padrão burguês, procuravam estar atualizados com os arquétipos e representações de sua sociedade, apropriando-se de novos costumes ou tendências culturais vindas de cima. Porém, eles granjeavam isso por meios bem mais baratos. O volante tinha um papel propagador, levando às portas da residência ou às ruas as novas aspirações sociais. Vale salientar que, muitas vezes, esses trabalhadores errantes eram empregados de magazines, armazéns, quitandas ou qualquer estabelecimento fixo. Eles poderiam estar articulados com alguma casa de negócio que fosse paradigmática das influências e comportamentos do presente, elaborando uma mediação ou uma ponte entre as duas culturas, a popular e a burguesa. Isso pode ser evidenciado no caso de um vendedor ambulante, o francês Fernando Veillé, que trabalhava para o atelier de Mme. Geogettes, na Rua do Ouvidor, nº 152. Ao sair da oficina com seis

vestidos e 15 chapéus já confeccionados, a fim de vender pelos logradouros, o mascate nunca mais voltou, sendo denunciado à polícia do 3º distrito pela proprietária⁵⁷⁷.

Os produtos roubados, ilegais e contrabandeados também faziam parte das permutas e das relações comerciais que se organizavam nas vias públicas, explicitando um comércio que se caracteriza constantemente como desviante e esquivo com respeito às teias e às normas do governo. Contudo, tanto essa atividade delituosa quanto a legalizada punham em circuito uma gama de mercadorias, e valores a ela atribuídos, consolidando assim certos aspectos da modernização republicana. Fernando Veillé, desse modo, estava difundindo o padrão francês tão exaltado no viver das elites cariocas do começo do século XX.

Lima Barreto, em 1921, tinha registrado em crônica essa difusão, afirmando que “nenhuma suburbana pobre ou remediada se zangará com quem lhe disser que ela se veste no ‘Paquin’ do Méier”⁵⁷⁸. Por um lado, se os ambulantes ajudavam na execução do modelo de civilização brasileiro; por outro, eles seriam um dos elementos que arruinava a efetivação ideal de tal planejamento. Vale salientar que essa categoria operava com o então atual estilo de vida apenas na condição de comerciantes e divulgadores dos artefatos em moda. Mas nem todos desempenhavam essa função. Tal papel era atribuído em especial àqueles que trabalhavam como materiais vinculados à saúde e à beleza.

Com efeito, essa camada barulhenta e insistente, que se apresentava às vezes em situação de penúria – descalça, suja, sem uniforme –, fazendo das avenidas e praças uma feira aberta e itinerante, era um empecilho para a imagem do Rio de Janeiro refinado, que as elites da época procuravam elaborar. Nesse sentido, os volantes figuravam uma classe complexa. Eles eram significativos para a receita do Estado, mas indesejados para o processo civilizador; eram operadores das novas formas de sociabilidade, ao passo que eram igualmente personagens de resistência ao mundo burguês.

3. O tirador de esmola e a arte de mendigar

Os mendigos constituíam outra categoria social indesejada na República, até mais que os ambulantes, já que não geravam riquezas para os cofres públicos. Na realidade, os pedintes acarretavam boa soma de despesas para o governo, que promovia verdadeira caça à

⁵⁷⁷ *Gazeta de Notícias*, 31 de julho de 1918. p. 5 (Digitalizado).

⁵⁷⁸ A estação. In: *Toda crônica*, v. II. p. 440.

mendicância, e procurava encarcerá-los em asilos ou prisões. Além dos possíveis custos com a expedição e a vigilância, havia os gastos com o acolhimento do mendicante. Isso tudo implicava inspeção sanitária, alimentação, medicamento, vestuário, utensílios para dormitório e enfermaria, investimento em móveis, iluminação e funcionários, mais ampliação dos abrigos. Tomados como delinquentes, vagabundos, exploradores e preguiçosos, eles estavam em todos os espaços e atividades da capital: em avenidas, praças, calçadas, pontos de bondes, estações, feiras e festas etc. Em regra, eram divididos em dois grupos: os inválidos, aqueles que estavam incapacitados para o trabalho em razão de alguma enfermidade ou mutilação física; e os falsos mendigos, pessoas que fingiam algum tipo de doença para enganar a fé e a caridade pública. Era igualmente uma classe plural, articulando indivíduos de várias idades, sexos e nacionalidades.

Os tiradores de esmolas, quando surpreendidos e apanhados pela polícia, poderiam ser levados para a Diretoria Geral de Higiene, agências distritais ou delegacias, onde passariam por uma comissão sanitária, formada por três médicos. A partir disso, os mendicantes seriam classificados como falsos ou verdadeiros, podendo ser presos ou enviados para o Asilo São Francisco de Assis ou Asilo da Velhice Desamparada, este de natureza particular.

Em 1876, no tempo de sua fundação, a primeira entidade chamava-se Asilo da Mendicidade. Em 16 de dezembro de 1895, a instituição passa a se denominar Asilo São Francisco de Assis. Para ele, destinavam-se velhos, mendigos, loucos; e pessoas que já não poderiam ser abarcadas em prisões, hospitais e hospícios. O asilo não se restringia apenas à proteção do pobre, mas era também um instrumento de intervenção médica, que buscava isolar, observar e classificar os indivíduos. Sua construção atendia aos princípios modernos da época, possuindo proporções monumentais. Com o intuito de vigiar e disciplinar, todo o prédio foi inspirado em modelos penitenciários, como da Inglaterra, Alemanha, Suécia e Irlanda. A edificação possuía dois pavimentos e uma torre no centro, conforme o panótico de Bentham⁵⁷⁹. Não é à toa que a história do local está ligada a relatos de privação de liberdade, castigos físicos e trabalhos forçados. O asilo foi inaugurado ainda inacabado em 1879, com um número de pacientes maior do que o esperado. Foi criado com a capacidade para atender 120 pessoas, mas logo de início foram transferidos para lá 260 indigentes. Desde o começo, o estabelecimento traz como marca uma situação deficitária e de superlotação⁵⁸⁰.

⁵⁷⁹ Para saber detalhes sobre a arquitetura panótica, ver BENTHAM, 1987.

⁵⁸⁰ SILVA JUNIOR, Osnir Claudiano da. *Do Asylo da Mendicidade ao Hospital Escola São Francisco de Assis: a mansão dos pobres*. 1997. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

Essas instituições viviam lotadas, não comportando o número de mendigos, cada vez maior, que perambulavam na capital republicana. Não havia quartos suficientes, nem comida, suprimientos e remédios para tanta gente. As prisões também não bastavam para conter tantos miseráveis, forçando aos delegados e aos chefes de polícia à soltura dos indigentes, após algumas horas de captura. As queixas contra a multidão de pobres, e a falta de infraestrutura para abrigá-los, sucedem desde o começo da República, aprofundando-se ao longo do século XX com o crescimento da população, as crises econômicas e a Primeira Guerra Mundial.

Em dezembro de 1899, o chefe de polícia, João Brasil, fez um apelo ao então prefeito do Distrito Federal, José Cesário de Faria Alvim, para que certos indivíduos, os mais despojados, fossem aceitos no Asilo São Francisco de Assis. Este, devido à lotação e à escassez de verbas para alimentos e curativos, não estava recebendo nenhuma pessoa. Na petição, o suplicante pedia providência, destacando a extraordinária quantidade de pedintes existentes em determinados pontos da cidade, que estavam “verdadeiramente impossibilitados de trabalhar”. A ladainha sobre o assunto era constante. Em 1906, um agente do distrito de Sacramento criticava a postura dos delegados, ao mandar soltar os mendigos que a Diretoria de Higiene enviava à delegacia, estimulando assim a prática da infração e da exploração. A perseguição e o apresamento de sujeitos pobres, sozinhos ou em grupos, eram cotidianos, assim como a exigência para criação ou a ampliação de lugares para receber uma leva de miseráveis a todo o momento crescente.

O objetivo era afastar e remover dos espaços postais do Rio de Janeiro as figuras consideradas improdutivas. A cidade moderna não poderia ser ocupada por velhos moribundos, homens com morfeias ou aleijados, mulheres e meretrizes bexiguentas, crianças abandonadas e raquíticas. E não era só a imagem dos adoentados que perturbava as elites cariocas, o cheiro da pobreza era igualmente perturbador. Informações sobre a retirada de indivíduos carentes dos logradouros eram diariamente registradas pelos agentes fiscais. Em 1906, por exemplo, um agente fiscal do distrito da Candelária tomou nota:

Exmo. Sr. Dr. Prefeito do Distrito Federal

Participo a V. Ex^a. que ontem fiz apresentar a Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, conforme determina a lei, dois mendigos que foram apanhados na rua 7 de setembro, sentados no passeio da Catedral, implorando a caridade pública. *Um deles com uma perna em chaga da qual se desprendia um cheiro insuportável e outro ainda forte e ambos sem domicílio como declarei no ofício que acompanhou.*

Daquela diretoria, foram eles remetidos para a 1ª Delegacia Urbana e 2 horas depois lá estavam no mesmo lugar⁵⁸¹.

Saudações
O Agente fiscal

Nesse pequeno apontamento, o fiscal traz algumas questões que sondavam o tema da miséria na República. A primeira era a circulação de pessoas sãs e enfermiças na cidade, que sobreviviam da indulgência. A segunda era o odor “insuportável” do pobre e do doente. E a terceira era a falta de uma solução possível, levando o vaivém da cadeia à rua.

A presença dos tiradores de esmolas nas ruas era a antítese da elegância e da sofisticação exibidas pelos elementos aristocráticos e burgueses, resultando numa incoerência profunda entre o espetáculo da miséria e do luxo. A Avenida Central, a Beira Mar, a reforma do cais do porto, os novos jardins, o alargamento das vias públicas e a remodelação dos calçamentos, ou seja, as transformações e os símbolos urbanos da modernidade perdiam forças e legitimidade em face da permanência e elevação da mendicidade, que remetia a um Rio ainda “anti-higiênico”, “sujo” e “velho”.

Havia um contraste entre natureza e cidade, que os setores privilegiados da sociedade tentavam desfazer. Enquanto os componentes naturais do país eram elogiados pelos viajantes estrangeiros por sua exuberância e beleza singular; a urbe era desprezada e percebida por um olhar negativo, sendo apontada como feia e emporcalhada. Assim, a paisagem física era tomada como excepcional porque fazia parte da criação divina; a zona urbana era degenerada porque era realizada pelas mãos da gente mestiça. Os melhoramentos arquitetônicos e as políticas repressivas buscavam pôr fim a essa visão estrangeira.

Esse contraste pode ser notado desde o século XIX. Na expedição científica que Louis e Elizabeth Agassiz fizeram ao Brasil entre 1865 e 1866, eles deixaram um relato sobre o Rio de Janeiro que evidencia a oposição natureza/cidade. A paisagem natural – a baía de Guanabara, o Corcovado, a vegetação etc. –, é apresentada como grandiosa e exuberante; à medida que o espaço urbano carioca é assinalado por descaso e a sujeira.

O que chama desde logo a atenção no Rio de Janeiro é a negligência e a incúria. Que contraste quando se pensa na ordem, no asseio, na regularidade das nossas grandes cidades! Ruas estreitas infalivelmente cortadas, no centro, por uma vala onde se acumulam imundícies de todo gênero; esgotos

⁵⁸¹ Não foi possível identificar o nome do agente fiscal responsável pela informação. Esse documento e os demais dados narrados nesta tese sobre mendicância foram colhidos do AGCRJ. Série Mendigos. Códice 46. 2. 90. Sem paginação, grifo nosso.

de nenhuma espécie; um aspecto de descalabro geral, resultante, em parte, sem dúvida, da extrema umidade do clima; uma expressão uniforme de indolência nos transeuntes: eis o bastante para causar uma impressão singular a quem acaba de deixar a nossa população ativa e enérgica⁵⁸².

Em 1907, a escritora italiana Gina Lombroso Ferrero, filha do famoso criminalista Cesare Lombroso, esteve no Brasil acompanhando o seu marido, o historiador Guglielmo Ferrero, que havia sido convidado pela Academia Brasileira de Letras para fazer algumas palestras⁵⁸³. Das viagens que realizou pela América Latina, ela escreveu o livro *Nell'America Meridionale: Brasile-Uruguay-Argentina*⁵⁸⁴, publicado em 1908, contando as impressões que teve em cada país. Sobre o Brasil e, especificamente, a capital da República, a autora destacou a diversidade geográfica e humana, um espaço popular e também moderno.

Nesse sentido, a natureza que cerca a urbe é narrada com deslumbramento. O mar de Guanabara, o céu, o Corcovado, a vegetação, a floresta virgem, as flores, frutas, árvores e pássaros são descritos em seu colorido, mistério, perfume e variedade⁵⁸⁵. Depois da descrição paisagística, a autora relata a cidade colonial, cujas casas ainda eram edificadas com um só pavimento, e as janelas das residências permaneciam fechadas e com as portas abertas, única fissura, segundo a escritora, por onde uma população feminina ou a família julgava e espiava a vida dos outros. Aí, as habitações surgiam desordenadas por uma pequena rua estreita, no meio da qual passava um córrego. E entre um e outro domicílio havia campos verdes, onde crianças seminuas brincavam, gritando e enlameando-se junto de cabras e galinhas. Nesse logradouro não existia loja ou mercado fixo, o que era compensado pelos vendedores ambulantes, numerosos e variados. Gina Lombroso registra diversos volantes que viu nas ruas: o vendedor de sorvete, que amarrava na cintura um sino para atrair os petizes; o comerciante de ervas medicinais, com o seu chapéu largo e a sua cesta presa numa longa vara, apoiada nos ombros; e os negociantes de fazendas, fitas e malhas, clamando em voz alta e sacudindo as suas mercadorias sobre uma haste. A escritora também descreveu a predominância de negros, e principalmente negras, nos bairros por onde percorreu. As

⁵⁸² AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Tradução de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 67. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1048/584305.pdf?sequence=4>> Acesso em: 20 de junho de 2016.

⁵⁸³ O *Paiz*, 11 de junho de 1907. p. 1(Digitalizado).

⁵⁸⁴ FERRERO-LOMBROSO, Gina. *Nell'America Meridionale: Brasile-Uruguay-Argentina*. Milão: Fratelli Treves, 1908.

⁵⁸⁵ Gina Lombroso conta: “*Qui non solo mare è bello, non solo la terra è impregnata di colori, di odori, di luci, di incanti che penetrano per ogni fibra dell'anima nostra, ma anche il cielo. In nessun paese del mondo io ho visto un cielo come quello di Rio Janeiro*” (Não é somente o mar que é belo, não é somente a terra que é impregnada de cores, de cheiros, de luzes, dos encantos que penetram por cada fibra da nossa alma, mas também o céu. Em nenhum país do mundo, eu vi um céu como aquele do Rio de Janeiro). *Ibid.*, p. 9, tradução nossa.

mulheres negras vestiam xales roxos drapeados sobre um vestido branco e engomado, e portavam turbantes, deixando ver longos brincos de ouro ou colares de vidro⁵⁸⁶.

Bem diferente desse universo popular, escrevia a italiana, era o Rio de Janeiro moderno, onde se levantavam grandes avenidas e se erguiam magazines elegantes, de vistosas vitrines. Nele, havia palácios de quatro ou cinco pavimentos, constituídos de paredes brancas e vidros cintilantes, como era o “brilhante” e “imaculado” palácio Monroe. Nele, os automóveis e as grandes carruagens passavam rápidos e raros. No entanto, para a viajante, não havia duas cidades separadas, a moderna e a da gente humilde. Tudo se misturava e se entrecruzava, tudo era luminoso e ao mesmo tempo barulhento. Plural, colorida, mestiça e socialmente díspar era a capital. Com efeito, era essa multiplicidade que as elites brasileiras estavam querendo destruir, buscando através da expulsão e repressão aos pobres uma homogeneização modernizadora e branca⁵⁸⁷.

O livro de Gina Lombroso não teve uma boa recepção no Brasil, porque expunha todos esses aspectos, além de destacar a influência do negro na formação cultural e social do país. Ela anotou que todo desempenho artístico, literário e político era resultado da difusão da raça negra. Aliás, com base nas teorias raciais da época, a autora atribuiu qualidades psicológicas, positivas e negativas do brasileiro, que seria a mistura do branco português com o negro africano, de “classe inferior”. Assim, os atributos favoráveis seriam a bondade, a doçura, a hospitalidade, a imaginação fecunda e a timidez; e os predicados negativos seriam a tristeza, a indolência e a falta de iniciativa. A exatidão, a pontualidade e a regularidade seriam habilidades que o brasileiro também desconheceria⁵⁸⁸. A escritora teve contato com vários literatos e acadêmicos nacionais, tais como Machado de Assis, Coelho Neto, Guimarães Passos, José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque⁵⁸⁹. Não deve ter sido agradável para esses escritores serem associados ao negro e à imagem do brasileiro inativo. João do Rio, que chegou a almoçar com o casal, fará algumas críticas à italiana com a publicação do volume. Em crônica, ela será retratada como uma mulher irritante, que tinha escrito uma obra boba⁵⁹⁰.

Em sua narrativa de viagem, Gina Lombroso provocou certos embaraços à fina-flor da sociedade carioca, exibindo uma modernização com peculiaridades próprias e variáveis, porém, extremamente desigual e caótica. Apresentou uma cidade iluminada e elegante, mas que parecia uma feira a céu aberto; mostrou edifícios modernos em avenidas largas, sem

⁵⁸⁶ Ibid., p. 15-16.

⁵⁸⁷ Ibid., p. 18-22.

⁵⁸⁸ Ibid., p. 107-144.

⁵⁸⁹ *A Notícia*, 23 de setembro de 1907. p. 2 (Digitalizado).

⁵⁹⁰ *Gazeta de Notícias*, 15 de novembro de 1908. p. 1-2 (Digitalizado).

deixar de observar as ruas estreitas e as habitações dos pobres; relatou a cor negra da população da capital, tornando patente um Brasil miscigenado. Ademais, a autora sustentou o imaginário europeu, afirmando que a nação brasileira seria formada por um povo de origem inferior e racialmente indolente. Tudo isso atacava a imagem modernista e civilizatória que as elites nacionais buscavam elaborar; e incitava a dúvida sobre a capacidade do país atingir o progresso sonhado. Boa parte dos grupos dominantes e intelectuais acreditava nas teorias raciais, que eram alicerçadas com as ferramentas científicas da época. E o receio e a culpa de não se alcançar a civilização imaginada recaía sobre as classes de despossuídos.

Nesse sentido, os mendigos poderiam ser a prova mais visível e cotidiana do suposto retardo nacional. Eles eram tratados como inativos, preguiçosos, malandros e apáticos. Até à Primeira Guerra, a mendicância não era vista só como um estado de pobreza. Pesava também sobre o tirador de esmolar a ideia de uma natureza criminosa e passiva. Seguindo o pensamento criminalista de Cesare Lombroso, João do Rio vai afirmar que a mendicância era vagabundagem. Haveria no vagabundo “um selvagem instinto da caça”. A vagabundagem era um atavismo, uma herança ancestral que se manifestava em alguns indivíduos ou grupos⁵⁹¹. Com base nessa lógica, fazia-se necessário tirar os mendigos ou vadios da rua. Seu número cada vez maior e sua presença constante na via pública expressavam um obstáculo ao projeto civilizador e consolidavam o retrato de um povo indolente. Expulsar, caçar, prender, asilar, esconder eram os paliativos mais rotineiros para lidar com o problema da miséria na capital republicana.

Em 1914, João do Rio, usando o pseudônimo de Joe, comenta numa crônica que o Rio de Janeiro era a cidade menos preparada para resolver o problema da mendicância. Havia medidas repressivas, mas não existia um local para assentar os mendigos. Os abrigos estavam cheios, os hospitais recusavam os doentes, e a verba não dava nem para assegurar o alimento. O cronista ainda lembrou a caçada que se fazia aos moradores e pedintes de ruas, quando o chefe de polícia era Belisario Tavora, durante o governo de Hermes da Fonseca, em 1911. Centenas de pessoas foram recolhidas dos logradouros. No entanto, sem um local ou prisão suficiente para caber tanta gente, a polícia foi compelida a soltá-las. É significativa a maneira como o jornalista denomina a ação fracassada da chefatura policial, de “cuidado civilizador do Dr. Belisario”⁵⁹².

⁵⁹¹ Pequenas profissões. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 61; RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 22 de maio de 1910, p. 5 (Digitalizado).

⁵⁹² RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 7 de abril de 1914, p. 1 (Digitalizado).

4. Sabina, baiana e vendedora ambulante de frutas e guloseima, que ficava estacionada à porta da Faculdade de Medicina. *Fon-Fon!* 17 de outubro de 1908. Sem paginação (Digitalizado).

5. Vendedor de alecrim e arruda em sábado de Aleluia... *O Malho*, 24 de abril de 1909 (Digitalizado).

6. Um chim, vendedor de pé de moleque e outras populares guloseimas. *O Malho*, 21 de janeiro de 1911 (Digitalizado).

7. A turca do fósforo. *O Malho*, 09 de janeiro de 1909 (Digitalizado).

8. Vendedor ambulante de vassouras. *Revista da Semana*, 29 de agosto 1914 (Digitalizado).

9. Vendedor ambulante de brinquedo. *Revista da Semana*, 22 de agosto de 1914 (Digitalizado).

10. Vendedor ambulante de sorvete. *Revista da Semana*, 22 de agosto de 1914. (Digitalização).

11. A mendicidade no Rio, *Revista da Semana*, 29 de agosto de 1914 (Digitalizado).

12. Mendigo na Rua da Assembleia, canto da Avenida Central.
In: *O Malho*, 17 de setembro de 1910 (Digitalizado).

13. Mendigos com uma das pernas amputadas, *Careta*, 3 de junho de 1916 (Digitalizado).

14. Mulheres mendigando na porta da igreja. O Malho, 28 de novembro de 1910 (Digitalizado).

Um mendigo opulento

Torquato Teixeira Coelho, proprietário do prédio n. 11 da travessa Monte-Alegre, fingindo-se miserável, exercia a mendicância. No momento que foi preso, tinha na algibeira 3:830\$360 reis.

15. Careta. 13 de dezembro de 1913 (Digitalizado).

Deve-se salientar que a caça aos tiradores de esmola se apresenta como uma ação contínua e infrutífera. Era uma política estéril, uma vez que não tendia a uma solução de base. A caçada era um meio para atenuar e esconder, de maneira provisória, a crise social; e exibir de modo rápido uma cidade “bonita” e “saudável”. A apreciação formal da urbe e a lógica do progresso da sociedade brasileira ficam claras na publicação de um pequeno artigo, na *Gazeta de Notícias*, em 05 de outubro de 1914, que expunha o acossamento a mendicantes, usando termos como “infestar” e “limpar”. Os pobres são percebidos como invasores, uma força inimiga que ocupa o território alheio, a cidade moderna.

Pelas ruas...

Caçada aos mendigos

A polícia está dando uma caça aos pobres que infestam as ruas da cidade

Uma “caçada” no largo da Carioca

A polícia resolveu dar caça aos mendigos. É uma medida acatável. A cidade achava-se por demais invadida de pobres. Mas para que não se diga que seja um ato anti-humanitário, a polícia deve dar abrigo a esses infelizes. A cidade está coalhada de hospitais, asilos, instituições de caridade e para toda a categoria de inválidos. Mas haverá lugares nesses estabelecimentos (sic)!

Esse não deve ser, de resto, o maior e o principal intuito da caçada. Os benefícios principais dela devem ser: limpar o Rio do abuso das mendicidades, com uma verdadeira e inclemente repreensão aos pseudos pobres – que formam, sem dúvida alguma, o maior número dos pedintes que aparecem por todos os recantos do Rio.

Ao lado disso está ainda o bem estético, se assim se pode chamar. A maioria desses infelizes expõe, para comover os transeuntes e forçar a caridade pública, enormes e asquerosas feridas pelas pernas e pelos braços, olhos vasados repugnantemente, ombros decapados, quase todos maltrapilhos, sujos, mal tratados...

Repetimos: essa ação da polícia não pode, nem deve ser violenta. É preciso que ela encare com um pouco de sentimento alguns desses desclassificados da sorte, que são deveras inteiramente desprotegidos e de tal maneira miseráveis que não poderão do dia para a noite achar um abrigo e um apoio à vida dolorosa que arrastam.

Isto não quer dizer que a polícia abra exceções. Absolutamente. Quer apenas dizer que a caçada deve ser feita com o maior critério e a máxima humanidade. De resto, tratando-se, como se trata, de pobres coitados, é de supor que assim vai sendo a caçada anteontem iniciada.

O texto é preciso. A intenção do encalço é fazer uma desocupação do espaço, expulsando as classes marginalizadas. Deve-se dizer que entre os designados como mendigos, estavam as prostitutas, os *cáftens*, jogadores de bicho, pessoas desempregadas, ou indivíduos que buscavam na esmola um meio de aumentar a renda. Esse esvaziamento visava ao “bem estético” da capital, que significava, em outras palavras, fazer uma seleção de quem deveria tomar posse da cidade moderna. “Limpar o Rio do abuso das mendicidades” expressa, na realidade, uma ideia de purificação. Os “pobres coitados”, “infelizes” ou “pseudos pobres”, como são chamados aqueles que vivem da caridade pública, são apontados como seres de contágios e infecciosos. Não são apenas “desclassificados” ou “maltrapilhos”, mas igualmente sujos e enfermos, expondo suas feridas e aleijões e, conseqüentemente, seu cheiro. Nesse sentido, as camadas inferiorizadas são tomadas como pragas que “infestam” e atacam vários recantos e pontos urbanos.

Em 1915, o jornal *A Rua*⁵⁹³ anunciou uma outra caçada aos pedintes, que foram levados às centenas para a delegacia do 1º distrito. Todas as pessoas eram inspecionadas, sendo obrigadas a entregar o dinheiro ganho ao delegado. No meio de tantos indigentes, estava a espanhola Virgilina Vasques Fernandes, viúva de 38 anos de idade e mãe de quatro crianças. Ela foi presa quando mendigava pela Avenida Rio Branco, com seus filhos. Além de pedir esmolas, a mulher foi flagrada dando bordoadas num dos garotos, o que motivou o cárcere.

Dois anos depois, João do Rio escreveria que a quantidade de mulheres nas ruas, acompanhadas de crianças, chegava a espantar. Eram as “mendiga-mães”, que arrastavam os meninos para as alamedas a fim de pedinchar. Tanto o jornal citado quanto o escritor viam na atitude maternal uma indústria de exploração, pouco questionando a situação de miséria que forçaram as progenitoras a consentirem com o trabalho infantil. Elas eram acusadas de perversas, megeras e matronas indignas, visto que não cumpriam aquele antigo papel de potência civilizadora, responsável pela educação do filho, a estabilidade familiar e os cuidados do lar⁵⁹⁴.

O cronista entrevistou várias senhoras e crianças que sobreviviam da caridade pública, apreendendo as suas rotinas e histórias. Algumas dessas mulheres eram tísicas e picadas de bexigas, muitas delas ainda eram jovens, de diferentes nacionalidades: espanholas, cubanas, húngaras, italianas, portuguesas etc. Narrando cenas rápidas e registrando os nomes de figuras

⁵⁹³ *A Rua*, 4 de setembro de 1915. p. 1 (Digitalizado).

⁵⁹⁴ Sobre o papel civilizador que se atribui a mãe na formação educacional do filho e na manutenção da família, ver Perrot, 1988, p. 169.

anônimas, o jornalista elabora diversos instantâneos do gênero feminino, originário das classes populares. Rosa, por exemplo, embrulhada num xale preto e guiada por petizes, percorria os estabelecimentos comerciais, os locais movimentados, as redações de jornais suplicando indulgência. Outra imagem momentânea é de Concha e Natividade, imigrantes vindas da Espanha, que ganhavam a vida como cartomantes andarilhas. Muitas dessas narrativas são de estrangeiras que vieram para o Brasil, acompanhado os seus cônjuges, mas chegando ao país foram logo abandonadas, caindo na exploração de *cáfens*⁵⁹⁵.

As mendigas tinham os cantos certos para esmolar, rivalizando umas com as outras, ou quando aparecia determinada novata no local. Tinham demarcado o seu logradouro, a sua igreja, a sua praça, o seu ponto de ônibus e estação de trem. No entanto, elas eram igualmente organizadas, construindo uma sociabilidade caracterizada pela amizade e pela solidariedade. Nesse contexto, formavam duplas ou até grupos para tirarem esmolas juntas, dividindo os donativos depois do expediente. Havia casos em que algumas mães emprestavam um de seus filhos a uma companheira de ofício para gerar maior comoção pública, o que era visto pela imprensa como absurdo⁵⁹⁶.

O incômodo com os mendicantes advinha não somente de suas resistências em continuar transitando nos locais aburguesados ou remodelados, mas também porque eles travavam batalhas com os possíveis contribuintes. Eles perseguiram e provocavam melindres nos transeuntes, insistiam na doação; e se não recebiam nenhum auxílio, tornavam-se agressivos, ameaçando e injuriando o passante. Em 1910, João do Rio, compartilhando da estética da civilização republicana, comenta que os mendicantes de todas as espécies não só iam enfeando o Rio, como eram insolentes, apregoando desgraças e maldições para quem negasse ajudá-los⁵⁹⁷. Ousados e impertinentes, conforme a *Gazeta de Notícias*, os pedintes perambulavam o dia todo pela cidade, sendo tomados como flagelos dos pontos centrais: na Avenida Central, no alpendre dos bondes, na Rua do Rosário, na Rua do Ouvidor, no Largo da Carioca⁵⁹⁸. O desconforto burguês, com relação aos indigentes, é ainda destacado num pequeno artigo do cronista, publicado na coluna *Os dias passam*.

⁵⁹⁵ Ver *A Rua*, 16 de abril de 1915, p. 1 (Digitalizado); As mulheres mendigas. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 182-183; RIO, João do. A lei nº. 403, *O Paiz*, 19 de setembro de 1917. p. 2 (Digitalizado).

⁵⁹⁶ *A Rua*, 16 de abril de 1915, p. 1 (Digitalizado); As mulheres mendigas. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 182.

⁵⁹⁷ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 22 de maio de 1910. p. 5 (Digitalizado).

⁵⁹⁸ *Gazeta de Notícias*, 07 de fevereiro de 1912. p. 1 (Digitalizado).

Vai um homem com pressa em plena Avenida, sente-se preso pelas pernas. São garotos fingindo de mendigos a pedir um tostão. E não é só a exibição de mazelas, o ataque nas ruas, essa organização dos patifes que esperam a ocasião azada. Os mendigos entram pelas casas de negócio, pelos estabelecimentos elegantes ou não, firmados neste princípio carioca de quem quer consegue e realiza e no outro princípio nacional do tão bom.

É a exploração desavergonhada. Mas ninguém tenta combatê-la. Há o medo de não dar esmola, há o fastio do incômodo, sei lá! O fato é que chega a ser escandaloso de mais [...] ⁵⁹⁹.

Há um mal-estar na modernidade provocado pela disparidade social que ela não conseguiu superar ou eliminar – até gerou! A imagem de segurança e comodidade, trazida pelo luxo e pelas mudanças urbanas, era rompida com outra pintura, a da miséria vigente ⁶⁰⁰. As vitrines das confeitarias chiques, as avenidas calçadas e alargadas, os automóveis e veículos elegantes disputavam e batalhavam com os signos reais da pobreza. Estes eram configurados em homens e mulheres famintos, maltrapilhos, inválidos e feridos; nas crianças sem pão e teto, a espionar o alimento de outrem e vivendo de pequenos furtos; nas velhas carroças puxadas a cavalo, que atravancavam o passeio público.

É salutar dizer que isso não é apenas um predicado do tipo de progresso e modernidade brasileiro. Essas representações contrastantes também foram notadas na Paris do século XIX, por Baudelaire, quando escreveu o poema *Os olhos dos pobres* ⁶⁰¹. Neste, um casal apaixonado se senta num café, localizado na esquina de um novo bulevar, ainda sujo de entulho e inacabado. O eu lírico descreve admirado todo um ambiente moderno e resplandecente. A avenida já se mostrando gloriosa; e o café despontando com “as superfícies faiscantes dos espelhos”, “as paredes ofuscantes de brancura”, “o obelisco bicolor dos sorvetes matizados”. Mas esse mundo de conforto e prazer é fraturado pelos olhares de um homem pobre acompanhado com dois meninos. A família observa numa calçada todo esse esplendor, achando ao mesmo tempo belo e inatingível. A partir de perspectivas diferentes, o confronto entre a ostentação e a pobreza provoca um mal-estar nos enamorados. Ele se “sentia um tanto envergonhado de nossas garrafas e copos, maiores que nossa sede”; e ela achava aquela gente “insuportável, com seus olhos abertos como portas de cocheira!”. O próprio sentimento amoroso é apoucado diante da contradição moderna, levando o amante a sentir ódio da figura amada. “Quer saber por que a odeio hoje?”

⁵⁹⁹ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 20 de outubro de 1911, p. 5 (Digitalizado).

⁶⁰⁰ Ver BRESCIANI, 2013.

⁶⁰¹ BAUDELAIRE, Charles. Os olhos dos pobres. In: _____. *Pequenos poemas em prosa*. Tradução de Gilson Maurity. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 147-151.

O problema, conforme Berman, não é o fato daquela família ser pedinte ou faminta, mas a questão de não irem embora, de quererem “um lugar sob a luz”. Ainda segundo o escritor, o bulevar permitiu o trânsito fluir pelo centro da cidade, criando grandes espaços, expandindo o comércio local, custeando imensas demolições e a destruição de habitações miseráveis. Dos escombros e detritos surgiram os humildes e despojados, tornando-se visíveis aos olhos desviantes⁶⁰².

Apesar de ser uma realidade distinta da Paris do século XIX, as modificações urbanas no Rio de Janeiro, do começo dos anos XX, são parecidas – a Paris de Georges-Eugène Haussmann até lhe servia parcialmente de inspiração. Porém, dos destroços e entulhos não surgiam só os miseráveis, estes faziam da ruína a sua residência, o seu local de dormida. João do Rio comenta, em 1904, que os mendigos não se refugiavam apenas em hospedarias, zungas, albergues baratos, becos e bancos escuros da capital, e nem unicamente ao ar livre, mas também nos prédios em demolição. O escritor fez uma visita à Rua da Ajuda, localizada na área central, e onde havia um grande trecho “derruído e desabitado”. Lá encontrou mais de vinte pessoas dormindo, entre eles chineses. O cronista tece uma crítica ferrenha ao afã da nova sociedade carioca, que teria se assentado “no lameiro dessa vida que já não é vida”. Ele também dizia que “ao lado das altas posições passa como nuvem o corvejar dos mendigos embrutecidos. Sob o rebrilho do luxo sofre um mundo inteiro”⁶⁰³.

Deve-se enfatizar que o processo de modernização francês e brasileiro é semelhante, à medida que a lógica capitalista se manteve análoga para as duas nações, isto é, a desigualdade social. Na Inglaterra não ocorreu diferentemente. Bresciani⁶⁰⁴ mostra que, no centro de Londres, várias ruelas de moradias pobres se entrecruzavam com mansões, amplos logradouros e bonitos parques públicos. E a ideia da degeneração urbana do homem miserável, o desemprego e a epidemia de cólera faziam crer que a carente população londrina era uma ameaça em potencial. Daí surge o temor em relação aos mendigos e dos “vagabundos” que cresciam numericamente na cidade, e eram tomados como pragas sociais, resistentes ao “apelo moralizador do trabalho”⁶⁰⁵. Do mesmo modo, a ocupação irregular e indefinida era indesejada ao “mundo civilizado”, incluindo aí os vendedores ambulantes, os construtores de ferrovias e os limpadores de chaminés. A imprecisão desses setores urbanos causava medo, porque a miséria os tornava incontroláveis, forçando-os muitas vezes a

⁶⁰² Berman (1986, passim) analisou minuciosamente o poema, vendo os símbolos e as contradições da cidade moderna pelo olhar de Baudelaire.

⁶⁰³ RIO, João do. Entre mendigos. A miséria cínica, *Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904. p. 1-2 (Digitalizado).

⁶⁰⁴ BRESCIANI, 2013, p. 30-41.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 79-80.

sobreviverem da criminalidade – do roubo, do jogo e da prostituição. Por isso, alegava-se que era imperioso fazer do indivíduo pobre uma criatura produtiva para o trabalho, elaborando leis e dispositivos penais que submetessem essas figuras de resistência.

Essa comparação não pretende ver o desenvolvimento brasileiro e o europeu, nos casos dos países citados, de modo igual, sem levar em conta as diferentes condições históricas produzidas. No processo de modernização que marcou essas nações, sabe-se que a Inglaterra e a França eram Economias em expansão, e detentoras de grande força política internacional, enquanto o Brasil estava situado numa posição de dependência e de instabilidade financeira, malgrado grandes lucros auferidos por empresários de determinados campos da Economia. O país não tinha igualmente grandes recursos técnicos e científicos capazes de alargarem e desenvolverem a sua indústria no âmbito nacional. Para tanto, era preciso importar os meios de produção. Além disso, faltavam vontade e interesse político para promover uma transformação radical de inclusão do pobre nas benesses e riqueza da sociedade em avanço – o Capitalismo não existe para isso! As classes políticas e argentárias nacionais estavam por demais ligadas a elementos de base conservadora, combinando ao mesmo tempo ferramentas modernas com meios tradicionais.

Conquanto haja diferenças e distâncias entre essas nações, considera-se um tanto equivocada a polarização construída em torno da modernização europeia e dos países emergentes. Essa oposição tende a ver, por um polo, uma realidade modernizante mais acabada, ou um modelo verdadeiro e enérgico do que seria o mundo moderno. Nesse caso, Paris seria o exemplo. E no outro polo, haveria os projetos de modernidade distorcidos e incompletos, marcados por um real bizarro e fechado, construído de fantasias e sonhos.

Essa é a leitura, por exemplo, que Berman faz com relação à cidade Paris e Petersburgo, no século XIX. A primeira seria representante de um modernismo enérgico e dinâmico, enquanto a segunda é simbolizada como um modernismo surreal e desvirtuado. Uma seria paradigma das grandes nações em avanço; a outra seria o arquétipo do terceiro mundo ou dos países subdesenvolvidos. Para reforçar o seu argumento, o autor recorre aos ícones da literatura francesa e russa, mostrando a representação das duas cidades pelo olhar estético de Baudelaire, Gogol e Dostoiévski⁶⁰⁶. Essa polarização também pode ser observada em algumas interpretações sociológicas da obra de Lima Barreto. Ao analisar a modernização republicana na ficção do autor, alguns estudiosos tomam Bergman como modelo teórico para se pensar a modernidade no Brasil, atribuindo a esta um caráter copioso e imaginativo. É o

⁶⁰⁶ BERMAN, 1986, p. 219-220.

caso, por exemplo, de Figueiredo que qualifica as transformações sociais e tecnológicas, ocorridas no período, como grosseiras, bizarras e fantasiosas; e de Machado que afirma que no país se produziu uma “variante inacabada e frustrante da modernidade europeia”⁶⁰⁷.

O problema dessa interpretação está no fato de avaliar o processo de modernização a partir do certo e do errado, do original e da cópia. No entanto, o curso modernizador nas regiões subdesenvolvidas significava mais do que uma mera encenação ou o desejo de determinadas elites e camadas dirigentes. Ele era uma necessidade e uma imposição do sistema capitalista mundial, do qual os países capitalistas faziam parte numa forma ativa. Não é à toa que um dos primeiros alvos da remodelação urbana carioca tenha sido a zona portuária. Em outras palavras, os vetores da modernidade brasileira eram reais, ainda que existissem em meio a paradoxos e contradições. Aliás, “os olhos do pobre” (Baudelaire) se mostravam persistentes até mesmo nos bulevares da sociedade dita avançada.

Assim, seja nas grandes potências econômicas seja nos países financeiramente dependentes, o motor modernizante tratou o pobre com o mesmo expediente, expulsando-os dos locais centrais da cidade para bairros distantes, caracterizando-os como selvagem, vicioso e ameaçador. Os humildes foram abordados como indivíduos degenerados e criminosos, e o seu local de moradia como um espaço ignoto. Várias leis proibitivas procuravam impedir as classes inferiorizadas de circular livremente nas ruas, e de praticarem modos alternativos de sobrevivência – a rigor, ainda fazem isso hoje, como se observa na Zona Sul do Rio de Janeiro, contra pobres de subúrbios e favelas.

Posto isso, desde meados do século XIX existiam medidas repressivas que condenavam a mendicância no Brasil. O artigo 295 do código penal de 1830 punia os indivíduos que não tomassem uma ocupação considerada honesta. A pena era de prisão com trabalho por 8 a 24 dias. O artigo 296 determinava que andar mendigando poderia levar à sanção punitiva de cárcere simples, ou com trabalho, por oito dias a um mês. Conforme ordenado na lei, ficava proibido esmolar: 1) nos lugares onde havia estabelecimentos públicos para indigentes; ou quando os pedintes podiam ser sustentados por alguma pessoa; 2) no caso em que o sujeito estava apto para trabalhar; 3) quando fingiam chagas ou enfermidades; e 4) sempre que se reunissem em quatro ou mais para mendigar, não sendo pais e filhos, mesmo que estivessem incapacitados⁶⁰⁸.

⁶⁰⁷ FIGUEIREDO, 1998, p. 132; FIGUEIREDO, 1995, p. 115; e MACHADO, 2002, p. 165.

⁶⁰⁸ BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em 15 de junho de 2016.

O código penal de 1890, já no período republicano, intensificou a criminalização daqueles que viviam da comisseração alheia, aumentando o tempo de cadeia. Os mendigos, que pedinchassem em condições saudáveis para o labor, poderiam sofrer uma pena de prisão celular de 8 a 30 dias. O falso mendigo estaria tributário ao encarceramento de até dois meses e 10 dias. E o adulto, que permitisse ou forçasse uma criança, menor de 14 anos, a andar mendigando, poderia ter prisão celular de três meses⁶⁰⁹.

No Rio de Janeiro, com a efetivação das reformas urbanas no começo do século XX, o prefeito Pereiras Passos endureceu ainda mais a perseguição aos mendicantes. Através do Decreto Nº. 403, de 14 de março de 1903, ele vedou expressamente o exercício da mendicidade no Distrito Federal; e deu ordem para que os tiradores de esmolas, considerados inábeis pela Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, fossem recolhidos ao Asilo São Francisco⁶¹⁰.

Uma vez abrigado na instituição, o asilado só seria liberado quando estivesse em condições de obter meios de subsistência; ou quando estivesse sob a proteção de uma pessoa idônea, que assinaria um termo assumindo a responsabilidade pelo acolhido. Caso esse regulamento fosse descumprido, e o asilado fosse encontrado novamente mendigando na rua, ele poderia perder o direito de sair pela segunda vez, se fosse levado para o asilo. Todavia, sabe-se que o exercício da norma não era tão rigoroso.

Uma ocorrência sobre um certo paciente é modelar. Em 1906, Valeriano Sarmidei, um homem velho, que vivia de mendigar nas vias públicas, foi abrigado no estabelecimento, após passar por uma junta médica que o considerou inválido, com base no decreto n. 403. Era a quinta vez que o pedinte tinha sido recolhido na instituição. Foi entregue duas vezes ao seu filho João Vanny, e duas vezes a amigos ou parentes. Somente na última internação teve o direito de saída negado. Para poder retirar o pai, Vanny começou uma batalha, chegando a mentir que era negociante, residente no Morro do Castelo. Foi descoberto que, em outra petição para soltar a figura paterna, ele teria afirmado que era proprietário de terras em Minas Gerais, num local denominado Patrocínio, Fazenda das Flores. Como recurso derradeiro, impetrou um *habeas-corpus* sob a legação de que Valeriano sofria constrangimento ilegal de

⁶⁰⁹ BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 15 de junho de 2016.

⁶¹⁰ AGCRJ. Série documentação avulsa. Códice 46. 2. 9. Sem paginação.

sua liberdade. Mas o diretor do asilo protestou, procurando impedir que o mendicante se apresentasse ao juiz de direito, da 4ª vara criminal, a fim de responder ao processo⁶¹¹.

O episódio de Valeriano é só um exemplo de como o Asilo São Francisco de Assis operava, sequestrando o pobre nas ruas, isolando-o para tratá-lo como doentes ou delinquentes. A própria instituição está articulada intrinsecamente ao aparato policial, nascendo, em 1876, em decorrência de um entendimento do Ministro da Justiça, Diogo Velho, com o chefe de polícia, Miguel Calmon du Pin e Almeida⁶¹². A pobreza era posta como um caso de polícia, e não uma questão social.

Porém, havia igualmente a interpretação de que a miséria era um mal necessário à civilização, o preço que o progresso cobrava da sociedade. Esta percepção considerava que depois que se alcançava um nível civilizatório muito alto, desprendia-se um processo de decadência. O Brasil estaria caminhando para isso... Pode-se entrever essa percepção num pequeno artigo publicado n’*O Paiz*, em 1911: “os falsos pobres, os milionários disfarçados em mendigos, em cegos e aleijados, são comuns, hoje em dia, nas grandes capitais modernas. Tudo, em nossos dias, se industrializa e comercializa, tudo, até a mendicância”⁶¹³.

Nesse aspecto, não restava muita coisa para o pobre senão a cadeia, o asilo ou o hospital. É significativo que o Asilo São Francisco de Assis se transformaria, em 1922, sob a liderança de Carlos Chagas, em Hospital Geral São Francisco de Assis. Como comenta Silva Junior, “a anomalia social que era o objeto de intervenção do asilo, a pobreza e indigência, tornou-se no hospital, a doença, objeto de intervenção médica”. O primeiro elemento foi subordinado ao segundo⁶¹⁴.

Pereira Passos também enviava circulares aos agentes dos distritos para aumentar a repressão aos pedintes e vendedores ambulantes de loterias. Numa dessas cartas, o prefeito citava os lugares de movimentação desses grupos, e exigia dos funcionários uma fiscalização rigorosa na execução de posturas e leis. O documento ainda trazia uma ameaça de coerção contra os administradores que não cumprissem a resolução.

⁶¹¹ Essas informações fazem parte de um conjunto de documentos, em especial de caráter administrativo, sobre o asilo. O desfecho da história de Valeriano Sarmidei não foi relatado. Ver AGCRJ. *Série Asilos*. Códice 39. 4. 26. p. 89-90.

⁶¹² SILVA JUNIOR, 1997, p. 48.

⁶¹³ *O Paiz*, 18 de maio de 1911, p. 2 (Digitalizado).

⁶¹⁴ *Ibid.*, p. 20.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 1903
Circular 38

Sr. Agente da Prefeitura no distrito de...

O Sr. Prefeito Municipal chama de novo a vossa atenção para o fato de continuarem os mendigos a explorar a caridade pública em diversos pontos desta cidade, nas portas e adros dos templos e especialmente no da igreja da Glória, nas estações da Companhia de São Cristóvão, como a do Mangue e da Muda da Tijuca, e bem assim para a continuação do abuso da venda ambulante de bilhetes de loterias, sobretudo no largo da Carioca e na estação das barcas da Companhia Cantareira e viação Fluminense.

Espera o Sr. Prefeito que não terá mais ensejo de exigir o cumprimento do vosso dever, no que concerne a fiel execução das leis, posturas e determinações em vigor, para não ver-se obrigado a servir-se de meios coercitivos contra os que não reprime em as infrações, como lhes compete.

O que tudo, de ordem do mesmo Sr. Prefeito, levo ao vosso conhecimento para os efeitos devidos.

Saudações

D. A. F. do Amaral⁶¹⁵

João do Rio escreve sobre a Lei n. 403, após 14 anos de sua promulgação, prontamente no período de guerra, em 1917. O cronista avalia que, ao longo desses anos, o regulamento se mostrou ineficaz, assim como as práticas de acossamento. Ele também comentou que, durante todo esse tempo, nada tinha sido feito para realizar a proteção à infância abandonada, como a criação de escolas; e para a construção de asilos, onde pessoas com algum tipo de deficiência pudessem ser alojadas e aproveitadas. Assim, a cidade foi se desenvolvendo, uma crise econômica atroz abateu a população, o número de mendigos aumentou, sem que as autoridades policiais e administrativas mudassem de método. O autor escreve que o descaso social e a falta de assistência ao pobre eram a maior vergonha do Rio de Janeiro. Acreditava que as caçadas e “a perseguição terrorista” eram inúteis e transitórias. Porém, a solução pensada pelo jornalista era tão passageira quanto cruel, defendendo que os fiscais, os civis e “alguns secretas” se unissem para prender os “vadios” em colônias agrícolas, forçando-os ao trabalho. Isso deixaria a cidade livre dos exploradores e poria medo nas crianças e mulheres mendigas, que apareceriam menos nas ruas⁶¹⁶.

⁶¹⁵ AGCRJ. *Série Mendigos*. Códice 46. 2. 90. Sem paginação.

⁶¹⁶ RIO, João. A lei nº 403. *O Paiz*, 19 de setembro de 1917. p. 2 (Digitalizado).

A punição da ociosidade com a tarefa braçal, proposta pelo literato, e o recrudescimento de um código penal para quem resistisse ao exercício de uma profissão faziam parte da lógica burguesa-capitalista, desde que esta havia substituído a relação senhorial-escravista, depois de 1888, pelo trabalho livre. Com a nova ordem, o trabalho passa a ter um fim positivo, apresentando-se como uma mola civilizadora⁶¹⁷. Ele disciplinaria e educaria o homem, arrancando-o do crime e da desordem; e seria uma fonte de riqueza, impelindo a nação ao progresso.

Com efeito, a Colônia Correcional de Dois Rios, fundada em 1894, na Ilha Grande, já observava esse princípio doutrinador da profissão. Para o estabelecimento, durante os anos de 1920, destinavam-se mendigos, bêbados, vadios e capoeiras, sejam homens, mulheres e até mesmo crianças. Na ilha, os internos seriam forçados a trabalhar na produção agrícola, na criação de animais, assim como exercer algum serviço em oficina de carpintaria, serralha, sapataria e alfaiataria. No entanto, os objetivos de disciplinar o pobre não correspondiam à realidade do projeto insular. Boa parte das pessoas, que iam para lá, eram acometidas de doenças por falta de alimentação e higiene, falecendo em poucos meses⁶¹⁸.

Deve-se destacar que no período de guerra mundial, momento também de crescimento da mendicidade, a Colônia Correcional aumentou o número de indigentes, chegando à superlotação. O chefe de polícia Aurelino Leal recebeu várias acusações de que agia de forma violenta e desumana com os detentos, mantendo uma quantidade de homens presos no local, sem prova de crime e sem nenhuma forma de processo.

Os presidiários estariam trabalhando de sol a sol, com insuficiência de comida: legumes, perus, leitões etc.⁶¹⁹ Em 1915, mais de 129 correccionais pediram *habeas-corpus* porque foram recolhidos sem justa causa e procedimento regular⁶²⁰. Nota-se que os tiradores de esmola, acoitados e levados em bandos para a delegacia, eram enviados em grande parte para a colônia presidiária. Em 1917, o jornal *O Paiz* evidencia tal fato, noticiando que uma leva de pedintes caçados, em torno de 200 indivíduos, foi transportada da casa de detenção para Ilha Grande⁶²¹. Muitos desses marginalizados, considerados “pseudopobres”, eram

⁶¹⁷ CHALHOUB, 2001, p. 48-49.

⁶¹⁸ SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da República: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930, *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.- dez. 2006. p. 445-476. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n13/2237-101X-topoi-7-13-00445.pdf>> Acesso em: 06 de julho de 2016.

⁶¹⁹ *Gazeta de Notícias*, 15 de abril de 1916. p. 2 (Digitalizado).

⁶²⁰ *Gazeta de Notícias*, 27 de abril de 1915. p. 2 (Digitalizado).

⁶²¹ *O Paiz*, 9 de dezembro de 1917. p. 1 (Digitalizado).

submetidos a tratamento higiênico antes de serem levados para fora da zona urbana e para o trabalho forçado⁶²².

Portanto, a necessidade de tornar as pessoas, sem ocupação regulada, em figuras produtivas para o mercado era considerada fundamental para o futuro civilizatório do país. Mas a deficiência do próprio sistema dificultava a realização desse objetivo. Batalhava-se contra o pobre e não contra a pobreza. Nesse raciocínio, o miserável era miserável porque era amante da ociosidade ou naturalmente propenso a ela. A resistência e a transgressão ao princípio moralizador do trabalho eram tomadas como atraso e selvageria.

É dessa perspectiva que João do Rio pensa a mendicidade, até aproximadamente a Primeira Guerra. Embora reconheça na miséria a justificção para pedir esmolas, e critique o desinteresse do governo para resolver o problema, o cronista foca a pobreza pelo ponto de vista da má-fé do pedinte. Nesse contexto inicial, afirmava que andar mendigando era um ato de vagabundagem, malandrice e atavismo. O autor associava a mendicância ao roubo, à sensualidade, à avareza e ao lenocínio. Os tiradores de esmola eram considerados fora da sociedade e da lei. Seriam exploradores da caridade pública, os monstros sociais.

Vale salientar que o jornalista chama a atenção para a origem social e nacional desses despossuídos, na sua maioria imigrantes e negros pobres. Em 1920, o escritor Lima Barreto registrou igualmente a proliferação da mendicidade e a pluralidade dessa categoria: “não há bairro, não há esquina, não há rua, não há praça, em que não se toquem às dezenas com mendigos de todas as nacionalidades, de todos os sexos, de todas as idades”⁶²³. Na realidade, eles eram necessários para formação do mercado de trabalho e para o barateamento da mão de obra⁶²⁴. Mas deve-se sublinhar que alguns indivíduos simplesmente se recusavam a participar da lógica cotidiana de exploração capitalista, fundada na ideia de trabalho. Eram figuras de resistência.

Nessa longa travessia encontrei proprietários de casas, falsos paralíticos, pernas ulceradas à carne fresca, e um cinismo, um revoltante cinismo, que coloca esses homens fora da lei, fora da natureza e fora da sociedade. É um mundo cosmopolita e estercoário de ingleses, argentinos, alemães, italianos, espanhóis, portugueses, chineses, negros – avas das outras nações, o bagaço do crime, do lenocínio, da malandrice, da infâmia. Por uma boa razão de álcool, por qualquer níquel, esses monstruosos tipos contam a vida própria e indicam a dos outros, inconscientemente incapazes de compreender o horror do que dizem. Nada lhes resta do pudor, da vergonha e da dignidade. Apenas

⁶²² *O Paiz*, 11 de dezembro de 1917. p. 6 (Digitalizado).

⁶²³ A Lição. In: *Sátiras e outras subversões*. p. 432.

⁶²⁴ Challhoub (2001, p. 46) ressalta que a libertação dos escravos e o processo imigratório forjaram o trabalhador expropriado que deveria ficar sujeito ao assalariamento.

nestes seres famélicos persiste a assanhada voracidade e o terror da polícia, e matematicamente em todas as histórias a causa da quebra de energia resume-se em três grandes males; a Misericórdia, a Praia do peixe e a Detenção⁶²⁵.

E ainda na crônica *O erro*, de 1915:

Ainda ontem, com alguns artistas líricos no largo da Carioca, uma das praças mais centrais da cidade, o coração do Rio elegante e noturno, à meia-noite, à hora da saída dos teatros, era o horror! Os mendigos, os esfomeados, os maltrapilhos, brancos sujos, mulatos, negros, negros, uma enorme quantidade de negros esqueléticos, chagados, ou simplesmente malandros enchiam a vasta extensão das escadas do chafariz, amontoavam-se em torno da lâmpada central e – ó céus! Debruavam as calçadas, deitados a roncar ou a pedir esmola da Casa Lalet até a Casa das Duchas, da Casa Rio Branco até o café da esquina⁶²⁶.

Quando ocorre o conflito mundial, a percepção do cronista passa por uma modificação. A época foi assinalada por forte inflação e desemprego, levando uma onda de pessoas ao pauperismo. Já não se sabia quem eram os ditos vagabundos e quem eram os trabalhadores desempregados. O infortúnio e a fome haviam unidos a todos.

Nesse contexto avassalador, o escritor já não mais articulava, como antes, o mendigo ao criminoso, à preguiça ou à profissão exploradora. O tirador de esmola incluía outros segmentos da população, operários despejados com o fechamento das fábricas, empregados do comércio demitidos, mães e filhos desamparados. Diz o jornalista: “o espetáculo triste não é só das crianças. É também das mulheres, dos homens sem trabalho, dormindo sobre os bancos, é aquela cena dantesca de duzentos famintos à beira dos fregues e das casas de pastos, suplicando resto de comida”⁶²⁷. E acrescenta em outro comentário: “toda gente não podia ser mendiga de profissão. Eram sim os pobres sem trabalho, com força para trabalhar, eram os sem casas, os sem pão, as vítimas de um trágico momento nosso”⁶²⁸.

No entanto, a preocupação com os falsos pedintes eram uma constância nos escritos de João do Rio. Aliás, o reconhecimento e a perseguição do “mendicante profissional” era uma ação costumeiras dos agentes fiscais, policiais e delegados. Os indivíduos que anuíam a essa classificação eram geralmente aqueles que apresentavam certo vigor corporal, estando aptos a determinado ofício; ou aqueles que já possuíam alguma renda ou emprego, mas também viviam da indulgência. Eles eram tomados como o mal da civilização, por ser “inteiramente

⁶²⁵ RIO, João do. Entre mendigos, *Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1904. p. 1-2 (Digitalizado).

⁶²⁶ Id. O erro, *A Rua*, 03 de setembro de 1915. p. 1 (Digitalizado).

⁶²⁷ Id. Miséria e fome, *Gazeta de Notícias*, 10 de novembro de 1914. p. 1 (Digitalizado).

⁶²⁸ Id. Contra a miséria, a luz do bem! *Gazeta de Notícias*, 09 de maio de 1915. p. 6 (Digitalizado).

livres, indolentes e vadios”, e por se organizarem para chantagear, roubar e ludibriar os transeuntes⁶²⁹.

Conforme o cronista, que entrevistou alguns tiradores de esmola, havia grupos de pedintes que excluía negros e mulheres. Essa turma era constituída, em regra, de gente branca e estrangeira⁶³⁰. A observação é bastante significativa, uma vez que mostra como as relações desiguais, baseada numa hierarquia racial e de gênero, podem existir não somente entre a classe burguesa e a camada popular. Tais relações também se entranham nos círculos mais marginalizados e desfavorecidos da sociedade, que são os mendigos. E é por essa dobra ideológica que se mede o afeto, o conluio e a defesa, determinando quem era companheiro e inimigo.

Portanto, o registro do escritor revela igualmente que os mendicantes se associavam em função de certos códigos e regimentos para assegurar a entrada de um membro ou o seu impedimento. Do mesmo modo, existiam distribuições de funções, estando uns responsabilizados por arranjar comida; e outros por conseguir dinheiro ou objetos para revender. A finalidade dessas agremiações não era só garantir o alimento de cada dia, mas também visava à proteção do pedinte, construindo uma rede de solidariedade. Nesse caso, o frequentador de um café, na Praça Tiradentes, recebeu várias pauladas de um grupo de mendicantes, após insultar por vários dias um indigente chamado Gomes⁶³¹.

Uma característica presente tanto no “falso” quanto no “verdadeiro” mendigo é o espetáculo da miséria. O pobre faz de sua pobreza e de seu andrajo uma fonte de arrecadação. É de sua chaga que tira o dinheiro e comove o passante. E quando não se tem a moléstia aparente, finge-se ou encena-se, elaborando um contrateatro que vai de encontro com o teatro das boas maneiras, atuado pelas elites. “Cada pedinte é um ator adequado na tragédia eterna, torenticado na dor”, diz João do Rio⁶³². O pedincho constrói uma interpretação, atuando com melopeias diversas, aumentando os ais e as lamúrias para provocar comiseração; elevando o tom da voz e usando de xingamentos para terrorificar o possível colaborador.

Há toda uma representação da carência, por meio da imitação da cegueira, de uma paralisia física e da loucura. Essa *mise-en-scène*, por exemplo, era operada por Manoel Vieira nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Morador do Méier, ele se fingia de trôpego, andrajoso e

⁶²⁹ Id. As maçonarias de exploração. *Gazeta de Notícias*, 03 de junho de 1904. p. 2 (Digitalizado).

⁶³⁰ Ibid., p. 2.

⁶³¹ Ibid., loc. cit.

⁶³² Ibid., loc. cit.

aleijado para esmolar, quando foi abordado pela polícia e recolhido à delegacia, onde foi preso como falso indigente⁶³³.

Havia também o denominado mendicante rico ou falso pobre, sujeitos que dissimulam penúria, mas guardavam nas algibeiras somas significativas de dinheiro; ou eram donos de alguma propriedade. A imprensa registrou vários casos desse tipo. Em 1900, uma mulher negra, com idade avançada, foi presa por ter ferido uma inquilina que não havia saldado o aluguel. A polícia verificou que a senhora era proprietária de meia dúzia de casas, na Cidade Nova. No entanto, ela estendia mão à caridade pública, todos os dias, na Rua do Ouvidor. Em 1911, Mariano Lazaro, um pedinte cego, que era guiado por um cachorrinho, foi levado para delegacia. Ao ser revistado, houve um espanto geral da polícia, pois havia sido encontrado com o homem os seguintes valores: um cheque do Banco de Espanha, n. 112.930 de 1. 150 pesetas, 235 pesetas em papel, 60 francos em ouro, uma moeda egípcia de ouro, um *shilling* de prata, 12 pesetas em moeda, 17 libras esterlinas, um nickel americano, 50 réis portugueses, 2:010\$ em papel-moeda nacional, 22\$500 em prata, 17\$400 em nickel, um cheque do Banco de Espanha de 3:537\$. Enfim, ele possuía uma soma expressiva de mais de seis contos de réis. Mariano depois foi solto pelas autoridades, com a promessa de não mais mendigar. E teve sua fortuna restituída⁶³⁴.

A história do indigente cego foi assunto de uma crônica de Lima Barreto, intitulada *O caso do mendigo*⁶³⁵, publicada na *Gazeta de Notícias*, em 25 de maio de 1911. O escritor relata como o episódio foi recebido pelo público, buscando remontar o cotidiano do pedinte através do imaginário. O cronista procura defender Mariano, e o ato da mendicidade, a partir da ideia de costume e da questão social. Para tanto, elabora uma biografia inventada a fim de compreender o acúmulo de dinheiro nas mãos de um homem aparentemente tão desprovido. No texto, são acrescentados outros dados sobre o cego, trazendo a informação de que ele era estrangeiro, de nacionalidade espanhola; e que também depositava sua fortuna no banco.

O autor, já de início, constrói uma argumentação contra a recepção negativa que obteve o tirador de esmolar. Este era abordado num tom de indignação ou de maneira jocosa pelo cidadão carioca. Comentários raivosos, de amigos do cronista, condenavam a mendicidade, e exigiam que a polícia confiscasse o dinheiro do indigente. A repercussão que o evento gerou na cidade fez com que Lima Barreto refletisse sobre o assunto, contrapondo-se à opinião geral. Para ele, o mendigo não merecia a censura e nem devia ser perseguido, visto

⁶³³ *O Paiz*, 31 de julho de 1918. p. 6 (Digitalizado).

⁶³⁴ Os dois casos se encontram n' *O Paiz*, 18 de maio de 1911, p. 2 (Digitalizado).

⁶³⁵ O caso do mendigo. In: *Toda crônica*, v. I. p. 80-83.

que a esmola era um direito do pobre, não respaldado em lei, mas no costume. Afirmava igualmente que a ação de mendigar seria justificada em face da “nossa defeituosa organização social”⁶³⁶. O literato não acreditava que Mariano fosse um gatuno ou explorador da caridade pública. O cego poderia ter juntado todo aquele dinheiro durante 15 ou 20 anos esmolando. Talvez o cronista tenha razão, pois a variedade de moedas internacionais, que o mendigo possuía, poderia ser resultado de doações feitas, ao longo dos anos, por imigrantes ou viajantes estrangeiros.

Após essas digressões, o escritor confecciona uma narrativa da vida de Mariano, mostrando como ele aprendeu a ganhar dinheiro e desenvolver uma arte de mendigar. Nessa curta ficção, o narrador conta a história de um homem humilde, um operário de fábrica desempregado, que veio da Espanha para o Brasil com a finalidade de enriquecer. Aqui, ficou cego, sendo obrigado a sobreviver nas ruas da indulgência alheia. Comendo em freges e dormindo em lugares baratos, o indivíduo passou a juntar e guardar todo o donativo que recebia. Sem vícios de bebida alcoólica e cigarros, e ganhando as roupas que usava, o mendigo foi se aperfeiçoando no ofício e aumentando os rendimentos. “Aprendeu a pedir mais dramaticamente, a aflautar melhor a voz; e arranjou um cachorrinho, e o seu sucesso na profissão veio”⁶³⁷. Por fim, foi acumulando uma pequena fortuna para voltar a sua terra natal com prosperidade.

Embora Lima Barreto faça uma especulação sobre a vida de Mariano, o imaginário criado não se distancia completamente da realidade. Muitos imigrantes, que vieram para o país em busca de emprego e de sucesso, tornaram-se tiradores de esmola, como bem registrou João do Rio. Não se pode conjecturar que o dinheiro acumulado tenha sido resultado apenas de doação; ou se também se advinha de atividades escusas, porém, muitos desses estrangeiros economizavam o máximo que podiam para retornar aos seus países afortunados.

A revista *O Malho* igualmente registrou e escreveu a história do “mendigo rico”, estampando sua foto na matéria. Na imagem aparece o homem acompanhado do seu cachorrinho e de um violão. Mariano Lazaro perambulava no centro da cidade e na Avenida Central tocando o seu instrumento. Conforme o periódico, o cego após ser solto pela polícia embarcou para Espanha com seu animal de estimação.

Em 1917, outro caso de “mendigo rico” é noticiado no periódico *O Paiz*. Tratava-se do italiano Antonio Bruno, um idoso de 68 anos de idade e solteiro, morador à Rua de Catumby n. 54. Ele esmolava pelos logradouros de Botafogo, quando foi preso. Em seu poder, a polícia

⁶³⁶ Ibid., p. 80.

⁶³⁷ Ibid., p. 81.

encontrou várias moedas de ouro e de prata, letras do Banco do Brasil e recibos de depósito, feito em Marselha em 1885, na casa bancaria de Nico Benapo. A soma de sua riqueza correspondia a oitenta contos de réis⁶³⁸. Vale salientar que se este último ano remete ao período que Antônio começou a guardar dinheiro, isso significa que sua fortuna é fruto de mais de 30 anos de capitalização e privação.

16. O mendigo rico. *O Malho*, 27 de maio de 1911. Sem paginação (Digitalizado).

17. O mendigo rico. *O Malho*, 27 de maio de 1911. Sem paginação (Digitalizado)

Posto isso, a crônica barretiana alude ainda ao contrateatro do pobre, que busca interpretar artisticamente a sua miséria por meio de uma voz aflautada e uma expressão dolorida, dando maior relevo ao drama social que era a República. Em suma, os mendigos constituíam um grupo bastante complexo, no qual se elaboravam vínculos de proteção, solidariedade e exclusões. Nesse sentido, apesar de estarem numa condição material desfavorecida, poderiam estabelecer uma relação de desigualdade através da ideia de raça e de sexo. Todavia, nem todos eram despossuídos, alguns tinham propriedades, certas fortunas,

⁶³⁸ *O Paiz*, 11 de dezembro de 1917. p. 6 (Digitalizado).

casa e família que poderiam provê-los. Isso revela que uma vida economicamente e aparentemente desvalida não era suficiente para definir essa classe. Perseguidos e humilhados, em turmas ou sozinhos, os pedintes construíram uma fiação de resistência, por intermédio da insistência e da presença constante nos espaços simbólicos da modernização. E em face disso, impuseram a estética dos pobres ao mundo refinado dos ricos, mudando a configuração dos padrões de civilidade e elegância buscadas pela nata carioca.

Pode-se encontrar certa unidade entre os setores populares, a exemplo de mendigos e vendedores ambulantes. Apesar de estarem situados em esferas e interesses distintos, o primeiro vivendo da caridade pública e o segundo do comércio volante, ambos compartilhavam experiências comuns. Eram segmentos bastante heterogêneos e fluídos, constituídos por pessoas de várias nacionalidades e culturas.

Tais sujeitos populares são pensados aqui conforme a definição de Gutiérrez e Romero. Para estes autores, que estudaram os setores populares argentinos, no período entreguerras, o sujeito popular não possuía uma identidade fixa ou com recortes precisos, mas é marcado por influências e interações. A cultura popular não está fechada em si mesma e livre de determinações. Nesse aspecto, os historiadores seguem a linha teórica de Thompson, Raymond Williams e outros representantes da historiografia europeia. Ainda segundo os estudiosos se existem forças que levam à fragmentação desses grupos, a exemplos das diversas profissões e até mesmo condições culturais diversas, há igualmente forças que impulsionam a sua integração a “partir das grandes experiências unificadoras”, como uma grande fábrica ou a lotação nos cortiços e habitações. Portanto, duas forças em tensão se constituem: uma que leva a fragmentação do universo popular; e outra que leva à sua unificação. E dessa tensão surgem conflitos cotidianos, que podem se desfazer em momentos de crises e de necessidade⁶³⁹.

No caso da realidade brasileira do começo do século XX, essa fluidez entre as classes populares também pode ser evidenciada. Nesse sentido, mendigos e vendedores ambulantes eram muitas vezes confundidos. Volantes de trapos ou ciganos eram tomados como pedintes. Os tiradores de esmola podiam, do mesmo modo, mercadejar objetos roubados ou doados. Tudo isso, deixava as fronteiras entre esses setores bem porosas. Além disso, as distinções possíveis eram dissolvidas na experiência material da cultura popular e dos seus laços de solidariedade, como se buscou mostrar ao longo desta tese.

⁶³⁹ GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Setores populares, cultura y política*: Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. *passim*.

Eles estão unidos não apenas pelo fato de conviverem com uma base material precária, mas também por buscarem modos alternativos de sobrevivência na rua. Esses trabalhadores humildes, muitas vezes, podiam se vincular para amenizarem as suas misérias, buscando dividir um quarto num cortiço ou cômodo. Assim, experimentavam os mesmos ambientes de “cavação” e de moradia. É preciso dizer que nem sempre, essas relações solidárias e necessárias funcionavam, podendo aparecer brigas, traições e roubos. Isso aconteceu com João Pereira de Seixas, vendedor ambulante de frutas, que foi morar num cômodo com Domingos Tiburcio da Silva, sem ocupação definida. Era no ano de 1918, final da Guerra Mundial, momento de crise econômica e greves operárias. Aproveitando a ausência do volante, Domingos roubou a massa de dinheiro que aquele guardava sob o travesseiro. Ao dar conta do furto, o negociante foi à delegacia e denunciou o amigo, que acabou sendo preso e confessando o delito⁶⁴⁰.

Além do mais, esses segmentos sociais vivenciavam outras experiências. Eles eram quase sempre perseguidos, estando constantemente na mira dos policiais, dos fiscais, dos médicos, com destaque os higienistas. Ainda mais, conheciam os logradouros e avenidas como nenhum outro grupo, porém, estavam sujeitos a todo tipo de violência e de rebaixamento, podendo ser agredidos, atropelados e até assassinados. Não obstante, o caráter de suas atividades – sua suposta independência, a irregularidade e a incerteza da profissão –, punha essas duas categorias sociais como elementos subversivos, sendo representadas como agentes perigosos ao progresso e à sociedade, pois supostamente perturbavam a ordem pública e o lazer da classe burguesa.

Os pedintes e os negociantes ambulantes não são camadas sociais separadas do processo de modernização. Embora numa posição de marginalidade e desigualdade, esses grupos estavam envolvidos no decurso da organização moderna, seja por meio de rejeição, negação ou até mesmo da cooperação. Os tiradores de esmolas, assim como os volantes, utilizavam-se dos espaços remodelados, símbolos do novo tempo, para ganhar a vida e encenar seu teatro cotidiano. A existência e a ação dessas classes inferiorizadas colocavam em questão a modernidade sonhada e a modernidade possível. Nesse aspecto, essas figuras marginalizadas encarnaram um papel importante na implantação do projeto civilizatório republicano, impondo limites e modificando os rumos do Rio de Janeiro moderno.

⁶⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, 28 de janeiro de 1918, p. 4 (Digitalizado).

CAPÍTULO 5:

ENTRE FIOS DISPERSOS DE HISTÓRIA: A ARTE LITERÁRIA

1. História e literatura

Para Hayden White, historiador estadunidense, o trabalho histórico tem uma natureza inelutavelmente poética, uma vez que o especialista da história utiliza de artifícios linguísticos – a metáfora, metonímia, sinédoque e ironia –, para explicar certos momentos de uma sociedade. O labor historiográfico possuiria um caráter ficcional, apresentando uma modalidade narrativa, conforme as preferências de estilo e a perspectiva de cada pesquisador. Nesse sentido, o historiador não apenas arranjaria determinados eventos, mas também desempenharia um papel de inventor, podendo atribuir a um mesmo acontecimento diferentes intrigas⁶⁴¹.

Além disso, a estrutura formal da historiografia, ou seja, a maneira como os sentidos e motivos de uma história são considerados, poderia ser explanada de três maneiras: 1. *explicação por elaboração do enredo*, o episódio é contado através de um ponto de vista romanesco, cômico, humorístico ou satírico; 2. *explicação por argumentação formal*, o acontecido é elucidado mediante leis putativas universais, a exemplo da relação entre base e superestrutura, desenvolvida por Karl Marx. Em outras palavras, os fenômenos sociais são analisados por meio de premissas e generalizações causais. Porém, diferentemente das ciências físicas, discorre White, os princípios observados não possuem um acordo entre os historiadores, e nem uma concordância sobre o modo que uma explicação científica deve assumir, reinando uma “anarquia conceitual”; 3. *explicação por implicação ideológica*, o relato histórico reflete o imperativo ético do investigador. Isso significa que o conhecimento historiográfico seria justificado por um conjunto de preceitos: anarquismo, conservantismo, radicalismo e liberalismo⁶⁴².

Essas três modalidades não estariam separadas, mas enredadas numa dada narrativa. Uma série de fatos pode ser posta num enredo trágico, recorrendo a determinada lei causal, cuja orientação levaria a uma prescrição conservadora ou radical, dependendo do historiador.

⁶⁴¹ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

⁶⁴² Ibid., p. 23-43.

Nesse caso, um estilo historiográfico representaria uma combinação entre modos de elaboração de enredo, argumentação e implicação ideológica. Leopold von Ranke, por exemplo, faria uma história num molde cômico e a partir de uma interpretação organicista. Destarte, seu impulso ideológico seria conservador⁶⁴³.

Ainda conforme o pesquisador estadunidense, cada paradigma se liga a um tropo linguístico, caracterizando o campo histórico por um conteúdo profundamente poético. Esses recursos seriam a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, e eles estariam vinculados a determinada fase de uma consciência histórica. Assim sendo, enquanto os pensadores iluministas, como Voltaire, Hume e Kant viam a história a partir de uma perspectiva irônica; Hegel a tomou a partir de uma abordagem sinedóquica.

Há, nessa leitura formal do saber historiográfico, uma concepção de história que valoriza mais o seu fazer narrativo do que a sua qualidade científica. Tal interpretação reduz o conhecimento dos homens no tempo a um modelo verbal, de feitio narrativo, incapaz de alcançar qualquer lampejo de verdade⁶⁴⁴. Com base nisso, os artifícios estéticos, o componente ideológico e a “desordem” conceitual impossibilitariam ao trabalho histórico o estatuto científico. A história seria, então, uma protociência, assinalada por um forte grau de invenção e pela falta de rigor em seus métodos.

Vale dizer que o problema nesse tipo de análise é a ficcionalização exagerada do exercício da historiografia e a crença numa noção científica livre de ideologias. Além do mais, é ainda sob o parâmetro dos procedimentos das ciências naturais que se pensa o fazer do historiador. Em suma, se o pensamento histórico do século XIX descartou, em nome da veracidade, toda fonte de caráter ficcional; White rejeita a própria história como um conhecimento legítimo para alcançar a verdade, em razão também de sua suposta qualidade ficcional.

Agora, cabe perguntar: existe algum saber que não se materialize em linguagem ou em texto? Até mesmo as ciências naturais se expressam por meio de palavras. Toda tentativa de reconstruir e analisar o mundo, ou parte dele, é manifestada num código linguístico e numérico. Qualquer ciência exige uma sintaxe. Nesse sentido, tudo que é posto em palavra se

⁶⁴³ Ibid., p. 42.

⁶⁴⁴ Não se utiliza o termo verdade como um conceito absoluto e inalterado. Apreende-se a definição no limite empregado por Carlo Ginzburg, e em oposição ao exagerado perspectivismo de que se servem as ciências sociais atualmente. Nesse sentido, a concepção de verdade corresponde a certas evidências que um documento ficcional ou não pode conter em relação ao tempo social. A partir de uma análise profunda e comparativa das fontes, e do uso de métodos apropriados, é possível remontar a realidades históricas, a determinados acontecimentos e as suas conjunturas, sem cair na falsidade e no relativismo. Sobre isso ver GINZBURG, 2002.

torna literário e falho. Como explica Perrone-Moisés⁶⁴⁵, o sistema verbal funciona em falta e em falso, uma vez que os signos verbais e os seus usos são substitutos das coisas, repousando numa convenção de correspondências: “tal coisa será representada por tal signo”. A interpretação de White sobre o labor histórico apresenta, pois, algumas dificuldades. O problema não está na leitura de que o fazer historiográfico é constituído por um processo estético, mas na maneira como os elementos formais são julgados. Estes não são pensados como métodos alternativos para atingir uma dada realidade. Por estarem articulados à força criativa e particular de algum investigador, eles são tomados como grau de falsidade e de mentira. Tal focagem instaura a dúvida e o ceticismo do tipo de conhecimento elaborado pelo historiador, e busca certezas e fixidez nos fatos que se constroem sempre em movimento.

Como Marc Bloch⁶⁴⁶ já havia anunciado, os objetos da história são os vestígios dos homens e da sua produção no tempo, seja esta produção de bens materiais ou culturais. Nesse aspecto, o profissional da área está lidando com componentes que são, por sua natureza, recortados, plurais e móveis. Portanto, eles não podem ficar fechados numa única linha conceitual, como quer White. E isso não significa um fazer estabelecido na confusão de conceitos. O ofício do historiador é uma tarefa constante de escavar “poços”, a procura de indícios que tornem mais complexa a realidade humana. Nesse decurso, o surgimento de novos documentos pode configurar duas possibilidades: 1. as evidências sobre determinados eventos poderão ser reforçadas; 2. as novas descobertas podem derrubar velhos preceitos; e novas abordagens são asseguradas e aceitas. Tudo isso depende da fonte encontrada e das demandas que ela exige. A partir de informações, até então inéditas, um evento pode exigir um tratamento diferente, forçando o uso de métodos e conceitos também diferenciados. O imaginário pode ser um recurso para atestar as perdas de pormenores da realidade, como comenta Machado de Assis, no romance *Esau e Jacó*: “há, no mais grave acontecimento, muitos pormenores que se perdem, outros que a imaginação inventa para suprir os perdidos, e nem por isso a história morre”⁶⁴⁷.

No campo da teoria literária, ainda que a linguagem deforme aquilo que representa, a forma é indispensável para colher, no real, os pedaços de verdades que não podem ser observados à primeira vista. O artifício narrativo e poético serviria para expressar, de modo acentuado, um dado contexto e conjuntura do escritor, até mesmo quando opera sob a negação. É ainda a pesquisadora Perrone-Moisés quem comenta com perspicácia que “a

⁶⁴⁵ PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: _____. *Flores da escrivania: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 105.

⁶⁴⁶ BLOCH, Marc. *Apologia da história: o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

⁶⁴⁷ ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 64.

linguagem é obstáculo, no caminho do real, mas é também possibilidade de fundá-lo. Fora da ordem da linguagem, o real é apenas caos”⁶⁴⁸. Embora se esteja pensando do ponto de vista da literatura, esse raciocínio pode ser estendido para outros espaços de saber. Toda ciência possui um caráter criativo, na medida em que se utiliza da escrita, e de uma ordem simbólica, para materializar os seus fenômenos.

Bosi trata igualmente dessa relação entre ficção e não-ficção, defendendo a existência de “fronteiras da literatura”, apesar da contestação atual empreendida por uma corrente pós-moderna que nega os limites entre o literário e o extraliterário. A percepção da fronteira seria medida pela “consciência do escritor, enquanto testemunha”, já que ele reconhece que o objeto de sua arte é a sua experiência, a do “real que aconteceu”⁶⁴⁹. Ainda que a literatura seja uma “obra do livre-arbítrio”, porque o autor tem a liberdade para combinar, recombina e deformar, existe uma dada realidade que pode ser identificável. Bosi completa destacando a diferença entre o romancista e o historiador:

Estou consciente de que essas ideias podem parecer tradicionais, pois sempre definem a ficção como diferente da não-ficção, mas a distinção não é oposição. A liberdade do possível inclui o real, não ignora o real: abraça o real, vai até as entranhas do real e tira do real os desejos de alguma coisa que o real ainda não é. Este delicado jogo de invenção o romancista pode fazê-lo, mas o memorialista e o historiador têm pudor de inventar, pois esperar-se que ele conte os fatos como aconteceram. Pode interpretá-los, mas não deveria inventar nada⁶⁵⁰.

É significativo que Bosi não exclui do trabalho do historiador doses de abstração. Todavia, ele sabe que, apesar de isolar certos eventos, o profissional da história tem o compromisso ético com possíveis verdades, com episódios que de fato ocorreram. A abstração não anula o conhecimento histórico adquirido. É um processo importante para empreender a análise e a interpretação.

Alain diz uma frase que eu acho muito bonita, até estilisticamente: “A História é sempre abstrata, um pouco”. Ele não diz: “é um pouco abstrata”. Por quê? Esse “um pouco” quer dizer que, na verdade, ainda que a história mergulhe em testemunhos empíricos, ela o faz para integrar, para compreender, para dar-lhes uma inteligibilidade universal. E no momento em que ela compreende, deve-se despregar do fato isolado e empreender uma análise e uma interpretação que são a honra mesma do historiador. Nessa passagem, ela é sempre abstrata “um pouco”⁶⁵¹.

⁶⁴⁸ PERRONE-MOISÉS, 1990, p. 109.

⁶⁴⁹ BOSI, 2013, p. 223.

⁶⁵⁰ Ibid., p. 231.

⁶⁵¹ Ibid., p. 229.

Destarte, pretende-se dizer, com tal debate, que o saber histórico não é invalidado por se utilizar dos artefatos ficcionais como, por exemplo, a narrativa. De modo consciente e reflexivo, eles podem ser executados para se chegar a determinadas verdades. Esse tipo de compreensão é tomado e discutido por um grande historiador contemporâneo, o italiano Carlo Ginzburg. Para este, os fios do relato ajudam na orientação labiríntica da realidade. Servindo de fontes subjetivas e literárias, os rastros, ele procurou, ao longo do seu ofício, contar “histórias verdadeiras”⁶⁵². Concorde-se com o autor quando afirma que não se pode “eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas”⁶⁵³.

É salutar destacar que esta postura cética, sobre a legitimidade do conhecimento historiográfico, situa igualmente a ficção numa posição de descrédito. Ou seja, por ser confecção de imaginários, por sua dose de invenção e subjetividade, o ficcional é afastado do real; ele se passa como uma mera falsidade e um ponto de mentira. Todavia, como se buscou expor, a literatura nunca está apartada do tempo que mimetiza. O fictício está frequentemente se remetendo a uma realidade, captando o vivido por meio do fantasioso. Ginzburg tem muita clareza disso, afirmando que é possível encontrar “fragmentos de verdade” nos romances, detectar testemunhos históricos e involuntários nos textos ficcionais. E nessa lógica, a crença num conhecimento feito sem mediações se reduz a um positivismo ingênuo.

Darnton, por sua vez, no artigo *História e Literatura*, levanta o mesmo problema. Para ele, a história humana não se pode fazer sem mediações. Toda experiência se faz na perda de transparência, havendo sempre uma intercessão pela linguagem, pela propriedade e pelas diversas instituições que unem a sociedade. A partir disso, reflete sobre a busca inglória de Rousseau por uma autenticidade que se manifestasse através das palavras e que fosse capaz de “soltar a voz interior”. Mas a palavra se tornava inadequada para alcançar uma verdade pura, visto que ela era imperfeita. Portanto, o historiador conclui que a escrita e a literatura, assim como a filosofia, poderiam dar acesso à realidade, mas não conseguiria atingi-la tal qual. Entre o desejo do homem de alcançar a verdade, haveria sempre um caminho de obstáculos⁶⁵⁴.

Logo, a história ainda estaria sendo comparada com um raciocínio teórico que crê em verdades absolutas, contidas nos fatos, e num saber sem implicações ideológicas. Apela-se,

⁶⁵² GINZBURG, 2002, p. 7.

⁶⁵³ Ibid., p. 9.

⁶⁵⁴ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

então, para velha ideia de neutralidade na ciência. No entanto, nenhum documento contém esse aspecto imaculado, inclusive aqueles oficiais e de dados concretos. Haverá em todo registro “vozes incontroladas”, que escapam à consciência de quem os produziu⁶⁵⁵. Carlo Ginzburg, ao levantar essas indagações, está dialogando diretamente com White:

Afirmar que uma narração histórica se assemelha a uma narração inventada é algo óbvio. Parece-me mais interessante indagar por que percebemos como reais os fatos contados num livro de história. Em geral se trata de um resultado produzido por elementos extratextuais e textuais [...] ⁶⁵⁶.

Com isso, o historiador italiano mostra que a relação estreita entre a história e o artifício literário não era nova, e reporta às discussões e às polêmicas sobre o assunto, que advinham desde a historiografia grega. Os elementos estilísticos e retóricos seriam usados a serviço da verdade histórica, mesmo que esta tenha uma significação diferente para os antigos (de valor persuasivo) e para os contemporâneos (de qualidade documental). No artigo *Estranhamento: pré-história de um procedimento literário*⁶⁵⁷, ele defende o uso de conceitos literários como método para explicar os acontecimentos. Para isso, toma como exemplo a noção de estranhamento, que compreende ver a vida pelo revés, reavivando percepções já automatizadas. Nessa acepção, analisar pela perspectiva do estranho é, primeiramente, observar os fatos como são vistos, e não por suas causas. É olhar a sociedade sem naturalizar os seus feitos. Nas palavras do pesquisador italiano: “compreender menos, ser ingênuos, espantar-se, são reações que podem nos levar a enxergar mais, aprender algo mais profundo, mais próximo da natureza”⁶⁵⁸.

O profissional da história poderia lançar mão da técnica literária para não correr o risco de banalizar a realidade, procurando penetrar nos e abranger os eventos sociais em termos mais profundos. O estranhamento seria um processo de superar as aparências. Trabalhar com essa chave é abertamente uma atitude antipositivista, visto que as fontes são percebidas e verificadas sem as tomar como imediatas. Além disso, os documentos ficcionais exigem ferramentas próprias de cognição. E somente a teoria e os métodos da literatura podem fornecer os meios para adentrar no texto ficcional, sem cair na mera análise de conteúdo. A forma como um relato é elaborado, como um episódio é pintado ou narrado, as

⁶⁵⁵ Ibid., p. 11.

⁶⁵⁶ Ibid., p. 18.

⁶⁵⁷ Id. *Estranhamento: pré-história de um procedimento literário*. In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁶⁵⁸ Ibid., p. 29.

cores e as palavras selecionadas não apenas podem ser reveladoras, no sentido de apontar para determinados significados, eles também têm por si um valor histórico.

É ainda Ginzburg quem reflete sobre essa dimensão, mostrando como os debates e usos em torno da rima e da versificação, na era elisabetana, estavam ligados à ideia de civilização e de barbárie; e à afirmação da Inglaterra como uma nação culta entre as demais. De um lado, a querela se constituiu na ideia de que a rima era um artifício grosseiro e vulgar, sendo elaborada por povos bárbaros; enquanto a métrica tinha uma tradição mais “digna”, de origem greco-romana. Com isso, alguns “doutos ingleses” buscavam mostrar a sua superioridade em relação ao resto dos países europeus, até mesmo da Itália, pondo-se como maiores representantes e conhecedores do grego e do latino. De outro lado, havia uma grande defesa da rima como atributo poético universal de todos os povos, sendo usada para comunicar memórias do passado. Todo esse debate, comenta o historiador em questão, antecipa de algum modo a tensão entre o antigo e o moderno, expresso na recusa do verso quantitativo e na percepção do bárbaro como elemento positivo, “um sinal de orgulho”⁶⁵⁹.

Portanto, deve-se enfatizar que esta pesquisa se fundamentou nos testemunhos ficcionais, porque entende que esse tipo de documento tem o predicado cognitivo para entender um dado tempo. Para tanto, os instrumentos e conceitos literários foram operados a fim de manusear os relatos ficcionais e as crônicas, gênero que mescla jornalismo e artefatos imaginários. Procurou-se explorar o texto em sua pluralidade e potencialidade. Fez-se uso da caracterização das personagens, do ponto de vista do narrador ou do cronista, do discurso direto livre, das várias vozes que emanam da narrativa, dos componentes alegóricos, da descrição, da organização formal da crônica, de imagens sensoriais da escrita etc. Todos esses artifícios estão entranhados de conhecimento histórico, remetendo a uma temporalidade, a determinados eventos, à mentalidade de uma época ou de alguns grupos sociais.

Em suma, pensa-se que a literatura possui um duplo com relação à sociedade que aborda. Nela, a história se faz ficção, porém sempre haverá algo de não ficcional enredado nos relatos. Há uma base real que não pode ser inventada.

⁶⁵⁹ GINZBURG, Carlo. Identidade como alteridade: um debate sobre a rima na era elisabetana. In: _____. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

2. História e o gênero crônica

A modalidade crônica aqui foi analisada respeitando as suas características textuais. O gênero é marcado por uma linguagem solta, leve e flexível, como se estivesse sido escrito à toa. O fato mezinho e uma boa dose de humor são elementos que nutrem esse tipo de escrita. Não obstante, os grandes temas são também abordados. A variedade de assuntos e o exame do tempo presente constroem essas narrativas sem uma ordem fixa, configurando-se num texto, frequentemente, sem maior acabamento estético, com algumas exceções. Vale dizer que o humor do cronista nem sempre era para fazer rir, tendo, muitas vezes, a finalidade de ironizar os adversários e as instituições. O relato pode, então, tornar-se virulento e bastante crítico, ganhando aspecto de resistência e militância. Essa categoria textual era, em regra, veiculada em jornais, revistas e livros. Portanto, os assuntos discutidos visavam aos interesses da imprensa e do público ao qual o escritor se destina⁶⁶⁰. João do Rio, por exemplo, escrevia para os grandes jornais cariocas. Mesmo tratando dos costumes e hábitos populares, o autor atendia a certos gostos e percepções da elite e da classe média carioca, assinalando as camadas marginalizadas pelo exótico e o estranho. Já Lima Barreto publicou a maioria do seu trabalho em pequenos periódicos, voltados para ideias anarquistas e a defesa dos operários. Suas crônicas eram mais combativas e afiadas com relação aos poderes instituídos.

O gênero, como já é sabido, tem um vínculo profundo com a história, tendo origem na palavra grega *chronos*, deus grego que simboliza o tempo, que devora tudo, até os seus próprios filhos. Neves explica que a crônica é a temporalidade se materializando em texto, a linguagem em que o vivido é posto em ordem⁶⁶¹. Arrigucci comenta que a ligação entre esse tipo de escrita e o saber histórico se dá em função de elementos comuns a ambos: o presente, a memória e a marca da oralidade⁶⁶². É possível que esses laços ainda sejam mais unidos, porque a matéria de que o cronista se alimenta é a mesma fonte do historiador contemporâneo, que analisa o mundo e os homens reduzindo a sua escala de observação: a micro-história. Os fatos miúdos, os dados pormenorizados e negligenciáveis são substanciais tanto para o cronista quanto para o estudioso da história. Ginzburg escreve que os vestígios marginais podem servir para montar um quebra-cabeça social, ajudando a compreender as

⁶⁶⁰ Sobre as diferenças dos suportes de transmissão das crônicas – jornais e livros – ver SÁ, 1987, p. 85.

⁶⁶¹ NEVES, Margarida. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, 1992, p. 82.

⁶⁶² ARRIGUCCI, 1987, p. 55-66.

trocas e mudanças socioculturais⁶⁶³. Não seria diferente para o escritor dos comentários leves. Olavo Bilac também tinha consciência da importância do gênero para investigação histórica. Em 1897, ele escreve n’*O Estado de São Paulo*:

[...] a crônica é a poeira da História, da grave História soberana, cujo testemunho vasto e seguro se faz com pequeninos testemunhos isolados: - cada um de nós, cronista, é como o humilde mação que moureja no trabalho das construções, arfando com o peso das pedras que carrega, molhando com o suor o barro que amassa, - e desaparece, desprezado e desconhecido, quando acabado irradia o edifício, em cuja fachada fica apenas fulgurando o nome do arquiteto⁶⁶⁴.

E, além disso:

À crônica, pois! Estes comentários leves, que duram menos ainda do que as estafadíssimas rosas de malherbe, não deitam abaixo as instituições, não fundam na terra o império da justiça, não levantam nem abaixam o câmbio, não depravam nem regeneram os homens: escrevem-se, leem-se, esquecem-se, tendo apenas servido para encher cinco minutos da monótona existência de todos os dias. *Mas, quem sabe? Talvez muito tarde, um investigador curioso, remexendo esta poeira tênue da história, venha achar dentro dela alguma coisa...*⁶⁶⁵

Bilac antecipa, no final do século XIX, o que Ginzburg irá teorizar quase um século depois. “Os pequeninos testemunhos isolados”, os depoimentos e indícios desprezados bordam e explicam eventos mais complexos. A crônica, como “poeira da história”, gênero considerado menor, e muitas vezes depreciado, construiria, da mesma maneira, edifícios. Porém, não é capaz de revoluções, não derruba instituições ou atua sobre os comportamentos dos indivíduos. Mas no futuro, um investigador curioso poderia encontrar nela “alguma coisa...”. O cronista reconhece nas narrativas breves um papel histórico, um documento capaz de conter realidades surpreendentes. Esse reconhecimento e função não passam igualmente despercebidos pelos literatos em estudo, como será visto adiante.

Camilotti afirma que a crônica, em meados do século XIX e começo do XX, estava atrelada ao real, em face da exigência jornalística pela veracidade e objetividade. Essa escrita estaria mais preocupada na informação do que na projeção de uma individualidade. Nesses dois momentos, tal modalidade textual estaria separada da ideia de inventividade,

⁶⁶³ GINZBURG, 1989.

⁶⁶⁴ BILAC, 2006, v. I. p. 227.

⁶⁶⁵ Ibid., loc. cit., grifo nosso.

subjetividade e imaginação. A historiadora comenta que João do Rio chegou a ser alertado por misturar, no livro *As religiões no Rio*, componentes fictícios e factuais⁶⁶⁶. No entanto, não se acredita que essa separação fosse tão demarcada. O uso de elementos ficcionais nesse tipo de texto não se restringe ao escritor em questão. Lima Barreto e Olavo Bilac também utilizavam de artefatos ficcionais em seus pequenos comentários. Aliás, era comum entre esses escritores, inclusive José de Alencar e Machado de Assis⁶⁶⁷, a compreensão de que a crônica era uma linguagem mesclada, na qual tudo se cabe: o fútil e útil, o gracejo e o sério. E esse humor, característico do texto, só é alcançado com a criatividade e a invenção. Ademais, é custoso pensar o gênero sem uma certa subjetividade inerente, uma vez que ele pressupõe o cronista ou narrador, exposto geralmente na primeira pessoa. Ao focar o primeiro plano, aquele que narra ou relata se impõe, opina e manifesta as suas impressões. É ainda Bilac quem, em 1904 na *Gazeta de Notícias*, demonstra, com clareza, os vincos e possibilidades dessa arte literária:

É impossível deixar de misturar, nesta resenha da semana, o profano com o sagrado. Os cronistas são como os bufaninheiro (sic), que levam dentro de suas caixas, rosários e alfinetes, fazendas e botões, sabonetes e sapatos, louças e agulhas, imagens de santos e baralhos de cartas, remédio para a alma e remédios para os calos, breve a pomadas, elixires e dedais. De tudo há de contar um pouco, esta caixa da Crônica: sortimento para gente séria e sortimento para gente fútil, um pouco de política para quem lê os resumos dos debates do Congresso, e um pouco de carnaval para quem só acha prazer na leitura das seções carnavalescas⁶⁶⁸.

O escritor aponta para diversos componentes que podem estar imersos na caixa folhetinesca. Insídias que são opostas, todavia se misturam: o sagrado e o profano, o material e o espiritual, “baralho de cartas” e “imagens de santos”, carnaval e política. Nesse aspecto, Bilac deixa entrever a riqueza desse tipo textual. Este não elimina o imaginário e o subjetivo. O mundo das representações, do lúdico, do jogo, da fé e do mito está presente nesses pequenos comentários.

O fazer literário não é aqui pensado como objeto passivo, que apenas testemunha o vivido. A literatura é abordada como um monumento, um espaço de poder, de elaboração e

⁶⁶⁶ CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: ideias sem lugar*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 109.

⁶⁶⁷ ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.], 1854. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2013; e ASSIS, Machado de. O folhetinista. In: _____. *O espelho*. João Roberto Farias (org.). São Paulo: Unicamp, 2009. p. 55-58.

⁶⁶⁸ BILAC, 2006, v. II. p. 631.

circulação de ideias, de memória e de saber⁶⁶⁹. Ela é dotada de uma consciência histórica e política, operando quer no reforço de uma visão de mundo conservadora, quer numa percepção crítica e mordaz, com a capacidade de perturbar a ordem existente. Aliás, é necessário explicitar o papel revolucionário que faz parte da arte literária à medida que projeta na linguagem as possibilidades do real, ou como já dizia Aristóteles⁶⁷⁰, o que poderia ter acontecido⁶⁷¹. Representar o que não existiu, mas poderia acontecer é não se contentar com a realidade como ela se constitui, é reordenar e reinventar a contrapelo dos sistemas e das instituições sociais. É levantar uma dúvida no leitor e chamá-lo para ação.

Sartre já havia teorizado sobre essa função da literatura⁶⁷². Ele diz: o escritor escreve para um outro, a fim de que este outro ajude a desvendar a obra criada, e reconstrua igualmente uma nova ordem no mundo. No entanto, o texto ficcional não está dado a uma interpretação completamente livre, ele possui uma orientação, que é fornecida pelo escritor. “A leitura é uma criação dirigida”. Ao apelar para a liberdade criativa do leitor, o autor recorre para colaboração daquele que lê, pondo em realização a sua produção. Há nisso um fator de generosidade e de transcendência, segundo o filósofo. O ato criador busca uma retomada do mundo, uma recuperação da totalidade do ser através do imaginário. Todavia, a vida real só se manifesta na ação. Por isso, existe um discernimento moral no imperativo estético, que impele o leitor e o escritor para uma tarefa, para o engajamento. “Chega um dia em que a pena é obrigada a deter-se, e então é preciso que o escritor pegue em armas. [...] a literatura o lança (leitor) na batalha; escrever é uma certa maneira de desejar a liberdade”⁶⁷³.

Trazida toda essa discussão – que compartilha com Ginzburg a força cognitiva da ficção e leva em consideração a função social da literatura enquanto um plano artístico –, faz-se necessário perguntar: qual seria a concepção de literatura de Lima Barreto e de João do Rio? Na leitura dos dois autores, a arte literária teria uma função ativa na construção da

⁶⁶⁹ Sobre a compreensão de um texto ou documento como monumento, ver LE GOFF, Jaques. Documento-monumento. In: _____. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

⁶⁷⁰ ARISTÓTELES. *Poética*. 2. Ed. São Paulo: Ars Poéticas, 1993.

⁶⁷¹ Perrone-Moisés (1990, p. 108) escreve que “representar o que poderia ter acontecido é sugerir o que poderá acontecer, é revelar possibilidades irrealizadas do real. E é nesse sentido que a literatura pode ser e é revolucionária: por manter viva a utopia, não como imaginário impossível mas como o imaginável possível”.

⁶⁷² SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

⁶⁷³ *Ibid.*, p. 53. Deve-se enfatizar que a postura de Sartre é a do intelectual de esquerda e do filósofo engajado, que acreditava na “consciência moral pública” do homem de letras sobre o político. O escritor era um grande simpatizante do comunismo, enveredando-se para uma orientação maoísta, no fim dos anos 1960. Boa parte de sua vida foi marcada pela militância e pela atividade política. Chegou a participar da Segunda Guerra Mundial, sendo preso pelo exército alemão, e enviado para um campo de concentração. Depois de liberto, volta para França e entra na Resistência. E ainda esteve do lado dos estudantes nas barricadas de maio de 1968. Cf. RIBEIRO, Renato Janine. O intelectual e seu outro: Foucault e Sartre. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7, p. 163-173, out. de 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0163.pdf>> Acesso em: 24 de nov. de 2016.

sociedade e dos homens? Haveria uma consciência histórica que guiasse e orientasse os escritos desses literatos? A linguagem ficcional era vista, de alguma forma, para atingir alguma verdade? Haveria um objetivo histórico em sua narrativa? Algumas dessas interrogações ainda não foram feitas, e serão respondidas ao longo deste capítulo. Faz-se aqui, portanto, uma inversão, buscando compreender não como o historiador usufrui dos componentes literários, mas como os escritores ou literatos em estudo compõem as suas obras de elementos históricos e de uma percepção de história.

Sabe-se que grande parte dos pesquisadores, que se dedicam à vida e aos escritos dos autores aqui analisados, reconhecem, na produção de seus textos, aspectos representativos da realidade brasileira, isto é, dos anos iniciais do Brasil República. No que tange a Lima Barreto há um consenso geral sobre o valor testemunhal de sua escrita. O processo de modernização, os meandros da política republicana e os acontecimentos que marcaram a época já foram temas de investigação em sua ficção. Cabe dizer que não é objetivo deste capítulo fazer uma revisão da fortuna crítica de Lima Barreto ou João do Rio, e nem esgotar as leituras e interpretações sobre os escritores. Isso seria impossível em face do tempo desta pesquisa e de outras exigências que a tese pede. Também não se pretende repetir estudos já realizados sobre a condição histórica de suas obras. No entanto, fazem-se necessários retomar e introduzir alguns assuntos com a finalidade de pôr em diálogo os dois autores, e discutir algumas interpretações sobre o conjunto de seus escritos⁶⁷⁴.

Mas cabe perguntar: até que ponto a história é um objeto consciente na obra desses literatos? É possível separar na ficção os “fragmentos de verdade”, como quer Ginzburg⁶⁷⁵? De boa maneira, essa segunda pergunta já foi respondida ao longo do presente trabalho. No entanto, algumas dúvidas sobre a produção de João do Rio como testemunho do tempo foram levantadas pela historiadora Camilotti⁶⁷⁶, que defende que a sua escrita não possui um lugar determinado, mas atende a um universo bem maior e generalizado, que seria a diagnose de uma era, que incluiria as grandes nações e os países europeus. Com efeito, a estudiosa põe na incerteza certas interpretações históricas de João do Rio, já que o escritor teria “ideias sem lugar”. Vale salientar que se discorda dessa leitura e isso será mostrado com mais detalhe logo adiante.

⁶⁷⁴ O reconhecimento histórico do trabalho ficcional de Lima Barreto já foi anotado por Pereira (1956), Cândido (1989), Prado (1976), Beiguelman (1981), Figueiredo (1995), Machado (2002), Botelho (2002), Resende (1993) etc. Já o peso histórico de João do Rio também foi notado por Cândido (1978), Prado (1983), Schapochnik (2004), O'Donnell (2008), Medeiros (2009), Ivo (2009), Rodrigues (2010) entre outros que estão dispersos nesta análise.

⁶⁷⁵ GINZBURG, 2004.

⁶⁷⁶ CAMILLOTTI, 2008.

No caso de Lima Barreto, sua literatura é de tamanha importância histórica que seu eminente biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, chegou a afirmar que seria impossível fazer uma revisão do momento republicano sem levar em conta seus romances, contos e crônicas. Neles, os limites do real e do imaginário seriam difíceis de precisar, em função do forte tom memorialista.

Escritor eminentemente memorialista, a ponto de se tornar difícil, senão impossível, delimitar em alguns de seus romances e contos as fronteiras da ficção e da realidade, ele anotou, registrou, fixou, comentou ou criticou todos os grandes acontecimentos da vida republicana. Como um vasto painel que se desdobra em sucessivos quadros, lá estão os episódios culminantes da insurreição antiflorianista, a campanha contra a febre amarela, a ação de Rio Branco no Itamarati, o governo Hermes da Fonseca, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, o advento do feminismo, as primeiras greves operárias, a Semana de Arte Moderna, o delírio do futebol e do jogo do bicho [...] o milagre de sobrevivência da população pobre do subúrbio carioca, que, no meio da miséria, canta e ri⁶⁷⁷.

É preciso dizer que delimitar as fronteiras entre ficção e realidade é um desafio que não se restringe à confecção barretiana, sendo uma dificuldade inerente ao objeto literário. Acredita-se, pelo contrário, que a preferência do escritor por uma linguagem direta, assim como sua postura militante, que prega a sinceridade com o leitor, auxilia na percepção dos fios históricos e fictícios que enredam seus livros. É claro que, além disso, faz-se necessário uma pesquisa detalhada e aguçada dessas sinuosidades. Mas, como bem notou Barbosa, Lima Barreto registrou e fotografou praticamente tudo o que acontecia na República brasileira, do começo do século XX. Não deixou passar nada a sua pena; nem os largos chapéus das grandes damas, nem as melindrosas com seus vestuários, a passear pela Rua do Ouvidor. Tudo está presente... Com a dose de interpretação que toda “fotografia” possui!

Essa característica frenética e compulsiva de retratar as transformações na capital do país foi igualmente observada por Sevcenko. Consoante este, havia um anseio do literato para pôr em texto vários níveis e situações do seu presente, compondo um enorme e turbulento mosaico da sociedade carioca e republicana. Não apenas na temática ele foi plural, mas também na galeria de personagens que elaborou, no espaço público e doméstico que descreveu, nos diversos gêneros textuais de que fez uso. O seu mundo, aquele das relações externas e aquele dos conflitos interiores, foi traduzido em romances, diário, contos, crônicas,

⁶⁷⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 15-16.

cartas, sátira, artigos etc⁶⁷⁸. E nenhuma dessas modalidades se isolava, entrelaçando-se e fundindo-se a fim de pescar a realidade de maneira mais expressiva e acentuada. Em resumo, Lima Barreto escreve em turbilhão, atraindo grandes e pequenos fatos, lançando mão de distintas insídias literárias (a ironia, a alegoria, a descrição, a paródia, o grotesco, o caricaturesco etc), comunicando-se, muitas vezes, num estilo agressivo, e insurgindo-se contra toda ordem de poder que subjuguie os marginalizados e aprofunde as desigualdades.

O fazer literário de João do Rio é igualmente agitado e intenso, desdobrando-se em romances, contos, conferências, entrevistas, crônicas e dramaturgia. Escreveu numa linguagem inquieta e convulsiva, abordando múltiplas temáticas: crítica teatral e literária, divórcio, o combate à peste bubônica e à febre amarela, os costumes cariocas, as reformas urbanas, os subúrbios, a falta de água e luz elétrica nas adjacências da cidade, as diversas religiões que coexistiam no Rio de Janeiro, os banhos de mar, as políticas higienistas, os cartões postais da capital republicana, as paradas operárias e a greve de cocheiros, repressão policial e carnavais, música, amores, cozinha, mendigos, discórdias e tramas políticas, patriotismo, feiras populares, novas tecnologias etc⁶⁷⁹. O cronista tirou vários instantâneos da urbe carioca, num frenesi de imagens e fragmentos que se manifesta em tensão. Tais motes são também representados de modo plural: num tom irônico, alegórico, personificado, em discurso direto livre e em artefatos grotescos.

Essa escrita em turbilhão é expressa numa linguagem sumária, marcadas por *flash* e *clicks* que trazem ao leitor inúmeras informações simultâneas e superficiais. As frases breves, os vários sujeitos, a quantidade de situações e os múltiplos espaços introduzidos num único parágrafo criam um efeito de amplitude e confusão. Ruídos, personagens e diversas profissões se misturam. Os fragmentos se somam, gerando movimento e velocidade na narrativa. O olhar do narrador penetra nos cantos interiores e se estende aos locais abertos, dando *close-up* às vestimentas e indivíduos, à parte diminuta do corpo como pés e orelhas, a objetos e gestos pessoais. Numa perspectiva panorâmica, minudências excessivas são reveladas. A forma, em si, é representativa do tempo moderno: a técnica, o frenesi, a correria, a agitação, o burburinho. Tudo é exposto no *como é dito*. Um trecho da crônica *Pequenas profissões* é suficiente para observar esses componentes estéticos:

Nos botequins, fonógrafos roufenhos esganiçavam canções picarescas; numa taberna escura com turcos e fuzileiros navais, dois violões e um cavaquinho repinicavam. Pelas calçadas, paradas às esquinas, à beira do quiosque,

⁶⁷⁸ SEVCENKO, 2003, p. 190-198.

⁶⁷⁹ Vale dizer que essas temáticas não eram alheias a produção barretiana.

meretrizes de galho de arruda atrás da orelha e chinelinho na ponta do pé, carregadores espapaçados, rapazes de camisa de meia e calça branca bombacha com o corpo flexível dos birbantes, marinheiros, bombeiros, túnicas vermelhas e fuzileiros – uma confusão, uma mistura de cores, de tipos, de vozes, onde a luxúria crescia⁶⁸⁰.

O sentido histórico dos elementos formais, usados tanto por João do Rio quanto por Lima Barreto, já foi bem explorado por Flora Süssekind, em seu conhecido livro *Cinematógrafo das letras*. Neste, a autora explica como o processo de modernização se apresentava na linguagem dos literatos. No primeiro, destacam-se os retratos fotográficos e instantâneos, as personagens-superfícies, uma tomada cinematográfica⁶⁸¹. É, diga-se de passagem, sob esse ângulo que a crônica é conceituada pelo autor adandinado.

A crônica evoluiu para cinematografia. Era reflexão e comentário, o reverso desse sinistro animal de gênero indefinido a que chamam: o artigo de fundo. Passou a desenho e a caricatura. Ultimamente era fotografia retocada mas sem vida. Com o delírio apressado de todos nós, é agora cinematografia – um cinematógrafo de letras, o romance da vida do operador no labirinto dos fatos, da vida alheia e da fantasia – mas romance em que o operador é personagem secundário arrastado na torrente dos acontecimentos. Esta é a sua feição, o desdobramento das fitas, que explicam tudo sem reflexões, e como o século está cansado de pensar, e como a frase verdadeira exata da humanidade na fatura dos casos é o clássico: – já vi! O operador escreve despreocupado, pouco lhe importando que vejam a fita, que a compreendam ou não, ou que tornem a vê-la⁶⁸².

Em Lima Barreto a tessitura narrativa se apropria da técnica jornalística, ajustando-se a uma linguagem seca, rápida e concisa; e recorrendo-se “à redundância como processo estilístico básico”. Esse estilo já tinha sido observado e questionado por amigos e conhecidos do autor. Em *Amplius!*, o romancista comenta sobre a acusação que recebia de seus correspondentes com respeito aos processos jornalísticos que empregava em seus romances. A resposta é direta e consciente, ele diz: “não lhes vejo mal algum, desde que eles contribuam por menos que seja para comunicar o que observo; desde que possam concorrer para diminuir os motivos de desinteligência entre os homens que me cercam”⁶⁸³. O escritor sabia o que estava fazendo, era cômico de sua arte e tinha objetivos muito claros no que tange a ela. Decerto, não deixou igualmente de conceituar a espécie de pequeno relato, e se posicionar a

⁶⁸⁰ Pequenas profissões. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 58.

⁶⁸¹ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

⁶⁸² Introdução. In: *Cinematógrafo*, p. 5-6.

⁶⁸³ *Amplius!* In: *Contos completos*, p. 59.

favor de seu exercício. Sua definição de crônica não encarna a máquina moderna, mas destaca a rapidez, a graça, a futilidade, o mote do dia e o esquecimento como qualidade do gênero.

Não há nada que envelheça tão depressa como o que chamamos ainda nos jornais – humorismo, leveza, graça, etc. Todos os retalhos que recebi deviam ter no seu tempo essas pretensões e como tal serem estimados, mas eu os achei soporíferos. Não sei o que tem o tal gênero folhetim de tão estritamente atual, do momento, do minuto em que é escrito que, passado esse fugace instante, rançam logo e perdem todo o sabor. Considerem que eu já fiz, faço e farei folhetins... Mas...

É gênero que procura sempre o fato ou o acontecimento mais em voga, aquele que mais interessa à futilidade de todos e deve ser cheio de alusões às pessoas e cousas efêmeras, para que o sucesso bafeje. Não podem os rodapés prescindir do vulgar dia-a-dia, não se podem alçar para mais adiante, nem para mais atrás [...] ⁶⁸⁴.

Medeiros, em sua tese de doutorado, mostra como a modernidade e o metajornalismo são elementos importantes na composição literária de Lima Barreto e de João do Rio. No primeiro autor, o estudioso privilegia o livro *Recordações do escrivo Isaiás Caminhas*, explicando como os limites entre literatura e jornalismo são desfeitos no romance. Este seria executado à maneira do jornalismo opinativo, caracterizado pela polêmica, a caricatura e o ataque pessoal. No segundo, focando na análise de algumas crônicas, o pesquisador observa como o cronista dilui as fronteiras entre a ficção, o teatro e o jornalismo. Estas categorias estariam misturadas, uma vez que os textos-reportagens são montados como uma pequena peça, deixando de lado o discurso indireto livre para priorizar o diálogo. Entre os textos examinados estão *O muro privado da vida*, *Os cabotinos* e *Os livres acampamentos da miséria* ⁶⁸⁵.

João do Rio, assim como Lima Barreto, sabia que o gênero crônica era dado à subjetividade. A indefinição e a ambiguidade do artigo breve eram percebidas pelos dois autores. Eles compreendiam que o cotidiano ou o acontecimento atual podia ser mediado pela graça e pelo humor; ou por uma série de imagens, como uma fita de cinema. A vida e os fatos podiam ser revistos em romance, numa perspectiva superficial e veloz. Mas ainda assim, poderiam conter histórias e trazer realidades que tratassem de indivíduos anônimos, bem como de existências e situações coletivas. Nesse raciocínio, não se compartilha a ideia de que

⁶⁸⁴ Velhos “apedidos” e velhos anúncios. In: *Toda crônica*, v. I. p. 376.

⁶⁸⁵ MEDEIROS, Gutemberg Araujo de. *Urbanidade e metajornalismo as matrizes da modernidade: memória textual nas produções de Lima Barreto e João do Rio no início do século XX*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009; e Süsskind, 1987, p. 24

o primeiro cronista era uma figura problemática, porque não se adequava aos arranjos fixados, mesclando os campos da literatura e do jornalismo, como diz Camilotti⁶⁸⁶. Essa combinação faz parte da estrutura da narrativa curta. Ela é definida por sua imprecisão, seu descompromisso formal e temático. “O operador escreve despreocupado”⁶⁸⁷.

Posto isso, vale debater sobre algumas reflexões levantadas por Camilotti. Concorda-se com a autora quando afirma que o escritor adandinado não persegue em sua obra uma essência ou identidade nacional. Também se está de acordo quanto a suas crônicas corresponderem a uma busca do narrador por característicos “estados de alma” ou “formas de vida” que trazem os signos de uma era de decadência, tomada como consequência do avanço civilizatório. E esta época em declínio seria planetária, estando presente nas grandes capitais e metrópoles do mundo, a exemplo de Nova York, Londres, Paris e Rio de Janeiro. A partir disso, se processaria um nivelamento dos sentimentos, dos valores, costumes e gostos.

Todavia, diverge-se da historiadora, quando esta defende que os escritos de João do Rio não possuem um endereço, imperando a sensação de ubiquidade. Suas ideias, nesse caso, não teriam um lugar. Desse modo, ela conclui que os pesquisadores e comentaristas estariam equivocados em tratar os textos do autor como um projeto de documento vivo, procurando enxergar uma denúncia ao progresso, à existência de um tempo antigo justaposto ao moderno, ou a uma determinada impressão nostálgica⁶⁸⁸. É necessário tomar cuidado com essas observações. Num primeiro plano, deve-se levar em consideração não somente a intenção de um escritor qualquer, mas também o que foi registrado sem intuito. Na ficção, um fato é o que o literato diz; outra coisa é o que ele faz. Na perspectiva historiográfica, há sempre numa fonte, seja oficial ou não, aquelas vozes incontroladas e involuntárias de que fala Bloch e Ginzburg⁶⁸⁹. Num segundo ensejo, esse aplanamento literário, que o cronista elabora de cidades, culturas e tempo, não anula as referências históricas e reais de sua obra. A crônica, como prática discursiva, na qual se inserem distintas vozes sociais e pontos de vistas, autoriza inúmeras e possíveis leituras, que são condicionadas pelo narrador e os componentes narrativos⁶⁹⁰. Numa terceira questão, é complicado atribuir uma única lógica ficcional a um autor tão ambíguo e cheio de artimanhas como foi João do Rio.

Com efeito, o escritor foi um defensor e entusiasta do progresso, porém, isso não o impediu de tecer críticas ao ideário e às ações do imperativo civilizatório. Expressou uma

⁶⁸⁶ CAMILOTTI, 2008, p. 131.

⁶⁸⁷ Introdução. In: *Cinematógrafo*, p. 6.

⁶⁸⁸ CAMILOTTI, 2008, p. 129-130.

⁶⁸⁹ BLOCH, 2001; GINZBURG, 2002.

⁶⁹⁰ Sobre crônica como prática discursiva ver CAMPOS, Maria Inês Batista. *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2011. p. 69.

relação afetiva com certos costumes, que apesar de não terem uma origem nacional, foram abrasileirados, assumindo características peculiares. Portanto, discorda-se da compreensão de Camilotti⁶⁹¹ na medida em que ela assevera que os temas e objetos tratados pelo cronista não possuem uma espacialidade. O fato de João de o Rio abordar componentes e eventos sem uma procedência genuinamente brasileira, mas pontuado numa territorialidade recuada no tempo, não elimina as referências locais que os artefatos tematizados vão adquirindo. É o caso, por exemplo, da marionete João Minhoca, analisado no texto *O fim de um símbolo*⁶⁹². Nesta crônica, como a historiadora bem notou⁶⁹³, o narrador data a invenção do fantoche num passado remoto, elencando vários países e regiões que praticavam a arte de animar bonecos: nos “hipogeus do Egito”, em Atenas, Roma, Alemanha, Índia e no teatro islâmico. Contudo, deve-se dizer que se, por um lado, essa ubiquidade nega o títere como elemento pátrio; por outro, não suprime os predicados que vão sendo apropriados aqui no Brasil. Embora a marionete pertença a todos os lugares e tempos, aquele que narra encontra na criação de João Minhoca elementos nacionais. O boneco, criado pelo tipógrafo João Batista Avelle, em 1882, era uma personagem negra e malandra, nascida na Bahia, que morava na freguesia de Santo Antônio, Rio de Janeiro. Com base em tais atributos, o cronista comenta:

Nós tivemos João Minhoca que foi a nossa vida no que ela tinha de pessoal – com as suas rasteiras, os negrinhos malandros, o calão, a ironia despreocupada, e quando já nos habituávamos a perdê-lo também, como temos perdido todas as tradições poeticamente inúteis, eu ia encontrar a face esperta do mariola, fazendo rir as crianças de hoje como fizera rir as de ontem⁶⁹⁴.

Na realidade, João do Rio entrevê as misturas e as circulações que os artefatos culturais possuem. Ele mostra que não existe pureza num determinado objeto, sendo este resultado de muitas culturas e apropriações. Elementos do popular e do universo letrado compõem o teatro de bonecos de Batista, que além de contar com João Minhoca, ainda apresentava outros títeres: a caveira, satanás, uma velha, uma sogra e personalidades literárias, a exemplo de Ceci e D. Diogo da obra *O Guarani*, de José de Alencar⁶⁹⁵.

Vale informar que a figura de João Minhoca seria, depois, assimilada por uma revista homônima, com algumas diferenças. Agora, o fantoche passou a ser representado como

⁶⁹¹ CAMILOTTI, op. cit., p. 183-185

⁶⁹² O fim de um símbolo. In: *Vida vertiginosa*, p. 257-269.

⁶⁹³ CAMILOTTI, 2008, p. 183-184.

⁶⁹⁴ O fim de um símbolo. In: *Vida vertiginosa*, p. 261.

⁶⁹⁵ Ibid., p. 262.

homem branco, letrado e boêmio, frequentador da Rua do Ouvidor. A revista *João Minhoca: teatro alegre de bonecos vivos* foi fundada em 1901, e era de propriedade do artista Belmiro Almeida. A publicação tratava de vários assuntos, dando destaque aos acontecimentos considerados de maior importância, aos eventos teatrais ou de caráter cômico. Colaboravam na revista Raul Pederneira, Olavo Bilac, Artur Azevedo, Guimarães Passos, entre outros. No periódico, João Minhoca tinha personalidade própria, sendo ele mesmo manipulador de bonifrates. Estes eram geralmente pessoas políticas da época, tal qual o Presidente da República, Campos Salles, o Ministro da Economia, Joaquim Murtinho, o Ministro de Obras públicas, Epitácio Pessoa etc. Logo na primeira edição do Semanário, a personagem é apresentada como uma figura de poder: branco, candidato a diretor do Teatro Municipal, autor de peças dramática e cômicas, cabo eleitoral e possível membro da Academia Brasileira de Letras. Portanto, ele aparece na posição de controlador, e não de manobrado⁶⁹⁶.

Por tudo isso, é preciso enfatizar que há sim “um lugar” nas ideias e nas crônicas do literato. O Rio de Janeiro está lá com seus becos e avenidas, em cada nome real que anotou, em cada entrevista que realizou com homens e mulheres reais, nos hábitos e tradições que relatou na capital do país. O carnaval, por exemplo, tem igualmente um caráter universal, que não passou despercebido pelo cronista; mas tal universalidade não eliminou as particularidades da folia carioca. O jornalista perscrutou os bairros populares (Gamboa, Cidade Nova, Saúde, entre outros), relatando os grupos carnavalescos e o seu funcionamento interno, procurando significados em suas variadas denominações, descrevendo a saída dessas associações nos dias de festas, narrando como eram os afoxés e os cordões, avaliando a sua dimensão religiosa e social, assim como as pessoas comuns e celebridades que faziam parte do movimento.

Ainda se diverge de Camilotti, quando afirma que não haveria em João do Rio nenhuma nostalgia ou ambição de retratar o passado, assim como não existiria nenhuma perspectiva de denunciar o progresso⁶⁹⁷. O tom nostálgico pode ser evidenciado em alguns dos textos do escritor. Modelar é a crônica na qual critica o fim de certas tradições no Natal em função da moda dos *réveillons*. Comenta sobre o caráter próprio dos folguedos natalinos, principalmente das atividades dos ranchos e dos presepes, da alegria popular e familiar que se sente no período. Lamenta que não haja mais rabanadas e castanhas durante a festa. Tudo isso teria acabado por causa das viagens, das avenidas e da imitação das festividades

⁶⁹⁶ Sobre a revista, ver FERRARO, Juliana Ricarte. João Minhoca: o periódico humorístico e ilustrado de Belmiro de Almeida, *Cadernos AEL*, Campinas, v. 9, n. 16/17, 2002. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2503/1913>> Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

⁶⁹⁷ Ibid., p. 130.

estrangeiras⁶⁹⁸. É com tristeza que verifica igualmente o fim das serenatas. Os seresteiros estariam perdendo o espaço da rua para os componentes da modernidade. Em vez de vozes cantadas e chorosas, que falavam de amores prometidos, os logradouros entoavam os sons das cornetas e dos *fon-fons* desesperados. O soluçar da viola em face do luar era embaçado pela luz elétrica, a vigilância dos guardas, os automóveis e carros pesados. Consoante o narrador, a música de rua perdia seu local na urbe na disputa com o progresso. E responde à própria pergunta: por que os pobres boêmios e as serenatas estariam morrendo? “Porque a cidade é outra, porque é moda, porque cada bacharel delegado julga um ultraje à civilização tudo quanto não é exatamente igual ao das outras cidades, porque é nossa sina perder tudo quanto é original, para enfronhar, em crises de restocuerdo [sic], tudo quanto é alheio...”⁶⁹⁹

Aliás, a ubiquidade que Camilotti⁷⁰⁰ observa em João do Rio pode ter outra finalidade, que vai além dos esquemas decadentistas inscritos numa dada temporalidade. Hipótese diferente pode ser levantada. Além de se associar à urbe carioca num plano maior, assinalado por uma era em decaimento moral que atingia a todos simultaneamente; havia a necessidade de posicionar a capital da República entre as grandes metrópoles do mundo, tomando-a como uma grande cidade moderna, cosmopolita e civilizadora. O intuito era mostrar o Rio de Janeiro como uma sociedade nova e avançada, com os mesmos problemas, misérias e riquezas que as grandes zonas urbanas da Europa ou dos Estados Unidos. Isso fica claro no trecho a seguir, quando o narrador compara notáveis áreas urbanizadas através dos intensos focos de luzes elétricas. O Rio de Janeiro e sua extensa Avenida Rio Branco são postas como símbolos da modernização tais quais Paris, Berlim e Nova York.

Vinte minutos depois de correr por terra alemã, eu pensava que estávamos nos Estados Unido da Europa. Viajávamos numa iluminação estridente de sol dos trópicos. Era a Avenida Rio Branco, em grande dia. Esse perpétuo incêndio de luz elétrica seguiu toda a noite, até Berlim. E em Berlim, na monotonia exasperante e colossal de sua arquitetura, último grito agonizante da ciência arquitetural – essa mesma luz excessiva, essa iluminação cura de apoteose, causou-me uma espécie de delírio.

O excesso de luz elétrica é a característica das cidades e países novos. É o desejo inconsciente de espantar, de fazer barulho, de berrar o triunfo, hoje quando não há passado. Para se compreender esse fato basta comparar a admirável arte iluminativa de Paris, os noturnos de sombra e luz da divina Roma e as orgias de iluminação de Nova York, de Berlim ou do Rio de Janeiro.

⁶⁹⁸ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 26 de dezembro de 1914, p. 2 (Digitalizado).

⁶⁹⁹ RIO, João do. A morte das serenatas, *Gazeta de Notícias*, 25 de fevereiro de 1907, p. 1-2 (Digitalizado).

⁷⁰⁰ CAMILOTTI, 2008, p. 176-215.

A Alemanha é, como nós, um país jovem. É o único povo jovem da Europa. O seu passado data de Bismarck, “que não teve tempo de fazer ninguém feliz, nem mesmo a si próprio”. A Alemanha quer espantar. A sua cabeça é Berlim. Tudo em Berlim quer espantar – nas casas colossais, nos parques colossais, nos restaurantes colossais, nas ruas colossais, retas, enormes, alargadas, quilômetros e quilômetros, por dilúvios de luz elétrica⁷⁰¹.

O cronista promove intencionalmente uma confusa analogia entres as poderosas nações da época, a fim de incluir o Brasil no curso das grandes potências. Faz isso, tomando como modelo o Rio de Janeiro, e particularmente a Avenida Rio Branco. A luz elétrica, foco de modernidade, embaralha tudo no olhar do narrador, possibilitando que a Alemanha se assemelhe com os Estados Unidos e a capital brasileira ao mesmo tempo. Apresentados como civilizações novas, cujo passado já não mais existe, esses países se voltam para frente através de suas construções colossais. E o excesso de iluminação guiaria os passos. Está claro que o escritor pretende demarcar o Brasil como um espaço de poder e de influência no mundo. A grandeza brasileira e o seu futuro manifesto foram mais de uma vez impressos em suas crônicas, em especial, no período de guerra, como se verá adiante.

É preciso destacar, por fim, que todo o universo temático e estético de João do Rio, embora dê relevo a um mundo aparente e decadentista, remete a certos indícios históricos. A focagem no cotidiano e no microscópio, as reportagens e exposições que fez da sociedade carioca descortinaram vida reais, e não puramente inventadas. A criação e as ideias não se separam dos corpos e nem da materialidade.

O conjunto de sua obra aponta para aspectos singulares do Brasil, no período republicano. Nessa base, Prado comenta que o cronista é um testemunho fundamental para entender a pobreza e as mazelas provocadas pelo decurso industrial no país, durante os primeiros anos da República brasileira⁷⁰². O'Donnell caminha na mesma chave, ao afirmar que o escritor, com seu “temperamento etnográfico”, refletia sobre a cidade carioca e as suas transformações, dando destaques aos componentes sensíveis da urbe: os ritmos, os sentidos, os pormenores, as relações e as intersubjetividades que circulavam nas ruas e vielas. Tal qual o antropólogo, o cronista elaboraria uma literatura crítica e descritiva, pondo-se como um estranho em seu próprio ambiente. Mas que isso, ele seria mesmo a encarnação de sua época, pois sua biografia mimetizaria o giro histórico e estético à sua volta. Sua personalidade ambígua, o uso de vestimentas coloridas e bem talhadas, o chapéu de bico e o monóculo que

⁷⁰¹ RIO, João do. A propósito da recepção imperial do nosso Ministro em Berlim. *Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1914, p. 2 (Digitalizado).

⁷⁰² PRADO, 1983, p. 70.

portava, seus jeitos finos e delicados corresponderiam à própria imagem do Rio de Janeiro, com suas oscilações entre o antigo e o moderno, com suas riquezas, miséria e outros tantos paradoxos⁷⁰³.

Bem diferente era Lima Barreto, que evitava a casaca e os ambientes luxuosos. Gostava de lugares mais humildes e criticava as pompas teatrais, que açulavam distinções sociais e acanhavam os pobres. Vestia-se sem as medidas justapostas, com roupas amassadas e todo desgrenhado. Todavia, sua indumentária não era apenas um reflexo de pobreza ou sofrimento. Era uma postura política. Sua desordem aparente era uma manifestação de resistência ao universo mundano e elegante das elites. Em contraposição à figura perfumada e adandina de João do Rio, Lima Barreto incorporava o homem revoltado, encarnando com a ironia de seu vestuário as contradições do Rio de Janeiro. Vestia-se mal para deixar vexada a fina-flor carioca.

Demais, visto-me mal, lamentavelmente mal, quase mendicante; nunca tenho roupas – de modo que jamais estou em estado sofrivelmente binocular, para acotovelar as elegâncias que se premem nos nossos teatrinhos.

Não julgo que amo a piedade; não sofro miséria, não, e vivo bem. É um feitio esse de ser; é a minha *pose*...⁷⁰⁴

Com efeito, os dois escritores, seguindo ponto de vistas e experiências diferenciadas, patenteiam o período republicano. Cada um representa as facetas e as sensibilidades de seu tempo. Suas vidas e seu fazer literário são ladrilhos que deixam vislumbrar os diversos brasis, quer no campo político institucional; quer na esfera cotidiana, dos micropoderes e das múltiplas e pequenas resistências. Os dois autores, como homens modernos e urbanos, são passantes da cidade e seus labirintos. Um, com trajes refinados, e o outro, num estilo desgongado andavam nos círculos da cultura burguesa e da cultura popular, compartilhavam os espaços e as conversas com as classes pobres, endinheiradas e intelectuais da capital do país. Ambos mostraram o anverso e o reverso da República, numa perspectiva em que o alto e o baixo se cruzam. Nem sempre João do Rio se posicionou a partir de cima, agindo, em certas situações, como um “radical de ocasião”, notado por Cândido⁷⁰⁵. E nem sempre Lima Barreto focou a base de modo empático, criticando, por exemplo, as modinhas do carnaval popular. Tinha igualmente uma visão burguesa. Apesar de sua postura contra a ostentação modernizadora da ordem vigente, não se isentava de certos gostos e prazeres

⁷⁰³ O'DONNELL, Julia. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁷⁰⁴ Uma coisa puxa outra...I. In: *Toda crônica*, v. I, p. 68.

⁷⁰⁵ CANDIDO, 2007, p. 82.

elitizados. “Nasci pobre, mas gosto de mármore, estátuas, quadros e tapetes. Tenho direito a isso pela minha educação e instrução. O que elas transformaram na minha natureza, a culpa não é minha; é daqueles que, com sacrifício e generosidade, me trouxeram”⁷⁰⁶.

3. *Verba volant; scripta manent!*⁷⁰⁷

Tanto Lima Barreto quanto João do Rio testemunharam, durante as primeiras décadas da República brasileira, acontecimentos significativos na esfera nacional e no âmbito internacional, a exemplo da Revolta da Vacina, em 1904; da Grande Guerra Mundial, de 1914; do movimento e das greves operárias de 1917 a 1919. Em nenhum desses momentos, tais ficcionistas detiveram as suas penas e pegaram em armas; nenhum deles saiu às ruas ao lado do povo contra as forças repressivas: institucionais e governamentais. Todavia, isso não impediu uma visão crítica e um contundente apoio às classes marginalizadas. Seus projetos estéticos não se deslocaram para a ação revolucionária, mas não deixaram de ter igualmente um caráter militante. A pena era o próprio instrumento bélico.

Em face do conflito europeu, Lima Barreto e João do Rio se posicionaram, por motivos diferentes, contra a Alemanha. Os autores aderiram à Liga Brasileira pelos Aliados, fundada em 7 de março de 1915, sob a presidência de Rui Barbosa. A entidade contou com a participação de parte da imprensa do Rio de Janeiro, a exemplo do *Jornal do Comércio*; e com a adesão de nomes expressivos da elite intelectual da época: José Veríssimo, Graça Aranha, Olavo Bilac, Manuel Bonfim, Coelho Neto, Medeiros e Albuquerque etc. A instituição defendia a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Estados Unidos; e iniciou uma empreitada contra o então ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, que era de origem alemã e visto como simpatizante do *Kaiser* Guilherme. A participação dos romancistas num mesmo órgão mostra que seus caminhos não estavam em situações necessariamente opostas, haveria alguns cruzamentos e semelhanças durante as suas vidas.

Lima Barreto, porém, não permaneceu por muito tempo no movimento, que só foi extinto em 1919. Confessa, na crônica *São capazes de tudo...*, que embora não fosse patriota, desejou a derrota do país germânico, exatamente porque este era vaidosamente nacionalista e belicoso. Para ele, o patriotismo era uma ideia intolerante, uma ferramenta na mão de

⁷⁰⁶ Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio. In: *Toda crônica*, v. II. p. 228.

⁷⁰⁷ “As palavras passam; os escritos permanecem!”. A frase em latim foi registrada por João do Rio na introdução de seu livro *Psicologia urbana*. Ver. RIO, João do. Amável leitor... In: *Psicologia urbana*. p. 37.

burgueses para explorar as massas em seu benefício, matando, saqueando e acumulando tesouros. Comentava que o sentimento patriótico guardava emoções exclusivistas e agressivas, afetando o fortalecimento de uma solidariedade que abarcasse toda a espécie humana. Defendia que o país deveria manter uma posição neutra no conflito. O apoio da Liga ao ingresso dos Estados Unidos e do Brasil, na batalha, foi o motivo para o rompimento do literato. Em sua concepção, essa aderência mostrava o quanto os intelectuais e o governo brasileiro eram caudatários da política estadunidense.

Demais, não podia continuar a dar o insignificante apoio do meu nome a uma associação, a tal Liga, quando os Estados Unidos da América do Norte entraram na guerra, com aquela arrogância e ares de mata-mouros que lhes são próprios.

Desprezando, por ora, todas as razões de ordem pessoal que julgo sinceramente e perfeitamente legítimas, os meus motivos para detestar semelhante país eram os mesmos que eu tinha para querer o aniquilamento político da Alemanha.

A sua vaidade patriótica, os seus processos cavilosos e dúplices com os mais fracos, o seu amor ao *Kolossal*, a sua estúpida concepção de domínio político ao jeito do defunto Império Romano, a meus olhos, faziam da república de Washington um equivalente americano da Alemanha de Bismarck⁷⁰⁸.

O autor era contra o combate por este acirrar a ambição mercadológica, e promover o assassinato de milhares de pessoas, assim como a demolição de cidades, monumentos e as recordações do passado. Nesse sentido, afirma a falência da guerra como instrumento para solucionar as questões dos Estados e impor inovações generosas. Ela não teria modificado a mentalidade dos dirigentes e nem os seus contíguos clientes⁷⁰⁹. A suposta paz travada entre as nações beligerantes e vencedoras só aumentaria o rancor e o desejo de vingança dos povos perdedores. E isso levaria a nova chacina e destruições. Outras batalhas, portanto, seriam inevitáveis, porque o espírito que regia a violência armada tinha sementes e colheitas capitalistas⁷¹⁰. Debatia-se contra o argumento de que a guerra era uma manifestação de energia e um fator de progresso. Isso seria uma falsa ideia, que levava à admiração do crime, dos grandes assassinatos e da pirataria⁷¹¹.

Já João do Rio aderiu ao discurso nacional de modo mais acentuado, dando o seu apoio à admissão do país na guerra. Afirmava que o conflito iria fortalecer o espírito cívico

⁷⁰⁸ São Capazes de tudo. In: *Toda crônica*, v. I. p. 446.

⁷⁰⁹ A guerra faliu. In: *Toda crônica*, v. I. p. 513-515;

⁷¹⁰ As lições da Grande Guerra; A missão dos utopistas. In: *Toda crônica*, v. I. p. 537-542; 545.

⁷¹¹ Reflexões. In: *Toda crônica*. v. I. p. 127.

dos brasileiros. Apesar de não ser membro da Liga de Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac, Miguel Calmon e pelo jurista Pedro Lessa, não era estranho aos seus ideais. O grupo advogava pelo culto do patriotismo, pela obrigatoriedade do serviço militar, pela conservação do idioma nacional, a propagação de atividades esportivas, o combate ao álcool, à vagabundagem e à dissolução dos costumes. Bilac, entusiasmado com essa aliança, viajou por todo o país fazendo conferências e evocando os jovens para a luta. João do Rio, por seu lado, participou da campanha do alistamento militar⁷¹². No artigo *Mobilização urgente*, de 1917, o cronista comenta sobre o êxito da instituição, mas reclama de sua lentidão para proporcionar uma ação direta na vida nacional. Apela para o nacionalismo, o clero e as mulheres a fim de mobilizar os jovens e todas as classes para a grande batalha, criticando a indiferença dos cariocas e dos operários que viam no conflito a vitória do capitalismo. Para o autor, dos escombros da guerra atual surgiria a base de uma nova democracia. Termina seu texto declarando que não desejava fazer literatura, pois isso seria ridículo no momento ameaçador em que se vivia. Antes buscava falar de modo que todos entendessem, atingindo todos os “corações”⁷¹³.

Na realidade, João do Rio nunca deixou de exercer a literatura. Esta não era só uma vontade pessoal, era igualmente um meio de sobrevivência. Com aquela afirmação, queria expressar um anseio por uma linguagem mais combativa e direta. Pretendia escrever de modo imediato, tocando no espírito da maioria dos brasileiros. Desejava, portanto, militar com as palavras.

Na crônica *Literatura, pátria, política, etc.*⁷¹⁴, o autor defende o entusiasmo de Coelho Neto na Câmara, quando pregava sobre a nacionalização do Brasil. Ao mesmo tempo, censurou os deputados que viam no movimento dos intelectuais e escritores uma “mera questão de literatura”. Mas do que simples conferência, o cronista acreditava que a voz do escritor ajudaria na ressurreição nacional e na superação do abatimento moral do brasileiro. Tinha um conceito de guerra de clara influência nietzschiana, considerando-a como um evento que gera a “transmutação de valores”, uma “horrível tragédia transformadora”, que assegura o rejuvenescimento da raça, o estado democrático, a ousadia e a vida dos homens⁷¹⁵. É nesse raciocínio que aprova atitude de Portugal de enviar vinte mil soldados portugueses

⁷¹² RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: vida, paixão e obra*. Rio de Janeiro: Organização Brasileira, 2010. p. 219.

⁷¹³ RIO, João do. *Mobilização urgente*. *O Paiz*, 14 de abril de 1917. p. 1 (Digitalizado).

⁷¹⁴ Id. *Literatura, pátria, política, etc.* *A Rua*, 24 de outubro de 1915. p. 2 (Digitalizado).

⁷¹⁵ Id. *Portugal na guerra*. In: *No tempo de Wenceslau...* p. 142-150.

para combater na África, e de fornecer canhões à Inglaterra, ingressando em seguida na peleja ao lado dos aliados⁷¹⁶.

O cronista apoiou a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, incitando um trabalho de propaganda para acender o nacionalismo no povo; e medida de preparo militar, como a existência de linha de tiro de cem homens em cada município brasileiro. Acreditava que o país ocuparia um papel central no conflito internacional, não sendo apenas um simples auxiliador. O futuro grandioso e assegurado da nação estaria em sua qualidade geográfica e demográfica. “Nós somos nós: um grande país de trinta milhões de habitantes que tem de ser uma grande potência. As condições geográficas, que formam sempre a diretriz da política externa, em qualquer situação nos fazem primeiros americanos depois latinos”⁷¹⁷. Cria que a entrada na peleja era necessária e fundamental para defender o Brasil, que estaria com a sua liberdade e seu território ameaçados.

João do Rio tinha uma noção mais abstrata de patriotismo, como um sentimento superior e aplanado, que se manifestava nas almas e no tempo dos homens. Ele estaria ligado a um projeto mais amplo e nacional, que ultrapassava a cobiça e o egoísmo individual. O civismo é apresentado como uma vibração subconsciente e instintiva da espécie humana. Seria uma afeição natural que forçaria uma entrega pessoal em prol da coletividade e da generosidade. Era uma doação e um sacrifício sem interesses lucrativos. Tal espírito, capaz de unir povos e raças, deveria solidarizar os brasileiros e portugueses em oposição à perigosa Alemanha⁷¹⁸. Foi assim que o escritor recorreu à juventude carioca, convocando-a para a “união sagrada”. A força do ideal coletivo e nacional promoveria o máximo desenvolvimento da pátria; tal qual a criação de um homem novo e de uma raça nova, poderosos para realizar o que desejar⁷¹⁹. Com o ideário cívico, a mocidade iria se preparar, fortalecendo o seu físico, vigorando a sua mente, adquirindo disciplina. A nação se constituiria de homens saudáveis cujas características seriam a resistência, a agilidades e a força, acabando com o julgamento da incapacidade racial dos brasileiros⁷²⁰. Nota-se nessa concepção de patriotismo um preceito eugênico, ou seja, o orgulho nacional levaria a um melhoramento racial, à renovação e energia dos povos.

João do Rio, no entanto, reconhecia os grandes males provocados pela guerra mundial; e não era alheio às causas econômicas e industriais que acaloravam o conflito. Condenava,

⁷¹⁶ Id. Sem título. *Gazeta de Notícias*, 06 de outubro de 1914. p. 2 (Digitalizado).

⁷¹⁷ Id. O Brasil em estado de guerra. *O Paiz*, 30 de outubro de 1917. p. 1 (Digitalizado).

⁷¹⁸ Id. *Sésamo*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917. p. 175-195.

⁷¹⁹ Id. A mocidade. *O Paiz*, 03 de novembro de 1917. p. 1 (Digitalizado).

⁷²⁰ Id. Simples explicações. *O Paiz*, 12 de novembro de 1917. p. 1 (Digitalizado).

assim como Lima Barreto, o tratado de paz imposto à Alemanha. E dizia que o acordo, cheio de restrições e proibições severas, traria em sua essência uma guerra futura⁷²¹. Mas qual era o papel da ficção e dos literatos nesse contexto tão turbulento que se configurou entre 1914 e 1918?

A crônica, para os dois autores, não expressava só o que estava em voga, ou os acontecimentos presentes. Era uma escrita de denúncia e uma manifestação de esperança. Era uma tarefa de crítica e resistência intelectual. Um documento consciente ofertado para os pesquisadores que virão.

Na nota introdutória do livro *Adiante!*⁷²² João do Rio comenta a função da literatura como uma linguagem de ação e uma “voz guiadora”. Segundo o jornalista, a guerra gerou uma transformação no mundo do livro, uma convocação para que os escritores imprimam sua opinião.

A guerra produziu no mundo do livro a transformação da ficção em ação. A arte fez-se voz guiadora ou comentário ardente. Quantos pensam e amam foram obrigados a dizer seus sentimentos na crise formidável do mundo, da qual sairá uma nova civilização.

Os livros que tratam da guerra são feitos de aspectos instantâneos da grande hora. Este livro é também um livro de esperança e de fé. É assim a documentação de um esforço esparso no jornal e na palavra, pela grandeza do Brasil.

Publicado ainda sob a expectativa e a tensão da situação presente, o escritor deixa entrever o seu entusiasmo patriótico, na crença comum de um Brasil que há de ser grande. O próprio título do livro, a exclamação *Adiante!*, remete a um estímulo para se seguir em frente, num sentido que pode aludir ao militar e igualmente ao progresso. Em outro momento, na conferência *O Brasil na guerra*, o cronista censura os brasileiros que apenas veem interesses particulares no combate bélico, afirmando que haveria coisas que farão o assombro dos historiadores futuros. Novamente fala que os escritores são forçados a tomarem a sua pena a fim de se posicionar em relação à batalha⁷²³.

Não é a primeira vez que o autor faz referência ao estudioso da história. Na coletânea *Pall-Mall Rio: o inverno mundano de 1916*⁷²⁴, ele escreve:

⁷²¹ Id. O espírito das condições preliminares da paz. *O Paiz*, 17 de junho de 1919. p. 3-4 (Digitalizado).

⁷²² RIO, João do. *Adiante!* Porto/Rio de Janeiro: Chardron, Francisco Alves, 1919.

⁷²³ *Ibid.*, p. 119.

⁷²⁴ RIO, João do. *Pall-Mall Rio*, p. 7.

Sou da opinião de que para exprimir a metafísica e a ética da cidade só um livro seria completo: o que desse uma lista de nomes de cuja influência dependessem os pequenos fatos frívolos – que são os únicos importantes. E esse livro não seria apenas para a meditação filosófica. Seria também o espelho capaz de guardar imagens para o historiador do futuro.

Não se pode dizer que haja no cronista uma intenção de fabricar uma literatura documental, de forma sistemática e contínua. Seu fazer ficcional não se reduz ao representativo histórico. Porém, não se pode negar que existe também um objetivo testemunhal nos seus escritos. João do Rio escrevia pensando no investigador vindouro. E tinha consciência de que o gênero crônica, abordando os eventos miúdos, era capaz de remontar às teias do passado. Os “fatos frívolos”, as “tolices” sociais guardavam imagens dos homens e do tempo. Por isso, olhava como um estudioso de sua época, procurando com a descrição e uma dose de imaginário anotar os tipos da cidade, os costumes e hábitos da população pobre e das camadas ricas e elegantes. Fazendo uso do artifício literário, buscava atingir a certas verdades.

Na nota introdutória de *Vida Vertiginosa*, o autor revela o caráter de registro e de testemunho que qualifica a sua produção ficcional. Nela, mostra que seus textos-documentos não se orientam a determinado livro, mas ao conjunto de seus escritos, embora alguns de seus trabalhos atendam com mais intensidade essa finalidade histórica. A crônica, uma escrita em vestígios, trata também de vestígios. E é sob essa forma e esse conteúdo que o narrador constrói sua análise da época, contribuindo para os curiosos e os investigadores sociais.

Este livro, como quantos venho publicando, tem a preocupação do momento. Talvez mais que os outros. O seu desejo ou a sua vaidade é trazer uma contribuição de análise à época contemporânea, suscitando um pouco de interesse histórico sob o mais curioso período da nossa vida social que é o da transformação atual de usos, costumes e ideias. Do estudo dos homens, das multidões, dos vícios e das aspirações resulta a fisionomia característica de um poço. E bastam às vezes alguns traços para que se reconheça o instante psíquico da fisionomia. É possível acoimar de frívola a forma de tais observações. Nem sempre o que é ponderado e grave tem senso. E o pedestre bom senso, de que a ciência é prolongamento, sempre aconselhou dizer sem fadiga o que nos parece interessante...⁷²⁵

Esse tato histórico é notado nos retratos e nos pormenores que o cronista tira da sociedade carioca, em seus diversos matizes. É sempre com o olhar do investigador e da perscrutação que desenha e pinta a cidade. A vida e a atividade cotidiana, os pequenos fatos e

⁷²⁵ RIO, João do. *Vida vertiginosa*, p. 5.

gostos populares são frequentemente associados ao cognoscível. Dalí se pode compreender a mentalidade e as redes mais profundas que costuram os indivíduos no tempo e no espaço. Pode-se também apreender uma psicologia urbana, na qual se verifica os “estados d’alma” da coletividade e do homem citadino. É desse modo que João do Rio opera, analisando os tatuadores, a poesia popular, os tipos de profissão, as variadas religiões, as festas urbanas, os versos de presos, os chás e as visitas etc.

Assim, comenta que com as tatuagens no Rio se poderia fazer “o mais variado estudo da crendice”, reconstruindo “a vida amorosa e social de toda a classe humilde, a classe de ganhadores, dos viciados, das fúfias”. A partir dessas insígnias corporais se conhece a “história das paixões”, porque elas aludiriam às aspirações, às horas de ócio, à religiosidade e à fantasia. Para o escritor, a marca da pele exterioriza a alma dos homens e das mulheres⁷²⁶. É igualmente do ponto de vista do pesquisador que afirma que o poema e os cânticos populares são “o contínuo epítome da história”. “Cada nação moderna pode esquivar século da sua vida sentimental, política e artística, apenas com uma coleção de cantigas”⁷²⁷. Observando as rápidas transformações urbanas, explica que ainda não se avaliou bem as mudanças que os novos hábitos têm provocado na sociabilidade da cidade, mostrando como o costume de tomar chá foi substituindo a tradição de tomar café, alterando todo um universo mundano e cultural.

Com efeito, fica claro, através das notas introdutórias dos livros, que existe uma pretensão do autor de compor suas crônicas de sentido histórico, atribuindo-lhes de alguma maneira um caráter documental. Mas isso não tira o valor estético de seus textos. Verifica-se mesmo que João do Rio tinha um objetivo de historiador, em alguns de seus trabalhos, buscando a veracidade dos acontecimentos por meio de uma descrição “fiel” do que via e registrava. A lógica era inventar sem mentir, ficcionalizar sem deixar de falar a verdade. Foi nesse raciocínio que escreveu *As religiões no Rio*, um esforço de levantar o mistério da crença na capital da República:

Não é um trabalho completo. Longe disso. Cada uma dessas religiões daria farta messe para um volume e revelações, *eu apenas entrevi a bondade, o mal e o bizarro dos cultos, mas tão convencido e com tal desejo de ser exato* que bem pode servir de epígrafe a este livro a frase de Montaigne: *Ceci est un livre de bonne foi*⁷²⁸.

⁷²⁶Os tatuadores. In: *A alma encantadora das ruas*. p. 63.

⁷²⁷A musa das Ruas. In: *A alma encantadora das ruas*. p. 235.

⁷²⁸Nota introdutória. In: *As religiões no Rio*, p. 15-16. O primeiro grifo é nosso; o segundo, a frase em francês, foi feito pelo autor.

Enfim, no livro *Psicologia urbana*⁷²⁹, uma coletânea de conferências, o cronista explica os motivos que o levaram a publicar a compilação. Uma frase em latim: “*verba volant; scripta manent!*”, cuja tradução é “as palavras passam; os escritos permanecem”, sintetiza o objetivo do narrador. Considerando suas palestras um pequeno estudo dos “estados d’alma” urbana do Rio de Janeiro, pretendia com a coleção evitar o esquecimento e assegurar na memória um trabalho de sondagem psicológica da cidade, pois “um leitor vale mais que cem ouvintes”. Estes, terminada a exposição, já não se lembram do que disse o conferencista, deixando esvair as palavras soltas no ar; aquele que lê, porém, exige o registro e mastiga com cautela os fatos na forma de verbos e vocábulos. A materialização das observações do cronista, em texto, permite igualmente a sua realização em história.

Em Lima Barreto essa consciência historiográfica é bastante evidente, porque o romancista sempre fez de seu trabalho uma atividade de resistência e de denúncia. Em várias crônicas expôs o seu conceito de literatura e a sua responsabilidade social como homem de letras. Ele não poupou nenhum literato que buscava na ficção um meio de ascensão, fazendo de sua arte um espetáculo beletrista. Atacou nomes como Coelho Neto, Machado de Assis, Afrânio Peixoto, inclusive João do Rio. O caráter combativo de sua escrita foi comumente intencional, era um projeto de vida e de luta. Candido comenta que a literatura de Lima Barreto, voltada para o desmascaramento da sociedade e a análise das próprias emoções, tornou-se um material cabível enquanto testemunho e reflexão. Sua militância e empenho pessoal, que canalizou todo o sentido existencial do escritor, produziu uma literatura que pende entre a “pureza documentária” e a “elaboração fictícia”⁷³⁰.

Lima Barreto criticou não apenas o sistema político, mas inúmeras personalidades poderosas e órgãos institucionais: a educação universitária, as estruturas de poder, os ministérios da guerra e da agricultura, as políticas de saúde pública, os planejamentos urbanos etc. Porém, sua mais incisiva censura era em relação ao preconceito racial que imperava na República, condenando *a priori* o negro nas suas capacidades intelectuais. Dedicou grande parte de sua produção textual no combate ao racismo, expondo como ele estava presente nas diversas camadas sociais e nas diferentes idades. Teve a sensibilidade de mostrar como as crianças e os idosos eram vítimas da discriminação pela cor, confeccionando na fantasia possibilidades de reagir e de pelejar.

⁷²⁹ Amável leitor... In: *Psicologia urbana*, p. 37.

⁷³⁰ CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

O autor não compreendia uma literatura que não fosse também uma escrita capaz de ação e mobilização. Recriminou uma ficção que cultuava os dicionários e se resumia em elucidar os estados d'alma das meninas de Botafogo ou de Petrópolis⁷³¹. A palavra devia ser um instrumento artístico para difundir as “grandes ideias do tempo”; e um veículo a fim de atender “a ânsia de infinita justiça”. O papel do literato, por sua vez, era de difusor, devendo ser “um semeador de ideias”, “um batedor do futuro”. Sua voz deveria encontrar eco no clamor dos humildes, das vítimas da brutalidade burguesa. Lima Barreto defendia uma literatura militante, preocupada com as causas políticas, sociais e morais da humanidade⁷³². Pensava em termos universais, do gênero humano; por isso, nunca se interessou em escrever em nome de uma nacionalidade ou de princípio patriótico. Cria que a missão literária era “comunicar uma alma com as outras”⁷³³, ligando-as fortemente, intensificando os laços de solidariedade em prol da felicidade.

Prado mostra, de maneira significativa, certa discordância no pensamento estético de Lima Barreto. O crítico literário explica que ao mesmo tempo em que o escritor tenta construir uma literatura militante, voltada para o cotidiano e a ação; ele desemboca para um solidarismo piedoso e para o campo de categorias abstratas: Deus, o mistério, o universo, a terra. Estes aspectos vagos e divinatorios afastariam radicalmente da luta por justiça e igualdade que o seu projeto artístico procurava expressar. Tal solidarismo tenderia à passividade, manifestando-se como lenitivo que termina por aceitar a ordem das coisas. Essa resignação, mesclada com inconformismo, estaria presente nas personagens principais como Isaias Caminha, Policarpo Quaresma e Gonzaga de Sá. Lins também observa uma inércia nas figuras barretianas, verificando variação de dois temas fundamentais em seus livros: o ilhamento e a inoperância dos atos de cada ser fictício⁷³⁴.

O escritor considerava o fazer literário uma tarefa nobre ou um sacerdócio. O literato, então, deveria corresponder a sua profissão com sacrifício e dignidade. Escrever era um ato de fé. Aquele que escreve jamais deveria rebaixar a sua arte para agradar aos ricos. Os grandes homens de letras saberiam morrer de fome, mas não se sujeitariam à satisfação burguesa, utilizando de uma linguagem adocicada e de estilo superficialmente brilhante⁷³⁵. Lima Barreto não somente pensava sua atividade artística conforme tal parâmetro; ele viveu dessa maneira, buscando praticar o que definia como destino literário, desagradando figuras poderosas por

⁷³¹ Qualquer coisa. In: *Toda crônica*, v. I. p. 89.

⁷³² Literatura e política. In: *Toda crônica*, v. I. p. 304.

⁷³³ Histrião ou literato? In: *Toda crônica*, v. I. p. 319.

⁷³⁴ PRADO, Arnoni Antonio. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1976; LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

⁷³⁵ Histrião ou literato? In: *Toda crônica*, v. I. p. 319.

seu ideal de literatura. Não pretendia ganhar dinheiro ou adquirir fortuna com a sua arte, mas desejava o reconhecimento merecido de seus pares. Por tal razão, procurou entrar na Academia Brasileira de Letras (ABL) por três vezes, desistindo da vaga na terceira tentativa. “Não quero aqui fazer a minha biografia; basta, penso eu, que lhe diga que abandonei todos os caminhos, por esse das letras; e o fiz conscientemente, superiormente, sem nada de mais forte que me desviasse de qualquer outra ambição”⁷³⁶.

A concepção de arte barretiana recebeu influência das ideias de Taine, Brunetière, Jean-Marie Guyau, Tolstoi e Carlyle, entre outros. O literato, a partir desses pensadores, defendia que a beleza estética está amarrada a uma língua inteligível, a “substância da obra”, ou seja, o que ela transmite: o seu conteúdo. Aliás, a inteligência e a capacidade de comunicação são fatores que fundam o ideal artístico de Lima Barreto. A linguagem, unida à compreensão da existência e a difusão do pensamento, fortaleceria os laços humanos, expondo as dores e as angústias que cercam todos os indivíduos. Um fazer literário, que carregasse tais atributos, estaria contribuindo para felicidades e a ligação de todos. Suas bases estariam fincadas na sinceridade e honestidade⁷³⁷. Enfim, sua percepção de arte se encontra bem delineada no texto *Amplius!*⁷³⁸, em especial, num trecho bastante conhecido, que vale a pena citar aqui em função do seu caráter sintetizador:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm em comum e dependente entre si.

[...]

Não desejamos mais uma literatura contemplativa, o que raramente ela foi; não é mais uma literatura plástica que queremos, a encontrar beleza em deuses para sempre mortos, manequins atualmente, pois a alma que os animava já se evoluiu com a morte dos que os adoravam.

Não é isso que os nossos dias pedem; mas uma literatura militante para maior glória da nossa espécie na terra e mesmo no céu.

⁷³⁶ Esta minha Letra... In: *Toda crônica*, v. I. p. 90.

⁷³⁷ Um trabalho excelente sobre as influências intelectuais de Lima Barreto, e o seu conceito de literatura, encontra-se em OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Unesp, 2011.

⁷³⁸ *Amplius!* In: *Contos completos*, p. 58-59.

É expressiva a forma como é concebida a atividade do autor: o comunicar não é indiferente à criação. “Conforme a inspiração própria”, o escritor deve usar todos os gêneros literários possíveis, sem fixar ou prender em velhas regras, deve empregar processos jornalísticos e outros métodos por uma literatura que não seja plastificada, mas ativa e transformadora.

O conceito de literatura de Lima Barreto, que envolve imaginário, criação artística e ação, permitiu a elaboração de uma narrativa intencionalmente entranhada de história⁷³⁹. Os acontecimentos, com os seus múltiplos desdobramentos culturais e materiais, estão imersos conscientemente nos seus enredos e intrigas, participando como elemento formal. Isso pôde ser visto na análise do conto *O moleque* (capítulo 3), quando se observou os muitos significados da vestimenta carnavalesca de diabinho. A fantasia remete a uma realidade da cultura popular de fim do século XIX e começo do XX, mas as tintas literárias reforçam as cores e os traços da indumentária para explorar as possibilidades de resistência contra o preconceito racial. Nesse movimento artístico a história e a utopia se enlaçam. Conforme o literato, a arte da escrita deveria se apoiar e ter como limite “as reações sociais e a sociedade”, não recorrendo a abstrações em demasia. Lima Barreto comenta: “um escritor cuja grandeza consistisse em abstrair fortemente das circunstâncias da realidade ambiente, não poderia ser – creio eu – um grande autor. Fabricaria fantoches e não almas, personagens vivos”⁷⁴⁰. Somente se apoiando na verdade e nas condições materiais da existência, a literatura se tornaria fonte para o esclarecimento do destino humano. Aí está a sua força utópica.

Botelho explica que para cumprir sua missão literária, Lima Barreto provoca, briga, coleciona implicâncias, volta-se para o anarquismo. E tudo isso se expressa porque a sua literatura está “destinada a contribuir para a compreensão dos acontecimentos do presente e, porque não, do passado, a fim de ajudar ao leitor a construir uma sociedade mais justa e igualitária”⁷⁴¹. Para o romancista, a história e a memória, mais do que documento do vivido, eram usadas como ferramenta de batalha para expor a barbárie das classes dirigentes, seja republicana ou monarquista. Via o passado como elemento ativo no presente, configurando-se nas formas de regras e prejulgamentos: “ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás-moças e mucamas, que regulam as ideias da nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado,

⁷³⁹ Conforme Botelho (2001, p. 185), que analisou o inventário da biblioteca de Lima Barreto, a “Limana”, havia em torno de 63 livros sobre história na posse do escritor. Os temas variavam entre conhecimentos gerais e do Brasil. Existiam obras sobre a história da França, Inglaterra, Roma, Itália, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Oriente, América, Grécia Antiga, Idade Média e Pré-história. Existiam também no seu acervo Histórias do Brasil de Southey, Frei Vicente do Salvador e Matoso Maia.

⁷⁴⁰ Uma fita acadêmica. In: *Toda crônica*, v. I. p. 578.

⁷⁴¹ BOTELHO, op. cit., p. 72.

daqui, dali, dacolá, que governa, não direi as ideias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado”⁷⁴².

É preciso chamar a atenção para o fato de o romancista ser um colecionador de fontes jornalísticas e de revistas antigas. De um conjunto de periódicos, tirava vários retalhos e notas, que diziam respeito à história de vida de pessoas humildes, a anúncio de leilão de escravos, a episódios políticos e à ciência popular. Guardava com cuidado essas informações, fazendo anotações e registrando as datas de publicação. Na crônica *Velhos “apedidos” e velhos anúncios*⁷⁴³, Lima Barreto comenta sobre a importância de se construir o passado a partir dos artigos de jornais, de suas pequenas notícias e de seus diminutos relatos. Aliás, o cronista conta, com alegria, que recebeu de um amigo de sua vizinhança uma porção de folhetins e anúncios de diversas épocas, visto que esse tipo de documentos guardava peculiaridades do Brasil e, principalmente, do Rio de Janeiro, a exemplo de bons e maus costumes.

Assim sendo, compartilhava com João do Rio uma compreensão histórica que valorizasse os eventos pormenores, uma vez que estes seriam fundamentais para modificar ou construir a existência coletiva ou individual. No romance inacabado *Cemitério dos vivos*⁷⁴⁴, o romancista deixa clara tal definição: “mas do que os grandes acontecimentos, na nossa vida, são os mínimos que decidem o nosso destino; e esses pequenos fatos encadeados, aparentemente insignificantes, vieram influir na minha existência, para a satisfação e para o desgosto”.

Os registros selecionados pelo autor eram usados para compor os romances e as crônicas, sendo geralmente mergulhados na narrativa. Nesse jogo, a realidade e a ficção se embaralham, deixando as fronteiras entre falso e verdadeiro ainda mais frágeis. Entre esse material, encontra-se uma nota da *Revista D’o Tempo*⁷⁴⁵, de 1894, cujo assunto será utilizado no enredo do livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*⁷⁴⁶, publicado pela primeira vez em 1911. O fragmento narra a história de uma criança que ficou famosa durante a Revolta da Armada, movimento no qual algumas unidades de marinheiros se rebelaram contra o governo de Floriano Peixoto, em 1893. O jovem se chamava Artur José dos Santos, mas era conhecido

⁷⁴² O convento. In: *Toda crônica*, v. I. p. 100.

⁷⁴³ Velhos “apedidos” e velhos anúncios. In: *Toda crônica*, v. I. p. 376-377.

⁷⁴⁴ BARRETO, Lima. *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naif, 2010. p. 162.

⁷⁴⁵ Os papéis pessoais e a coleção de recortes de Lima Barreto se encontram microfilmados e estão disponíveis na Biblioteca Nacional. Ver Álbum de recortes de jornais e revistas. [S. l.], [<19_>]. FBN/Mss 34A, 1, 878, Coleção Lima Barreto, 1 bobina de microfilme - Rolo M5-503.

⁷⁴⁶ A edição do livro, usada neste trabalho, é de 1956. Ver BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

pelo apelido de “Trinta-Réis”. O garoto ficou popular devido a sua presença constante no meio do conflito, anunciando aos berros quando o canhão era detonado.

No romance, a batalha é contada a partir da vida cotidiana na cidade, mostrando de quais formas a população carioca foi afetada pela atividade bélica. Nesse contexto, o narrador vai descrevendo como a sublevação foi adquirindo na zona urbana um aspecto lúdico e festivo. Homens e mulheres, de todas as idades, alugavam binóculos para enxergar melhor os bombardeios. Durante os ataques, o Passeio Público se enchia de gente para ver o espetáculo militar. No cais *Pharoux*, os meninos, vendedores de jornais, engraxates e quitandeiros ficavam a espera da queda das balas, correndo logo em seguida para apanhá-las. Na maioria das vezes, eram os garotos que anunciavam o tiro do adversário, gritando: “– queimou!”. A partir dessa descrição, entra na narrativa o caso do menino Artur:

Houve um em Niterói que teve o seu quarto de hora de celebridade. Chamavam-no “Trinta-Réis”; os jornais do tempo ocuparam-se com ele, fizeram-se subscrições a seu favor. Um herói! Passou a revolta e foi esquecido, tanto ele como a “Luci”, uma bela lancha que chegou fazer-se entidade na imaginação da urbs, a interessá-la, a criar inimigos e admiradores⁷⁴⁷.

É significativo dizer que Lima Barreto aponta para uma perspectiva diferente da Revolta da Armada. O evento, na existência habitual da cidade, era percebido pela população e pelos transeuntes sob um ângulo recreativo, o que não excluía também os momentos de terror e de violência, expressos na desilusão e no fuzilamento da personagem Policarpo Quaresma. Com isso, compreende-se que o ponto de vista do narrador e os sinais históricos apresentados no romance podem orientar os historiadores, servindo de pista para descortinar outros significados do levante.

Deve-se enfatizar que boa parte da obra barretiana é confeccionada com pequenos relatos e dísticos da vida cotidiana, encontrados nos jornais de seu tempo; e nos antigos periódicos que colecionava. Em seu texto *Anúncios... anúncios*, o escritor explica o interesse por esse tipo de informação: “não sou humorista e, se leio os anúncios, é para estudar a vida e a sociedade. Os anúncios são uma manifestação delas; e, às vezes, tão brutalmente as manifestam que a gente fica pasmo com a brutalidade deles”⁷⁴⁸. Essa crônica, construída em diálogo entre o narrador e um suposto amigo, procura demonstrar os “conceitos e preconceitos” circunscritos em velhos anúncios. O autor reproduz alguns avisos de jornais,

⁷⁴⁷ Ibid., p. 235.

⁷⁴⁸ *Anúncios... Anúncio*. In: *Toda crônica*, v. II. p. 243.

tais como alugueis de casa para “gente branca”; notas de cartomantes, pondo à disposição os seus trabalhos mágicos; e notícia de cuidadoras de crianças, oferecendo seus serviços a preço razoável. Nessas breves notícias, buscou indícios para entender a vida carioca e os seus preceitos sociais.

Em suma, para João do Rio e Lima Barreto, a literatura era mais que uma arte contemplativa. Nesse sentido, as várias acusações tecidas ao primeiro escritor são equivocadas, quando destacam apenas um aspecto de sua obra; ou somente enxergam imitações, não dando conta das singularidades. Broca⁷⁴⁹, consoante a esse raciocínio, afirma que o literato em questão era um imitador dos “modelos franceses de espíritos dissolventes”; uma figura sensacionalista e representativa dos salões e das rodas mundanas. Todavia, ele representa mais do que a imagem superficial e fosforescente que lhe foi atribuída⁷⁵⁰. Tanto João do Rio quanto Lima Barreto, apesar de estarem em círculos culturais distintos, tinha uma compreensão social do campo literário, que era transmitir e comunicar uma dada realidade para afirmá-la ou combatê-la. Contar o que se passou e o que se viveu através do imaginário e da ficcionalização fazia parte de um projeto literário elaborado por esses homens de letras.

4. Vários mundos

Lima Barreto e João do Rio! Dois escritores expressivos dos anos iniciais da República brasileira. Viveram e amaram a mesma cidade: o Rio de Janeiro, capital do país. Opostos às fronteiras, circulavam e perambulavam por seus largos e estreitos espaços, desde avenidas suntuosas e iluminadas até as vielas e bibocas escuras. Intelectuais do mundo urbano, eles conheciam as áreas centrais e suburbanas, entrando em contato com a pluralidade étnica, social e geográfica da urbe. Seguindo os trilhos das estações de trem, de bonde ou a pé, ambos confeccionaram uma imensa rede, comunicando de canto a canto os usos e os costumes das diversas camadas que compunham a sociedade carioca. Sob o olhar desses cronistas foram retratados figuras e grupos endinheirados, de gostos palacianos, assim como a gente humilde e pobre da cidade. O prazer de caminhar unido ao ofício de escritor fez desses

⁷⁴⁹ BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. São Paulo: Unicamp, 1991. p. 354.

⁷⁵⁰ Paes, por exemplo, vê João do Rio como paradigma de escritor art nouveau, porque se configuraria como um autor aburguesado, convertido em um dândi, cujas crônicas se destacam pela futilidade, ornamento e imitação. Cf. PAES, José Paulo. *O art nouveau na literatura brasileira*. In: _____. *Gregos & Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 70-71.

autores mediadores culturais⁷⁵¹, que punham em circulação e em evidência a cultura popular e a cultura burguesa, expondo as suas trocas e proximidades.

Essa mediação era uma via dupla e heterogênea. Seu sentido não se limitava apenas a transmissão de informação, mas também se constituía por relação de interesse e formas de negociação. Os ficcionistas comunicavam, a um universo letrado, o cotidiano e os hábitos das classes populares, utilizando como canal mediador os jornais e a literatura. Eles expunham para os grupos abastados as experiências e os modos alternativos de existência dos pobres, construindo um complexo imaginário sobre estes.

Todavia, suas finalidades na difusão do conhecimento eram distintas. João do Rio escrevia para expor uma imagem selvática e exótica da gente comum, sondando aspectos que chocavam os padrões e a ordem burguesa, a exemplo de religiosidade e festas de origem africana, das modalidades do trabalho precário e das condições de moradia. Seu registro visava a marcar uma separação entre as elites (que seria um nós) e os pobres. Mas o conteúdo de suas crônicas desarmava a intenção do autor, mostrando os contatos e as imbricações entre as duas culturas. Essa diluição de fronteira era, muitas vezes, indigesta e perplexa para o cronista, que ficava horrorizado quando testemunhava a presença de políticos e damas ilustres nos recintos religiosos ou nas casas de pessoas humildes, que geralmente para lá iam à busca de favores, de diversão e de remédios milagrosos. É preciso sempre dizer, no entanto, que seus textos se tornavam igualmente um instrumento de denúncia, dando a conhecer a miséria e a exploração dos marginalizados em sua face mais terrível e subumana.

Em outras palavras, João do Rio, ao pintar uma geografia do pobre, a partir da percepção do estranho e do extravagante, termina por revelar a desigualdade e a injustiça que experimentava a maior parte da população carioca. Assim, estampa na imprensa a crueza das relações capitalistas e das particularidades dos meios de produção de riqueza na República. Para isso, o escritor se situa como um viajante, criando uma distância espacial e social entre o suposto civilizado, seu ponto de origem, e o inculto, seu local de destino. Constrói uma narrativa de viagem, no qual se dispõe a conhecer a vida da arraia-miúda como se fosse uma descida a círculos infernais, aos “bairros rubros” e *Withe Chapel* carioca. Narra como quem partisse para outras terras. Pratt explica como os viajantes “trouxeram outras partes do mundo para as imaginações dos europeus”, mostrando que a representação exagerada da natureza e a

⁷⁵¹ Sobre mediação cultural, ver REBOLLO, Beatriz Moncó. Mediación cultural y fronteras ideológicas. In: LOUREIRO, Rui Manuel; GRUZINSKI, Serge (coords.). *Passar as fronteiras*. II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais – séculos XV a XVIII. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999; GRUZINSKI, 2001.

compreensão do nativo pelo erótico e indolente estavam condicionadas por circunstâncias históricas e ideológicas, e por relações específicas de poder e privilégio⁷⁵².

Essa reflexão pode ser estendida para as crônicas de João do Rio, que ajudou a construir o imaginário das elites cariocas sobre os pobres. Provido de um modelo científico, que se fundamentava nas teorias raciais, ele realizou uma “expedição” de pesquisa, de caráter etnológico, sobre os costumes e modos de sobrevivências das pessoas comuns. Como um viajante do século XIX, que se espanta com o “novo mundo”, tratou os hábitos e ambientes da gente humilde fornecendo imagens de horror, sensação de estranhamento, percepção erotizada e inferiorizada de homens e mulheres, relação de proximidade e distância.

Tudo isso está ideologicamente ligado. Num contexto em que o povo precisava ser controlado a fim de que a racionalização capitalista fosse plenamente implantada, era forçoso que as camadas dirigentes situassem esse povo numa condição inferior, pondo-se como a única capaz de conduzir e organizar o país. Essa mentalidade legitimava a repressão, na medida em que pressupunha que os desfavorecidos não tinha competência para decidir o que era melhor para nação.

Lima Barreto fornece outro significado, quando imprime a vivência popular para as camadas letradas e intelectuais do Rio de Janeiro. Sua finalidade é, em sentido oposto, desconstruir a imagem exótica e luxuriante dos marginalizados, desenhando personalidades com força de caráter e ânimo de luta. Escreve sem estilo exagerado ou exibicionista, focando doravante dentro do ambiente popular. Ele não está afastado, o local da pobreza é também a sua paragem, onde fica sua residência e inicia a sua escrita. É um igual! Do mesmo modo, há outra função na divulgação da experiência e do cotidiano do pobre, por parte do romancista. Lima Barreto quer escancarar para as elites o estado de miséria e opressão que elas promoveram para a imensa maioria da população. Nesse aspecto, suas crônicas tomam a forma de pequenos ensaios, artigos ou narrativas. Os dois primeiros gêneros focados na primeira pessoa; e as histórias configuradas na terceira pessoa e no discurso direto livre.

É significativo, que os cronistas em questão tenham utilizado, para entender a sociedade do seu tempo, um mesmo artifício literário moderno, que é a *flânerie*, uma estética do passeio e do movimento pela área urbana. Como se verá, o *flâneur*, através de sua excursão pela cidade, elabora zonas de contatos, rompendo limites espaciais e sociais.

⁷⁵²Sobre os elementos que compõem uma narrativa de viagem, assim como as zonas de contatos e as mediações estabelecidas entre o viajante e o nativo, ver PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. São Paulo: Edusc, 1999. p. 47.

Enfim, as mediações dos literatos possuem objetivos diferentes, procurando elaborar representações divergentes das classes inferiorizadas. Cada um assimilou e transmitiu a cultura popular segundo valores e gostos pessoais, e conforme as particularidades de sua formação social e intelectual. Pode-se dizer que João do Rio comunicou o saber da gente comum através dos olhos da República; e Lima Barreto por meio dos olhares dos oprimidos.

Deve-se perguntar como esses autores tiveram acesso ao universo popular? O que negociaram para obter informação? Eles eram figuras bastantes queridas no meio do povo, e criaram relações de amizade e interesse com os grupos desfavorecidos. Estes usavam os ficcionistas como intermediários para alcançar determinadas benesses. Acreditavam que o prestígio dos cronistas poderia ser uma ponte para angariar vantagens, abrir portas e facilidades com os agentes de poder. Por essa razão, Lima Barreto comenta: “não sei por que os humildes e os pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades”⁷⁵³. No caso de João do Rio, suas formas de contato eram variáveis, expressando-se através do afeto, do pagamento em dinheiro por alguma informação, ou da violência policial. O cronista tinha forte popularidade, sendo muito procurado no período de carnaval por indivíduos de baixa renda. Estes desejavam que o jornalista obtivesse alvará de licença a fim de que seus ranchos e clubes foliônicos saíssem à rua. Versos em homenagem ao escritor eram cantados nas prévias da folia, como a quadra da associação *Destemidos do inferno*:

Com os Destemidos ninguém se meta.
Quando eles cantam ninguém da pio.
Vamos cumprimentar a Gazeta.
E ao querido João do Rio⁷⁵⁴.

Posto isso, a rede cultural, elaborada através da perambulação e da literatura, foi fiada de modo independente pelos dois homens de letras. Cada um urdiu uma malha própria, dando focagem e cores diferentes aos contextos e pormenores da cidade. No entanto, esses tecidos literários se somam, compondo uma multiplicidade estética e representações plurais da realidade. Tais escritores estiveram constantemente em lados opostos, apesar de guardarem algumas similitudes. Não eram estranhos entre si, mas não sentavam na mesma mesa e nem compartilhavam da mesma roda de intelectuais. Faziam parte de uma geração comum, nascendo em ano idêntico – 1881, mas a história de vida de ambos é marcada por diferenças

⁷⁵³ O “muambeiro”. In: *Toda crônica*, v. I. p. 274.

⁷⁵⁴ *Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1908, p. 3 (Digitalizado).

incontornáveis, gerando momento de tensão e de uma declarada inimizade. Da parte de João do Rio, havia um silêncio absoluto com relação a Lima Barreto. Já este deixava evidentes as censuras que tinha aquele escritor.

Lima Barreto não poupou críticas ao escritor adandinado, fazendo-lhe referências em várias de suas crônicas, inclusive em seu primeiro romance publicado, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, em 1909. No livro, João do Rio é severamente caricaturado, sendo representado como um jovem jornalista, de nome Raul Gusmão. Tal personagem é pintada com um caráter duvidoso, preguiçoso e desprezível. As suas características físicas são animalizadas. Ele é tomado como uma espécie humana em que se mistura o “porco Yorkshire” e o “símio adiantado” e um “corpo alentado de elefante indiano”. Era o “*Pithecanthropus literato*”, de fala fanhosa e dada a guinchos. O narrador destaca a lentidão e o esforço da figura fictícia para se mover e gesticular, fazendo alusão à obesidade do cronista carioca. A “voz de parto difícil”, a falta de “acento de sexo” e a fisionomia “híbrida” são predados de Gusmão, reportando-se aos gestos cortesões do autor de *A alma encantadora das ruas*, e a sua suposta homossexualidade. Numa passagem do romance, a personagem é vista, pelo protagonista, entrando numa hospedaria da Rua da Alfândega na companhia de um fuzileiro naval, num dia de domingo⁷⁵⁵.

Ao que se sabe, João do Rio não respondeu às calúnias e agressões do romancista, ignorando e negando até a sua existência. O escritor estava em Portugal, quando o livro entrara em processo de lançamento pelo editor português A. M. Texeira, da Livraria Clássica, de Lisboa. Perguntado, por este, se conhecia Lima Barreto, respondeu negativamente. Mas a recepção da obra também não resultou em escândalo ou estardalhaço. A vingança da imprensa e dos intelectuais caricaturados foi manter-se em silêncio. O jornal *Correio da Manhã*, duramente satirizado no romance, agiu igualmente de forma lacunar, indiferente à publicação. Poucas foram as notas que apareceram nos periódicos sobre o surgimento dessa ficção⁷⁵⁶. E isso deve ter irritado e decepcionado muito Lima Barreto. Em *Amplius!*⁷⁵⁷, havia dito que a única crítica a qual o aborrecia era a do silêncio, e este era produzido por invejosos que tomavam “a coisas de letras” para enriquecimento próprio.

Era exatamente assim que via João do Rio, um negociante de palavras, que ganhava fama no mundo literário por meio de uma indumentária colorida e um comportamento

⁷⁵⁵ BARRETO, 2010, p. 155.

⁷⁵⁶ BARBOSA, 1988, p. 143-147.

⁷⁵⁷ *Amplius!* In: *Contos completos*, p. 56.

extravagante. Nas crônicas *Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio*⁷⁵⁸ e *O Garnier morreu*⁷⁵⁹, refere-se sempre à imagem floreada e mercantil desse escritor. Dizia que os seus acenos eram fabricados, fingindo superioridade; e o acusava de covardia moral. Essa aversão ao cronista advinha também da concepção de literatura barretiana, que tomava como sagrado o campo da linguagem e não admitia que as letras virassem objeto de troca ou comércio. O prestígio literário deveria ser resultado do talento, da criatividade pessoal e do sacrifício do homem de letras; e não decorrência de jogos políticos, falsos elogios e de uma escrita etiquetada.

Não há de ser só o João do Rio, com a sua literatura cortada no Brandão, nem o marechal Leite de Castro, nem o lindo Ciro de Azevedo, nem talvez, o Cândido Campos, especialista em anúncios, que terão as suas portentosas obras editadas e pagas. Outros, com menos roupas, sem bordados, sem pés famosos, sem capacidade de agenciar anúncios, hão de tê-las também; e então veremos quem são os nossos homens de talento e se são só os *auteurs de la maison* do mentecapto Hipólito Garnier. Veremos!⁷⁶⁰

João do Rio tinha fama de “cavador” e de ávido por dinheiro. Era acusado por seus pares de escrever páginas elogiosas a figuras públicas, muitas vezes, em troca de favores e vantagens. Dava conferências patrocinadas por amizades políticas. Recebia ajuda de pessoas influentes, quando visitava determinado lugar ou cidade. Em São Paulo, granjeou subsídios do governador Altino Arantes; em Minas, teve apoio de Delfim Moreira; e em Campos e todo norte fluminense, era auxiliado por Nilo Peçanha. O maior exemplo de sua “cavação” está impresso em *Praia Maravilhosa*, texto publicado n’*O Paiz*, no qual faz uma propaganda de um loteamento da Companhia Construtora Raul Kennedy de Lemos, no bairro de Ipanema. Para tanto, o autor teria ganhado dois terrenos no local⁷⁶¹.

Em algumas cartas destinadas ao escritor português João de Barros, João do Rio deixa entrever grande preocupação com a falta de dinheiro, seu endividamento e arruinamento. Numa missiva, em 1916, comentou, por exemplo, que quando trabalhava na *Gazeta de Notícias*, nunca tinha recebido um ordenado regular. Ganhava em torno de 1.500\$, dos quais 1 conto endereçava a sua mãe. Dizia igualmente que há anos não ia à Europa por conta da crise, ainda que ele dispusesse de amizades políticas. Explica que, antigamente, os amigos

⁷⁵⁸ Esse texto faz referência à coluna diária *Bilhete*, que João do Rio escrevia no jornal *A Pátria*. Essas pequenas mensagens jornalísticas eram direcionadas para alguma celebridade real ou fictícia, comentando determinado fato. Ver *Carta aberta, ao jeito dos bilhetes de João do Rio*. In: *Toda crônica*, v. II. p. 228; RODRIGUES, 2010, p. 260.

⁷⁵⁹ O Garnier morreu. In: *Toda crônica*, v. I. p. 104.

⁷⁶⁰ Ibid., loc. cit.

⁷⁶¹ As informações sobre a cavação de João do Rio podem ser encontradas em MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978. p. 281-282; RODRIGUES, 2010, p. 221-225. Ver Também BROCA, 1991, p. 356.

ministros lhes forneciam entre 2 e 3 libras para passeios. Em outra correspondência, em 1920, já como empresário e fundador do jornal *A Pátria*, relatou a dificuldade e os prejuízos financeiros que adquiriu com o periódico. Enfim, através de sua escrita epistolar, o autor mostra a relação entre literatura, imprensa e trabalho, expondo algumas faces dessa articulação. Usava de sua influência, na posição de renomado literato, para angariar dinheiro de ministros e amigos; ao mesmo tempo revelou que, apesar de sua fama, a profissão de jornalista e de escritor não era estável e nem sempre reconhecida⁷⁶².

Lima Barreto sempre demonstrou ojeriza sobre a maneira como João do Rio comercializava as letras. Em 1919, escreveu uma carta a Monteiro Lobato, expressando seu desprezo pelo autor de *Alma encantadora das ruas*. “Por falar em semelhante paquiderme... Eu tenho notícias de que ele [João do Rio] já não se tem na conta de homem de letras, senão para arranjar propinas com os ministros e presidentes de Estado ou senão para receber sorrisos das moças brancas botafoganas daqui – muitas das quais, como ele, escondem a mãe ou o pai”⁷⁶³. Este comentário final parece insinuar que o cronista adandinado escondia a sua origem familiar, em razão de sua procedência africana.

A compreensão entre literatura e trabalho se apresentava em Lima Barreto de modo mais complexo do que em João do Rio, porque o literato gostaria de viver profissionalmente das letras, obtendo um preço justo por seus escritos; ao mesmo tempo em que tomava a ficção como um sacerdócio, que não poderia ser barganhada por interesses financeiros ou políticos. Em razão disso, recusou a republicação de *Recordações do escrívão Isaías Caminha* pelo *O Paiz*, afirmando que seu livro era uma “obra de arte”, e não serviria a uma imprensa de vida efêmera e voltada para proveitos econômicos⁷⁶⁴.

A despeito da intriga entre os dois autores, existem certas semelhanças entre suas vidas e em suas obras. Suas existências correram quase paralelas. Além de nascerem no mesmo período, eles morreram com a diferença de um ano. João do Rio falece em 1921, dentro de um taxi; Lima Barreto morre em 1922, em casa. Ambos foram vítimas de ataque cardíaco. A procedência familiar, a educação positivista, as temáticas e os objetos literários, a perambulação pelos bairros e ruas da capital são alguns pontos que revelam afinidades e interesses em comum entre os dois.

⁷⁶² RIO, João do. *Muito d'alma*: cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros – 1909-1921. Organização de Claudia Poncioni e Virgínia Camilotti. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Garamond, 2015. p. 151, 221.

⁷⁶³ CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*: com notas, manuscritos e acréscimos. Organização de Valéria Lamego. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2017. p. 52.

⁷⁶⁴ SCHWARCZ, 2017, p. 367.

No âmbito doméstico, ambos estão ligados à história da escravidão por meio da biografia de seus parentes. Com relação a João do Rio, sua avó materna, a gaúcha Gabriela Amália Caldeira, era negra, pobre e analfabeta. Teve quatro filhas numa união informal com Joaquim Cristóvão, um homem branco, filho mais jovem de um cirurgião, e que também era médico. Os dois viveram por mais de uma década, até que seu companheiro decidiu abandoná-la para se casar com Maria Isabel de Oliveira, filha de um coronel da Guarda Nacional. Desprovida de bens materiais, ela criou as filhas sozinha, provavelmente, por meio de uma ocupação autônoma⁷⁶⁵. A vida dessa senhora está articulada à de muitas mães e figuras femininas da República, que foram deixadas por seus parceiros, ainda com filhos ao colo. Essas mulheres não atendiam aos projetos de ascensão econômica e biológica, que na época era orientada pela tese do branqueamento. Mas a história de Gabriela remete igualmente à força e à resistência da mulher afrodescendente, expondo a um cotidiano de luta para sobreviver numa sociedade desigual e carregada de muitos preconceitos e discriminações. Aliás, parece que esteve envolvida com a campanha abolicionista, juntando dinheiro para libertar escravos. Os pais do cronista também estiveram envolvidos no movimento de Abolição, participando de um concerto antiescravidão⁷⁶⁶.

No que tange a Lima Barreto, o pai do literato era filho de uma escrava, Carlota Maria dos Anjos, com um madeireiro português, Henrique de Lima Barreto; e a sua mãe era, da mesma forma, filha e neta de antigos escravos de origem moçambicana⁷⁶⁷. Passou a vida toda morando no subúrbio, ao lado de seus irmãos e de seu pai João Henrique. Ele não se identificava com os orquestradores do poder, ainda que tivesse estudado nas melhores escolas do Rio de Janeiro, e compartilhado um saber com os filhos de figuras abastadas do país inteiro. Como afirma Lins⁷⁶⁸, era um homem infenso a fronteiras, ligando-se ao povo como nenhum outro escritor brasileiro talvez tenha feito. Até mesmo Coelho Neto, ferrenhamente criticado pelo literato, reconheceu, quando de sua morte, o caráter popular da produção barretiana: “romancista dos maiores que o Brasil tem tido [...] descrevendo o meio popular como nenhum outro”⁷⁶⁹. E nisto reflete o seu enorme desejo de justiça e a sua preocupação com o destino da humanidade. A casa em que viveu em Todos os Santos foi batizada, por ele, de “Vila Quilombo”, que, como a expressão indica, era um espaço de luta contra as sequelas

⁷⁶⁵ MAGALHÃES JR., 1978, passim; RODRIGUES, 2010, p. 20-21.

⁷⁶⁶ RODRIGUES, 2010, p. 24.

⁷⁶⁷ BARBOSA, 1988, p. 21-23.

⁷⁶⁸ LINS, 1976, p. 21.

⁷⁶⁹ COELHO NETO, 1981 apud MEDEIROS, 2009, p. 97.

da escravidão, mas igualmente um refúgio contra os opressores. Lá escrevia, lia os jornais e passava o tempo com os seus familiares e amigos.

João do Rio e Lima Barreto eram negros, mas lidaram de forma diferente com relação a sua cor e a cultura afro-brasileira. O primeiro se posicionava enquanto um homem branco, negando os seus traços negroides. Há indícios de que retocava algumas de suas fotos, a fim de aparentar uma fisionomia caucasiana⁷⁷⁰. Como cronista e narrador, tratou os costumes e a experiência da população negra e mestiça de modo distanciado, na terceira pessoa. Em regra, esse grupo era apontado como seres inferiores, incivilizados e racialmente degenerado. Já o segundo escritor combateu essas ideias, acusando e desmistificando todos os procedimentos científicos e atividade social que se pautassem no discurso racial. Reconhecia-se como um intelectual negro; e foi nessa frente que sempre escreveu e se impôs para sociedade do Rio de Janeiro. Seus enredos e personagens giraram constantemente em torno da temática negra, sendo uma literatura destoante no que tange às demais produções ficcionais de seu tempo. Seu trabalho literário procurava devolver a dignidade às mulheres e aos homens não brancos, independentemente da idade. Suas narrativas e crônicas buscavam revelar que não era a raça que impedia a ascensão profissional ou o desenvolvimento do sujeito, mas sim as mazelas econômicas, os juízos e conceitos realizados *a priori*⁷⁷¹. Lima Barreto se identificou como intelectual e negro, apostando numa escrita em prol dos mais pobres e humildes, num tempo assinalado por teorias raciais, autoritarismo e desigualdades extremas. Portanto, Seu projeto literário de combate e de enfrentamento ao racismo e às injustiças não se fez sem grandes sofrimentos pessoais e exclusões, que se reverberavam no mundo das letras, na vida econômica e privada. As conquistas e reconhecimentos de sua arte foram sempre marcados com muita angústia, dor e revolta.

A formação educacional dos escritores se distingue em boa medida. Lima Barreto teve uma educação mais completa, chegando a ingressar no curso superior. Estudou engenharia na Escola Politécnica, mas não concluiu a formação acadêmica. Em razão da saúde mental do pai, que havia enlouquecido, o romancista teve que assumir a responsabilidade de sustentar a família, prestando concurso e tornando-se funcionário público, amanuense da Secretária de Guerra. Já João do Rio não cursou nenhuma faculdade, tendo uma educação formal incompleta. Foi autodidata no exercício de francês, geografia, história e literatura; e aprendeu

⁷⁷⁰ Esse truque, no entanto, não conseguia esconder a mulatice do escritor, que era exposta por seus inimigos nos jornais – Adolfo Paixão, Humberto de Campos –, quando queriam atacá-lo, Ver MAGALHÃES JR, 1978, p. 270, 291; RODRIGUES, op. cit., p. 151.

⁷⁷¹ O médico e educador Manoel Bonfim, contemporâneo de Lima Barreto, defendia, por meio do gênero ensaio, pontos de vistas semelhantes contra o racismo. Ver BONFIM, Manoel. *América Latina – Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

matemática com o pai, Alfredo Coelho Barreto, que era professor dessa matéria na Escola Normal. Não era concursado, tendo como única profissão o jornalismo. Dependia do trabalho como cronista e repórter para sobreviver. Todavia, os autores tinham um elemento comum em suas formações intelectuais: o Positivismo.

Um dos sistemas filosóficos mais em voga na época, o Positivismo não passou alheio aos literatos. A ideia positivista de amor e de solidariedade universal entre os homens, independentemente dos valores nacionalistas, está presente no pensamento de ambos⁷⁷². No trabalho barretiano, esses princípios são mais evidentes, já que pregava uma literatura que ligasse a todos, na consciência de um sofrimento e de uma dor comum. Há referências à filosofia positiva em crônicas e romances, como *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e *Cemitério dos Vivos*. Mas, deve-se enfatizar que Lima Barreto nunca foi um dogmático das teorias de Comte, vendo com crítica e ironia aqueles adeptos cegos da ideologia e da Igreja no Brasil. Observava, com estranhamento e riso, o culto e os ritos da doutrina, não acreditando que a linguagem rebuscada das pregações fosse capaz de arrebatar os indivíduos para a crença filosófica.

O contato do escritor com a doutrina comtista se deu quando ainda era estudante no Colégio Paula Freitas. Segundo o testemunho de José Oticica, o romancista debatia temas filosóficos na escola com outros colegas, entre esses motes estava o Positivismo. Além disso, chegou a frequentar a capelinha do Apostolado Positivista, e reservava certo respeito por Teixeira Mendes, uns dos maiores propagandistas de Comte no Brasil⁷⁷³. Vale salientar que, se desejou um código político que abraçasse toda a humanidade; e guardou essa premissa em seu pensamento literário, não foi na prática do ideal positivo que buscou tal concretização. O autor se voltou para vertentes mais esquerdistas, enamorando-se com os preceitos anarquistas ou maximalistas.

Com respeito a João do Rio, ingressou na igreja por intermédio de seu pai, um exímio seguidor comtista. Aos dois anos de idade, o cronista recebeu o “sacramento da apresentação”, ao lado dos filhos de Miguel Lemos e Teixeira Mendes⁷⁷⁴. No texto *A superioridade do artista*⁷⁷⁵, deixa entrever a concepção de amor universal que todo artífice deveria ter. Para ele, o artista não gostava de ninguém, porque amava totalmente a humanidade, sem precisar fingir. Um intérprete da arte não teria estima por burgueses ou

⁷⁷²Sevcenko (2003, p. 142-145) analisou como o positivismo e o seu ideal humanitário se expressava na obra de Lima Barreto e Euclides da Cunha.

⁷⁷³ BARBOSA, 1988, p. 62.

⁷⁷⁴ RODRIGUES, 2010, p. 25-26.

⁷⁷⁵ Essa crônica se encontra no volume póstumo do escritor. Nela, é feita uma crítica irônica aos bolcheviques. Ver RIO, João do. *Celebridade, desejo*. Rio de Janeiro: Pátria Portuguesa e Lusitana, 1932. p. 161-164.

bolcheviques, estando livre de partido. Não recusaria socorrer qualquer pessoa, porque sua obra é resultado dos “sonhos desinteressado da felicidade humana”.

No livro *As religiões no Rio*⁷⁷⁶, o autor dedica um capítulo à Igreja Positivista, entrevistando um membro do culto. Para tanto, foi até ao templo, localizado na Rua Benjamin Constant. O tom respeitador da narrativa e da reportagem mostra a admiração que o literato tinha pelo movimento, bem diferente das entrevistas que fez sobre as crenças de origem africana, vistas como selvagens. O relato exhibe uma religião formada por homens eruditos e bem talhados, de mulheres e senhoras distintas, militares e crianças. O ambiente é assinalado por luxo, o conforto e um espírito de inteligência.

Tal como Lima Barreto, João do Rio não foi um seguidor de Comte, mas é visível a influência do Positivismo no início de sua carreira jornalística, em especial, nos escritos que depreende o conceito de arte. Nesse primeiro momento, via a literatura como resultado da evolução da mente humana, tomando o Simbolismo e o Romantismo como modalidades passadas e decadentes.

A humanidade, apesar da soma de descobertas científicas, acumuladas no século XIX, apesar de ter o valor estranho de coordenar os estudos espirituais pela positividade literária, apesar de conter em si Comte, a fonte de todos os filósofos positivos modernos, como a síntese dos antigos; pende agora todo o peso das convicções tradicionais e hereditárias para o ocultismo da credence e o simbolismo artístico, grito da ignorância ou da degeneração⁷⁷⁷.

O Realismo e o Naturalismo, com base no método científico e voltado para o alcance da verdade, seriam a expressão do progresso mental, que teria vivido tempos sombrios com o aparecimento do Catolicismo. Nessa definição de criação artística, nota-se o princípio comtista dos três estados⁷⁷⁸. A arte libertadora seria aquela que se atém aos modelos das ciências e à observação dos biólogos. Ela estaria voltada para as leis universais que regem os homens, fazendo uma reprodução sincera e exata da história dos costumes e do estado social, deixando para a humanidade a “prova do nosso desenvolvimento”. Os escritores e poetas românticos, como Casimiro de Abreu, Castro Alves e José de Alencar, eram chamados de imitadores, vazios e incompetentes, pois representariam uma fase degenerada da produção literária brasileira. Tais figuras faziam parte de “uma sociedade inculta e sem positividade”. O

⁷⁷⁶ A igreja positivista. In: *As religiões no Rio*, p. 89-100.

⁷⁷⁷ RIO, João do. O simbolismo. *Cidade do Rio*, 3 de outubro de 1899, p. 2 (Digitalizado).

⁷⁷⁸ Id. Ideia d'arte. *Cidade do Rio*, 24 de agosto de 1899, p. 2 (Digitalizado).

Realismo e o Naturalismo seriam, então, aquelas correntes capazes de libertar o escritor, sendo um estado superior artístico⁷⁷⁹.

O cronista adandinado não ficou preso à escola positivista, enveredando para uma literatura que destaca os aspectos decadentes dos indivíduos e da civilização. Há uma inversão de foco, quando alcança a sua maturidade. Em vez da ficção e das crônicas tratarem de assuntos que comprovem a evolução do ser humano, elas começam a tender para os modelos grotescos e degenerados do alto processo civilizatório. Em regra, o autor deixa de compreender a sociedade de modo linear, percebendo suas várias mesclas e imbricações. Os artifícios técnicos e científicos coexistiriam com a caducidade moral e espacial, advinda da pobreza, mas igualmente da “condição racial dos povos”. Essa interpretação crê que se, por um lado, a humanidade é capaz de progredir; por outro, haveria forças corrosivas nas relações sociais que podem gerar uma involução ou o retrocesso da produtividade humana. Da mesma maneira, essa leitura está imbuída da concepção de que quando uma coletividade atinge a máxima força de seu desenvolvimento, segue-se depois uma espécie de recuo. É salutar dizer, no entanto, que essa lógica imprime um ponto de vista mais dinâmico e sincrônico da realidade abordada, escapando de uma perspectiva teleológica. A sociedade passa a ser analisada por sua pluralidade, mistura e contradições.

Os dois autores em estudo foram donos de um pensamento eclético. Nenhum se manteve fixado a parâmetros filosóficos ou a sistemas políticos. A independência no pensar e o uso de várias teorias, reinantes na época, marcam a escrita de ambos. Contudo, essa liberdade não estava isenta de orientações ideológicas e defesas incontestes, como a causa operária e o anarquismo. Lima Barreto sempre procurou desenvolver uma arte livre de partidos e de conchavos, recusando modelos, gêneros precisos e todo o tipo de rótulos. Não tinha uma atividade política determinada, negando qualquer vínculo com o regime republicano e monárquico. Também não se pode dizer que foi anarquista, maximalista ou socialista, apesar de guardar certa simpatia por essas vertentes. Como ressalta Botelho⁷⁸⁰, por ser um inimigo ferrenho do Capitalismo, o romancista se mostrou interessado em formas alternativas de organização da sociedade, aproximando-se dos movimentos esquerdistas. Mas não havia um rigor ou estudo profundo em seu ímpeto político. Era mais o contexto social do período e a conjuntura internacional, principalmente o acontecimento revolucionário russo, que movia o literato para combater o conservadorismo e a desigualdade brasileira. Ainda

⁷⁷⁹ Id. *O realismo. Cidade do Rio*, 31 de agosto de 1899, p. 2 (Digitalizado).

⁷⁸⁰ BOTELHO, Denilson. *A pátria que eu quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal da Cultura et al, 2002.

conforme o historiador, foi a carestia da vida que incitou o literato a defender em público o direito a greve, a propor reformas sociais, e o levou a uma crescente afinidade com o curso revolucionário na Rússia⁷⁸¹.

Pereira⁷⁸² comenta que o ecletismo era um mal comum no começo dos anos 1920, e o escritor sofreria dessa versatilidade, misturando doses de Naturalismo positivista, de Liberalismo spenceriano e de Anarquismo kropotkiniano.

João do Rio não escapava igualmente dessa variedade cultural, amalgamando em sua obra o Darwinismo social, o Positivismo, o Naturalismo, as teorias raciais e os fundamentos da Antropologia criminal. Conquanto não se inscrevesse em nenhum partido, era um exímio defensor da República, vendo-a como uma energia motora para o progresso e a libertação de antigas ideias estabelecidas. Para ele, o regime havia inaugurado o novo Brasil, em contraposição ao velho Império de D. Pedro II.

Apesar de não se filiar diretamente à classe política, o autor não deixou de manter amizade e estreitar laços com alguns representantes do poder, obtendo troca de favores. Uma dessas figuras foi o político Nilo Peçanha que indicou o literato para o jornal *Gazeta de Notícias*. Do ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, que era fazendeiro de café e industrial têxtil de Piracicaba, ganhou um alfinete de gravata com pérola barroca. Esse político, do Partido Republicano Paulista (PRP), não tinha permanecido ao lado de Rui Barbosa, durante a campanha civilista de 1910 –, movimento que se levantou contra a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência. Entre os apoiadores dessa empreitada estavam Lima Barreto e João do Rio, que viam como desastrosa a possibilidade de o país ser governado novamente por um militar. Com efeito, a vitória hermista deve ter assustado o último escritor, vendo na imagem do ministro um esteio, caso sofresse alguma represália⁷⁸³.

Ora, o que se vê na vida e no pensamento desses homens de letras é uma rede de situações, comportamentos e práticas nada homogêneas. A maneira como cada um enxerga o mundo, e se apropria de um saber considerado culto, é carregada de fragmentos e divergências intelectuais de origens múltiplas. As interpretações, tomadas de empréstimos, nunca são inteiras. São pedaços e indeterminações que vão compondo, junto com uma individuação, as ideias que orientam a ação e o fazer literário dos dois cronistas. Partes do conhecimento erudito são aceitos; outras são descartadas. Nesse sentido, é equivocado atribuir

⁷⁸¹ Id., 2001, p. 137.

⁷⁸² PEREIRA, Astrogildo. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 14.

⁷⁸³ RODRIGUES, 2010, p. 117.

uma conduta única e coerente a esses autores, não dando conta das misturas e das ambiguidades que encerram as suas existências e histórias. O universo dos literatos é imerso em trocas e mediações, não só manifestadas na formação intelectual, mas também reveladas num saber aprendido da família e do seu antepassado, do parentesco pobre e escravizado. Tudo isso se combina e se embaralha, fazendo de Lima Barreto e João do Rio figuras de intercessão⁷⁸⁴.

Destarte, outro ponto que compartilhavam em comum era a arte de flunar pelas ruas e avenidas da capital. Perambulavam dia e noite nos inúmeros espaços da cidade, entrando em contato com diferentes pessoas, de todas as classes, profissões e idades. Eram mendigos, todos os tipos de vendedores ambulantes, lavadeiras, músicos, trabalhadores liberais; gente de vários estados do país e imigrantes de muitas nacionalidades. Nesses cruzamentos, abriam diálogos e registravam impressões. Os morros, os subúrbios, as áreas centrais e comerciais, as estações de trem, a zona praieira, o cais do porto, os locais de feiras, as ilhas cariocas, os grandes logradouros e becos estão conectados pelas andanças desses escritores. Os ambientes fechados, os mais diversos, também são costurados por seus passos: bares, botequins e armazéns, restaurantes e cafés, os salões de festas e teatros, sociedades carnavalescas e religiosas, presídios, manicômios etc.

Lima Barreto, na crônica *Com o “Binóculo”*⁷⁸⁵, comenta o seu gosto pelos passeios: “ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um ‘homem das multidões’ pode andar aos domingos”. No texto, o cronista, tomando o ponto de vista de um passante, observa e estuda a fisionomia de senhoras distintas e de cavalheiros, amontoados no Largo Carioca para fazer piqueniques e aproveitar a folga dominical. Vagar pelas ruas e recintos, na solidão de quem vê e examina, é uma característica do romancista. E mais: é uma qualidade daquele que está imerso no processo da modernidade. Tal característica foi observada por Monteiro Lobato em carta ao escritor, em 1920. No entanto, nem sempre o desejo de flunar se ligava ao exercício literário, estando igualmente associado ao seu estilo boêmio e ao consumo excessivo de álcool:

Estive uns dias aí e procurei-te [Lobato] onde havia possibilidade de encontrar-te: freges, botequins, e... casas de garapa. Cheguei a espiar embaixo de certas mesas... Mas nada do Lima. Todos informaram-me que é

⁷⁸⁴ Concorde-se com Gruzinski (2001, p. 53), quando escreve que um homem é um ser misturado, que enfrenta uma plêiade de interlocutores. Para ele, o indivíduo é dotado de uma série de identidades, ou provido de referências mais ou menos estáveis, que são acionadas ou rejeitadas conforme o contexto. A história pessoal se ligaria “as capacidades variáveis de interiorização ou de recusa das normas inculcadas”.

⁷⁸⁵ Com o “Binóculo”. In: *Toda crônica*, v. I. p. 146.

difícil agarrar-te à unha, que es ubíquo, e moras em Todos os Santos pró-forma etc. etc. És horivelmente caluniado! Em agosto volto, a ver o rei e você⁷⁸⁶.

Os bondes ou os transportes coletivos se tornam um lugar perfeito para a meditação. Lotados de indivíduos estranhos que se empurram e se olham, e do burburinho das conversas alheias, o veículo se transforma num campo de estudo, em que se analisam as categorias profissionais, a condição material dos passageiros, seus hábitos particulares e o seu destino. Através das janelas da condução, a vida também se despontava por meios dos transeuntes, que solitários ou em grupos, trafegavam pelas calçadas, indiferentes a outras pessoas; ou surpresos e alegres com encontros inesperados. Numa crônica incompleta, intitulada *O domingo*, o literato expõe as suas ponderações durante uma viagem de bonde. O cronista se revela um investigador da cidade e de sua gente. Na perspectiva de um homem isolado em meio a um grande número de pessoas, talvez sentado num dos cantos do veículo, o narrador olha e verifica aquelas figuras desconhecidas, tentando perscrutar as suas almas. Embora um tanto extenso, é significativo reproduzir o fragmento escrito, a fim de avaliar com maior clareza os artifícios e as focagens daquele que narra, ou do “homem das multidões”:

Viajam de bonde silenciosamente. Devia ser quase uma hora, pois o veículo já se enchia do público especial dos domingos.

Eram meninas do povo envolvidas nos seus vestidos empoados com suas fitinhas cor-de-rosa ao cabelo e o leque indispensável; eram as baratas casimiras claras dos ternos, □; eram as velhas mães, prematuramente envelhecidas com a maternidade frequente, a acompanhar a escadinha dos filhos, ao lado dos maiores, ainda moços, que fumavam os mais compactos charutos do mercado – era dessa gente que se enchia o bonde e se via pelas calçadas em direção aos jardins, aos teatros em *matiné*, aos arrabaldes e às praias.

Era enfim o povo, o povo variegado da minha terra. As napolitanas baixas com seus vestidos de roda e suas africanas, as portuguesas coradas e fortes, caboclas, mulatas e pretas – era tudo sim preto, às vezes todos exemplares em bando, às vezes separados, que a viagem de bonde me deu a ver.

E muito me fez meditar o seu semblante alegre, a sua força prolífica, atestada pela cauda de filhos que arrastavam, a sua despreocupação nas anemias que havia, em nada significando a preocupação de seu verdadeiro estado – e tudo isso muito me obrigou a pensar sobre o destino daquela gente⁷⁸⁷.

⁷⁸⁶ In: CAVALHEIRO, 2017. p. 87.

⁷⁸⁷ O domingo. In: *Contos completos*, p. 589. A reprodução do texto se apresenta igual ao publicado no livro. O símbolo □ foi uma opção da organizadora da coletânea, Lilia Schwarcz, referindo-se a trechos ilegíveis do manuscrito de Lima Barreto.

Dentro do bonde, Lima Barreto faz uma panorâmica, abrangendo o povo carioca em sua pluralidade e movimento, durante um passeio domingueiro. Eram napolitanas, portuguesas, africanas, mulatas e pretas arrastando os seus filhos. O cronista chama atenção para cor e a mistura desse povo: “era tudo sim preto, às vezes todos exemplares em bando, às vezes separados, que a viagem de bonde me deu a ver”. São mulheres, homens, crianças, trabalhadores, enfim, com seus ternos, vestidos e casimiras baratas, que enchiam os veículos em direção aos subúrbios, às praias, aos teatros e jardins. Era esta gente negra, imigrante e pobre que aproveitavam um dia de folga para compartilhar padrões modernos de sociabilidade e diversão.

Com João do Rio não era diferente. Amava as ruas e tudo o que ela significava: sua linguagem própria, sua miséria e o luxo, sua generosidade, inclusive seus crimes. Nelas, observou todos os tipos humanos – charlatões, sábios, trabalhadores braçais, seresteiros, cavadores, revoltosos, amantes, mambembes, pintores, negociantes, ciganos, damas e cavalheiros da fina flor carioca, entre outros. As vias públicas eram vistas por seu colorido, seu movimento e poesia. A rua era vida, energia e alma, possuindo características e práticas peculiares. Por isso, os logradouros nunca eram os mesmos, tendo uma maneira de ser ou uma identidade única, na qual os cidadãos iam se ajustando. Com tal percepção realizava as suas reportagens, escrevia seus textos e perambulava pelas alamedas, oscilando entre os pontos de conforto e os sítios marginalizados. A fim de desenvolver seus estudos, de entender o cotidiano dos populares, o cronista passava meses visitando uma região, entrevistando as pessoas dos locais, frequentando as suas moradias e sondando os seus modos de vida.

É expressivo dizer que o contato de Lima Barreto com a gente humilde era mais conciso, porque se punha como um homem do povo, compartilhando experiências e sentimentos com indivíduos de origem simples. Ademais, morava numa região bastante popular, o subúrbio de Todos os Santos; e gostava de passar horas em armazéns e botequins, ouvindo e conversando com mulheres, homens e idosos, de condições sociais precárias. Sua proposta de uma literatura militante, voltada para os pobres e os injustiçados, ocasionava igualmente uma relação de empatia e equidade com respeito aos grupos populares. Não obstante, João do Rio, apesar de ser um escritor adandinado e identificado com os setores burgueses do Rio de Janeiro, sempre se interessou pelas histórias da arraia-miúda. Na belíssima crônica *A rua*⁷⁸⁸, ele descreve a arte de flunar e define o que seria um *flâneur*. Este

⁷⁸⁸ A rua. In: *A alma encantadora das ruas*, p. 31-33.

teria um espírito vagabundo e curioso, buscando nos ambientes exteriores e inusitados uma fonte para saciar os seus desejos incompreensíveis.

O *flâneur* seria uma figura ociosa e observadora. Errante, ele caminha de dia e de noite, refletindo e comentando aquilo que vê e as narrativas que escuta. Conhece ruas, vielas, becos, avenidas largas, apreendendo os sentidos e os cheiros da cidade; fotografando os espetáculos de opulência e miséria que a urbe oferece. E mais, o passante tem o prazer de perseguir histórias, seja de pessoas notáveis seja de gente humilde. Interessa-lhe a intriga dos boleiros, o drama do mendigo, a tragédia cotidiana, assim como os grandes salões de festas, repletos de moças ricas e rapazes nobres⁷⁸⁹.

Flanar é ir por aí, de manhã, de dia, à noite, a meter-se nas rodas da população, admirar o menino da gaitinha ali à esquina, seguir com os garotos o lutador do cassino vestido de turco, gozar nas praças os ajuntamentos defronte das lanternas mágicas, conversar com os cantadores de modinha das alfurjas da Saúde, depois de ter ouvido *dilettanti* de casaca aplaudirem o maior tenor do Lírico numa opera velha e má [...] ⁷⁹⁰.

Lima Barreto, também oscilante entre esses dois mundos, não era “dado a casacas”, o que não o impedia de apreciar certos gostos burgueses. Considerava-se um pequeno-burguês em razão de sua instrução e do emprego público⁷⁹¹. Nos trens suburbanos, viajava quase sempre de primeira classe, cujas características eram bancos mais acolchoados e passageiros apurados⁷⁹². Era um flanador em direção oposta à de João do Rio. Se este saía dos teatros rumo a um “sítio lôbrego” em busca de faces misteriosas; aquele partia do subúrbio a caminho das avenidas amplas ou dos locais chiques, como a Rua do Ouvidor, a fim de desmascarar as aparências e os embustes sociais.

Vale dizer que a *flânerie* era um tema comum na obra desses autores. Muitas de suas personagens dominavam a arte de flanar, apreciando a cidade na companhia de algum amigo ou simplesmente sozinhos. Teatros, museus, bairros pobres e elegantes, enfim, todo espaço citadino era ocupado pelos seres fictícios de ambos os literatos, na procura de descortinar vidas secretas, ou a verdade por trás da máscara. Investigadores perspicazes, o prazer de

⁷⁸⁹ Benjamin escreve que o *flâneur* faz parte de uma literatura panorâmica e fisiológica. Esse andarilho se ocuparia em descrever os tipos encontrados na cidade ou numa feira, seja um “vendedor ambulante do bulevar até o elegante no foyer da ópera, não havia nenhuma figura da vida parisiense que o “fisiólogo” não tivesse retratado”. A rua, nesse aspecto, tornar-se uma moradia para o flâneur; e a multidão um “refúgio do proscrito”, o “mais novo entorpecente do abandonado”. Sobre o *flâneur* e suas várias nuances na modernidade, ver BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 34-50.

⁷⁹⁰ Ibid., p. 31.

⁷⁹¹ O Franco... In: *Toda crônica*, v. I. p. 361.

⁷⁹² Os trens de subúrbios. In: *Toda crônica*, v. II. p. 468.

observar era quase instintivo nessas figuras imaginárias. E os detalhes de um sorriso, de um olhar, o aspecto de uma fisionomia eram reveladores de personalidades. Os protagonistas barretianos, tal qual Gonzaga de Sá e Isaías Caminhas, eram detentores dessa “mania ambulatória”⁷⁹³. E até Cassis Jones, “modinheiro” suburbano do romance *Clara dos Anjos*, teve o seu momento de passante, saindo das adjacências cariocas para se embrenhar no coração da cidade, a larga Avenida Central e a Rua do Ouvidor. Já os narradores de João do Rio possuem frequentemente o deleite de andar. Em regra, eram as personagens nobres e endinheiradas que tinham o anseio de transitar por locais soturnos e precários depois de estarem em recintos aristocráticos ou burgueses. Entre essas figuras estariam o barão de Belfort e o boêmio Heitor de Alencar, do conto *O Bebê de tarlatana rosa*.

A partir da solidão do narrador ou do cronista, e de suas meditações, construía-se um olhar panorâmico sobre a cidade e os homens. Era através das informações, oferecidas pela visão, que Lima Barreto apreendia um vasto horizonte dentro do bonde e do trem, adivinhando profissões, sofrimentos e as ambições dos passageiros. As janelas dos veículos, esse vácuo entre o interior e o lado de fora, tornam-se igualmente uma zona de extensão de suas observações, conectando os dois ambientes, aumentando o material humano e a capacidade de investigação.

Não é à toa que o romancista alude, na crônica *Com o binóculo*, ao conto de Allan Poe *O homem da multidão*⁷⁹⁴, identificando-se com o narrador da história. Este arguto *flâneur* espreita, sentado ante a uma grande janela de um Café em Londres, os inúmeros transeuntes e passantes, enquanto lê um jornal e fuma um charuto. Através da vidraça, analisa e contempla o tumulto da massa humana, cuidando das minúcias e dos pormenores que assinalavam a variedade de pessoas: seus trajes, porte, semblantes, profissões e expressão fisionômica. Um mundo caótico era apresentado, sendo formado de negociantes, procuradores, agiotas, pequenos funcionários, assaltantes, mascates, jogadores, mendigos, varredores etc. Todos em passagens, desviando-se e chocando-se ao mesmo tempo. Foi nessa hora de deleite e ociosidade, quando tinha a testa encostada ao vidro da janela, que o protagonista se espantou com a figura de um velho decrepito e suspeito. A partir daí, o narrador deixa o ambiente do Café e começa uma perseguição ao estranho, a fim de descobrir uma personalidade criminosa.

⁷⁹³ Machado (2002, p. 92) estudou como a modernidade é representada na obra de Lima Barreto. Ela mostrou como a *flânerie*, a cidade e a vida urbana são elementos que perpassam as narrativas e as personagens centrais do escritor.

⁷⁹⁴ POE, Edgar Allan. O homem da multidão. In: _____. *Histórias Extraordinárias*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Na caçada, passeia por todos os lugares, desde as largas artérias da metrópole até os seus cantos mais sombrios e empobrecidos, sem nada desvendar sobre o idoso.

O homem da multidão é o homem da modernidade, aquele cujo estado de reflexão é condicionado pelo mergulho na cidade, expresso no passeio e no olhar. A referência não é apenas ao conto de Edgar Allan Poe, mas também a Charles Baudelaire. A influência desses dois escritores no Brasil data da segunda metade do século XIX e começo do XX, configurando-se por meio da temática e de traduções de poemas. Os temas mais explorados pelos literatos brasileiros geralmente remetiam à sensualidade, ao satanismo, à delinquência, à perversidade, à *flânerie* e ao mistério. Com respeito à tradução, o primeiro poema traduzido de Baudelaire, tirado do livro *As flores do mal*, foi *Le Poisson*, em 1871, transposição de autoria do poeta catarinense Luís Delfino. Já a primeira versão brasileira do livro de contos de Poe, *Novellas extraordinárias*, aparece em 1903, publicada pelo H. Garnier Livreiro-Editor. O volume, na realidade, era uma cópia da tradução portuguesa, feita por Mécia Mouzinho de Albuquerque e Christina Amélia Assis de Carvalho. Porém, ainda no século XIX, deve-se a Machado de Assis a célebre e bem sucedida tradução do poema *O corvo*, em 1883⁷⁹⁵. Há também um ensaio do autor, de 1879, intitulado *A nova geração*, em que analisa as transformações estéticas ocorridas no campo da poesia e a influência baudelaireana dos poetas brasileiros⁷⁹⁶.

Com efeito, no Brasil, poetas parnasianos como Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, simbolistas como Cruz e Souza, e autores realistas como Machado de Assis se inspiraram nesses grandes autores da modernidade⁷⁹⁷. No “pré-modernismo”, as prosas de Lima Barreto e João do Rio também aludem, como se tem visto, a tais escritores. A vida urbana e técnica, o *flâneur* e a observação da rua são elementos corriqueiros em seus textos. No caso do último literato, há ainda a exploração de assuntos que tratam de perversidades, sexualidade, crime entre outros.

Mas diferente do *flâneur* de Poe, um homem à procura de um crime, o passante de Lima Barreto olha a multidão sem o espectro de um ato repreensível ou de um suspeito. Não é como um policial que se comporta, mas como um estudioso da vida social, investigando a

⁷⁹⁵ AMARAL, 1996; CANDIDO, Antonio. Os primeiros Baudelaireanos. In: _____. *A educação pela noite*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

⁷⁹⁶ ASSIS, Machado de. *A nova geração*. In: _____. *Obras completas*. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1992. p. 811.

⁷⁹⁷ BOTTMANN, Denise. Tardio, porém viçoso: Poe contista no Brasil. *TradTerm*, São Paulo, v. 22, Dezembro, 2013. p. 89-106. Disponível em: <www.revistas.usp.br/tradterm/article/download/69119/71576> Acesso em: 15 de maio de 2017; e DAGHLIAN, Carlos. A recepção de Poe na Literatura Brasileira. *Fragmentos*, Florianópolis, n° 17, jul-dez, 1999. p. 7-14. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/6370/5927>> Acesso em: 15 de maio de 2017.

sociabilidade e as relações humanas que constituem as ruas. Com respeito a João do Rio, este oscilava entre o exame etnológico da sociedade e a busca do caráter criminoso de alguma personalidade analisada. Nos recintos e lugares onde caminhava via não somente a diversidade cultural dos sujeitos, mas as suas faces duvidosas, buscando indícios de enfermidade e delinquência.

Voltando ainda para as janelas, nota-se que esse entre-lugar é central para observações da *flânerie*. O hábito dos cariocas de olhar através das janelas foi um tema trabalhado por João do Rio em algumas de suas crônicas. Ele desponha para os vários sentidos desse costume, e define o que seria esse vazio. A janela seria a abertura para o imprevisto, local onde se escapa do lar sem dele sair, “conduto da rua sem os seus perigos”. Nelas, brincam as crianças, compram-se mercadorias, esperam-se os amantes, contam-se da vida alheia, passam-se grande parte do dia. É um ponto de encontro e de perscrutação. Tal usança não era uma característica apenas dos moradores da cidade, fazendo parte da atividade e da ociosidade do *flâneur*. Este também ia às janelas para sondar o cotidiano das pessoas.

Assim, o cronista comenta que passar de bonde pelas ruas da Cidade Nova é ter a certeza de ver uma “galeria de caras estremunhadas, homens em mangas de camisa ou pijama, crianças, senhoras”. Da perspectiva de janeleiro, o narrador examina os indivíduos lendo o jornal, as mulheres olhando o movimento do logradouro e os meninos soltando papagaios⁷⁹⁸. Num texto de 1903, o escritor trata do assunto, traçando atributos à paisagem e às figuras humanas por intermédio do que verificava nessa fenda. De uma janela para outra, o dândi comenta:

O bonde, em que eu ia, enfiava ruas sobre ruas: e, em todas essas ruas, de um lado e de outro, as janelas das casas estavam cheias. As senhoras, muito penteadas, muito quietas, muito tristes, com muitos laços de fita nos corpetes brancos e muito tédio na fisionomia, olhavam melancolicamente o céu, e abanava-se com abandono; os homens (alguns deles em manga de camisa!) fumavam e cuspinhavam para as calçadas, com o mesmo ar de supremo aborrecimento na face... Que horror! A vida não estava nos jardins, tão viçosos e tão frescos: estava nas janelas, – naquela exibição de tédio e de preguiça... E até havia crianças, nessas abomináveis janelas, compartilhando a pasmaceira dos pais!⁷⁹⁹

Concorda-se com Raúl Antelo quando comenta que as crônicas de João do Rio são uma escrita à janela, que se abre para o Rio de Janeiro, projetando as transformações urbanas da capital do país, arremessando os dias e os fazeres ordinários, deixando entrever o processo

⁷⁹⁸ Gente às janelas. In: *Os dias passam*. p. 330-334.

⁷⁹⁹ RIO, João do. Sem título, *Gazeta de Notícias*, 28 d setembro de 1903, p 2 (Digitalizado).

de modernização. Essa linguagem janeleira acenaria para o fluído e para o firme, caracterizando menos por seus limites do que por suas entradas e começos⁸⁰⁰.

Do mesmo modo, o trabalho literário de Lima Barreto é atravessado por vidraças, onde aquilo que é individual e aquilo que é público se põem em contato.

O *flâneur*, em suma, é um mediador. Sua perspectiva é a do entre-lugar. Esta associação entre a *flânerie* e a mediação já foi pensada por Pratt, quando comparou o passante com o viajante ou explorador do novo mundo. Assim como o expedicionário, ele troca e transmite informação, constrói imaginário, situa-se numa zona de contato, influi e é influenciado pelas redes que estabelece. As narrativas dessas figuras jamais são autênticas ou “unitárias de origem”, pois estariam ancoradas numa “dinâmica intercultural”⁸⁰¹. Pratt chega a essa conclusão, analisando a viagem que o escritor argentino Sarmiento fez à Europa, por volta de 1850, na qual produziu uma literatura sobre sua experiência no continente. O autor chega a Paris, não como um conquistador, mas um *flâneur*, que observa de forma privilegiada a cidade. O passante seria “um análogo urbano do explorador do interior”⁸⁰².

Como explorador, “o *flâneur* persegue algo que ele mesmo não sabe o que é; ele procura, vê, examina, passa de um ponto a outro, movimenta-se suavemente, retorna, caminha, e chega enfim... algumas vezes às margens do Sena, outras, no bulevar e, mais frequentemente, no *Palais Royal*”. Para o *Flâneur*, Paris produz o equivalente ao que Humboldt encontrou nas regiões equinociais: uma abarrotada cornucópia, um lugar infundável e exótica variedade e abundância, todas as possibilidades simultaneamente presentes⁸⁰³.

Escritores da mediação, as obras de João do Rio e de Lima Barreto oferecem uma radiografia da cidade, que era publicada nos grandes e pequenos jornais cariocas, inclusive em alguns periódicos paulistas. O primeiro prestou serviços à *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *A Rua*, *Revista da Semana*, *Kosmo*, *A Notícia*, *Correio Paulistano*, *O comércio de São Paulo*, *A Noite*, *A Pátria*. Já o segundo divulgou os seus escritos, em especial, na pequena imprensa, mas trabalhou igualmente para renomadas empresas jornalísticas como *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *Fon-Fon!*, *Careta*, *Revista Cruz e Souza* etc. Os jornais de porte menor eram de tendência esquerdista, a exemplo de *A.B.C.*, *O Debate*, *Lanterna* entre outros.

⁸⁰⁰ ANTELO, Raúl. Introdução. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*, p. 9-10.

⁸⁰¹ PRATT, 1999, p. 331-332.

⁸⁰² Ibid., p. 326.

⁸⁰³ Ibid., loc. cit.

Por intermédio desses veículos, a produção de ambos circulava no mundo letrado, atendendo a diversas camadas, quer conservadoras, liberais ou de caráter libertário, como o anarquismo. A vida mundana, os novos costumes, as indumentárias atualizadas, a questão social, as classes burguesas e os pobres eram tópicos estampados nas páginas folhetinescas através do olhar desses cronistas, chegando às mesas dos leitores, durante os cafés da manhã. Seus livros, lançados por editoras de Portugal, França e Brasil, eram igualmente espalhados pela urbe. O aspecto mediador desses homens de letras não se reduzia ao desejo do passeio e nem as temáticas que abordavam; os registros postos em circulação e o trabalho de jornalista reforçavam esse papel de intercessores⁸⁰⁴.

Os autores eram figuras conhecidas e respeitadas no meio intelectual e literário do início do século XX. Polêmicos, controversos e boêmios, eles conquistaram o mundo das letras e dos iletrados. João do Rio foi em vida consagrado um grande escritor, fazendo um sucesso olímpico com suas obras e publicações, a exemplo de *As religiões no Rio* e *O momento literário*. Foi o escritor mais jovem a entrar na Academia Brasileira de Letras (ABL), com 29 anos de idade. Amigos, políticos, escritores e populares buscavam aparecer em sua companhia, indo muitas vezes à porta do jornal para esperá-lo ou convidá-lo para determinado evento. A morte do dândi, dentro de um taxi, causou comoção social, levando uma romaria ao velório. Eram jornalistas, literatos, atrizes, deputados, capoeiras, funcionários do comércio, diplomatas, prostitutas, membros das sociedades carnavalescas e dos ranchos etc⁸⁰⁵. O universo do *flâneur* estava lá, todos concentrados em seu enterro. Estima-se que havia cem mil pessoas em seu cortejo fúnebre, que mais lembrava um préstito foliônico, com vários estandartes coloridos erguendo-se no ar⁸⁰⁶.

No caso de Lima Barreto, este demorou mais para alcançar a glória literária. Escolhendo um caminho árduo, procurou o reconhecimento de seus pares através do esforço pessoal, sem a ajuda de padrinhos políticos ou de influências intelectuais. Preferiu uma estreia polêmica, desmascarando os magnatas do jornalismo e o preconceito racial. Isso o levou a um certo ostracismo, que a duras penas foi sendo superado. Não conseguiu fazer parte da ABL, chegando até a se candidatar à vaga deixada por João do Rio. Porém, acabou desistindo. Em várias circunstâncias, manifestou revolta com o silêncio que lhe dedicavam: “sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça

⁸⁰⁴ Segundo Resende (1993, p. 134), o cronista é um mediador porque desempenha um papel “no universo cultural da cidade, na influência que manifestam sobre os jovens autores e, sobretudo, no tipo de relação que estabelecem com o poder”.

⁸⁰⁵ RODRIGUES, 2010, p. 267-270.

⁸⁰⁶ Ibid., loc. cit.

contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance”⁸⁰⁷. Não se pode, contudo, afirmar que o romancista sofreu um isolamento absoluto ou que não era uma figura ilustrada de seu tempo. Teve contato e trabalhou com indivíduos importantes no campo da literatura, a saber, José Veríssimo e Monteiro Lobato. Deve-se dizer que a personalidade acanhada e desconfiada de Lima Barreto também não o ajudou na relação com o público, fugindo de conferências, evitando os laços convencionais. Sentia-se mais à vontade com a gente humilde e os amigos boêmios. Não era dado às cerimônias e aos ritos que o prestígio exigia.

Destarte, é preciso salientar que, apesar das dificuldades sentidas para obter o merecimento de grande escritor, Lima Barreto viveu para ver o seu nome e a sua foto impressos no jornal. A *Gazeta de Notícias*, no dia de seu aniversário, em 13 de maio de 1920, publicou uma pequena homenagem ao literato, acompanhada de sua fotografia. Essa matéria foi recortada pelo autor, e guardada em meio a outros pedaços de notícias. No texto, tratava-se de Lima Barreto como um homem ilustre das letras, que escreveu magníficos romances e obras-primas. Destacava-se igualmente a sua forte individualidade e simpatia, tomando-o como figura já consagrada. No retrato, o romancista se apresentava bem disposto, usando terno e gravata, e aparentando um semblante tranquilo e até um leve sorriso. Pode-se imaginar o prazer e a alegria que ele deve ter sentido ao ler essa nota.

Faz ano hoje o ilustre escritor Lima Barreto, cujo nome literário não espera mais a consagração definitiva da crítica, pois já está firmado em magníficos romances, que são verdadeiras obras-primas de penetrante análise de alma.

O notável autor das “memórias o escrivão Isaías Caminha”, cuja modéstia só é igualada pela simpatia irradiante que forma em torno de sua forte individualidade um núcleo de amigos, terá hoje ocasião de verificar como todo o Brasil intelectual o distingue com uma carinhosa admiração⁸⁰⁸.

O autor não brilhou de forma estrondosa como João do Rio, mas teve o seu momento áureo. É significativo dizer que à medida que o jornalista adandinado ia caindo no esquecimento, o escritor taciturno ia cada vez mais sendo pesquisado, admirado e ganhando discípulos. Após dias enfermo, faleceu em casa, em seu quarto. O velório não foi espetacular e não houve nenhuma celebridade presente. Compareceram apenas os vizinhos mais próximos, compadres e afilhados, colegas de botequim, estudantes, comerciantes de bairro, a

⁸⁰⁷ A minha candidatura. In: *Toda crônica*, v. II. p. 402.

⁸⁰⁸ O recorte de jornal está localizado, com outros fragmentos de notícias, na Biblioteca Nacional. Ver, Álbum de recortes de jornais e revistas. [S. 1.], [<19_>]. FBN/Mss 34A, 1, 878, Coleção Lima Barreto, 1 bobina de microfilme - Rolo M5-503.. Também tivemos acesso à matéria através do próprio periódico, que se encontra digitalizado na hemeroteca da instituição. Ver *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1920, p. 5.

gente humilde de Todos os Santos. Havia alguns intelectuais, de rara amizade do romancista, que foram ao enterro, a exemplo de Félix Pacheco e Gastão Cruls⁸⁰⁹.

Enfim, a vida desses dois homens de letras guardava muitas semelhanças, apesar das profundas diferenças e da inimizade que os cercavam. A história pessoal e intelectual de ambos, suas produções ficcionais e jornalísticas estão imersas em experiências comuns, e muitas vezes dolorosas. Lima Barreto compensava as frustrações na ingestão exacerbada de bebidas alcoólicas; João do Rio contrapesava seus malogros no excesso de comida. Amantes da literatura, eles tinham igual interesse pela cultura popular e negra. A gente humilde, e não branca, foi o grande tema desses cronistas, mote que chamou a atenção de seus leitores, levando-os ao sucesso e ao reconhecimento. Essa ligação com o povo não era aleatória, inscrevendo-se na biografia familiar. É preciso reforçar: a história da escravidão e as consequências de uma sociedade que se organizou sobre o trabalho escravo estão conectadas aos percursos desses homens de maneira íntima.

As vidas desses autores estão atreladas à cultura burguesa e à cultura popular. O fazer artístico e a história privada de cada um se movimentam nessas duas fontes. Através da análise de seus escritos, vê-se uma realidade complexa, enredada em vários elementos e situações, que desabilita qualquer interpretação maniqueísta.

Da mesma maneira, as suas ambiguidades nos previnem contra uma leitura unilateral de sua literatura e da compreensão do período. Esses escritores demonstraram, por exemplo, um Rio de Janeiro mais fluido e mesclado do que firmemente definido ou separado. A capital do país não era um território dividido entre, de um lado, o luxo; e de outro, a pobreza. Os excluídos eram igualmente infensos às fronteiras. Estavam imersos no processo de modernização, embora a eles fossem negados a ostentação dos componentes modernos. Por intermédio de formas alternativas de existência, retomavam os espaços que lhes foram roubados, e adentravam indesejavelmente no paraíso dos abastados, as largas avenidas.

⁸⁰⁹ Sobre o enterro de Lima Barreto, ver BARBOSA, 1988, p. 276-277.

CONCLUSÕES

As primeiras décadas do século XX foram de grande intensidade histórica na sociedade brasileira, em razão das grandes transformações sociais e urbanas, que já vinham se delineando por volta de 1870. O tempo foi marcado por um processo eufórico de modernização e racionalização da economia, levando à adoção de novas tecnologias, a mudanças na estrutura física da cidade, a alteração nos gostos e nas condutas pessoais e coletivas. Tudo isso criava novos padrões de comportamento e sociabilidade. A vida se acelerava com o aparecimento do automóvel, do telefone, da luz elétrica, das largas avenidas, dos teatros e salões luxuosos, do cinematógrafo, dos cafés com seus espelhos e vidraças etc.

Esse mundo iluminado, tão moderno, não era homogêneo e nem puro cintilar de uma época áurea. Nesse turbilhão de experiências inovadoras, havia igualmente o aprofundamento da pobreza, a fome crônica, a ameaça de diversas epidemias. As suntuosas fachadas dos prédios e suas atualizadas arquiteturas não cegaram as moradias desconfortáveis e pouco higiênicas dos pobres.

Esse período também foi um tempo convulsionado pela longa crise inflacionária, que deixou milhares de pessoas em situação de extrema carência; pelas greves operárias que mobilizavam uma parcela da população, por direitos trabalhistas e o fim da carestia; e pela grande cisão social que eclodiu com a Primeira Guerra, em 1914. Reduzindo esse universo misturado a uma percepção microscópica, existiam as batalhas cotidianas, deflagradas pelo governo, contra o modo alternativo de existência das classes populares. O aparato policial e fiscal reprimiam as camadas marginalizadas nas ruas, enquanto os mecanismos médicos e higienistas atuavam de forma agressiva sobre seus lares e hábitos.

Nesse mundo em tensão – coevo ao passo que também antigo; simultaneamente excludente e aglutinador –, os pobres tiveram que fazer uso de pequenos poderes, de forças despedaçadas e periféricas⁸¹⁰, com a finalidade de garantir fragmentos do moderno, fugir da vigilância exacerbada, praticar suas festas e rituais. Assim, foram aos grandes jornais da época cobrar o calçamento e a limpeza das ruas, um ambiente mais higienizado e bonito, com praças e jardins para os subúrbios. Escreveram cartas para os periódicos, exigindo uma

⁸¹⁰ Pensa-se poder dos pobres a partir da interpretação de Perrot. Conforme a historiadora, a palavra poder tem um sentido polissêmico. No singular, teria uma conotação política, designando a figura centralizadora do Estado, comumente associada ao masculino. No plural, o termo se fragmentaria, de forma difusa e periférica, constituindo-se dentro de uma rede de sociabilidade informal, em que se incluíam as mulheres, em particular, e as classes marginalizadas, no geral. Cf. PERROT, 1988, p. 167-181.

solução para os altos custos dos alimentos de primeiras necessidades, oscilando entre a ameaça e uma linguagem piedosa. Pediram mais segurança e saúde para os seus bairros. E, além disso, protestaram em verso e samba, insistindo em seu direito à diversão, criticando autoridades políticas, cobrando recursos para a situação de miséria.

A gente humilde usou de meios legais e irregulares para atingir os seus objetivos. Seguindo a regra, ia às agências distritais para pedir relevação de multas, publicava suas queixas na imprensa e expunha suas reclamações numa arte cantada. Tomando o ilícito, ela falsificava documentos, agredia os guardas em retiradas rápidas, desacatava o poder com quadrinhas etc. Tinha, enfim, uma postura rebelde e, ao mesmo tempo, obediente, usando e abusando dos laços paternalistas que a enredavam. Desse modo, em nome da bondade e dos nobres sentimentos dos políticos, reivindicava justiça e uma postura branda do Estado. Entre os segmentos mais ousados da cidade, e que sofriam perseguições mais acirradas do governo, estavam os mendigos e os vendedores ambulantes, visto que as ações municipais feriam diretamente as formas de vida informalizadas dessas pessoas.

Se a pobreza, a falta de alimentação e a carestia traçavam fios comuns entre os mais desfavorecidos; a modernização e os seus horrores também alinhavavam o tecido no qual o povo estava circunscrito. Com efeito, o processo de exclusão que a população inferiorizada do Rio de Janeiro viveu é feito de nuances. No aspecto da privação social, o povo era carente de bens materiais, morava em casa de cômodos ou velhos sobrados, sofria com alugueis caros, e, muitas vezes, com a escassez de comida. Era igualmente expulso de certos locais da urbe, porque não correspondia ao paradigma de beleza e elegância das elites cariocas. Suas festas e brincadeiras foram criticadas, algumas censuradas, e outras passadas por remodelações para sobreviver. Ainda era vítima de várias doenças, cuja prevenção ou processo curativo era realizado de forma violenta e autoritária, uma vez que os órgãos sanitários e médicos invadiam a privacidade do lar, tomavam posse dos corpos dos indivíduos, condenavam e destruíam as suas moradias etc.

Na lógica da apropriação dos símbolos e elementos da modernidade, as classes marginalizadas retomaram os bulevares, fazendo deles os seus passeios públicos e o seu “ganhar pão”; beberam do ideal e lazer higienista, buscando nos recreios à beira mar e nos desportes um instante de prazer e igualmente de saúde; apreenderam os ritmos acelerados e estrangeiros, organizando-se nos novos padrões de sociabilidade burguês, tais quais os clubes dramáticos e dançantes; enveredaram por distintas e pequenas profissões, bem ao gosto da exigência do tempo: massagistas, chofer, motorneiros, mecânico, pedicure, tripeiro etc. Esses ofícios se tornavam algumas das tantas alternativas de que os pobres dispunham para

sobreviver. Além disso, havia também a difusão de objetos e utensílios modernos, que os mercadores volantes vendiam, a preços e em materiais mais baratos, para uma clientela de baixa renda. Eram óleos finos, perfumes, sabonetes, fazendas, charutos, cigarros, louças de porcelana, lampiões, vidros e copos. Existiam igualmente os alfaite suburbanos, que ofertavam indumentárias *a la mode*, para uma freguesia mais seletiva, a aristocracia do subúrbio, como bem comentou Lima Barreto.

Os trens e bondes fazem, da mesma maneira, parte da assimilação técnica empreendida pela gente comum. E esses transportes não somente permitiram uma locomoção mais rápida e o encurtamento das distâncias. Eles também definiram o caminho que as pessoas deveriam fazer, organizando a geografia da cidade, diminuindo a quantidade de trabalhadores ou passantes que transitavam a pé pelas avenidas e outros locais. No subúrbio, a estrada de ferro foi responsável pela alteração no cotidiano dos moradores, criando novos comportamentos de convivência. Ao redor das estações de trem surgiam confeitarias, restaurantes, cinemas, clubes etc. Nos finais de semana, grupos de famílias e amigos se direcionavam para esses ambientes a fim de conversar, arrumar namoros e se divertir. O cinematógrafo era igualmente uma realidade nos bairros ferroviários, agradando a uma classe remediada, que começava a consumir não apenas os filmes europeus, mas também americanos. No entanto, aquelas figuras mais empobrecidas, que residiam em morros e barracos não teriam acesso ao cinema, a não ser quando havia sessões ao ar livre.

Efetivamente, a exclusão social, operada nos anos iniciais da República brasileira, não foi algo imposto de modo totalizante e sem entraves. É preciso entender como os excluídos lidaram com as privações materiais e culturais, impondo limites, e usando de artifícios múltiplos para ter acesso a determinados bens e produções modernas. É necessário compreender como as camadas inferiorizadas experimentaram e assimilaram os recursos modernos, por mínimos que sejam eles, sem interpretar esses ganhos como migalhas. Destarte, é salutar observar esses proveitos, por um lado, enquanto resultado de conflitos e tensões; e, por outro, na qualidade de demanda e de força do tempo que, de acordo com as circunstâncias históricas, as condições econômicas e sociais, vão se construindo. Acredita-se que os versos carnavalescos do grupo *O macaco é outro*, apresentado no capítulo 3, sintetizam bem as oscilações e delimitações que os pobres infligiam aos modelos civilizacionais de desigualdade, propostos por uma minoria: “nós que temos as pernas curtas/ tratemos de ir caminhando”. Os marginalizados não estão inconscientes das injustiças que sofreram; e de sua falta de poder, este na figura central do Estado. Todavia, utilizaram de seus micro-poderes, para continuar os seus percursos e movimentos, ora ganhando ora perdendo.

Eles sabiam das dificuldades e dos muros que tinham que fender para conseguir um espaço de passagem.

Vale destacar que esses deslocamentos nunca foram lineares, mais cheios de influxos, desvios, artes, improvisos e variáveis. Nesse sentido, concorda-se com os filósofos Hardt e Negri, quando dizem que “o pobre não é definido pela falta, mas pela possibilidade”. E, sendo assim, pensar em termos de pobreza impele a que se desafiem os conceitos tradicionais de classes, forçando uma investigação a partir de novos olhares, vendo como a composição de classe se transformou, e examinando “o vasto leque de atividades produtivas de pessoas dentro e fora das relações salariais”⁸¹¹. Os filósofos ainda questionam a concepção de exclusão, afirmando que a gente comum, apesar de estar inserida numa ordenação social subalterna, está dentro da cadência e do arranjo das produções internacionais.

Os pobres, os migrantes e os trabalhadores “precários” (ou seja, os que não têm emprego estável) são muitas vezes considerados excluídos, mas na realidade, apesar de subordinados, estão perfeitamente dentro dos ritmos globais da produção biopolítica. As estatísticas econômicas são capazes de captar a condição da pobreza em termos negativos, mas não as forma de vida, linguagens, movimentos ou capacidade de inovação por eles gerados. Nosso desafio será encontrar maneiras de traduzir a produtividade e a possibilidade do pobre em poder⁸¹².

Com isso, se quer reforçar a ideia de que os pobres, nas primeiras décadas da República, no Rio de Janeiro, não ficaram restritos aos aspectos negativos da modernidade, lançando mão de várias possibilidades e disposições para obter um quinhão dos prazeres e confortos da modernização. Eles lutaram cotidianamente para alcançar as benesses da “civilização”; e, em certa medida, participaram de modo ativo da lógica do progresso, integrando-se aos paradigmas burgueses de sociabilidade. As pessoas comuns foram produtoras e compuseram, pelas franjas da história, a cidade técnica e alargada. Exemplo disso são as reclamações que os moradores suburbanos fizeram nos jornais, para que seus bairros e ruas se tornassem locais mais cômodos, atualizados com os elementos modernos.

Enfim, não é fácil remontar a cultura popular e o cotidiano dos mais pobres, quando existe uma enorme carência de fontes sobre o tema. Os vestígios, nesse caso, apresentam-se ainda mais fragmentados e suspeitos, visto que são peças indiretas, documentos feitos de interseções e imaginários. Em regra, são os outros, as classes letradas, que deixam registros

⁸¹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016. p. 11.

⁸¹² Ibid., loc. cit.

sobre as camadas humildes e analfabetas, a exemplo do escrivão e do redator da imprensa. São igualmente outros olhares que interpretam e, frequentemente, criam imagens e representações dos marginalizados, caso de Lima Barreto e João do Rio. E essas pinturas podem dizer pouco sobre aqueles, mas fala demasiado sobre o artista. Há muitas misturas nesses relatos, visto que a voz dos narradores ou de quem escreve se confundem com as anotações etnológicas e antropológicas localizadas. Essa problemática dificulta uma análise estável sobre os grupos inferiorizados⁸¹³. Às vezes, os documentos só permitem ao historiador observar um dos lados de Janus. Porém, os métodos e teorias historiográficas, cada vez mais, têm ajudado ao investigador a superar certas barreiras documentais, incentivando-o a examinar as fontes a contrapelo, nos mínimos detalhes, sem deixar escapar nada, nem o que parece insignificante.

Destarte, é com base nos indícios de escritas e narrativas arriscadas que se pode reconstruir a vida da arraia-miúda. E esse tipo de registro se constitui de tanta riqueza, que comumente os dados oficiais deixam escapar ou não dão importância. Ou seja, ele trata de hábitos, sentimentos e práticas das pessoas economicamente desfavorecidas; expõe suas subjetividades, anseios e medos. Sem essas fontes, a história das classes populares seria quase impossível. Conforme esse raciocínio, a literatura de Lima Barreto e João do Rio se mostra um raro material para se pensar o povo na capital da República.

Ao tomar as suas crônicas, confrontando com outros textos, descortinou-se uma cultura popular bem mais complexa e intrigante do que a historiografia sobre a questão até então tinha apresentado. Uma cultura plural, atenta às transformações e técnicas de seu tempo, movendo-se além dos modelos nacionais, dialogando com ritmos e costumes internacionais, circulando entre diversos elementos étnicos e interagindo com as camadas argentárias e intelectuais, numa relação de troca e de constante negociação. Fez-se também conhecer um povo que vivia em condições de extrema pobreza; que lutava diariamente contra a carestia da vida e as perseguições de uma nova ordem dominante. E na mesma conjuntura, essa população carente estava em contato e inserida na modernização, tomando para si o que pudesse alcançar.

⁸¹³ Sharpe mostra que o problema com os testemunhos sobre cultura popular é parecido no que tange a qualquer pesquisador. Ele explica que quanto mais os historiadores recuam no tempo, buscando construir a experiência das classes socialmente desprovidas, mais limitada se torna a variedade de fontes à sua disposição. Ver SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 43.

Como sabiamente explicitou Machado de Assis, a ficção, através da imaginação, inventa muitos pormenores que se perderam ao longo dos acontecimentos. E é dessas criações que a história vem se alimentando e assegurando sua longevidade⁸¹⁴.

A imaginação, todavia, não é apenas atributo dos romancistas ou escritores, mas também um artifício do historiador que, utilizando de ferramentas criativas e de sua erudição, pode ampliar a sua compreensão do passado⁸¹⁵.

Em outras palavras, o estudo histórico sobre as classes marginalizadas não pode prescindir daquilo que Ginzburg⁸¹⁶ chamou de “faro” e “intuição”. Tais sensores são fundamentais, junto com os instrumentos teóricos e metodológicos, para o pesquisador, pois eles auxiliam num entendimento rico da experiência e das resistências cotidianas da gente comum.

⁸¹⁴ ASSIS, 2011, p. 64.

⁸¹⁵ SHARPE, 1992, p. 59.

⁸¹⁶ GINZBURG, 1989.

REFERÊNCIAS:

I. Fontes:

A) Manuscritos – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ)

Série Asilos. Códice 39. 4. 26
 Série Autos. Códice 39. 4. 56
 Série Comércio de Carnes e Matadouro. Códice 53. 4. 12
 Série Comércio de Pão. Códice 59. 1. 32
 Série Documentação Avulsa. Códice 46. 2. 9
 Série Gênero Alimentícios 59. 2. 8
 Série Gênero Alimentícios. Códice 59. 2. 10
 Série Infração de Postura. Códice 10. 1. 12
 Série Infração de Postura. Códice 10. 1. 29
 Série Infração de Postura. Códice 10. 1. 33
 Série Infração de Postura. Códice 10. 2. 1
 Série Infração de Postura. Códice 10. 2. 22
 Série Infração de Postura. Códice 10. 2. 3
 Série Infração de Postura. Códice 10. 3. 1
 Série Infração de Postura. Códice 10. 3. 3
 Série Infração de Postura. Códice 10. 3. 5
 Série Legislativo Municipal. Códice 18. 3. 13
 Série Legislativo Municipal. Códice 18. 3. 9
 Série Legislativo Municipal. Códice 18. 3. 8
 Série Legislativo Municipal. Códice 18. 3. 10
 Série Mendigos. Códice 46. 2. 90
 Série Mercado. Códice 61. 1. 24
 Série Mercado. Códice 61. 2. 5
 Série Relatórios. Códice 37. 4. 92
 Série Relatório. Códice 38. 1. 56
 Série Relatório. Códice 38. 1. 57
 Série Relatórios. Códice 38. 1. 58
 Série Relatórios. Códice 38. 1. 62
 Série Relatórios. Códice 38. 1. 66
 Série Relatórios. Códice 38. 1. 69
 Série Relatórios. Códice 39. 1. 51
 Série Representações. Códice 49. 4. 50

B) Biblioteca Nacional

- **Coleção Lima Barreto**

Álbum de recortes de jornais e revistas. [S. l.], [<19_>]. FBN/Mss 34A, 1, 878, Coleção Lima Barreto, 1 bobina de microfilme - Rolo M5-503.

- **Jornais e revistas (Digitalizados e microfilmado)**

A Notícia (Rio de Janeiro)
A Rua (Rio de Janeiro)
Careta (Rio de Janeiro)
Cidade do Rio (Rio de Janeiro)
Correio Paulistano (São Paulo)
Fon-Fon! (Rio de Janeiro)
Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro)
Gazeta Suburbana (Rio de Janeiro)
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro)
Kosmos (Rio de Janeiro)
O Malho (Rio de Janeiro)
O Paiz (Rio de Janeiro)
Revista da Semana (Rio de Janeiro)

C) Obras literárias

AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 67. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1048/584305.pdf?sequence=4>> Acesso em: 20 de junho de 2016.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Instituto de Divulgação Cultural, [s.d.], 1854. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000130.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2013.

ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia: inferno*. Tradução de Cristiano Martins. 6. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991. v. I.

AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. O folhetinista. In: _____. *O espelho*. João Roberto Farias (org.). São Paulo: Unicamp, 2009.

_____. A nova geração. In: _____. *Obras completas*. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1992.

BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões*. Organização de Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2016.

_____. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo: Penguin e Companhia das Letras, 2010.

_____. *Contos completos*. Organização de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Diário do hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

_____. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Scipione, 2005.

_____. *Toda crônica*. Organização de Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. I.

_____. *Toda crônica*. Organização de Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. II.

_____. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. *Numa e Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. A derrubada. In: _____. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Diário íntimo* (1900-1921). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000066.pdf>> Acesso em: 23 de junho de 2015.

BAUDELAIRE, Charles. Os olhos dos pobres. In: _____. *Pequenos poemas em prosa*. Tradução de Gilson Maurity. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BILAC, Olavo. Crônicas. In: DIMAS, Antonio (org.). *Bilac, o jornalista: crônicas*. São Paulo: Unicamp, 2006. v. I.

_____. Crônicas. In: DIMAS, Antonio (org.). *Bilac, o jornalista: crônicas*. São Paulo: Unicamp, 2006. v. II.

CARVALHO, Elysio de. *As modernas correntes estéticas na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1907.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. v. I.

FERRERO-LOMBROSO, Gina. *Nell'America Meridionale* (Brasile - Uruguay – Argentina). Milano: Fratelli Treves Editori, 1908.

POE, Edgar Allan. O homem da multidão. In: _____. *Histórias Extraordinárias*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RIO, João do. *Muito d'alma*: cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros – 1909-1921. Organização de Claudia Poncioni e Virgínia Camilotti. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Garamond, 2015.

_____. *Psicologia urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2015.

_____. *No tempo de Wenceslau...* 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2015.

_____. *Os dias passam...* 2. ed. Rio de Janeiro: FBN, Coordenadoria de Editoração, 2015.

_____. *Cinematógrafos*: crônicas cariocas. Rio de Janeiro: ALB, 2009. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/antigo/media/Cinematografo%20-%20Joao%20do%20Rio%20-%20PARA%20INTERNET.pdf>> Acesso em: 7 de maio de 2015.

_____. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *As religiões no Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

_____. *Vida vertiginosa*. São Paulo: Martins, 2006.

_____. *Celebridade, desejo*. Rio de Janeiro: Pátria Portuguesa e Lusitana, 1932.

_____. *Adiante!* Porto/Rio de Janeiro: Chardron, Francisco Alves, 1919.

_____. *Pall-Mall Rio*. Rio de Janeiro: Vilas-Boas, 1917.

_____. *Sésamo*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

D) Documentos em meio eletrônicos

Recenseamento do Rio de Janeiro, realizado em 20 de setembro de 1906. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>> Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm> Acesso em 15 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acesso em: 15 de junho de 2016.

II. Teses e Dissertações

BECHELLI, Ricardo Sequeira. *Metamorfoses na interpretação do Brasil: tensões no paradigma racial* (Sílvia Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Viana). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BOTELHO, Denilson. *Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. *Rian: a primeira caricaturista brasileira (primeira fase artística: 1901-1926)*, 1990. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

FERLIM, Uliana Dias Campos. *A polifonia das modinhas. Diversidades e tensões musicais no Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA JUNIOR, Osnir Claudiano da. *Do Asylo da Mendicidade ao Hospital Escola São Francisco de Assis: a mansão dos pobres*. 1997. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MEDEIROS, Gutemberg Araujo de. *Urbanidade e metajornalismo as matrizes da modernidade: memória textual nas produções de Lima Barreto e João do Rio no início do século XX*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. *Carnavais da abolição: diabos e cucubis no Rio de Janeiro (1879-1888)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

III. Livros e artigos

ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ALVES, Jorge Fernandes. Ricardo Jorge e a saúde pública em Portugal: um “Apostulado Sanitário”. *Arquivos de medicina*, Porto, vol. 22, nº 2/3, 2008. Disponível: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/am/v22n2-3/22n2-3a08.pdf>> Acesso em: 05 de setembro de 2017.

AMARAL, Gloria Carneiro do. *Aclimatando Baudelaire*. São Paulo: Annablume, 1996.

ANTELO, Raúl. Introdução. In: RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ARISTÓTELES. *Poética*. 2. Ed. São Paulo: Ars Poéticas, 1993.

ARRIGUCCI, Junior Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. A doação da biblioteca João do Rio ao Real Gabinete Português de Leitura: aspectos de uma história pouco conhecida. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 15, n. 3, p. 233 -249, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/13.pdf>> Acesso em: 28 de setembro de 2017.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2003.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escrívão Isaias Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BEIGUELMAN, Paula. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

_____. *Manguinho, do sonho à vida: a ciência na belle époque*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1990.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BENTHAM, Jeremy. *Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões*. *Revista de História*, Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.199-229. 1987. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3648> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

BLOCH, Marc. *Apologia da história: o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONFIM, Manoel. *América Latina – Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

BOSI, Alfredo. *Entre a literatura e a história*. São Paulo: Editora 34, 2013.

_____. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O pré-modernismo*. Literatura Brasileira. 3 ed. São Paulo: Cultrix, 1969. v. 5.

BOTELHO, Denilson. *A Pátria que quisera ter era um mito: Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas et al, 2002.

BOTTMANN, Denise. Tardio, porém viçoso: Poe contista no Brasil. *TradTerm*, São Paulo, v. 22, Dezembro, 2013. p. 89-106. Disponível em: <www.revistas.usp.br/tradterm/article/download/69119/71576> Acesso em: 15 de maio de 2017

BRASIL, Bruno. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/artigos/?taxonomia=artigos_autor&tv=bruno-brasil> Acesso em: 13 de jan. 2016.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. São Paulo: Unicamp, 1991.

BURKE, Peter. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Tradução de Vanda Maria Anastácio. Lisboa: Difel, 1992.

_____. *Cultura popular na idade moderna*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: ideias sem lugar*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

CAMPOS, Maria Inês Batista. *A construção da identidade nacional nas crônicas da Revista do Brasil*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2011.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

_____. Radicais de ocasião. In: _____. *Teresina etc.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. Os olhos, a barca e o espelho. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. Os primeiros Baudelairianos. In: _____. *A educação pela noite*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. Dialética da malandragem. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

_____. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares: Rio de Janeiro 1866-1906*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

_____. *A geografia dos mitos brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

CAVALCANTI PROENÇA, M. *Ritmo e poesia*. Rio de Janeiro: Simões, 1955.

CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto: com notas, manuscritos e acréscimos*. Organização de Valéria Lamego. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney et al (org.). *Histórias em cousas miúdas*. São Paulo: Unicamp, 2005.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2001.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre história e historiadores*. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 9. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSTA, Emília Viotti. Urbanização no Brasil no século XIX. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2007.

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de momo: imprensa e Carnaval na Primeira República*: UFRJ, 2006.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAGHLIAN, Carlos. A recepção de Poe na Literatura Brasileira. *Fragmentos*, Florianópolis, n° 17, julho-dezembro, 1999. p. 7-14. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/6370/5927>> Acesso em: 15 de maio de 2017.

DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções das correspondências em alguns escritores no século XIX*. Tradução de Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

FARIAS, Júlia Barreto. João do Rio e os africanos: raça e ciência nas crônicas da *belle époque* carioca. *Revista de História*, São Paulo, nº 162, p. 245-270, 1º semestre, 2010.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-19120). 3. ed. São Paulo: Difel, 1983.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERRARO, Juliana Ricarte. João Minhoca: o periódico humorístico e ilustrado de Belmiro de Almeida, *Cadernos AEL*, Campinas, v. 9, n. 16/17, 2002. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2503/1913>> Acesso em 14 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais*: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiro de. Leitura crítica: crise do romance, crise do sujeito, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. In: FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiro de; FERREIRA, Ceila Maria (orgs.). *Lima Barreto, Caminhos de criação: Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Edusp, 2017.

_____. *Trincheiras de sonho*: ficção e cultura em Lima Barreto. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

_____. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O processo econômico/A economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (coord.). *A abertura para o mundo* (1889-1930). Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A pena afiada de Lima Barreto. *Valor econômico. Eu & fim de semana*, São Paulo, n. 25 e 26, janeiro 2014. p. 34-35. Disponível em: <<http://www.substantivoplural.com.br/a-pena-afiada-de-lima-barreto/>> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

GINZBURG, Carlo. Identidade como alteridade: um debate sobre a rima na era elisabetana. In: _____. *Nenhuma ilha é uma ilha*: quatro visões da literatura inglesa. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e o verme*. Tradução de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, jan.-abr., 2005. p. 105. Disponível: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0104-59702005000100006&pid=S0104-59702005000100006&pdf_path=hscsm/v12n1/06.pdf&lang=pt> Acesso em 11 de junho de 2015.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: dos vendedores de rua à reforma liberal* (Salvador, 1780-1860). Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Setores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2007.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaide La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2002.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. Tradução de Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Edusp, 2016.

HERMAN, Arthur. *A ideia de decadência na história ocidental*. Tradução de Cynthia Azevedo e Paulo Soares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBBSBAWM, E. J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais no Século XIX e XX*. Tradução de Nice Rissone. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGNATIEFF, Michael. Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico. Tradução de Eliana Leite Meireles. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, n° 14, mar./ago. 1987. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3647> Acesso em: 10 de setembro de 2017.

JUNIOR, Caio Prado. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LE GOFF, Jaques. Documento-monumento. In:_____. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEBRUN-PEZARAT, Pierrette. La lettré au journal: les employés des Postes comme épistoliers. In: CHARTIER, Roger et al. *la correspondence: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Paris: Fayard, 1991.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do atlântico revolucionário*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. *História Política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930. *Revista Brasileira de economia*, v. 25, n. 4, 1971. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/67/6249>> Acesso em: 07 de julho de 2015.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone Editora, 2007.

MACHADO, Maria Cristina Texeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. São Paulo: Edusp, 2002.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1978.

MANDROU, Robert. *De la Culture populaire aux 17^e et 18^e siècles: la bibliothèque bleue de Troyes*. France: Imago, 1985.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTIN, Vima Lia de Rossi. *Literatura e marginalidade: um estudo sobre João Antônio e Luandino Vieira*. São Paulo: Alameda, 2008.

MENEZES, Lená Medeiros. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MORAES FILHO, Mello. *Festas e tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1999.

MOURA, Roberto. *A Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995. p. 155-166.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1992.

OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Unesp, 2011.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

PAES, José Paulo. O *art nouveau* na literatura brasileira. In: _____. *Gregos & Baianos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

PEREIRA, Astroljido. Introdução. In: BARRETO, Lima. *Bagatelas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Unicamp, 2004.

_____. E o Rio dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas: ensaio de história social da cultura*. São Paulo: Unicamp, 2002.

_____. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: _____. *Flores da escrivantina: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PRADO, Antonio Arnoni. Mutilados da *belle-époque*: Notas sobre as reportagens de João do Rio. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1976.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. São Paulo: Edusc, 1999.

RAMOS, Artur. *O folclore negro do Brasil: demopsicologia e psicanálise*. 3. ed. São Paulo: 2007.

_____. *O negro brasileiro: etnografia religiosa*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

REBOLLO, Beatriz Moncó. Mediación cultural y fronteras ideológicas. In: LOUREIRO, Rui Manuel; GRUZINSKI, Serge (coords.). *Passar as fronteiras*. II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais – séculos XV a XVIII. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1999.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Unicamp, 1993.

_____. Lima Barreto: a opção pela marginália. In: SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Renato Janine. O intelectual e seu outro: Foucault e Sartre. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7, p. 163-173, out. de 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v7n1-2/0103-2070-ts-07-02-0163.pdf>> Acesso em: 24 de nov. de 2016.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, 1995.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: vida, paixão e obra*. Rio de Janeiro: Organização Brasileira, 2010.

_____. *João do Rio*: catálogo bibliográfico. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1994.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura/As apostas na República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Os porões da República: a Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930, *Topoi*, v. 7, n. 13, jul.- dez. 2006. p. 445-476. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n13/2237-101X-topoi-7-13-00445.pdf>> Acesso em: 06 de julho de 2016.

SANTOS, Poliana dos. O historiador e o cronista: um diálogo sobre o tempo e o cotidiano. In: PICCOLO, Monica; OMRAN, Muna (orgs.). *Imprensa, cinema e história: novos objetos e métodos da investigação histórica*. São Luís: Eduema, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* São Paulo: Ática, 1989.

SCHAPOCHINIK, Nelson. Entre a celebração e a desfaçatez. In: RIO, João do. *João do Rio: um dândi na cafelândia (crônicas)*. Organização de Nelson Schapochinik. São Paulo: Boitempo, 2004.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. Introdução – Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil República. In: BARRETO, Lima. *Contos Completos* Organização de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECOS & MOLHADOS. Primavera nos dentes. In: *SECOS & MOLHADOS*. São Paulo: Continental, 1973. 1 LP.

SEVECENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. *Literatura como missão: tensões e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVERIANO, Jairo; MELLO, Zuza homem de. *A canção no tempo*: 85 anos de músicas brasileiras: 1901-1957. São Paulo: Editora 34, 1997. v. I.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudo sobre o carnaval carioca da *Belle Époque* ao tempo de Vargas. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2008.

_____. Festa da Penha: resistência e interpretação cultural. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras f(r)estas*: ensaio de história social da cultura. São Paulo: Unicamp, 2002.

SILVA, André Luiz Barros da. Positivar a decadência – João do Rio e a Belle Époque transtornada. In: Negreiros, Carmem; Oliveira, Fátima; GENS, Rosa (orgs.). *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. Rio de Janeiro: LABELLE; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcos. Milagres da Literatura – Uma leitura histórica de *Tenda dos milagres*. In: PATRIOTA, Rosângela ; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). *Escritas da História – Ver, sentir, narrar*. São Paulo: HUCITEC, 2014.

_____. “História e Literatura, Acre e Amazônia – Sobre o romance *Coronel de barranco*”, 28 de janeiro de 2014. Disponível em: <www.substantivoplural.com.br/historia-e-literatura-acre-e-amazonia-sobre-o-romance> Acesso em: 28 de setembro de 2017.

_____. *Detrito Federal*: o vômito e o silenciamento de Lucrécio Barba-de-Bode. *História & perspectiva*, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 179-205, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19212>> Acesso em 16 de junho de 2015.

_____. *Caricata República*: Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOARES, Marcos Vinicius Nogueira. João do Rio e a nova esfera da crônica no século XX. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima; GENS, Rosa (orgs.). *Belle Époque: crítica, arte e cultura*. Rio de Janeiro: LABELLE; São Paulo: Intermeios, Faperj, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

STALLYBRASS, Peter. A vida social das coisas: roupa, memória, dor. In:_____. *O casaco de Marx*: roupa, memória, dor. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

TAMANO, Luana Tieko Omena. *Arthur Ramos e a mestiçagem no Brasil*. Maceió: Edufal, 2013.

THOMPSON E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Organizados por Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. ed. São Paulo: Unicamp, 2012.

_____. *Costumes em comuns: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO, José Ramo. *Pequena história da música popular: segundo os seus gêneros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

VARGAS, João Tristan. *O trabalho na ordem liberal: o movimento operário e a construção do Estado na Primeira República*. São Paulo: UNICAMP/CMU, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Petrópolis: KBR Editora, 2015.

_____. *As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro*. Estudos Históricos 6 – Cultura e Povo, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990.

_____. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2008.